PUBLICAR-E

E-book dos resumos dos trabalhos de conclusão de curso do 2º Semestre de 2021 das Faculdades Promove e Kennedy de Belo Horizonte.

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Prof. Dr. Silvino Paulino dos Santos Neto
Prof. Me. João Carlos Peixoto Ferreira

2/2021

NPP NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
FACULDADES PROMOVE
FACULDADES KENNEDY

PUB
2021 **Publicar-e: ebook dos resumos dos trabalhos de conclusão de curso do 2º semestre de 2021 das Faculdades Kennedy e Promove / organizadores, João Carlos Peixoto Ferreira e Silvino Santos. -- Belo Horizonte: NPP, Faculdades Promove e Faculdades Kennedy, 2021.**
575 p. ; 23 cm.

1. Documentos institucionais. 2. Trabalho conclusão de curso. I. Peixoto, João Carlos. II. Santos, Silvino. III.Título.

CDU 002.1

Curso	Trabalho	Página
ADM	O impacto do marketing digital no aumento do número de clientes na empresa Lead Criações	4
ADM	Auto Mecânica Ltda: a gestão financeira de uma pequena empresa familiar	27
ADM	A importância da liderança na Abrasel Minas Gerais	57
Jornalismo	Redes Sociais e Cultura do Cancelamento: A construção do “tombamento” de Karol Conká em memes, no Instagram	73
Jornalismo	Representações da cena musical belo-horizontina pelas páginas do jornal Hoje em Dia	146
Publicidade e Propaganda	Cultura Participativa e Interação dos Fãs de Big Brother Brasil: análise do canal Web TV Brasileira	178
Publicidade e Propaganda	Ferramentas de comunicação no Combate à Violência Doméstica na Pandemia: análise das estratégias do perfil @JusticeirasOficial no Instagram	208
Publicidade e Propaganda	Paródia e semiótica: uma análise das intertextualidades e outros recursos da propaganda brasileira na animação Irmão do Jorel	240
Sistemas de Informação	A reencarnação digital e o paradigma social por meio do estudo da tecnologia Chatbot	271
Sistemas de Informação	LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD): UMA PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO PARA O SETOR DE RECURSOS HUMANOS	293
Direito	Convalescimento da posse precária sob a égide do princípio da função social da propriedade	315
Direito	A dualidade de procedimentos nos crimes dolosos contra a vida de civis cometidos por militares em serviço	336
Direito	Estudo jurídico da responsabilidade civil por omissão nos desastres ambentais: análise de inundações da região oeste de Belo Horizonte	347
Direito	A TECNOLOGIA BLOCKCHAIN E A SUA CONVERGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	381
Direito	Da Inconstitucionalidade das Delações Premiadas Obtidas de Investigados e Acusados que se Encontram Presos: Uma análise do Instituto à Partir da Teoria dos Jogos	402
Direito	Depoimento sem danos: há possibilidade de não revtimizar crianças e adolescentes vitimas de abusos sexuais?	417
Direito	Viabilidade da ampliação da competência do tribunal do júri brasileiro para julgar crimes praticados contra a administração pública	433
Enfermagem	Doença de Crohn: A influência do Crohn na qualidade de vida	462
Enfermagem	Ações de transformação no cenário obstétrico	489

Enfermagem	**Gravidez na adolescência e seus impactos psicossociais**	516
Nutrição	**Avaliação do consumo de sódio por pacientes com doença renal crônica**	535

O Impacto do Marketing Digital no Aumento do Número de Clientes na Empresa Lead Criações

The Impact Of Digital Marketing on Increasing the Number of Customers in the Company Lead Criações

Amanda Dias Soares[1]
Danielle Rodrigues Paixão[2]
Lorrayne Mara Costa da Silva[3]
Kândice Vieira Assis[4]

Resumo: Este artigo tem por finalidade analisar os impactos do marketing digital no aumento dos números de clientes da empresa Lead Criações através de análises de métricas e resultados. Ressalta também a importância do Marketing digital para o meio organizacional e apresenta a apuração de resultados obtidos pela empresa. Para tanto, adotou-se uma metodologia de pesquisa com abrangência interdisciplinar, com abordagem de caráter quanti-qualitativo, sendo a pesquisa exploratória, utilizando estudos bibliográficos e de caso. Foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, seguida da coleta de dados junto ao gestor e clientes da empresa para mapeamento do processo de marketing. Os dados foram criticamente analisados e apresentados, destacando que 75% dos respondentes da pesquisa afirmam que conheceram a empresa através das redes sociais, 100% disseram achar relevante os conteúdos oferecidos pela empresa, aproximadamente 40% dos consumidores disseram que se tornaria clientes da marca, e através de gráficos e dados fornecidos pela Lead Criações foi possível mensurar o impacto das estratégias do marketing digital no aumento de seus consumidores e clientes. Por fim, conseguiu-se comprovar através de análises de métricas, de dados e pesquisas bibliográficas que o marketing digital causa impacto no aumento do número de consumidores da empresa Lead Criações. Espera-se que a pesquisa possa contribuir não só para a organização em questão, como para outras em situações semelhantes, já que traz apreciações teóricas e práticas do marketing digital.

Palavras-chave: Impacto. Marketing Digital. Clientes.

Abstract: This article aims to analyze the impacts of digital marketing on the increase in the number of customers of the company Lead Criações through analysis of metrics and results. It also highlights the importance of digital marketing for the organizational environment and presents the results obtained by the company. For that, a research methodology with interdisciplinary scope was adopted, with a quantitative and qualitative approach, being the exploratory research, using bibliographic and case studies. Initially, a bibliographic research on the subject was carried out, followed by data collection with the company's manager and customers to map the marketing process. The data was critically analyzed and presented, noting that 75% of the survey respondents said they got to know the company through social networks, 100% said they found the content

[1] Graduanda em Administração - Bacharelado, Faculdades Promove de Belo Horizonte. amanda.soares@soupromove.com.br.
[2] Graduanda em Administração - Bacharelado, Faculdades Promove de Belo Horizonte. danielle.paixao@soupromove.com.br
[3] Graduanda em Administração - Bacharelado, Faculdades Promove de Belo Horizonte. lorrayne.silva@soupromove.com.br
[4] Mestre em Meio Ambiente (UNA), Administradora de Empresas (UNA). Professora nos Cursos de Graduação e Tecnólogos na Faculdades Promove e Orientadora desta pesquisa, kandice.assis@somospromove.com.br

offered by the company relevant, approximately 40% of consumers said they would become customers of the brand, and through graphics and data provided by Lead Criações it was possible to measure the impact of digital marketing strategies on the increase of its consumers and customers. Finally, it was possible to prove through analysis of metrics, data and bibliographic research that digital marketing has an impact on the increase in the number of consumers of the company Lead Criações. It is expected that the research can contribute not only to the organization in question, but also to others in similar situations, as it brings theoretical and practical insights into digital marketing.

***Keywords**: Impact. Digital Marketing. Customers.*

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia tem feito com que o mundo se transforme de forma rápida e constante. Este fato pode trazer tanto desafios quanto oportunidades para as organizações. A maneira de fazer negócio tem mudado ao longo dos anos e um dos fatores para tal mudança é a tecnologia, que tem mudado a forma de fazer negócio, gerenciar equipes e projetos, e a forma de fazer marketing para vender produtos e serviços.

Segundo uma publicação feita pelo site sambatech.com (startup de softwares) em 2017, o aumento do percentual de uso da internet tem colaborado para a expansão do E-commerce e de acordo com a pesquisa da empresa que mede a relevância e confiabilidade das lojas virtuais brasileiras (Ebit). Atualmente, o e-commerce tornou-se uma modalidade de negócio consolidada visto que, em 2020, o faturamento do setor foi de 41,92 bilhões, um crescimento de 56,8 % em relação ao mesmo período do ano anterior.

O marketing digital surge como desafio para as organizações que resolvem expandir seu negócio para a internet. É preciso conhecer o mercado digital, onde os consumidores estão localizados, as formas de chegar até o consumidor e as ferramentas de interação para que a empresa se consolide neste mercado.

Segundo Kotler e Armstrong (2007, p. 03), a “função do marketing, mais do que qualquer outra no negócio, é lidar com os clientes. ” Mas, para que esse objetivo seja alcançado, é necessário que ocorra o processo de troca entre empresas e clientes, de maneira que ambos tenham benefícios e participem das transações voluntariamente. Cada parte tem algo de valor a oferecer à outra parte, caso contrário, não haveria negociação.

Por isso, o marketing busca o desenvolvimento de estratégias que possam favorecer o alcance dos objetivos traçados no plano de marketing, o qual analisa o ambiente empresarial, tendo como foco auxiliar na determinação de produtos/serviços a serem oferecidos aos clientes; identificar os canais de divulgação desses produtos; definir preços e locais de vendas.

Os consumidores estão cada vez mais conectados, e devido às limitações de venda física provocadas pela pandemia da Covid- 19, se tornou necessária a busca das empresas pelo marketing digital e formas de venda on-line, tendo como possibilidade diversas ferramentas e formas de divulgação que promovem maior resultado a custo inferior em comparação ao marketing tradicional.

Tornou-se necessário investir no meio digital para a sobrevivência de negócios e também para o aumento de visibilidade, relacionamento e vendas, fazendo com que os meios e profissões digitais obtivessem um aumento significativo no período pandêmico. Um Levantamento realizado pelo Money Times (www.folhape.com.br) aponta que o ano de 2020 registrou a maior alta em negociações pela internet dos últimos 20 anos, cerca de 47% de crescimento. O que nos leva a concluir a necessidade e importância de investir em marketing digital.

Este trabalho teve por finalidade estudar os impactos do marketing digital no aumento do número de consumidores da empresa Lead Criações LTDA, agência de marketing digital localizada

na região da Pampulha na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, que atua com estratégias digitais e consultorias presenciais a fim de integrar o marketing tradicional e digital em busca de aprimoramento da gestão de marcas e desenvolvimento de estratégias de venda, trazendo maior visibilidade e retornos financeiros para empresas através do digital.

O Marketing Digital é o conjunto de estratégias que visam a promoção de uma marca na internet, visto que o ambiente digital permite que as empresas se aproximem mais do seu público alvo e persona, possibilitando a geração de relacionamento entre os mesmos, sendo assim, quais impactos o marketing digital causa no aumento do número de consumidores da empresa Lead Criações?

Para responder a tal questionamento, adotou-se como objetivo geral: analisar os impactos do marketing digital no aumento dos números de clientes da empresa Lead Criações através de análises de métricas e resultados. Como objetivos específicos, têm-se: a) identificar as ações de marketing digital que geraram melhores resultados; b) mensurar o aumento do número de clientes captados através das ferramentas utilizadas no marketing digital; c) apontar os benefícios do marketing digital para o crescimento da empresa Lead Criações.

Trabalhar no marketing digital nas mídias sociais pode ser tão importante quanto apresentar ao mercado produtos e serviços de qualidade. Assim, as empresas e a sociedade têm benefícios mútuos em prol de seus interesses.

O marketing digital estratégico, com foco em resultados efetivos, se apresenta como um instrumento de grande importância no processo de transformação de marcas empresariais e pessoais e, desta forma, poderá gerar maior retorno na visibilidade e consequentemente na lucratividade das empresas.

De acordo com Kotler (1998), um dos grandes benefícios do marketing online é que, por meio da internet, há uma maior oferta de produtos e de serviços, podendo o consumidor adquiri-los quando e onde quiser e muitas vezes com o custo reduzido. A comodidade, conforto e a facilidade de acesso estão sendo cada vez mais buscados pelo público-alvo.

Este trabalho é importante para a comunidade acadêmica pois engloba conhecimentos de Marketing e auxilia novos acadêmicos, por exemplo, a entender conceitos importantes com visões atualizadas sobre o campo de estudo, trazendo também dados estatísticos relevantes para a compreensão do mercado atual.

Além da comunidade acadêmica, o estudo contido neste documento também se relaciona com os administradores, que podem aplicar de forma prática os conceitos e citações aqui descritos na gestão de Marketing da empresa que administram, utilizando as práticas comprovadas por meios de pesquisas e estudos, a fim de obter melhores resultados.

Para a sociedade, o trabalho atua como importante integrador na formação de conhecimento em assuntos básicos e necessários, auxiliando na compreensão de conceitos presentes no cotidiano, como a internet, as redes sociais e o marketing.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Marketing

“Marketing" de acordo com Limeira (2003) é uma palavra em inglês derivada de “Market” que significa mercado. Marketing é o posicionamento de uma empresa diante do mercado.

Para Peçanha (2020), Marketing é uma área focada na geração de valor sobre o produto e serviço que tem como objetivo conquistar e fidelizar os clientes, é preciso entender para atender o cliente gerando a sua satisfação. Ele ainda cita que os objetivos do Marketing são: vender mais;

fidelizar os clientes; aumentar a visibilidade da marca e dos produtos; gerenciar uma marca; construir um bom relacionamento com seus clientes, fornecedores e colaboradores; educar o mercado mostrando como o produto pode ser útil e engajar colaboradores.

Para Rez (2020) o objetivo do Marketing é entender tão bem o consumidor que ele se torne um cliente fiel. Marketing bem embasado é aquele que faz com que o produto se venda quase sozinho.

2.1.1 Marketing Digital

Marketing Digital**,** de acordo com Peçanha (2020), é a promoção de produtos ou marcas por meio de mídias digitais, e-mail marketing, vídeo marketing, tornando-se uma das principais maneiras que as empresas têm para se comunicar com o público de forma direta, personalizada e no momento certo.

Em complemento, o autor Segura (2009) afirma: o marketing digital surgiu como um meio de ações para viabilizar de forma mais segmentada os métodos de comunicação realizada pelas empresas, onde se consegue, através da internet, novos caminhos para a divulgação de produtos e serviços, abrindo oportunidades para a conquista de mais clientes, bem como aumentar sua rede de relacionamentos.

Serrano (2015) propõe melhoria na comunicação e o contato com o consumidor, pois exige rapidez e constantes mudanças de preferências e tendências, tornando a utilização de um planejamento constante para o ambiente digital e físico, o que torna a internet um ótimo aliado.

2.1.2 Marketing digital como estratégia de competitividade

De acordo com Pereira (2014) o marketing é fundamental para o desenvolvimento das organizações, pois é através dele que se deve gerenciar as comunicações internas, desenvolver melhores estratégias e ações na gestão de satisfação ao cliente, além de cuidar da imagem da empresa, manter o marketing exige atenção e visão de negócios, objetivos, metas e um bom planejamento para que as organizações possam se manter a longo prazo e obter vantagem competitiva em relação às outras empresas.

O conceito de “forças competitivas'' também pode ser empregado no âmbito do Marketing digital. De acordo com Porter (1999), as forças competitivas provêm do conjunto de características e técnicas fundamentais do setor em questão, e por essa razão, o estrategista deve entender as peculiaridades de cada força (ameaça de novos entrantes, poder de negociação dos fornecedores, dos clientes, ameaça de produtos ou serviços substitutos e as manobras de posicionamento entre os atuais concorrentes) e empregá-las a seu favor.

Conhecendo o consumidor (por meio da grande quantidade de dados gerados pelas plataformas digitais) e adequando-se às constantes mudanças impostas pelas tendências do mercado, utiliza-se ferramentas para garantir a atenção dos clientes por meios de estímulos relacionados a suas necessidades, o que acaba tornando a organização mais competitiva (ZENARO, 2013).

2.2 Comportamento do consumidor

O comportamento do consumidor é um campo de estudo cuja perspectiva está nos principais fatores que influenciam e levam as pessoas a tomarem uma decisão de compra. Suas pesquisas somam as percepções que o público tem com relação às marcas, motivações, atitudes, influências, entre outros (MEIRA, 2019).

Silva (2021) menciona: mapear e compreender o comportamento do consumidor é fundamental para direcionamento do negócio. Isso quer dizer que, ao conhecer as necessidades, desejos e dificuldades do consumidor, uma empresa consegue dimensionar seus esforços e adequá-los às demandas do seu cliente.

Portanto, conhecer o comportamento do consumidor é relevante para que as empresas tracem suas estratégias para conseguir alcançar clientes e atendê-los com eficiência, gerando valor ao seu produto ou serviço. E saber que esse comportamento pode ser influenciado por diversos fatores, torna mais fácil a criação de estratégias da marca para captar o consumidor.

Silva (2021) cita 9 fatores principais que influenciam o comportamento do consumidor:

- Culturais: são um dos primeiros fatores que influenciam no comportamento do consumidor, somos influenciados constantemente pela cultura em que estamos inseridos;
- Sociais: o meio em que as pessoas estão envolvidas irá influenciar;
- Pessoais: idades, necessidades, estilo de vida e ocupação, e o momento da vida da pessoa irá influenciar na decisão de compra;
- Psicológicos: aspectos emocionais, o que deixa a pessoa feliz ou nervosa, traços de personalidade, como é a reação da pessoa ou o ritmo dela na compra, padrões de pensamento e ação;
- Medos: muita pessoa tem experiências ruins com uma marca, uma empresa, e/ou receio de serem enganadas no ambiente virtual;
- Tendências: muitas pessoas são influenciadas pelo o que está na moda, pois não querem ficar desatualizadas;
- Financeiro: as pessoas pesquisam os preços dos produtos e serviços e isso é um fator peso nas suas decisões;
- Opinião de outros consumidores: é o famoso marketing boca a boca, a recomendação, avaliação de uma empresa estimula a compra de produtos ou aquisição de serviços, pois gera no potencial cliente uma sensação de confiança;
- Demográfico: Hábitos, personalidade, valores, rotina que irão influenciar na decisão de compra.

2.2.1 Comportamento do consumidor e a pirâmide de Maslow

Uma das formas de entender o comportamento do consumidor é conhecer a pirâmide de Maslow, que explica como os indivíduos são movidos a ter ações a partir de uma ordem pré-estabelecida dividida em cinco partes (PERIARD, 2011).

1. Necessidades fisiológicas básicas: as necessidades fisiológicas são aquelas relacionadas ao lado mais básico do indivíduo, relacionadas ao ser humano na sua forma biológica e constituem o nível mais baixo da hierarquia, exemplo: alimentação, sono;

2. Necessidades de segurança: um nível acima das necessidades fisiológicas está a necessidade de segurança. Essa é a camada que fala da carência que existe em se sentir seguro em relação ao emprego, saúde, família e propriedade;

3. Necessidades sociais: essa necessidade surge quando os dois níveis anteriores se encontram satisfeitos. Esse nível consiste em manter as relações humanas em harmonia, receber carinho e afeto das pessoas próximas.

4. Necessidades de autoestima: refere-se às conquistas individuais, autoestima e confiança. Como estamos nos aproximando do nível mais alto da pirâmide, esta necessidade fala de questões muito mais internas do ser humano do que externas, exemplo: aprovação social.

5. Necessidades de autorrealização: nível mais elevado da pirâmide, estão relacionadas ao desenvolvimento pessoal e autodesenvolvimento contínuo. (PERIARD, 2011)

Essas necessidades foram organizadas em formato de pirâmide e, assim, organizadas para funcionar como etapas dependentes, onde é primordial suprir as necessidades do nível anterior e mais básicas para só então suprir as necessidades dos níveis acima e ir "subindo" até chegar ao topo da pirâmide (NEVES, 2019).

Para Pacheco (2019): entender a necessidade do consumidor na hora da venda do produto é de suma importância para as empresas, que terão maior direcionamento das preferências dos consumidores, com a probabilidade de gerar maior satisfação ao seu cliente.

2.2.2 Comportamento do consumidor na internet e decisão de compra

O consumidor perdeu o medo de comprar pela internet, se tornou mais exigente, está sempre em busca de informações sobre o que deseja consumir, possui preferência por conteúdos satisfatórios e deseja ser atendido com rapidez e eficiência. Para Torres (2009) alguns comportamentos e desejos dos consumidores estavam sufocados em função das limitações da comunicação em massa e da pressão da sociedade moderna sobre o indivíduo. Na internet, as pessoas conseguem ser elas mesmas e se agruparem conforme suas vontades. Elas conseguem encontrar seus pares no meio da multidão e criar redes espontâneas e criativas.

As pessoas estão passando muito tempo conectadas, sendo mais objetivas com as decisões de compra, já que consumir online exige rapidez. Ninguém se prende mais a determinados momentos para tomar decisões. As interações são fragmentadas. As ações são tomadas em instantes de impulso, gerados a partir de uma necessidade que não tem mais hora marcada (REZ, 2016, p. 32).

Para Schermann (2021) o processo de decisão de compra deixou de ser linear. São inúmeros canais, fatores e variáveis que influenciam a jornada de compra do consumidor. Além disso, o cliente consegue obter muitas informações relevantes, que vão influenciar diretamente na sua decisão, muito antes de entrar em contato com a loja.

2.2.3 O comportamento do consumidor diante o Marketing Digital

O marketing digital passou a estudar e entender melhor o comportamento do consumidor online para conseguir atender com eficiência. Torres (2009) relaciona sete ações estratégicas de marketing digital centradas no comportamento do consumidor:

- Marketing de conteúdo: relacionado à comunicação corporativa e relações públicas, o qual é responsável pela geração de conteúdo;

- Marketing em mídias sociais: foca o relacionamento, executado por ações em redes sociais e blog;
- E-mail marketing: comunicação por meio de e-mail, o qual é referenciado ao marketing direto;
- Marketing viral: é publicidade e propaganda de guerrilha, conhecido como postagem de vídeos, animações e músicas específicas;
- Publicidade online: ações específicas de propaganda por meio de banners e jogos online;
- Pesquisa online: pesquisa de mercado, por meio de buscas, o que remete a estratégias de branding;
- Monitoramento: necessário para entender as motivações do consumidor e os resultados de execuções, o qual tem uma relação diferente ao marketing tradicional.

As compras online estão fazendo parte do dia a dia dos consumidores, uma pesquisa realizada em 2019 pelo Zebra Network S.A (NZN Intelligence), uma empresa brasileira fundada em 2002, criadora e proprietária de grandes marcas, mostrou que 74% dos consumidores brasileiros preferem comprar online.

No entanto essa preferência pode ser: devido à possibilidade abrangente de pesquisar por produtos e serviços, ao conforto de comprar de onde você estiver, ao preço que no ambiente virtual tende a ser mais barato em comparação com o ambiente físico, entre outros benefícios que o consumidor possui, portanto, comprar online é um comportamento que veio para ficar, e o consumidor leva das lojas físicas para o universo digital o desejo de ser bem atendido (REZ, 2016).

Abreu (2020) expõe algumas características no novo consumidor diante o marketing digital: estão mais exigentes, curiosos, interativos e independentes.

Em complemento, Meira (2019) cita algumas das principais características do novo consumidor na era digital: pesquisa tudo na internet e compara marcas; foge de burocracias e prioriza segurança na hora de comprar; quer se sentir parte de uma comunidade e valoriza a opinião de terceiros.

Para Abreu (2020) as tendências desse novo perfil de consumidor são: experiência do cliente em foco; utilização da internet nos dispositivos móveis; consumidor omnichannel; poder nas mãos do cliente e humanização no atendimento das empresas.

2.3 Mídias Sociais

As mídias sociais são sites na Internet construídos para permitir a criação colaborativa de conteúdo, a interação social e o compartilhamento de informações em diversos formatos. Nessas categorias, estão incluídos os blogs, as redes sociais, os sites de conteúdo colaborativo e diversos outros modelos de sites que abrangem comunicação, relacionamento, colaboração, multimídia e entretenimento (TORRES, 2009, p. 74).

Segundo Rez (2016) as mídias sociais formam um conjunto poderoso de canais para o conteúdo da sua empresa. Mas é preciso estar atento com o conteúdo postado, pois nas redes sociais, o foco dos usuários não é “fazer negócios”. Quem cria um perfil em uma rede social deseja se conectar com outras pessoas, tanto na vida pessoal quanto na profissional, sendo assim é importante

levar conteúdo que atraiam as pessoas com intuito de criar engajamento da sua empresa com seus consumidores e potenciais clientes.

Melo (2017) afirma que a melhor mídia social é, sem dúvida, aquela que alcança o seu público e o entrega informações relevantes, sendo necessário uma atenção especial em relação aos conteúdos publicados, para isso muitas empresas têm um setor específico voltado para o marketing.

2.3.1 Internet e redes sociais

A internet é um dos maiores meios de comunicação da atualidade, pois consegue interligar pessoas de todos os lugares do mundo por meio de sites e softwares disponíveis para computadores e dispositivos móveis.

De acordo a pesquisa TIC Domicílios (www.cetic.br), realizada pelo Centro Regional e Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), em 2019, 74% da população tinha acesso à internet, o que correspondia a 134 milhões de pessoas e 71% dos lares do país.

Nesse contexto, relacionam-se nas redes sociais, que são estruturas formadas dentro ou fora da internet, por pessoas e organizações que se conectam a partir de interesses ou valores comuns, listando as principais como o Facebook, Instagram, LinkedIn, YouTube, TikTok e etc.

Recuero (2009) considerou as redes como uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. O estudo das redes sociais na internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informação e trocas sociais que impactam suas estruturas.

2.3.2 Facebook

De acordo com Recuero (2009), o Facebook foi criado em 2004 por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hugues, o Facebook atendia, no início, os estudantes da Universidade de Harvard, expandindo-se para outras faculdades da região de Boston, nos Estados Unidos.

No Brasil, o Facebook foi disponibilizado somente em 2008, alcançando um milhão de usuários em 2009. Com a ampla aceitação, o Facebook tornou-se a maior rede social do mundo, o que a tornou um instrumento importante no marketing digital, já que agrega, atualmente, mais de um bilhão de usuários ativos.

Júnior (2009) afirma que as funcionalidades do Facebook se sobrepõem à utilização somente para relacionamentos pessoais, se tornando assim útil para diversas funcionalidades, inclusive para fins comerciais. Tornando possível a realização de vendas e negociações através das diversas plataformas disponibilizadas pelo Facebook.

O Facebook traz sempre atualizações para seus usuários e, com o crescimento do uso para vendas, foi criado o Facebook para empresas. Nele constam noções básicas do Facebook, apresentando uma visão geral de como usar o Facebook para ajudar a empresa a crescer (JARBAS, 2013).

2.3.3 Instagram

Segundo Piza (2012), o surgimento do Instagram aconteceu em 6 de outubro de 2010. Os responsáveis por seu desenvolvimento foram os engenheiros de programação Kelvin Systrom e Mike Keneger.

De acordo com Aragão et al (2016) no aplicativo podem ser criados perfis organizacionais e pessoais e, tendo em vista que no Instagram o grau de interação é maior que no Facebook e Twitter, o que favorece as oportunidades empresariais.

De acordo com o site de pesquisa Forrester (ELLIOT, 2014), o Instagram é a mídia social que mais promove o engajamento dos consumidores com marcas, 50 vezes mais que o Facebook e 120 vezes mais que o Twitter, trazendo oportunidades de negócios dentro da ferramenta.

Piza (2012) reforça que o aplicativo não é resultado somente da evolução tecnológica, mas também das constantes mudanças da rede. As relações possibilitadas pelo aplicativo concebem oportunidades de criar novos relacionamentos de modo que permitam conhecer pessoas com interesses em comum.

As mídias sociais na internet proporcionam uma interação social que as empresas podem usar para expor suas marcas, intencionando o aumento de suas vendas e buscando relacionar se com seus clientes no ambiente virtual (ARAGÃO, et al, 2016). O uso do Instagram como ferramenta de marketing digital possibilita o relacionamento e estratégias de marketing de conteúdo, fazendo com o que o cliente deseje obter seu produto ou serviço.

2.4 Monitoramento das redes sociais

De acordo com Monteiro e Azarite (2012) pode-se dizer que o principal motivo para monitorar não é punir ou recompensar, mas aprender. A principal sensação das pessoas ao ouvirem o termo monitoramento é que estão sendo observadas ou controladas, mas como os autores citados afirmam o monitoramento tem como principal objetivo aprender e possibilitar o aperfeiçoamento de estratégias.

Monteiro e Azarite (2012) afirmam que as atividades de monitoramento em redes sociais são atividades complexas e que exigem grande especificidade e atualização constantes, já que as pessoas são bastante dinâmicas e geram dados a todo momento a respeito do conteúdo que compartilham em seus perfis nas redes sociais. A avaliação de dados para o marketing digital pode ser primordial para o bom funcionamento e análise de métricas e resultados nas redes sociais. Uma das vantagens do Marketing Digital é que os resultados podem ser medidos e mensurados através de plataformas e análises de resultados.

De acordo com Maximiliano (2006), o planejamento estratégico deve ser entendido como um processo cíclico através do monitoramento, do controle e dos ajustes na análise da situação atual da empresa. Logo, a grande vantagem competitiva de uma organização está em sua capacidade de converter a estratégia em ação ou os riscos em oportunidades.

2.4.1 Métricas em Marketing Digital

Métricas são medidas quantificáveis usadas para analisar o resultado de um processo, ação ou estratégia específica. Está altamente interligada com o monitoramento através da utilização de KPIs (Key Performance Indicators), ou seja, indicadores chave de performance.

Silva (2013) afirma que o trabalho de métricas em redes sociais não é apenas o trabalho de gerar números quantificados. Os números quantificados podem não expressar informações exatas para que as organizações tomem decisões e obtenham bons resultados. É importante para as empresas ter um relacionamento mais próximo com os seus clientes. Não basta apenas determinada marca ter um grande número de fãs, as organizações necessitam ouvir seus clientes e gerar relacionamentos.

Churchill e Peter (2005) complementam dizendo que a comunicação de marketing tem metas como aumentar vendas e lucros, formar imagens positivas ou identificar possíveis clientes, por

exemplo. Uma organização que atua nas redes sociais virtuais necessita, portanto, de medir o impacto das suas ações a fim de monitorá-las e evitar que elas fiquem isoladas do seu público-alvo através da análise de métricas.

Os tipos de métricas existentes e mais utilizadas em redes sociais são: engajamento, participação e colaboração; alcance, disseminação e repercussão; sentimento e reputação; influência, influenciadores e advocacia; ROI, vendas e leads; Satisfação e resolução dos problemas; adequação, temas e tópicos; perfil e localização do público; tendências de mercado e produto. Outras métricas poderão existir de acordo com o contexto e necessidade do negócio ao qual a organização está inserida (SILVA, 2011).

3 METODOLOGIA

3.1 Abordagens

A abordagem utilizada é o método indutivo, método responsável pela generalização, partindo de algo particular para algo mais geral.

O método indutivo é uma forma de raciocínio que parte da observação. Somente a partir dessa análise é possível desenvolver uma teoria, na qual serão apresentadas premissas com o intuito de chegar a conclusões que podem ou não serem verdadeiras. (MARQUES, 2020)

3.2 Métodos de pesquisa

3.2.1 Abrangência

A abrangência da pesquisa é interdisciplinar, pois se utilizou conceitos de áreas: marketing, marketing digital, comportamento do consumidor e mídias sociais, que integradas, justificam as ideias defendidas nesta pesquisa.

Interdisciplinaridade (Houaiss, 2001) quer dizer propriedade de ser interdisciplinar. Interdisciplinar está exposto como o que estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou ramos do conhecimento; que é comum a duas ou mais disciplinas. Esses significados apontam para uma atividade de investigação que coloque disciplinas em relação umas com as outras.

3.2.2 Abordagem do problema

A pesquisa é de caráter quanti-qualitativo, qualitativo devido a análise de dados obtidos da entrevista com os sócios da empresa. Segundo Bersot (2019), a pesquisa qualitativa, por sua vez, interpreta e analisa os fenômenos, atribuindo-os significados, que não podem ser analisados quantitativamente. Ou seja, é uma pesquisa de caráter exploratório e subjetivo, que estimula o entrevistado a pensar e a falar livremente sobre um tema.

Esta pesquisa também tem caráter quantitativo em razão da análise de questionários aplicados aos clientes da empresa com o intuito de captar dados sobre a percepção do marketing digital, para medir o aumento do número de clientes e o crescimento da empresa Lead Criações através do marketing digital.

De acordo com a Qualibest (2020): a pesquisa quantitativa utiliza números, porcentagens e cálculos matemáticos para alcançar os resultados, logo, seu objetivo inclui verificar de maneira estatística uma hipótese. É um método prático que traduz todos os dados obtidos em números e/ou porcentagens, que busca obter respostas conclusivas sobre diferentes temas.

3.2.3 Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo a pesquisa exploratória, que proporciona maior familiaridade com o problema, estimulando o aprofundamento do tema.

A pesquisa exploratória é aquela que está em sua fase preliminar e objetiva conquistar maior familiaridade com o problema. É desenvolvida quando ainda não há tantos dados e informações disponíveis sobre um tema, mas percebe- se que ele poderá ser alvo de pesquisas futuras. A pesquisa exploratória costuma estar associada à pesquisa bibliográfica e ao estudo de caso, que é aquele em que o pesquisador levanta dados sobre indivíduos ou comunidades específicas. (BERSOT, 2019).

3.2.4 Natureza

A natureza de pesquisa utilizada neste trabalho é a básica com o objetivo ampliar o conhecimento sobre o tema, demonstrando para que serve o conteúdo estudado e porque deve ser estudado.

Segundo Gil (2010), a pesquisa básica aglutina estudos que tem como objetivo completar uma lacuna no conhecimento, enquanto a aplicada “abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem”.

3.2.5 Procedimento

Os procedimentos no presente trabalho são:

Pesquisas bibliográficas a partir de livros voltados para o marketing, comunicação e vendas, artigos, trabalhos acadêmicos e sites que abordam os temas supracitados.

De acordo com Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Foi feito um estudo de estudo de caso na Lead Criações LTDA, realizando levantamentos de dados sobre o comportamento de compra dos consumidores no meio digital, em aplicação e análise de entrevistas estruturadas com os sócios da empresa, que possibilita a pesquisa na base de dados da mesma e a verificação do impacto do marketing digital.

Corner (2020) afirma que o estudo de caso é um método de pesquisa com o objetivo de entender melhor um tema, um processo ou uma situação, envolvendo pesquisas aprofundadas sobre um assunto para aprender sua funcionalidade e seus sucesso.

3.3 Coleta de dados

As formas de coleta de dados utilizadas no presente trabalho foram:

Observação assistemática, com equipe de observadores formada pelos autores da pesquisa. Para Gil (2008): a observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa.

Roteiro de entrevista com perguntas abertas direcionada aos sócios da empresa Lead Criações, que foi feita pessoalmente. De acordo com Marconi e Lakatos (2012), roteiro de entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas alcance informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Questionário destinado aos clientes da empresa com o objetivo de captar dados sobre a percepção do marketing digital, sendo disponibilizado de forma online por meio do software google forms. Segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 203) “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

3.4 Delimitação do universo

O universo abrangente pretendido com essa pesquisa são os clientes da Lead Criações LTDA, tendo como característica a amostra presente na cidade Belo Horizonte e regiões metropolitanas devido ao fato da empresa estar localizada na região da Pampulha na cidade de Belo Horizonte. A amostra é não probabilística devido ao fato de que a coleta é baseada em critérios definidos previamente, pois nem todo o universo tem a mesma chance de ser entrevistado, mas que no final do trabalho de campo o resultado seja representativo e passível de extrapolação, de acordo com Dias (2018). A amostra apresentada foi calculada com base nas respostas de 50% a 100% dos clientes da empresa e dos consumidores da marca nas mídias sociais. O universo da empresa são 60 clientes, e a amostra equivale a 28 respondentes.

3.5 Análise de dados

Após adquirir os dados foi feita a tabulação das informações coletadas criando gráficos para analisar o comportamento dos consumidores e o posicionamento de marca da empresa pesquisada. Os números foram organizados em uma planilha Excel e mensurados, logo após, foi feita a análise dos mesmos para solucionar a pergunta problema, o objetivo geral e os objetivos específicos do presente trabalho.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A empresa pesquisada trata-se de uma microempresa, que se encontra localizada no Estado de Minas Gerais na cidade de Belo Horizonte e presta serviços e consultoria em marketing digital. Foi fundada em maio de 2020 e possui 3 sócios, os quais não autorizaram a sua identificação, sendo dois homens e uma mulher na faixa etária de 22 a 30 anos com formação acadêmica em administração de empresas e marketing. A mesma possui uma funcionária contratada e dois terceirizados.

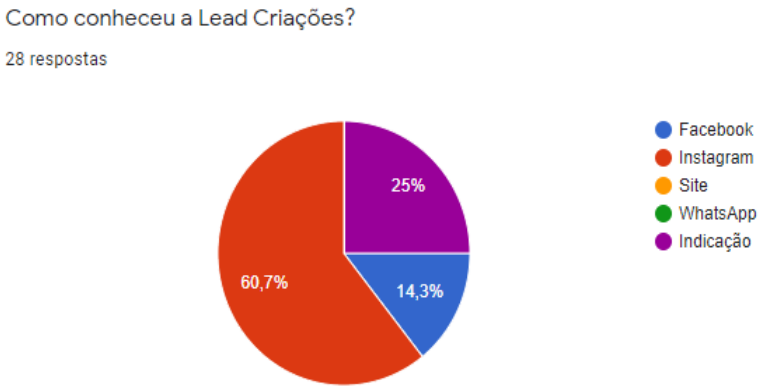
De acordo com os sócios, a relação da empresa virtual e da empresa física é boa e seus objetivos convergem para uma maior efetividade no alcance do seu público-alvo. Ações integrando o mundo real e o mundo virtual sempre fizeram parte do planejamento estratégico da empresa. Seus clientes são pessoas físicas e jurídicas com foco na gestão de marketing qualificada.

Com base nas informações prestadas pela empresa Lead Criações, foi possível notar que a mesma utiliza de estratégias de marketing tradicionais, como panfletagem, distribuição de cartões e o marketing boca a boca.

A empresa ressalta a importância do marketing digital para sua ampliação, desenvolvimento e presença de marca no mercado, objetivando o marketing de relacionamento em prol do aumento de consumidores e fidelização dos mesmos, através de e-mails marketing, listas de transmissão no WhatsApp, e distribuição de conteúdos gratuitos como e-books para obtenção de listas de lead a fim de possibilitar a captação de clientes através do tráfego pago com a utilização da estratégia de funil de vendas. Sendo seus conteúdos voltados para a informação, dicas, entretenimento relacionados ao marketing, dessa forma gerando valor para o seu público alvo.

Apoiada nas possibilidades de visibilidade e de ferramentas que proporcionam um custo-benefício elevado, a empresa informa que através do marketing digital ela obtém maior retorno no aumento de clientes por um valor de investimento inferior ao investido no marketing tradicional, também conhecido como marketing off-line, destacando que hoje aproximadamente 80% do seu público vieram pelas redes sociais como mostra os dados coletados dos clientes e consumidores abaixo:

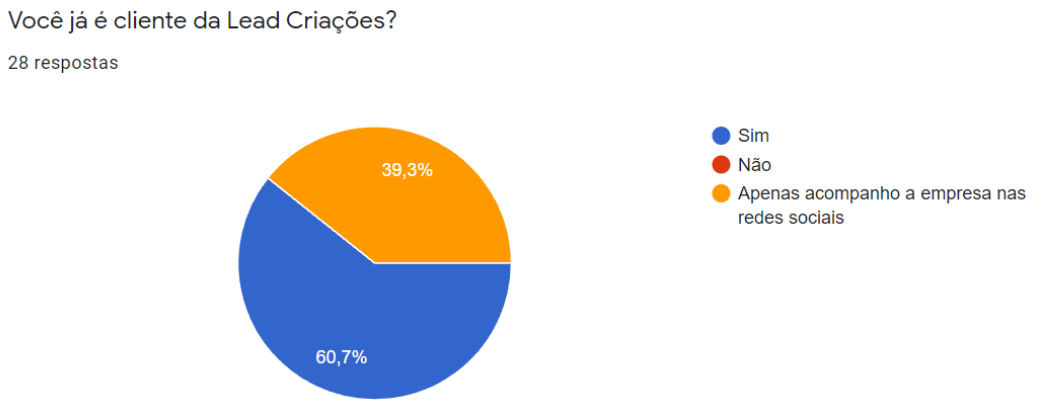
Figura 1



Fonte: Autores do trabalho

Com base nos dados apresentados, pode-se afirmar que 75% dos respondentes conheceram a empresa através das redes sociais como Instagram e Facebook, e 25% através de indicação dos próprios clientes. Com isso, foi possível validar a informação oferecida pela empresa e verificar que de fato o marketing digital causa grande impacto no aumento de clientes da Lead Criações.

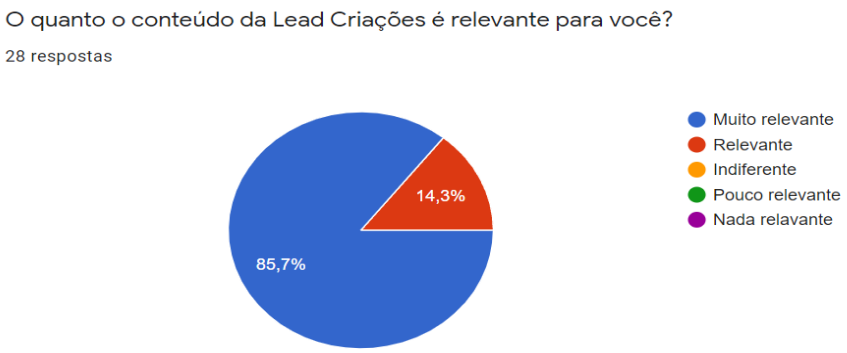
Figura 2:



Fonte: Autores do trabalho

Sendo que 60,7% dos respondentes possuem uma relação direta como clientes da empresa e 39,3% são consumidores de conteúdos oferecidos pela mesma em suas redes sociais, comprovando a sua relevância em conteúdos e a possibilidade de conversão desses consumidores em clientes.

Figura 3:



Fonte: Autores do trabalho

85,7% afirmam que o conteúdo oferecido pela empresa em suas redes sociais é muito relevante e 14,3% afirmam ser relevante, o que resulta em uma totalidade de 100% de satisfação do consumidor. De acordo com a empresa, essa satisfação se dá devido ao relacionamento e conhecimento do consumidor, através de registros de informações em sistemas de CRM (Customer Relationship Management), pesquisas de satisfação, e-mails marketing com conteúdos educativos, interativos e de venda, e conhecendo as necessidades do público é feita a criação de conteúdo para topo, meio e fundo de funil de vendas.

No marketing digital, a principal forma de medir os resultados é através de análises de métricas que proporcionam melhor visualização do público alcançado, como idade, localização, gênero, quais conteúdos possuem maior alcance e maior interação do público, bem como o comportamento de compra. A empresa realiza a formulação de suas estratégias futuras com apoio dessas ferramentas de análises de métricas.

Para a formulação deste trabalho foram analisados os dados fornecidos pela empresa. De acordo com o Gráfico de Resultados Público Facebook e Instagram inserido no anexo A, que

demonstra que a empresa retém maior alcance e maior público no Instagram, sendo em torno de 64% do público feminino e 35% do masculino.

Conforme o Gráfico de Resultados Alcance Facebook e Instagram, anexo B, percebe-se que no período de maio a julho a empresa obteve maiores resultados de alcance de pessoas com interesses em seu conteúdo oferecido, possibilitando a geração de potenciais clientes e a sua condução pelo funil de vendas, ocasionando na conclusão de vendas e consequentemente no aumento de clientes.

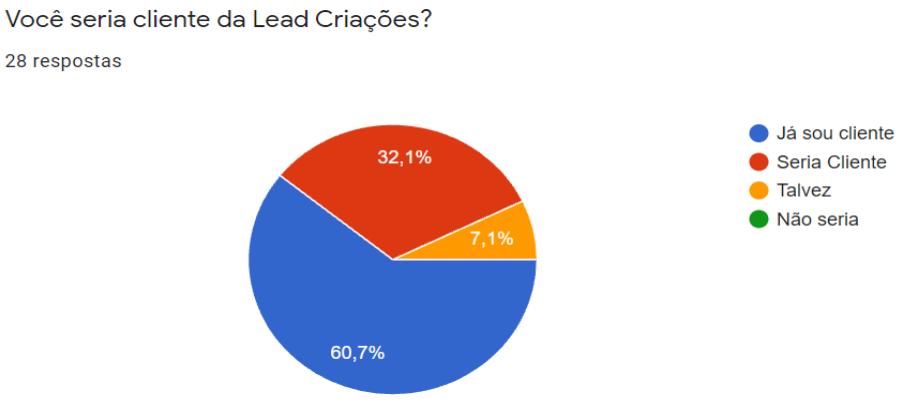
Baseado em todas as ferramentas citadas pela empresa se torna correto afirmar que as ações geradoras de maiores resultados no marketing digital foram as estratégias de inbound marketing, que consiste no marketing de atração e relacionamento on-line, utilizando conteúdos que geram valor para o público, criando chamadas persuasivas e destacando o benefício de obter o seu serviço de forma indireta.

Destaca-se também as estratégias de tráfego pago, ou seja, campanhas de anúncios promovidos no meio digital, tendo como benefício a determinação do público a ser atingido nas redes sociais e também no site através da ferramenta de pixel, segundo a empresa todo o trabalho nas redes sociais e site são realizados e gerenciados pelos sócios.

Em conformidade com a planilha de veiculação de clientes, inserida no anexo C, se torna possível mensurar o aumento no número de clientes da Lead Criações no período apresentado e validar a eficácia das ações utilizadas para o aumento no número de clientes da empresa, podendo ressaltar os meses maio, junho e julho acima supracitados, tendo além de alcance maior nas mídias digitais, mas também um aumento de aproximadamente vinte novos clientes em diversos serviços oferecidos pela mesma.

Fundamentado em todas as análises realizadas e com base nas informações fornecidas pela empresa, seus clientes, seus consumidores e estudos bibliográficos, percebeu-se a viabilidade do marketing digital para Lead Criações. Tendo como benefícios: O seu crescimento, desenvolvimento da marca, presença e autoridade da marca, relacionamento com cliente, análises, controle e segmentação de mercado e fidelização de clientes. Como forma de validar a probabilidade de crescimento foi perguntado aos respondentes se eles seriam clientes da Lead Criações.

Figura 4:



Fonte: Autores do trabalho

Onde 32,1% dos consumidores da marca equivalente a 39,2% dos respondentes afirmam que seriam clientes da empresa Lead Criações e os demais 7,1% afirmam que talvez se tornaram clientes, o que permite autenticar a capacidade de crescimento da empresa através das ferramentas do marketing digital. A empresa evidencia que as mídias digitais, bem como as redes

sociais são mais que ambientes para interação, são a principal fonte de obtenção de clientes, o que proporciona seu crescimento e também o que possibilita os serviços prestados pela mesma de serem realizados e oferecidos. Portanto, pode-se comprovar que o marketing Digital possui grande impacto nos serviços, no aumento de clientes e consequentemente no crescimento da empresa.

5 CONCLUSÃO

Em tempos de avanço tecnológico, os meios de comunicação sofrem transformações constantes, em decorrência dos progressos obtidos, bem como a expansão de acesso às plataformas de comunicação como reflexo deste processo. Cada vez mais pessoas estão conectadas através de aparatos modernos que aproximam e comunicam as pessoas umas com as outras. Logo, a utilização das redes sociais como instrumento de compartilhamento de informações e diálogos entre as pessoas emerge como um novo campo de possibilidades para a execução de transações dentro do mundo dos negócios.

As redes sociais estão cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas, seja para trabalho, estudo, entretenimento, compras, vendas, e consequentemente exercem o papel de aproximar clientes e empresas, contribuindo diretamente nesta relação, pois possuem um alcance muito grande, se tornando uma vitrine virtual dos produtos e serviços da empresa e uma rede de relacionamentos de confiança.

Diante do contexto supracitado, verificou-se uma relação com o presente trabalho, no qual foi possível analisar os impactos, identificar as ações que geraram melhores resultados, mensurar o aumento do número de clientes e apontar os benefícios do marketing digital para a empresa Lead Criações.

A empresa utilizou de ferramentas digitais e meios de comunicação atrelados a redes sociais com o objetivo de não só captar clientes, mas também criar e estruturar a sua audiência e por consequência alcançar o que é denominado pelo marketing digital como autoridade, através de pesquisas se torna possível afirmar que de fato a autoridade está relacionada às estratégias de inbound marketing, que consiste em um tipo de promoção através de conteúdos relevantes para os consumidores.

Além da estratégia de autoridade, foi utilizado pela empresa ferramentas de divulgação nas redes sociais e campanhas de tráfego com o objetivo de obter maior alcance em suas publicações e também por possuir a oportunidade de delimitar o público alvo a ser atingido, gerando assim maior retorno em vendas e aumento no número de consumidores.

Baseado nas análises realizadas com as informações fornecidas pela empresa, seus clientes, seus consumidores e estudos bibliográficos, percebeu-se a viabilidade do marketing digital para Lead Criações. Nesse âmbito destacam-se os seguintes benefícios: o seu crescimento, desenvolvimento da marca, presença e autoridade da marca, relacionamento com cliente, fidelização, entre outros.

Este trabalho não encerra nem traz dados suficientes, logo, sugerem-se futuras pesquisas acerca deste tema.

REFERÊNCIAS

ABREU, Leandro. Publicado em 25 de Março de 2020. **Comportamento do consumidor digital: como é esse perfil e dicas para se comunicar melhor com ele**. Disponível em :<https://rockcontent.com/br/blog/comportamento-do-consumidor-digital/. Acesso em 08 de Maio de 2021.

ARAGÃO, F. B. P.; FARIAS, F. G.; MOTA, M. O. FREITAS, A. A. F. Curtiu, comentou, comprou. **A mídia social digital Instagram e o consumo**. Revista Ciências Administrativas, v. 22, n. 1, p. 130-161, 2016. Disponível em:<http://www.spell.org.br/documentos/ver/40212/curtiu--comentou--comprou--a-mídia-socialdigital-instagram-e-o-consumo/i/pt-br>. . Acesso em: 9 maio. 2021.

BERSOT, Kaike. Publicado em 05 de Ago. 2019.**Guia básico para entender a metodologia científica de vez.** Disponível em :<https://www.unasp.br/blog/entender-a-metodologia-cientifica-de-vez/. Acesso em 02 de Maio de 2021.

CHURCHILL, Gilbert A. Jr.; PETER, J. Paul. **Marketing: criando valor para os clientes**. 2. ed.. São Paulo: Saraiva, 2005.

CORNER, Alice. Publicado em 19 de Jun. 2020. **15 exemplos profissionais de estudo de caso**. Disponível em :< https://pt.venngage.com/blog/estudo-de-caso/. Acesso em 16 de Jun. 2021.

DIAS. **9 tipos de amostragem probabilística e não-probabilística**. [S. l.], 18 dez. 2018. Disponível em: https://www.opuspesquisa.com/blog/tecnicas/amostragem/. Acesso em: 20 maio 2021.
ELLIOT, N. **Instagram is The KindOf social engagement.** FORREST. Estados Unidos, 29 de Abril de 2014. Disponível em: htt://blogs.forrest.com/nate_elliot/14-04-29instagram_is_the_kind_of_social_engagemente Acesso em: 10 maio 2021.

FRANKENTHAL, Rafaela. Publicado em 17 de Fev. 2017. **O que é comportamento do consumidor? Qual sua importância?** Disponível em :< https://mindminers.com/blog/o-que-comportamento-consumidor/. Acesso em 08 de Maio de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de Pesquisa Social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos**. Como elaborar projetos de pesquisa**. Antônio Carlos Gil. - 4. Ed. São Paulo :Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOTMART. Publicado em 30 de Dez. 2020. **Aprenda a utilizar o Facebook Business e descubra seus benefícios**. Disponível em: <https://blog.hotmart.com/pt-br/facebook-business/. Acesso em 08 de Maio de 2021.

HOTMART. Publicado em 18 de Mar. 2021. **Aprenda a anunciar no Facebook Ads e aumente suas vendas em 2021**. Disponível em: <https://blog.hotmart.com/pt-br/anunciar-no-facebook/. Acesso em 08 de Maio de 2021.

HOTMART. Publicado em 25 de Fev. 2021. **Como criar uma fanpage no Facebook em 4 passos.** Disponível em: https://blog.hotmart.com/pt-br/fanpage-no-facebook/. Acesso em 08 de Maio de 2021.

HOUAISS, **Dicionário Eletrônico**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

JARBAS, J. **Como aumentar vendas usando redes sociais**. 13 de março de 2013. Disponível em: <http://.proxima.com.br/home/social/2013/03/13/Artigo-comoaumentar-vendas-usando-as-redes-sociais.html>. . Acesso em 08 maio de 2021.

JUNIOR, W. T. L. **Mídia social conectada: produção colaborativa de informação de relevância social em ambiente tecnológico digital.** LÍBERO: São Paulo – v. 12, n. 24, p. 95- 106, dez. de 2009.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: A Edição do novo milênio**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, Philip. ARMSTRONG, Gary**. Princípios de marketing**. 12a Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LIMEIRA, Tania Maria Vidigal. **E-Marketing: O marketing na internet com casos brasileiros.** São Paulo, Editora Saraiva, 2003.
MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Técnicas de Pesquisa.** 6. Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MARQUES, MAYANNA. Publicado em 13 de Nov. 2020. **Método indutivo: o que é para que serve?** Disponível em :<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/filosofia/metodo-indutivo. Acesso em 10 de Jun. 2021.

MAXIMILIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006
MEIRA, Letícia. Publicado em 17 de Set. 2019. **Mudanças e tendências de comportamento do consumidor na era digital**. Disponível em :<https://www.surfedigital.io/blog/comportamento-do-consumidor. Acesso em 08 de Maio de 2021.

MELO, Thiago. Publicado em 22 de Set. 2017. **Mídias sociais e redes sociais: o conceito de interação social.** Disponível em :<https://medium.com/@tmddesigner/m%C3%ADdias-sociais-e-redes-sociais-o-conceito-da-intera%C3%A7%C3%A3o-social-c703d54fba8c. Acesso em 21 de Abril de 2021.

MONEY TIMES. Publicado em 22 de Março de 2021.**Marketing digital como aliado das empresas**. Disponível em :<https://www.folhape.com.br/economia/marketing-digital-como-aliado-das-empresas/176964/. Acesso em 02 de Abril de 2021.

MONTEIRO, Diego; AZARITE, Ricardo. **Monitoramento e métricas de Mídias Sociais: do estagiário ao CEO**. DVS Editora. São Paulo, 2012.

NEVES, Luana. Publicado em 15 de Out. 2019. **Pirâmide de Maslow: por que todos os profissionais deveriam conhecê-la?** Disponível em :< https://andrebona.com.br/piramide-de-maslow-por-que-todos-os-profissionais-deveriam-conhece-la/. Acesso em 09 de Maio de 2021.

NZN, Intelligence, 2019. Publicado em 28 de Dez. 2020. **8 estatísticas sobre compras online para o ano de 2021.**Disponível em:< https://www.oberlo.com.br/blog/estatisticas-compras-online#:~:text=todas%20as%20

compras.-,Estad%C3%ADsticas%20sobre%20
compras%20online%3A%20r%C3%A1pido%20resumo,pagas%20via%20cart%C3%A3o%20de%20
cr%C3%A9dito.Acesso em 8 de Maio de 2021.

PACHECO, Pollyne. Publicado em 17 de Abril de 2019. **Pirâmide de Maslow relacionada a persona do consumidor.** Disponível em:<
https://administradores.com.br/artigos/piramide-de-maslow-relacionada-a-persona-do-consumidor.
Acesso em 09 de Maio de 2021.

PEÇANHA, Vitor. Publicado em 22 de Jul. 2020. **O que é marketing: tudo o que você precisa saber sobre a arte de conquistar e fidelizar clientes**. Disponível em
:< https://rockcontent.com/br/blog/o-que-e-marketing/. Acesso em 20 de Abril de 2021.

PEÇANHA, Vitor. Publicado em 25 de Nov. 2020. **O que é Marketing Digital? Tudo sobre o conceito, como fazer e começar sua estratégia de Marketing Online em 2021**. Disponível em:<
https://rockcontent.com/br/blog/marketing-digital/. Acesso em
16 de Jun. 2021.

PEÇANHA. Publicado em 22 de Jul. 2020. **O que é Marketing: tudo o que você precisa saber sobre a arte de conquistar e fidelizar clientes**. Disponível em
:<https://rockcontent.com/br/blog/o-que-e-marketing/. Acesso em 31 de Out. 2021.

PEREIRA, l. **Estratégias de marketing digital utilizadas para o posicionamento de marca e aumento de vendas de uma empresa em Brasília**. Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, FATECS. Brasília, 2014.

PERIARD, Gustavo.Publicado em 30 de Maio de 2011. **A hierarquia das necessidades: o que é e como funciona.** Disponível em:
<http://www.sobreadministracao.com/a-piramide-hierarquia-de-necessidades-de-maslow/> Acesso em 09 de Maio de 2021.

PIZA, M. V. **O fenômeno instagram: considerações sob perspectiva tecnológica.** 2012. 48f.Monografia (Graduação) – Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais,Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2017. Disponível em:
<http://bdm.unb.br/handle/10483/3243>. Acesso em 09 maio. 2021

PORTER, Michael. **Competição on competition: estratégias competitivas essenciais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

QUALIBEST. Publicado em 13 de Maio de 2020. **Entenda o que é pesquisa qualitativa e quantitativa**. Disponível em:<
https://www.institutoqualibest.com/blog/dicas/entenda-o-que-e-pesquisa-qualitativa-e-quantitativa/. Acesso em 01 de Maio de 2021.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

REZ, Rafael. Publicado em 21 de Jan. 2020. **Marketing: O guia completo**. Disponível em :<
https://novaescolademarketing.com.br/marketing-guia-completo/. Acesso em 19 de Abril de 2021.

REZ, Rafael. Marketing de Conteúdo **A moeda do século XXI**. São Paulo - DVS Editora, 2016.

REZ, Rafael. Publicado em 14 de Março de 2016. **Marketing Digital e o novo perfil do Consumidor Digital**. Disponível em :<https://novaescolademarketing.com.br/marketing-digital-e-o-novo-perfil-do-consumidor-digital/. Acesso em 08 de Maio de 2021.
SAMBATECH. Publicado em 21 de Ago. 2017. **Como a tecnologia está mudando o Marketing.** Disponível em :< https://sambatech.com/blog/insights/tecnologia-esta- mudando-o-marketing/. Acesso em 26 de Março de 2021.

SCHERMANN, Daniela. Publicado em 6 de Jan. de 2021. **Guia do Comportamento do consumidor: o que é, como pesquisar e analisar o comportamento dos clientes.** Disponível em:< https://blog.opinionbox.com/comportamento-do- consumidor-marketing/. Acesso em 21 de abril de 2021.

SEGURA, M. C. **O estudo do Marketing Digital versus Marketing Tradicional e a percepção das suas campanhas por parte dos consumidores no mercado virtual a tradicional**. 2009. f. 51. Dissertação (Mestrado em estatística e Gestão da Informação) - Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa,2009.
SERRANO, Daniel. **Quais são os 8Ps do Marketing Digital**. Disponível em: http://dgmarketingdigital.com.br/quais-sao-os-8ps-do-marketing-digital/ . Acesso em: 20 de Abril de 2021.

SILVA, Douglas da. Publicado em 5 de Abril de 2021. **Comportamento do consumidor: 4 tendências para acompanhar o que mudou com a pandemia.** Disponível em:<https://www.zendesk.com.br/blog/comportamento-do-consumidor/.
Acesso em 08 de Maio de 2021.

SILVA, Tarcízio. 2011. **Ferramentas de Mensuração e Análise de Mídias Sociais.** Disponível em: http://www.slideshare.net/tarushijio/ferramentas-demensuracao-e- analise. Acesso em 21 de Abril de 2021.

SILVA, Tarcízio, 2013. **Monitoramento de Marcas e Conversações: alguns pontos para discussão**. In: SILVA, Tarcízio; AYRES, Marcel; CERQUEIRA, Renata. DOURADO, Danila (orgs.). #MidiasSociais: Perspectivas, Tendências e Reflexões.

TORRES, Cláudio. **A Bíblia do marketing digital: tudo o que você queira saber sobre marketing e publicidade na internet e não tenha a quem perguntar**. São Paulo: Novatec Editora, 2009.

ZENARO, Marcelo, Pereira, Maurício Fernandes. **Marketing estratégico para organizações e empreendedores: guia prático e ações passo a passo**. Atlas, 08/2013.

ANEXO

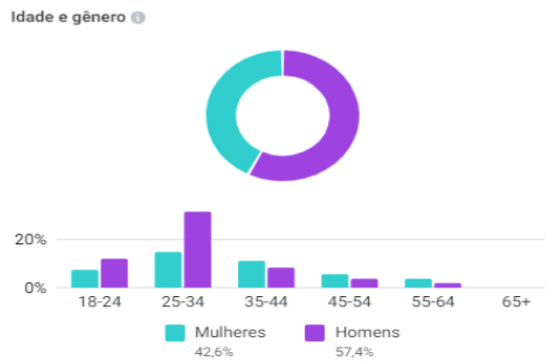
Anexo A - Gráfico de Resultados público Facebook e Instagram

Público atual | Público potencial

Curtidas da Página do Facebook

110

Idade e gênero



Cidades principais

Belo Horizonte, MG
55.5%

Ribeirão das Neves, MG
14.5%

Vespasiano, MG
4.5%

Embu das Artes, SP
2.7%

Vila Velha, ES
2.7%

Betim, MG
1.8%

Itabira, MG
1.8%

Santa Luzia, MG
1.8%

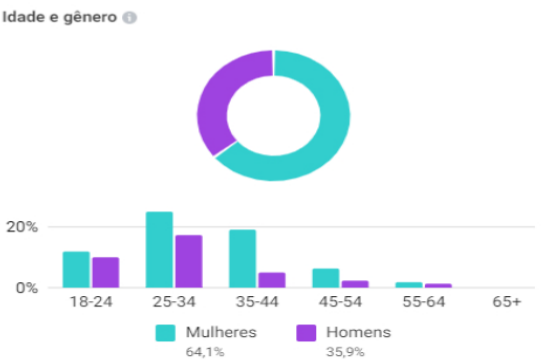
São Paulo, SP
1.8%

Tuluá, Valle del Cauca, Colombia
0.9%

Seguidores do Instagram

345

Idade e gênero



Cidades principais

Ribeirão das Neves, MG
26.7%

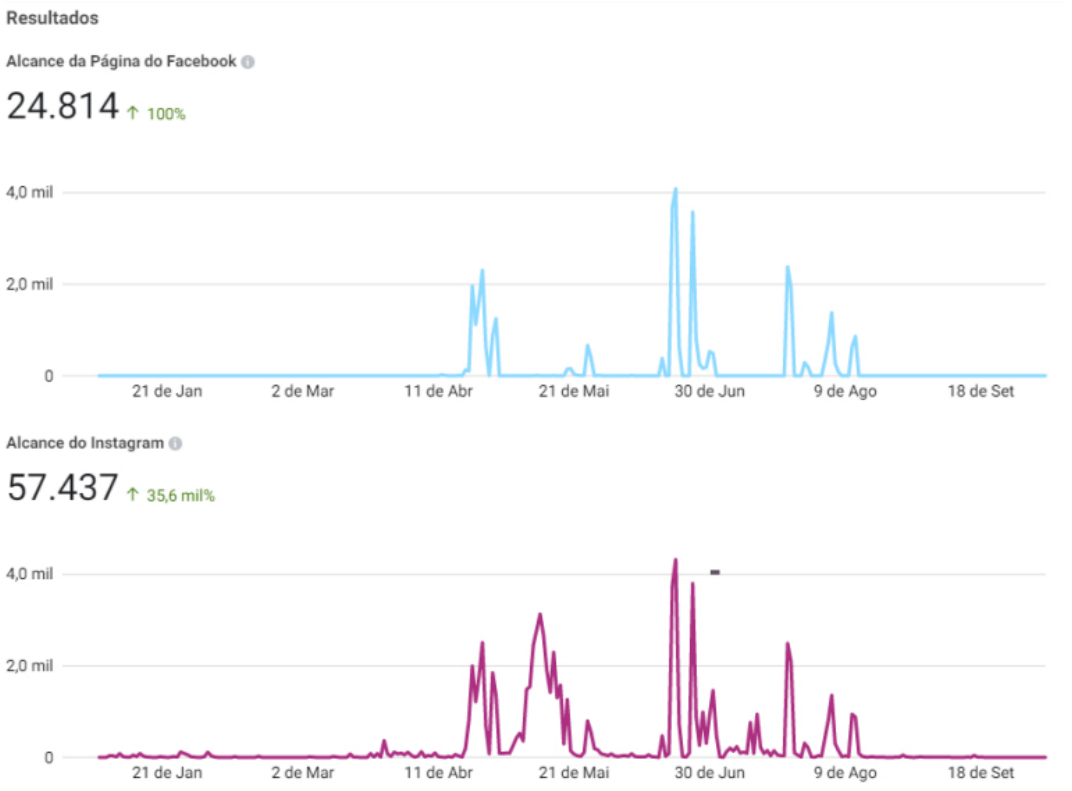
Belo Horizonte, MG
25.5%

Rio de Janeiro, RJ
1.2%

Santa Luzia, MG
1.2%

São Paulo, SP
0.9%

Anexo B - Gráfico de Resultados Alcance Facebook e Instagram



Anexo C - Planilha Veiculação Clientes

ENTRADA	VEICULAÇÃO	SERVIÇO
19/11/2020	Prospecção passiva	Social Media
03/01/2021	WhasApp	Social Media
05/01/2021	Prospecção passiva	Social Media
24/02/2021	Trafego Pago - Instagram	Social Media
07/03/2021	Trafego Pago - Instagram	Social Media
27/03/2021	Indicação de cliente	Social Media
03/04/2021	Trafego Pago - Instagram	Design Gráfico
10/05/2021	Trafego Pago - Instagram	Design Gráfico
12/05/2021	Trafego Pago - Instagram	Design Gráfico
15/05/2021	Trafego Pago - Instagram	Design Gráfico
11/05/2021	Trafego Pago - Instagram	Consultoria Mkt Off
17/05/2021	Trafego Pago - Facebook	Trafego no Linkedin
21/05/2021	Trafego pago- Intagram	Consultoria Mkt Digital
28/05/2021	Trafego Pago - Facebook	Social Media
28/05/2021	Trafefo Pago - Intagram	Social Media
30/05/2021	WhasApp	Design Gráfico
08/06/2021	Trafego Pago - Instagram	Design Gráfico
10/06/2021	Trafego Organico - Instagram	Trafego no instagram
21/06/2021	Trafego Pago - Instagram	Consultoria Mkt
21/06/2021	Trafego Pago - Instagram	Social Media
01/07/2021	Trafego Pago - Instagram	Trafego Pago
07/07/2020	Prospecção passiva	Curso de Mkt Digital
13/07/2021	Trafego Organico - Instagram	Mentoria
15/07/2021	Trafego Pago - Instagram	Social Media
17/07/2021	Indicação de cliente	Curso de Mkt Digital
23/07/2021	Trafego Pago - Instagram	Design Gráfico
25/07/2021	Trafego Pago - Instagram	Curso de Mkt Digital
04/08/2021	Trafego Pago - Instagram	Design Gráfico
11/08/2021	Trafego Pago - Instagram	Trafego
15/08/2021	Trafego Pago - Instagram	Design Gráfico
25/08/2021	Trafego Pago - Instagram	Social Media
11/09/2021	Trafego Pago - Facebook	Consultoria Mkt Digital
13/09/2021	WhasApp	Curso de Mkt Digital

MECHANICAL WORKSHOP: The Financial Management of a Small Family Business

Bruna Pereira de Carvalho[1] João Victor de Souza Ferreira[2] Kelen dos Santos Bicalho[3] Fernando Gonçalves Custódio[4]

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a gestão financeira de uma oficina mecânica que é uma pequena empresa familiar, buscando compreender sua rotina e a identificação da necessidade de aplicar as ferramentas de gestão financeira como fluxo de caixa, demonstração do resultado do exercício (DRE) e os índices financeiros para um controle eficiente e assertivo. A partir da entrevista e dos relatórios analisados, foi possível perceber a necessidade de uma gestão eficaz e a aplicação das ferramentas financeiras, para organizar, analisar seus resultados e realizar uma melhor tomada de decisão.

Palavras-chave: Gestão financeira, Fluxo de Caixa, DRE, Índices Financeiros.

Abstract: *This paper aims to analyze the financial management of a mechanical workshop that is a small family business, seeking to understand its routine and identify the need to apply financial management tools such as cash flow, income statement (DRE) and*

financial ratios for an efficient and assertive control. From the interview and the analyzed reports, it was possible to perceive the need for effective

[1] Graduanda em Administração - bruna.carvalho@soupromove.com.br.

[2] Graduando em Administração - joao.ferreira@soupromove.com.br.

[3] Graduanda em Administração - kelen.bicalho@soupromove.com.br.

[4] Mestre em Administração - fernando.custodio@somospromove.com.br

management and the application of financial tools, to organize, analyze the results and carry out better decision-making.

***Keywords**: Financial management,Cash Flow,DRE, Financial Ratios*

1 INTRODUÇÃO

No Brasil as Micro e Pequenas Empresas (MPE) têm um importante peso na economia, de acordo com o Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE 2018) este tipo de negócio é responsável por cerca 52% dos empregos formais no país e (SEBRAE 2020) cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Mesmo as MPE's tendo peso na economia do país, muitas delas têm se mantido sem uma estrutura gerencial qualificada, pois esses empreendedores em sua maioria abriram as portas de sua empresa sem o Planejamento de Negócio adequado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 60% das empresas fecham em seus primeiros 5 anos devido aos seguintes fatores: ausência do plano de negócio, falta de planejamento estratégico e gestão empresarial, desconhecimento de mercado, divergência entre os sócios, falta de comportamento adequado de empreendedorismo e por fim descontrole financeiro, que representa 19% de causa mortis das empresas segundo o SEBRAE (2014 p.1).

A gestão financeira nas pequenas empresas mostra a importância do empreendedor conhecer as ferramentas financeiras para a simplificação e agilização dos processos e uma melhor visão econômica de sua empresa, assim é possível visualizar a real situação e capacidade em arcar com suas obrigações. Portanto, a aplicação de suas ferramentas tem o poder de esclarecer o atual cenário de uma organização possibilitando uma tomada de decisões eficiente e precisa, trazendo para uma pequena empresa um conforto financeiro e longevidade nos seus negócios.

O objeto de estudo deste trabalho é uma pequena empresa familiar no ramo de serviços automotivos: Oficina Mecânica, sua gestão financeira e aplicabilidade das ferramentas da gestão financeira.

Aberta em 2002, com o objetivo de atender os clientes da região da Savassi surgiu a Oficina Mecânica. Ao passar os primeiros anos a empresa se viu em um estado de solvência, onde caminhava lentamente à falência. Devido à dificuldade financeira, em 2006 a empresa teve sua transferência ao atual proprietário, assumindo assim todo o ônus da organização, o qual se mantém na direção até os dias atuais, e conseguiu recuperar a empresa, mesmo sem praticar as ferramentas gerenciais financeiras como retiradas Pró-labore devidamente anotadas, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e alguns indicadores financeiros.

A falta da administração financeira em uma empresa dificulta a visualização dos recursos disponíveis, além de impedir algumas futuras projeções ou investimentos. Como a gestão das ferramentas financeiras pode ajudar o pequeno empresário a conseguir administrar melhor seu negócio?

Este trabalho tem por finalidade orientar ao proprietário da empresa a importância das ferramentas para uma gestão estratégica e também descrever a real situação financeira da empresa atualmente.

O objetivo deste trabalho será apresentar ao empreendedor as ferramentas de gestão financeira e uma breve orientação da sua utilização para o alcance de melhores resultados, ajudar na implantação dos valores de retirada Pró Labore, implementar a ferramenta Fluxo de caixa, preencher e analisar três meses de movimentação financeira da empresa, analisar os resultados da Demonstração do Resultado do Exercício e os índices financeiros de liquidez imediata, seca, corrente, de endividamento geral e o indicador de lucratividade das vendas de acordo com as informações disponibilizadas.

A falta de uma boa análise financeira pode atrapalhar as diversas áreas da organização, incluindo investimentos e um planejamento estratégico eficiente. Portanto, o presente trabalho ressalta a importância da Gestão Financeira, mesmo nos pequenos negócios, e além de analisar a realidade de uma empresa. Poderá ser utilizado por acadêmicos, a fim de agregar conhecimento e esclarecimento do assunto de forma prática.

Permitirá o desenvolvimento profissional dos autores, tendo a oportunidade de colocar em prática o conhecimento adquirido que mais despertou interesse no curso de Administração.

Além de poder contribuir e auxiliar o empresário com alternativas e sugestões para sua gestão financeira, que sendo aplicadas poderá gerar otimização de resultados, servindo de exemplo para a sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão Financeira

A gestão financeira pode ser considerada como um conjunto de ações e medidas administrativas que obtêm o controle financeiro de uma organização. Ela é fundamental para a tomada de decisões e auxílio de novos planejamentos.

Miranda (2002, p.37) estipula que "Gerenciar uma organização é definir a prioridade com que seus recursos (físicos, financeiros, humanos, tecnológicos, etc.) serão consumidos, visando alcançar os objetivos predeterminados pela organização".

"O processo que envolve a tomada de decisões nas organizações reflete a essência da definição de gestão. Administrar é definir e o prosseguimento de qualquer empreendimento que provém da qualidade das decisões tomadas por seus administradores, nos vários níveis organizacionais" (ASSAF NETO, 2015).

De acordo com Kuhn (2012, p. 20)

> "a gestão financeira eficaz pressupõe a existência de relatórios contábeis e de informações gerenciais sistematicamente atualizados e à disposição do administrador financeiro. Os relatórios contábeis/gerenciais mais relevantes são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e o Fluxo de Caixa. Cada um destes instrumentos de apoio à decisão auxilia sobremaneira as tomadas de decisão financeiramente corretas nas organizações."

Portanto percebe-se que a gestão financeira aliada a uma boa organização, pode trazer inúmeros benefícios empresariais, maximizando os resultados da empresa através dos relatórios contábeis elaborados, e se tornando como um aliado indispensável no planejamento financeiro e estratégico da organização.

2.2 Pró Labore

Pró-labore tem uma tradução literal em sua origem latina de "pelo trabalho", ou seja, podemos considerar como uma remuneração por serviço prestado dos sócios ou administradores da organização.

O guia IOB de contabilidade define: "O pró-labore é a remuneração que sócios diretores ou administradores e titulares de empresas individuais recebem pelo seu trabalho".

Onzi (2003) complementa que “O pró-labore é a remuneração que o sócio recebe em contrapartida do trabalho na empresa”.

De acordo com o Guia IOB “Sua forma de contabilização é a débito de despesas administrativas ou custo dos serviços prestados e crédito de pró-labore a pagar no passivo, não havendo limites para tal”.

Logo, é notável a necessidade do sócio em separar as finanças pessoais das finanças de sua empresa, uma mistura de contas jurídica e física pode comprometer uma análise eficiente da empresa. De acordo com o SEBRAE (2015 p.1) “Não se pode sangrar a empresa por conta de necessidades pessoais. Afinal de contas, a empresa é uma entidade à parte, uma pessoa jurídica que deve ter seus recursos bem dimensionados para melhor enfrentar seus desafios no mercado”.

Portanto o Pró-labore deve ser aplicado de forma estratégica, com o intuito de não prejudicar a empresa e obter um planejamento financeiro bem definido.

2.3 Fluxo de Caixa

Segundo o serviço de informações do SEBRAE (2021 p.1) “fluxo de caixa é a organização financeira das operações do dia a dia da empresa, onde se registra todos os recebimentos e pagamentos e o saldo final de seu fechamento deve corresponder aos recursos disponíveis no caixa, e tem como objetivo apurar o saldo disponível para eventuais gastos e investimentos”.

Zdanowicz (2000 p.40) define:

> “Denomina-se por fluxo de caixa ao número de ingressos e desembolsos de numerário ao longo de um período projetado. O fluxo de caixa consiste na apresentação dinâmica da situação financeira de uma empresa, considerando todas as fontes de recursos e todas as aplicações em itens do ativo.”

Complementando, Gitman (2010, p. 98) afirma que o fluxo de caixa é o que mantém uma empresa funcionando e é a principal ferramenta do gestor financeiro para a tomada de decisão.

Para complementar, Quintana (2009, p.13) define:

> "A Demonstração do Fluxo de Caixa, além de ser um importante documento contábil, pode contribuir de forma expressiva para a gestão financeira, pois grande parte dos fatos que ocorrem nas empresas envolve a movimentação de recursos financeiros. Por isso, a gestão financeira acaba tornando-se um elemento indispensável no processo de gestão das empresas."

Com todas essas definições temos a função e a necessidade desta importante ferramenta para a gestão financeira de uma empresa. Temos como exemplo de Fluxo de Caixa uma aplicação simples em empresa fictícia do livro Princípios de Administração Financeira de Gitman:

Figura 1: DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA SIMPLES

Visão contábil (regime de competência)	
Demonstração do resultado no ano encerrado em 31/12	
Receita de vendas	$ 100.000
Menos: custos	80.000
Lucro líquido	$ 20.000

Visão financeira (regime de caixa)	
Demonstração do fluxo de caixa no ano encerrado em 31/12	
Entrada de caixa	$ 0
Menos: saída de caixa	80.000
Fluxo líquido de caixa	($ 80.000)

Bacharelado, Faculdade Promove de Belo Horizonte.

Bacharelado, Faculdade Promove de Belo Horizonte.

Bacharelado, Faculdade Promove de Belo Horizonte.

FONTE: Gitman, 2010 (p.204)

No primeiro quadro temos um demonstrativo de uma visão contábil de uma demonstração de resultado, já no segundo quadro temos um exemplo de fluxo de caixa que nos apresenta um resultado negativo.

2.4 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Como uma importante ferramenta gerencial utilizada nas empresas para a verificação da saúde financeira da empresa a DRE pode ser analisada deduzindo da

Receita suas despesas, obtendo através do resultado líquido um maior conhecimento da atual situação.

De acordo com Gonçalves (1996 p.315) "A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta, de forma resumida, as operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstrada de forma a destacar o resultado líquido do período".

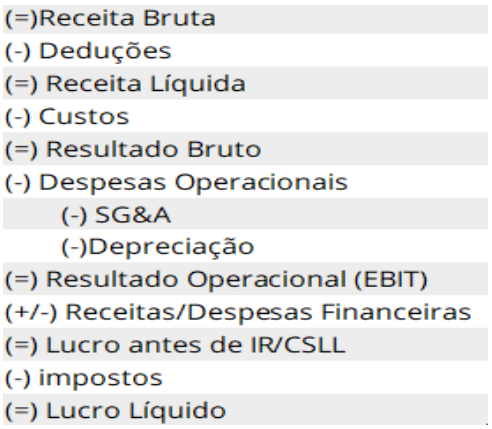
Para complementar, Iudícibus (2004 p.194) define:

> "A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período. É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo)".

E para finalizar o raciocínio, Assaf Neto (2012) complementa que “A DRE visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) alcançados pela empresa em determinado exercício social. Sendo assim objetivando o resultado econômico da empresa com a finalidade de trazer melhorias para a entidade, sempre em busca de lucro”.

No entanto, existe uma estrutura a ser seguida para se obter os resultados, que foi estabelecida pela lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe em seu artigo 187 a seguinte ordem de discriminação:

Figura 2: ESTRUTURA DRE SIMPLES



FONTE: http://clubedefinancas.com.br/materias/tag/fundamentalismo/.

Na imagem acima temos uma referência da mesma, que é composta cronologicamente pela Receita Bruta, Deduções, Receita Líquida, Custos, Resultado Bruto, Despesas, Resultado Operacional, Lucro antes do imposto de renda e impostos e por fim o resultado líquido da empresa.

2.5 Análise Horizontal e Vertical

Nas empresas as análises são desenvolvidas por meio de comparações As análises comparativas demonstram melhores resultados quando desenvolvida com valores relacionáveis ou afins, deve também ser utilizada para avaliação do desempenho da empresa.(ASSAF NETO E GUASTI LIMA, 2014)

> A análise horizontal permite que se avalie a evolução dos vários itens de cada demonstração financeira em intervalos sequenciais de tempo. Por exemplo,as evoluções das vendas e dos lucros brutos de uma empresa, verificadas nos últimos três anos, são facilmente avaliadas e interpretadas mediante o estudo da análise horizontal aplicada às demonstrações de resultados referentes aos períodos considerados.(ASSAF NETO E GUASTI LIMA, 2014. p.233)

> A análise vertical constitui idênticamente um processo comparativo, sendo desenvolvida por meio de comparações relativas entre valores afins ou relacionáveis identificados numa mesma demonstração financeira. A análise vertical permite, mais efetivamente, que se conheçam todas as alterações ocorridas na estrutura dos relatórios analisados, complementando-se, com isso, as conclusões obtidas pela análise horizontal descrita anteriormente. (ASSAF NETO E GUASTI LIMA, 2014. p.238)

2.6 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial representa todos os bens, direitos e obrigações que uma empresa possui. Os bens e direitos ficam do lado esquerdo do Balanço, chamado de ativo e no lado direito ficam as obrigações e o Patrimônio Líquido chamado de Passivo. (DINIZ, 2015. p.44)

Serão conceituadas neste trabalho as partes do Balanço Patrimonial utilizadas para a elaboração dos Índices Financeiros de Liquidez e de Endividamento.

Completando o entendimento sobre o Balanço Patrimonial com ASSAF NETO E Guasti lima (2014, p. 204) “no Brasil, o balanço é dividido em três grandes tópicos: Ativo, Passivo Exigível e Patrimônio Líquido”. E Gitman (2010) ainda afirma que a soma do Ativo Total é igual à soma do Passivo Total e Patrimônio Líquido.

Resumindo, tem-se o quadro esquemático a seguir:

Figura 3: ESTRUTURA BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Ativo Permanente	Exigível de Longo Prazo
Investimentos	Patrimônio Líquido
Imobilizado	Capital Social
Diferido	Reservas de Capital
	Reservas de Reavaliação
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Lucros
	Ações em Tesouraria
	Prejuízos Acumulados

FONTE: Assaf Neto E Guasti Lima, 2014 (p.204)

2.7 Índices Financeiros

De acordo com FPNQ-PNQ/2000 apud Ottoboni e Pamplona 2001:

> "Os indicadores são dados ou informações numéricas que quantificam as entradas (recursos ou insumos), saídas (produtos) e o desempenho de processos, produtos e da organização como um todo. Podem ser simples (decorrentes de uma única medição) ou compostos, e diretos ou indiretos em relação à característica medida, bem como específicos (atividades ou processos específicos) ou globais (resultados pretendidos pela organização)";

Gitman (2010, p. 48) completa que:

> "A análise de índices não se refere apenas ao cálculo de um determinado índice. Mais importante do que isso é a interpretação do valor do índice. É necessário que haja uma base significativa para a comparação, para responder a perguntas como 'está alto ou baixo demais?' e 'isso é bom ou ruim?"

E Gitman (2010, p.50) ainda complementa a importância da comparação transversal quando se compara seus índices financeiros com de outras empresas do mesmo setor que se deseja imitar, num mesmo espaço de tempo para que a comparação seja mais específica. E outra forma de é a análise em série temporal, que "avalia o desempenho ao longo do tempo. A comparação do desempenho atual com o passado, por meio de índices, permite que os analistas avaliem os avanços de uma empresa".

2.7.1 Liquidez Imediata, Seca e Corrente

Para Gitman (2010) a liquidez de uma empresa é a medida de sua capacidade de quitar suas dívidas de curto prazo de acordo em que se tornam devidas. A liquidez diz respeito aos recursos disponíveis para se pagar suas contas em dia. A liquidez baixa é um dos principais dificultadores financeiros. Esse índice pode antecipadamente fornecer sinais de problemas no fluxo de caixa e insolvência de um negócio.

O Índice de Liquidez Imediata (ILI) – que considera a capacidade da empresa em saldar suas obrigações de curto prazo apenas com disponibilidades imediatas, sendo caixa (numerário), bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. (MARTINS E ASSAF NETO, 1986). O mesmo é encontrado através da divisão da soma dos elementos de liquidez imediata do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

Figura 4: FÓRMULA LIQUIDEZ IMEDIATA

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

FONTE: Assaf Neto E Guasti Lima, 2014 (p.240)

“A liquidez imediata demonstra porcentagem das dívidas de curto prazo que podem ser quitadas de imediato pela organização através do disponível em caixa. Assim, quanto maior este índice, os recursos disponíveis mantidos pela empresa são também maiores” (ASSAF NETO E GUASTI LIMA 2014).

O Índice de Liquidez Seca é calculado pela relação dos ativos circulantes de maior liquidez (disponível, valores a receber e aplicações financeiras de curto e curtíssimo prazo) com o total do passivo circulante.

Figura 5: FÓRMULA LIQUIDEZ SECA

$$\text{Liquidez seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

FONTE: Assaf Neto E Guasti Lima, 2014 (p.240)

O índice apresenta o percentual das dívidas de curto prazo que pode ser resgatado mediante o uso de ativos circulantes de maior liquidez retirando o estoque já que não apresenta normalmente liquidez compatível com o grupo patrimonial em que está inserido.(ASSAF NETO E GUASTI LIMA 2014).

Segundo Gitman (2010 p.51) O índice de liquidez corrente é um dos índices financeiros que mede a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo.

Figura 6: FÓRMULA LIQUIDEZ CORRENTE

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

FONTE: Assaf Neto E Guasti Lima, 2014 (p.240)

Assaf Neto e Guasti Lima (2014, p.240) complementam informando que se a liquidez corrente for superior a 1,0, tal fato indica a existência de um capital circulante (capital de giro) líquido positivo; se igual a 1,0, pressupõe sua inexistência, e, finalmente, se inferior a 1,0, a existência de um capital de giro líquido negativo (ativo circulante menor que passivo circulante).

2.7.2 Lucratividade das Vendas

Para Assaf Neto e Guasti Lima (2014, p.247) “este indicador mede a eficiência de uma empresa em produzir lucros por meio de suas vendas.”
“Pode ser apurado em termos operacionais e líquidos, sendo denominado nesses casos margem operacional e margem líquida, respectivamente, ou seja:”

Figura 7: FÓRMULA MARGENS

$$\text{Margem Operacional} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

FONTE: Assaf Neto E Guasti Lima, 2014 (p.204)

Sobre a margem de lucro operacional, Gitman (2010) afirma que quantifica a proporção de cada unidade monetária de receita de vendas depois da dedução de

todos os custos e despesas que não são juros, imposto de renda e dividendos preferenciais.

Para Gitman (2010 p.59) a “margem de lucro líquido mede a porcentagem de cada real de vendas que sobra após a cobertura de todos os custos e despesas, inclusive juros, imposto de renda e dividendos preferenciais.”

Assim, "quanto mais elevada a margem de lucro líquido de uma empresa, melhor.”

Gitman (2010) ainda completa informando que esse indicador é associado ao sucesso de uma organização em relação ao lucro das vendas.

De forma simplificada, DINIZ (2015) explica:

> “...que o índice de margem líquida corresponde ao percentual de lucratividade das vendas, indicando o quanto, em média, determinada empresa obtém de lucro na venda de suas mercadorias, sendo uma medida de desempenho de grande valia e que também varia muito de setor para setor”.

2.7.3 Índice de Endividamento Geral

De acordo com Gitman (2010, p.56) “o índice de endividamento geral mede a proporção do ativo total financiado pelos credores da empresa” e “quanto mais elevado, maior o montante de capital de terceiros usado para gerar lucros”.

Esse índice é calculado da seguinte forma:

Índice de endividamento geral = Passivo total /Ativo total

Figura 8: FÓRMULA DE ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

$$\text{Relação P/AT} = \frac{\text{Exigível Total (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)}}{\text{Ativo Total}}$$

FONTE: Assaf Neto E Guasti Lima, 2014 (p.204)

“Quanto mais elevado este índice, maior o grau de endividamento da empresa e maior sua alavancagem financeira.” (GITMAN 2010, p.57)

Assaf Neto E Guasti Lima (2014, p. 243) chama esse “índice de dependência financeira” em quanto de cada unidade monetária de recurso investido pela empresa em seus ativos, provém de fontes de terceiros.

Diniz (2015) completa que o objetivo de analisar esse índice é para refletir a proporção da sujeição por dívidas de curto prazo, a natureza de suas obrigações financeiras e seu risco financeiro.

3 METODOLOGIA

3.1 Abordagens

O método utilizado se baseia no dedutivo, pois utilizou-se dados numéricos em que se foi possível analisar e confrontar de acordo com as ferramentas da gestão financeira aplicada.

O método dedutivo de acordo com Gil (2008, p.9) parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.

3.2 Métodos de pesquisa

O trabalho tem como abrangência multidisciplinar, ou seja, foi aproveitado o conhecimento obtido através de várias disciplinas como Contabilidade, Finanças Corporativas, Gestão Financeira e Planejamento Financeiro.

De acordo com Furtado (2007, p.239) A multidisciplinaridade é caracterizada pela justaposição de várias disciplinas em torno de um mesmo tema ou problema.

A pesquisa possui caráter quali-qualitativa, pois através do conhecimento obtido no curso e as percepções desenvolvidas será possível interpretar os dados fornecidos por meio de uma conversa livre e obtenção de números para uma análise conclusiva.

De acordo com o Projeto Acadêmico (2009, p1) para o projetos de pesquisa ter o caráter quali-quantitativa é preciso realizar as seguintes etapas:

Revisão bibliográfica - realizar uma vasta pesquisa procurando os mais variados autores que já falaram sobre o tema abordado e afins com autores que dominam o assunto atual e o mais atual possível.

Levantamento de dados - dados em termos de quantidade, números, estatísticas, cálculos e coisas do gênero. Isso pode ser feito por meio de questionários, entrevistas, entre outros.

Análise de dados - é o processo de análise dos dados que foram coletados por meio da aplicação dos elementos teórico-metodológicos selecionados e das categorias analíticas, efetuando-se uma sistematização geral e articulando novos aspectos.

Como pode ser observado, para se ter como fazer pesquisa quali-quantitativa é necessário se valer de dados numéricos (de um ou mais tipos) e, em seguida, efetuar a interpretação e análise desses dados.

Foi realizado primeiramente uma pesquisa exploratória do tema para estimular e aprofundar o conhecimento no tema, além de uma pesquisa descritiva, pois será descrito processos gerenciais da empresa e também o detalhamento dos relatórios fornecidos para a conclusão dos objetivos específicos.

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. (GIL, 2002).

Prodanov e Freitas (2013, p.52) define que “nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador.”

O trabalho é de natureza aplicada, pois foi empregado os conhecimentos da gestão financeira nas rotinas administrativas da empresa.

Prodanov e Freitas (2013, p.51) afirma que a “pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”.

As pesquisas bibliográficas foram utilizadas a fim de obter um maior embasamento teórico para o desenvolvimento do assunto ao decorrer do trabalho, além de ser possível confrontar as opiniões de diversos autores e aprimorar com a percepção dos mesmos.

Prodanov e Freitas (2013, p.55) afirma que “os demais tipos de pesquisa também envolvem o estudo bibliográfico, pois todas as pesquisas necessitam de um referencial teórico”.

A pesquisa de campo foi utilizada para o conhecimento das rotinas administrativas da empresa, através de visitas à empresa e entrevistas com o

proprietário.

Pesquisa de Campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou a relação entre eles. (PRODANOV E FREITAS 2013, p.59)

A pesquisa documental foi de maior relevância para o trabalho, pois através da mesma pode-se ter acesso aos números internos da empresa, desenvolver os objetivos específicos e analisar os dados.

Prodanov e Freitas (2013, p.55) declara que a “pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Com o estudo de caso foi observado as rotinas administrativas da empresa e analisando-as junto às ferramentas de gestão financeira para a aplicação das mesmas e sua implementação. Para Gil (2008) as pesquisas com essa finalidade são orientadas para a aplicação imediata de conhecimento em uma realidade circunstancial.

3.2 Coleta de dados

No mês de agosto foi realizada a primeira pesquisa de campo na empresa, através de um encontro pessoal com o proprietário para uma maior formalidade, conhecimento do estabelecimento e coleta de dados através de fontes primárias e secundárias para o andamento da pesquisa documental.

A coleta de dados se deu por meio de uma entrevista estruturada com o proprietário da empresa e com documentos disponibilizados pela Supervisora administrativa. As informações necessárias foram obtidas por meio de uma entrevista estruturada com questões abertas realizadas durante uma visita à empresa de acordo com o cronograma.

3.3 Delimitação do universo

A empresa é formada por seu Diretor, uma supervisora administrativa, um

motofretista, um mecânico supervisor e dois mecânicos.

A amostra foi não probabilística, intencionalmente definindo o Diretor e a supervisora para se entender como funciona sua rotina administrativa financeira.

Para Prodanov e Freitas (2013) é o tipo mais simples de amostra, já que o pesquisador se dirige intencionalmente aos grupos dos quais deseja saber a opinião em um contexto específico.

3.4 Análise de dados

Após adquirir os dados por meio da entrevista, documentação contábil (Demonstração de Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial) e da empresa (extrato bancário e relatório de despesas), foi possível organizar e separar os números em uma planilha no aplicativo Excel do Windows®, para uma melhor visualização dos dados. Assim desenvolveu-se as ferramentas administrativas: fluxo de caixa e os Índices financeiros. O que permitiu analisar a situação da empresa, orientar o proprietário e concluir o presente trabalho.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da entrevista foi verificado que o Sr. Carvalho possui pouco conhecimento das ferramentas de gestão financeira. E com as informações disponibilizadas pode-se orientá-lo brevemente sobre a organização e planejamentos das despesas da oficina, da retirada do sócio e pró labore.

Também foi orientado a realizar uma breve análise em sua DRE e seus índices financeiros.

Durante a montagem do fluxo de caixa e a análise do mesmo foi percebido que a retirada pró labore é realizada juntamente com a retirada de sócio. Foi esclarecido que o Pró labore é uma forma de remuneração dos sócios, esse valor deve ser registrado no fluxo de caixa e repassado ao sócio responsável. É um valor pela previdência social, diferentemente da distribuição de lucros.

A retirada de sócios deve ser planejada e programada mensalmente, já que a

empresa é a única fonte de renda do proprietário. É importante ressaltar que os valores de retirada de sócio não podem refletir negativamente no fluxo de caixa da empresa e na Demonstração de Resultados do Exercício.

Através dos relatórios de despesas pagas e do extrato bancário, foi montado um fluxo de caixa mensal juntamente com a supervisora administrativa, dos meses de Julho, Agosto e Setembro do ano de 2021.

Através do fluxo de caixa pode-se analisar horizontalmente os seguintes pontos:

Entrada: Dos meses analisados: Julho, Agosto e Setembro, o mês de Julho tem maior entrada pois é mês de férias e há uma maior procura de serviço de revisão de veículos.

Empréstimos Bancários: A empresa possui quatro despesas de empréstimos, e no mês de Julho todas as parcelas foram quitadas. Já nos meses de Agosto e Setembro uma destas parcelas não foi quitada, mostrando assim uma diferença significativa no fluxo de caixa. Em negociação com a instituição financeira responsável, o valor do saldo de um destes empréstimos foi prorrogado em 12 meses.

Valor de Aluguel variado nos três meses: o valor de aluguel é fixo em R$5.500,00. No entanto há uma negociação de aluguel provinda de valores atrasados referentes ao ano de 2020. Durante o período da pandemia os valores de aluguel não foram pagos, e os valores em atraso vão sendo quitados na medida em que há caixa disponível.

Contabilidade: O valor mensal contratado com a contabilidade é de R$550,00. Contudo há divergência nos pagamentos mensais destes serviços. Os valores são pagos em cheque e é negociado o pagamento de acordo com a disponibilidade em caixa.

Despesas Administrativas (água, energia elétrica e telefone) são pagos de acordo com a disponibilidade do caixa durante o mês.

Retirada dos Sócios: ponto de descontrole da empresa. O empreendedor mistura as despesas pessoais com o fluxo de caixa da oficina.

Despesas Diversas: despesas pagas pela oficina que não foram registradas devidamente, não tendo rastreabilidade das mesmas. Outro ponto de descontrole da

empresa.

De acordo com a análise na ferramenta Fluxo de Caixa a empresa não obtém caixa disponível para a quitação de suas obrigações, devido a falta de planejamento do pagamento das despesas

Foi informado à Supervisora Administrativa sobre a importância da continuidade da ferramenta e de executá-la de forma preventiva, montando a ferramenta para a provisão dos meses futuros e conseguir planejar os pagamentos de forma mais eficiente.

Foi solicitado à Contabilidade a DRE dos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2021, estes foram compilados em uma planilha Excel para melhor visualização.

A receita do mês de Julho é maior, pois é mês de férias e há uma maior busca de serviço de revisão de veículos, é possível essa visualização também na analise do fluxo de caixa.

Ao fazer a análise vertical foi constatado que a prestação de serviço em relação ao valor total da receita bruta representa de 20% a 25%. Em relação a venda de mercadorias este índice varia entre 75% a 80%, demonstrando que a maior parte da receita da empresa vem do comércio de peças.

Os custos de mercadorias vendidas (CMV) em relação a receita líquida possui um percentual entre 66% a 69%, foi percebido que o mês de Julho possui o menor percentual de CMV, pois foi o mês que mais se prestou serviços.

Outro ponto de atenção é a classificação de despesas gerais: no mês de Julho é quase 13% do valor da receita líquida do mês, em Agosto são 2% e no mês de Setembro 1,8% da receita líquida do mês. Foi solicitada a estratificação das despesas juntamente à Contabilidade para que a Supervisora pudesse analisar quais eram as despesas.

As despesas referente a mão de obra tiveram aumento nos meses de Agosto e Setembro devido à contratação de mais um funcionário para a mecânica da oficina.

O Lucro do mês de Julho foi 0,76% do valor da receita líquida do mês, em Agosto foi de 3.77% e o mês de Setembro foi 3,02% da receita líquida do mês. Embora o mês de Julho tenha sido o mês de maior receita, o lucro foi muito impactado pelas despesas gerais que atingiu quase 13% do valor da receita líquida.

O Índice de Liquidez Imediata é de 0,2. Este índice aponta a possibilidade de liquidar as dívidas de curto prazo com o saldo disponível no caixa, a empresa demonstra a possibilidade de liquidar apenas 20% das suas obrigações, isto indica que sua capacidade de liquidez imediata não é satisfatória para arcar com seus compromissos de curto prazo.

O Índice de Liquidez Seca é de 1,27. Este índice demonstra a capacidade de honrar com suas obrigações de curto prazo com o valor do ativo circulante menos o estoque. O Índice da empresa é suficiente para pagar suas dívidas sem o valor do estoque.

O Índice de Liquidez Corrente é de 1,9. Este índice mostra a capacidade da empresa de quitar suas dívidas a curto prazo com todo seu ativo circulante. A empresa possui um capital de giro positivo, pois a cada R$1,00 dívida a empresa possui R$1,90 para quitação da mesma, restando no caixa R$0,90.

O Índice de Endividamento Geral é de 0,53. É o índice que aponta a situação financeira demonstrando o quanto de dinheiro está comprometido com suas dívidas. A empresa mostra que um pouco mais da metade de seus bens provêm de recursos de terceiros. Isto evidencia que cada unidade monetária R$0,53 de recurso investido pela empresa em seus ativos, procede de fontes de terceiros. O indicador de Lucratividade, ou seja, a capacidade operacional de gerar lucros da empresa no trimestre foi próximo de 3%, exceto pelo mês Julho onde este indicador foi de 0,76%, impactado fortemente pela despesa geral do mês de Julho no valor de aproximadamente R$8.500,00.

Considerando o indicador de cerca de 3% de lucratividade desempenhada pela empresa é visto que o mesmo se mostra abaixo da média do mercado. De acordo com o SEBRAE (2017 p.1) a margem de lucro do setor gira entre 18% a 22%.

5 CONCLUSÃO

O Sr. Carvalho conseguiu entender, junto com sua Supervisora administrativa, a importância das ferramentas financeiras: Fluxo de Caixa, Demonstração do

Resultado do Exercício (DRE) e os índices financeiros da oficina. Realizando uma breve análise vertical e horizontal perceberam pontos de melhorias em suas organizações e planejamento de despesas para alcançarem melhores resultados.

Foi orientado ao proprietário realizar a programação mensal da retirada pró labore e das retiradas de sócios de forma a não refletir negativamente no fluxo de caixa e DRE.

Com as informações disponibilizadas pela supervisora financeira, foi elaborada a ferramenta fluxo de caixa e analisadas as movimentações financeiras da empresa. Com esta ferramenta foi identificado a importância de melhores registros de despesas para rastreabilidades das mesmas. Foi orientado para a supervisora e o proprietário a continuidade da utilização da ferramenta não só para o mês corrente, mas também para períodos futuros para um melhor planejamento de pagamento das obrigações da oficina.

A DRE apresenta que a empresa possui duas fontes de receita: Prestação de serviços e vendas de mercadorias, a primeira reflete de 20% a 25% da receita bruta, e a segunda 75% a 80% da receita bruta.

O CMV está entre 66% a 69% da receita líquida. Ponto de atenção para as despesas gerais que no mês de Julho foi 13% da receita líquida e afetou o lucro do mês, que foi 0,76% da receita líquida, em contrapartida os outros meses: Agosto e Setembro foram próximos de 3%.

O Índice liquidez imediata é de 0,2, isso significa que para cada R$1,00 de dívida ela possui R$0,20 para pagar com seus disponíveis.

O índice de liquidez seca é de 1,27, com isso para cada R$1,00 de dívida ela possui R$1,27 para pagar sem o valor do estoque.

A liquidez corrente é de 1,9, isso significa que para cada R$1,00 de dívida ela possui R$1,90 para pagar com todo seu ativo circulante.

O índice de endividamento é de 0,53, isso significa que para cada R$1,00 dos seus bens R$0,53 provém de recursos de terceiros.

O indicador de lucratividade é próximo de 3%. Considerando que a média do setor está entre 18% e 22%, é uma baixa lucratividade.

Toda esta análise foi apresentada ao proprietário e sua supervisora

administrativa que irão dar continuidade a utilização das ferramentas de gestão financeira e sua análise, podendo assim ter uma tomada de decisão mais assertiva.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; GUASTI LIMA, Fabiano. **Curso de Administração Financeira. 3ª Edição**. São Paulo: Atlas 2014.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DINIZ, Natália. **Análise das Demonstrações Financeiras -** 1ª Edição. Rio de Janeiro . Editora Seses, 2015.

FPNQ – **Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade** – Critérios de Excelência 2000 – versão cortesia.

FURTADO, Juarez Pereira. **Equipes de referência: Arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões.** Interface - Comunic.,Saúde, Educ., Santos, v. 11, n.22, p.239, 2007.

GIL, Antonio Carlos - **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º Edição. São Paulo. Editora Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos - **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Edição. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12ª Edição. São Paulo. Editora Pearson Prentice Hall, 2010.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio: **Escrituração. In_Contabilidade Geral**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GUIA IOB de Contabilidade. Parte n° 28 novembro de 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. ***Contabilidade Comercial*.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES. **Artigo 187 da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11485321/artigo-187-da-lei-n-6404-de-15-de-dezembro-de-1976>. Acesso em: 16/04/2021

MARTINS, Eliseu; ASSAF NETO, Alexandre. **Administração Financeira: as finanças de empresas sob condições inflacionárias**. São Paulo: Atlas, 1986.

MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, José Dionísio Gomes da. **Medição de desempenho**. In: P. SCHMIDT. Controladoria: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

KUHN, Ivo Ney. **Gestão financeira**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2012.

ONZI, Sidneia. QUAL A MELHOR OPÇÃO DE TRIBUTAÇÃO: Destinação de Lucros, Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio ou Pró-labore. Florianópolis, 2003.

OTTOBONI, Célia e PAMPLONA, Edson De O.**Proposta de Pesquisa para Avaliar a Necessidade de se Medir o Desempenho Financeiro das Micro e Pequenas Empresas**.Bahia: XXI ENEGEP, 2001

PRODANOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ernani Cesar - **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2ª Edição. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

PROJETO ACADÊMICO. **Pesquisa Quali-Quantitativa: veja como fazer, conceito, o que é e definição**. 2019. Disponível em: <https://projetoacademico.com.br/pesquisa-quali-quantitativa>. Acesso em: 20/12/2021.

QUINTANA, Alexandre Costa, **Fluxo De Caixa - Demonstrações Contábeis**. Curitiba: Editora Juruá, 2009

SEBRAE. **A importância do pró-labore e da distribuição dos lucros.** 2015. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/a-importancia-do-

pro-labore-e-da-distribuicao-de-lucros,98ce26eb4400d410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 19/04/2021.

SEBRAE. **Causa Mortis.** 2014. Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/CAUSA%20MORTIS_vf.pdf>. Acesso em: 12/03/2021.

SEBRAE. **Guia de investimento: Oficina mecânica de sucesso**. 2017. Disponível em:<http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/68becd228a669492356dc296816b8f78/$File/SP_guiadeinvestimentooficina_17.pdf>. Acesso em 16/11/2021.

SEBRAE. **O que é fluxo de caixa e como aplicá-lo**.2021.Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-e-como-implantar,b29e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 20/04/2021.

SEBRAE. **Pequenos negócios em números.** 2018**.** Disponivel em:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=No%20Brasil%20existem%206%2C4,MEI%20(dezembro%2F2013)>. Acesso em 12/03/2021.

SEBRAE. **Pequenos negócios já representam 30% do Produto Interno Bruto do País.** 2020. Disponível em:

<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/pequenos-negocios-ja-representam-30-do-produto-interno-bruto-do-pais,7b965c911da51710VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=Nas%20%C3%BAltimas%20tr%C3%AAs%20d%C3%A9cadas%2C%20as,adicionado%20ao%20PIB%20do%20pa%C3%ADs.&text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20gera%C3%A7%C3%A3o%20de,mais%20significativa%20para%20a%20economia>. Acesso em: 12/03/2021.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa, Uma decisão de planejamento e controle financeiro**. 8ª Edição. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzatto, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO DIRETOR DA OFICINA MECÂNICA.

Trabalho de conclusão do curso I, do 7° de Administração da Faculdade Promove

COMPONENTES DO GRUPO:

Bruna Pereira Carvalho

João Victor de Souza Ferreira

Kelen dos Santos Bicalho

DATA DA ENTREVISTA: 26/08/2021

EMPRESA: Oficina Mecânica

CARGO/FUNÇÃO DO ENTREVISTADO: Diretor Presidente

ROTEIRO ENTREVISTA

1 - O pró-labore pode ser definido como o salário dos sócios a título de remuneração pelo trabalho prestado. Como funcionam as atuais retiradas do sócio da empresa?

Visto que o pró labore é um valor menor do que realmente é retirado, as atuais retiradas da empresa são feitas de forma parcial, de acordo com a minha necessidade.

2 - A mistura de contas de pessoa jurídica e pessoa física podem atrapalhar e muito a análise financeira da empresa, assim como relatórios falsos. É de conhecimento essas informações? Estaria disposto a uma mudança para melhor controle da empresa?

Sim, sei que as retiradas pessoais na empresa podem atrapalhar os relatórios, no entanto acredito que para uma empresa de pequeno porte e um pequeno empresário seja difícil ter um controle assertivo, ainda mais com a atual crise enfrentada.

3 - Como é feita a análise gerencial da empresa? Quais ferramentas administrativas são conhecidas e aplicadas?

A análise gerencial da empresa é feita através de algumas planilhas para controlar as vendas, recebíveis de cartão e comissões de funcionários, além de um sistema de controle de contas a pagar e receber pela supervisora administrativa.

4 - É de conhecimento a ferramenta fluxo de caixa? Se sim, como é utilizada? Se não, como é feito o gerenciamento das entradas e saídas das contas bancárias?

Já ouvi falar, mas não tenho conhecimento e domínio sobre. Atualmente as entradas são controladas através de uma planilha do Excel pela supervisora e as saídas são analisadas por mim, já que somente eu possuo acesso a conta e dos valores referentes a pagamentos das despesas.

5 - Como é feito as conciliações bancárias, para conferir o que

deve receber e o que está recebendo?

As conciliações bancárias são feitas pela supervisora, que através de uma planilha do Excel e o site da operadora de cartão tem acesso a tudo que foi vendido e o que deve receber.

6 - A Demonstração do resultado do exercício (DRE) é uma ferramenta contábil que mostra se as operações da empresa geram lucros ou prejuízos, em um determinado período/ano. A empresa utiliza essa ferramenta? Se sim, como é analisada?

A empresa possui essa ferramenta, no entanto quem elabora é a contabilidade, e quando é solicitado eles nos enviam, não temos uma análise e controle constante dessa ferramenta.

7 - Se não: Como é apurado o resultado operacional da empresa? Como o quanto gerou de lucro/prejuízo?

8 - Balanço Patrimonial é um relatório que demonstra de maneira clara e precisa a situação financeira de uma empresa, considerando todos seus bens, dívidas, lucros e patrimônio líquido (ativos e passivos). A empresa utiliza essa ferramenta? Se sim, como é analisada?

O balanço patrimonial é elaborado pela contabilidade, quando solicitado nos enviam, igual com a DRE, no entanto é outra ferramenta que não temos o hábito de acompanhar e analisar.

9 - Se não: Como é feito o gerenciamento dos recursos da empresa, ou seja, a análise de onde vem e para onde vão o capital recebido?

10 - Os índices financeiros têm o objetivo de quantificar o desempenho da empresa. Como é medido o desempenho financeiro da empresa?

Os indicadores financeiros são uma novidade, visto que não conheço eles e não são aplicados na empresa.

APÊNDICE B – FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA						
	Julho		Agosto		Setembro	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Entradas	83,283.64	100%	82,459.70	100%	65,743.38	100%
Fornecedor	30,296.64	36.38%	34,628.24	41.99%	30,633.62	46.60%
Terceirizado	3,000.00	3.60%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Emprestimo Bancários	10,627.21	12.76%	4,887.84	5.93%	5,273.60	8.02%
Aluguel	11,500.00	13.81%	6,500.00	7.88%	9,500.00	14.45%
Simples Nacional	661.50	0.79%	663.69	0.80%	0.00	0.00%
ICMS	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
IOF	0.00	0.00%	0.00	0.00%	4.12	0.01%
Retirada de Sócios	6,968.87	8.37%	8,285.14	10.05%	5,284.59	8.04%
Pro-Labore	979.00	1.18%	979.00	1.19%	979.00	1.49%
Salario	12,000.00	14.41%	12,000.00	14.55%	12,000.00	18.25%
FGTS	495.99	0.60%	437.44	0.53%	486.78	0.74%
INSS	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
IR s/ Folha	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Taxas e Contribuições	0.00	0.00%	427.81	0.52%	0.00	0.00%
Vale Transporte	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Vale Refeicao/Alimentacao	200.00	0.24%	200.00	0.24%	200.00	0.30%
Ferias	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Rescisão	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Gráfica	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Contabilidade	1,000.00	1.20%	700.00	0.85%	205.00	0.31%
Soluções Informática	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Telefonia/Internet	287.37	0.35%	60.00	0.07%	261.39	0.40%
Energia Eletrica	421.25	0.51%	0.00	0.00%	273.42	0.42%
Agua e Esgoto	0.00	0.00%	131.68	0.16%	143.37	0.22%
Seguros	454.58	0.55%	355.22	0.43%	579.25	0.88%
Manutencao e Reparos	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Material de Uso e Consumo/Eletrico	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Estacionamento / Deslocamento	42.50	0.05%	275.00	0.33%	371.18	0.56%
Tarifas	329.16	0.40%	396.17	0.48%	431.21	0.66%
TED	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
SAQUE	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Pagamentos PIX	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Despesas Diversas	6,901.15	8.29%	9,170.04	11.12%	6,811.27	10.36%
Total de Despesas	86,165.22	103.46%	80,097.27	97.14%	73,437.80	111.70%
Saldo Inicial	9,001.21		6,119.63		8,482.06	
Saldo final	**6,119.63**		**8,482.06**		**787.64**	

APÊNDICE C – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO	
Descrição	Saldo	Total	Saldo	Total	Saldo	Total
(+) RECEITA BRUTA DE VENDAS						
VENDA DE MERCADORIAS	54,006.34		42,158.18		45,326.04	
(+) RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS						
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	17,700.00	**71,706.34**	12,250.00	**54,408.18**	11,410.00	**56,736.04**
(-) DEDUÇÃO DAS VENDAS E SERVIÇOS						
DAS - SIMPLES NACIONAL	- 3,851.48		- 2,885.79		- 3,007.01	
DEVOLUÇÃO DE VENDAS	- 687.44	- 4,538.92	- 1,955.58	- 4,841.37	- 543.44	- 3,550.45
(=) RECEITA LÍQUIDA		**67,167.42**		**49,566.81**		**53,185.59**
(-) CUSTO DA MERCADORIA REVENDIDA						
CUSTO DA MERCADORIA REVENDIDA		- 44,584.65		- 33,521.54		- 36,521.84
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		**22,582.77**		**16,045.27**		**16,663.75**
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS						
DESPESAS COM O PESSOAL	- 6,568.07		- 7,243.21		- 8,257.74	
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS	- 5,500.00		- 5,500.00		- 5,500.00	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	- 1,265.68		- 214.54		- 214.54	
DESPESAS GERAIS	- 8,563.21	- **21,896.96**	- 1,038.87	- **13,996.62**	- 965.84	- **14,938.12**
(-) DESPESAS FINANCEIRAS						
TARIFAS BANCÁRIAS		- 175.65		- 180.51		- 118.52
(=) RESULTADO LÍQUIDO		510.16		1,868.14		1,607.11
(=) RESULTADO DO PERÍODO		**510.16**		**1,868.14**		**1,607.11**

ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL- Período.: 01/01/2020 - 31/12/2020

ATIVO	**47.874,77**
ATIVO CIRCULANTE	**47.874,77**
DISPONÍVEL	**5.021,60**
CAIXA	**1.452,40**
CAIXA GERAL	1.452,40
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**3.569,20**
BANCO ITAÚ	3.569,20
CLIENTES	**26.895,17**
DUPLICATAS A RECEBER	**26.895,17**
CLIENTES	26.895,17
ESTOQUE	**15.958,00**
MERCADORIAS	**15.958,00**
MERCADORIAS PARA REVENDA	15.958,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00
IMOBILIZADO	**27.340,**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	**16.458,79**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	16.458,79
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	**6.894,74**
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	6.894,74
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	**3.986,54**
COMPUTADORES	3.986,54
(-) DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO ACUMULADA	**(27.340,07)**
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(27.340,07)
PASSIVO	**47.874,77**
PASSIVO CIRCULANTE	**25.215,80**
FORNECEDORES	**15.264,74**
FORNECEDORES	**15.264,74**
FORNECEDORES A PAGAR	15.264,74
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	**2.688,06**
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	**2.688,06**
DAS A PAGAR	2.688,06
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	**7.263,00**
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	**6.535,00**
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	4.652,02
PRÓ LABORE A PAGAR	930,05
FÉRIAS A PAGAR	952,93
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**728,00**
FGTS A PAGAR	728,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS 2.658,97	
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**2.658,97**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	2.658,97

A Importância Da Liderança Na Abrasel Minas Gerais

The Importance Of Leadership At Abrasel Minas Gerais

Ariany Lara Lopes de Castro[1]

Júlio César Pereira[2]

Melissa Belmira Magalhães dos Santos[3]

Letícia Corrêa Magalhães Ferreira4

Resumo: A liderança é um fator de extrema importância no desenvolvimento de uma organização. Este artigo visou entender como a liderança na ABRASEL se tornou um diferencial para a captação de novos associados a partir de 2020, momento da entrada de um novo gestor. Após revisão bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo, tendo os dados sido coletados por meio da realização de entrevista e aplicação de questionário.

Palavras-chave: Importância, Liderança, ABRASEL

Abstract: Leadership is an extremely important factor in the development of an organization. This article aimed to understand how leadership at ABRASEL became a differential for attracting new members from 2020, when a new manager entered. After a bibliographical review, a field research was carried out, with the data collected through an interview and a questionnaire.

Keywords: Importance; Leader; ABRASEL

---

[1] Graduanda em Administração – Bacharelado, Faculdade Promove Belo Horizonte (Belo Horizonte/MG) E-mail: ariany.castro@soupromove.com.br.

[2] Graduando em Administração – Bacharelado, Faculdade Promove Belo Horizonte (Belo Horizonte/MG) E-mail: julio.pereira@soupromove.com.br.

[3] Graduanda em Administração – Bacharelado, Faculdade Promove Belo Horizonte (Belo Horizonte/MG) E-mail: melissa.santos@soupromove.com.br.

4 Professora orientadora: Mestre em Administração, Faculdades Promove Belo Horizonte (Belo Horizonte/MG) Email: leticiacorrea652@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A modernização do ambiente econômico mundial, principalmente, a necessidade de negociações mais dinâmicas, trouxe diversos problemas gerenciais para as empresas, independentemente de seu porte ou área de atuação. A tecnologia e a informação têm causado cada vez mais mudanças no mercado propiciando mais acesso e informação para as pessoas. Estas constantes mutações do mercado exigem das empresas uma avaliação contínua das suas ações para que possam acompanhar tais mudanças de comportamento que vem evoluindo em proporções dinâmicas. Portanto é extremamente importante para as organizações compreender que a liderança exercida por seus gestores é um elemento direcionador para as tomadas de decisões em busca de êxito para seus negócios.

Desde os tempos primórdios, o papel do líder sempre foi visto como aquele que consegue influenciar pessoas e atrair seguidores para seus propósitos de negócio. Inicialmente acreditava-se que a liderança era um fator nato, uma herança adquirida. No decorrer do tempo alguns estudiosos buscaram entender o que de fato fazia um indivíduo se tornar líder e foi demonstrado por meio (através) de várias pesquisas que a liderança é possível de ser adquirida também através da busca do conhecimento e entendimento das diversas ciências que envolvem este tema.

Dentro deste contexto, Chang e Lee (2007) ressaltam a importância de se entender de forma mais ampla o papel de um líder, como ele consegue influenciar seus subordinados e o efeito relacionado à sua atuação para o desenvolvimento da organização.

A situação de caos ao qual passa todo o planeta devido à pandemia da COVID-19 trouxe graves problemas às organizações, sobretudo, ao setor de bares e restaurantes, contudo, trouxe também mudanças benéficas na área da administração. Para entender esses benefícios é importante conhecer os trabalhos publicados sobre liderança e compreender o papel do líder diante de situações de conflito.

Nesse intuito, este artigo vem analisar o papel da liderança na Associação Brasileira de Bares e Restaurantes Seccional Minas Gerais (ABRASEL – MG) e a importância de suas ações para o crescimento do número de novos associados e parceiros.

ABRASEL é uma organização de cunho associativo empresarial que tem como missão representar e desenvolver o setor de alimentação fora do lar, setor que hoje congrega cerca de um milhão de empresas e que gera seis milhões de empregos diretos em todo o país. Desde a sua criação em 1986, busca atuar de forma efetiva para importantes avanços. Localizada no bairro da Savassi – Belo Horizonte - Minas Gerais, tem como missão contribuir para um Brasil mais simples de se empreender e melhor para se viver. Essa pesquisa busca compreender e analisar como a liderança na ABRASEL tornou-se um diferencial para a captação de associados e parceiros a partir de 2020. O objetivo deste artigo é identificar como a liderança na ABRASEL tornou-se um diferencial para a captação de associados e parceiros a partir de 2020.

Durante a pesquisa foi possível demonstrar as principais características relacionadas à liderança, sua importância e evolução; conhecer alguns estilos/teorias de liderança; compreender os diferentes tipos de ações que uma liderança eficaz desenvolve para atingir as metas propostas pela empresa. Assim como, conhecer qual nível de importância do líder no ambiente organizacional na implementação de novos associados da ABRASEL; compreender a relação da liderança junto ao gerenciamento das estratégias e identificar os aspectos e conhecimentos de uma liderança eficaz na ABRASEL.

Este artigo se justifica pela grande importância da liderança na ABRASEL – MG, que durante a pandemia, buscou uma maior aproximação com os associados e novas técnicas de captação e torná-los próximos da associação, possibilitando com isso, melhorias de expansão da empresa devido às táticas implementadas.

Para os administradores é importante entender que quanto mais eficazes e eficientes forem as estratégias da liderança mais favoráveis e expansivas será a captação e a gama de associados e parceiros no âmbito deste mercado. Para o meio acadêmico demonstra com mais clareza como a liderança é desenvolvida e transformadora em tempos de grandes mudanças, e mesmo mantendo os valores éticos e morais pode conscientizar sobre a existência e abrangência das ações utilizadas para captação de novas filiações.

Para a sociedade essa pesquisa demonstrará como é importante a existência de uma associação sem fins lucrativos para representar um setor tão importante para o dia-a-dia das pessoas que é o da alimentação comercial.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceito de Liderança

Robbins (2009, p. 226) define liderança “como a capacidade de influenciar um grupo para alcançar metas. A origem dessa influência pode ser formal, como a que é conferida por um alto cargo na organização.”

De acordo com NETTO (2016, p. 25):

> A liderança possui características, diferenciando-se do tradicional modelo hierárquico, e, ao contrário da ideia corrente, ela existe para servir. Tal conceito traduz-se nas relações aprofundadas que se criam a partir do compromisso mútuo ou propósito compartilhado entre as partes, da responsabilidade pessoal, da influência que é exercida ao invés da imposição, da motivação obtida pelo respeito e vontade interior e da mudança que se processa com o passar do tempo. Para que

ocorra tamanha evolução é necessária a aprendizagem constante, levando os seguidores a uma transformação pessoal.

Quando se fala sobre liderança é preciso relevar que os traços influenciam na eficácia da sua metodologia. As ações influenciam o comportamento e a mentalidade de outras pessoas. A proximidade física ou temporal não é o mais importante no processo. Um cientista pode ser influenciado por um outro que viveu em outra época. Líderes religiosos são capazes de influenciar adeptos mesmo à distância e pessoas que têm pouquíssima chance de vê-los pessoalmente. Portanto, houve muitas mudanças de comportamento sobre as quais Chiavenato e Sapiro (2010, p.7) afirmam que atualmente a liderança aplicada nos dias de hoje, apresenta grandes diferenças em relação à atuação dos antigos líderes, e isso é perceptível tanto no tratamento com os seus liderados, quanto no desempenho da organização. Dessa forma, o perfil comportamental da liderança precisa ser adequado às mudanças e se tornando cada vez mais importante através na orientação da equipe, para motivar a produção, gerando resultados e objetivos satisfatórios.

Robbins (2010) comunga com Chiavenato e Sapiro (2010, p.7) quando determina em suas pesquisas que os traços de liderança podem auxiliar na identificação da liderança e que funcionam melhor para prever o surgimento da liderança do que para distinguir entre líderes eficazes e ineficazes. Portanto, a liderança corresponde a um processo de gestão de pessoas, necessita de trabalho com medidas administrativas, gestão de currículo e gestão de resultados, gerando assim o processo de dirigir e influenciar as atividades relacionadas às tarefas desenvolvidas pelo grupo.

Por meio da revisão bibliográfica realizada verifica-se que o conceito de liderança não é único. Bento e Ribeiro (2013, p. 13) afirmam que liderar é a capacidade de influenciar outros de modo a que se atinjam os objetivos definidos de uma maneira voluntária e consciente. É, assim, uma capacidade de transmitir cooperação, entusiasmo e confiança que estimulam a iniciativa desenvolvendo e atingindo os objetivos pretendidos. Ainda, na leitura das citações de autores renomados é possível entender de uma maneira muito simples, que o líder é alguém que ajuda um grupo a definir, estabelecer e alcançar objetivos importantes e comuns para as instituições em que trabalham.

A ética é muito importante na construção da liderança. De acordo com Robbins (2009), a ética obteve uma importância significativa para a liderança diante a verificação dos prejuízos causados às empresas por deslizes éticos sofridos por grandes líderes no passado e atualmente. A ética toca a questão da liderança de diversas maneiras. Como os altos executivos ditam o tom moral de uma organização, eles precisam estabelecer padrões éticos indiscutíveis, demonstrar o comprometimento com tais padrões em seu comportamento, bem como estimular e recompensar a integridade entre seus subordinados.

A importância da liderança nas organizações

Segundo Robbins (2009, p. 10) “no mundo dinâmico de hoje, as organizações precisam de liderança e de administração fortes para atingir o nível ótimo de eficácia”. Para Chiavenato (2006, p. 18) a liderança “(…) é essencial em todas as funções da Administração: o administrador precisa conhecer a natureza humana e saber conduzir as pessoas, isto é, liderar”.

De acordo com Chiavenato (2005, p.182) cada sucesso da empresa é o sucesso de um ou mais executivos. Cada fracasso é o fracasso de um ou mais executivos. A excelência empresarial está profundamente relacionada com a excelência gerencial. A visão, a dedicação e a integridade do executivo são os principais determinantes do sucesso empresarial. As principais habilidades e ferramentas gerenciais quase sempre se resumem em uma característica básica e fundamental: a liderança.

Uma vez que em pleno século XXI as empresas reivindicam competência no gerenciamento das pessoas, os resultados gerados pelos líderes está diretamente relacionada ao desempenho dos colaboradores, os quais, através de adequada gestão podem ser valorizados, motivados é dessa forma torna-se possível extrair mais da equipe, tornando o trabalho em equipe mais competitivo e resolutivo (NETO, 2016).

“A eficácia da liderança precisa considerar os meios utilizados pelo líder para atingir suas metas tanto quanto o teor das metas em si.” (ROBBINS, 2009, p. 290). Desta forma Chiavenato (2005, p. 184) afirma que a liderança existe para resolver conflitos, pois “ela ocorre em uma dada estrutura social decorrente da distribuição de autoridade de tomar decisões.”

Dentro das organizações, os colaboradores precisam de líderes que deem o exemplo e os conduzam com respeito para uma evolução cultural e informal que permita o crescimento do conhecimento coletivo, refletindo positivamente no crescimento das organizações. Seguindo essa linha de raciocínio, krause (1999, p. 33) afirma que “um líder se preocupa com suas próprias fraquezas e procura aperfeiçoar-se a partir do seu interior, portanto quando uma pessoa exige dos outros a perfeição, mas nunca corrige seus problemas que emanam de seu interior, não pode ser um líder.”

Competências necessárias para uma eficaz liderança

Com toda modernização empresarial ocorrida no século XXI passou a ser necessário entender quais são as competências que tornam um líder eficaz e principalmente a diferença entre administrar e liderar. Segundo Del Prette e Del Prette, (2001, p.57) “os novos paradigmas organizacionais que orientam a reestruturação produtiva têm priorizado processos de trabalho que remetem diretamente à natureza e à qualidade das relações interpessoais”.

Bennis (1996, p. 82) reforça que “um bom gestor faz as coisas, enquanto um bom líder faz as coisas certas”. Ele identifica quatro competências comuns nos líderes: visão, capacidade de comunicação, respeitabilidade e desejo de aprendizagem. Também afirma que os líderes são pessoas com capacidade para se expressar plenamente. A liderança é um conceito fundamental para qualquer empresa em processo de crescimento, sendo ela de total eficácia no desenvolvimento dos liderados e no correto direcionamento da organização.

Também sobre as competências necessárias para uma eficaz liderança, Covey (1998) sugere que a verdadeira capacidade e o desenvolvimento de habilidades estão de modo irreversível relacionados às leis naturais e princípios regentes, mas que quando observados, os indivíduos adquirem a força necessária para promover a ruptura interna com as formas tradicionais de pensar, com o passado, com velhos modelos, hábitos antigos. Tais componentes, sem dúvida, provocam a mudança de paradigmas, novas maneiras de pensar, o que faz alcançar sua própria transformação e o leva à eficácia interpessoal. Segundo o autor, é preciso que o indivíduo aprenda a aplicar os princípios da eficácia interpessoal examinando suas atitudes, habilidades e estratégias necessárias à criação e manutenção de relação de confiança com as outras pessoas.

Para Hersey e Blanchard (1986) o líder não pode usar apenas um estilo de liderança, uma única forma de influenciar o desempenho de outras pessoas. Ao contrário, precisa utilizar vários estilos de liderança, conforme as diferentes necessidades dos seus colaboradores. Logo, a crença é de que não existe um método único e superior para a gestão das pessoas. A ideia é que os gerentes devem adaptar seu estilo de liderança ao nível de desenvolvimento dos empregados em cada tarefa específica.

O papel do líder

Segundo Wright (2011, p.2) “Liderar é o ato e a capacidade de influenciar pessoas que estão a sua volta a exercerem atividades propostas, da melhor forma possível, garantindo assim a cooperação, bem como o alcance dos objetivos previamente estabelecidos.”

Assim, para Marins Filho (2008, p. 24) “algumas características são essenciais para o perfil do líder nato, tais como: automotivação, planos definidos, perseverança nas decisões, personalidade positiva, empatia, disposição para assumir plena responsabilidade. ”

Segundo Bergamini (2009, p. 48) deve-se atribuir quatro **competências** a quem cabe dirigir pessoas: “atrair atenção, dar significado às coisas, inspirar confiança e gerenciar a si mesmo.” O líder atrai a atenção devido ao seu forte engajamento com os valores organizacionais; inspira confiança quando atende expectativas daqueles que preferem seguir pessoas nas quais confiam, mesmo que discordem delas; gerencia a si mesmo ao conhecer suas próprias capacidades sendo capaz de usá-las oportunamente (BERGAMINI, 2009, p. 65). Assim, conforme Bergamini (2009, p. 65), ao serem capazes de dar significado às coisas, os líderes transmitem sua visão, comunicando-a e aglutinando

os demais para que possam formar um todo. O líder é capaz de articular e personificar os ideais pelos quais a sua organização luta. Essa é uma forma de dar sentido àquilo que as pessoas estão fazendo. [...] Com essas habilidades, o líder conseguirá também dar “ritmo e energia ao trabalho”. Os seguidores, por sua vez, conhecerão sua importância e sentirão que fazem parte da comunidade, desde que estejam abertos ao constante aprendizado.

O excelente líder deve saber dar o direcionamento certo à sua equipe e também saber cobrar por resultados, para que os objetivos da organização sejam alcançados.

Para Neto (2016, p. 57):

> cobrar dos funcionários as suas funções é papel da liderança. Todavia, não basta, a cobrança deve vir após muita orientação, pois não é apenas com um único pedido que o fato se realizará. É preciso que o líder conheça bem o seu seguidor para lhe cobrar de maneira particularizada, pois há colaboradores que nem precisam de tal controle (vários se sentem incomodados, vez que são responsáveis e ativos nas suas tarefas). Outros, contudo, demandam certas exigências (varia em grau, de pessoa a pessoa).

A liderança é um conjunto de práticas observáveis e susceptíveis de aprendizagem e aperfeiçoamento. (...), isso implica que a liderança é uma competência que pode ser aprendida e que, portanto, pode e deve ser ensinada.” (KOUZES e POSNER, 2009, p.112). Um líder tem como objetivo de exercer influência num determinado grupo de pessoas a fim de que elas façam o que ele deseja, mantendo assim uma relação de confiança entre o líder e o liderado, estabelecendo direções através do desenvolvimento de uma visão de futuro, e engajando os liderados com visão para superar os obstáculos. (BOM SUCESSO, 2002, p. 147).

O líder atuante atrai a atenção devido ao seu forte engajamento com os valores organizacionais; inspira confiança quando atende expectativas daqueles que preferem seguir pessoas nas quais confiam, mesmo que discordem delas; gerencia a si mesmo ao conhecer suas próprias capacidades sendo capaz de usá-las oportunamente. Bergamini (2009, p. 65) afirma que ao serem capazes de dar significado às coisas, os líderes transmitem sua visão, comunicando-a e aglutinando os demais para que possam formar um todo. O líder é capaz de articular e personificar os ideais pelos quais a sua organização luta. Essa é uma forma de dar sentido àquilo que as pessoas estão fazendo. [...] Com essas habilidades, o líder conseguirá também dar “ritmo e energia ao trabalho”. Os seguidores, por sua vez, conhecerão sua importância e sentirão que fazem parte da comunidade, desde que estejam abertos ao constante aprendizado.

O líder em qualquer nível da organização pode ser um mentor, conselheiro, aliado, amigo e sempre com foco nos interesses internos e pessoais e os quais são executados pela equipe que ele confia, utilizando as qualidades como habilidades, honestidade, ética, flexibilidade e empatia.

O desafio enfrentado pela maioria dos executivos, portanto, é o de se tornar um líder eficaz. Para tal é preciso desenvolver habilidades como, a paciência para compartilhar informações, confiar nos outros, abrir mão da autoridade e compreender o momento certo para intervir. Os líderes eficazes dominaram a dificuldade de agir com equilíbrio e saber quando deixar a equipe sozinha e quando se deve interceder. Os líderes novatos podem tentar manter controle demasiado quando a equipe precisa de mais autonomia ou deixar seus membros desamparados quando eles precisam de apoio e ajuda. (ROBBINS, 2009, p. 87).

As pessoas enquanto líderes e quando estão no seu melhor desempenho tendem a exercer ou a aplicar um conjunto de práticas de liderança nomeadamente, desafiar o estabelecido, inspirar uma visão partilhada, capacitar os outros a agir, modelar o caminho e encorajar o coração. Quando os líderes usam estas práticas, classificam os seus próprios valores partilhados; imaginam o futuro, pensando em possibilidades estimulantes e enriquecedoras que cativam os outros para uma visão comum apelando a aspirações partilhadas. Também procuram oportunidades, buscando modos inovadores de mudar, crescer e melhorar e experimentam e correndo riscos, gerando constantemente pequenas vitórias e aprendendo com os erros; incentivam a colaboração promovendo objetivos comuns e construindo confiança e fortalecem os outros, partilhando informações e poder de decisão; e reconhecem os contribuídos, mostrando apreciação pela excelência individual e celebram valores e vitórias, criando um espírito de grupo. (KOUZES E POSNER, 2009, p.83):

Dentre os quesitos necessários para uma visão compartilhada, pode-se destacar a base moral adquirida pelo líder ao longo de sua vida. Neto (2016, p. 112), afirma que o líder que possui uma base moral como essência de sua forma de liderar compreende que a troca é um exercício fundamental de direitos e deveres entre todos do grupo. A troca de conhecimento por meio da aprendizagem ilustra esta característica de liderança. Ainda segundo Neto (2016), outro item é a compreensão que as pessoas podem ter umas das outras, ao ouvi-las atentamente, tornando-se mais empáticas e gerando entendimento mais profundo. Estas trocas indicam uma virtude fundamental para as relações humanas: a Lei Áurea. “Faça ao outro o que gostaria que fizesse a si mesmo”. O exercício desta máxima amplia os horizontes do desenvolvimento humano, valendo-se da força que o grupo pode apresentar num convívio deste quilate.

Liderança em *home office*

A forma de liderar vem se modificando nos últimos tempos, as mudanças e adaptações no mercado atual adaptaram as formas de fazer negócios e de relacionar com os colaboradores. Muitas empresas precisaram se adequar para encaixar no cenário atual da pandemia e se manter funcionando e assim optaram pela implementação do *home office* (teletrabalho) o qual exigiu dos colaboradores uma adaptabilidade rápida e eficiente, com recursos, estratégias, tecnologia e ajustes disponibilizados pela empresa. Tal transformação exigiu um poder de comunicação e acordo entre as partes para que se pudesse estabelecer um sistema de resultados positivos nos negócios. Nesse cenário é necessário entender o papel do líder como um recurso que precisa pensar de forma rápida e bem elaborada de

como manter a organização e reconhecer o esforço de cada colaborador para o sucesso das estratégias e objetivos estabelecidos.

Conforme (Pinto, 2007) o melhor conceito de teletrabalho é o de uma atividade de produção ou de serviço que permite o contato a distância entre o apropriador e o prestador da energia pessoal. Deste modo, o comando, a execução e a entrega do resultado se completarão mediante o uso da tecnologia da informação, sobretudo a telecomunicação e a informática, substitutivas da relação humana direta.

Conforme Segundo Scott, Jaffe e Tobe (1998, p.23) esse novo método trouxe para as empresas em teletrabalho vários desafios, a serem lidados, adaptações e novas formas de comunicação. Os líderes tiveram que reaprender da melhor maneira uma forma de se comunicar, ficar junto aos colaboradores, dar feedback, compreender, atender a necessidade de cada colaborador, avaliar o desempenho, traçar estratégias, manter a boa comunicação e buscando sempre motivar e alinhar sua equipe de forma remota com confiança.

De acordo com Hersey e Blanchard (1986) o ambiente de uma organização compreende o líder, os subordinados do líder, os superiores, os colegas, a organização e as exigências do cargo. Esta lista não é exaustiva, mas inclui alguns dos componentes mais importantes para um líder. Assim o líder que trabalha com uma gestão bem estrutura, definida e planejada obtém resultados do plano traçado para sua equipe que está trabalhando em home office, transmitindo assim uma boa relação de líder e liderados até de forma remota. A qualidade na eficiência do trabalho do líder no desempenho das funções administrativas comprova o conceito básico de saber lidar com a gestão de pessoas no desempenho de sua carreira.

A liderança no *home office* conforme Gostick (2009) necessita que os colaboradores tenham mais espaços para estimular sua criatividade e inovação pessoal, precisam de mais autonomia e independência sobre suas atividades e tomadas de decisões, mas tudo de forma equilibrada, porque o excesso de liberdade pode trazer a falta de responsabilidade e compromisso administrativos. Portanto ter uma força de trabalho engajada significa ter gente motivada para fazer o que for preciso para contribuir para o sucesso da empresa, inclusive liderar, inovar e atender bem aos clientes.

A liderança nas empresas em *home office* necessita de uma estratégia bem definida, procedimento, processo a serem desenvolvidos por gestores que estão dispostos a executar e demonstrar que o novo sistema pode ser elaborado e produzido de qualquer distância de maneira exata. Dessa forma, as empresas são fundamentalmente constituídas de inteligência, algo que apenas as pessoas possuem, e o capital somente será bem aplicado quando for da mesma forma investido e administrado. (CHIAVENATO, 2005)

METODOLOGIA

Foi utilizado o método indutivo, pois partiu-se da observação de um fato cujas causas são necessárias conhecer. De acordo com Gil (2007, p. 11) o método indutivo "é uma forma de organizar o raciocínio da pesquisa, que é pressuposto básico para a existência de qualquer tipo de ciência experimental."

A técnica de pesquisa utilizada foi a multidisciplinar, onde se buscou identificar a importância do papel do líder na organização estudada. Segundo Demo (2000, p. 12), "a pesquisa multidisciplinar apresenta-se como a instrumentação teórico-metodológica na aquisição do conhecimento, isso, na condição de princípio científico".

Quanto ao método, esta pesquisa é classificada como qualitativa-quantitativa. Knechtel (2014, p. 106) explica que:

> a pesquisa quantitativa interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica).

Para esse estudo foi utilizada a técnica de pesquisa explicativa, que possibilitou compreender como a liderança na ABRASEL tornou-se um diferencial a partir de 2020. Quanto à natureza foi utilizada, a técnica de pesquisa básica, por se tratar de uma pesquisa também teórica com o objetivo de gerar conhecimentos novos para avanço na área acadêmica.

A pesquisa apresenta um estudo de caso sobre como a liderança pode ser um fator de mudança nas organizações. Segundo Yin (2005, p. 212) "o uso do estudo de caso é adequado quando se pretende investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos."

A revisão bibliográfica ajudou muito a relacionar o tema proposto com a opinião de autores sobre o assunto .Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266)"a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas.

A coleta de dados ocorreu na empresa estudada em 20 de agosto de 2021 por meio de roteiro de entrevista e questionário semi-estruturado . A entrevista foi realizada com o presidente e líder da ABRASEL. Já o questionário composto por 12 perguntas foi aplicado para 17 colaboradores que tiveram que escolher entre as quatro opções de respostas apresentadas para cada pergunta.

O universo de estudo da pesquisa foi a ABRASEL/MG, A população é representada aqui por 18 pessoas, sendo 17 colaboradores e o líder da ABRASEL . A amostra de 80% do total dos questionados , corresponde a 20% dos respondentes.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Foi aplicado um questionário junto aos colaboradores e realizada uma entrevista com o gestor da ABRASEL com o intuito de possibilitar uma comparação e interligação entre as respostas e para entender o papel da liderança e sua importância para a associação. Também para coleta de dados foi realizada uma entrevista com o presidente responsável pela instituição.

Os 17 colaboradores foram questionados sobre a importância da liderança sendo que 100% responderam acreditar que a liderança está diretamente ligada à motivação do grupo em busca de um objetivo comum.

Em relação à função que um líder deve assumir, 69% dos questionados disseram que o seu papel é orientar a equipe para que a mesma, alcance melhor qualidade nos processos, enquanto 25% acredita que essa função deva ser ligada a fatores motivacionais e 6% acredita que a função do líder esteja relacionada com metas e estratégias a serem alcançadas.

Ainda quando questionado aos colaboradores sobre qual a atitude eles esperam do líder em relação à equipe, 63% responderam que esperam que sua principal função seja manter a equipe sempre unida; ao passo que 31% responderam que esperam que ele "transmita segurança para a equipe" esteja essencial para o líder; que 3% responderam esperar que o líder sempre atue como crítico em relação à equipe e para 3%, a atitude do líder deve ser pautada em manter o seu papel de liderança e direcionamento da equipe.

Ao se tratar de gerenciamento de projetos deve-se entender a importância de superação de momentos difíceis e crises. Foi detectado que 94% dos respondentes enxergam o líder da ABRASEL como bastante atuante com relação às crises vividas pela associação e 6% acreditam que ele seja bastante otimista no enfrentamento dessas crises.

Para entender melhor o objetivo dessa pesquisa foi perguntado aos questionados o que eles acham das estratégias do líder da ABRASEL para atrair novos associados, 69% dos respondentes afirmam que o líder atua diariamente de forma ativa para esse objetivo, 25% dos respondentes entendem que ele sempre atua nesse sentido e apenas 6% consideram que "às vezes" há atuação do líder nesse sentido.

Para 81% dos colaboradores o líder da ABRASEL possui um perfil mais centralizador no qual impõe suas ideias, enquanto 19% acredita que ele seja um líder democrático que estimula a participação do grupo nas tomadas de decisão. No entanto, na relação entre líder e liderado é importante entender como se forma essa troca no dia-a-dia e o quanto essa relação é importante do ponto de vista

colaborativo. Assim, quando questionado aos colaboradores como eles avaliam essa relação de uma forma geral, 50% responderam que é boa e 50% que é excelente.

Em todo projeto a comunicação se torna extremamente importante para alcançar os objetivos propostos, e nesse quesito, 56% dos respondentes consideram que possuem uma boa comunicação com a liderança e 44% uma excelente comunicação. Com relação à comunicação com os associados, 56% disseram que a ABRASEL possui uma comunicação excelente e 44% acredita que a associação tem uma boa comunicação com os associados.

Por se tratar de uma associação que sempre preza pela obtenção de novos associados, procurou-se entender qual a percepção dos colaboradores com relação ao papel do líder para que esse objetivo seja alcançado. Detectou-se que 62% responderam que o líder da ABRASEL é extremamente empenhado em trazer novos associados e 44% acreditam que ele tem uma boa atuação com relação a essa captação.

No ano de 2021, em plena pandemia, a pesquisa foi de extrema importância para que se pudesse: entender o papel do líder para a captação de novos associados; (b) as suas ações e estratégias realizadas pela ABRASEL no sentido de alavancar a sua representatividade de bares e restaurantes associados perante à órgãos governamentais; (c) para verificar a percepção dos colaboradores em relação a essa liderança no atual cenário.

Sobre essa questão, 100% dos questionados foram unânimes em responder que a atuação do líder da ABRASEL foi um diferencial para que houvesse um cenário de negociações e abertura em favor da classe representada e que suas ações foram bastante eficazes nesse momento de crise. Ainda para os colaboradores essa atuação e capacidade de representação foram essenciais para a associação de novos estabelecimentos que se sentiam à deriva da necessidade de uma representatividade dentro do seu setor de atuação.

Na entrevista realizada junto ao líder da ABRASEL fica claro que na sua opinião o exemplo repassado aos seus liderados através do seu comprometimento com suas obrigações pode motivá-los também a cumprir seus objetivos. Ainda afirma que fatores como conhecimento técnico, ser atuante, ter inteligência emocional e intelectual podem trazer também segurança para a equipe.

Quando perguntado ao líder sobre qual o seu estilo de liderança, ele destaca: ser liberal oferecendo bastante abertura ao seu grupo para desenvolver e concluir os seus projetos.

Com relação às estratégias para trazer novos associados para a ABRASEL, o gestor explicou que às iniciou na associação em pleno período da pandemia, momento no qual, os estabelecimentos estavam proibidos de funcionar e necessitavam de uma liderança que pudesse abrir o diálogo direto com os governos. A atuação da ABRASEL neste momento de crise foi tão importante para o setor de

bares e restaurantes que nesse momento de crise diversos estabelecimentos perceberam que podiam contar com ela para serem representados, o que para o gestor atraiu vários novos associados carentes de representatividade.

Fica claro na percepção do gestor da ABRASEL que um ótimo líder deve estar conectado com as transformações do mercado e não permitir que os resultados da organização sejam afetados por mudanças internas e externas. Com a amenização da pandemia e a liberação da abertura do comércio, o gestor entende que é natural os estabelecimentos chegarem a acreditar que não precisam mais da ABRASEL, entretanto, para ele, este é o momento certo de mostrar os valores agregados que a associação oferece para os associados.

O gestor ainda ressalta, que a pandemia trouxe oportunidade para que a ABRASEL se destacasse de forma efetiva no mercado, principalmente, através da mídia espontânea, pois anteriormente nunca havia se falado tanto da associação. O líder da ABRASEL acredita que, atualmente, as pessoas sabem de fato que a empresa é uma associação que representa bares e restaurantes, a qual se desenvolve devido à fixação da marca e formas de divulgação.

Quando perguntado sobre qual a sua maior dificuldade como líder durante a pandemia, o gestor informou que foi “conciliar” todos os campos de sua vida: família, negócios pessoais e a sua atuação na ABRASEL.

5 CONCLUSÃO

Diante da revisão bibliográfica e dos dados coletados por meio da pesquisa de campo conclui-se que a liderança de uma empresa no mercado se concretiza através de processos que visam motivar, influenciar, estimular e proporcionar para pôr em prática diferentes e assertivas tomadas de decisões, demonstrando clareza e direção aos colaboradores no desempenho das funções.

O processo de liderança ocorre em diversas situações em que o líder precisa executar suas atividades da melhor maneira possível. Portanto é extremamente importante para as organizações a existência de uma competência direcionadora em busca das decisões que sejam compreendidas por todos envolvidos, trazendo êxito para o seu negócio.

A liderança da ABRASEL utiliza um processo que estimula, impulsiona e incentiva todos da organização em prol da “gestão com resultados em tarefas” relacionada a um objetivo comum. Um líder que conhece e acompanha todo seu plano de ação, sabe motivar e gerir pessoas na busca de resultados organizacionais eficazes.

A chegada de um novo líder na ABRASEL foi um diferencial para que se conseguisse alavancar e fortalecer o setor de “alimentação fora do lar” no momento da pandemia. Era necessário que alguma entidade representasse os bares e restaurantes e buscasse, de forma confiável, o diálogo e a negociação junto ao governo, onde o cenário de negociação e de aberturas em favor da classe representada fosse possível e com eficácia no momento de crise do setor.

Com a capacidade de trazer valores agregados à representatividade do setor e despertar confiança, o que foi o pontapé para que os empresários começassem a enxergar valores agregados à associação, a captação de novos associados em busca da representação se fortaleceu.

Foi confirmado pela equipe da ABRASEL que a liderança está diretamente ligada à motivação do grupo em busca de um objetivo comum, modelo pelo qual levou também ao aumento da captação de associados, o que gerou o crescimento da associação.

Segundo o líder da ABRASEL é importante passar aos seus liderados o comprometimento com suas obrigações para motivá-los a cumprir seus objetivos, pois o principal é inspirar as pessoas através do exemplo. No conceito dele, fatores como conhecimento técnico, ser atuante, inteligência emocional e intelectual por parte do líder, podem trazer também segurança para a equipe. Ele busca dar liberdade aos seus liderados para desenvolver e concluir os seus projetos com eficiência e comprometimento.

A instituição necessita implantar novas estratégias e metas para continuar a captação de novos associados, pois além da necessidade de novos caminhos em busca de representatividade, encontra-se ainda na missão de retenção dos que já estão sendo representados e que necessitam visualizar positivamente os benefícios oferecidos pela ABRASEL para se manterem associados.

Cumprindo com essa missão é possível que a ABRASEL ganhe ainda mais força e consiga uma boa relação perante aos órgãos públicos, possibilitando que os resultados contribuam ainda mais para a sua representação no setor. Para tal, é necessário que haja preparo da equipe e o engajamento de colaboradores no processo de planejamento e evolução de metas, o que justifica a importância de uma boa liderança. A ABRASEL necessita também treinar novos colaboradores que se identifiquem com o perfil de liderança assertiva até então adotada para uma possível sucessão.

Este estudo ajudará a instituição **a** observar os seguintes aspectos: como é realizada a captação dos associados, qual a sua maior dificuldade de reter os associados e qual o diferencial do líder engajado perante a representatividade do setor.

REFERÊNCIAS

BENTO, V. Antônio; RIBEIRO, Maria Isabel. **A liderança escolar a três dimensões:** diretores, professores e alunos. Bragança: Oficinas de São Miguel, 2013.

BERGAMINI, C. **Motivação.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. v. 18, n. 3. São Paulo: Rev. Odontol. Univ. São Paulo, 2006.

BOM SUCESSO, Edina de Paula. **Relações interpessoais e Qualidade de Vida no trabalho** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

CHANG, S; LEE, M. **Um estudo sobre a relação entre liderança, cultura organizacional e funcionamento da organização.** 14. ed. São Paulo: A Organização de Aprendizagem, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as Pessoas:** Transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

____, Idalberto. **Administração geral e pública**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

____, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico Fundamentos e Aplicações**. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ELTON, C. GOSTICK, A. **O Princípio do Reconhecimento.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HERSEY, P. BLANCHARD, K. H. **Psicologia para Administradores:** A teoria e as técnicas da liderança situacional. São Paulo: EPU 1986.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação:** uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KOUZES, J. M.; POSNER, B. Z. **O desafio da liderança.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

KRAUSE, D. G. **A Força de um Líder.** São Paulo: Makron Books, 1999.

MARINS FILHO, Luiz Almeida. **Os 12 maiores atributos da liderança.** 05/08/2008 Disponível em: www.fundacaolamf.org.br. Acesso em 23 de Abril de 2021 às 21:27hs.

MAXIMIANO, Antônio C. A. **Teoria geral da administração:** da revolução urbana à revolução digital. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NETO, Armando Correia de Siqueira. **Gestão do novo líder.** São Paulo: Atlas, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Tratado de direito material do trabalho**. São Paulo: LTr, 2007.

REGO, A. ; CUNHA, M. P. **Que Líder Sou Eu?** – Manual de apoio ao desenvolvimento de competências de liderança. Lisboa: Edições Sílabo, 2016.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional.** 11. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

SCOTT, Cynthia D. ; JAFFE, Dennis T.; TOBE, Glenn R. **Visão, valores e missão organizacional:** construindo a organização do futuro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos**.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WRIGHT, Peter L. **Administração estratégica conceitos.** 12 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Redes Sociais e Cultura do Cancelamento:

A construção do "tombamento" de Karol Conká em memes, no Instagram

Social Networks and Cancellation Culture:

The construction of Karol Conká's "fall" in memes, on Instagram

Eunice Ribeiro Moreira[5]

Mariana Dias Hilbert[6]

Thalisson Henrique Venâncio Lucas[7]

Orientadora: Ana Karina de Carvalho Oliveira[8]

Resumo: O presente trabalho foi elaborado a partir dos conceitos de redes sociais, cibercultura, espetáculo e celebridade, e cultura do cancelamento. Tais referenciais visam esclarecer a forma como é expresso o cancelamento de Karol Conká no Instagram, no uso de *memes* durante sua participação no Big Brother Brasil 21. Para isso, buscamos analisar as expressões dos internautas no Instagram partindo dos conflitos em que a rapper se envolveu no programa. Foi necessário, também, compreender a relação que se constrói entre celebridades, redes sociais e cancelamento, além de entender a contribuição do assunto para a abordagem conceitual de cultura do cancelamento no contexto das redes sociais.

Palavras-chave: Cultura do cancelamento. Redes Sociais. Memes. Celebridade. Karol Conká.

Abstract: *The present work was elaborated from the concepts of social networks, cyberculture, spectacle and celebrity, and cancellation culture. These references aim to clarify how Karol Conká's cancellation is expressed on Instagram, in the use of memes during his participation in Big Brother Brazil 21. For this, we seek to analyze the expressions of internet users on Instagram based on the conflicts in which the rapper was involved in the program. It was also necessary to understand the relationship that is built between*

[5]Graduanda do curso de Jornalismo pela Faculdade Promove. Aluna Promove. e-mail: eunice.moreira@soupromove.com.br

[6]Graduanda do curso de Jornalismo pela Faculdade Promove. Aluna Promove. e-mail: mariana.hilbert@soupromove.com.br

[7]Graduando do curso de Jornalismo pela Faculdade Promove. Aluno Promove. e-mail: thalisson.lucas@soupromove.com.br

[8]Doutora em Comunicação Social pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG). Professora da Faculdade Promove. e-mail: ana.oliveira@somospromove.com.br

celebrities, social networks and cancellation, in addition to understanding the contribution of the subject to the conceptual approach to the culture of cancellation in the context of social networks.

***Keywords**: Cancellation culture. Social networks. Memes. Celebrity. Karol Conká.*

1 INTRODUÇÃO

Em 2019, o termo "cultura do cancelamento" foi eleito como palavra do ano pelo dicionário australiano *Macquarie*[9]. O interesse pelo termo pode ser percebido a partir do engajamento de internautas nas redes sociais em episódios e contextos diversos, desde a luta contra o assédio sexual em Hollywood, evidenciada pelo movimento "*Me too*", em 2017; passando pela acentuação da polarização política nas eleições presidenciais brasileiras, em 2018 (HEROLD, 2020); até chegar à participação de celebridades no programa televisivo *Big Brother Brasil 21,* exibido pela Rede Globo, que se tornou um dos eventos mais comentados no país recentemente.

Big Brother é um *reality show* no qual cerca de 20 pessoas ficam confinadas por três meses em uma casa vigiada por câmeras, 24 horas por dia. Durante o período de confinamento, os participantes não têm acesso a internet, rádio, televisão ou qualquer informação sobre o que acontece fora da casa. A cada semana, um participante é eliminado pelo público, que também escolhe, ao final, quem sairá vencedor e receberá um prêmio em dinheiro. Criado pelo holandês John de Mol, em 1999*,* o programa surgiu da visão do livro *1984,* publicado em 1949 por George Orwell, no qual moradores de uma cidade regida pelo ditador, O Grande Irmão, eram constantemente vigiados[10].

Desde seu surgimento, o programa propõe reunir pessoas comuns dentro de uma casa e submetê-las a provas de resistência e pressão psicológica para garantir sua permanência no jogo, sob os olhares de todo um país. O sucesso de audiência levou Mol, em seis meses de *Big Brother*, para a lista da Forbes como uma das 500 pessoas mais ricas do mundo. Em 2016, setenta a cinco países já tinham produzido suas versões do *reality* (COHEN, 2016). No Brasil, a primeira temporada foi ao ar em 2 de abril de 2002. Da primeira à 19ª, pessoas comuns passaram pelo *reality*, mas, na 20ª edição, formaram-se dois times distintos: o *Pipoca*, composto por pessoas comuns inscritas no reality, e o *Camarote,* formado por

[9]Disponível em: <https://www.macquariedictionary.com.au/resources/view/word/of/the/year/2019>. Acesso em 17 de fev. 2021.

[10]Disponível em: <https://observatoriodocinema.uol.com.br/series-e-tv/2021/01/a-verdade-sobre-o-big-brother-brasil-que-ninguem-vai-te-contar>. Acesso em 19 de mar. 2021.

celebridades convidadas pela produção do programa (PINHEIRO, 2020). A aposta deu certo e a 21ª edição repetiu a dose, reunindo famosos das mídias tradicionais e digitais e anônimos, o que se tornou um espetáculo não só na TV, como nas redes sociais, especialmente quando símbolos ativistas apresentaram performances negativas diante do seu público.

A personagem Karol Conká, por exemplo, conseguiu se destacar no reality como a que mais instigou o "tribunal da internet", composto por usuários das mídias sociais insatisfeitos e decepcionados com sua conduta. Essa rejeição significativa ocorre quando as expectativas do público se rompem. "É nesse contexto que se apresenta a chamada cultura do cancelamento, na verdade um boicote virtual dirigido àquele que, de forma voluntária ou involuntária, frustrou expectativas, traiu regras não oficiais, ousou ser diferente em alguma medida" (DUARTE; GONÇALVES, 2020, p. 3).

A *rapper* curitibana, protagonista de polêmicas no *BBB 21*, começou a sua carreira aos 17 anos, mas foi em 2012 que Conká começou a ganhar destaque, graças às suas parcerias com cantores conhecidos no mundo do rap - como Projota, que também participou da edição 21 do *reality*[11]. No ano seguinte, a cantora ganhou a estatueta na categoria Artista Revelação, no prêmio *Multishow* de Música Brasileira[12]. A partir daí, a rapper passou a conquistar mais espaço na mídia, tendo sua música *Já que é pra tombar, tombei* como abertura do seriado da Globo *Chapa Quente*, em 2015. Ela também se tornou apresentadora, juntamente com Giovanna Ewbank, do programa "Superbonita", exibido na GNT, de 2017 a 2019 (CASTRO, 2019). Sua ascensão profissional contribuiu para que suas redes sociais se tornassem vitrine do seu sucesso. Mas, após a sua entrada no *Big Brother*, a cantora virou alvo de duras críticas e suas redes, hospedeiras de um linchamento virtual.

Como consequência das atitudes de Karol, classificadas pelos internautas como agressivas, o número de seguidores caiu vertiginosamente[13]. O mesmo ocorreu com os contratos publicitários e, ao sair da casa, ela teve que encarar a realidade que lhe aguardava. Em uma entrevista ao *Fantástico*[14], exibida em 28 de fevereiro de 2021, a *rapper* disse se

---

[11]Disponível em: <https://arademulher.r7.com/celebridades/karol-conka-quem-e/>. Acesso em 30 de abr. 2021.

[12]Disponível em: <https://imprensa.globo.com/programas/bbb-21/textos/karol-conka/#:~:text=Em%202013%2C%20recebeu%20a%20primeira,na%20categoria%20%22Nova%20Can%C3%A7%C3%A3o%22>. Acesso em 17 de fev. 2021.

[13]Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2021/02/22/karol-conka-pela-1a-vez-no-paredao-do-bbb21-cantora-tem-altos-e-baixos-em-cifras.ghtml>. Acesso em 24 de fev. 2021.

[14]Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9308584/>. Acesso em 1 de mar. 2021.

sentir constrangida por ser vista como uma opressora e que o principal motivo do repúdio e do cancelamento nas mídias sociais foi o fato dela ser negra. Esses e outros relatos estão presentes no documentário: *A vida depois do tombo*. Exibido em quatro episódios pela plataforma Globo Play, o filme foi uma das estratégias para a retomada da cantora após o *Big Brother Brasil*[15].

É interessante observar o conceito de Debord (1997) sobre o espetáculo, considerando o reflexo de algumas ações que ocorrem nos meios de comunicação tradicionais e que são notados nas interações que acontecem nas mídias sociais.

> Se o espetáculo, tomado sob o aspecto restrito dos 'meios de comunicação de massa' que são sua manifestação superficial mais esmagadora, dá a impressão de invadir a sociedade como simples instrumentação, tal instrumentação nada tem de neutra: ela convém ao alto movimento total da sociedade (DEBORD, 1997, p. 26).

Ainda segundo o autor, o espetáculo "não pode ser, apenas, caracterizado como um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens" (DEBORD, 1997, p. 22). A atenção que se dá ao imagético e os comentários que se tecem a seu respeito é o que consolida o espetáculo através de vínculos frágeis que se desfazem quando surge um novo acontecimento social. Observando, assim, as relações contemporâneas, Bauman (2017) classifica os acontecimentos momentâneos, ações, interações humanas e sentimentos não persistentes ao tempo como algo "líquido", que não tem a capacidade de perdurar ao longo do tempo. Além disso, o autor analisa a fragilidade dos vínculos afetivos na modernidade como ligações que oscilam entre algo prazeroso e, ao mesmo tempo, desagradável. Partindo das considerações de Debord (1997) e Bauman (2017), compreende-se o destaque dos *memes* como forma particular de comunicação e interação nas redes sociais. Assim, constrói relações frágeis mediadas por imagens espetaculares, a fim de que sejam eternizadas.

---

[15]Conteúdo completo disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2021/04/29/a-vida-depois-do-tombo-serie-documental-sobre-karol-conka-estreia-no-globoplay-nesta-quinta-feira.ghtml>. Acesso em 21 de mai. 2021.

A escolha do nome *Meme,* pelo etólogo Richard Dawkins, se deu pela adaptação da raiz grega *mimem* (μίμημα), criando o termo *meme*, que em pouco tempo viralizou. Ele desenvolveu o conceito para tentar explicar a evolução do processo de transformação cultural. O objetivo era ter uma comunicação exclusiva com as pessoas que participavam de Aldeias Digitais. Na internet, o surgimento se deu por meio da cultura nerd, onde os usuários trocavam figurinhas e compartilhavam entre si em fóruns e canais de comunidade online. Os eixos centrais para que os *memes* se mantivessem vivos, por um longo período na sociedade, se basearam na necessidade que as cópias originárias das peças fossem fiéis. (MUSEU DOS MEMES, 2017).

Partindo do contexto observado, o problema de pesquisa a ser respondido é: de que forma se expressa o cancelamento de Karol Conká no Instagram, através de *memes* durante sua participação no Big Brother Brasil 21? Além deste, que configura o objetivo geral da pesquisa, os objetivos específicos são: analisar as expressões dos internautas no Instagram a partir dos conflitos protagonizados por Karol no programa; discutir a relação entre celebridades, redes sociais e cancelamento; contribuir para a abordagem conceitual da cultura do cancelamento no contexto das redes sociais.

A pesquisa se justifica pela importância que as redes sociais vêm ganhando como esfera de interação e debate onde, atualmente, espectadores se engajam cancelando celebridades quando suas atitudes são reprováveis. O cancelamento tornou-se uma prática habitual para com famosos, e, uma vez que as redes sociais aproximam os ídolos de seus fãs, fica mais fácil compartilhar elogios, como criar um tribunal condenatório. O trabalho se faz relevante para o estudo da cultura do cancelamento em um ambiente virtual, observando como ela se constrói e que valores coloca em debate. A escolha da curitibana se deu por ser mais uma famosa a ser cancelada e por ter se tornado pauta no BBB 21 pelas suas atitudes reprovadas pelos participantes e pela audiência.

Pesquisas recentemente realizadas em torno desse tema mostram o quanto o campo da comunicação tem buscado compreender esse comportamento. É o caso de estudos como *A cultura do cancelamento, seus efeitos sociais negativos e injustiças* (CHIARI; LOPES; SANTOS, 2020), *Cancelados: a cultura do cancelamento na sociedade do espetáculo* (VILCHEZ; COELHO, 2020) e *O Homem Social nas Redes Sociais: um estudo de caso sobre a cultura do cancelamento* (DUARTE; GONÇALVES, 2020).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cibercultura e Redes Sociais

Conforme Martino (2014), às transformações dos meios digitais permitem um acesso cada vez maior às redes de computadores, pois, quanto mais o ciberespaço se expande, maior é o fluxo de indivíduos conectados, gerando mais informações. Como observa Fernando (2011, p. 40), o público se preocupa em buscar o que funciona de modo instantâneo e acabou por eleger nos últimos anos bate‑papo, redes sociais e de informação como as principais ferramentas no seu dia‑a‑dia. Conveniente, útil e agradável". Esse contexto ganha o nome de cibercultura por relacionar intimamente os aspectos socioculturais e tecnológicos de forma simbiótica. Segundo Jenkins (2015), nesse ambiente, em que as redes sociais ganham campo, a mídia corporativa e a alternativa se encontram, o produtor e o consumidor galgam o mesmo poder de interação. O fluxo de conteúdo opera através de múltiplas plataformas, enquanto o público migra de uma para outra em busca de entretenimento. O conteúdo circula de acordo com engajamento dos seus usuários; os meios de comunicação, a cultura participativa e a inteligência coletiva convergem.

Para Rodrigues (2016), foi a internet que proporcionou essas várias formas de interações sociais. As primeiras experiências começaram em 1990, através de troca de e-mails. Com a popularização da internet, foram sendo criadas "comunidades virtuais", proporcionando uma interação cada vez mais direta. A autora ainda acrescenta: "[...] e assim a internet ultrapassa as barreiras militares e governamentais, ganhando espaço 'público' e invadindo, progressivamente, a vida das pessoas, em todas as dimensões" (RODRIGUES, 2016, p. 37). Recuero (2009) compreende a socialização criada nesse espaço virtual como *rede* a partir de uma forma de analisar ajuntamentos estruturados por meio de laços sociais. Partindo desse contexto, Martino (2014) entende as redes sociais como relações construídas por interação existente entre pessoas dentro de um espaço dinâmico e flexível fomentado através da tecnologia que a internet traz. Nessas redes sociais, as relações são, em tese, estabelecidas de forma igualitária e todos têm o mesmo direito de se expressar, sem se preocupar com as diferenças sociais. O que faz do indivíduo parte dessa relação não são laços afetivos, mas os interesses, os temas debatidos e os valores compartilhados, dentro de uma dinâmica específica de interação.

Jenkins, Green e Ford (2014) apresentam uma prática comum nas mídias sociais, que é a da propagação. Dentro do conceito da "cultura de conexão", criado por eles, o que não é propagado acaba morrendo. Por isso, alguns conteúdos são viralizados, isto é, espalhados como um vírus nas redes sociais para não serem esquecidos pelos internautas. Apesar dos autores usarem a metáfora do vírus, o ato de espalhar conteúdos é feito de forma proposital e sistemática pelas pessoas que os recebem.

Bauman (2004) considera que os indivíduos buscam nas redes afinidades e conexões. Dentro dessa perspectiva, a palavra "rede" remete a contatos construídos em períodos e relações distintas, que acabam por escolha do próprio indivíduo. O autor reforça que as relações são construídas com base em fragmentos, acontecimentos e sentimentos frágeis, fazendo delas relações "líquidas", termo que usa para se referir a acontecimentos efêmeros e instantâneos da modernidade.

Apesar da aproximação que se cria dentro desse espaço, através das curtidas, comentários e compartilhamentos, a ausência de contato visual encoraja o indivíduo a dizer o que não diria se estivesse próximo do outro. Se o conteúdo não condiz com os interesses e valores de qualquer integrante, este pode reagir manifestando sua indignação, saindo do grupo, ou bloqueando quem diverge de suas opiniões.

2.2 Espetáculo, celebridades e interação no ciberespaço

Acontecimentos no mundo dos famosos podem pautar o que é exibido nas mídias. Como consequência, o público que os acompanha exalta as celebridades e as coloca em pedestais. Assim, se sentem próximos de seus ídolos, especialmente através das mídias digitais ou redes sociais, mesmo que este contato seja limitado e não recíproco. "Mecanismos de identificação e projeção atuam no processo; eu a sigo porque me identifico com ela; eu a sigo porque ela diz/faz o que eu queria fazer" (FRANÇA; SIMÕES; PRADO, 2020, p.18). De acordo com as autoras, a proximidade que os internautas criam é para suprir suas frustrações para, assim, sobreviverem no mundo virtual.

O conteúdo que circula nas redes sociais varia conforme o interesse público, como é o caso da vida dos famosos. Para Goffman (2002), esse interesse da audiência é construído quando o ator desempenha um papel, presumindo que seus espectadores levem a sério e

abracem a impressão ali representada. Segundo o autor, "[...] há o ponto de vista popular de que o indivíduo faz sua representação e dá seu espetáculo para benefício de outros" (GOFFMAN, 2002, p. 25). Ele ainda explica que, quando alguns fatos são expostos durante a representação do autor, revelando sua fragilidade, toda a realidade antes construída pode cair em descrédito. O que se apresenta, então, é uma incoerência entre a representação e a realidade (GOFFMAN, 2002).

Por sua vez, Bauman (2004) afirma que, por meio do espetáculo, relações virtuais são estabelecidas entre celebridades e espectadores. Para ele, essas relações são modeladas de forma líquida para serem consumidas no cenário atual. O pensamento de Debord se articula ao desses autores ao afirmar que o espetáculo é uma forma de dominação dos poderosos sobre os desafortunados. Para ele, o espetáculo se constrói com a produção midiática feita com o objetivo de atingir massa. Do ponto de vista do autor, pessoas abdicam de seus hábitos, tradições e desejos para viver a reprodução da mídia de massa. (DEBORD, 1997). A partir de então, tudo que o usuário passa a almejar são os objetos e a vida mostrada pelo espetáculo, deixando de ser o protagonista de uma vida real, para se tornar uma mera cópia no espetáculo midiático: "À medida que a necessidade se encontra socialmente sonhada, o sonho torna-se necessário. O espetáculo é o mau sonho da sociedade moderna acorrentada, que ao cabo não exprime senão o seu desejo de dormir. O espetáculo é o guardião do sonho" (DEBORD, 1997, p. 20).

A partir do pensamento dos três autores, é possível compreender as redes sociais como cenário de espetáculo através dos quais internautas criam laços afetivos frágeis em que as pessoas se expressam e se relacionam de maneira efêmera e, muitas vezes, anônima por meio de curtidas, comentários, compartilhamentos, dentre outras ferramentas disponíveis. Nesse contexto, as pessoas se sentem mais próximas das celebridades, podendo, inclusive, buscar intervir sobre suas ações e julgá-las.

2.3 A cultura do cancelamento

Nesse ambiente de extrema vigilância constituído pela internet, em que todos parecem ter o poder de julgar, escolher os favoritos e os odiados, levantar e derrubar a reputação de alguém, tais atitudes podem ter efeitos colaterais. Segundo Liedke (2020), esse

comportamento acaba se estendendo para outros segmentos, entrando em escolas e nos relacionamentos sociais. Funciona como uma seleção de quem merece ou não a atenção, o dinheiro e o amor do indivíduo que tem o poder de aceitar ou cancelar o outro, caso este não lhe agrade. “O cancelamento enquanto fenômeno está alinhado ao pensamento neoliberal em que vivemos, onde pautamos as nossas escolhas pela mentalidade de consumo e da substituição” (LIEDKE, 2020, não paginado).

Para Martins (2015), essas práticas virtuais se comparam às físicas, cometidas no passado do Brasil. Segundo o autor, o ato de linchar é uma resposta de questões subjetivas mal resolvidas da população, que transporta essas questões para o ciberespaço, sob algum fator que é entendido como de julgamento e condenação. Portanto, as redes sociais se transformam em hospedeiras de julgamentos e opiniões com base em subjetividades do público, evidenciando os limites da democracia nesse espaço. O que é contraditório, pois a raiz do cancelamento se apoia em idealizações de liberdade de expressão e na democracia de expressar suas perspectivas sobre o mundo por meio de causas e ideologias defendidas.

Porém, opiniões contrárias não são bem recebidas neste campo: “Quanto mais se lincha, maior a violência; quanto mais incisivo o discurso em defesa dos direitos humanos, mais violados eles são” (MARTINS, 2015, p. 11). O autor ainda afirma que a violência está sendo respondida com violência no âmbito digital em defesa de visões particulares, e o linchamento tem se enraizado nas atitudes dos brasileiros diante de condições que ameaçam seus valores sociais:

> O fenômeno das multidões ativas está muito associado a momentos de transição social e de incerteza quanto aos valores que devem nortear os rumos da sociedade. Está também associado a transições concluídas, mas insuficientemente, em que os agentes sociais que a conduziram não tiveram completa e adequada consciência das tensões nela envolvidas e dos desencontrados protagonismos de um novo e diferente querer social. (MARTINS, 2015, p. 126)

Segundo Liedke (2020), o cancelamento público traz consigo a ideia do que se pode ou não fazer, além de se estabelecer uma punição para quem ultrapassar esses limites.

Os cancelamentos e as violências são, muitas vezes, responsáveis por pautarem notícias nos jornais. “À medida que os linchamentos se tornaram mais frequentes, os jornais tendem a padronizar as informações a eles relativas, mesmo que cada jornal defina uma linha própria de tratamento do assunto” (MARTINS, 2015, p. 14). Neste ponto, França, Simões e Prado (2020) estão de acordo com Martins (2015) ao observarem que as notícias na esfera

das celebridades, linchamentos, dentre outros fatores relacionados às redes sociais, pautam outros meios de comunicação: "elas aparecem – 'e nos assediam', podemos dizer – por meio das redes sociais, dos programas televisivos, da imprensa de fofoca (ou mesmo noticiosa), das conversas interpessoais" (FRANÇA; SIMÕES; PRADO, 2020, p. 17). Mas a fragilidade das relações estabelecidas nas redes sociais, onde o cancelamento tem sido um padrão de justiça aplicado, acaba por gerar sérias consequências. "Encontrar um bode expiatório para representar o grande mal de uma luta moral ou ideológica, por vezes, pode ser uma manobra coletiva cruel contra um único indivíduo" (LIEDKE, 2020, não paginado).

Partindo do contexto exposto, as redes sociais podem ser observadas como um termômetro da opinião pública. A pesquisa aqui proposta parte dessa perspectiva para observar as manifestações e opiniões feitas em redes sociais, onde os usuários se sentem mais confiantes ao expor suas ideias. Valendo-se do conceito de Jenkins (2015) quanto à convergência midiática, a pesquisa propõe observar a proximidade entre fãs e ídolos estabelecida nas redes sociais, gerando uma intimidade antes inexistente. Por fim, Liedke (2020) e Martins (2015) agregam aos conceitos apresentando o perigo dessa aproximação que, de acordo com as expectativas dos fãs, pode resultar em um linchamento virtual ou cancelamento, conforme França, Simões e Prado (2020) também apresentam. A partir desses conceitos, será feita a análise do Instagram de Karol Conká, observando como se expressa seu cancelamento ou linchamento virtual.

3 METODOLOGIA

A pesquisa aqui proposta se caracteriza como qualitativa, método que "ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes" (GODOY, 1995, p. 21). A partir de seus objetivos, possui classificação exploratória, pois tem como uma de suas bases explorar conceitualmente o tema do cancelamento, ainda recente nos estudos da comunicação. Ela também é descritiva, uma vez que pretende descrever as ações dos fãs de Karol Conká a partir dos posts no Instagram em que ela foi marcada, durante a participação da artista no *Big Brother Brasil 21*. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva descreve características de um fenômeno, enquanto a exploratória visa explicitar e trazer maior familiaridade com o problema.

Quanto ao delineamento, a pesquisa é um estudo de caso, baseado na repercussão do caso Karol no Big Brother, que rendeu uma considerável circulação, no Instagram, de críticas verbais e imagéticas à cantora. O estudo de caso "consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]" (GIL, 2002, p. 54). Como a pesquisa tem como materialidade de análise documentos já disponíveis, trata-se, portanto, de um *corpus* de arquivo, que, de acordo com Bauer (2002), traça um caminho entre a leitura singular e a verídica de um texto, que, quando diz respeito ao público, pode ter a ver com as opiniões coletivas de uma comunidade. A princípio, o *corpus* do trabalho seria composto pelas postagens de Conká em seu perfil do Instagram e os respectivos comentários durante sua passagem no BBB 21. No entanto, os comentários negativos foram limitados e algumas postagens, apagadas. A partir de então, entendemos que seria prudente mudar o foco. Assim, o corpus da pesquisa passou a ser composto por posts feitos por outros internautas que marcaram a artista e que, assim, se tornam disponíveis no próprio perfil da *rapper* (@karolconka), na aba "Marcados".

O método de análise aplica a análise de conteúdo, que, segundo Martino (2018), tem como objetivo focar no texto e seus detalhes, por mais insignificantes que pareçam, usando elementos presentes na mensagem. "Não se trata de ignorar o contexto no qual toda e qualquer mensagem está inserida. A questão é o recorte, interessado em entender o que está sendo dito" (MARTINO, 2018, p. 158). Segundo Bardin (1977), tal método se refere a uma forma de tratar as informações contidas nas mensagens, podendo tanto ser uma análise dos significados (análise temática), como dos significantes (análise dos procedimentos).

Para que a análise de conteúdo seja feita, segundo Martino (2018), é necessária a seleção das mensagens a partir de alguns critérios como: número de mensagens dentro de um contexto, de uma sequência ou de determinada relevância, sendo preciso justificar tais escolhas. Posteriormente, é feita uma primeira leitura do material, buscando organizar o *corpus* da pesquisa. Daí, então, são produzidas as categorias de análise.

3.1 Delimitação do *corpus*

Entendendo os passos da análise de conteúdo proposta por Martino (2018), realizamos a coleta dos posts publicados no Instagram durante a participação de Karol Conká no referido

programa, com críticas à *rapper*. A ideia inicial era analisar os posts durante as quatro semanas e dois dias de Karol no *reality*. Durante a coleta, contudo, percebemos que o número de posts somava cerca 7.720, sendo que só nos dias 02 e 03 de fevereiro foram aproximadamente 2.945 (considerando possível margem de erro). Desses, muitos eram repetidos por serem usados em vários perfis.

Entendendo que os elevados números poderiam nos indicar algum acontecimento, partimos para um segundo recorte: os posts após conflitos entre Conká e outros participantes dentro da casa, a saber, com Lucas Penteado, Juliette, Carla Diaz, Bill e Camilla de Lucas. Considerando os dias em que houve mais marcações do perfil da cantora em posts, nota-se o montante de 5.651 postagem entre 29 de janeiro e 03 de fevereiro. Esse período diz respeito a acontecimentos ligados às desavenças entre ela, Juliette e Lucas. Os atritos com os demais participantes, entre 04 e 23 de fevereiro, ganharam apenas quatorze posts. Portanto, o melhor a fazer foi focar no período de maior número de posts e suas expressões.

Entendendo a impossibilidade de analisar esse número, chegamos, então, a um novo ajuste do recorte, definido pelos posts que expressaram a indignação dos internautas por meio de *memes*.

Visando delimitar o *corpus* da pesquisa para termos números mais sucintos e viáveis de análise no espaço desta pesquisa, decidimos analisar apenas *memes* postados no decorrer dos referidos conflitos. A partir daí, o *corpus* final se constitui de 58 posts[16] que, por meio da intertextualidade com outros produtos culturais, produzem montagens cômicas com a *rapper*. É importante destacar que os referidos conflitos de Karol Conká com outros participantes serviram como recorte temporal, mas que os conteúdos dos posts selecionados não estão necessariamente relacionados às discórdias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Memes do cancelamento

[16]Todas as imagens dos posts foram coletadas na aba “Marcados” do perfil de Karol Conká no Instagram, em 08 de out. 2021. Todas as imagens são apresentadas no Anexo deste artigo.

Os posts com os *memes* que expressaram o cancelamento da *rapper* foram agrupados em seis temas, a partir de uma primeira leitura de seus conteúdos. São eles: violência física; violência verbal e simbólica; rejeição; acontecimentos do reality; personagens da indústria cultural. Um mesmo *meme* pode estar presente em mais de um tema. Cada um dos temas será apresentado abaixo, tal como os *memes* que os representam.

4.1.1. Violência física

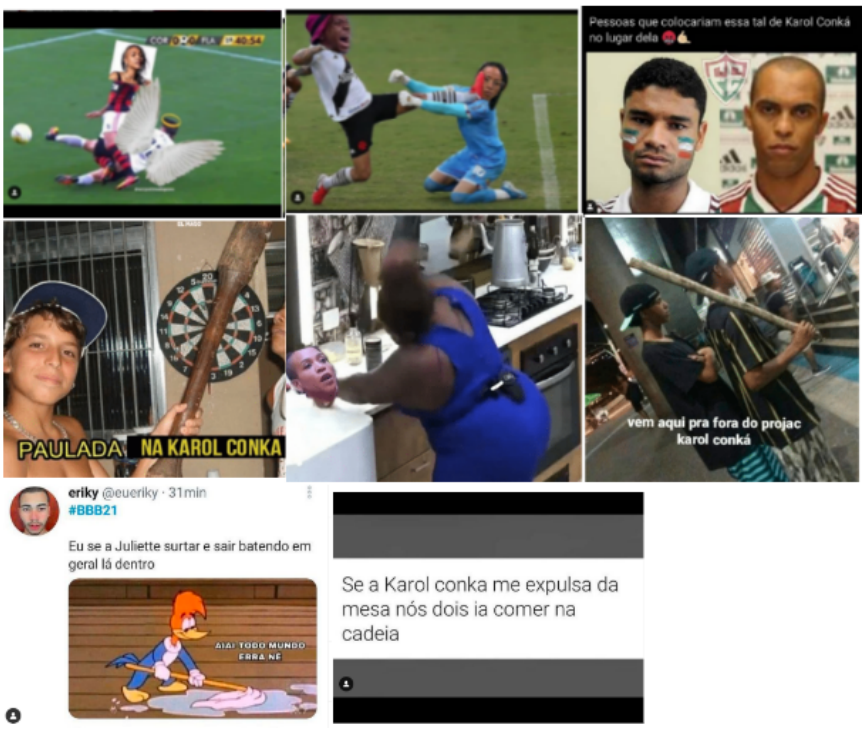


Imagem 1: Violência Física

Fonte: Instagram

Os posts relacionados à violência totalizam oito *memes*. Esses mostram a insatisfação e o repúdio dos internautas contra a cantora através de imagens agressivas de pessoas segurando objetos como cassetetes, dando chutes, socos, tapas e com o rosto da Karol nas montagens. Eles são acompanhados de legendas de ódio e imagens de punição. Um deles ganha a legenda “Paulada na Karol Conká”, com a imagem de um garoto com um porrete nas

mãos, enquanto sorri. Outros usam a imagem de pessoas que estariam à altura da cantora para colocá-la em seu devido lugar. Sendo Jojô Todinho uma boa oponente, com um porrete de amaciar carne, supostamente socando o rosto da curitibana. Gum e Leandro Euzébio, zagueiros do Fluminense, também são representados como quem poderia enfrentá-la, pois são conhecidos por terem entradas violentas em campo.

Outras mensagens contidas em dois posts são de faltas violentas cometidas em jogos de futebol, em que o rosto dela é projetado no corpo de quem sofreu essas agressões em campo, insinuando que ela merecia isso como castigo. Além de frases que afirmam o que os internautas fariam se fossem vítimas das agressões verbais da cantora. Dentre elas, "Se Karol Conká me expulsa da mesa, nós dois íamos comer na cadeia", o que faz entender que a consequência da expulsão seria uma agressão física. Atitudes que, espera-se, as pessoas não teriam coragem de praticar são apresentadas de forma engraçada e natural, usando elementos familiares como desenho animado e figuras famosas.

4.1.2. *Violência verbal e simbólica*

Imagem 2: Violência Verbal e simbólica



Fonte: Instagram

Imagem 3: Violência Verbal e simbólica



Fonte Instagram

Os *memes,* que somam treze posts, são compostos de montagens com imagens da *rapper* no programa e com outras figuras públicas, como a cantora e *influencer* digital Jojô Todinho, com uma expressão agressiva, dando a entender que ela também reprova as atitudes da *rapper*. Nas legendas, são observadas expressões que agridem verbalmente a rapper, com palavrões, xingamentos e ofensas. As frases mais comuns são agressivas, como "Karol filha da puta", "vai tomar no c#" e outras palavras de baixo calão, como "arrombada". Há, ainda, comparações de fotos da cantora com serpentes, lixeiras, ilustrações que representam o Demônio, dentre outras relacionadas. As legendas são curtas, porém, contêm termos e frases agressivas, como "lixo", e a expressão do desejo que ela consuma Coca-Cola com rato (fato referente a boatos que causaram crise de imagem à indústria Coca-Cola em 2013)[17].

As imagens suavizam as palavras vexatórias que seguem nas legendas. Frases associadas a figuras como *Bart Simpson* ou *Barbie* podem ganhar mais aceitação, assim como gestos feitos por famosos. Tais *memes* traduzem os sentimentos de pessoas comuns.

4.1.3. *Rejeição*

Imagem 4: Rejeição



[17]Conteúdo disp onclui-tj-sp/>. Acesso em 03 de

Fonte Instagram

Imagem 5: Rejeição



Fonte: Instagram

Os vinte e quatro *memes* são compostos de imagens de alguns famosos revirando os olhos, expressão de nojo, reprovação e deboche. Montagens do rosto da cantora em corpos masculinos, remetendo à imagem de "macho escroto" (expressão que a própria cantora usou para se referir a Lucas Penteado), torcidas com feições alegres a favor da rejeição da rapper. Ilustrações da Conká ligada ao presidente Jair Bolsonaro, aparentemente considerando que ambos têm atitudes agressivas e por serem reprovados pela sociedade. Imagem onde ela recebe a coroa da rejeição. Uma lápide remete à morte de sua carreira, levando as seguintes palavras: "Tombou tanto que acabou tombando a si mesma". O cartaz do filme: "Como perder um homem em 10 dias" foi adaptado com foto da cantora e ganhando um novo título: "Como perder uma carreira em 7 dias". De forma pejorativa, muda-se o nome de Karol para Jaqué Patombá referindo-se à sua música que lhe rendeu sucesso, sendo tema do programa "Chapa Quente"[18]. Outros posts levam textos que dizem que a rapper uniu grupos com ideologias diferentes, mas com um sentimento em comum: o seu cancelamento. Uma

[18]Conteúdo completo disponível em: <http://gshow.globo.com/Musica/noticia/2016/04/karol-conka-agita-nova-abertura-de-chapa-quente-com-o-hit-tombei-assista.html>. Acesso em 19 de nov. 2021.

propaganda da Skol diz pensar na possibilidade de trocar o K pelo C para não ter nada em comum com Karol. Enquanto outro post a relaciona ao Coronavírus, uma praga mortal.

4.1.5. Acontecimentos do reality

Imagem 6: Acontecimentos do reality

Fonte: Instagram



São treze *memes* que dialogam diretamente com o público que acompanhou o programa e os conflitos. As frases e imagens carregam símbolos e significados coerentes para quem assistiu e fez parte deste universo, além de atualizar internautas que não seguiam o reality diariamente, trazendo um aspecto de novidade. *Memes* com desenhos animados como o *Bob Esponja*, correndo com a seguinte legenda: "Juliette respira: Karol Conká indo falar mal da respiração dela pra alguém", se referindo ao comportamento da curitibana com

Juliette. Também referente a Conká e Juliette, o meme do Will Smith mostra o olhar de desprezo pela cantora, simbolizando o olhar de todos os nordestinos, por sua atitude xenofóbica. O ar de deboche de *Robert Downey Jr.* representa a legenda relacionada à imagem da audiência ao ver Karol e Juliette no paredão e ela perdendo para a paraibana. O *meme* que leva a imagem de *Lisa Simpson* tendo um ataque de nervos demonstra como ela ficava só de ouvir o nome Juliette.

Uma imagem ganhou três *memes* com legendas diferentes. Um abraço entre a cantora e Lucas Penteado, onde a atitude dela foi lida como falsidade, foi comparado a Judas (personagem bíblico que traiu Jesus), tematizou o *hit,* do DJ Guuga, "O golpe tá aí. Cai quem quer"[19], além de uma comparação à personagem Carminha, da novela *Avenida Brasil*, que, além de má, era falsa com toda a família.

4.1.6. *Personagens da Indústria Cultural*

Imagem 7: Produtos da Indústria Cultural

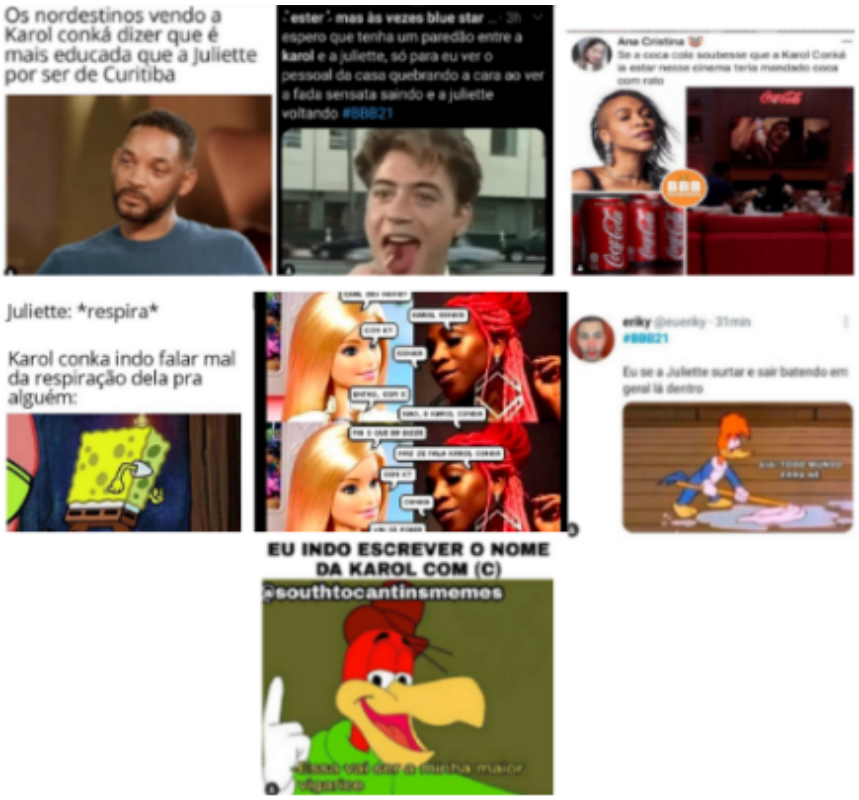


Fonte Instagram

Os dez *memes* contêm figuras midiáticas que fazem parte da indústria cultural. São personagens de desenhos infantis, filmes e programas de TV bem repercutidos no Brasil, como *Bob Esponja*, *Pica-Pau* e *Os Simpsons*, e atores que têm o reconhecimento do público, como Will Smith (ator, rapper e produtor de cinema), e Robert Downey Jr (ator).

[19]Conteúdo da música disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nAIVU3rmNW8&feature=youtu.be>. Acesso em 19 de nov. 2021.

Imagem 8: Produtos da Indústria Cultural



Fonte: Instagram

As dez imagens mostram diferentes personagens, como *Lisa*, do desenho *Os Simpsons,* sentada no chão com uma feição aflita, como se tivesse em meio a um transtorno mental, com a seguinte legenda: *"Eu vejo a Karol exatamente assim: Juliette, Juliette, Juliette, Juliette."*, dando a entender que a paraibana era a pauta principal dos assuntos da curitibana. Há também, outro personagem do mesmo desenho, *Homer*, deitado em sua cama com expressão reflexiva e com a seguinte legenda: "na moral não quero saber, não vou pensar mais nisso, vou dormir. Eu a noite toda: Karol filha da puta". A boneca Barbie, símbolo de elegância e estilo, perde a compostura com a *rapper*.

4.2. Análise e Discussão

A construção dos *memes* descritos acima ocorre justamente pelo poder de interação e expressão dos sentimentos dos internautas frente ao comportamento da celebridade no *reality*. São brincadeiras que têm o potencial para conquistar os internautas que compartilham da mesma opinião. Isso se justifica a partir de seus efeitos na cibercultura que, segundo o Museus dos Memes (2017), têm o poder de viralizar informações através de imagens, muitas vezes, relacionadas às figuras famosas e a indústria cultural.

4.2.1 Mensagens que se repetem nos Memes

As mensagens de cancelamento partem de ironias, deboches e temas fazendo referência a acontecimentos tensos do programa. O cancelamento é expresso, também, em mensagens de rejeição, bullying e violência contidas em imagens, além da utilização da Indústria Cultural como forma de viralizar a mensagem. Tal estratégia é usada porque, segundo Debord (1997), a Indústria Cultural tem objetivo de alcançar a massa através de produtos culturais. Ainda de acordo com o autor, essa é uma maneira de alienar e persuadir com o objetivo de dominar.

Após separarmos os *memes* em categorias, observamos que há diferentes classes de críticas e agressões que expressam, através de humor, sentimentos e opiniões negativas e mesmo agressivas sobre a cantora. Notamos que os *memes* que abordam violência física, verbal e simbólica sobre sua carreira somam 20 *posts* dentro das classificações, enquanto 24 expressam outras formas de rejeição. Alguns projetam o rosto de Karol em serpentes, outros com atrizes que foram protagonistas como vilãs em novelas, dando a entender que ela não é confiável em suas atitudes. O caso clássico refere-se à novela *Usurpadora*, onde a *rapper* foi comparada com a personagem principal (vilã), quando foi ao confessionário votar em Lucas após terem feito as pazes. Já o uso de montagens de jogadores sofrendo agressão em campo de futebol e até uma Miss recebendo a "coroa da rejeição" expressa o senso de justiça do público para com a curitibana. Partindo de Martino (2014), as mensagens que soam como linchamento se originam de questões subjetivas mal resolvidas da população, que ganham o espaço virtual como um lugar de julgamento e condenação.

Pode ser destacada, também, certa recorrência de menções à morte. É o caso do caixão que segue, sugerindo que Conká e outros participantes são polêmicos e que suas

imagens estão falidas, enquanto outros participantes que o carregam denotam a preferência dos internautas. Outro *post* traz a lápide que diz que a cantora tombou a si mesma. Chegam a comparar Karol ao Coronavírus, em um mesmo patamar de letalidade.

Segundo Martino (2014), o termo 'virtual' é utilizado como o oposto do 'real', porém, o 'mundo virtual' é uma extensão do que ocorre no real. Sendo assim, os posts são reproduções dos acontecimentos na casa, mas com opiniões e particularidades dos internautas. Para o autor, a recepção é algo desenvolvido em rede, durante a produção de conteúdo, discussões e trocas de informações. Os 58 memes analisados são publicações recheadas de signos que revelam que a indignação dos seguidores não ficou apenas no campo da discordância, mas expôs o desejo de desqualificação pessoal e profissional, vingança e desmoralização, que reverbera para outros ambientes e impacta sua carreira. Ao mesmo tempo, aqueles que foram atacados pela cantora são acolhidos e defendidos, tanto pelos internautas quanto pelo mercado.

4.2.2 Relação entre Celebridades e fãs no cancelamento dentro das redes sociais

As publicações analisadas mostram que nas redes sociais tudo é da ordem do imediato: opiniões, gostos, considerações podem se tornar em rejeição em pouco espaço de tempo, e essas opiniões são construídas coletivamente. Isso dialoga com o que é apontado por França, Simões e Prado (2020, p. 17), que afirmam que a "resposta imediata para a origem dessa dimensão inflacionária do fenômeno aponta o desenvolvimento das tecnologias digitais, facilitando exponencialmente a produção e a circulação de diferentes tipos de postagens e apelos".

Nota-se uma mudança bastante considerável a respeito da reputação da *rapper* diante dos internautas a cada discussão que a envolvia, dentro do programa. A partir das reflexões de Debord (1997) quanto ao espetáculo, pode-se observar que o cancelamento no ciberespaço passa a ser publicado de forma estratégica, valendo-se de assuntos que estão em voga na mídia tradicional, gerando engajamento dos internautas nas mídias digitais.

Conforme o comportamento da *rapper* e de acordo com o que ocorria na casa, conteúdos eram postados. Se houvesse acontecimentos tensos, sua conta era hospedeira de milhares de *memes* críticos e agressivos relacionados aos fatos. Segundo Liedke (2020), isso

se dá devido a uma seleção de quem merece, ou não, atenção, apoio e até mesmo o cancelamento nas redes sociais. As atitudes empregadas nas redes sociais também são estruturadas em critérios de aproximação, acolhimento, repúdio e rejeição. Os internautas podem decidir como agir, afetando a reputação alheia.

De acordo com França, Simões e Prado (2020), os internautas seguem, apoiam e elogiam apenas quem eles se identificam de alguma forma. Sendo assim, as opiniões são efêmeras, podendo mudar em pouco espaço de tempo. Com base nesta perspectiva, os produtores desses conteúdos não produziram estes *memes* para apenas entreter seus seguidores, mas, também, para ganharem engajamento com base nos acontecimentos envolvendo a rapper e no repúdio do público.

Segundo Martino (2014), o ciberespaço permite um grande fluxo de usuários que trocam informações em tempo real, compartilhando ideias e opiniões sobre fatos e pessoas. Nas redes tudo é inconstante, como a opinião de quem as utilizam. A fama conquistada e estabelecida nas redes sociais pode ser apenas uma passagem como algo do momento.

> As características do fenômeno conforme se apresentam na contemporaneidade agregam outros sentidos ao termo: a celebridade é propagada/ conquistada através da mídia; pode ter curta duração (volatilidade); reúne grande diversidade de perfis – atravessando demarcações de gênero, classe, raça, idade, ocupação. (FRANÇA; SIMÕES; PRADO, 2020, p. 41).

Conforme Martino (2015), práticas virtuais se estendem ao mundo ‘real’ e o ato de linchar, assim como outras atitudes efetuadas nas redes sociais, são respostas de questões subjetivas dos internautas que alcançam o ciberespaço. Sendo assim, o público reage nas redes sociais de acordo com a sua opinião sobre os fatos.

A inconstância da fama fica evidente nos conteúdos e no fluxo das postagens, conforme citado no delineamento do *corpus* da pesquisa, que variam de uma simples crítica a um desejo expresso de agressão. A admiração dos fãs pela representatividade de Karol, não apenas por suas músicas, mas por sua militância feminista e negritude, ruiu diante de suas atitudes contraditórias dentro do programa. Os admiradores mostraram sua indignação postando e compartilhando os memes nas redes sociais. Assim, na semana de paredão, onde Conká era uma das indicadas, não foi difícil chegar a uma votação de 99,17% de rejeição. Essa rejeição já estava imprimida no ciberespaço. Partindo de Goffman (2002), entende-se que

quando a fragilidade da *rapper* foi exposta, toda realidade construída em torno de sua imagem e das causas representadas por ela caiu em descrédito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs entender a forma como o cancelamento de Karol Conká foi expresso no Instagram através de memes, durante a participação da cantora no BBB 21. Buscamos responder essa questão analisando as expressões mais recorrentes nos posts, a partir dos conflitos, dentro do programa, que envolviam Conká. Na construção desse percurso, trouxemos reflexões que contribuem com a abordagem do conceito de cultura do cancelamento no contexto das redes sociais. Para isso, fizemos referência à Cibercultura e redes sociais, a partir dos autores Martino (2014), Rodrigues (2016) e Jenkins (2015), que compreendem que é nesse espaço que as pessoas reúnem em torno de interesses comuns. Abordamos, também, as relações entre espetáculo, celebridade e interação no ciberespaço por meio das literaturas de França, Simões e Prado (2020), Goffman (2002) e Bauman (2004), trazendo à luz como são construídas as relações entre as celebridades e os fãs a partir da dinâmica do espetáculo, e como essas relações são frágeis, podendo se romper caso o fã se decepcione com seu ídolo. Exploramos, também, o contexto da cultura do cancelamento como um linchamento virtual, a partir de Martins (2015) e Liedke (2020).

O corpus da pesquisa foi constituído por memes que expressaram o cancelamento por meio de mensagens de rejeição e violência, revestidas por camadas de humor que garantem sua disseminação nas redes. Após a análise, foi possível perceber a origem do cancelamento da Karol, que ocorreu a partir da discussão polêmica com Juliette, em que houve xenofobia em pauta. Em seguida, o conflito com o ator Lucas Penteado. Devido a esses atritos e à sua repercussão, houve uma grande promoção dos dois participantes fora da casa: Lucas Penteado foi contratado pela Avon, empresa que encerrou contrato com a cantora devido às discussões polêmicas, e o ator também foi muito bem acolhido nas redes sociais depois de sua saída precoce. Já Juliette, ganhadora do programa, também conquistou um grande apoio dos internautas, tendo 32, 6 milhões de seguidores em seu Instagram, onde é aclamada em todas suas publicações.

A cantora, por sua vez, perdeu 28% de seus seguidores no Instagram, caindo de 1.729.677 para 1.246.439[20] durante seu tempo no programa. Ela também sofreu ameaças, juntamente com sua família, enfrentando, do lado de fora do programa, uma realidade que a assustou, conforme sua já citada entrevista ao *Fantástico*, após sua eliminação. Conseguiu passar pelo cancelamento graças à sua carreira consolidada no mercado da música, que coleciona canções importantes para a sua fama. Com apoio de sua assessoria e equipe de produção conseguiu amenizar os impactos do cancelamento e recuperar sua reputação.

Nesse esforço para se reerguer, Karol Conká apresentou a música "Dilúvio "na final do BBB 21, em 04 de maio. O clipe foi lançado no dia 11 do mesmo mês, em seu perfil no Instagram[21]. Ela exibiu a música para os finalistas do reality Juliette, Camilla e Fiuk assim como os demais cantores como o Projota, Pocah e Rodolfo, que foram acompanhados pelo ator Lucas Penteado, que cantou com todos que participaram e integravam o time 'Camarote', composto apenas por celebridades. A música retrata de forma velada o seu cancelamento e as consequências sofridas:

> "*Se é essa a intenção, toda essa pressão e tensão*
> *Sinto uma sensação de que foi tudo em vão*
> *Quanto tempo ainda tenho? Eu vou com quem e quem são?*
> *Busco uma solução, fujo na contramão"*

A letra também fala sobre a importância de superar para vencer conflitos passados na vida.

> "*Completando ciclos, refletindo sobre o que eu digo*
> *E tudo o que eu digo é baseado no que eu vivo*
> *Se pra vencer, tem que superar o sofrer*
> *Supero sem esquecer do real motivo pra viver"*

---

[20]Com texto disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/descubra-quantos-seguidores-karol-conka-perdeu-ao-longo-de-sua-passagem-pelo-bbb>. Acesso em 08 de nov. 2021.

[21]Disponível em: <https://metropolitanafm.com.br/musicas/karol-conka-anuncia-data-de-lancamento-do-clipe-de-diluvio>. Acesso em 08 de nov. 2021.

A música foi estreada em grandes plataformas, como o Spotify, e teve alto índice de visualizações no Youtube, entre outros meios, e pode ser apontada como um dos fatores responsáveis pelo início da superação de sua carreira. Após sua saída, também foi lançado, em 29 de abril, o documentário *A vida depois do tombo*, dirigido por Patrícia Carvalho[22].

Entendemos que a circulação dos *memes* e o sucesso do cancelamento de Karol se deu pelo engajamento e o interesse dos internautas no desfecho da performance da cantora. As agressões acontecem como forma de linchamento popular, e quanto mais é expresso, mais violento vai ficando, conforme Martino (2015). Quando o internauta compartilha o post, faz da mensagem postada as suas palavras. Além da indignação de uns tornar-se-á de todos, ninguém consegue ter dimensão de onde essas manifestações podem chegar. O cancelamento ainda não é configurado como crime no Código Penal, mas pode gerar duras consequências à vida de quem é alvo desse linchamento virtual.

Por fim, gostaríamos de observar que, apesar de reconhecer a metodologia sociotécnica, que mostra como postagens migram de uma rede social para outra, escolhemos não ir por esse caminho. Entendemos a potencial contribuição dessa metodologia para estudos ligados a cancelamento dentro da cibercultura, o que poderá ser feito em um outro momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977. Distribuidora no Brasil - São Paulo: Livraria Martins Fontes. p 15-46.

[22]Com conteúdo disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9467366//>. Acesso em 08 de nov. 2021.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-266.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. **Vida para o consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007

BRANDÃO, Felipe. **Descubra quantos seguidores Karol Conká perdeu ao longo de sua passagem pelo BBB.** Disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/descubra-quantos-seguidores-karol-conka-perdeu-ao-longo-de-sua-passagem-pelo-bbb>. Acesso em 08 de nov. 2021.

CARVALHO, Patrícia. **A vida depois do tombo.** O cancelamento. Globoplay. Temporada 1. Episódio 1, 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9467366/>. Acesso em 08 de nov. de 2021.

CASTRO, Daniel. **Camila Pitanga substitui Giovanna Ewbank e Karol Conka no Superbonita.** Online: Notícias na TV, 2019. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/camila-pitanga-substitui-giovanna-ewbank-e-karol-conka-no-superbonita-27553>. Acesso em 21 de mai. 2021.

CHIARI, Breno da Silva *et al*. **A cultura do cancelamento:** seus efeitos sociais negativos e injustiças. Pesquisa Científica. Área de Concentração: Direito. Presidente Prudente: Etic/ Centro Universitário Toledo Prudente, 2020. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/8763>. Acesso em: 17 de fev. 2021.

COELHO, Claudio Novaes Pinto; VILCHEZ, Isabella Vieira. **Cancelados:** a cultura do cancelamento na sociedade do espetáculo. Pesquisa Científica. Área de Concentração: Comunicação Social. Virtual: Intercom. 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-1185-1.pdf>. Acesso em: 17 de fev. 2021.

COHEN, Otávio. **Nove curiosidades sobre o Big Brother ao redor do mundo**. Revista Super Interessante. São Paulo: Abril. Dez, 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/blog/superlistas/9-curiosidades-sobre-o-big-brother-ao-redor-do-mundo/>. Acesso em: 19 de mar. 2021.

CONKÁ, Karol, JUSTI, LÉO. **O dilúvio**. Sony Music Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AqdUj8-t5Go>. Acesso em 08 de nov. 2021.

CORAL, Guilherme. **A verdade sobre o Big Brother Brasil que ninguém vai te contar.** Site Observatório do Cinema, 2021. Disponível em: <https://observatoriodocinema.uol.com.br/series-e-tv/2021/01/a-verdade-sobre-o-big-brother-brasil-que-ninguem-vai-te-contar>. Acesso em: 19 de mar. 2021.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DICIONÁRIO MACQUARIE. **Palavra do ano.** Macquarie Dictionary Publishers Pty Ltd. Austrália, 2019. Disponível em: <https://www.macquariedictionary.com.au/resources/view/word/of/the/year/2019>. Acesso em: 17 de fev. 2021.

DUARTE, Gracy Astolpho; GONÇALVES, Lucimar. **O Homem Social nas Redes Sociais:** um estudo de caso sobre a cultura do cancelamento. VIRTUAL. Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 1º a 10/12/2020. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-1059-1.pdf>. Acesso em: 8 de mar. 2021.

FANTÁSTICO. **Karol Conka olha para o futuro, reconhece erros e desabafa:** 'Eu era rejeitada no colégio'. Rio de Janeiro: Globo Play, 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9308584/>. Acesso em: 1 de mar. 2021.

FERNANDO, Carril. Mobilidade. In: BRAMBILLA, Ana (Org.). **Para entender as mídias sociais:** organizações. [S.I.]: [s.n.], 2011. p. 49-32. Disponível em: <https://www2.unifap.br/claudiomarcio/files/2014/04/paraentenderasmidiassociais.pdf>.

Acesso em: 02 de abr. 2021.

FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula; PRADO, Denise. **Celebridade do século XXI.** Volume 2: Diversos perfis, diferentes apelos. Belo Horizonte: PPGCOM, 2020. Disponível em: <https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/publicacao/celebridade/>. Acesso em 1 de abr. 2021.

G1. **A Vida Depois do Tombo:** Série documental sobre Karol Conká estreia no Globo Play nesta quinta-feira. Online: Pop Arte, 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2021/04/29/a-vida-depois-do-tombo-serie-documental-sobre-karol-conka-estreia-no-globoplay-nesta-quinta-feira.ghtml>. Acesso em 21 de mai. 2021.

G1.**Karol Conká bate recorde de rejeição do 'BBB' com 99,17%;** veja lista com maiores rejeições do programa. Online: Pop Arte, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2021/02/23/karol-conka-bate-recorde-de-rejeicao-do-bbb-com-9917percent-veja-lista-com-maiores-rejeicoes-do-programa.ghtml>. Acesso em 02 de out. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de projeto de pesquisa**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-59.

GLOBO SITE DE IMPRENSA. **Karol Conká camarote**. Rio de Janeiro: Comunicação Globo, 2021. Disponível em: <https://imprensa.globo.com/programas/bbb-21/textos/karol-conka/#:~:text=Em%202013%2C%20 recebeu%20a%20 primeira,na%20 categoria%20%22 Nova%20Can%C3%A7%C3%A3o%22>. Acesso em: 17 de fev. 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa:** tipos fundamentais. São Paulo: RAE -Revista de Administração de Empresa. v. 35, n.3, p, 20-29. mai/jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em 1 de abr. 2021.

GONÇALVES, Gabrielle. **Karol Conká anuncia a data de lançamento do clipe de "Dilúvio".** Metropolitana, 98,5 FM, 2021. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/sociedade/noticia/2020/03/01/cultura-do-cancelamento-quem-nao-foi-ainda-sera-400951.php>. Acesso em 30 de abr. 2021.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** 10ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUUGA, DJ. **O golpe tá aí cai quem quer**. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nAIVU3rmNW8>. Acesso em 19 de nov. 2021.

HEROLD, Valentine. **Cultura do cancelamento:** quem não foi ainda será. Jornal Digital JC, 01 de mar. 2020. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/sociedade/noticia/2020/03/01/cultura-do-cancelamento-quem-nao-foi-ainda-sera-400951.php>. Acesso 30 de abr. 2021.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2015.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Cultura da Conexão**. São Paulo: Aleph, 2014.

LEMOS, André; CUNHA, Paulo. **Olhares sobre a Cibercultura.** Sulina: Porto Alegre, 2003. pp. 11-23.

LIEDKE, Lucas. **Cultura do cancelamento.** *Medium*, 2020. Disponível em: <https://medium.com/psicanaliedke/cultura-do-cancelamento-d34539f419be>. Acesso em: 06 de abr. 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais:** linguagens, ambientes e redes. Petrópolis: Vozes. 2014.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos:** justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MELO, Luísa. **Rato na Coca-Cola nunca existiu,** conclui TJ-SP. Online. Disponível em: <https://exame.com/negocios/rato-na-coca-cola-nunca-existiu-conclui-tj-sp/>. Acesso em 03 de nov. 2021.

MUSEU DOS MEMES. **O que são memes?** Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: <https://museudememes.com.br/o-que-sao-memes>. Acesso em: 19 de out. 2021.

O GLOBO. **Karol com tretas:** As brigas que custaram a eliminação recorde de Karol Conká. Cultura, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/karol-com-tretas-as-brigas-que-custaram-eliminacao-recorde-de-karol-conka-24894694>. Acesso em 02 de out. 2021.

OSMAN, Mohamed. **"Abusador!",** afirma Karol Conká sobre Lucas Penteado em primeiro Jogo da Discórdia do BBB 21. Observatório da TV, 2021. Disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/abusador-afirma-karol-conka-sobre-lucas-penteado-em-primeiro-jogo-da-discordia-do-bbb-21>. Acesso em 02 de out. 2021.

PINHEIRO, Otávio. **Pipoca X Camarote:** participantes do BBB são divulgados; confira! Internet: PoltronaVip, 2020. Disponível em: <https://poltronavip.com/pipoca-x-camarote-participantes-do-bbb20-sao-divulgados-confira> . Acesso em 5 de maio. 2021.

PORTAL G1. **Karol Conká:** pela 1ª vez no paredão do 'BBB 21', cantora vive altos e baixos em cifras. Rio de Janeiro: Pop e Arte, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2021/02/22/karol-conka-pela-1a-vez-no-paredao-do-bbb21-cantora-tem-altos-e-baixos-em-cifras.ghtml>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Salinas, Coleção Cibercultura, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Raquel-Recuero/publication/259328435_Redes_Sociais_na_Internet/links/0c96052b036ed28f4d000000/Redes-Sociais-na-Internet.pdf>. Acesso em 29 de set. 2021.

RODRIGUES, Antonia Zeneide. **Redes Sociais e novas sociabilidades:** os usos do facebook por jovens de Forquilha – CE. Natal: 1ª Edição, 2016. Disponível em: <https://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/153>. Acesso em 24 de fev. 2021.

SANTOS, V. L. C; SANTOS, J. E. **As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporânea.** Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. HOLOS, pp. 307-328. vol. 6, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481547175023.pdf>. Acesso em: 17 de fev. 2021.

SIAROM, Bianca Stephania. **Karol Conká, quem é?** Biografia, carreira e empoderamento feminino. Portal R7: área da mulher, 24 de fev. 2021. Disponível em: <https://areademulher.r7.com/celebridades/karol-conka-quem-e/>. Acesso em 30 de abr. 2021.

SIGNIFICADOS. **Significado de Xenofobia.** Disponível em: <https://www.significados.com.br/xenofobia/ >. Acesso em 17 de out. de 2021.

SIMÕES, Luiz Felipe. **Como Karol Conká poderia ter investido os R$ 5 milhões que perdeu em patrocínio.** Jornal Estadão, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/educacao-financeira/karol-conka-bbb-perdeu-5-milhoes-investimento>. Acesso em 17 de out. de 2021.

STEIN, Thais. **O que são memes?** Dicionário Popular. online. Disponível em: <https://www.dicionariopopular.com/meme/>. Acesso em 17 de out. 2021.



ANEXO: CORPUS DA PESQUISA

Meme 1: 29/01/2021 (perfil @2k21bbb_)



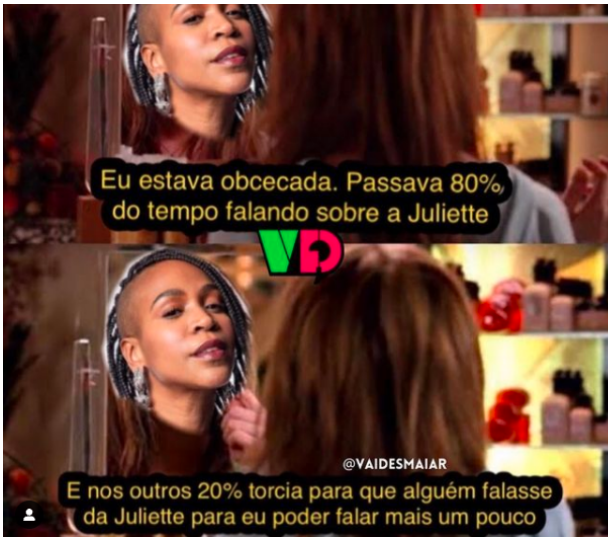
Meme 2: 30/01/2021 (perfil @melhoresm.e.mes)



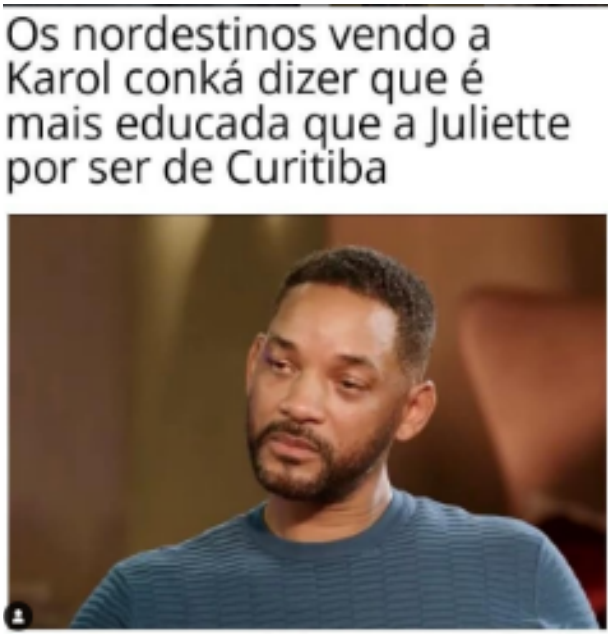
Meme 3: 30/01/2021 (perfil @fuxicocomcafe)



Meme 4: 30/01/2021 (perfil @vaidesmair)


Eu estava obcecada. Passava 80%
do tempo falando sobre a Juliette
@VAIDESMAIAR
E nos outros 20% torcia para que alguém falasse
da Juliette para eu poder falar mais um pouco

Meme 5: 30/1/2021(perfil @putasso.com.tudo)



Meme 6: 31/01/2021 (perfil @fofocas.bbbl21)





Meme 7: 31/01/2021 (perfil @fofoquinhasbbb21)



Meme 8: 01/02/2021 (perfil @fofoqueidoblog)





Meme 9: 01/02/2021 (perfil @passedqualidade)



Meme 10:01/02/2021 (perfil @estudandoahumanidade)



Meme 11: 01/02/2021 (perfil @1twitte)



Meme 12: 01/02/2021 (perfil @Ramon_nemesio16)



Meme 13: 01/02/2021 (perfil @essaquarentena)



Meme 14: 01/02/2021 (perfil @mariafifizeira)



Meme 15: 01/02/2021 (perfil @soufuxiqueira)



Meme 16: 01/02/2021 (perfil @mundao_famoso)



17: 01/02/2021 (perfil: @torcedor.alvinegro)



Meme 18: 01/02/2021 (perfil: @radiovascodagamacrvg)



Meme 19: 01/02/2021 (perfil @corujasbaianas)



Meme 20:01/02/2021 (perfil @mundao_famoso)



Meme 21: 02/02/2021 (perfil @_comentandobbb_)



Meme 22: 02/02/2021 (perfil @diariodehumilhacoes)



Memes 23: 02/02/2021 (perfil: @putzfaleii)



Meme 24: 02/02/2021 (perfil @bbb_realitt)



Meme 25: 02/02/2021 (perfil @morningshowcomedy)



Meme 26: 02/02/2021 (perfil @bbblasfemia)



Meme 27: 02/02/2021 (perfil @babadododia)



Meme 28: 02/02/2021 (perfil @essaquarentena)



Meme 29: 02/02/2021 (perfil @esseeopost)



Meme 30: 02/02/2021 (perfil @egoias)



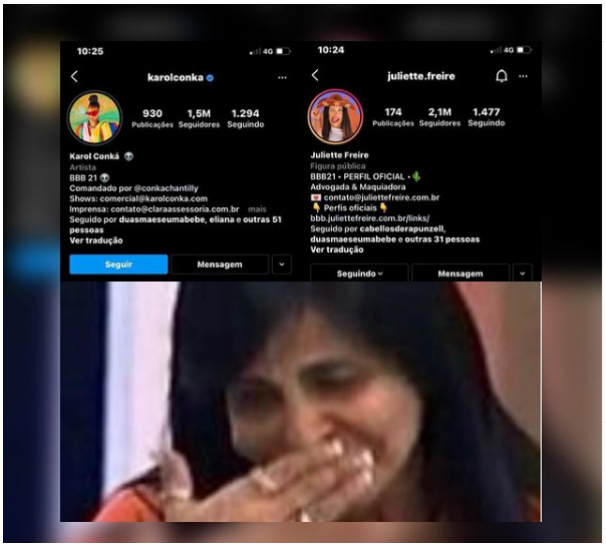
Meme 31: 02/02/2021 (perfil @frasessdeia)



Meme 32: 02/02/2021 (perfil @exclusivocelebes)



Meme 33: 02/02/2021 (perfil @katia_biologia)



Meme 34: 02/02/2021 (perfil @mohamedtudove)



Meme 35: 02/02/2021 (perfil @contei_24horas)



Meme 36: 02/02/2021 (perfil @brasilpiadamundial)



Meme 37: 02/02/2021 (perfil @bbb_de_todos)



Meme 38: 02/02/2021 (perfil @brasilpiadamundial)



Meme 39: 02/02/2021 (perfil @caio_fcbbb21)



Meme 40: 02/02/2021 (perfil @fabricadeclubistas)



Imagem 41: 02/02/2021 (perfil @conkakarolfora)



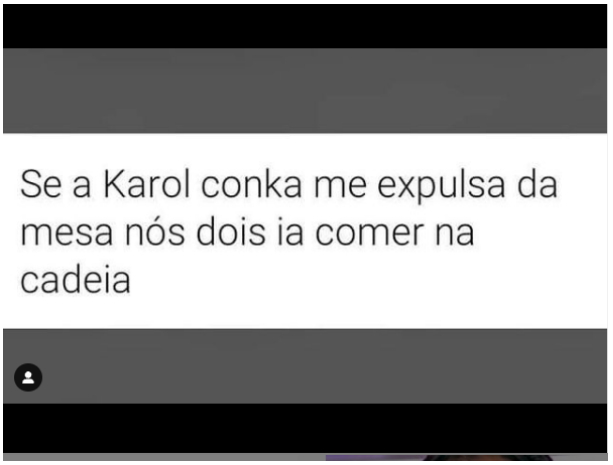
Imagem 42: 02/02/2021 (perfil @afazenda13_aovivo)



Imagem 43: 02/02/2021 (perfil @ _ pior sincero _)



Imagem 44: 02/02/2021 (perfil @vozesdaalmadahora)



Meme 45: 02/02/2021 (perfil @trap_pit)



Meme 46: 02/02/2021 (perfil @citarambr)



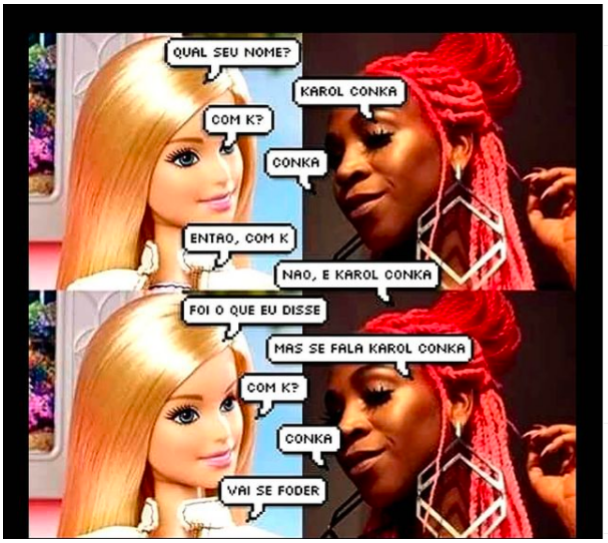
Meme 47: 02/02/2021 (perfil @fluemirantes)



Meme 48: 02/02/2021(perfil @bbb_2021_fogonoparquinho)



Meme 49: 02/02/2021 (perfil @brasilpiadamundial)



Meme 50: 02/02/2021 (perfil @brasilpiadamundial)



Meme 51: 02/02/2021 (perfil @bbb_realitt)

lucas perdoou a jaque patomba falsa do caralho// brasil não perdoou, e vai tirar ela com a maior rejeição



Meme 52: 03/02/202: (perfil @purplestudo)



Meme 53: 03/02/202: (perfil @democraciaemcheque)



Meme 54: 03/02/2021 (perfil @udodebbbaqui)



Meme 55: 03/02/2021 (perfil @tombeifei)



Meme 56: 03/02/2021 (perfil @southcorintiansmemes)



Meme 57: 03/02/2021 (perfil catadof7)



Memes 58: 03/02/2021 (perfil @brasilpiadamundial)


JÁ QUE É PRA TOMBAR
TOMBEI

Representações da cena musical belo-horizontina nas páginas do jornal *Hoje em Dia*

Representations of the Belo Horizonte music scene in the pages of the newspaper Hoje em Dia

Amanda de Oliveira Souza[1]

Tacyana Arce[2]

Resumo: Apresentam-se os resultados de uma pesquisa que buscou analisar a representação da cena musical em Belo Horizonte veiculada pelo jornal *Hoje em Dia*. O referencial teórico que embasa a discussão perpassa pela cultura, jornalismo cultural, cena musical e critérios de noticiabilidade. A partir do conceito de critérios de noticiabilidade, discute-se como o jornalismo cultural atua sobre a produção jornalística do caderno Almanaque. O método utilizado foi a análise de conteúdo de notícias publicadas na versão digital, no ano de 2019.

Palavras-chave: Cena musical; Jornalismo cultural; Critérios de noticiabilidade.

Abstract: *The results of a research that sought to analyze the representation of the music scene in Belo Horizonte conveyed by the newspaper Hoje em Dia are presented. The theoretical framework that supports the discussion permeates on culture, cultural journalism, music scene and newsworthiness criteria. Based on the concept of Newsworthiness Criteria, it is discussed how cultural journalism acts on the journalistic production of the Almanaque section. The method used was the content analysis of news published in the digital version of the year 2019.*

Keywords*: Music scene; cultural journalism; Newsworthiness criteria.*

[1] Graduanda em Jornalismo pela Faculdade Promove de Minas Gerais

[2] Doutora em Comunicação e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Faculdade Promove.

1. INTRODUÇÃO

A mídia, especialmente o jornalismo, tem contribuído para a construção da realidade e do vínculo cultural da sociedade. Kellner (2001) explica que as pessoas passam a maior parte do tempo consumindo a cultura veiculada pela mídia, como cinema, músicas e fazendo compras. A cultura da mídia e de consumo são concomitantes ao gerar pensamentos e comportamentos convencionados por valores e crenças. Nesse contexto, pode-se destacar o papel do jornalismo cultural.

Atualmente, as coberturas das editorias de cultura se preocupam em atender uma demanda homogênea, comercializada e que possa atrair o interesse editorial. De acordo com Kellner (2001), “a mídia veicula uma forma comercial de cultura, produzida por lucro e divulgada à maneira de mercadoria. A cultura da mídia em grande parte promove os interesses das classes que possuem e controlam os grandes conglomerados dos meios de comunicação.” (KELLNER, 2001, p. 27)

Em vídeo intitulado “O Jornalismo Cultural Regional”, o jornalista e escritor Franthiesco Ballerini (2020) enfatiza a importância da cobertura pautada pelas produções culturais da região em jornais locais. Ele chama atenção para que as mídias voltem o olhar para produções culturais regionais para que elas não sejam esquecidas.

O jornalista avalia negativamente a abordagem homogênea apresentada pelo jornalismo cultural, pelo fato de não dar a devida atenção às manifestações artísticas que acontecem nos próprios estados.

> Um retrato do que nós vemos cotidianamente. Aqui no Brasil, a imprensa tem o hábito de comentar demasiadamente as produções culturais do eixo Rio de Janeiro e São Paulo.[..] A mídia do eixo São Paulo está habituada a dar atenção aos produtos culturais do eixo Estados Unidos e Europa. (BALLERINI, 2020, min 1:48)

De acordo com o jornalista, a música está entre manifestações culturais com maior cobertura pela abrangência dos festivais, festas culturais e religiosas. A ampla cobertura possibilita que artistas de várias regionalidades ganhem repercussão nacional e internacional. (BALLERINI, 2020)

Problematizando tal questão, o presente artigo expõe os resultados de uma

pesquisa que buscou analisar como é a cobertura cultural do jornal *Hoje em Dia,* de Belo Horizonte.

Fundado em 24 de fevereiro de 1988, trata-se de um veículo originário do segmento jornal impresso, com circulação em Belo Horizonte e Região Metropolitana, que foi adaptado para o formato online e digital. O jornal apresenta-se com uma linha editorial "isenta, plural e independente [...] com reportagens exclusivas e diferenciadas"[3]. Os conteúdos contemplam prioritariamente assuntos de Belo Horizonte e região metropolitana, avançando para as questões estaduais e nacionais que afetam também os cidadãos da grande BH.

O caderno de Cultura do referido jornal, denominado "Almanaque", surgiu desde a primeira edição do jornal. A proposta da editoria era mostrar uma cultura mais abrangente, com pautas além da literatura, cinema, teatro, e artes plásticas[4]. A editoria, atualmente, divide-se nas seções de música, teatro, dança, artes visuais, literatura, variedades, celebridades e entretenimento.

O recorte que interessa a essa pesquisa é a cobertura sobre a cena musical de Belo Horizonte. Partindo do pressuposto de que a música local pode ser uma das formas de o cidadão construir vínculos com sua realidade local, verifica-se a necessidade de uma análise da abordagem do conteúdo noticioso da editoria para entender o vínculo cultural que o veículo fomenta para cultura belo-horizontina. Busca-se, assim, observar que imagem de uma cena musical belo-horizontina pode ser apreendida a partir da observação da cobertura de produções musicais pela editoria de cultura do jornal Hoje em Dia.

Para chegar à resposta, a pesquisadora recorre à análise das inserções jornalísticas veiculadas entre janeiro, fevereiro, julho e agosto de 2019 pela editoria Almanaque sobre a cena musical belo-horizontina. Pretende-se entender quais aspectos definem o que deve ser noticiado e como deve ser feita a abordagem, observando a produção jornalística na editoria de cultura e quais são critérios utilizados na cobertura noticiosa cultural. Por isso, a necessidade de desenvolver um estudo que observe como é feita a produção jornalística na editoria de cultura e quais são critérios utilizados na cobertura noticiosa cultural.

2. CULTURA, JORNALISMO CULTURAL, CENA MUSICAL

2.1 Cultura

[3] Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/institucionais/sobre>. Acesso em 22 de outubro de 2020.

[4] Informações obtidas com a editora-executiva do Jornal Hoje em Dia (Ana Paula Lima)

O conceito de cultura apresentado neste artigo é apenas um dentre várias conceituações existentes. Diante da polissemia do termo, optou-se por usar o conceito a partir de Meneses (1996), Kellner (2001) e Laraia (2006), para os quais importa a relação entre cultura e o estabelecimento de vínculos sociais.

Meneses (1996) explica que a cultura não é algo externo aos sujeitos sociais, mas está em toda parte, incorporada à vida social. O autor afirma que a cultura faz parte de um universo de sentido com a produção, armazenamento, circulação, consumo e mobilização de sentidos e valores. Esses valores não nascem com o indivíduo ou aparecem espontaneamente. São resultado da ação social e geram padrões a partir da identificação e do processo de enculturação em que o sujeito adquire e aprende os comportamentos daquela cultura na qual foi inserido.

Desta forma, compreende-se que a cultura consiste na formação do indivíduo e é composta de componentes que expressam a identidade de um determinado povo. É algo construído por e para um grupo que se identifica com as expressões manifestadas, sendo "[...] um dos fatores de determinação que diferenciam determinado grupo, fornecendo-lhes uma identidade própria" (JACKS,1998 *apud* FELIPPI, 2006, p. 25).

Esse grupo compartilha um senso comum sobre determinado fato ou situação a partir da lente que lhe foi colocada, que se torna o modo de entender o mundo. É sob uma ótica de experimentar o mundo a partir do que é visto, vivenciado e construído na sua própria cultura, de uma perspectiva diferente de outro grupo. Laraia (2006) entende que a própria cultura representa uma perspectiva de ver o mundo, a avaliação moral e de valores e comportamentos causas de uma herança cultural, resultado de uma determinada operação cultural.

Esta forma de observar o mundo sob uma perspectiva da própria cultura constrói os indivíduos para que se manifestem e desenvolvam sua identidade dentro daquela cultura. Kellner (2001) destaca que o pertencimento a determinada cultura "modela os indivíduos, evidenciando e cultivando suas potencialidades e capacidades de fala, ação e criatividade" (KELLNER, 2001, p. 11).

Assim, observa-se que a cultura vai além da concepção de consumo de objetos e espetáculos das artes: a cultura representa o que molda, o que vivencia e o que experimenta uma pessoa em grupo ou individualmente. Não cabe restringir a cultura aos termos de baixa e alta, visto que a cultura não representa apenas a arte,

mas também a política, a sociedade, a economia, a religião, as origens e etc.

Entretanto, o entendimento de cultura pela mídia, em específico o jornalismo cultural, resume-se a manifestações e produções artísticas, sobretudo no tocante ao entretenimento e lazer. Medina (2001) explica que o gênero jornalismo cultural não dá conta da dimensão antropológica alcançada pelo termo, resumindo-se à lógica de circulação de bens de consumo e produtos da indústria cultural. No tópico seguinte, será apresentado como o jornalismo cultural atua diante de um termo tão complexo e vasto, bem como uma breve história do caderno de cultura.

2.2 Jornalismo cultural

O jornalismo cultural surgiu em 1711, a partir da criação da revista The *Spectator*, por Richard Steele (1672-1729) e Joseph Addison (1672-1719), em Londres, com o propósito de democratizar o conhecimento e trazer os debates do ambiente acadêmico para a sociedade. A ideia era propor um caráter reflexivo e democratizar o conhecimento das artes, literatura e filosofia fora das universidades e escolas, para, assim, tornar a cultura pauta de discussões em ambientes populares como cafés e clubes (PIZA, 2013).

A revista trouxe costumes da elite para o campo popular discutindo sobre livros, óperas, música, teatro e política na linguagem adequada, com um tom de reflexão. O periódico poderia tratar de qualquer assunto, desde a fofoca do dia a tendências da moda, além de discutir sobre temas polêmicos da época no intuito de aproximar os leitores a toda informação circulada.

No Brasil, o jornalismo cultural teve seus primórdios na literatura com as publicações em colunas ou folhetins, com os grandes nomes, como Machado de Assis, José de Alencar e Olavo Bilac, no século XIX. Os textos se baseiam em ensaios críticos sobre teatro e breves obras literárias, como crônicas. A partir do século XX, considerado o Caderno B dos jornais, a editoria de cultura propõe um lado mais crítico e informativo que começa a refletir sobre a cena literária e cultural. O jornal *Gazeta de Notícias* foi fundamental para esse desenvolvimento com folhetins que abriam grande espaço para literatura, seguido de outros jornais que aos poucos foram incrementando um espaço para cultura nos cadernos. (JÁCOME e VIEIRA, 2018)

Entretanto, o jornalismo cultural perdeu, ao longo do tempo, a essencialidade

prevista à época de seu surgimento, de trazer informação e esclarecimento. A cobertura majoritariamente está pautada em agenda de eventos, lançamentos de discos, clipes, shows, fofocas de artistas

com informações rasas e predominantemente mercadológicas. Não há um aprofundamento dos conteúdos e análise crítica da produção artístico-cultural.

Segundo Souza (2009), o jornalismo cultural envolve diversas áreas - como cultura popular, folclore, música, teatro, cinema, literatura, artes plásticas - e sua prática é o resultado de um processo histórico de acontecimentos no campo intelectual, por exemplo, a filosofia e a literatura. Em outra definição, Faro (2014) resume jornalismo cultural a:

> Produção noticiosa e analítica referente a eventos de natureza artística e editorial pautados por secções, suplementos e revistas especializadas nessa área. O conceito de "cultura", portanto, é o conceito genérico usualmente adotado na esfera da produção jornalística e inclui o acompanhamento que essa produção faz em torno das tendências interpretadoras que se apresentam na mídia através do processo de legitimação pública conferida por seu vínculo com problemas emergentes da sociedade contemporânea. (FARO, 2014, p.15)

A cobertura cultural segue a prática mercadológica pautada pelos interesses comerciais de grandes conglomerados midiáticos. Para o autor, os cadernos culturais que fazem a cobertura e a análise de eventos considerados culturais trabalham na mesma lógica do jornalismo em geral, sobressaindo os interesses mercadológicos e reduzindo o valor social da notícia.

Golin (2009) já defende que a lógica de cultura trabalhada pela mídia corresponde à indústria cultural e à circulação de objetos, divididas entre o "cotidiano, a produção de obras artísticas, estéticas e culturais." (GOLIN, 2009, p.7). A autora ainda ressalta que esta editoria acompanha a dinâmica do mercado em relação aos lançamentos ancorados na linguagem publicitária. Alzamora (2009) completa que além de informar, o jornalismo cultural forma uma opinião sobre as manifestações culturais ou aquilo que é considerado cultural.

No jornalismo cultural contemporâneo, as coberturas noticiosas sofrem muita influência das variedades de temas em pauta, critérios editoriais e tendências mercadológicas. Daniel Piza (2004) explica que "há uma riqueza de temas e implicações no jornalismo cultural que também não combinam com seu tratamento segmentado; afinal, a cultura está em tudo, é de sua essência misturar assuntos e atravessar linguagens" (PIZA, 2004, p. 7).

De fato, a cobertura jornalística precisa atender aos critérios de hierarquização e seleção daquilo que será noticiado, atuando a partir da percepção de mundo e das

escolhas dos leitores. Piza (2013) aponta que a imprensa cultural deve ser pautada pelo senso crítico, pela avaliação de cada obra cultural e pelas tendências valorizadas pelo mercado. Deste modo, a mídia tem

enfrentado dificuldades para estabelecer os critérios na avaliação de uma produção cultural por “ser cada vez mais numerosa e diversificada e economicamente relevante” (PIZA, 2013, p. 47).

A pluralidade de assuntos veiculados e destinados ao público afeta o modo como é feito o jornalismo cultural atualmente. Sobre o assunto, Piza (2001) discute:

> O jornalismo cultural já não é o mesmo [...] há na grande imprensa um forte domínio de assuntos como celebridades e um rebaixamento geral dos critérios de avaliação dos produtos [...]. As publicações se concentram mais e mais em repercutir o provável sucesso de massa de um lançamento e deixaram para o canto as tentativas de resistência - ou então as converteram também em atrações com ibope menor mas seguro. (PIZA, 2001, p. 31)

A predominância dos assuntos considerados espetaculares também tem impacto sobre a cobertura da cena musical local. Antes, porém, de discutirmos o próprio conceito de cena musical, é preciso compreender por quais mecanismos o jornalismo transforma a cena musical em pauta cultural, observando, sobretudo, os critérios de noticiabilidade.

2.3 Critérios de noticiabilidade no jornalismo cultural

Para que um tema se torne pauta de um veículo, precisa atender a uma série de critérios que o tornam noticiável. A seleção dos assuntos parte do interesse da instituição jornalística e de convenções que fazem parte do universo do jornalismo. São chamados de critérios de noticiabilidade, que funcionam como uma espécie de manual tácito para nortear o trabalho jornalístico.

Segundo Verner (2017, p.2), critérios de noticiabilidade “são aspectos que regem a produção noticiosa e vão desde a linha editorial do veículo até aspectos comerciais da empresa em questão”. De acordo com Silva (2005), para que o fato se torne digno de ocupar as páginas de um jornal precisa ter noticiabilidade, ou seja, atender aos requisitos básicos de se tornar uma notícia. Desta maneira, para a autora, noticiabilidade é:

> Todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o

público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. (SILVA, 2005, p.96)

Percebe-se, desta maneira, que há conjuntos diferenciados de critérios de noticiabilidade. Revisitando as chamadas teorias do newsmaking[5], que buscam explicar o que faz de algo notícia, Silva (2005) propôs uma classificação que organiza os critérios de noticiabilidade em três grupos:

> (a) na origem dos fatos (seleção primária dos fatos / valores-notícia), considerando atributos próprios ou características típicas, que são reconhecidos por diferentes profissionais e veículos da imprensa;
>
> (b) no tratamento dos fatos, centrando-se na seleção hierárquica dos fatos e levando-se em conta, para além dos valores-notícia dos fatos escolhidos, fatores inseridos dentro da organização, como formato do produto, qualidade do material jornalístico apurado (texto e imagem), prazo de fechamento, infra-estrutura, tecnologia etc, como também fatores extra-organizacionais direta e intrinsecamente vinculados ao exercício da atividade jornalística, como relações do repórter com fontes e públicos;
>
> (c) visão dos fatos, a partir de fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo, compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade que orientam inclusive as ações e intenções das instâncias ou eixos anteriores. (SILVA, 2005, p.96)

Percebe-se, portanto, que entre os critérios de noticiabilidade estão os valores-notícias, que conferem atributos ao acontecimento para que ele se torne elegível a ser convertido em notícia. Os valores-notícias também direcionam a construção da notícia, para o que deve ser destacado, omitido, ressaltado no ato de informar.

Nelson Traquina (2005), segundo percepções de Mauro Wolf (1987), classifica os valores-notícias em dois grupos: os valores notícias de seleção e construção. Os valores de seleção correspondem à “escolha de um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento” (TRAQUINA, 2005, p.78). Eles se dividem em critérios substantivos e contextuais, sendo, respectivamente: “critérios que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia, ao contexto da produção da notícia.” (TRAQUINA, 2005, p.78)

Nos critérios de seleção, estão as seguintes características para que um fato seja noticiável: os valores contextuais (morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade,

[5] Teorias do Newsmaking: A teoria trata do modo de produção jornalística desde a pauta à construção da notícia, preocupando-se com a rotina profissional. De acordo com Mauro Wolf (1994, p. 161), a teoria é "constituída pelos estudos que analisam a lógica dos processos pelos quais a comunicação de massa é produzida e o tipo de organização do trabalho dentro da qual se efectua a 'construção' das mensagens".

tempo, notabilidade, inesperado, conflito, infração) e substantivos (disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso).

Os valores de construção “são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 78). São eles: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

Silva (2005) elenca premissas para que funcione os critérios estabelecidos, dos quais trabalharemos com os valores-notícias, “considerando atributos próprios ou características típicas, que são reconhecidos por diferentes profissionais e veículos da imprensa” (SILVA, 2005, p. 96).

Dentre os valores-notícias, destacamos o de proximidade, considerado um dos “principais critérios defendidos por autores brasileiros, americanos e europeus” (FERNANDES, 2004, p. 4) entre inúmeros critérios estipulados. Fontcuberta (1993), citado por Fernandes (2004), enfatiza que o critério é um dos mais fortes para seleção de uma notícia, considerando não apenas pelos aspectos geográficos, mas sociais e psicológicos. Sendo assim, há duas questões importantes sobre a proximidade: a temática e geográfica.

Em relação à proximidade temática, considera-se “a necessidade de grupos que buscam trocar informações, têm afinidades por temas mais diversos e expectativas em comum” (ALSINA, 1993, p. 105). Já em relação à proximidade geográfica, destaca-se que trata-se da “proximidade espacial que está inserida de modo direto na convivência cotidiana das pessoas, gerando um grau de interação e afetividade ainda maiores” (FERNANDES, 2004. p. 7)

A proximidade também leva em conta “as trocas materiais (o comércio) quanto com as trocas culturais ou populacionais (migrações)” (LAGE, 2001, p. 61). O autor chama atenção que essas trocas são os motivos pelos quais assuntos internacionais interessam aos segmentos de prestígio a um veículo de comunicação. Já Norberto (1969), citado por Fernandes (2004), defende que o leitor prefere saber de um fato de menor amplitude, mas próximo, do que de um de grande relevância que ocorreu em outro lugar. Lage (2001) também explica que este tipo de troca contribui para uma resposta positiva do público para assuntos locais. Fernandes (2004) endossa que no “cotidiano dos pequenos centros urbanos está a essência dos jornais locais,

promovendo de algum modo, a interação com a comunidade” (FERNANDES, 2004, p.10) muito além das notícias de grande impacto, como os assuntos políticos e econômicos.

A partir das considerações sobre cultura, jornalismo cultural e critérios de noticiabilidade, pode-se perguntar: a cena musical, sobretudo a belo-horizontina, possui qualificações necessárias para que faça parte da cobertura jornalística? Há aspectos que acionam a identificação com o tema? Veremos nos tópicos a seguir.

2.4 Cena Musical

O termo “cena musical”, oriundo dos estudos das subculturas, foi apropriado por sociólogos, geógrafos e antropólogos para descrever e analisar espaços de produção e consumo musical, apontando a possibilidade de interação fora da influência hegemônica. (FREIRE FILHO e FERNANDES, 2005). Sua origem foi dada pelo jornalismo cultural na década de 1940, e começou a ser aplicado na área acadêmica em 1991. Isso se deu por meio do uso dos conceitos de Will Straw (1991), que buscava substituir o termo comunidade musical. Tal entendimento considera que a relação com a música ocorre em função do espaço geográfico e o envolvimento leva a exploração de “idiomas musicais” que são fixados como patrimônio histórico naquela localidade.

Por outro lado, adotar o termo “cena”, segundo Straw (1991), citado por Freire Filho e Fernandes (2005), propõe um olhar para a circulação da música e os seus vínculos sociais, desde o processo de produção e consumo até a relação dos indivíduos com a música. Verifica-se, portanto, que a cena musical determina um espaço em que as “práticas musicais coexistem” e interagem entre si, ao passo que mantêm um vínculo entre produções contemporâneas e o patrimônio musical, que reforçam a cultura regional. Em visada semelhante, Stahl (2004), citado por Freire Filho e Fernandes (2005), afirma que:

> A chamada “virada espacial” sobre as diversas culturas musicais está em sintonia com a ênfase renovada na conceituação do espaço urbano – seja como campo estratégico de articulação de políticas culturais e cívicas e de incremento de produção cultural regional, seja como esfera da vida cotidiana onde vicejam múltiplas atividades e representações culturais e inúmeros processos de sociabilidade, constituídos e afetados tanto por circunstâncias locais como por demandas e desejos translocais (STAHL, 2004 *apud* FREIRE FILHO e FERNANDES, 2005 p.5).

O autor propõe outra forma para compreender os processos de identificação nos espaços como um tipo específico de contexto cultural urbano e prática de

codificação espacial. De acordo com ele, esta abordagem permite estender para contexto industrial, institucional,

histórico, social e econômico considerando as estratégias estéticas e ideológicas que sustentam a produção musical urbana.

Também citado por Freire Filho e Fernandes (2005), Grossberg (1994) afirma que a noção de cena musical permite observar melhor a relação entre o local e a música que nele é produzida.

> As iniciativas teóricas, nesse sentido, devem ter em mente que o surgimento de uma cena não é o resultado de interações puramente sociais, mas, também, a conseqüência da lógica da produção e da comercialização – ou seja, das tentativas abrangentes das indústrias fonográficas de tornar a música mais lucrativa, ao segmentá-la (GROSSBERG 1994 *apud* FREIRE FILHO e FERNANDES, 2005).

2.4.1 Cena musical belo-horizontina

Segundo Lanna (2016), os primeiros vestígios da cena musical belo-horizontina começaram ainda no antigo Arraial do Curral Del Rey, sobre o qual a capital foi planejada, durante as festividades religiosas - com as práticas católicas marcadas por missas festivas que incluíam corais, orquestras e procissões nas quais havia música e dança - e populares, marcadas pela música com serenatas e bandas de música. Nada muito diferente do que ocorria em Minas Gerais como um todo:

> Os musicólogos Francisco Curt Lange (1979) e Maurício Monteiro (2008), corroboram com esta asserção e em suas pesquisas sobre a musicalidade em Minas Gerais atestam que as corporações musicais vinculadas às irmandades religiosas dispunham de um grande contingente de músicos e que tiveram no século XVIII a maior produção musical religiosa e popular da capital colonial. (LANNA, 2016, p.74)

Nos fins do século XIX, no período de projeção de Belo Horizonte (1894), a cena-belo horizontina saiu do espaço religioso para o espaço urbano. Amparada pelas pesquisas da historiadora Clotildes Avelar Teixeira, no seu livro Marchinhas e Retretas (2007), Lanna (2016) explica que o início da cultura musical na cidade foi dado por funcionários administrativos de Ouro Preto e operários estrangeiros.

Os primeiros grupos musicais criados foram a Banda Carlos Gomes, fundada em julho de 1896 pelo arquiteto português Alfredo Camarate, e a Sociedade Musical de Belo Horizonte, criada pelo músico Otávio Barreto de Oliveira Braga, em 10 de setembro de 1895. A Sociedade Musical Carlos Gomes homenageava um dos grandes compositores eruditos da época. Em seguida, surgiram diversas vertentes

musicais, como bandas e sociedades de concertos, com

bailes, saraus e serenatas nos primeiros anos de inauguração de Belo Horizonte (HOMEM, 2013). Destaca-se, segundo Lanna (2016), a Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição, conhecida como banda da Lagoinha, criada em 1914 por Manoel Arcanjo, a banda da Sociedade Italiana; a banda da Euterpe Belorizontina e as bandas do primeiro e segundo batalhões da Polícia Militar.

A cena musical belo-horizontina nascente incluía não apenas os grupos musicais, mas os espaços para suas apresentações. Proliferaram, assim, clubes, sendo os principais o Club das Violetas, O Club Rose, o Club Edelweiss, o Elite Club, o Club Crysânthemo, o Club Schumann e o Club Belo Horizonte. Além dos clubes para camadas populares, como o Recreativo União Operária e o Operário Nacional. (CRUZ e VARGAS, 1989 *apud* HOMEM, 2013).

Em um salto histórico, para não nos estendermos no contexto da cena, atinge-se um momento de destaque da música de Belo Horizonte: o Clube da Esquina. Entre os anos 1967 e 1981, o grupo criado em Belo Horizonte transformou a música mineira com inovações na bossa nova com elementos do jazz e rock, o que tornou o grupo composto por Milton Nascimento, Fernando Brant, Márcio Borges, Wagner Tiso, Ronaldo Bastos, Lô Borges, Beto Guedes, Toninho Horta, Tavinho Moura, Murilo Antunes, Nelson Ângelo, Novelli, Tavito, Nivaldo Ornelas, Flávio Venturini, Naná Vasconcelos, Paulo Braga, entre outras referências na MPB. De acordo com Martins (2009), os integrantes trouxeram para capital, “através de referências históricas e culturais particulares, também um pouco de sua cidade natal” para criar a própria identidade musical. Ainda de acordo com o autor, o grupo misturou essências de várias vertentes musicais para criar o próprio som, tendo como referência a música clássica e urbana.

> O Clube da esquina, congregado pela voz de Milton Nascimento, transformou Belo Horizonte em uma “esquina sonora”, onde o grupo criou uma nova musicalidade que carrega em um andor a densidade barroca dos cantos entoados nas festividades religiosas; que paquera a melodia chorosa das noites de serestas; que flerta com a imprudência acrobata do Jazz; que namora a batida harmoniosa do violão bossa-novista, que se envolve à cadência mestiça da canção latino-americana; que acompanha o batuque ritmado do congado e se deixa levar pelo delírio, eletrizado pelas guitarras do Rock. (MARTINS, 2009, p.29)

Além da MPB, o *rock* também representa grande parte desta cena a partir de bandas formadas na própria cidade. Sepultura, banda de *heavy metal* de maior

repercussão no mundo; Skank, que além de vender milhões de discos no Brasil, chegou a liderar as paradas de sucesso

na Espanha em 1996; Pato Fu, banda de *rock* alternativo, reconhecida nacional e internacionalmente; Tianastácia e Jota Quest representam a cena de Belo Horizonte hoje num cenário internacional. Medeiros e Machado (2015, p.1) explicam que essas bandas apresentam “uma riqueza e uma diversidade da produção cultural belo-horizontina”. De acordo com as autoras, os grupos representam um fenômeno na música mineira no âmbito nacional e internacional.

Artistas multi-instrumentista também são destaques na contribuição para o cenário musical de Belo Horizonte, levando para outras regiões a musicalidade, como o compositor, arranjador e regente Maurício Tizumba e o baterista Dedé Sampaio, “que saíram no bairro Caiçara para fazer sucesso nos Estados Unidos, tendo tocado, inclusive, com o ícone do jazz americano Miles Davis” (MEDEIROS E MACHADO, 2015, p.1) .

No próximo tópico procedemos à discussão sobre como o *Hoje em Dia* pauta a cena musical em Belo Horizonte.

3. DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

A presente pesquisa analisou como o jornal *Hoje em Dia,* a partir da editoria Almanaque, nome dado à editoria de cultura do veículo, infere e publiciza a noção de cena musical em Belo Horizonte pelo produto notícia. Recorre-se à metodologia de análise de conteúdo que, segundo Martino (2018), busca analisar a mensagem disponível em diferentes dispositivos. Tal metodologia busca encontrar uma característica comum entre os conteúdos analisados. As inserções jornalísticas analisadas têm como pauta a música e versam sobre lançamento de músicas, clipes ou shows, com menção à capital mineira.

A partir da observação sistemática dessas inserções, analisando criteriosamente determinados elementos da construção da notícia, compreende-se a relação entre o jornalismo cultural e representações da cena musical na cultura local. Busca-se, dessa forma, entender que cena musical emerge da ótica da cobertura jornalística.

3.1 Corpus

O corpus da pesquisa que origina este artigo é composto por publicações de 2019. Tal decisão foi tomada em função das consequências da pandemia da covid-19 nos anos de 2020 e

2021, que afetou drasticamente o setor cultural pela ausência de eventos e shows. De acordo com a matéria publicada na Agência Brasil[6], no dia 30 de junho de 2020,

> Resultados preliminares da pesquisa Percepção dos Impactos da Covid-19 nos Setores Culturais e Criativos do Brasil, os setores da cultura e da economia criativa foram os mais afetados pela pandemia do novo coronavírus, "porque tendem a voltar à atividade só no fim da crise". Entre as organizações ligadas aos setores de economia e cultura, mais de 40% disseram ter registrado perda de receita entre 50% e 100%.

De acordo com a nota técnica Efeitos da Covid-19 na economia da cultura no Brasil[7], emitida por professores e pesquisadores da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, ao considerar uma redução de 100% de consumo de atividades culturais, o impacto seria de queda de R$ 11,1 bilhões no valor da economia brasileira, o que representa, no ano, uma redução de 21,2% no valor bruto do setor e de 0,17% na economia. A pesquisa ainda revela que o impacto incide sobre toda a cadeia produtiva, passando pela produção, divulgação, consumo, fomento e financiamento.

Em Belo Horizonte, especificamente, a pesquisa realizada com 171 profissionais da música pelo Escutas - Grupo de Pesquisa em Sonoridades, Comunicação, Textualidades e Sociabilidade do Departamento de Comunicação Social da UFMG aponta que "mais de 37% tiveram as atividades interrompidas, 29,8% continuaram em atividade, com adaptações, e 20,5% consideraram as atividades razoavelmente comprometidas"[8]. O estudo também identificou outros impactos da pandemia, como a redução salarial, mudanças de carreiras e dificuldades para conversão de monetização online das produções.

Por tal motivo, o ano analisado nesta pesquisa é o de 2019. O *corpus* é constituído a partir de notícias veiculadas na versão impressa/digitalizada do *Hoje em Dia*, nos meses de janeiro, fevereiro, julho e agosto. Não apenas são os dois primeiros meses de cada semestre, mas são também meses com perfis diversos que podem, desta maneira, representar a totalidade do ano. O mês de janeiro, sendo um mês de férias escolares, em que o caderno de cultura está muito dedicado a espetáculos/atrações voltados para o público escolar, tem potencial de

[6] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/covid-19-pesquisa-revela

-perda-nos-setores-cultural-e-criativo>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

[7] Disponível em: <https://www.ufmg.br/cultura/index.php?option=com_content&view=article&id=2050:pesquisadores-da-ufmg-publicam-nota-tecnica-sobre-efeitos-da-covid-19-na-economia-da-cultura&catid=70:noticias2>. Acesso em 21 de novembro de 2021.

[8] Disponível em:<https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/07/15/internas_economia,1287047/musicos-de-bh-sentem-impacto-da-pandemia-da-covid-19-no-setor.shtml>. Acesso em 23 de novembro de 2021.

redução de outras temáticas. Fevereiro é um mês impactado pela mais expressiva manifestação cultural brasileira, que é o Carnaval. Já no mês de julho ocorrem os tradicionais festivais de inverno, que hoje já podem ser vistos e acompanhados em todo Brasil, como o Festival de Inverno da UFMG. É também o mês da Virada Cultural, evento geralmente musical. O mês de agosto, sem efemérides especiais para cultura, seria, portanto, um mês em que a distribuição de pautas não necessariamente seria impactada por datas especiais.

Feita a definição dos meses, foi a vez de buscar as inserções que seriam analisadas qualitativamente paulatinamente, buscando apreender os critérios de noticiabilidade. Foram priorizadas as inserções jornalísticas que em seu título ou ao longo do texto apresentassem termos que acionam a cultura belo-horizontina, propondo um olhar para produções culturais da região. Foram selecionadas, assim, seis produções do mês de janeiro, cinco de fevereiro, nove do mês de julho e 11 do mês de agosto, totalizando 31 inserções jornalísticas. O quadro em que elencamos o título, gênero da inserção, data de publicação e link de acesso pode ser conferido na webpágina: https://bit.ly/32BXeLr e no apêndice deste artigo. A partir deste contexto, os conteúdos serão analisados a partir dos critérios de noticiabilidade, em especial o de proximidade.

4. A CENA MUSICAL BELO-HORIZONTINA NO JORNAL HOJE EM DIA: CRITÉRIOS DE CONSTRUÇÃO

A editoria Almanaque do jornal *Hoje em Dia* é dividida em Artes Visuais, Dança, Literatura, Teatro, Entretenimento, Celebridades, Variedades e Música, com publicações diárias do caderno, diferentemente do comportamento padrão observado por Golin (2009), segundo a qual “os suplementos de cultura circulam no final de semana, supostamente previsto para um período mais extenso de leitura”. Na edição digital do *Hoje em Dia*, nos fins de semana, a editoria cede espaço para o caderno Plural, cuja produção é voltada para pautas de bem estar, moda, gastronomia e comportamento.

Em relação à cobertura de música, as pautas do Almanaque correspondem a eventos, festivais, shows e lançamentos de álbuns e músicas, priorizando a

abordagem de serviço[9]. Há

[9] Jornalismo utilitário ou de serviço pode-se denominar como produtos noticiosos “prestadores de serviço como todos os informativos que dão apoio às necessidades efetivas e instantâneas da população, como as mudanças no trânsito, a situação meteorológica, os espetáculos artísticos, entre outras.” (BARBOSA FILHO, 2003 *apud* KASTER, 2010)

um espaço no caderno, às sextas-feiras, para apresentar, resumidamente, uma agenda musical com as principais atrações e eventos do fim de semana na coluna Etc&Tal, em blocos com imagem e informações da banda ou artista acompanhados da informação de serviço.

Embora dedique amplo espaço para a cobertura musical, observa-se que o jornal produz, sobretudo, notas, notícias ou entrevistas sem aprofundamento a respeito da obra ou análise crítica do produto noticiado. Quanto à cena, nas publicações analisadas, observa-se a predominância dos termos “BH ou Belo Horizonte”, “mineiro”, “nome do artista + mineiro” no título para contextualizar geograficamente notícias referentes à cena musical de Belo Horizonte. Há também a menção de nomes de artistas relevantes da cena, quando se trata de apresentações em festivais ou inspirações para novos talentos, sobretudo em relação a sonoridade e estilo musical.

Quanto aos critérios de noticiabilidade utilizados para construir a cena musical belo-horizontina, observa-se, sobretudo, a predominância dos critérios proximidade, relevância e notoriedade, com pequenas variações de acordo com o mês observado, como veremos a seguir.

4.1 - Janeiro: quem está de férias quer novidade na proximidade

A análise do mês de janeiro - período dedicado às férias escolares, em que parte do público que consome música está em casa ou procurando atrações para aproveitar na cidade - revela que só não houve conteúdo sobre música em cinco edições - nos dias 02, 03, 08, 24 e 28
- quando o jornal priorizou cobertura sobre cinema, teatro ou outras programações culturais pela cidade.

As inserções analisadas revelam que os mais frequentes critérios de noticiabilidade utilizados são atualidade, proximidade e novidade, por produzir informações sobre lançamentos de novos álbuns e artistas de Belo Horizonte, a exemplo da notícia sobre o álbum autoral da rapper belo-horizontina Brisa Flow, filha de chilenos que migraram para Belo Horizonte durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). A publicação intitulada “Entre ventanias e leves sopros, mineira Brisa Flow canta o amor e a resistência em ‘Selvagem como o Vento’”,

publicada em 14 de janeiro, apresenta o conteúdo baseado na entrevista com a artista sobre o conceito do álbum a partir das suas origens chilenas, processo de produção e perspectivas sobre sonoridades e shows.

Observa-se que o título chama atenção para o fato de a artista ser mineira e a legenda da imagem enfatiza a naturalidade belo-horizontina, embora tenha a ascendência chilena, o que se torna perceptível pela afeição e traços da artista na imagem que ilustra a matéria. No quarto parágrafo da notícia, em depoimento da artista, ela reforça a cena de Belo Horizonte, citando ter crescido acompanhando os shows do Matriz e o Duelo do Viaduto Santa Tereza.

Relevância, atualidade, notoriedade, proximidade e amplificação são norteadores para notícias sobre os festivais que ocorrem no período na cidade. “Festival Planeta Brasil comemora 10 anos de música muito boa no Mineirão”, de 15 de janeiro, aborda um dos maiores festivais produzidos na capital, o Festival Planeta Brasil, que reúne artistas nacionais e estrangeiros de várias vertentes. O festival tem, ainda, espaço dedicado às atrações da música local, como Djonga e as bandas Lagum e Daparte.

O jornal também noticiou sobre o Verão Arte Contemporânea, mencionando no lead a importância do festival para a agenda cultural de Belo Horizonte, com atrações diversificadas como gastronomia, teatro, literatura, cinema, dança e música. O festival em si propõe um incentivo à produção de artistas locais, sendo considerados aptos para apresentações apenas artistas recentes na cena cultural.

O veículo reservou um espaço para publicar notas sobre show e lançamento do álbum de artistas de outros estados em BH. “Entre o afeto e a música instrumental, duo de brasilienses faz show em BH”, notícia produzida a partir da entrevista com o duo Daniel Santiago e Pedro Martins sobre a passagem pela capital. Entretanto, ao longo do texto, observa-se uma descrição sobre a formação do duo e o processo de composição do álbum, destacando que ele recebeu influência do estilo de compositores da capital, como Lô Borges, Beto Guedes, Milton, Tavinho Moura, Toninho Horta, Sérgio Santos, Flávio Venturini, o que permitiu espaço para que a cena musical belo-horizontina estivesse em evidência.

O *Hoje em Dia* ainda produziu conteúdo sobre outra importante vertente da cena belo-horizontina: a música eletrônica. Em um breve histórico destacando a origem nos anos 1990 e os principais festivais (“Creamfields” e o “Ultra Music Festival”), a matéria intitulada “BH das pick-ups: conferência no Expominas discute cena eletrônica na capital e interior” menciona a importância econômica e cultural para a cidade ao colocar em pauta a negociação para realização de mais um festival,

o BH Dance Conference. Identificam-se nessa produção os critérios de relevância, proximidade, amplificação, atualidade e novidade.

4.2 Fevereiro: relevância e notoriedade não apenas para o Carnaval

No mês de fevereiro, o jornal *Hoje em Dia* publicou 18 inserções sobre músicas, representando um mês - dentre os analisados - focado nas produções musicais. Observa-se a ausência de publicações em apenas dois dias - 5 e 18 de fevereiro - além de quatro edições (fins de semana) sem o caderno Almanaque.

A agenda de fevereiro é dedicada à folia momesca, o Carnaval, maior festa popular no Brasil. Em Belo Horizonte, representa um dos maiores eventos na capital em várias regiões da cidade. A musicalidade é embalada pelos blocos que recebem influência da MPB, Funk, Pop, Axé e o próprio ritmo da folia: o samba. Assim, o critério relevância: uma festa que provoca grande impacto em Belo Horizonte é o Carnaval. Este assunto esteve em pauta no veículo antes das datas oficiais, ressaltando os ensaios e festivais de blocos de ruas para arrecadar fundos para a folia oficial. Seja em notas, notícias ou em canto de página, o *Hoje em Dia* usa os critérios de proximidade e relevância para destacar os blocos mais visados de BH, tais como Baianas Ozadas, Magnólia, Pisa no Fulô, além do Festival Sonoriza, com participações de Então, Brilha!, Juventude Bronzeada, Havayanas Usadas, Garotas Solteiras, Pena de Pavão de Krishna (PPK) e Tchanzinho Zona Norte.

É o caso das notícias “Nação Zumbi e bandas de blocos de BH se encontram no 'Movimento Benedito” e “Faraó e Baianas Ozadas se apresentam no espaço do Mineirinho”, de 7 de fevereiro, que divulgaram apresentações dos blocos em locais fechados. Há, no texto, informações sobre a temática, estilo e ritmo dos blocos, além de um breve cenário sobre sua criação, porém as notícias foram focadas em divulgar os eventos pagos.

Além do Carnaval, a agenda do caderno de cultura também produziu notícias sobre a musicalidade de artistas da capital, como lançamento de álbuns e apresentações. No terceiro parágrafo da notícia “Renomado sambista mineiro, Toninho Geraes se apresenta em BH neste sábado; veja o vídeo”, de 14 de fevereiro, o artista reconhece não ter tanta visibilidade na cidade por morar no Rio de Janeiro, embora seja conhecido em São Paulo e outras cidades. A apresentação na cidade tinha o intuito de evidenciar o nome do artista na cena de Belo Horizonte.

Outra notícia sobre a cena musical que vale destacar pela relevância, notoriedade, proximidade e atualidade é a notícia sobre o falecimento do cantor

Tavito, um dos integrantes do Clube da Esquina. O segundo parágrafo do texto “Silêncio no Clube da Esquina: Tavito,

integrante do movimento musical que fez história, faleceu ontem", publicado em 27 de fevereiro, evidencia o impacto do artista no bairro Serra, local de encontro dos integrantes do grupo, e suas contribuições para musicalidade mineira, tendo a capital como principal ponto de inspiração com certo carinho e proximidade.

Além da proximidade, a matéria "Titane e Túlio Mourão reúnem convidados em show-manifesto contra estragos da mineração", de 19 de fevereiro, também mostra atualidade e relevância por noticiar um show-manifesto contra impactos ambientais e humanos da mineração em Minas Gerais. Em 2019, a cidade de Brumadinho, na Grande BH, foi vítima de uma tragédia com o rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, que ocasionou a morte de 270 pessoas. A estrutura no lead destaca o propósito do show "Paixão e Fé" de unir música e debates sobre a gravidade da mineração no Estado, ressaltando que as apresentações contam com nomes da cena mineira com um repertório de canções marcantes.

4.3 Julho: o mês dedicado à cena mineira

No mês de Julho, o jornal *Hoje em Dia* publicou 28 inserções sobre música. Observa-se a ausência de publicações em apenas dois dias - 30 e 31 de julho - além de 4 edições (fins de semanas) sem o caderno Almanaque.

Ao analisar as publicações do mês, além de estar em destaque em algumas canções, a cidade de Belo Horizonte também é apontada como um marco na trajetória de artistas mineiros e de outros estados. Percebe-se na agenda jornalística apresentações de artistas de outros locais que têm a cidade como referência para performances. Desta forma, identificam-se nas produções noticiosas os critérios de proximidade geográfica e cultural, importância e entretenimento como critérios para escolha dessas pautas.

É o caso da notícia "Após gravar disco em BH, Banda de Pau e Corda retorna à capital com turnê", do dia 02 de julho de 2019, que apresenta o grupo pernambucano Banda de Pau e Corda que mantém uma estreita relação com a cidade. Além da parceria musical com os artistas mineiros Toninho Horta e o Tavinho Moura, o Palácio das Artes foi o local da primeira apresentação da banda, e a notícia mencionada contou sobre a escolha da cidade para a apresentação em comemoração aos 45 anos de existência. A mesma situação foi notada na publicação

“O tempero do carimbó: Dona Onete traz para BH show de culinária e apresenta

canções do novo disco”. Ainda que falassem de artistas de outros locais, a pauta consistia em eventos programados para ocorrer em Belo Horizonte.

Ainda assim, julho representou maior atenção do veículo à cena da capital com notícias de shows, lançamentos de álbuns de artistas mineiros que a trajetória representa grande contribuição para a musicalidade mineira. Todos eles tendo como foco atividades musicais e apresentações em Belo Horizonte, evidenciando a importância da cidade como precursora da música. Para ressaltar a importância, a notícia “Festival privilegia cena musical Belo- Horizontina”, publicada no dia 11 de julho de 2019, traz em seu título o destaque para o propósito do evento de “fomentar a cena musical independente belo-horizontina, promovendo um espaço em que os artistas possam divulgar as próprias produções.” A matéria, no entanto, apenas mencionou no terceiro parágrafo os nomes dos artistas na programação e os estilos tocados por eles. Já outra publicação conta sobre a banda Jota Quest, incluída em um projeto de um songbook, para registrar e contar a história musical de Minas, segundo o veículo, de um dos expoentes da geração Rock-Brasil dos anos 1990.

Ainda sobre artistas referências na capital, o jornal publicou duas matérias sobre dois nomes consagrados da cena, Toninho Horta, ex-membro do Clube da Esquina, e a banda Sagrado Inferno, nas quais podemos identificar proeminência, relevância, notoriedade, proximidade e ampliação como critérios para estas notícias. Nota-se, também, uma construção da notícia mais completa, com entrevistas, parágrafos maiores que discorrem sobre o impacto e importância dos artistas, com menções notórias às suas trajetórias e honra à sua relevância diante da cena mineira, sendo Horta um dos melhores guitarristas do jazz do mundo e a banda Sagrado Inferno, pioneira no estilo metal em Belo Horizonte.

Não só artistas, como também festivais prestigiados fizeram parte do agendamento pelo reconhecimento e o impacto que proporcionam: a Virada Cultural e o Festival de Inverno UFMG. Embora tenha grande apelo, a cobertura na edição digital para os festivais citados foi tímida. Sobre a Virada, identificam-se apenas duas publicações, sendo uma no dia 11 de julho com anúncio do evento e atrações e, a outra com uma arte com roteiro das atrações e palcos, no dia 19 de julho de 2019, um dia antes do início do festival. Quanto ao Festival da UFMG, a notícia apresentou uma panorama das atividades e atrações do evento, nas quais a cena musical foi pouco contemplada. Podemos identificar que predominaram, nas inserções sobre

apresentações e festivais previstos para a época, os critérios de atualidade, interesse, e

entretenimento por noticiar acontecimentos atuais e dedicados ao lazer e consumo, características do jornalismo utilitário.

De último, um critério ainda não mencionado na pesquisa, mas que esteve presente, especificamente, em duas matérias produzidas neste mês, é o de novidade. Tal aspecto foi essencial para noticiar “Do Carnaval para o Estúdio: Com canções de Tim Maia, 'Chama o Síndico' lança primeiro disco da carreira”, publicado no dia 22 de julho de 2019, e “Arte Negra em Voga no Samba: Primeiro álbum de César Melo une estilos para abordar temas pontuais”, de 29 de julho de 2019.

Ambas manchetes trazem consigo o caráter de inédito e novo ao mencionar se tratar do álbum de estreia da banda belo-horizontina Chama o Síndico e do paulista César Melo, este último sendo uma notícia semelhante a uma crítica com trechos que pontuam sobre a sonoridade do álbum. “Pretende marcar suas obras de forma bem datada, o que fica evidente pelo uso criativo de recursos sonoros de áudio de WhatsApp na simulação de uma diálogo na faixa “Música para Viagem”[10]. O que não ocorreu com a notícia sobre o álbum Um Dia Eu Chego Lá, do Chama o Síndico, que consiste em uma releitura de músicas do Tim Maia. O texto trouxe informações sobre o processo de produção (escolha de músicas e estilo musical) com aspas do vocalista da banda.

2.4 Agosto: à gosto da musicalidade nacional

Em divergência com os meses anteriores, agosto representou uma redução na produção noticiosa de música pelo jornal. Por representar um mês sem datas especiais ou efemérides, o caderno deste mês resultou em seis edições sem publicações sobre música, nos dias - 6, 8, 15, 20, 22 e 27 - além de cinco edições, publicadas no fim de semana, sem o caderno. Em consequência, percebe-se uma lacuna entre os períodos de publicações das inserções analisadas, sendo publicadas quatro notas sobre agenda de apresentações na capital que poderiam ser mais exploradas entre as edições diárias para preencher o espaço.

Observa-se também mais publicações de agenda cultural com roteiros e programações de eventos, na coluna Etc&Tal, contabilizando cinco edições no mês. A agenda cultural é algo que as assessorias de imprensa, representantes de artistas e

marcas, desejam que seja noticiada por tratar de programações pagas, principalmente para o fim de semana, quando há uma busca

[10] Disponível em <http://hoje.vc/2gco1>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

por atrações disponíveis na cidade. Ballerini (2021) frisa que o jornalismo cultural está refém dessas agendas para informar, desconsiderando temáticas importantes além da agenda.

> A agenda cultural é, obviamente, algo que alguém quer que se publique [...]. A grande questão é que o jornalismo cultural nos últimos anos se tornou absolutamente escravo da agenda, a editoria de cultura está tudo ligado a uma questão factual, a uma questão de agenda. O fato de precisar de uma agenda para discutir uma questão relevante no âmbito cultural, isso é uma dependência muito grande das questões mercadológicas. (BALLERINI, 2021)

Acerca da agenda mineira, no mês de agosto, a musicalidade local precisou competir com agendas de apresentações de artistas de renome nacional em Belo Horizonte, como os artistas Fafá de Belém (O lado introspectivo de Fafá Artista apresenta a turnê do disco "Humana" domingo, no Sesc Palladium), Sandy & Júnior (Muitas histórias: Fãs revelam loucuras para assistir a show de Sandy & Junior em BH) e Marcelo Jeneci (De Guaia pra BH: Marcelo Jeneci faz show de lançamento de novo álbum no Sesc Palladium), Ná Ozzetti (Uma celebração do talento: Ná Ozzetti comemora 40 anos de carreira com show em Belo Horizonte), além de uma nota especificada como “publicidade” do Festeja, famoso festival de música sertaneja.

Sobre produtos jornalísticos implícitos como materiais de divulgação, Golin (2009) elucida que o jornalismo cultural acompanha a dinâmica do mercado em relação aos lançamentos e distribuição, “cedendo à sedução de linguagem publicitária, à limitação dos enunciados, aos processos de generalização e segmentação de públicos e veículos”. (GOLIN, 2009, p. 32).

Por isso, os critérios de relevância, notoriedade e ampliação são acionados nas pautas mencionadas. No quesito música mineira, destacam-se as publicações “Música para Transformar: Mineira Elisa de Sena lança 'Cura', primeiro disco solo da carreira”, de 12 de agosto de 2019, e “Psicodelia mineira Disco de estreia da banda Pássaro Vivo faz passeio por ritmos brasileiros e rock setentista”, de 19 de agosto de 2019.

Ambas publicações trazem a informação sobre o lançamento do primeiro disco dos artistas. Sobre o disco de Elisa de Sena, a notícia conta sobre os aspectos da produção autoral da cantora e características do álbum quanto a sonoridade, quantidade de faixas e enfatiza a temática do disco sobre a mulher negra e mãe. O

penúltimo e o antepenúltimo parágrafos falam do ritmo do disco, que traz, dentre os estilos, a percussão afro-mineira. O fim da matéria traz a informação da apresentação de estreia do álbum, gratuita.

Sobre a matéria da banda Pássaro Vivo, o lead já traz os critérios de proximidade e importância ao relatar as influências sonoras da produção do álbum, que inclui a música mineira. Diferentemente, da notícia sobre o álbum da cantora Elisa de Cena, que trazia o critério novidade e ineditismo pelo primeiro contato do público com a obra, sobre a banda Pássaro Vivo, o critério considerado para trazer o tema ao factual é atualidade, por se tratar de álbum recente que teve o lançamento de dois singles antes do disco. Contudo, não há necessariamente uma separação da musicalidade, uma vez que estilos, instrumentos, sonoridade e artistas se misturam e recebem influências de vários locais.

Durante o mês, o jornal mostrou essa mescla de cenas (nacional e mineira) em notícias sobre festivais idealizados por artistas mineiros em homenagem aos artistas da cena nacional. É o que observa-se nas seguintes matérias: “Para matar a saudade dos Beatles, a partir de quinta, capital mineira recebe a 7ª edição da BH Beatle Week”; “Para relembrar Cássia Eller, Tacy de Campos faz tributo à roqueira no Cine Theatro Brasil Vallourec”, “Espetáculo celebra Elis Regina com repertório cantado por Isabela Morais, show acontece no sábado em BH”, este último menciona, no terceiro parágrafo, que havia uma relação de Elis Regina com o Estado.

Já outra notícia traz aos leitores a informação do festival de jazz e choro, a 17ª edição do Savassi Festival, ocorrido em Belo Horizonte e Nova Lima. O lead da notícia destaca que o evento é considerado tradição no calendário cultural da capital mineira. Na época, o festival trazia novidades para a edição, como a inauguração do Clube do Jazz, inspirado nos tradicionais casas de jazz do exterior. No quarto parágrafo, há a fala do produtor do evento sobre as atrações escolhidas para inauguração do clube, a qual menciona Chico Amaral e Juarez Moreira, dois músicos mineiros que se apresentam desde a inauguração do Café com Letras[11]. Nos últimos parágrafos, o texto também traz a informação que naquela edição teria um espaço para mulheres instrumentistas, a qual menciona apresentações da dupla Ellen Oléria e Alma Thomas em tributo à cantora Nina Simone. Tais artistas não compõem a cena musical da cidade.

> Para o conhecimento do leitor sobre as outras apresentações, o jornal produziu uma arte

com a programação dos diversos palcos do evento, identificando as atrações. Identificamos nesta matéria muitos aspectos que a tornaram noticiável: o impacto e

relevância do próprio evento, o estilo de música na cidade, a factualidade da criação do Clube de Jazz e

[11] Café inaugurado em 1996 em Belo Horizonte que reunia gastronomia, literatura e música (principalmente shows de jazz)

apresentações de mulheres instrumentistas, além do alcance do festival, por se realizar em vários pontos da cidade.

Outro aspecto em comum encontrado na maior parte das notícias analisadas são entrevistas com artistas em pautas de lançamentos de álbuns e shows, observando que, quando se trata de artistas nacionais, pressupõe-se que haja perguntas direcionadas à relação do músico com a cidade, uma vez que foi identificado este assunto em todas notícias. O que percebe-se é um tom afirmativo dos artistas, seja por realizações de shows ou influência e/ou parcerias de artistas da cena belo-horizontina. Outro ponto já mencionado é a dependência da agenda de apresentações, eventos musicais ou estreia de álbuns, músicas, clipes para pautar a cobertura noticiosa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho consiste em observar como os critérios de noticiabilidade, principalmente os valores-notícias, foram acionados durante a cobertura do caderno de cultura para determinar o que deveria ser pautado pelo veículo, a partir daí constituindo uma noção de cena musical em Belo Horizonte.

A cena musical belo-horizontina na versão digital do jornal *Hoje em Dia* é construída a partir dos critérios relevância; notoriedade; novidade; amplificação e proeminência. Dentre os valores apresentados, destacamos o critério proximidade como essência para definição das pautas e representação do local onde faz a cobertura. Podem-se observar como os critérios de noticiabilidade geralmente presentes na cobertura cultural como um todo, segundo Traquina (2005), acionam mais os valores contextuais para composição noticiosa, ao mesmo tempo que se sustentam nos substantivos para avaliação da importância da notícia.

Observa-se que a produção noticiosa é, entretanto, insuficiente em profundidade, priorizando assuntos da agenda mercadológica, como defendido por Faro (2014), Golin (2009), Alzamora (2009) e Piza (2001). As publicações correspondem a temas factuais, como shows, festivais, lançamentos de álbuns, clipes, onde não há um fôlego para discussão de outras temáticas.

Quanto à representação da cena, observa-se que a capital é um ponto de concentração para repercussão da música do Estado. Todas as inserções analisadas

se referem a aspectos da produção musical em BH ou sobre artistas mineiros, atuantes na cena da capital, como idealizado por Ballerini (2020) para um olhar atento à cultura regional.

O Jornal Hoje em Dia busca ressaltar essa musicalidade a partir do agendamento de eventos e divulgação de lançamentos dos artistas, ainda que seja com matérias utilitárias de serviços. A imagem da cena deixada pelo jornal mostra que há uma Belo Horizonte com riqueza de sonoridades, influências sociais culturais e qualidade artística que resultam no reconhecimento nacional da música mineira, desde o Clube da Esquina ao cenário da rap, com Djonga, que ainda precisa de uma atenção mais especial da mídia.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. ***La Construccíon de la Noticia*.** Barcelona: Paidós, 1993.

ALZAMORA, Geane. **Do Texto Diferenciado ao Hipertexto Multimidiático: Perspectivas para o Jornalismo Cultural.** In: AZZOLINO, Adriana. **7 Propostas Para o Jornalismo Cultural: Reflexões e experiências**. São Paulo: Editora Miró, 2009.p.39-68.

BALLERINI, Franthiesco. **O Jornalismo Cultural Regional.** Youtube, 30 de julho de 2020. (9m27s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GECpQmN_5bE>. Acesso em: 20 out. 2020.

BALLERINI, Franthiesco. **A Escravidão da Agenda no Jornalismo Cultural.** Youtube, 06 de maio de 2021. (9m20s). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=XlnT6vCXA7w&t=30s>. Acesso em: 23 out. 2021. FARO,

J. **Apontamentos sobre Jornalismo e Cultura.** Porto Alegre: Buqui, 2014.

FERNANDES, Mario Luiz. A força da notícia local: a proximidade como critério de noticiabilidade. Portal de mídia, 2016. Disponível em <https://bit.ly/30PryBN>.Acesso em: 16 de novembro de 2021.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Jornalismo e Identidade Cultural: Construção da Identidade Gaúcha em Zero Hora.** 2006. 177 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em

<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4572/1/389285.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

FREIRE, FILHO; FERNANDES. **Jovens, Espaço Urbano e Identidade: Reflexões sobre o Conceito de Cena Musical. in Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXVIII,** 2005, Rio de

Janeiro: [s.n], 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3H6sTUm>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

GOLIN, Cida. **Jornalismo cultural: reflexão e prática**. In: AZZOLINO, Adriana. **7 Propostas Para o Jornalismo Cultural: Reflexões e experiências.** São Paulo: Editora Miró, 2009. p.23-38.

HOMEM, Fernando. **As influências do Maestro Sebastião Vianna no Cenário Musical Erudito de Belo Horizonte.** 2013. 222 f. Tese (Doutorado em Música) - Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3oUl10u>. Acesso em: 26 de outubro de 2021.

JÁCOME, Phellipy; VIEIRA, Itala Maduell. O lado B do jornalismo: como os cadernos culturais entram na história. Contracampo, Niterói, v. 37, n. 03, p. XX-XX, dez. 2018/ mar. 2019.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. São Paulo: EDUSC, 2001.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia.** 1a ed. - Vozes, Petrópolis, 1979/ 2a ed. - Vozes, Petrópolis, 1981/ 3a ed. - Ufsc-Insular, 200.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LANNA, Flávia. Um conto, um canto, um encanto - A **História, o Mapa, a Música em Belo Horizonte.** 2016. 182 f. Tese (Doutorado em Música-Etnomusicologia) - Universidade de Aveiro, Universidade de Aveiro, 2016. Disponível em

<https://core.ac.uk/download/pdf/43419392.pdf>. Acesso em: 09 de novembro de 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação: projetos, ideias, práticas.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

MARTINS, Bruno. **Som imaginário: amizade, viagens e cidades nas canções do Clube da Esquina.** 2007. 159 f. Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais - FAFICH, Belo Horizonte, 2007. Disponível em

<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VCSA-84FSDK>. Acesso em: 09 de novembro de 2021.

MEDEIROS, Jane; MACHADO, Lucília. **O potencial musical de Belo Horizonte como motor de uma estratégia de desenvolvimento local. 2011**. f 355. (Tese Mestrado Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local), Centro Universitário UNA - Belo Horizonte. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/permusi2015a3114>. Acesso em: 09 de novembro de 2021.

MEDINA, Cremilda. **Autoria e renovação cultural. In: Jornalismo cultural – cinco debates**. Florianópolis: FCC Edições, 2001.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. **Os usos culturais da cultura.** In: E. Yazigi. (Org.). Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 88-99

PIZA, Daniel. **Jornalismo Cultural**. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. In: SILVA, Gislene; PAULO DA SILVA, Marcos; FERNANDES, Mario Luiz (orgs). **Critérios de Noticiabilidade - Problemas Conceituais e Aplicações.** Florianópolis: Insular, 2014.

VERNER, Afonso. **Valores-Notícia e Critérios de Noticiabilidade na Web: A Presença da Audiência e a Necessidade de uma (Re)discussão Teórica. in Seminário de iniciação científica para publicações em Jornalismo: Jornalismo, noticiabilidade e internet (Publijor/Jonoin), I , 2019, Ponta Grossa.** Universidade Federal do Paraná.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Presença, 2003.

APÊNDICE

Coluna	Data de publicação	Título	Endereço eletrônico
Janeiro	14/ 01/2019	Entre ventanias e leves sopros, mineira canta o amor e a resistência em novo disco	http://hoje.vc/26-q5
	15/01/2019	Festival Planeta Brasil comemora 10 anos de música muito boa no Mineirão	http://hoje.vc/275uf
	16/01/2019	Blocos de Carnaval agitam BH no Festival Sonoriza	http://hoje.vc/27gqt
	22/01/2019	Verão Arte Contemporânea dribla dificuldades financeiras e chega à 13ª edição	http://hoje.vc/282jj
	23/01/2019	Entre o afeto e a música instrumental, duo de brasilienses faz show em BH	http://hoje.vc/284-r
	30/01/2019	BH das pick-ups: conferência no Expominas discute cena eletrônica na capital e interior	http://hoje.vc/28tim

Fevereiro	07/02/2019	Nação Zumbi e bandas de blocos de BH se encontram no 'Movimento Benedito'	http://hoje.vc/29cxe

	07/02/2019	Faraó e Baianas Ozadas se apresentam no espaço do Mineirinho	http://hoje.vc/29c-s
	14/02/2019	Renomado sambista mineiro, Toninho Geraes se apresenta em BH neste sábado; veja o vídeo	http://hoje.vc/29rw2
	19/02/2019	Titane e Túlio Mourão reúnem convidados em show-manifesto contra estragos da mineração	http://hoje.vc/2a4ix
	27 de fevereiro de 2019	Silêncio no Clube da Esquina: Tavito, integrante do movimento musical que fez história, faleceu ontem	http://hoje.vc/2awrw
Julho	02/07/2019	Após gravar disco em BH, Banda de Pau e Corda retorna à capital com turnê	http://hoje.vc/2fv2o
	03/07/2019	O tempero do carimbó: Dona Onete traz para BH show de culinária e apresenta canções do novo disco	http://hoje.vc/2fvkr
	09/07/2019	Celebrando 25 anos na estrada, Jota Quest lança primeiro songbook da carreira	http://hoje.vc/2fuli
	10/07/2019	Ocupando espaços de BH e Tiradentes, 51º Festival da UFMG começa nesta quinta	http://hoje.vc/2fxy-
	11/07/2019	Festival privilegia cena musical Belo-Horizontina	http://hoje.vc/2f--6

	11/07/2019	Daniela Mercury, Djonga e Moraes Moreira na Virada Cultural	http://hoje.vc/2f-zq
	12/07/2019	'Sagrado Inferno', precursora do metal em BH, retorna com formato familiar	http://hoje.vc/2g338
	22/07/2019	Do Carnaval para o Estúdio: Com canções de Tim Maia, 'Chama o Síndico' lança primeiro disco da carreira	http://hoje.vc/2gd1n
	29/07/2019	Arte Negra em Voga no Samba: Primeiro álbum de César Melo une estilos para abordar temas pontuais	http://hoje.vc/2gco1
Agosto	02/08/2019	De Guaia pra BH: Marcelo Jeneci faz show de lançamento de novo álbum no sesc palladium	http://hoje.vc/2gm61
	05/08/2019	Para matar a saudade dos beatles, a partir de quinta, capital mineira recebe a 7ª edição da BH Beatle Week	http://hoje.vc/2geor
	07/08/2019	Festival Festeja retorna a BH: Edição 2019 acontece no Mineirão e sete grandes nomes da música	http://hoje.vc/2gbzx
	09/08/2019	Instrumental tomas as ruas: 17ª edição do savassi festival se encerra no domingo	http://hoje.vc/2gjbu

	12/08//2019	Música para Transformar Mineira Elisa de Sena lança 'Cura', primeiro disco solo da carreira	http://hoje.vc/2gc1s
	14/08/2019	Muitas histórias Fãs revelam loucuras para assistir a show de Sandy & Junior em BH	http://hoje.vc/2gdh8
	16/08/2019	Uma celebração do talento: Ná Ozzetti comemora 40 anos de carreira com show em Belo Horizonte	http://hoje.vc/2gi6q
	19/08/2019	Psicodelia mineira Disco de estreia da banda pássaro vivo faz passeio por ritmos brasileiros e rock setentista	http://hoje.vc/2go1x
	23/08/2019	Espetáculo celebra Elis Regina com repertório cantado por Isabela Morais, show acontece no sábado em BH	http://hoje.vc/2gfiz
	30/08/2019	O lado introspectivo de Fafá Artista apresenta a turnê do disco "Humana" domingo, no Sesc Palladium)	http://hoje.vc/2gbsl
	30/08/2019	Para relembrar Cássia Eller, Tacy de Campos faz tributo à roqueira no Cine Theatro Brasil Vallourec	http://hoje.vc/2gfjc

FUTEBOL E POLÍTICA SE MISTURAM? UMA ANÁLISE DO POSICIONAMENTO POLÍTICO DO SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA NO TWITTERL

Cultura Participativa e Interação dos Fãs de Big Brother Brasil: Análise do Canal Web TV Brasileira.

Participatory Culture and Fan Interaction of Big Brother Brasil: Analysis of the Brazilian Web TV Channel.

Vittória Canguçu Pereira[23]

Orientadora: Ana Karina de C. Oliveira[24]

Resumo:

O presente trabalho busca compreender que formas de participação se constroem a partir das *lives* do BBB 21 no canal *Web TV Brasileira*, no YouTube. Para isso, o referencial teórico tem como base os conceitos de cibercultura e cultura da convergência, observando, aí, as noções de participação e inteligência coletiva. Dentre as lives do canal durante o BBB 21, foram analisados os três vídeos mais assistidos, a partir de uma análise de conteúdo contextualizada na arquitetura das redes sociais, com atenção à arquitetura da rede.

Palavras-chave: Cultura da Convergência. Cultura Participativa. Canal Web TV Brasileira. YouTube. Big Brother Brasil. Interação.

Abstract: *The present work sought to understand if there were any traces of the Convergence Culture, based on a case study of the contents produced on the Brazilian Web TV channel - the research object being the twenty-first edition of Big Brother Brasil. In order to identify*

[23]Graduanda em Publicidade e Propaganda pelas Faculdades Promove. Vínculo institucional. Endereço eletrônico institucional.

[24]Doutora em Comunicação Social pela UFMG. Professora dos cursos de Jornalismo e Comunicação Social - Publicidade e Propaganda das Faculdades Promove. ana.oliveira@somospromove.com.br

how users participated and whether there was in fact any relationship between content producers and the public.

***Keywords**: Convergence Culture. Participatory Culture. Brazilian Web TV Channel. YouTube. Big Brother Brazil. Interaction.*

1. INTRODUÇÃO

Idealizado por John de Mol e lançado pela produtora holandesa Endemol em 1999[25], o *reality show Big Brother* estreou no Brasil em 2002, sendo exibido pela emissora Rede Globo. A dinâmica do programa consiste no confinamento dos participantes em uma casa vigiada por câmeras 24 horas por dia, indo ao ar diariamente, durante o período de dois a três meses por ano. A cada semana um concorrente é eliminado e o vencedor recebe um prêmio em dinheiro que, no ano de 2021, foi de um milhão e meio de reais[26].

Em duas décadas de programa no Brasil, o formato original foi alterado diversas vezes, tendo como algumas das principais mudanças a troca de apresentador e a participação de celebridades no elenco. Desde sua estreia, quem esteve à frente da apresentação do *reality* foi o jornalista Pedro Bial, substituído em 2017 por Tiago Leifert. Já a participação de famosos teve início na edição de 2020, quando os integrantes foram divididos em dois grupos: "Camarote" e “Pipoca”. Até então, todos os participantes eram anônimos.

Mesmo após anos desde a estreia, o *reality* brasileiro assume recordes de audiência e engajamento dos fãs. De acordo com a Rede Globo, a edição de 2021 bateu por duas vezes o recorde de maior número de votos por minuto[27]. Para a jornalista e doutora em comunicação Maura Martins[28], a grande audiência conquistada pelo *reality* está no interesse do público em saber como as pessoas se comportam sendo observadas constantemente.

Outros elementos importantes para o sucesso do programa, principalmente nas últimas edições, são a internet e as redes sociais. A partir de Henry Jenkins (2009), pode-se considerar que a possibilidade de interação do público sobre os acontecimentos e novos rumos do *reality* geram o que o autor denomina como “cultura participativa”, ou seja, os

---

[25] Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/como-surgiu-o-big-brother-brasil>. Acesso em 7 de março de 2021.

[26] Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/reality-shows/big-brother-brasil/>. Acesso em 7 de março de 2021.

[27] Disponível em: <https://exame.com/ciencia/por-que-o-bbb-faz-tanto-sucesso-segundo-pesquisadores/>. Acesso em 14 de maio de 2021.

[28] Disponível em: <https://canaltech.com.br/series/a-febre-dos-reality-shows-e-por-que-gostamos-de-cuidar-da-vida-dos-outros-160999/>. Acesso em 9 de março de 2021.

telespectadores assumem um papel de autonomia sobre as discussões que envolvem os conteúdos do programa e apresentam uma interação direta sobre elas.

Considerando a Web 2.0 (O'REILLY, 2012) como propulsora dessa cultura, a ferramenta *YouTube* se estabelece como uma das principais plataformas de compartilhamento de conteúdo audiovisual online. Em estudo realizado pela *Talkshoppe*[29] com cerca de dois mil entrevistados de 18 a 65 anos no Brasil, em 2020, o *YouTube* liderou como plataforma que "os consumidores dizem não conseguir viver sem".

O nome *YouTube* vem do inglês *you*, que significa "você", e *tube*, que sugere "tubo", termo utilizado para representar a televisão. Criado em 2005, nos Estados Unidos, por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, recebeu a versão brasileira em 2007[30]. A plataforma tinha como propósito inicial popularizar o compartilhamento de conteúdos audiovisuais, sendo, em sua maioria, produções pessoais e amadoras. "A inovação original era de ordem tecnológica (mas não exclusiva): o YouTube era um entre os vários serviços concorrentes que tentavam eliminar as barreiras técnicas para maior compartilhamento de vídeos na internet" (BURGESS; GREEN, 2009, p. 17).

Ao longo dos anos, a plataforma evoluiu e adquiriu um novo espaço nos meios midiáticos, e hoje é possível observar os diversos e distintos usos da ferramenta, levando em conta a simplicidade de acesso, a facilidade de utilização e o maior poder de alcance. Dessa maneira, o *YouTube* se transformou em ferramenta de divulgação, tanto para o marketing pessoal, como para o comercial. Com assuntos divididos e classificados em diversas categorias, como entretenimento, saúde, esportes, notícias, viagens etc., ganhou notoriedade ao ponto de tornar-se profissão, os *youtubers*.

> O momento de sucesso chegou em outubro de 2006, quando o Google pagou 1,65 bilhão de dólares pelo YouTube. Em novembro de 2007, ele já era o site de entretenimento mais popular do Reino Unido, com o site da BBC ficando em segundo lugar. No começo de 2008, de acordo com vários serviços de medição de acessos, já figurava de maneira consistente entre os dez sites mais visitados do mundo. (BURGESS e GREEN, 2009, p. 18)

---

[29] Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2020/11/05/youtube-faz-balanco-da-pandemia-e-projeta-2021.html>. Acesso em 10 de abril de 2021.

[30] Disponível em: < https://canaltech.com.br/empresa/youtube/ >. Acesso em 10 de abril de 2021.

Pensando em outras formas de monetizar o trabalho dos criadores de conteúdo, além da remuneração pela quantidade de visualizações em um vídeo, a plataforma desenvolveu o *Channel Memberships* e o Super *Chat*. O primeiro permite aos usuários uma assinatura dos canais que adotarem a funcionalidade, tornando-se "membros" do canal. Isso possibilita aos *youtubers* a criação de grupos fechados com conteúdos exclusivos por meio do pagamento de uma taxa mensal. Já a outra possibilidade de monetização, o Super *Chat,* possibilita que uma mensagem enviada durante uma *live* seja destacada perante a realização de uma doação financeira.

De acordo com Burgess e Green (2009), a plataforma fornece conteúdos capazes de atrair novos públicos, ampliando a audiência e transformando as produções com cocriação dos consumidores, de acordo com valores culturais, sociais e econômicos dos usuários. Sendo assim, a cultura participativa se assume como elemento principal do *YouTube*, tornando-se essencial para análise de valor da plataforma. Como exemplo dessa criação conjunta temos o canal *Web TV Brasileira*[31], que reúne mais de 2,1 milhões de inscritos[32]. Com a proposta de falar sobre "fofocas, reality *shows* e entrevistas" (como define o próprio canal), Tati e Marcelo, criadores do canal, realizam transmissões ao vivo (*lives*) todos os dias após a exibição do programa na Globo. Durante as lives, é possível enviar mensagens no *chat* para os mesmos e conversar com outros fãs do programa.

A etimologia da palavra fã (*fan*, em inglês) refere-se à abreviação de *fanatic*, oriunda do latim *fanaticus*. Em *Invasores do Texto: Fãs e Cultura Participativa*, Henry Jenkins (2015) sinaliza que as primeiras empregabilidades da abreviação *fan* se referiam às pessoas que gostavam de acompanhar equipes esportivas e mulheres que frequentavam o teatro para apreciar os atores mais do que as apresentações. Em sua dissertação de mestrado, Caroline Mazzer de Souza (2020) explica que não existe apenas um conceito fixo e imutável sobre o que é ser fã. Na verdade, seu significado segue sendo transformado de acordo com o passar do tempo e com as alterações culturais. Entretanto, ela afirma que:

---

[31] Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC0LlPl_mWhIFqVxcH1l3xpQ>. Acesso em 9 de abril de 2021.

[32] Dado consultado em novembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC0LlPl_mWhIFqVxcH1l3xpQ>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

> Ser fã é acompanhar uma mídia assiduamente, investir tempo e ou sensibilidade para com ela, de maneira que a relação com esse veículo não seja apenas de consumo, mas também uma relação de apropriação, sendo importante para a formação de sua própria subjetividade. (SOUZA, 2020, p. 40)

De maneira geral, o termo fã pode ser compreendido em função de seu constante envolvimento com o objeto de veneração. Em seu estudo sobre as novas mídias e *fandom* digital, Paul Booth (2010) reafirma o conceito definido por Caroline Mazzer: "[...] uma pessoa que investe tempo e energia pensando sobre, ou interagindo com, um texto de mídia: em outras palavras, aquele que é arrebatado por um objeto de mídia existente em particular" (BOOTH, 2010, p. 11, tradução Google).

Diante do contexto exposto, este artigo coloca como problema de pesquisa a seguinte questão: que formas de participação se constroem a partir das *lives* do BBB 21 no canal *Web TV Brasileira*? Para elucidar tal contexto, a pesquisa tem como objetivos específicos: identificar como a plataforma do YouTube favorece as interações dos fãs de *Big Brother Brasil,* usuários do canal *Web TV*; analisar as dinâmicas de engajamento usadas pelo canal *Web TV Brasileira* durante as lives; observar os tipos de interações e engajamentos feitos pelos fãs do *Big Brother Brasil* que consomem os conteúdos do canal Web TV Brasileira.

Identifica-se a relevância do atual projeto para o campo da comunicação em razão da proposta de análise sobre uma possível construção de cultura participativa no meio digital, especificamente o YouTube, e os novos modos de manifestação e engajamento dos fãs, tendo como objeto de pesquisa o canal *Web TV Brasileira*. Também é possível verificar a importância do trabalho considerando os diversos projetos desenvolvidos a partir do objeto de estudo, como, por exemplo, a dissertação de mestrado apresentada por Caroline Mazzer de Souza (2020), intitulada "Cultura participativa no youtube: Relação entre ídolos-fãs em canais brasileiros". A autora entende que, devido ao surgimento da Web 2.0, o público adquiriu certo dinamismo quanto ao conteúdo que consome, influenciando diretamente nas novas produções de conteúdo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para investigar como se dão as interações entre os usuários do canal *Web TV Brasileira*, fãs de Big Brother Brasil, serão abordados os conceitos de cibercultura e cultura participativa, desde a participação à inteligência coletiva, que permitem a análise do objetivo.

2.1. Cibercultura

Para o filósofo francês Pierre Lévy (1999), com o advento dos computadores e consequentemente sua popularização, diversos sistemas passaram a colaborar mutuamente, criando assim uma "rede" de comunicação capaz de reunir informações interconectadas mundialmente, mantidas pelos próprios usuários; esse sistema é conhecido como ciberespaço. Já a cibercultura surgiu a partir da difusão da internet, que tinha como premissa conectar pessoas e não apenas equipamentos e máquinas. Diante disso, ao entrarem em contato com as mais variadas práticas culturais, por meio da tecnologia, os usuários começaram a desenvolver novos hábitos e modos de interação, influenciando diretamente na maneira de se relacionar e viver.

> O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p.17)

Em seu texto 'Cibercultura, Cultura e Identidade. Em direção a uma "Cultura Copyleft"?', André Lemos (2004) afirma não devemos pensar no ciberespaço como uma mídia de comunicação em massa, mas sim, em um ambiente midiático capaz de proporcionar diariamente a elaboração de novas formas de comunicação: "[...] o ciberespaço é, ao mesmo

tempo, forma e conteúdo cultural, modulador de novas identidades e formas culturais." (Lemos, 2004, p. 5).

Segundo Lévy (1999), existem três fatores principais que direcionaram o princípio da disseminação do ciberespaço e logo, a cibercultura, sendo eles a interconexão, as comunidades virtuais e a inteligência coletiva. Para a pesquisadora e professora, Maria Lúcia Santaella (2010), o aumento e difusão das "hiper-redes multi media" provocaram uma intensa e significativa mudança no modo de se realizar a comunicação interpessoal.

> Cada um pode tornar-se produtor, criador, compositor, montador, apresentador, difusor de seus próprios produtos. Com isso, uma sociedade de distribuição piramidal começou a sofrer a concorrência de uma sociedade reticular de integração em tempo real. Isso significa que estamos entrando numa terceira era midiática, a cibercultura. (SANTAELLA, 2010, p.82)

A partir da difusão da internet, juntamente com a evolução da tecnologia, surge a possibilidade de se estar em qualquer lugar do mundo conectando-se com outros indivíduos; isso gera uma comunicação participativa e interativa entre as pessoas, conhecida como interconexão. "[...] a interconexão constitui a humanidade em um contínuo sem fronteiras, cava um meio informacional oceânico, mergulha os seres e as coisas no mesmo banho de comunicação interativa. A interconexão tece um universal por contato." (LÉVY, 1999, p. 127).

Santaella (2010) reafirma que por meio das "redes digitais" é possível ter contato com as mais diversas culturas, relacionando-se com pessoas do mundo todo: "Usuários acessam o sistema de todas as partes do mundo, e, dentro dos limites da compatibilidade linguística, interagem com pessoas de culturas sobre as quais, para muitos, não haverá provavelmente um outro meio direto de conhecimento." (SANTAELLA, 2010, p.103-104)

Já o segundo conceito sustenta-se a partir do primeiro, uma vez que as comunidades virtuais surgem através da interconexão. O ciberespaço é, portanto, o ambiente onde essas comunidades se constituem, convivem e interagem umas com as outras. Esses grupos se formam a partir do compartilhamento de algo em comum, como objetivos, ideais, experiências, e se relacionam por meio de um processo colaborativo entre os participantes. Segundo Lévy (1999, p. 127), "uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de

interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais".

Em sua dissertação de mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, Luís Roberto Guerreiro Lopes reafirma esse conceito de que as comunidades virtuais se unem pelos interesses e afinidades em comum.

> Diante disso, podemos dizer que, em todas as comunidades, existe sempre um fator primordial, que é o interesse em comum. Esse interesse pode se manifestar das mais diversas formas e nos mais diversos segmentos. Porém, o que nos resta óbvio, é que o interesse comum é o grande fator que dá sustentação a todas as comunidades. (LOPES, 2010, p. 51)

2.2. Cultura da convergência: da participação à inteligência coletiva

Levando em consideração os conceitos vistos anteriormente, é possível relacionar a ideia de cultura da convergência com os termos ciberespaço e cibercultura, uma vez que ambos representam características que envolvem informações, cultura, tecnologia e a sociedade.

Para Jenkins (2009), a ideia de cultura da convergência está diretamente associada a três principais pilares conceituais: a convergência dos meios de comunicação, a cultura participativa e a inteligência coletiva. Eles serão abordados a seguir.

De acordo com Henry Jenkins (2009), a convergência dos meios de comunicação se dá por meio da quantidade de conteúdo que transita por inúmeros meios midiáticos, juntamente com o equilíbrio entre quem produz o conteúdo e quem consome, onde o público caminha por múltiplas plataformas em busca de algo que deseja. "Convergência é uma palavra que consegue definir transformações mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando" (JENKINS, 2009, p. 30).

Para o autor, a convergência não pode ser entendida apenas como um procedimento tecnológico capaz de unir diversas utilidades dentro de um único aparelho, mas, sim, a representação de uma transformação cultural, onde o público é motivado a buscar por mais

informações, sendo necessário realizar novas conexões através de múltiplos canais midiáticos. “Bem-vindo à cultura da convergência, onde as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (JENKINS, 2009, p. 30).

Com o surgimento da internet, a indústria midiática percebeu a mudança de comportamento do público em relação ao uso dos computadores e, em seguida, dos celulares. Essa mudança, alinhada às novas possibilidades da Web 2.0, como por exemplo, a facilidade de deslocamento de telas, proporcionou a necessidade de novos modos de consumo, adaptando os conteúdos para novas e diferentes plataformas.

Percebe-se então que, a partir da relação entre produtor e consumidor, juntamente com a criação de novas formas de consumo, surge a narrativa transmídia, que nada mais é do que a utilização de diversos meios midiáticos que funcionam como um suporte à história principal. Ou seja, um mesmo conteúdo pode ser replicado de diversas formas em diferentes lugares complementando-se em um mesmo âmbito, entretanto é fundamental que esse uso em diferentes plataformas seja independente, uma vez que não é necessário ter acesso a mídia principal para então entender e consumir seus desdobramentos.

> [...] se desenrola por meio de múltiplas plataformas de mídia, com cada novo texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo. [...] Na forma ideal de narrativa transmídia, cada meio faz o que faz de melhor — a fim de que uma história possa ser introduzida num filme, ser expandida pela televisão, romances e quadrinhos; seu universo possa ser explorado em games ou experimentado em parques de diversão. Cada acesso à franquia deve ser autônomo, para que não seja necessário ver o filme para gostar do game e vice-versa (JENKINS, 2009, p. 138)

A transmídia não considera a propagação de um mesmo conteúdo em distintas mídias, mas sim a criação de novos materiais narrativos que servem como suporte ao objeto principal.

A cultura participativa, segundo abordado por Jenkins em *Cultura da Convergência* (2009), está relacionada à integralidade entre emissor e receptor, onde o público se torna mais participativo em relação ao conteúdo midiático. A princípio, existia uma barreira entre os produtores e consumidores de conteúdo, entretanto, observa-se que os atuais modelos de

narrativa transmidiática usados na indústria do entretenimento favorecem a transformação do modo como se consome e produz informação. Para Burgess e Green, a "cultura participativa é um termo geralmente usado para descrever a aparente ligação entre tecnologias digitais mais acessíveis, conteúdo gerado por usuários e algum tipo de alteração nas relações de poder entre os segmentos de mercado da mídia e seus consumidores." (BURGESS; GREEN, 2009, p. 28).

Segundo Jenkins (2014), a permanente participação das pessoas em plataformas *online* se dá por motivações pessoais, como, por exemplo, a autopromoção em busca de audiência e reputação, ou motivações sociais, em uma busca por reconhecimento, identificação e formação de vínculos sociais pelas relações estabelecidas no ambiente *online*.

Ainda segundo Jenkins (2009), a cultura participativa está diretamente relacionada ao poder que o público assume em relação ao conteúdo veiculado, entretanto, não é possível afirmar que a participação do receptor é diretamente eficaz partindo de interações a partir de ações predefinidas, como, por exemplo, reações de *like* ou *dislike.* "A interatividade refere-se ao modo como as novas tecnologias foram planejadas para responder ao feedback do consumidor" (JENKINS, 2009, p. 189). Já a participação faz parte de um processo mais complexo, sendo "moldada pelos protocolos culturais e sociais. [...] A participação é mais limitada, menos controlada pelos produtores de mídia e mais controlada pelos consumidores de mídia" (JENKINS, 2009, p. 189).

Por fim, a inteligência coletiva, terceiro eixo da convergência citado por Jenkins, prega que, ao reunir um grupo de pessoas, por meio da tecnologia, para falar sobre determinado assunto, ocorre troca de informações e união de conhecimento. Esse conceito está diretamente relacionado ao empregado pelo criador do termo, Pierre Lévy (1999), que se refere à inteligência coletiva como a competência da comunidade em assumir a responsabilidade de estimular o conhecimento por meio da colaboração geral. Para Jenkins:

> Nenhum de nós pode saber tudo; cada um de nós sabe alguma coisa; e podemos juntar as peças, se associarmos nossos recursos e unirmos nossas habilidades. A inteligência coletiva pode ser vista como uma fonte alternativa de poder midiático. Estamos aprendendo a usar esse poder em nossas interações diárias dentro da cultura da convergência. (JENKINS, 2009, p. 28)

Ou seja, cada indivíduo recebe os conteúdos de forma única, entretanto, é impossível construir uma teoria absoluta sobre qualquer assunto sem antes haver uma troca entre os consumidores.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa trabalha sobre a abordagem qualitativa, visto que os objetivos apontam para o levantamento e análise de dados subjetivos, buscando compreender o comportamento e as formas de interação dos fãs de *Big Brother* Brasil que interagem com o canal *Web TV Brasileira.* Tal abordagem visa compreender o "como", preocupando-se em entender os efeitos a partir das ações dos indivíduos. Segundo Minayo et al. (2002), a pesquisa qualitativa indaga questões muito particulares e "trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO et al., 2002, p. 21-22).

A partir dos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, uma vez que a intenção é descrever os modos de engajamento e interação dos usuários do canal *Web TV Brasileira* por meio de análise de vídeos produzidos durante a décima primeira edição do *Big Brother Brasil*. Em relação ao conceito de pesquisa descritiva, pode-se dizer que seu interesse consiste em observar e descobrir fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. Segundo Gil (2008, p. 28), pesquisas descritivas "têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis".

Acerca do delineamento, a pesquisa se constitui como uma análise documental, visto que ela se caracteriza a partir "[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa" (GIL, 2008, p. 51). O *corpus* da pesquisa é, portanto, de arquivo, delimitado aos três vídeos de maior visualização dentre os 168 vídeos do canal *Web TV* Brasileira, organizados na *playlist* "BBB21"[33]. Tal critério foi determinado pois entende-se que o maior número de

[33] Dentre os vídeos da playlist, descartou-se oito vídeos referentes a conteúdos anteriores ou posteriores ao início e término do programa. Playlist disponível em:

visualizações dá a entender que o programa passava por um momento importante, além de indicar uma possível maior participação e interação dos usuários. Segue tabela com o título dos vídeos, data de exibição, link e número de visualizações.

Título dos vídeos	Data	Links	Visualizações
BBB21: 99,17% Karol é eliminada, atitude da Globo levanta suspeitas e Tiago justifica erros de Conká.	23/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=gZuLI0rjv68&list=WL&index=1	1.372.411
BBB21: O Começo do fim! Nego Di é eliminado, % de rejeição surpreende e o discurso de Tiago abala.	16/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=9fbj0Oat1g8&list=WL&index=2	1.266.355
BBB21: 90,15%: Juliette CAMPEÃ; FARSA na FINAL é revelada por Ex-BBB pistola; Gil aparece muito e revolta.	04/05/2021	https://www.youtube.com/watch?v=mlfY3ydPJ7I&list=WL&index=3	1.253.898

A partir dos vídeos, será observado como os recursos disponíveis no YouTube, especialmente aqueles relacionados às interações entre os usuários, são usados pelo canal. A análise será feita, então, a partir dos comentários enviados pelo *Super Chat,* que tenham sido selecionados e lidos pelos apresentadores Marcelo e Tati.

Quanto ao método de análise, definiu-se a análise de conteúdo contextualizada na arquitetura das redes sociais, nesse caso, a plataforma YouTube. A análise de conteúdo se baseia no objetivo primordial de compreender o verdadeiro sentido do conteúdo analisado, ou seja, preocupando-se com o que está presente na materialidade do conteúdo. Porém, essas mensagens muitas vezes não são demonstradas de forma óbvia em um primeiro momento, e para isso é preciso realizar uma investigação minuciosa a respeito do que está posto nas entrelinhas do material em questão. De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo pode ser definida em:

<https://youtube.com/playlist?list=PLedU9Q52MJxjZiRPYty0wusLFcNivcJKb>. Acesso em 23 de outubro de 2021.

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42)

Para produzir uma análise do conteúdo é preciso efetuar uma sequência de procedimentos técnicos, que são divididos em cinco principais etapas, sendo elas: a definição de qual material será analisado; uma leitura inicial do conteúdo, buscando modos de estruturá-los organizadamente; realizar uma descrição rigorosa e detalhada do material, criando padrões e classificações de unidades de análise que se relacionam umas com as outras e, a partir disso, criar categorias que possibilitem um norteamento para o desenvolvimento do estudo. Segundo Bardin, a "categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos" (BARDIN, 1977, p. 117).

Já a análise da arquitetura das redes sociais, segundo Martino (2018), visa identificar as características próprias de cada plataforma. Para isso, é preciso seguir uma espécie de roteiro para guiar a análise: "O que pode ser postado? Quais as interações nas redes? Quais as regras de cada empresa? Quais são os tipos de interações?"

Posto isto, a presente pesquisa se divide em três principais etapas. Em um primeiro momento, é analisada a potencialidade da plataforma YouTube, descrevendo suas funcionalidades e possibilidades, destrinchando sua estrutura. Em seguida será observado como o canal Web TV Brasileira se apropria das ferramentas disponibilizadas pelo YouTube e, por fim, analisa-se as interações que surgem a partir das transmissões ao vivo realizadas pelo canal durante o BBB 21 e que tipo de participação é construída ali.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Arquitetura da rede: YouTube e Web Tv Brasileira

Nesta primeira seção, serão descritas as características da plataforma YouTube quanto à estruturação dos elementos do site, suas ferramentas e usabilidades, além das diversas formas de monetização da plataforma. Em seguida, o canal Web TV Brasileira será avaliado quanto às utilizações das ferramentas disponibilizadas pelo YouTube. E por fim, busca-se entender como essa arquitetura é utilizada pelo canal e por seus usuários na construção de suas interações. Baseando-se nas questões abordadas por Luís Mauro Martino (2018), esta análise seguirá as principais questões levantadas pelo autor e apresentadas acima, entretanto, com direcionamentos próprios, de acordo com a rede escolhida, o YouTube.

4.1.1. A plataforma YouTube: estrutura, ferramentas e recursos

Na plataforma YouTube, pode-se observar dois tipos de segmentação de uso: uma para criadores de conteúdo (administradores de canais) e outra para usuários comuns (perfis pessoais). Ambos os perfis apresentam algumas similaridades, além de funções próprias de acordo com cada tipo de conta. Apenas para assistir aos vídeos não é preciso efetuar nenhum tipo de cadastro, porém, para ter acesso aos recursos interativos da plataforma, tanto para os perfis comerciais, quanto para os pessoais, é necessário ter uma conta do Google. Para isso, basta clicar na opção "Fazer login", localizada no canto direito superior da tela. Após preencher os dados da conta, seja ela pessoal ou comercial, o usuário já estará apto a utilizar a plataforma.

Em relação à usabilidade dos usuários que navegam com perfis pessoais, a estruturação do site se apresenta da seguinte forma: na página inicial (*Home*) estão dispostos os principais atalhos e botões do site. Na parte superior da página ao centro, existe uma barra de pesquisa, onde os usuários buscam pelos conteúdos da plataforma (também é possível utilizar o recurso de pesquisa por voz). Na mesma linha da barra de pesquisa, do lado direito da tela, existem quatro opções sequenciais. A primeira opção consiste em um ícone de câmera com o símbolo de "mais" (+), que abriga as funções "Enviar um vídeo" ou "Transmitir ao vivo". O próximo ícone é representado pelo conjunto de nove pontinhos que formam um quadrado, onde estão os recursos YouTube TV, YouTube Music, YouTube Kids, Escola de criadores de conteúdo e YouTube para Artistas. Ao lado direito desse ícone, existe

um símbolo de sino que reúne todas as notificações da conta na plataforma. O quarto e último item da fileira é o atalho para as configurações da conta, que é apresentado por um círculo com as iniciais do nome cadastrado ou a foto cadastrada pelo usuário. Ao clicar nessa aba, surgem 14 abas divididas em três subcategorias, uma abaixo da outra. A primeira apresenta as seguintes opções: “Criar canal”, “Compras e assinaturas”, “YouTube Studio”, “Alternar conta” (caso exista mais de uma conta do Google) e “Sair”. Já para quem possui um canal, a opção “Criar canal” é substituída por “Seu Canal”. A seção abaixo dessa primeira possui as informações: “Aparência: tema do dispositivo” (opções de tema claro ou escuro), “Idioma” (língua padrão de navegação), “Local” (país em que o usuário está), “Configurações”, “Seus dados no YouTube”, “Ajuda”, “Enviar feedback” e “Atalhos do teclado”. Por último, uma única seção com a opção “Modo restrito” (essa funcionalidade auxilia na ocultação de vídeos que possam conter conteúdos para maiores de idade).

Já do lado esquerdo da tela estão localizadas as informações e opções de uso voltadas para a plataforma, divididas em cinco subcategorias. A primeira contém três opções: “Início” (primeiro contato do usuário ao abrir uma página do YouTube), “Explore” (direciona para outra página, com oito categorias de vídeos: Em alta, Música, Filmes, Ao vivo, Jogos, Notícias, Esportes e Aprender). Por último, “Inscrições” (Essa opção poderá aparecer de duas formas, caso o usuário já tenha feito alguma inscrição de canal, o conteúdo que aparecerá será relacionado ao canal inscrito; se ainda não houver inscrições aparecem opções de canais selecionados pelos temas “Beleza e moda”, “Comédia”, “Esportes”, “Música”, “Tecnologia”, “Jogos”, “Culinária e Saúde“ e “Filme e entretenimento”). A próxima seção comporta quatro opções, sendo elas: Biblioteca, Histórico, Assistir mais tarde e Vídeos marcados como “Gostei”. Nessa última seção, todas as opções são referentes aos vídeos já assistidos na plataforma. A seção seguinte é intitulada “INSCRIÇÕES”; caso haja alguma, o canal aparecerá aqui, se não houver, apareceram as opções “Música”, “Esportes”, “Jogos” e “Filmes”.

Seguindo verticalmente o quadro da lateral esquerda, a opção “MAIS DO YOUTUBE” mostra algumas sugestões de recursos disponíveis na plataforma: YouTube Premium, Filmes, Jogos, Ao vivo, Aprender e Esportes. Logo abaixo existe uma aba voltada para o suporte da plataforma, com as opções: Configurações, Histórico de denúncias, Ajuda e

Enviar feedback. A última aba contém informações legais e jurídicas a respeito da plataforma e sua utilização.

No centro da tela são exibidas as *Thumbnails*, imagens responsáveis por ilustrar os vídeos publicados e usadas como meio de atrair a atenção do usuário, fazendo-o clicar no vídeo. De acordo com a utilização da plataforma, o algoritmo irá interpretar suas ações com base nos históricos e, a partir daí, recomendar conteúdos semelhantes. Desse modo, os primeiros vídeos que aparecem na tela inicial são indicações da plataforma sobre um possível interesse sobre determinado assunto.

Ao clicar em uma *Thumbnail* o usuário é direcionado para a página de reprodução, onde o vídeo ocupa a maior parte visual. Ao lado direito ficam localizadas as sugestões de conteúdos semelhantes ao que o usuário está assistindo. No caso das transmissões ao vivo, esse espaço será ocupado pelo *chat* da *live*. Logo abaixo do vídeo aparecem as informações referentes ao nome, data de postagem e quantidade de visualizações do vídeo, seguido das opções de Gostei, Não gostei, Compartilhar e Salvar. Caso o canal possua as qualificações necessárias (a serem apresentadas mais adiante), aparecem também os recursos Valeu Demais e Clipe. O espaço abaixo das opções de engajamento é reservado para adicionar informações a respeito do vídeo, além de incluir o nome do canal e o número de inscritos.

Como forma de fomentar os engajamentos na plataforma, o YouTube criou diversos recursos de interação, que funcionam como parâmetros que sinalizam a satisfação do usuário quanto ao vídeo. Para ter a opinião registrada e poder usufruir dos recursos dados pelo YouTube, antes de realizar qualquer ação, é necessário que a pessoa tenha efetuado primeiramente o *login* na plataforma. Para afirmar o contentamento, ou não, do usuário em relação ao conteúdo, existem as funções do Gostei (*like*) - representado por um polegar para cima - e Não Gostei (*Dislike*) - representado por um polegar para baixo. Ao marcar positivamente um vídeo, o mesmo irá para uma pasta privada denominada Vídeos marcados como “Gostei”. O YouTube também disponibiliza ferramentas para o compartilhamento dos vídeos, ou seja, é possível enviar um determinado conteúdo para alguém, postar em um site ou publicar em outras redes sociais. Um dos mais novos recursos criados pela plataforma é o “Clipes”, que funciona como um recorte de algum trecho específico de um vídeo inteiro. Com ele os usuários podem, por exemplo, selecionar os melhores momentos de uma entrevista ou alguma parte importante de uma explicação, com a finalidade de

compartilhamento. Outra ferramenta muito utilizada pelos usuários são os comentários do vídeo, recurso que permite que o usuário insira uma mensagem sobre o conteúdo assistido, além de poder responder outro comentário. Atualmente não existe um limite máximo de caracteres a serem usados.

Para transformar a utilização do YouTube em conteúdos rentáveis para os administradores de canais, a plataforma vem desenvolvendo ao longo dos anos diversos recursos de monetização dos vídeos. Entretanto, existem alguns critérios básicos para receber a autorização de monetizar um canal. Essas especificações seguem as "Diretrizes de conteúdo adequado para publicidade", fornecidas pelo próprio YouTube. Dentre os principais requisitos cobrados pela plataforma, é necessário que o administrador tenha mais de 18 anos; o canal precisa obter a marca de, no mínimo, mil inscritos; nos últimos 12 meses é preciso ter ao menos 4 mil horas de materiais assistidos na plataforma; possuir conteúdos originais e, principalmente, ter um cadastro ativo no Google *AdSense*.

Uma das principais ferramentas de geração de renda é o *AdSense*, que se configura como um dos modos mais simples e fáceis de monetizar um canal. Ele funciona a partir da autorização de inserção e exibição de propagandas durante os vídeos publicados no YouTube e possui quatro tipos de anúncios com funcionalidades e inserções distintas, sendo as propagandas de longa duração, que podem aparecer no início ou durante a execução do vídeo (esta opção permite que o usuário "pule" o anúncio após o prazo de 5 segundos); anúncios rápidos, com baixa duração de tempo, menos de 6 segundos e que não podem ser "pulados"; existem também os anúncios gráficos, que são as propagandas em formato de banner, localizadas à direita do vídeo (próximo à lista de sugestões de vídeos) e, por fim, os anúncios de sobreposição, também em formato de banner, e que aparecem de forma reduzida na tela, dentro do vídeo. Destes formatos, os dois últimos só aparecem para usuários que estejam usando a plataforma na versão *desktop*.

Em relação à forma de pagamento da plataforma para os criadores de conteúdos, são usadas as técnicas de CPM e CPC, que significam, respectivamente, custo por mil visualizações e custo por clique. Ou seja, o administrador será pago pela quantidade de cliques e visualizações que receber nos vídeos do canal e nas propagandas veiculadas no mesmo.

Como citado anteriormente, a plataforma também desenvolveu ferramentas de interações capazes de gerar receita para o canal, que se configuram a partir do "YouTube Programa de Parceria" (YPP). Com ele é possível ganhar dinheiro por meio dos recursos: Clubes dos canais; Estante de produtos do canal; Super *Chat* e Super *Stickers;* Receita do YouTube *Premium*; YouTube *Shorts* e a mais recente ferramenta, "Valeu demais". A utilização dos "Clubes" permite que os administradores criem conteúdos exclusivos, através do pagamento mensal de uma taxa determinada pelo próprio canal, além de outros benefícios. Outro recurso de monetização voltado para as interações do usuário são o Super *Chat* e o Super *Stickers.* Essa ferramenta possibilita que, durante as transmissões ao vivo, uma mensagem enviada no *chat,* mediante a pagamento pré estabelecido em valores entre R$ 1,00 e R$ 500,00*,* apareça de forma destacada no bate-papo. Quanto maior for o valor pago, mais tempo a mensagem ficará disponível e destacada na *live*. Já os Super *Stickers,* funcionam basicamente da mesma forma, porém ao invés de enviar uma mensagem comum, os usuários têm à disposição diversas figurinhas.

Dentre os recursos de monetização, os mais recentes são o YouTube *Shorts* e a ferramenta "Valeu demais". Essa última, diferentemente das citadas anteriormente - que funcionam exclusivamente em transmissões ao vivo - permite ao usuário a doação de um valor entre R$ 2,00, R$ 5,00, R$ 10,00 e R$ 50,00, e funcionam tanto nos vídeos publicados normalmente na plataforma quanto nas *lives* feitas pelo canal. Esse recurso funciona como forma de agradecimento aos conteúdos publicados, além de um estímulo aos criadores. Já o YouTube *Shorts,* surgiu como uma maneira de concorrer com outras redes sociais no seguimento de vídeos de até 60 segundos no formato vertical, como, por exemplo, os Reels do Instagram e o TikTok. Como forma de incentivo para a criação de conteúdos originais e criativos, a plataforma oferece, conforme a quantidade de visualizações e o número de engajamento dos usuários, valores entre US$100 e US$10 mil. Com a atual cotação do dólar[34], cerca de R$ 519,00 e R$ 51,9 mil.

Outra forma de receber dinheiro através de um canal é o YouTube *Premium.* Quando um usuário é assinante deste serviço e assiste e interage com os conteúdos veiculados no canal, o criador recebe uma parcela da taxa de assinatura do mesmo.

[34] De acordo com o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores brasileira, no dia 25 de novembro de 2021 o dólar fechou em R$ 5,565.

4.1.2. Canal Web TV Brasileira

Todo o conteúdo do canal está dividido em sete abas principais: Início, Vídeos, Playlists, Comunidade, Loja, Canais e Sobre. Essa disposição segue o padrão de estruturação estipulado pelo YouTube e pode ser alterado de acordo com atualizações da plataforma. Já as *playlists* do canal variam de acordo com a programação do mês.

Na categoria "Início" sempre há um vídeo em destaque e ele aparece em primeiro lugar, seguindo uma linha na vertical. Em relação ao canal Web TV Brasileira, o vídeo em evidência é a última *live* transmitida pelo canal; logo abaixo, na aba "Próximas transmissões ao vivo", fica pré-programada a próxima *live*. Tati e Marcelo ainda possuem outro canal no YouTube, o "Construindo com o "TátiCelo", e os dois últimos vídeos deste canal aparecem abaixo da aba "Próximas transmissões ao vivo". A próxima categoria é a "Vídeos", onde constam todos os envios do canal, ou seja, todos os vídeos publicados na plataforma. Em seguida vêm as "*Playlists*"[35] que abriga ao todo 57 pastas. Já na categoria "Comunidades", os administradores podem postar imagens, compartilhar links, criar enquetes, postar mensagens e promover vídeos.

Dentre as opções dessa ferramenta, as mais utilizadas pelo canal *Web TV Brasileira*, dentro da aba Comunidades, são as enquetes, os vídeos exclusivos para os membros do Clubinho (identificação das pessoas que assinam os conteúdos exclusivos do canal) e divulgação de outros trabalhos que os envolvam. Para fazer parte do Clubinho, os usuários pagam um valor de R$ 7,99 por mês para ter acesso às vantagens de possuir um selo personalizado de membro do canal; emojis personalizados para serem usados em comentários posteriores à transmissão e/ou no bate-papo ao vivo; publicações exclusivas na aba "Comunidade"; *lives* restritas e exclusivas e desconto de 15% nas coleções de camisetas e moletons vendidas pelo canal. As pessoas que aderem a esse serviço são denominadas Membros do Clubinho, termo criado pelo próprio canal.

[35] As *playlists* do canal variam de acordo com a programação do mês.

A aba “Loja” foi recentemente desenvolvida pelo YouTube como um espaço próprio para a comercialização de produtos criados por canais de destaque na plataforma. Sendo a primeira loja brasileira oficialmente integrada à maior plataforma de vídeos do mundo, a Lolja permite aos YouTubers a criação, exposição e venda de itens personalizados. O objetivo dessa parceria é otimizar a utilização dos usuários que, ao assistirem um vídeo sobre um determinado produto e sem a necessidade de sair da plataforma, possam realizar a compra do mesmo. Já na aba “Canais” ficam as sugestões para que os usuários se inscrevam em outros canais da plataforma; quem determina qual opção aparecerá como sugestão são os próprios administradores do canal. Por fim, a aba “Sobre” reúne informações a respeito do canal como: quantidade de visualizações, data de inscrição, números de inscritos, atualizados pelo YouTube, além de contatos e descrição sobre os conteúdos veiculados no canal, de responsabilidade dos criadores.

Ao término da *live*, o vídeo ainda continua disponível no canal e ainda é possível acompanhar o bate-papo que aconteceu durante a transmissão com duas opções de exibição do *chat*, uma onde todas as mensagens estarão visíveis e outra que ocorre apenas com a repetição das principais mensagens, com exclusão daquelas lidas como spam pela plataforma. Também é possível deixar um comentário na seção destinada a esse tipo de interação.

4.1.3. Lives realizadas no canal

De maneira geral, as *lives* do canal *Web TV* Brasileira apresentam um padrão de apresentação, como um roteiro. Em relação às transmissões que ocorriam após a exibição do *Big Brother Brasil 21* ao vivo na Rede Globo (existem também os “plantões”, que ocorrem logo após algum acontecimento importante dentro do jogo, independentemente do horário), o tempo médio de duração varia entre 40 e 50 minutos, podendo se estender até, no máximo, uma hora.

Ao todo, os vídeos apresentam seis ângulos e cortes diferentes, sendo eles: uma câmera focalizando Tati e outra apenas Marcelo; um ângulo fechado no rosto de Tati; uma imagem dividida entre os dois apresentadores, lado a lado; outra com ângulo aberto mostrando o ambiente onde ambos se encontram e a mais utilizada, a imagem de Tati à

esquerda e a reprodução do bate-papo ao vivo à direita, com rolagem automática das mensagens, que podem ser lidas a qualquer momento pelos apresentadores.

Os primeiros minutos são reservados para um breve comentário a respeito dos pontos altos do programa no dia em questão, seguidos do aviso para se inscrever no canal, deixar o "*like*", comentar e compartilhar. Esse pedido é feito novamente após mais ou menos meia hora de *live*. Para ilustrar os participantes e as situações a serem comentadas ao longo da *live*, o canal utiliza *prints* do programa exibido na Globo e fotos de divulgação. Dessa maneira, é possível identificar qual integrante está sendo citado ou em qual momento do jogo houve determinada conversa, por exemplo.

Durante toda a transmissão, o *chat* fica aberto e disponível para que qualquer pessoa possa comentar quando e quantas vezes quiser. Dentre as opções de interações do bate-papo, os apresentadores leem tanto os comentários pagos, por meio da ferramenta Super *chat,* quanto os comentários enviados normalmente. Porém, os comentários pagos recebem uma maior atenção, uma vez que o próprio propósito do recurso é gerar destaque ao conteúdo publicado. Geralmente, quem sinaliza os comentários a serem lidos é Marcelo, mas Tati também possui autonomia para ler quando quiser.

Ao longo da transmissão, os apresentadores indicam outros conteúdos produzidos por eles mesmos, como os plantões - já citados anteriormente; o quadro Hora da Fofoca; a venda das coleções de blusas e moletons com termos usados pelos usuários do canal; além do Construindo com TatiCelo - canal voltado para a construção da primeira casa do casal. Devido aos termos de uso da plataforma, conteúdos como trechos do programa não podem ser veiculados sem a respectiva autorização. Com isso, o canal acaba utilizando outras redes sociais para compartilhar os vídeos e acabam citando as mesmas nas transmissões como mais uma forma de consumo de conteúdos voltados ao *Reality*.

Ao final de todas as transmissões, ambos os apresentadores mandam beijos para os usuários presentes no *chat.* A seleção dos nomes é feita aleatoriamente, de acordo com os comentários que vão aparecendo para eles. Outro padrão são as frases "E você que esteve ao vivo *con nosotros*" e "Um beijo. Amo 'ocês' tudo. Fui".

Atualmente, todos os conteúdos produzidos pelo canal *Web TV Brasileira* são integralmente feitos a partir de transmissões ao vivo diárias. Sendo assim, as *lives* podem ser

consideradas o principal recurso utilizado pelo canal, dentre as ferramentas disponibilizadas pelo YouTube, para aproximar e aumentar a interação entre os usuários da plataforma. Entretanto, outras formas de engajamento também são usadas, como as enquetes, frequentemente ativas na aba "Comunidade"; a parceria com a loja oficial do YouTube Brasil; além dos comentários. Esse último possui papel fundamental no desenvolvimento dos conteúdos produzidos por Tati e Marcelo, uma vez que a participação dos usuários no *chat* influencia diretamente no rumo das discussões abordadas e até mesmo no próprio material elaborado durante as transmissões.

As enquetes criadas pelo canal são sempre voltadas para perguntas referentes ao andamento do jogo, como: quem ganha determinada prova? Quem será eliminado? Essa ferramenta permite ainda que os usuários façam comentários a respeito do questionamento levantado na enquete e/ou sobre as respostas obtidas após votação, que, inclusive, só ficam visíveis depois que o usuário escolher uma das alternativas. Além disso, também é possível marcar as opções de "gostei" e "não gostei". E como forma de integrar as respostas adquiridas na enquete, junto às *lives* do canal, todas as respostas, desde as parciais até o desfecho do questionamento, são por vezes debatidas nas transmissões ao vivo junto aos outros participantes do *chat*.

O canal *Web TV Brasileira* possui uma coleção de roupas com frases inspiradas em termos frequentemente usados e citados pelos apresentadores e pelas pessoas que interagem nas lives. Essas peças são conhecidas pelos usuários como os "mantos" e, ao adquirir algum item da coleção, as pessoas se intitulam "uniformizadas". Essas expressões são usadas diversas vezes nas *lives*, e a parceria entre a Lolja e o Youtube, permite além de uma maior divulgação das roupas, que aparecem abaixo dos vídeos (na parte da descrição) e na aba exclusiva "Loja", a possibilidade de compra diretamente na plataforma. Isso afeta pontualmente nas interações dos usuários, que, ao comprarem as peças, passam a ter o reconhecimento público de WebTVzeiro.

A presente participação dos usuários é notada a todo momento e a possibilidade de "dar voz" ao público, sempre interagindo e abrindo espaços para discussões pautadas a partir da participação dos mesmos, é uma marca do canal. A utilização de termos específicos, como citados acima, torna-se uma espécie de dialeto próprio ao canal e ao seus usuários, que a todo momento citam frases como: "ranços são eternos", "falô trouxa", "faz murrinho", "team

treta" e diversas outras expressões. Além disso, a forma que os apresentadores utilizam para pedir para que os usuários se inscrevam no canal, curtam e comentem é feita sempre da mesma forma, com a justificativa de que eles são "Mó gente boa" e que estão ali todos os dias. A técnica de mandar beijo para as pessoas ativas no bate papo também pode ser considerada como uma das dinâmicas de engajamento usadas. Criar o termo WebTVzeiro também reforça o sentimento de pertencimento em relação aos usuários do canal. E, dentre todas essas dinâmicas de engajamento, a leitura dos comentários se configura como uma das principais ferramentas. Partindo da leitura das mensagens, tanto dos comentários pagos por meio da ferramenta *Super Chat*, quanto aos enviados normalmente, a participação dos usuários se torna primordial para o desenvolvimento das transmissões ao vivo.

Analisando as três *lives* de maior visualização da playlist "BBB 21" e as mensagens enviadas por meio do Super Chat, percebe-se que, além de ter a possibilidade de expressar sua opinião sobre o programa e sobre os apresentadores, o usuário também influencia, em tempo real, no direcionamento da *live*. Seguindo o roteiro das transmissões, descrito anteriormente, a leitura das mensagens ocorre em média a cada dois minutos e, de forma geral, existem duas principais vertentes: uma voltada para comentários feitos exclusivamente para os apresentadores, como elogios e solicitações para envio de beijos; e outra voltada para mensagens relacionadas ao desdobramento do programa *Big Brother* Brasil.

Observando a *live* feita no dia da eliminação da participante Karol Conká, é possível notar tais perspectivas, como, por exemplo, o comentário feito pela fã Ariane, que disse: "*Tati descobri hj que uma amiga da Noruega tbm é webtevezeira. Manda um beijo pra ela Alícia Foragida* 👊"[36]; e por "judasneto", que, diferente de Ariane, comentou sobre a participação da eliminada do dia (Karol Conká) no programa do Gshow: "*conka no Gshow tá se colocando como vítima na treta com a Camila e disse que suas brigas só ganham repercussão pois ela é a conka*". Os usuários também sentem liberdade para comentar a respeito de suas próprias vidas, como foi visto em comentários na *live* de eliminação do participante Nego Di, sendo o caso de Mônica Coimbra, que enviou a mensagem: "*Eu dos meus 44 anos, vendo o Gil com 28 anos já ser doutorando...acho muita coisa, fico impressionada. Custei muito terminar meu mestrado em economia com 30, doutorado só consegui fazer 10 anos depois. Esse cara é determinado"*.

[36] Os comentários apresentam erros ortográficos, de concordância e digitação, mas serão transcritos na íntegra.

Tais comentários exemplificam os conceitos abordados no referencial teórico, como por exemplo a interconexão (SANTAELLA, 2010), que possibilita a indivíduos de diversas partes do mundo a chance de se relacionarem com outras pessoas em diferentes localidades, por meio da tecnologia. Como citado na mensagem da fã Ariane, que descobriu que uma amiga da Noruega também acompanhava o canal *Web TV*. Outra definição apresentada no trabalho, é a convergência dos meios de comunicação (JENKINS, 2009), ilustrada no comentário do usuário "judasneto", que, ao informar sobre a participação da eliminada Karol Conká no programa Gshow, demonstra o modo como os conteúdos permeiam os mais diversos meios midiáticos, e como o público transita por múltiplas plataformas em busca daquilo que deseja.

Outro ponto fundamental na participação dos usuários é a construção conjunta de conteúdos. Na *live* a respeito da final do *Big Brother Brasil*, onde um dos participantes é consagrado campeão da edição, quatro comentários influenciaram diretamente no conteúdo apresentado por Tati e Marcelo. O primeiro a ser lido, logo no início da *live*, foi além de informações sobre o *reality* e desencadeou um posicionamento de Tati a respeito da pandemia do coronavírus, suas consequências e a importância de se ter o devido cuidado com a doença; nele, o fã Pablo Henrique disse: *"Para todos os Webtvzeiros que estão de luto por Paulo Gustavo. Uma perca [sic] para comédia brasileira. Um gênio que de forma leve, levou resistência contra homofobia. Vá em paz Paulo Gustavo"*. Outra mensagem que impactou nos rumos da transmissão, feita por Renatasyll, informa sobre o parecer de um dos participantes, que não gostou de uma brincadeira feita na edição do programa exibido na Rede Globo, e fez publicações a respeito no Instagram: *"CAIU POSTOU UM STORYS CHATEADO VAI LÁ TATI. ME NOTA TATICELO AMO VOCÊS"*. Após ler a mensagem, os apresentadores foram até o perfil do participante Caio Afiune e reproduziram todos os stories referentes ao então descontentamento de Caio com a produção do *reality*. Outro comentário, feito por Maximiniano Nascimento, informava sobre o compartilhamento da transcrição completa do discurso feito por Tiago Leifert, ao anunciar Juliette como a grande campeã da edição: *"Mandei a íntegra da transcrição do discurso do Tiago por e-mail pra vocês. E ontem foi meu niver. 38 anos. Faz murrim"*. Os apresentadores agradeceram o envio e leram todo o discurso. O quarto e último comentário também pode ser citado na coprodução da *live* a partir do questionamento feito por Willy Gregory: *"Tati, conta o teor da sua conversa com o Gil depois da Live de ontem!!"*.

Todas essas mensagens evidenciam o conceito de inteligência coletiva (LÉVY, 1999), que observa que, ao reunir um grupo de pessoas, por meio da tecnologia, para debater sobre determinados assuntos, ocorre uma transferência de informações por meio da junção de conhecimentos. Ou seja, a própria comunidade assume a responsabilidade de impulsionar o conhecimento por intermédio da colaboração geral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar que formas de participação se constroem a partir das *lives* do BBB 21 no canal *Web TV Brasileira*. Para responder a tal problema, o trabalho teve como objetivos específicos identificar como a plataforma do YouTube favorece as interações dos fãs de *Big Brother Brasil,* usuários do canal *Web TV*; analisar as dinâmicas de engajamento usadas pelo canal *Web TV Brasileira* durante as lives; observar os tipos de interações e engajamentos feitos pelos fãs do *Big Brother Brasil* que consomem os conteúdos do canal Web TV Brasileira. A análise se dividiu em três etapas: a arquitetura da plataforma YouTube, com atenção aos recursos para interação e participação; o modo como o canal Web TV Brasileira se apropria de tais recursos; as interações ocorridas entre canal e fãs durante as *lives* sobre o BBB 21.

Após esse percurso, foi possível observar que as interações mediadas pelo canal podem ser compreendidas a partir da cultura da convergência, configurando-se como um produto da cultura participativa, onde os usuários assumem papel significativo na produção do conteúdo desenvolvido nas *lives*. Também foi observado que o público do canal cria uma grande identificação com os apresentadores e, por muitas vezes, consome os conteúdos apenas por gostar de acompanhar os comentários e opiniões de Tati e Marcelo. Entretanto, isso não diminui o fato de que ocorrem interações significativas que interferem na produção das *lives*

A partir das análises dos comentários, foi possível perceber os diversos conceitos abordados ao início desta pesquisa, principalmente os de Henry Jenkins (2009), que se refere à cultura participativa como a capacidade que o público tem em assumir uma relação direta com a produção de conteúdos midiáticos. A utilização dos recursos disponibilizados pela

plataforma do YouTube também deixa claro que as dinâmicas usadas pelo canal favorecem a participação dos usuários. As enquetes, por exemplo, possibilitam que o público se sinta mais presente nos conteúdos desenvolvidos, expressando seus sentimentos e vontades em relação ao futuro do programa. Já os comentários se configuram como um canal direto de contato entre os usuários e os apresentadores, assumindo a principal função de participação. A possibilidade de enviar mensagens sobre determinados assuntos e a partir disso gerar novos conteúdos nas transmissões ao vivo, mostra que o público possui papel ativo na dinâmica de construção das *lives*. Outros elementos, como as coleções de roupas com clássicas frases utilizadas durante as *lives* e o termo *WebTVzeiro*, reforçam o sentimento de pertencimento e sinalizam o orgulho dos usuários em participar de tal comunidade.

Conclui-se também que o conceito de inteligência coletiva se mostra adequado para a análise dos conteúdos desenvolvidos pelo canal *Web TV*, sendo que, ao reunir dezenas de milhares de espectadores simultâneos, que ao mesmo tempo estão veiculados em outros canais, tendo a acesso a novas informações sobre determinado assunto e ao se reunirem nas *lives* compartilham tais dados, surge o conceito criado por Pierre Lévy (1999).

Sendo assim, os objetivos propostos para esse trabalho foram alcançados, mapeando a plataforma YouTube e identificando como ocorrem as relações de troca entre os produtores de conteúdo e seus usuários e quais participações surgem a partir dela.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRADORES. **“Como surgiu o Big Brother Brasil?”** 2021. Disponível em https://administradores.com.br/artigos/como-surgiu-o-big-brother-brasil. Acesso em: 7 de março de 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-266.

BOOTH, Paul. **Digital Fandom: New Media Studies**. Nova York: Peter Lang, 2010.

BURGESS, Jean e GREEN, Joshua. **YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade.** São Paulo: Aleph, 2009.

CAMPANELLA, Bruno. **Perspectivas do Cotidiano: um estudo sobre os fãs do programa Big Brother Brasil.** Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

CANALTECH. **A febre do BBB e por que gostamos de "cuidar da vida dos outros"**. 2021. Disponível em https://canaltech.com.br/series/a-febre-dos-reality-shows-e-por-que-gostamos-de-cuidar-da-vida-dos-outros-160999/ . Acesso em: 9 de março de 2021.

CANAL WEB TV BRASILEIRA. Disponível em https://www.youtube.com/channel/UC0LlPl_mWhIFqVxcH1l3xpQ. Acesso em: 7 de março de 2021.

EXAME. **Por que o BBB faz tanto sucesso, segundo pesquisadores.** 2021. Disponível em https://exame.com/ciencia/por-que-o-bbb-faz-tanto-sucesso-segundo-pesquisadores/. Acesso em: 14 de maio de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** 6ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2008.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

HELEN, Julia. **RESENHA da obra CULTURA DA CONEXÃO de JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. Editora ALEPH, 2014**. Disponível em https://www.fapcom.edu.br/wp-content/uploads/2019/05/RESENHA-da-obra-CULTURA-DA-CONEX%C3%83O-de-JENKINS.pdf. 2019. Acesso em: 30 de abril de 2021.

LEMOS, André. Cibercultura, Cultura e Identidade. Em direção a uma "Cultura Copyleft"?. São Paulo, 2004

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, Luís Roberto Guerreiro. **Ciberespaço, cibercultura e a utilização da web 2.0 na aprendizagem colaborativa através da ferramenta Google Docs.** Tese (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes.** 1ª Edição, Petrópolis, Editora Vozes. 2018.

MEMORIAL GLOBO. **Big Brother Brasil** 2021. Disponível em https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/reality-shows/big-brother-brasil/. Acesso em: 9 de março de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. et al. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ª Edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

ROCKCONTENT. **Referências Bibliográficas da ABNT: qual é o padrão e como fazer a referência bibliográfica em um artigo?** Disponível em https://comunidade.rockcontent.com/referencia-bibliografica-abnt/. 2019. Acesso em: 21 de maio de 2021.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Manual (pós-graduação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

O'REILLY, Tim. **What Is Web 2.0?** Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software in MANDIBERG, Michael. The Social Media Reader. New York: New York University Press, 2012.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura e artes do pós-humano:** Da cultura das mídias à cibercultura. 4ª Edição. São Paulo, Editora Paulus, 2010.

SOUZA, Caroline Mazzer de. **A CULTURA PARTICIPATIVA NO YOUTUBE: Relação entre ídolos-fãs em canais brasileiros.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação , Bauru, 2020.

Ferramentas de Comunicação no Combate à Violência Doméstica na Pandemia: análise das estratégias do perfil *@JusticeirasOficial* no Instagram

Communication Tools for Combating Domestic Violence in the Pandemic: Analysis of the Strategies of the @JusticeirasOficial Instagram Profile

[37]SANTOS, Jéssica Campos.

[38] SOUZA, Flávia Costa de.

Resumo: O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar sobre o impacto do perfil @JusticeirasOficial no Instagram no combate a violência doméstica durante a pandemia. Haja vista, que com a pandemia do Covid-19, muitas mulheres ficaram isoladas em suas casas, facilitando, assim, os casos de violência contra a mulher por seu companheiro. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que permitiu mais informações que afirmam sobre a contribuição do objeto de estudo como ferramenta tecnológica de informação e orientação multidisciplinar para as mulheres que sofrem violência doméstica, e não sabem a quem recorrer. Espera-se que, por meio do estudo das redes sociais, como o Instagram, possa surgir o entendimento dessa ferramenta como uma possibilidade de utilidade pública, com informações e orientações úteis para a sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Instagram. Violência. Mulher.Tecnologia.Pandemia.

Abstract: *This Course Conclusion Paper aims to analyze the impact of the @JusticeirasOficial profile on Instagram in combating domestic violence during the pandemic. Given that with the Covid-19 pandemic, many women were isolated in their homes, thus facilitating cases of violence against women by their partner. For that, a bibliographical research was carried out, which allowed more information that affirm the contribution of the object of study as a technological information tool and multidisciplinary guidance for women who suffer domestic violence, and who do not know who to turn to. It is expected that, through the study of social networks, such as Instagram, the understanding of this tool as a possibility of public utility, with useful information and guidance for contemporary society, may emerge.*

Keywords: *Instagram. Violence. Woman.Technology.Pandemia.*

---

[37] Graduanda em Publicidade e Propaganda. Promove, 2021.

[38] Profª. Orientadora. Mestre em Comunicação e Estudos da Mídia, pela PUC Minas, 2010.

1 INTRODUÇÃO

Considerado o presente contexto de isolamento social, diante das consequências da pandemia do Covid-19, este trabalho vem apresentar um tema considerado necessário para os trâmites da comunicação, em que as tecnologias e as mídias digitais passam a ser elementos de grande importância para as relações entre as pessoas.

A ideia é analisar aspectos relevantes sobre o perfil Justiceiras Oficial, do Instagram, que tem a finalidade de ajudar mulheres que se encontram em situação de violência doméstica. Dentre isso, este estudo analisa o impacto dessas tecnologias na vida das pessoas e busca compreender como as mídias digitais contribuem para o combate à violência.

Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico teórico, com as principais ideias de autores que descrevem esta relação entre sociedade, tecnologia e redes sociais. O autor Castells (1999) nos elucida sobre o impacto das tecnologias na vida das pessoas da sociedade contemporânea, em todos os aspectos do cotidiano, com a ideia de que o mundo está em constante transformação.

Já Jenkins (2015) e Santaella (2003), ajudam a entender melhor de que forma os espaços midiáticos digitais convergem as informações, resultando na interação de diversas formas pelos usuários. Os autores denominam a cibercultura como uma cultura digital efetiva na atualidade.

Além da análise do perfil no Instagram “Justiceiras Oficial”, foi realizada uma entrevista com a Policial Civil Aline Risi. Ela, por sua profissão e atuação, está ligada e engajada aos problemas atuais de violência contra a mulher. O objetivo da entrevista foi entender sobre sua visão e relação prática e atual da lei, bem como a relação estabelecida entre as redes sociais e os públicos, em perfis que possuem um papel de utilidade pública na sociedade.

A entrevista foi realizada para constatação de informações, pois trata-se de respostas de uma pessoa que tem a vivência do problema, e que, ainda, se encontra na ponta do processo em que se desenvolve a solução. Assim, foi possível afirmar alguns dados que, apesar de estarem disponíveis na internet, não eram de fontes seguras ou atualizadas,

considerando o fato de que a pandemia é, hoje, durante a escrita deste artigo, um assunto ainda em transformações. Muitas vezes esses dados eram necessários para a compreensão das informações analisadas.

Antes mesmo da entrevista, já era uma proposta deste trabalho analisar o perfil Justiceiras Oficial, como objeto de estudo. Isso com o objetivo de entender como as ações, por meio das tecnologias digitais, como o Instagram, podem promover interação e informação à sociedade. O que ocorreu foi uma junção, portanto, dos dois métodos.

Dito isso, os objetivos do trabalho são analisar como é construído o discurso no combate à violência contra a mulher no perfil @justiceirasoficial e explanar suas ações que contribuem para sanar o problema social apresentado.

Esses objetivos vêm ao encontro de responder o seguinte problema de pesquisa: Qual o discurso utilizado no objeto de estudo que possa favorecer o combate da violência contra a mulher?

Os procedimentos metodológicos, entrevista e conteúdo, nos mostram que o trabalho de informação e ajuda no combate a violência doméstica contra a mulher, tanto nas redes sociais, como nas instituições legais, têm um grande papel de responsabilidade social, para propor ações que, realmente, possam combater a violência contra à mulher. Por isso, é importante unir essas suas formas de assistência para fortalecer a proposta.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cibercultura

Para que a pesquisa fosse iniciada de acordo com o tema proposto, foi necessário compreender os caminhos e as fontes que levaram às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como a cultura contemporânea. Tudo dentro da área de estudos que vem sendo chamada de cibercultura. De acordo com as bibliografias estudadas, acredita-se que

esta nova dinâmica tem influenciado a sociedade contemporânea em diversos aspectos da vida em todo o mundo.

De acordo com alguns autores lidos para este trabalho, a sociedade passa por transformações constantemente. Em cada época, a vida das pessoas se modifica, com cada criação e invenção do homem. Dentre elas, vive-se na era digital, em que a sociedade é permeada pelas novas tecnologias e seus recursos midiáticos. Suas redes virtuais promovem a interação e conexões. Elas se caracterizam por serem simultâneas, anônimas, coletivas, além de fornecerem outras formas de informações a todo momento, e em todos os espaços da sociedade. Castells (1999) analisa a tecnologia como transformações na sociedade:

> O nosso mundo está em processo de transformação estrutural desde há duas décadas. É um processo multidimensional, mas está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação, que começaram a tomar forma nos anos 60 e que se difundiram de forma desigual por todo o mundo. Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia. (CASTELLS, 2005, p. 17)

Segundo Martino (2014), o termo cibercultura se refere às relações sociais em que acontecem as produções artísticas, intelectuais e éticas do ser humano no ciberespaço, isto é, por meio de redes ligadas por computadores. As relações que acontecem nesse ambiente *online* são extensões do que primeiramente é construído no ambiente *offline*.

> [...] a cibercultura não é uma marco zero da humanidade, mas traz uma série de particularidades por acontecerem em um espaço conectado por computadores. Em outras palavras, é a cultura - entendida em um sentido bastante amplo como a produção humana, seja material, simbólica, intelectual - que acontece no ciberespaço (MARTINO, 2014, p. 27).

A partir de Jenkins (2015), pode-se entender que, no ambiente em que as mídias convergem, a circulação de conteúdos acontece por meio da participação ativa dos consumidores. Para ele, a convergência proporciona uma transformação cultural quando

internautas são movidos a procurar novas informações e estabelecer conexões em diversas mídias de ligação.

Santaella (2003) denomina a cibercultura como cultura digital, que, consequentemente, dá origem ao fenômeno conhecido como "cultura das mídias". Ela explica que foi a partir dos anos 1980 que começou a acontecer o casamento entre linguagens e meios, multiplicando as mídias e produzindo mensagens híbridas, encontrados em literaturas, jornais, revistas, telejornais e radiojornais.

Segundo Pierre Lévy (1999), o ciberespaço é o que suporta e ocasiona o desenvolvimento da inteligência coletiva, assim como mantém a revolução das redes digitais interativas, ou redes sociais, conforme cada autor denomina.

É compreendido que o mundo contemporâneo é controlado pelos recursos tecnológicos, e principalmente por suas mídias digitais. E isso tem feito com que as pessoas assumam um novo modo de vida virtual, em que os ciberespaços sejam seus lugares de encontros, informações, interações, formações e desabafos. Apoiando-se neles para resoluções de conflitos e problemas que devem ser resolvidos por órgãos competentes (SANTAELLA, 2003).

Porém, são meios de grande importância na sociedade. A cibercultura é, segundo Lemos (2002) a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais, um presente real e que veio para ficar e fazer parte da vida das pessoas.

> A nova dinâmica técnico-social da cibercultura instaura uma estrutura midiática ímpar na história da humanidade onde, pela primeira vez, qualquer indivíduo pode, a priori, emitir e receber informação em tempo real, sob diversos formatos, e modulações da escrita, imagética e sonora) para qualquer lugar do planeta. Esse fenômeno inédito alia-se ainda a uma transformação fundamental para a compreensão da cibercultura, a saber, a transformação do computador pessoal em um instrumento coletivo e deste ao coletivo móvel (com a atual revolução do "Wi-Fi", que será com certeza a nova etapa da cibercultura). (LEMOS, 2002, p.3)

De acordo com o autor, é preciso nos concentrar nas diversas oportunidades que se abrem e desconstruir discursos alicerçados em preceitos que não se comprovam nas atuais estruturas técnico-sociais. Essas oportunidades se estendem em relação à representatividade

das novas tecnologias de comunicação e informação em sua relação com a vida social do presente.

Por isso, não é possível compreender a cibercultura sem uma perspectiva histórica, nos diversos desdobramentos sociais, econômicos, culturais, cognitivos e ecológicos da relação do homem com a cibercultura.

Neste processo, a partir dela, surge a relação da tecnologia com a modernidade, que se caracterizou pela dominação, por meio do projeto racionalista-iluminista, da natureza e do outro. O mundo virtual e tecnológico se aliam para as mais variadas atividades do mundo contemporâneo. De onde estiver, com apenas um toque no celular, pode-se interagir com o mundo. (LEMOS, 2002)

Diante a isso, percebe-se que a cibercultura está e é presente na sociedade, já tem seu pertencimento à forma de vida das pessoas. Por meio das inúmeras práticas comunicacionais da cibercultura, existentes e acessíveis no mundo inteiro, indiferente de classe social, religião, raça e outros, é possível conectar aqueles que possuem acesso à internet e seus recursos midiáticos, diariamente. Possibilitando as mais diversas atividades e ações em todos os âmbitos, fazendo todas essas coisas ao mesmo tempo, interagindo, se expressando, aprendendo, prestando serviços e informações para o bem comum.

> A cibercultura instaura um espaço de fluxos planetários de informações binárias que trazem à tona uma nova problematização dos espaços de lugar nas cidades contemporâneas. Há diversos projetos que visam articular esses espaços na cidade sob o nome genérico de cibercidades. Todos têm como objetivo principal aproveitar o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação para, em tese, reaquecer o espaço público, recuperar o interesse pelos espaços concretos das cidades, criar novas formas de vínculo comunitário, dinamizar a participação política e ajudar a população na apropriação social dessas tecnologias. (LEMOS, 1999, p.8)

Neste sentido, as leituras até aqui apresentadas sugerem que as novas ferramentas de comunicação geram, efetivamente, outras formas de relacionamento social. Essas ferramentas são as possibilidades da cibercultura, que contempla diversas maneiras de relacionar. É possível comunicar e interagir com o outro e com o mundo inteiro sem sair de casa, ou do lugar, apenas utilizando um aparelho tecnológico e mídias digitais contidas nele. Por meio da internet, que conecta todos e tudo, ao mesmo tempo, de maneira visível ou anônima,

acontecem reflexos das novas práticas sociais, exercida, cada vez mais, pela sociedade contemporânea.

Diante disso, entende-se a crescente necessidade que a sociedade tem em manter-se conectada e se relacionar diariamente com as mais variadas tecnologias, principalmente aquelas que utilizam a internet, como uma porta de fácil acesso ao mundo das informações e interações em todos os âmbitos da sociedade.

Nos mais variados espaços, localidades, onde a geografia espacial não limita mais, as pessoas se comunicam, sem sair de casa, e conhecerem sobre os mais diversos assuntos.

> O processo atual de transformação tecnológica expande-se exponencialmente em razão de sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida. Vivemos em um mundo que se tornou digital. (CAPELLARI, 2002, p.17)

Nesta perspectiva, a cibercultura possui um papel de relevância na sociedade e movimentos das culturas humanas para um espaço conectado. Promovendo espaços e culturas de comunicação virtual, em diversas formas e assuntos, como as relações sociais, artísticas, intelectuais, éticas e outras que contemplam a vida dos seres humanos.

E assim, nesses espaços, as pessoas podem se manifestar, debater, promover conhecimentos, informações e levantar bandeiras que contribuem para que causas ganhem força e voz, diante do mundo inteiro, no conceito da cultura digital. Dentro dessas possibilidades, estão as redes sociais, que agrupam e conectam as pessoas, com recursos para dar-lhes voz.

2.2 Redes Sociais

Segundo Rodrigues (2016), a internet oferece distintas formas de se comunicar e interagir, nas variadas imagens, trazendo uma experiência social. Isso possibilita que o usuário demonstre o comportamento do seu cotidiano, adequando-se às suas necessidades em todas as condições: econômicas, políticas, educacionais e até mesmo nas próprias relações sociais, em meio às redes.

Seu trabalho diz que estudar redes sociais, portanto, é estudar os padrões de conexões expressos no ciberespaço. É explorar uma metáfora estrutural para compreender elementos dinâmicos e de composição dos grupos sociais.

De acordo com Castells (1999), ainda no prólogo de sua obra Sociedade em Rede,, denominado A Rede e o Ser, existe um emergente fenômeno de informatização que é irreversível, Fala também do novo liberalismo mundial em que tudo é justificado em função do mercado.

O autor afirma que, na sociedade onde convivem a rede e o ser, a fragmentação social se propaga gerando situações que desestruturam os movimentos sociais, causam problemas entre as normas internacionais e a oposição política torna-se inexistente.

Neste contexto, o que mais chama a atenção é o fato das sociedades estarem cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a rede e o ser. Desse modo, pode-se dizer que, nessas sociedades, só mesmo uma redefinição profunda do ser humano permitirá vencer as resistências e os obstáculos de uma sociedade emergente - a sociedade em rede.

É nessa redefinição do ser humano, embutida nessa sociedade, que se posiciona esse estudo, porque ela mexe com o indivíduo a ponto de redesenhar uma profunda sensação de isolamento. Isso devido ao fato do ser estar sem identidade, sem base de princípios e valores coerentes que possam orientar melhor o seu processo comportamental. Há, portanto, uma necessidade constante de definir diretrizes para uma nova vida.

As redes sociais fazem uma conexão entre pessoas, porém com diferentes meios de interação. Suas formas de contato são bem semelhantes a uma conversação. A ligeira diferença é que não é necessário estar frente a frente para que isso ocorra. Segundo Recuero (2009) a palavra “rede” seria uma descrição das conexões feitas pelas pessoas que dela participam, como se todos estivessem na mesma “sala” em uma mesma conexão.

> As redes sociais podem ser entendidas como um tipo de relação entre humanos pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica de seus participantes. Apesar de relativamente antiga nas ciências humanas, a ideia de rede ganhou mais força quando a tecnologia auxiliou a construção de redes sociais conectadas pela internet, definidas pela interação via mídias digitais (MARTINO, 2014, p. 55).

Para Martino (2014), a ideia de “redes sociais” parte de um conceito desenvolvido pelas Ciências Sociais como forma de explicar tipos de relações interpessoais. O uso desse conceito no ambiente virtual transpõe um padrão de análise social para o espaço virtual, em que os vínculos são mais frágeis.

Quando se trabalha com redes sociais na Internet, os atores são constituídos de maneira um pouco diferenciada. Por causa do distanciamento entre os envolvidos na interação social, principal característica da comunicação mediada por computador, os atores não são imediatamente discerníveis. Assim, para aplicação da metáfora da rede, é preciso identificar o reflexo da participação de um ator, uma individualização, uma identidade construída.

Os atores no ciberespaço, assim, podem ser compreendidos como os indivíduos que agem através das ferramentas de comunicação mediadas por computador. Utilizando ferramentas de identificação, tais como o uso de *nicknames*, fotografias, linguagem, entre outros. Eles auxiliam a construir uma percepção de um outro. Por isso, essas páginas podem ser consideradas como reflexos dos atores que as publicam/mantêm e, assim, como constituintes dos nós das redes sociais analisadas.(RECUERO, 2001)

> As tecnologias digitais responsáveis em ampliar as possibilidades no campo da Comunicação Social, que passou da era da escassez de informação, que atravessou séculos, para a era da Big Data. “Nessa estrutura informacional emergem possibilidades de estabelecer diferentes tipos de relação entre emissor de conteúdo informativo de relevância social e audiência” (MARTINO apud LIMA, 2011, p. 24).

Dessa forma, o estudo mostra que as tecnologias digitais possuem grande influência na vida das pessoas, e tem um papel importante na sociedade atual em todos os aspectos da vida..

Em contrapartida, é preciso se atentar para as possibilidades que as mídias tecnológicas têm empregado nessa geração de crianças, jovens, adultos e idosos, que traduz em respostas de que a tecnologia está moldando a sociedade contemporânea. (CASTELLS,1999).

Esse pressuposto gera explicações frágeis, mas fáceis de compreender, e que, por isso, oferecem uma ilusão de segurança e solidez que pode ser reconfortante em um contexto conturbado como o nosso. (RECUERO, 2009)

As redes sociais representam, para sociedade atual, fontes de emprego, educação, interação, oportunidade de carreira, e segurança também. Os diversos perfis criados propõem informações, aceitação, e meios de comunicação possibilitando assim, que o sujeito acredite que neste espaço ele será ouvido, ajudado e compreendido em suas necessidades.

> Nas redes sociais, cada indivíduo tem sua função e identidade cultural. Sua relação com outros indivíduos vai formando um todo coeso que representa a rede. De acordo com a temática da organização da rede, é possível a formação de configurações diferenciadas e mutantes. (TOMAÉL; ALCARÁ; DI CHIARA, 2005, p. 93).

Essa ideia promove às pessoas ligadas às redes sociais, antes mesmo, do início da pandemia do COVID-19, já existia um distanciamento social, então o que aconteceu foi que as vítimas em potencial, desse tipo de violência, ficaram mais exposta ao agressor, por não estar em isolamento social diário. De qualquer situação de conflitos ou violências, acreditam que, nas redes sociais, estão mais seguras e terão mais suporte, do que os órgãos competentes existentes na sociedade, como instituições sociais, devido ser um espaço aberto, sem restrições e burocracia, em face às demais instituições de proteção à mulher.

> As redes sociais na internet vêm sendo reconhecida justamente como agrupamentos complexos instituídos por interações sociais apoiadas em tecnologias digitais de comunicação. A metáfora da rede é mobilizada, em seu trabalho, para pensar os aspectos individuais, coletivos e tecnológicos dos agrupamentos humanos na internet. (RECUERO, 2009, p.13)

A pesquisa se faz entender que este assunto é complexo, devido ser algo que já faz parte da vida das pessoas e sociedade, em todos os aspectos. Portanto, é preciso atentar que os meios de comunicação digitais, como as redes sociais na internet, não são apenas mais recursos tecnológicos, mas meios importantes, e alguns casos, únicos de pessoas que não conseguem se expressar de outra forma, a não ser pelas mídias.

Por fim, é preciso ressaltar que este estudo não é sobre as redes sociais, especificamente, mas sim, uma abordagem que tem influenciado de forma significativa às mulheres que sofrem de algum tipo de violência a buscar ajuda, ou informação em perfis das redes sociais que existem para ajudar essas mulheres, que sofrem caladas e sozinhas isoladas suas casas. Por isso, a relação de violência contra a mulher durante a pandemia, que é o objeto de estudo do presente trabalho. E para isso, é fundamental conhecer a influência das redes sociais na vida das pessoas em diversos aspectos.

2.3 Semiótica

Para que seja possível compreender a temática abordada foram explanadas concepções importantes sobre as formas e recursos tecnológicos digitais de se comunicar na era virtual.

De acordo com Santaella (2003), "O nome Semiótica vem da raiz grega *semeion*, que quer dizer signo. Semiótica é a ciência dos signos, referente a linguagem". Para isso, nesta sessão será realizado um estudo sobre a Semiótica, diante da necessidade de alcançar as informações relevantes sobre o tema principal que estuda o discurso produzido pelo Instagram “Justiceiras Oficial” sobre a violência contra a mulher durante a pandemia.

A autora ressalta que a Semiótica é a ciência geral de toda e qualquer linguagem, na maneira de expressar, comunicar e dar por entendido, seja de forma verbal ou não-verbal. Porém, segundo Bertrand (2003), em seu estudo, a linguagem não se trata mais do signo, mas de significação. Veja o que diz Santaella:

> Cumpre notar que a ilusória exclusividade da língua, como forma de linguagem e meio de comunicação privilegiados, é muito intensamente devida a um condicionamento histórico que nos levou à crença de que as únicas formas de conhecimento, de saber e de interpretação do mundo são aquelas veiculadas pela língua, na sua manifestação como linguagem verbal oral ou escrita. O saber analítico, que essa linguagem permite, conduziu à legitimação consensual e institucional de que esse é o saber de primeira ordem, em detrimento e relegando para uma segunda ordem todos os outros saberes, mais sensíveis, que as outras linguagens, as não-verbais, possibilitam. (SANTAELLA, 2003, p.7)

O ser humano é um ser racional e social, por isso, um dos seus aspectos principais é o de se comunicar com o outro de forma racional, verbal e de outras formas não verbais. Se comunicar e expressar é intrínseco ao homem. Ele precisa disso para manter suas relações e evoluir. Tanto que, hoje, as pessoas vivem em uma sociedade civilizada, onde o fator preponderante foi a ação da comunicação, por meio de todas as linguagens, onde surge a semiótica.

Neste contexto, a autora explica que a Semiótica, aquela que é a "mais jovem ciência a despontar no horizonte das chamadas ciências humanas" (SANTAELLA, 2003), teve um peculiar nascimento, assim como apresenta, na atual fase do seu desenvolvimento histórico, uma aparência não menos singular. A primeira peculiaridade reside no fato de ter tido, na realidade, três origens ou sementes lançadas quase simultaneamente no tempo, mas distintas no espaço e na paternidade: uma nos EUA, outra na União Soviética e a terceira na Europa Ocidental. (SANTAELLA, 2003)

Portanto, nessas grandes mudanças e invenções do homem diante da tecnologia e seus recursos midiáticos, compreende-se que a comunicação, também, passou por consideráveis transformações, em que é proporcionado às pessoas diversas formas de linguagens, na jornada das ciências modernas.

> O termo linguagem se estende aos sistemas aparentemente mais inumanos como as linguagens binárias de que as máquinas se utilizam para se comunicar entre si e com o homem, a linguagem do computador, por exemplo, até tudo aquilo que, na natureza, fala ao homem e é sentido como linguagem. Haverá, assim, a linguagem das flores, dos ventos, dos ruídos, dos sinais de energia vital emitidos pelo corpo e, até mesmo, a linguagem do silêncio. Isso tudo, sem falar do sonho que, desde Freud, já sabemos que também se estrutura como linguagem. (SANTAELLA, 2003, p.9)

Nesta perspectiva, a autora deixa claro que as linguagens estão no mundo e o homem está na linguagem. Para tanto, a semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido. (Santaella, 2003).

Diante dos pressupostos apresentados até aqui, considera-se que a forma de comunicar pode até ter mudado diante das redes sociais, mas ela é algo inerente ao ser humano. Ao longo do tempo foi adaptando e ocupando espaços de formas diferentes, e por meio de outros recursos, além do tradicional e comum. Era algo improvável, nos séculos passados, cogitar que alguém pudesse se comunicar, sem estar frente a frente com a pessoa. Ou, ainda que por meio de uma mídia, como um aparelho de telefone, ou computador, seria possível interagir, simultaneamente, e aprender de diversas maneiras de linguagens.

> Neste sentido, embora a Semiótica se constitua num campo intrincado e heteróclito de estudos e indagações que vão desde, a culinária até a psicanálise, que se intrometem não só na meteorologia como também na anatomia, que dão palpites tanto ao cientista político quanto ao músico, que imprevistamente invadem territórios bem demarcadas fronteiras entre as ciências, isso não significa que a Semiótica esteja sorrateiramente chegando para roubar e pilhar o campo do saber e da investigação específica de outras ciências. (SANTAELLA, 2003, p.10)

São transformações que mudaram uma geração, impactando seu modo de vida, crenças e educação, quebrando paradigmas que eram considerados imutáveis. Tudo isso, foi influenciado com a chegada da tecnologia e a internet que passou a se comunicar entre si e com o mundo a todo tempo, e ao mesmo tempo.

Constata-se que as informações chegam a uma velocidade tão rápida, que postada por uma única pessoa, sem sair do lugar, por meio das redes sociais, é disponibilizada por bilhões de pessoas ao mesmo tempo.

As informações geram discussões, interações, educação e novas políticas públicas, advindas das necessidades discutidas nas redes. E com isso, várias são as formas de interpretações e compreensões daquilo que se discute, pois, são espaços, onde todos que possuem acesso à internet podem se manifestar.

> A informação e o conhecimento estão em todas as esferas e áreas, são considerados essenciais tanto do ponto de vista acadêmico quanto profissional e, quando transformados pelas ações dos indivíduos, tornam-se competências valorizadas, gerando benefícios sociais e econômicos que estimulam o desenvolvimento e são, ainda, recursos fundamentais para formação e manutenção das redes sociais. (TOMAÉL, ALCARÁ E DI CHIARA, 2005, p. 93).

Entretanto, mesmo que a autora que fundamentou as presentes concepções apresentadas sobre a semiótica, dentro da perspectiva da teoria peirceana, o estudo apenas apresentou uma breve interpretação geral dessa ciência, para assim fazer entendido o porquê da influência de um perfil das redes sociais na sociedade, ou diante de alguma situação-problema comum das pessoas. Além de justificar as relações de significado analisadas neste trabalho.

A partir disso, nesses espaços de diversas formas de linguagem, são levantadas pautas, bandeiras e discussões de forma crescente mundialmente, pois todos possuem voz, e podem expor o que acreditam, por meio dos comentários, posts, e demais recursos que as redes sociais, aplicativos, sites, entre outros, promovem aos seus usuários.

Na atualidade, diante das ferramentas aqui descritas, é possível, entre vários outros usos, pedir ajuda e propor ajuda por meio das mídias sociais, em que são criados perfis pautados em ideologias que promovem discussões e contribuem com informações. Um exemplo é o discurso produzido pela página do Instagram, das "*Justiceiras Oficial*", que propõem ações para combater a violência contra a mulher durante a pandemia.

O ser humano interage, se comunica e se expressa de diversas formas, é intrínseco do indivíduo se relacionar com o seu entorno.

> O homem é um ser social, e, por esse motivo, sente a necessidade de viver em comunidade. Por meio do avanço da comunicação, o homem visa a atender às suas necessidades. A comunicação sempre foi um fator importante para sua sobrevivência e para seu desenvolvimento. A configuração em rede é peculiar ao ser humano, ele se agrupa com seus semelhantes e vai estabelecendo relações de trabalho, de amizade, enfim relações de interesses que se desenvolvem e se modificam conforme a sua trajetória. Assim, o indivíduo vai delineando e expandindo sua rede conforme sua inserção na realidade social. (TOMAÉL; ALCARÁ; DI CHIARA, 2005, p. 93).

O projeto citado neste trabalho é um projeto que utiliza da tecnologia, bem como de um perfil da rede social do Instagram, para oferecer atendimento multidisciplinar online para combater à violência contra mulher, por meio dos mais variados âmbitos, tais como: jurídico, médico, psicológico, socioassistencial e rede.

Com isso, constata-se que os tempos mudaram, gerações evoluíram e as maneiras de comunicar, expressar, informar e educar compõem das mais diversas linguagens e recursos para alcançar os objetivos e necessidades do seu público. Por isso, o tema tem tudo haver com Semiótica, por se tratar da comunicação e informação tecnológica.

2.4 Instagram e seu papel na sociedade

Diante das grandes inovações tecnológicas nas últimas décadas, as mídias sociais são as mais impactantes e influenciadoras na sociedade atual, de acordo com Recuero (2009). Para desenhar este artigo, a próxima ação é entender o que é o Instagram.

Compreende-se então, que o Instagram é uma rede social *online* de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como Facebook, Twitter, Tumblr e Flickr. (RECUERO, 2009)

Essa mídia digital foi criada por Kevin Systrom e Mike Krieger e lançada em outubro do ano de 2010. A partir disso, seu serviço digital e virtual rapidamente ganhou popularidade, com mais de 100 milhões de usuários ativos em abril de 2012, no mundo inteiro. (RECUERO, 2009).

O Instagram é um APP distribuído através da Apple App Store, Google Play e Windows Phone Store. Atualmente, é um recurso tecnológico digital, que se tornou uma ferramenta de trabalho, espaço de discussões temáticas, entretenimento e *influencers*. Eles são seguidos por milhões de pessoas que compartilham rotina de vida, moda, conceitos, teorias e pautas de ordem social, política, cultural e educacional, e que possuem grande peso na sociedade.

É um espaço em que todos que possuem um celular simples e internet podem acessar, seguir, compartilhar e interagir com quem quiser.

Nesse contexto, observa-se que, desde então, a internet e seus recursos tecnológicos vêm passando por transformações, adaptações e inovações. Quanto mais celulares e aplicativos, maior o interesse das pessoas, e menos tempo elas possuem para interagir

pessoalmente, umas com as outras. Na maioria desse tempo, elas estão conectadas e se comunicando pelas mídias digitais, a exemplo do *Instagram* e outras redes sociais, que promovem maneiras de se expressar.

Segundo Recuero (2009), as redes sociais devem ser reconhecidas como agrupamentos complexos instituídos por interações sociais apoiadas em tecnologia de comunicação. Se mais pessoas têm acesso a essa tecnologia, que permite a criação das conexões de rede, mais essa rede se faz importante nas relações sociais.

Entretanto, muitos aprovam e gostam dessa utilização "excessiva" das redes sociais para tudo na vida, e outras acreditam que a vida passa pela tela de um celular, como mostra Moreira (2010) na citação abaixo.

> Na sociedade de consumo, as pessoas são bombardeadas por signos e ideologias propagadas pelo marketing das corporações privadas. As pessoas procuram algo que lhes representem enquanto indivíduos e os influenciadores oferecem, de certo modo, o que esse público necessita, em virtude da "falsa aproximação" transmitida a partir do seu veículo de comunicação [...]. (MOREIRA, 2010, p. 186).

Em contrapartida, não se pode negar que os "reconhecidos" como influenciadores digitais são formadores de opiniões e impactam as vidas das pessoas. Isso ocorre desde a forma mais simples, até as mais impensáveis possíveis, sem ao menos conhecer tais indivíduos. Indiferente à classe social, tudo isso acontece por meio do Instagram, criando interação e conectividade entre seus seguidores. Todo esse universo é composto por imagens, textos, vídeos, animações, entre outras coisas que Santaella (2008) chama de signo.

> Uma sociedade século XXI vive numa incessante busca pelo ter, centrada em bens materiais que estão fora de sua existência, visto que a maneira em que é transmitido, a mensagem ao receptor gera um signo, isto é, cria na mente da pessoa, um signo equivalente, ou talvez, um signo mais desenvolvido, gerando a representação de algo para alguém. (SANTAELLA, 2008, p. 12)

Nesta perspectiva, a autora Lúcia Santaella (2008) - A teoria geral dos signos, ressalta em seu livro que o signo possui uma relação triádica com seu objeto e com seu interpretante, ou seja, a mensagem é passada pelos influenciadores e chega aos seguidores, causando uma

interpretação diferente em cada indivíduo que, em sua maioria, passa a sentir o desejo de adquirir o que está sendo exposto.

Dessa maneira, o Instagram tem ganhado força a cada publicação, a cada seguidor, a cada usuário, seja as vertentes, nichos, concepções, ou ideias que os influenciadores digitais pautam, alguém o segue, acredita em suas expressões e comunicação.

3 METODOLOGIA

O artigo utilizará o método qualitativo, através de pesquisa com documentos públicos, uma vez que serão analisados posts de um perfil aberto a todos. Para Fontanella (2008), o conceito de pesquisa qualitativa busca compreender os significados presentes nas ações humanas, sem o objetivo de explicar causas e efeitos de tais ações.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois pretende descrever sobre o uso do Instagram na construção de um discurso sobre o combate a violência doméstica.

> As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Algumas pesquisas descritivas vão além, e pretendem também determinar a natureza dessa relação. Juntamente com as exploratórias, as pesquisas descritivas são as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (GIL, 2002. p. 42-43).

O delineamento da pesquisa parte de um estudo de caso, uma vez que será analisado o perfil do Instagram *"Justiceiras Oficial"* e a forma como seus posts visam a conscientizar as vítimas de violência doméstica. Segundo Gil (2002), o estudo de caso remete a um estudo aprofundado que explora um ou poucos objetos a fim de detalhar seu conhecimento.

Nessa busca, abre-se mão da quantificação e da precisão matemática para abordar as dimensões da singularidade e da subjetividade, sempre buscando pelas qualidades - enquanto características - que permitam compreender uma dada realidade em profundidade. O tamanho ou a extensão de uma realidade não são considerados, mas as características que a tornam relevante, sim. Ou seja, o que determinará a seleção da amostra ou do *corpus* é a relevância.

Nesse *corpus*, devem ser tomados tantos sujeitos ou documentos suficientes para que os dados necessários à pesquisa proposta sejam levantados.

Como procedimento de análise dos dados, será utilizada a análise de conteúdo, que, segundo Bauer (2008), é um método de análise de texto que preza em dar atenção a tipos, qualidades e distinções dentro do texto, antecedendo, até mesmo, uma quantificação.

De acordo com Minayo (1993), a pesquisa em profundidade é um diálogo, uma conversa informal, ou "bate papo" para adquirir mais informações sobre algum assunto pesquisado. Ela é feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes a um objeto de pesquisa.

Nessa perspectiva compreende que a pesquisa em profundidade trata-se de uma técnica normalmente usada para se desvendar percepções gerais, emoções e motivações dos entrevistados, em caráter exploratório de determinadas temáticas abordadas. Haja vista, que a pesquisa em profundidade pode ser aberta, ou semi estruturada, que é o caso da realizada neste trabalho.

Para Oliveira, Martins e Vasconcelos (2012) essa pesquisa possui princípios gerais que devem ser adotados na condução de uma entrevista em profundidade, tais como: obter a colaboração do entrevistado falando dos objetivos e importância da pesquisa, colocar o entrevistado à vontade por elementos de construção de *rapport*, conquistar a confiança do entrevistado, para então, possibilitar o entrevistado a tomar a iniciativa da narrativa e a envolver-se no assunto abordado.

3.1 Descrição do Objeto

3.1.1 Página do Instagram

O *Instagram* foi escolhido como objeto de pesquisa, especificamente um perfil nessa rede social intitulado como “Justiceiras Oficial”, que foi criado com objetivo de trazer informações e pautas sobre a violência doméstica contra mulheres no Brasil durante a pandemia.

É um perfil público, que possui atualmente 59,6 mil seguidores e 584 publicações[39] abertas para seus seguidores. Percebe-se que são postagens que variam entre dois ou mais posts diários, dependendo do tema tratado.

De acordo com o perfil, o intuito de sua criação é promover atendimento multidisciplinar *online* para combater à violência contra mulher: jurídico, médico, psicológico, socioassistencial e rede de apoio.

De acordo com dados encontrados na página, o atendimento é de orientação e encaminhamento para os órgãos competentes, ressaltando a importância da denúncia da mulher do seu agressor.

No perfil “*Justiceiras Oficial*” do Instagram, há uma parte denominada "destaques". Aqui, é utilizada uma variação de tipos de cores harmônicas, que trás a ideia de feminino, de suavidade e delicadeza. Outra questão observada é que são utilizadas cores de tom de pele, sugerindo que existe uma consideração que, provavelmente, não seja relacionada somente à questão de gênero, mas a questão de raça e de posicionamento diante de determinados temas sociais. As cores que estão em destaque são as mesmas cores que são utilizadas nas representações de mulheres na foto do perfil e em publicações. Nas postagens utilizam variações de rosa, sem cor agressiva para dar sensação de acolhimento. Essas sensações são geradas pelo processo significativo, como descreve a semiótica.

Como toda ONG voltada para o assunto, os envolvidos trabalham com a perspectiva de oferecer orientações para abraçar as mulheres que não possuem força necessária para buscar ajuda sozinhas nas instituições legais existentes na sociedade.

---

[39] Fonte (Instagram. @JusticeirasOficial. Novembro/2021).

Por meio das redes sociais, como o Instagram, a mulher pode buscar informações. E esse espaço ainda pode ser visto como uma possibilidade de pedir ajuda sem sofrer com represálias em casa ou outros ambientes em que a violência é aplicada. No intuito de mostrar para as mulheres que elas não estão sozinhas e que, por meio do perfil, possa vir a existir alguma orientação que ajude as violentadas a sair destas situações.

Figura 1. Descrição das cores e descrição do perfil (Perfil @JusticeirasOficial)



Fonte: Instagram @Justiceiras oficial. Acesso em 11/2021.

De acordo com dados da página estudada, já há algum tempo, debatia-se sobre a inexistência de atendimento online para as mulheres em situação de violência. De acordo com as informações recolhida do próprio perfil da página, foi durante a pandemia da Covid 19, no início de março de 2019, que se intensificou a necessidade do desenvolvimento de um canal de denúncias online, rápido e eficaz, além de um sistema de atuação em rede multidisciplinar para prevenir e combater todas as formas de violência de gênero e garantir o acesso ao Sistema de Justiça, sem precisar sair de casa.

As fundadoras da página do Instagram “Justiceiras Oficial", é composta por, Dra. Gabriela Manssur, Promotora de Justiça do Estado de São Paulo, e Fundadora e Presidente do

Instituto Justiça de Saia. O Instituto está dedicado à promoção e defesa dos direitos das mulheres, além de também privilegiar a autonomia financeira feminina, por meio de parcerias com empresas comprometidas com a causa. A página também é fundada pela Dra. Anne Wilians, Administradora, Advogada, e Fundadora e Presidente do Instituto Nelson Wilians.

Os princípios do projeto são fundamentados em acesso, acolhimento, comprometimento, coragem, cuidado, dignidade, elo, ética, empatia, esperança, fortalecimento, generosidade, liberdade, respeito e saúde.

De acordo com a página, o Estado brasileiro vem se mostrando sistematicamente incapaz de absorver o tamanho da demanda relativa ao índice de violência contra a mulher. Essa situação se agravou ainda mais com a pandemia da COVID-19, durante a qual a taxa de violência doméstica e os índices de feminicídio cresceram drasticamente.

De acordo com dados apresentados pelos Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, os canais Disque 100 e Ligue 180, do Governo Federal, registraram 105.821 denúncias de violência contra mulher em 2020, o que corresponde a cerca de 12 denúncias por hora.[40]

O projeto Justiceiras tem apresentado bons resultados em seu trabalho com impactos positivos na sociedade. É descrito na proposta do perfil que, após 14 (quatorze) meses em plena atividade (7 dias por semana, 24 horas por dia) o Justiceiras Oficial é o primeiro canal de denúncias multidisciplinar online de acolhimento, apoio e orientação, e se tornou uma rede nacional e internacional de atendimento às meninas e mulheres vítimas de qualquer tipo de violência de gênero.

Idealizado em março de 2020, o projeto já atendeu, até o final de maio de 2021, aproximadamente 5500 (cinco mil e quinhentas) mulheres vítimas de violência e já conta com mais de 6.000 (seis mil) "voluntárias justiceiras"[41] em todo o Brasil e em 19 países do mundo, compondo a força tarefa “justiça de mulheres, por e para mulheres” em busca de acolhimento, respeito, paz, segurança, igualdade, liberdade, dignidade e justiça.

---

[40] Mais informações disponíveis em instagram.com/justiceirasoficial. Acesso em novembro/2021.

[41] Dados divulgados em 09/11/2021.

Todo atendimento é realizado, exclusivamente, por mulheres voluntárias inscritas no projeto que desejam ajudar outras mulheres nas áreas do direito, psicologia, assistência social e medicina, para acolher, apoiar e prestar orientação técnica à distância, por meio do atendimento virtual.

As voluntárias jurídicas do "Justiceiras" prestam orientação para que mulheres em situação de violência realizem, quando desejarem, boletim de ocorrência *online* ou presencial, façam pedido de medidas protetivas, sejam informadas sobre o estágio processual da sua eventual denúncia, quais os próximos passos, o que significam determinados termos jurídicos, quais os resultados possíveis de uma ação judicial, encaminhamentos necessários, entre outros.

As voluntárias jurídicas do "Justiceiras" prestam orientação para que mulheres em situação de violência realizem, quando desejarem, boletim de ocorrência *online* ou presencial, façam pedido de medidas protetivas, sejam informadas sobre o estágio processual da sua eventual denúncia, quais os próximos passos, o que significam determinados termos jurídicos, quais os resultados possíveis de uma ação judicial, encaminhamentos necessários, entre outros.

Ao analisar a imagem principal da página, percebe-se que fizeram questão de colocar uma diversidade de mulheres na foto do perfil. Mulheres brancas, pretas, ruivas e uma mulher trazendo sua representatividade religiosa, com o uso de burca. Entende-se que, com esses recursos visuais, querem atingir o público feminino com diversidade racial, cultural, faixa etária, entre outros. Ao analisar a imagem principal da página, percebe-se que fizeram questão de colocar uma diversidade de mulheres na foto do perfil. Mulheres brancas, pretas, ruivas e uma mulher trazendo sua representatividade religiosa, com o uso de burca. Entende-se que, com esses recursos visuais, querem atingir o público feminino com diversidade racial, cultural, faixa etária, entre outros.

Pode-se observar que a imagem principal do perfil tem, como propósito, empoderar as mulheres, dando a liberdade de dizerem como pensam. A imagem demonstra mulheres com a cabeça erguida, unidas, enfileiradas uma ao lado da outra.

Figura 2 - Imagem do avatar do perfil, mostrando diversidade cultural.



Fonte: Instagram @Justiceiras oficial. Acesso em 11/2021.

3.1.2 Entrevista

Diante de todo o exposto, e para entender melhor o assunto, foi realizada uma entrevista virtual com uma Policial Civil. Trata-se da Mestre em Comunicação Social, Aline Risi, Presidente do Instituto Amadas, da cidade Belo Horizonte, que atende mulheres no período de isolamento da Pandemia, que passaram por violência.

O contato com a entrevistada foi por meio do seu perfil no *Instagram*. Foi enviada uma mensagem no próprio perfil, solicitando a presente entrevista. Dessa forma, Aline se

prontificou a conceder a entrevista, por meio do recurso digital Google Forms, no dia 22 de outubro de 2021.

Foi perguntado à entrevistada qual seu trabalho e quais os objetivos atribuídos a sua função e como isso se relaciona à violência doméstica contra a mulher. Aline (2021) respondeu que é Policial Civil e Presidente do Instituto Amadas, idealizado por ela". "O intuito do instituto é oferecer atendimento às mulheres nas áreas de psicologia e direito”

As respostas da policial mostram que o trabalho de atendimento a essas vítimas está sendo feito. Porém, ainda existem muitas dificuldades devido às burocracias e leis vigentes, que fazem com que as próprias vítimas desistam da denúncia. Foi ressaltado pela policial que os casos de violência doméstica aumentaram com a pandemia e isolamento social.

Essas informações contribuíram com dados importantes para este trabalho, afirmando sua proposta de analisar os efeitos das tecnologias digitais contribuindo nas ações interventivas e informativas para auxiliar a mulher que passa por violência doméstica.

Foi questionado a ela, do ponto de vista da lei, a definição de violência doméstica contra a mulher. A entrevistada afirmou que existem legislações, e a mais completa é a Lei Maria da Penha. Segundo ela, o problema está no fato de que a lei não está sendo efetivada. Ainda de acordo com Aline (2021), tanto a sociedade, quanto a polícia carregam grande discriminação de gênero. Ela afirma que, durante a pandemia, a violência contra a mulher se agravou, e os meios de procurar ajuda ficaram mais restritos. Por isso, um dos projetos que sobressai nessa pandemia foi o “Chame a Frida”, idealizado por uma escrivã. Trata-se de uma atendente virtual, acessada pelo aplicativo *WhatsApp,* que permite que a mulher busque ajuda, sem sair de casa, ou fazer ligação telefônica. Segundo a entrevistada, a polícia, infelizmente, ainda revitimiza as vítimas, muitas vezes no atendimento à mulher.

Foi perguntado se, diante das ferramentas digitais oferecidas pelas redes sociais, existem possibilidades de proteção, amparo, conforto e psicológico, ou algo parecido, para mulheres que passaram por experiências de violência. A entrevistada disse que sim, e salientou seu próprio perfil no *Instagram* @institutoamadas, que realiza este papel.

4 Análise dos dados

Percebe-se que a Cibercultura, definida aqui por vários e diferentes autores, pretende promover interações e conexões. Ao analisar o Instagram "Justiceiras Oficial", nota-se que é uma tentativa de gerar essa interação e conexão que são baseadas na cibercultura.

O autor Manuel Castells (1999) esclarece que o nosso mundo está em processo de transformação. Com essa perspectiva, o Instagram "Justiceiras Oficial" é uma evolução da forma do combate da violência contra a mulher, utilizando um novo meio na tecnologia. Castells (1999) diz que "a sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades". Sendo assim, o combate à violência contra a mulher é uma necessidade vigente social, que está utilizando a tecnologia para transformar soluções.

Segundo Martino (2014), a cibercultura é como um espaço para o ser humano fazer as extensões do ambiente *offline.* A agressão contra a mulher se dá em um ambiente *offline*. As Justiceiras se mostram, então, como o ponto no qual Martino (2014) inteira, que é uma transição do *offline* para o *online*. São, de fato, questões *offline* sendo discutidas no *online*.

Jenkins (2015), denomina o termo cibercultura como convergência, pois o assunto que antes era tratado com pessoas próximas fisicamente, na atualidade, acontece de forma digital, e abre espaço para a circulação ampla de conteúdos. Isso acontece de forma a atingir pessoas de todos os aspectos culturais possíveis.

Tanto para Santaella (2003) quanto para Pierre Lévy (1999), a cultura das mídias é algo transformador em nossa sociedade, que vem mudando o estilo de vida das pessoas. Nessa perspectiva, Lemos (2002) complementa que a vida moderna urbana vive transformações diárias, e com a inserção das tecnologias, o mundo se modifica aceleradamente. E o perfil Justiceiras Oficial contribui com essa comunicação e interação tecnológica.

Figura 3. Posts do perfil @JusticeirasOficial, mostrando a harmonização das cores, que trazem acolhimento.



Fonte: Instagram @Justiceiras oficial. Acesso em 11/2021.

Santaella (2003) entende que a semiótica é ciência dos signos, referente a linguagem. Por essa razão, fez-se importante um estudo da linguagem utilizada pelo *Instagram* "Justiceiras Oficial". Santaella (2003) diz que essa linguagem, de acordo com a semiótica, pode ser de forma verbal ou não-verbal. Estudar as cores, as formas e a linguagem não-verbal da página é importante para entender quais os significados que pretende-se construir, sendo esse o objetivo de semiótica. Os significados encontrados perpassam por informações em que a bandeira é levantada sobre o combate contra a violência sofrida pela mulher em tempos de isolamento social.

As cores, mostradas na figura 3, juntamente com as fontes e os textos são um sistema de comunicação no qual Santaella (2003) define como, aparentemente, mais inumanos quando comparados às linguagens binárias que as máquinas utilizam para se comunicar entre si e com o homem. A linguagem do computador mostra a importância de se pensar que existe uma linguagem que é própria da linguagem digital, e diferente da da linguagem do cotidiano.

E, por isso, a abordagem digital deve mesmo ser diferente da, nas palavras de Santaella (2003), abordagem carnal. A ideia é tornar o inumano mais humano.

Por exemplo: O “Justiceiras Oficial” utiliza cores femininas como o rosa, cores de pele e o roxo, que é um artefato semiótico. Desta forma, os signos utilizados querem gerar determinados significados, com a ideia de gerar uma interpretação sobre as informações das postagens para o leitor.

Vale retomar, dentro da semiótica, a questão dos significados inerentes na palavra "justiceiras", que traz em si a ideia da denominação de um grupo que, unidas, realizam a mesma tarefa, possam lutar por objetivos em comum, gerando, assim, autonomia e empoderamento. Isso, diante do significado da palavra justiça, e com relação aos homens, que estão violentando fisicamente ou psicologicamente essas mulheres. Ainda relacionando com a palavra justiça, vem o significado ser justo, com intuito de agir, se comportando de acordo com a lei.

Quando realizada a análise, percebe-se que é possível ir além dos significados, que é o que prega a semiótica, trazendo diversidade na linguagem, sendo polifônica. O perfil “Justiceiras Oficial” tem gerações de significados que envolvem muitas questões, além da mera ajuda psicológica e jurídica, criando uma sensação de pertencimento e acolhimento do seu público, em que pode se interagir anonimamente, uma vez que o usuário do Instagram tem a possibilidade de apenas ver o conteúdo, sem ser obrigatória uma interação. Os recursos semióticos agem aqui gerando empatia, de forma simples, mostrando que existem pessoas com os mesmos problemas, bem como caminhos para a solução..

Nesse sentido, as redes sociais entram como meio de comunicação e acesso ao público alvo, e, nesse caso, como ferramenta principal. Toda a interação é feita utilizando uma rede social, que é o Instagram. De acordo com Rodrigues (2016), a internet oportuniza variadas maneiras de interações, de diversos modos para socializar em seu cotidiano.

As redes sociais promovem parcerias, como no caso do perfil do Instagram, @JusticeirasOficial, que buscou aliados para sua causa, e possibilitam o atendimento a mulheres que sofrem violência doméstica. Todos os atendimentos são realizados por intermédio das redes sociais, sendo esta, então, o meio de comunicação.

Segundo Freeman e Soete (2008) as redes sociais são tecnologias da informação e comunicações que facilitam a interação, sem sair de casa, mesmo estando isolada, mas com acesso a internet. A proposta do perfil pode ser executada, sem ao menos ter contato com a vítima. Os autores ressaltam que, por apresentar uma dimensão de armazenamento espacial ou temporal, a tecnologia da informação tornará possível a comunicação e interação, aumentando as possibilidades dos meios de transmissão, de informações e conteúdo.

A proposta do perfil utilizou-se da cibercultura, semiótica e das redes sociais para alcançar seus objetivos e executar as metas do projeto Justiceiras Oficial, no combate à violência contra a mulher, cada passo do projeto tem seu significado e sua importância como supracitado.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho apresenta um estudo bibliográfico, que descreve as contribuições do objeto de estudo como ferramenta de informações e interação ao seu público, diante de um problema considerado grave na sociedade, que é a violência doméstica sofrida pela mulher.

Percebe-se que a pesquisa contribui para questões que permeiam a importância das tecnologias digitais na sociedade contemporânea, especificamente, as redes sociais, que hoje tem um papel relevante na vida de todos seus usuários.

Com a pesquisa, pôde-se constatar ações de um perfil do Instagram que foi criado por uma mulher, no intuito de ajudar outras mulheres que sofrem violência doméstica, principalmente no momento de isolamento com a pandemia.

Num pensamento informal, as redes sociais podem vir a ser vistas apenas como diversão, sem assuntos com profundidade. Mas, durante o estudo do tema, observou-se que existem perfis, como “Projeto Justiceiras”, que assumem um grande papel na luta contra a violência doméstica, e isto é de grande importância para a sociedade, pois é de utilidade pública. Seja para esse público já consolidado, seja para os que ainda podem vir a ser.

Diante da entrevista, foi percebido que as redes sociais são ferramentas necessárias, em uma era em que a tecnologia digital faz parte da vida das pessoas. Entretanto, na mesma

entrevista, não foi possível constatar que a tecnologia é utilizada de forma o suficiente para impedir, ou, minimamente, melhorar o número de violência contra a mulher diante do contexto da pandemia. Mesmo com todos os recursos, a violência aumentou.

Foi observado que a pandemia dificultou a relação das mulheres com a polícia, devido ao isolamento social. Portanto, a rede social agregou (ou, pelo menos, deveria agregar) nesse sentido, com orientações e informações básicas, a partir do momento que esses perfis expõem os canais em que a vítima pode recorrer. As redes mostram as possibilidades disponíveis com relação a violência contra a mulher. O que parece acontecer, nesse caso, é a falta de retorno, de engajamento da vítima, que poderia utilizar o recurso, engajar e pedir alguma orientação.

Mas, por outro lado, as redes sociais não podem realizar um trabalho que não tem autoridade para fazer. O papel de acompanhar, oferecer assistência psicológica e jurídica à mulher que sofre violência doméstica não pode ser feito apenas por esses perfis das redes sociais. A solução está longe de ser apontada neste trabalho, mas perpassa pelos órgãos e instituições legais responsáveis e delegados para isso.

Diante de todo trabalho realizado com a pesquisa, foi possível alcançar os objetivos ao entender de que maneira a tecnologia e seus recursos digitais facilitam a vida contemporânea. Eles são utilizados para fazer algo de importância para as pessoas. Mas não se pode entender esta como a única e melhor solução. Existem legislações, instituições nomeadas para exercer os direitos e deveres, exercer a cidadania. No caso da violência doméstica contra a mulher, o perfil do Instagram “Justiceiras Oficial” vem realizando um trabalho relevante, eficiente e necessário. Porém, as mulheres precisam conseguir internalizar o fato de que existe segurança para buscar ajuda, de fato, nos espaços legais que podem solucionar essa problemática. Trata-se de uma delicada mudança cultural, que precisa ser melhor estudada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru, SP: EDUSC. 2003.

CAPELLARI, E. Tecnologias de informação e possibilidades do século XXI: por uma nova relação do estado com a cidadania. In: ROVER, Aires José (org.). **Direito, Sociedade e Informática**: limites e perspectivas da vida digital. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.

CASTELLS, Manuel. A rede e o ser. In: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. Edição Revista e Atualizada, Vol. 1. 1999. p.67-113

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete and TURATO, Egberto Ribeiro. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde:** contribuições teóricas**.**Cad. Saúde Pública. 2008, vol.24, n.1, pp.17-27.

FREEMAN, Chris; SOETE, Luc. **A economia da inovação industrial**. Campinas. Editora Unicamp, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de projeto de pesquisa.** 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-59.

JUSTICEIRASOFICIAL. Novembro de 2021. Instagram: @justiceirasoficial. Disponível em http://www.instagram.com/justiceirasoficial Acesso em: Março de 2021.

LEMOS, André (a)., **Cibercultura.** Tecnologia e Vida social na Cultura Contemporânea., Porto Alegre, Sulina, 2002.

_____, André. **Bodynet e Net Cyborgs:** sociabilidade e novas tecnologias na cultura contemporânea., in Rubim, A., Bentz, I., Pinto, M.J. (orgs). Comunicação e Sociabilidade nas Culturas Contemporâneas. Petrópolis, Ed.Vozes/Compós, 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Coleção Trans. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Walter. Mídias Sociais conectadas e social machines. In: BRAMBILLA, Ana (Org.). **Para entender as mídias sociais:** organizações. [S.I.]: [s.n.], 2011. p. 49-32.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais:** linguagem ambiente e redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo:** Oposição ou Complementaridade? Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): p. 239-262, jul/set, 1993.

MOREIRA, Fernando Eustáquio Campos Utsch. **Consumo, Sociedade de Consumo e suas Representações**. In: PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia; DADALTO, Maria Cristina; VELOSO, Henrique Maia (coords). Sociedade e consumo: Múltiplas dimensões na contemporaneidade. Curitiba: Editora Juruá, 2010.

OLIVEIRA, V. M. D. MARTINS, M. D. F. VASCONCELOS, A. C. **Entrevistas "Em Profundidade",** na pesquisa qualitativa em administração: pistas teóricas e metodológicas. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS – SIMPOI, 2012. Anais... [S.l. : s.n.t.], 2012. v. 15, p. 1-12.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo:** Elementos para discussão. 2009.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; DI CHIARA, Ivone Guerreiro. **Das redes sociais à inovação**. Ci. Inf., Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2005

SANTAELLA, Lucia. **Cultura e artes do pós-humano:** da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus. 2003.

_____, Lucia. **A Teoria geral dos signos**: como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Paródia e semiótica: uma análise das intertextualidades e outros recursos da propaganda brasileira na animação Irmão do Jorel

Parody and semiotics: an analysis of intertextuality and others advertising's resources in Irmão do Jorel animation

Aline Mello[42]

Rafaela Santana[43]

Flávia Costa[44]

Resumo: O presente trabalho descreve a publicidade contida na animação Irmão do Jorel, com foco na publicidade brasileira, pois a animação é representativa nesse aspecto. Utilizando as análises dos elementos contidos em alguns episódios da série, a discussão perpassa por definições como signos, paródia, e ironia, conceitos que atuam sobre a produção de sentido do espectador. O decorrer da pesquisa mostra que a publicidade é uma ferramenta de formação tanto de linguagens, quanto de sentidos culturais.

Palavras-chave: Paródia, semiótica, signo, propaganda, publicidade, Irmão do Jorel.

Abstract: *The present work describes the advertising contained in the Irmão do Jorel animation, with a focus on brazilian advertising, because the animation is representative in this aspect. Using the analysis of the elements contained in some episodes of the series, the discussion permeates definitions like signs, parody, and irony, concepts that determine the viewer's production of meaning. The course of the research shows that advertising is a tool for the formation of both: languages and cultural meanings.*

Key words: *Parody, semiotics, sign, advertising, advertising, Irmão do Jorel.*

---

[42] Estudante do 8º período de publicidade propaganda da Faculdade Promove de Belo Horizonte.

[43] Estudante do 8º período de publicidade propaganda da Faculdade Promove de Belo Horizonte.

[44] Professora e orientadora da disciplina TCC 2 da Faculdade Promove de Belo Horizonte.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a série de animação brasileira Irmão do Jorel, sob o ponto de vista da paródia e da produção de sentidos, o que tem uma ligação direta com a semiótica. Criada em 2014 e transmitida ainda hoje, essa animação utiliza da comédia em um universo infantil, e, portanto, muitas vezes alguns contextos vão ser baseados em situações lúdicas, com ar de exagero, que não fazem sentido a princípio. Mas fazem parte do mundo lúdico do Irmão do Jorel.

Este trabalho analisa como a representação e a produção de sentido podem trazer à tona novos significados. Segundo os autores estudados uma das maneiras disso acontecer é por meio da intertextualidade, que é a junção de dois textos para a produção de um novo significado, e que, no objeto de pesquisa, se dá através da paródia e da ironia contidas no desenho.

Dito isso, esse trabalho se justifica e se faz relevante porque identifica o uso de paródia na narrativa, sob o olhar da semiótica, buscando discutir a influência sobre produções midiáticas, bem como as possibilidades do uso desses elementos em um desenho animado brasileiro. Este formato permite maior liberdade de expressão, fazendo com que encontremos uma linguagem publicitária muito diferente da habitual. Isso gera um espaço para revisitar conceitos das comunicações, bem como os formatos publicitários. A contribuição desta pesquisa é mostrar que há possibilidade de expandir o estudo da propaganda. Até o momento, os estudos feitos em torno desta animação abordaram questões de gênero.

Portanto, a problematização deste trabalho se dá da seguinte maneira: Como é feita a representação e produção de sentido de elementos da publicidade e propaganda brasileira produzida pela animação Irmão do Jorel?

Os objetivos deste trabalho perpassam por descrever de que forma se dá a paródia e a semiótica nas propagandas apresentadas na animação Irmão do Jorel, a partir das empresas Shostners & Shostners e Sprok (empresas fictícias da animação). Vale descrever a animação

brasileira, que é do ano de 2014 e conta a história de uma criança que é conhecida por causa de seu irmão. Também são objetivos identificar os elementos comunicacionais publicitários (e fictícios) contidos na série, bem como identificar e comparar componentes característicos (e reais) da publicidade brasileira com a representação do desenho.

Foi possível observar como a aplicação teórica de paródia, semiótica e todos os desdobramentos desses conceitos podem ser vistas na narrativa, bem como a representação e a formação de sentidos surge por meio dos elementos propícios, colocados na animação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Paródia

Para entender a relação da publicidade com as suas representações em Irmão do Jorel, precisamos conceituar paródia, para posteriormente analisarmos os episódios da série, de acordo com essa definição e todas as outras que se desdobram a partir dela. Na definição de paródia vamos definir também intertextualidade, ironia e produção de sentido. Na tentativa de entender teoricamente o conceito de paródia, utilizamos os autores Linda Hutcheon e Márcia Helena Barbosa. Ambas têm suas obras baseadas em análises de Mikhail Bakhtin. Também vamos utilizar o autor Affonso Romano de Sant'Anna.

É importante buscar a raiz etimológica de paródia para facilitar a compreensão. Com origem na música, mas aplicada a diversos tipos de textos, a palavra paródia pode ser dividida em "par" e "ode" (música), mostrando que precisam existir duas partes (par) para uma paródia existir[45]. O sentido da palavra, segundo Hutcheon (1985, p. 47-48), "perpassa por entender que o prefixo [par] tem dois significados, sendo geralmente mencionado apenas um deles - o de 'contra' ou 'oposição'. Desta forma, a paródia torna-se uma oposição ou contraste entre textos". A paródia é, então, um texto que se apresenta como o inverso do primeiro objeto

[45]Disponível em: <https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-parodia/>. acesso em: 30/10/2021.

parodiado, apesar de haver algumas similaridades. E não se trata de uma cópia ou plágio, pois cada um possui a sua narrativa.

A paródia, geralmente, é semelhante à obra original, uma releitura cômica de alguma composição literária, musical, artística, entre outras. Quase sempre tem sentidos diferentes. Segundo Barbosa (2001), quando estuda a paródia no pensamento de Bakhtin: “A paródia é, na definição de Bakhtin, um fenômeno bifocal e bilíngue, de natureza metalinguística, pois nela a palavra tem duplo sentido, voltando-se para o objeto do discurso, enquanto palavra comum, e para o discurso do outro” (BARBOSA, 2001, p. 60). Ou seja, o texto tem duplicidade de sentido, mas, quando está próximo da realidade do leitor, essa duplicidade quase desaparece, e os dois objetos, do ponto de vista cognitivo, se fundem em um só. Assim, esse objeto fica mais fácil de ser identificado.

2.2 USO DE REFERÊNCIA

Ainda segundo Hutcheon (1989), podemos compreender que a paródia traz os traços dos textos anteriores, criando similaridade, trazendo referência. Utilizando de uma análise da forma, ou seja, comparativa, mas que não se limite à leitura, e sim qual o intuito, o objetivo, a linguagem que tem relevância para o novo conceito do seu decodificador. Como podemos verificar na citação abaixo, que compara a paródia a uma metáfora:

> Em certo sentido, pode dizer-se que a paródia se assemelha à metáfora. Ambas exigem que o descodificador construa um segundo sentido através de interferências acerca de afirmações superficiais e complemente o primeiro plano com o conhecimento e reconhecimento de um contexto em fundo. (HUTCHEON, 1989 p. 50)

Lausberg (1989) define a metáfora utilizando o termo "comparação abreviada". Para a metáfora ser uma comparação abreviada, ela tem que ser identificada como semelhante ao objeto primeiro. Ele diz que "é comparado, é identificado com a palavra que lhe é semelhante” (LAUSBERG, 1972, p. 163). Portanto, para que algo seja definido como metáfora, é necessário que se tenha semelhança entre os textos. Já na paródia, os sentidos

dos textos são diferentes, em oposição, mas que traz, como na metáfora, uma similaridade ao que está sendo parodiado. Essas similaridades podem ser sutis ou evidentes, mas se dão por meios de signos. Os signos e as possibilidades significativas serão discutidos mais adiante.

2.3 Intertextualidade

Samoyault (2008), ao analisar Gérard Genette (1982), afirma que a intertextualidade pode ser definida "(...) por uma relação de copresença entre dois textos ou vários textos" (SAMOYAULT, 2008, p. 30). De forma geral, utilizando um dos textos como referência[46], essa copresença pode ser até ser composta por diferentes signos, mas, com alguma similaridade significativa.

Tiphaine Samoyault (2008) continua a esclarecer a intertextualidade como "uma prática do sistema e da multiplicidade dos textos" (SAMOYAULT, 2008, p. 42). Podemos perceber, então, que existe uma proximidade entre paródia e intertextualidades. As duas são baseadas em uma memória, uma referência comparativa com base em dois textos, que devem criar um novo significado. Abaixo, ao analisar a fala de Barbosa (2001) sobre paródia, podemos ver que, para que isso aconteça, o receptor precisa estar familiarizado com os dois textos, extraindo detalhes, formas, repensando o novo conceito. Mesmo que a definição descrita abaixo seja de paródia, a mesma definição vale para tudo que já pensamos sobre a intertextualidade, evidenciando, assim, a proximidade dos conceitos. "Para que a orientação paródica seja notada pela audiência ou pelo leitor, é necessário que a palavra do outro seja reconhecida com facilidade e que a ação deformadora da segunda voz sobre a primeira seja percebida ."(BARBOSA, 2001, p. 61).

Na mesma linha, Sant'Anna (2003) define a paródia a partir da intertextualidade: "modernamente, a paródia se define através de um jogo intertextual" (SANT' ANNA, 2003, p. 12). Ou seja, é uma junção, de forma inteligente e intencional, de dois textos. E Barbosa

[46]Disponível em: <https://www.significados.com.br/intertextualidade/> acesso em: 30/10/21.

(2001, p. 60), ao analisar Bakhtin, fala que a paródia é um cruzamento de linguagens. Por isso, concluímos que a paródia é mesmo intertextual, apesar desta intertextualidade se dar com objetivos de ressignificação.

Vale, então, diferenciar paródia de intertextualidade: a intertextualidade é uma característica da paródia, entretanto a paródia precisa de humor e outros recursos, enquanto a intertextualidade precisa apenas dessa ligação cognitiva dos dois textos. Um desses outros recursos que a paródia tem como diferencial é a ironia, que será definida nas linhas abaixo.

2.4 Ironia

De acordo com Lausberg (1972), a ironia é:

> "(simulatio, illusio, permutatio ex contrário ducta; em grego ironia = antífrase), como tropo de palavra (...) é a utilização do vocabulário que o partido contrário emprega para os fins partidários, com a firme convicção de que o público reconhecerá a incredibilidade desse vocabulário." (LAUSBERG, 1972, p. 163-164)

Portanto, para o autor, a incredulidade é um conceito que vem agregar àqueles aqui já estudados (referências e intertextualidades), para então incluir mais este aspecto à todos aqui já atribuídos à paródia.

Lausberg (1972) faz algumas divisões na definição de ironia. Numa delas, ele a conceitua como "ironia retórica". Nessa definição, a pessoa que recebe o segundo texto acaba por dar um sentido contrário ao primeiro, que, inclusive, foi a fonte para a produção do segundo. O autor afirma que o emissor, ou, nas palavras dele, o orador, pode querer que essa produção controversa de sentidos seja proposital e imediata (LAUSBERG, 1972, p. 253). Ou seja, além da ironia ser algo de sentido contrário, a "ironia retórica" deve ser compreendida por quem fará a interpretação do texto. Cabe então, também, ao receptor dos textos, gerar esse sentido contrário. De modo geral, a ironia é "uma figura de linguagem que se caracteriza

pelo uso de expressões que remetem ao oposto”[47], sendo esse oposto algo já existente no conhecimento geral do leitor.

Durante a explicação da paródia, tanto Linda Hutcheon (1989), quanto Marcia Helena Barbosa (2001), quando estudam Bakhtin, se valem muito do conceito de ironia para tecer seus argumentos. Para Hutcheon (1989), duas das características da paródia são o humor e a ironia, sendo estas uma estratégia para despertar no receptor a mensagem que se quer passar. Para que a decodificação aconteça, a ironia é algo que, contido na paródia, permite a sua interpretação. Linda Hutcheon (1989, p. 51) afirma que “a inversão irônica é uma característica de toda a paródia”. É a ironia que gera a cognição de que existe, ali, uma "dramatização", uma história paralela que já foi contada antes, mas que agora ganha novo e humorado sentido: “a ironia parece ser o principal mecanismo retórico para despertar a consciência do leitor para esta dramatização” (HUTCHEON, 1989, p. 47).

Para Marcia Helena Barbosa (2001), quando analisa Bakhtin (1981,1982 e 1988), o humor utilizado na paródia facilita o entendimento do intérprete: “Se a paródia, não raro, associa-se ao riso, é porque este tem o extraordinário poder de trazer o objeto para perto, de torná-lo acessível […]” (BARBOSA, 2001, p. 61).

Diante dessa valorização do humor, analisada aqui, vale ressaltar que a intertextualidade, a ironia e o humor são características da paródia e os quatro elementos descritos (paródia, ironia, intertextualidade e o humor), são elementos basicamente codependentes. Um só vai existir diante da existência do outro, ao enxergar um, imediatamente enxergamos todos os outros, em um exercício de avaliação circular.

2.2 Representações

2.2.1 Semiótica

[47]Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/gramatica/ironia.htm> acesso em: 31/10/2021.

De acordo com Lúcia Santaella (2010):

“A Semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido”. (SANTAELLA, 2010 p. 2).

Para complementar, Santaella (2010, p. 30) explica que “a semiótica, como ciência geral dos processos sígnicos, apresenta conceitos necessários para a análise dos processos verbais e não verbais da comunicação”.

Para o desenvolvimento deste estudo, é interessante conceituar, dentro da semiótica, o signo. Nas palavras de Peirce (2005):

> Um signo, ou *representámen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. (PEIRCE, 2005, p. 46).

Ou seja, para Peirce (2005), o signo icônico é tudo aquilo que representa algo. Não é a coisa propriamente dita, mas busca semelhança para representar. E, para que possa ser interpretado, precisa que seu decodificador tenha similaridade com o *representamen*.

Peirce (2005), durante a definição das propriedades da semiótica, define algumas tricotomias, e, ao definir uma delas, elucidou que “um signo pode ser um ícone, índice ou símbolo” (PEIRCE, 2005, p. 52). Para ele, um ícone é um signo que remete ao objeto e que diz respeito às suas características peculiares, seja ele material ou imaterial. Já o índice, Peirce (2005) conceitua como um signo afetado em seu objeto.

A construção de significado, segundo Santaella (2010 p. 13), é “aquilo que se desloca e se esquiva incessantemente'', ou seja, a construção de significado é algo fluido, que se reconstrói à medida que a pessoa vive. Além disso, o significado nem sempre se dá de forma simples e direta, às vezes ele irá perpassar por caminhos que temos dificuldade de traduzir.

O significado de um pensamento, aqui considerado signo, é um outro pensamento. Por exemplo: para esclarecer o significado de qualquer palavra, temos que recorrer a uma outra palavra que, em alguns traços, possa substituir a anterior. Essa é a semiose e por isso ela é, para Peirce, infinita: a interpretação de um signo dará sempre origem a um novo signo.

2.2.2 Representação

A representação, de modo geral, significa estar presente no lugar de algo. Portanto, não é o objeto propriamente dito, mas aquilo que é semelhante e pode estar no lugar dele, como fala Pitkin (1967, p. 15): “pode-se, por exemplo, pensar em representação não no sentido de agir por outras pessoas, mas no sentido de responder por alguma coisa que está ausente”.

Não se limitando, a representação pode ainda estar presente por meio de um símbolo: “Um símbolo, apesar de representar substituindo alguma coisa, não se assemelha àquilo que ele substitui. Pode apresentar algumas características que ajudam a racionalizar o seu significado simbólico.” (PITKIN, 1967, p. 16). Baseando no exemplo de Peirce, podemos exemplificar da seguinte forma: a fumaça não se assemelha (visualmente) ao fogo. Mas quando alguém a vê, rapidamente faz uma associação ao fogo.

Já Stuart Hall (2013) envolve o processo de culturalização e suas linguagens para explicar as representações. Segundo o autor, a representação pode ser definida como: “[...] uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura” (HALL, 2013, p. 31). Hall também afirma que a representação acontece por meio da linguagem: “é a produção de significado dos conceitos da nossa mente por meio da linguagem” (HALL, 2013, p. 31).

Ainda de acordo com Hall (2013), existem dois processos de representação. O primeiro é relacionado àquilo que já carregamos conosco, nossa bagagem cultural, conceitos que já temos mentalmente e que se relacionam diretamente com o segundo. O segundo, portanto, envolve a linguagem: “O segundo depende da construção de um conjunto de correspondências entre nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos e organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam aqueles conceitos.”(HALL, 2013, p. 38)

As pessoas fazerem parte da mesma cultura não é o suficiente para que a interpretação aconteça. Segundo Hall (2013, p. 38) “elas também devem compartilhar uma maneira semelhante de interpretar os signos de uma linguagem, pois só assim os sentidos serão efetivamente intercambiados pelo sujeito”. Ou seja, além de fazer parte da mesma cultura, os intérpretes precisam ter a mesma maneira de gerar significados para aquele objeto, pois se cada um vê de uma forma, referencia de outro jeito. Assim, o sentido não será o mesmo, e, portanto, não passará a mesma mensagem.

Todavia, a partir da semiótica, conseguimos relacionar o signo e os objetos, pois, se a representação é algo que está no lugar de outro, é necessário que haja um signo para que isso seja associado ao objeto real, e a forma de interpretação precisa lembrar a mesma para todos os intérpretes envolvidos no processo de representações. Não adianta um signo ser o mesmo para todos. Se a forma de interpretar for outra, começa a haver um desvio na comunicação dos interpretantes, o que pode ser de forma pequena quando pode ocorrer um dissenso ou de forma ampla e não haver comunicação. Dito isso, e, retomando a paródia, os dois textos relacionados precisam, então, estar em sincronia de representação na cabeça de quem interpreta, para que assim se desenvolva o humor, a ironia e as outras características aqui traçadas. A representação é, portanto, a chave da produção de sentido e, ainda mais importante, da efetividade comunicativa quando se trata de paródias.

2.2.3 Produção de sentido e cultura

González (2003)[48], citado por Scoz (2007), afirma que:

> "As criações humanas são produtoras de sentido que expressam de forma singular complexos processos da realidade. Esses processos são criações humanas que integram diferentes aspectos do mundo em que o sujeito vive, aparecendo em cada sujeito ou espaço social de forma única, organizados em seu caráter subjetivo pela história de seus protagonistas". (GONZALES, 2003 apud SCOZ, 2007 p. 127)

[48] Disponível em: < https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/342/producao-de-sentidos--ensino-e-aprendizagem > acesso em: 04/11/21.

A partir dessa perspectiva, consideramos que cada sujeito tem uma integração única com os elementos de sentido, que dependem de sua vivência, subjetividade e experiências.

A produção de sentido, para Stuart Hall (2013), acontece o tempo todo e é compartilhada em cada interação social que temos. É por meio da linguagem que realizamos a produção de sentido, como ele afirma. E, para que isso ocorra, precisamos compartilhar a mesma cultura.

É difícil falar de processos de formação de sentidos sem falar de cultura. Não cabe, neste trabalho, discorrer sobre os processos de formação das culturas. Sabemos que trata-se de um conceito amplo, de processos complexos, que envolvem história, tecnologias, possibilidades de relacionamento, geolocalização, dentre vários outros aspectos. É também um conceito de profundidades, já que podemos falar de culturas dentro de culturas, ou partes culturais que se juntam para formar uma terceira. Por fim, cada indivíduo passa a ter uma cultura quase única, mas simultaneamente, pertencente a várias delas. Diante disso, o que vale mesmo destacar aqui é o fato de que a produção de sentido se dá de forma quase que exclusivamente ligada à cultura de cada indivíduo, que tem essas características complexas e diversas. E que, inclusive, um mesmo signo pode ter diferentes significados diante de diferentes culturas.

No processo de formação cultural, o jeito como lidamos com as coisas no dia a dia é parte do que nos faz dar sentido a elas. E isso é mostrado por Stuart Hall (2013). Uma dessas formas de gerar sentidos dentro de uma cultura é por meio da representação. Um exemplo simples são as palavras (sons, letras) que utilizamos para nos referirmos aos objetos cotidianos (HALL, 2013). Ainda de acordo com o autor, “os sentidos também regulam e organizam no estabelecimento de normas e convenções” (HALL, 2013, p. 22), o que impacta no modo de viver em sociedade.

Outro passo para compreensão é relacionar a semiótica como ciência dos significados, que foi definida neste trabalho mostrando que um signo, ou *representámen*, é aquilo que, sob certo aspecto, representa algo para alguém. Portanto, o signo é responsável pelas representações, mas essas representações dependem da possíveis interpretações do sujeito com o significado. Se a pessoa que recebe o signo tem repertório para gerar significados, então esse sentido é atribuído ao signo. E, dependendo dos vários aspectos culturais do

receptor, pode não haver significado relevante, haver um significado distinto da intenção do produtor do signo), ou o diálogo se estabelecer da forma esperada. A amplitude significativa de um signo é algo complexo de ser trabalhado na comunicação, principalmente no que tange à comunicação de massa, como programas de TV ou a publicidade.

2.3 Propaganda

De acordo com Funk (2017), a Publicidade e Propaganda acompanha a necessidade e o desejo dos consumidores por meio das histórias dos produtos, ou seja, ela acompanha a tendência de mercado para que, assim, possa alcançar a eficácia da mensagem. No entanto, tanto a publicidade quanto a propaganda devem ser bem caracterizadas para que não sejam utilizadas como sinônimos, sendo necessário defini-las de forma adequada, através de suas características. Casarotto (2019) define os dois, começando pela publicidade:

> [...] estratégia de marketing que envolve a compra de espaço em um veículo de mídia para divulgar um produto, serviço ou marca, com o objetivo de atingir o público-alvo da empresa e incentivá-lo a comprar. Já a propaganda se caracteriza como uma estratégia de persuasão para termos ideológicos, com a finalidade de propagar uma ideia, prática, causa, entre outras, que para esse fim, ela recorre para os recursos psicológicos, por meio dos sentimentos, emoções e opiniões, que influencia, a partir deles, uma ação (CASAROTTO, 2019, não paginado).

Dessa forma, a publicidade tem sua funcionalidade na comunicação. Ela busca impulsionar um certo produto ou serviço ao consumidor, para que este o adquira. Logo, a propaganda tem, como seu principal objetivo, a forma de divulgação da ideia, ou seja, a forma de transmissão da mensagem, que possa influenciar o comportamento do consumidor.

Diante da diferenciação feita por Casarotto de publicidade e propaganda, considerando que a publicidade tem o papel de venda, nós trabalharemos com a publicidade neste estudo, pois entendemos que a narrativa do objeto de estudo traz da publicidade tem este papel de vender. Em determinadas cenas, a série mostra que a publicidade quer tanto realizar vendas que se mostra de forma exagerada para mostrar essa necessidade. Porém, em outros

momentos, trabalharemos com a propaganda, pois as empresas podem se valer de estratégias de persuasão. Estes conceitos veremos mais à frente quando formos descrever e analisar o *corpus* do trabalho.

Vale pensar, diante dos objetivos deste trabalho, como se dá, então, a formação de sentido na publicidade. Santaella (2010), no livro Estratégias Semióticas da Publicidade, ao apresentar o conceito de mensagem da publicidade, diz que:

"Em suma, a publicidade faz uso de todas as funções semióticas, mas entre elas apenas a função indexical de apelo e a função de representação são indispensáveis para alcançar o propósito de atingir os consumidores e levá-los a comprar um produto." (Santaella e Noth, 2010. p. 111).

Pensando em uma perspectiva pragmática, a publicidade dá origem a um processo semiótico para a produção de sentido em seu consumidor. Findada a parte teórica, permaneçamos com a utilização de dois ou mais textos, que se relacionam de formas diferentes, e que vão gerar significados. Tudo dependendo dos ícones, índices e símbolos utilizados. Agora, partiremos para uma descrição metodológica do que faremos neste trabalho e, na sequência, apresentaremos o objeto empírico, que é o seriado Irmão do Jorel.

3 - Metodologia

Neste contexto, quanto à abordagem, utilizará a pesquisa qualitativa, que se caracteriza em analisar as informações obtidas e interpretá-las, sendo aplicada para averiguar o problema específico da pesquisa, no qual os sistemas estatísticos não podem ser atingidos (RODRIGUES *et al.,* 2011).

Tendo em vista a proposta deste estudo, quanto à natureza, será considerada a pesquisa do tipo aplicada. Além disso, a pesquisa será descritiva e exploratória, o que possibilita falar sobre as características do desenho Irmão do Jorel, bem como estabelecer uma familiaridade com o problema que será aprofundado e estudado. Sendo assim, conforme Bastos e Ferreira (2016), a pesquisa exploratória tende a aperfeiçoar as ideias sobre o tema

proposto da pesquisa, para, assim, objetivar um desenvolvimento absoluto, quer dizer, uma familiaridade com o problema.

Neste contexto, o recorte da pesquisa é de arquivo. O estudo propõe uma comparação entre a forma da publicidade brasileira contida na animação *Irmão do Jorel* com a representação da publicidade real, por meio do episódios: 19, *Gincana mortal,* primeira temporada, episódio 7, *A fantástica fábrica de refrigerantes*, da segunda temporada e episódio 8, *Fortificante Mendonça,* quarta temporada. A pesquisa utilizará, assim, o método de levantamento de dados por meio de documentos (os episódios da animação) e informações prévias sobre o tema de estudo, no suporte da pesquisa bibliográfica – fontes secundárias (MARCONI; LAKATOS, 2017).

O método que irá auxiliar no desenvolvimento do estudo será a análise de conteúdo, que possibilita analisar as informações obtidas pelo material selecionado e, assim, atingir o entendimento dos significados (BASTOS; FERREIRA, 2016 e NASCIMENTO; SOUSA, 2016).

4 Irmão do Jorel

4.1 - Histórico e Personagens

Criado por Juliano Enrico, *Irmão do Jorel* foi ao ar em 2014, sendo a primeira animação brasileira do canal Cartoon Network. Atualmente, é veiculada no *streaming* Netflix, no Youtube (no canal Steve Magal)[49] e no Cartoon Network. O desenho conta a história de uma criança que nunca tem seu nome revelado, mas é conhecida por ter um irmão popular, o Jorel. Com isso, o personagem é nomeado "Irmão do Jorel". Algumas vezes ele até tenta dizer seu nome, mas é interrompido. O Irmão do Jorel é um menino, uma criança de oito anos. É o mais novo de três irmãos. É o personagem principal da série, e dono de uma imaginação fértil. É superprotegido pela mãe Danuza, uma mulher atarefada e com hábitos saudáveis (tanto que se veste com maiô por cima da calça de ginástica e polainas, como nos anos 1980). Também é querido pelo pai, o Seu Edson, um homem idealista, revolucionário

[49] No dia 10 de dezembro de 2021 verificamos que este canal não se encontra mais disponível no youtube.

(mas que nem sempre consegue atingir suas ideias revolucionárias). As duas avós moram com a família: a doce, meiga e cuidadosa vovó Juju, que adora abacate; e a vovó Gigi, que é rabugenta e adora assistir a filmes de ação com Steve Magal (que é um personagem coadjuvante). A história acontece nos anos 1980 e 1990, e o Irmão do Jorel vive sua infância se aventurando com sua melhor amiga, a curiosa e aventureira Lara, que dá carona no seu triciclo para o Irmão do Jorel quando vão para a escola.

Trata-se de uma animação com costumes típicos brasileiros, uma linguagem simples e animada, nos levando a viajar pelo Brasil das décadas contextualizadas, ativando memórias de objetos e costumes de quem viveu nestas épocas. São exemplos: a marca Nintendo, máquinas de fliperama, bandas de garagem, TV de tubo, matinês de jovens e festas juninas. A série tem um cunho humorístico e fantasioso. O ângulo da narrativa se dá como se fosse contada realmente pela perspectiva de uma criança de oito anos.

Mas, apesar do olhar ingênuo, a animação Irmão do Jorel consegue abrir espaço para considerações importantes sobre a formação social, como, por exemplo, a ditadura militar, discussão de gênero, e até a publicidade, objeto de estudo deste trabalho. Considerando que os desenhos animados atingem tanto crianças como adultos, e mesmo que de forma lúdica e leve, a narrativa pode trazer interpretações diferentes para públicos diferentes, mostrando-se, assim, um considerável canal para observar práticas de significados e produção de sentido, assim como analisado na parte teórica deste trabalho.

Já descrevemos aqui alguns personagens principais da animação. Já os outros podem ser considerados coadjuvantes, mas ganham alguns episódios com argumentos centralizados neles, além de sempre participarem dos episódios que envolvem o núcleo familiar. Um deles é o Jorel, irmão do meio, que é a referência do próprio nome do seriado. Essa escolha intencional, de não revelar o nome da criança, gera situações engraçadas e bem elaboradas, como o fato de, na abertura, a música tentar explicar que "o Nico é irmão do Irmão do Jorel". Toda a trama é contada pela visão do irmão mais novo, o Irmão do Jorel, que tem um amor platônico por Ana Catarina, uma amizade encantadora com Lara, e fã dos filmes do ator popular Sidney Magal.

Jorel é o irmão popular, uma pessoa que, aos olhos dos outros, nem precisa falar para ser perfeito. O adolescente, cujo cabelo é reluzente, vai bem no basquete e qualquer outra atividade que se disponha a fazer. Isso porque Nico, o irmão mais velho, já foi popular, porém teve um acidente, que o levou a cair com o rosto no chão, perdendo sua popularidade. O evento gerou um trauma e ele mudou o nome, passando de Nicolau somente para Nico, e começou a esconder seu rosto por trás de sua franja. Temos alguns cenários predominantes na série. O principal é a casa da família, que aparece em quase todos os episódios. Uma casa grande, pitoresca, de dois andares, próxima a um farol. Outro cenário é a escola Pônei Encantado, lugar onde os personagens infantis se encontram. É um espaço que serve para construir histórias e reflexões da época. Essa é uma escola do ensino fundamental, em que estudam Irmão do Jorel, Jorel, Lara, William Shostners, Ana Catarina, entre outros personagens secundários.

As empresas Shostners & Shostners são a marca de todos os empreendimentos da história: programas de televisão, bebidas, carros, hamburgueria, entre outros. Em todo momento a empresa é citada, seja em programas midiáticos, como propaganda de produtos para o cabelo, divulgação do programa de televisão do personagem televisivo Shakespearito, Shostners *Burguer*, Jornal do Quintal e tudo que envolve o conteúdo midiático e publicitário retratado na série.

Figura 1: Na imagem há o personagem Shakespearito, em seu programa de tv.



Fonte: Canal Lelo do Youtube.[50]

[50] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JZqRTeoXL0c> acesso em 24/11/2021.

Várias outras sutilezas poderiam ser descritas aqui neste trabalho, mas, para finalizar, vale a pena destacar a empresa Sprok, que vende guloseimas. O seu principal produto é o refrigerante Sprok Maçã. A empresa possui um *jingle* para impactar os clientes, que é cantado por Carlos Felino. Essa empresa não recebe muitas visitas em sua sede (tanto que quebrou uma ponte para que recebesse mais visitas), mas participa de alguns patrocínios na série com a Shostners & Shostners**.**

4.2 – Episódios

Foi preciso escolher alguns trechos de episódios para analisar. O seriado é muito amplo e possui várias temporadas. Mas, diante do tempo e dos objetivos aqui propostos, escolhemos descrever os episódios em que a publicidade e propaganda podem ser observadas. Analisaremos como o autor apresenta os elementos brasileiros na animação e sua ligação com a publicidade.

4.2.1 Temporada 1, episódio 19: Gincana mortal

Neste episódio, o Irmão do Jorel participa de uma gincana da escola, com Jorel (irmão do meio), em comemoração ao dia do irmão. Nesta gincana, William Shostners tenta trapacear, com um irmão robô. A gincana tem o patrocínio de Sprok Maçã que apresenta uma propaganda, com *jingle*, e é cantado por Carlos Felino, amigo de Nico (irmão mais velho), cuja letra é: *"Seja um vencedor, seja um vencedor com Sprok Maçã. Vencedores vencem, vencedores vencem, com Sprok Maçã! Perder é ruim, ganhar é bom!"*

Quando a propaganda é exibida no telão, Carlos Felino aparece dando um show na apresentação antes do início dos jogos. Sua música é associada ao jogo transmitido no telão, dando a entender que aquele que bebe o refrigerante sairá vencedor.

Figura 2: Marca Sprok sendo mostrada em um telão, ao som de Carlos Felino,



Fonte: Canal Irmão do Jorel do Youtube.[51]

A marca é abordada de forma humorada, com um *jingle* que se encaixa no conceito de ironia. A letra afirma que só é possível ganhar um jogo tomando o refrigerante Sprok Maçã. Mas, no episódio, não aparece nenhuma criança tomando refrigerante. A ironia se dá quando nenhuma criança ganha a competição e todos ganham troféu. Aí está, portanto, o sentido contrário contido na ironia, assim como define Lausberg (1972), citado no início deste artigo.

O humor está presente em todo o episódio, inclusive no nome da gincana, que é "Gincana Mortal". Há um momento em que o apresentador, Roberto Perdigoto, diz que o melhor é estar vivo, mas todas as brincadeiras são perigosas, mortíferas. Dessa forma, diante de todos estes signos, a ironia está mais uma vez representada na série.

4.2.2 Temporada 2, episódio 7, A fantástica fábrica de refrigerantes:

Neste episódio, as crianças da turma do irmão do Jorel estão indo para o acampamento brutal do Steve Magal, quando se deparam com a estrada interditada. Então a professora Adelaide decide fazer um passeio na fábrica de refrigerantes Sprok, que, por acaso, é um lugar próximo de onde estavam parados. Nesta visita, o Sr. Sprok faz a apresentação da fábrica e apresenta o mascote da empresa, Sprokinho, signo este que tem a intenção de representar, para o espectador, o personagem real Dollynho, da marca de refrigerantes

[51] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tX1nBPy0xVA> acesso em 24/11/2021.

Dolly. No episódio, o Irmão do Jorel é convidado a ser o garoto propaganda da empresa. Enquanto isso, Lara descobre que o refrigerante faz propaganda enganosa, pois não é feito de maçã, mas sim de leite de besouro com açúcar, o que gera, ironicamente, encanto nas crianças.

Figura 3: Na esquerda, o mascote fictício Sprokinho. Na direita, o personagem publicitário da marca Dolly.



Fontes: Canal Jorel Kids do Youtube[52], Site Observatório da TV[53]

O Sprokinho é inserido na trama para uma propaganda, pois, com este ícone, podemos perceber uma estratégia de persuasão utilizada pela empresa, assim como define Casarotto (2019).

Assumimos aqui que trata-se de uma paródia da marca Dolly, que possui um refrigerante como seu mascote. Hutcheon (1989) afirma que duas das características da paródia são o humor e a ironia. O mascote possui uma aparência assustadora, porém sorridente. Estes são signos que se assemelham ao mascote original da Dolly, como as cores em tons verdes, o formato de uma garrafa de refrigerante e características infantis.

[52] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PoVncwDItNE> acesso em: 24/11/2021.

[53] Disponível em : <https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/conheca-o-responsavel-pelo-dollynho-que-sumiu-dos-comerciais-do-refrigerente-e-gerou-revolta-na-web> acesso em 23/11/2021.

Vale lembrar que, a partir de 2004[54], o refrigerante Dolly teve campanhas voltadas para o público infantil. Nessa época, as propagandas viraram motivo de piadas populares, que questionam o "bom gosto" da linguagem utilizada pela marca. Portanto, para que o Sprokinho represente o Dollynho, ele também é criado para chamar a atenção das crianças, e contém as mesmas características questionáveis do personagem original (ou seja, do primeiro texto no qual se referencia a ironia).

Segundo Lausberg (1972), a ironia se dá por dois textos que se assemelham, mas que também se contradizem. A intenção (e, portanto, a produção de sentidos) do Dollynho (considerado aqui o texto original) é o propósito descrita por Lausberg (1972) como a intenção da propaganda, que é vender. Já o Sprokinho tem o intuito de gerar outro sentido que, para além do contexto da narrativa e da história que está sendo contada, tem o papel de questionar o quanto foi assertiva a própria propaganda da Dolly. Assim, apesar das semelhanças icônicas, a produção de sentido é diferente. A intertextualidade existe. Porém, existe também a ressignificação, a ironia e o humor. Estas são, por sua vez, as características da paródia.

Complementando, podemos observar a afirmação de Barbosa (2001, p.60) ao analisar Bakhtin, que fala que a paródia é um cruzamento de linguagens, além de identificar a co-dependência da intertextualidade, ironia, humor na paródia. Signos e narrativas à parte, vale lembrar que a produção de sentidos se dá, como afirmado por Hall (2013), pela linguagem e pela cultura. O personagem Dollynho faz parte de uma propaganda que passou a permear a cultura e a linguagem popular Brasileira. Essa é, portanto, uma paródia que só funcionaria na cultura brasileira, uma vez que outras culturas não teriam o mesmo repertório para a geração de sentido a partir dos signos aqui emitidos.

Este episódio também pode ser considerado como uma paródia do filme A Fantástica Fábrica de Chocolates (Warner Bros, 1971[55]). É possível encontrar intertextualidade, pois o

---

[54] Disponível em: <https://exame.com/marketing/eles-cresceram-dolly-recria-campanha-de-pascoa-com-criancas/>

acesso em: 21/11/21.

[55] Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-52931/> acesso em 23/11/2021.

primeiro texto seria o filme original, e o segundo o próprio episódio. As características da paródia já começam no título do episódio: "A Fantástica Fábrica de Refrigerantes". Para que haja intertextualidade, o espectador precisa conhecer o filme para fazer a associação. O Sr. Sprok é retratado a partir de signos que remetem ao personagem principal do filme, Willy Wonka. Além disso, usa recursos próprios da paródia, como o humor. Existem, no episódio, signos que nos permitem ver essa referência, como o chapéu grande, e roupas diferentes e chamativas. A forma como ele apresenta a empresa se assemelha com a narrativa do filme.

Figura 4: Na esquerda, Personagem Sr. Sprok, dono da empresa Sprok. Na direita, Personagem Willy Wonka (Gene Wilder), dono da Fantástica Fábrica de Chocolates.



Fontes: Canal Jorel Kids do Youtube[56] e Blog do Arcanjo[57]

4.2.3 Temporada 4, Episódio 8, Fortificante Mendonça

Neste episódio, Danuza prepara um almoço super saudável, e a família de Jorel já sabe que a sua mãe não possui dotes culinários. Com surpresa e medo, todos esperam o cardápio: cebola, "acebolada com cebolinha" e, de sobremesa, picolé de cebola caramelizada. Como esperado, todos fazem uma cara de desgosto. O Irmão do Jorel, diz, disfarçando, que não está com muita fome. Logo, a vovó Juju, uma avó muito cuidadosa, diz que isso não pode

[56] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PoVncwDItNE acesso em: 24/11/2021.

[57] Disponível em: https://www.blogdoarcanjo.com/2021/09/08/a-fantastica-fabrica-de-chocolate-faz-50-anos-como-classico-da-fantasia/ acesso em: 24/11/2021.

acontecer, inclusive em fase de crescimento. A avó tira, de debaixo da mesa, uma garrafa de Fortificante Mendonça (que se assemelha ao Biotônico Fontoura, suplemento muito consumido na época). O Irmão do Jorel se recusa a tomar o fortificante, e diz que seu apetite voltou. Nesse momento, aparece, repentinamente, o apresentador Rodrigo Perdigoto, em um avião da emissora Shostners, tentando recrutar Irmão do Jorel para um comercial de TV. Seu Edson, o pai de Irmão do Jorel, diz a seguinte frase: *"Mas será possível que a indústria da publicidade esteja sempre à espreita para recrutar pessoas para algum comercial horrível?*". Em seguida, Perdigoto, o apresentador, chama Irmão do Jorel, falando que o prêmio é a coleção completa de bonecos Steve Magal, o ator predileto do menino. O Irmão do Jorel insiste muito para que sua mãe, Danuza, deixe que ele participe do comercial. Seu pai diz que, se o Irmão do Jorel quer tanto esses bonecos, ele irá no lugar dele e virará uma estrela mirim da publicidade.

Figura 7: Vovó Juju quer aumentar o apetite do Irmão do Jorel com o Fortificante Mendonça.



Fonte: Canal Cartoon Network Brasil do Youtube.[58]

Neste episódio, o elemento Fortificante Mendonça é uma paródia do *Biotônico Fontoura*, fortificante famoso na década de 1990. Os signos que nos permitem fazer essa associação com a representação do desenho são a cor verde da embalagem, o formato, além da cena em que a vovó Juju oferece o produto em uma colher para o Irmão do Jorel, movimento que

[58] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Km4Jo70_Q3c> acesso em 24/11/2021.

também era usado nas propagandas de Biotônico Fontoura. Pelo gosto amargo, as crianças da época também relutavam em tomar o produto.

A ironia pode ser percebida na fala de Seu Edson, que critica a invasão à sua casa. Apesar de abominar a indústria da publicidade, posteriormente, se candidata à vaga para garoto propaganda, e também leva Irmão do Jorel para participar, contradizendo o texto que ele mesmo fala. A ironia é definida como algo de sentido contrário por Lausberg (1972), e, portanto, identificado na narrativa desse episódio. Vale dizer que a mídia, de alguma forma, está presente na vida de Seu Edson, pois ele já foi do teatro, teve uma desilusão e, por isso, odeia tanto a publicidade. O assistente de palco também fala da publicidade como algo ruim.

O Fortificante é da marca Shosteners, uma das empresas que desejam lucrar a qualquer custo na série. Os representantes da empresa inventaram uma desculpa para que o Irmão do Jorel não recebesse o seu pagamento, e ficasse tudo com William Shostners. Esses fatos vão ao encontro da definição de propaganda feita aqui neste trabalho, uma vez que seu objetivo principal é vender. A ironia, na narrativa, se encontra no fato de que, nessa tentativa de venda, a publicidade abusa de seus esforços e de seu prestígio com o público.

5 Análise

Ao realizar uma análise da construção audiovisual, conseguimos observar que algumas propagandas são inseridas de forma direta, como por exemplo as realizadas pela empresa Shostners *and* Shostners, inseridas na tv, nos intervalos de programas televisivos na série. Como exemplo, temos a empresa Sprok, que faz uma representação direta à marca Dolly, com patrocínios em eventos. Mas há outras propagandas e elementos audiovisuais inseridos na série de forma sutil.

Figura 8: Na imagem da esquerda, há um carrinho de sorvete com um ícone que se refere à antiga marca dos sorvetes Kibon. Na direita, a antiga marca da Kibon, da década de 90.





Fontes: Canal Cartoon Network Brasil do Youtube.[59] e Brands of the Word[60]

Para além das marcas descritas aqui, podemos citar como exemplo a antiga marca da Kibon, que é inserida na animação em um episódio. A inserção deste ícone é feita sem nenhum enfoque, em um carrinho de sorvetes, de um parque de diversões. Mas essa inserção reforça a construção de uma história que se passa nos anos 1990. Ele está presente não para alterar os rumos da narrativa, mas para aproximar e levar o espectador a gerar um significado de contexto da época.

A construção audiovisual da série se dá com vários elementos, entre eles, a utilização de palavras em inglês para parecer "complicado e chique", como a empresa Shostners *and* Shostners. Para fazer a inserção no mundo lúdico de Irmão do Jorel, os produtores da série se valem de uma linguagem própria dos anos 1990. Isso mostra que a linguagem é o que gera o significado. Mesmo que as pessoas não consigam fazer a tradução do inglês (e, no caso, Shostners é um sobrenome), o que vale é que, diante da cultura brasileira, uma palavra

[59] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8oAESbtLuE8> acesso em 24/11/2021.

[60] Disponível em <https://www.brandsoftheworld.com/logo/kibon-2> acesso em 24/11/2021.

"complicada" pode ser um signo que gere a interpretação de grandeza, superioridade e até credibilidade. E, mesmo que não seja esse o significado gerado, certamente haverá paródia, pois há ironia, humor e intertextualidade.

Estão contidas na série, ainda, metáforas, termo aqui já definido teoricamente. Elas podem ser encontradas quando falam para os espectadores sobre o cinema, como o Clube da Luta ou o Exterminador do Futuro. Esses filmes estão representados, comparados e identificados na animação com as produções do Steve Magal, uma vez que seus filmes são sempre brutais. A metáfora é apresentada também relacionada a programas de TV, como o “Jornal do Quintal", feito por Irmão do Jorel e Lara, com auxílio de Nico e Jorel, utilizando elementos próprios da linguagem jornalística.

Segundo Linda (1989), na paródia, há traços (que também podem ser descritos como signos) dos textos anteriores, que criam similaridade, trazendo referências. Nesse caso, eles utilizam de uma análise da forma, ou seja, é possível ver, nas tramas da animação, as evidências de produção de significados que, diante da intertextualidade, se encontram em produções audiovisuais da época. Podemos ver um exemplo dessa intertextualidade no personagem Steve Magal, que é comparado com Steven Seagal, ator famoso de filmes de ação e luta na década 1990. No objeto, a intertextualidade é composta por diferentes signos, mas, que têm alguma similaridade significativa com textos reais. Nessa mesma linha, pode-se notar a paródia contida no personagem Rambozo, que é um palhaço musculoso, e a ironia está em unir o Rambo, personagem dos filmes de ação estrelados por Sylvester Stallone, e o Bozo, palhaço.

No caso de Steve Magal, a intertextualidade se amplia com a junção dos nomes Steven Seagal e o cantor brasileiro Sidney Magal. E, neste caso, mais uma vez, a ironia se encontra confinada à cultura brasileira, que é capaz de gerar interpretações para o signo. Importante dizer que, na temporada 3 da série, aparece um ator secundário que é irmão de Steve Magal, como o nome de Sidney Seagal. Ele reforça essa representação da aparência de Sidney Magal, pois lembra muito a do cantor brasileiro na década de 1990. Vale dizer que os dois eram ícones na década de 1990, tanto o ator americano Steven Seagal quanto o cantor brasileiro Sidney Magal. Ainda podemos observar o personagem Steve Magal quanto à

propaganda, pois este utiliza um veículo para atingir determinado público-alvo, assim como definido por Casarotto (2019).

Ainda sobre representações, outro ponto importante a ser citado é que todas as crianças da escola assistem ao *Microwave Warriors*, animação japonesa que faz referência aos animes e ao desenho *Cavaleiros do Zodíaco,* que foi lançado na década de 1980 e fez sucesso no Brasil. Fazendo uma reflexão sobre o consumo e a publicidade para o público infantil no episódio, eles lançam brinquedos que todas as crianças da escola têm, e elas falam sobre o assunto. Isso incentiva e, simultaneamente, critica o consumo de produtos retratados na TV para as crianças da série. Ao criticar, inverte o significado, característica da paródia.

O desenho possui várias referências que nos levam, de forma intertextual, a uma viagem das décadas de 1980 e 1990. No episódio *Jornada Matinal Implacável*, sutilmente aparecem dois posters, um da banda Kiss e outro do Steve Magal vestido de *Chapolin Colorado*. Este último, a própria ironia do herói, que era muito popular na época.

Figura 9: Na imagem há dois posters, um da banda Kiss e outro do Steve Magal vestido de Chapolin Colorado.



Fonte: Canal Copperrose113 do Youtube.[61]

Continuando as referências parodiadas do desenho, em um episódio, é possível ver a junção da obra dos *Muppets* representada por Shakespearito. No episódio 25 da segunda temporada, *Dormindo, acordado, dormindo*, a paródia acontece diante da referência intertextual, da marionete ao programa infantil Muppets, além do sol sorridente de *Teletubbies*.

[61] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KLoadKsMKy0> acesso em 24/11/2021.

Figura 10: Na imagem a paródia está contida em dois programas infantis, Muppets e Teletubbies.



Fonte: Canal Cartoon Network Brasil do Youtube.[62]

Com todos esses pontos analisados, é possível perceber como a paródia, a ironia, e a intertextualidade se articulam na narrativa e se apresentam em vários momentos da animação, bem como o constante uso dos aspectos semióticos, com os signos que representam algo para o espectador, de modo a ativar seu repertório e trazer a cena para perto de si. Mesmo sendo signos ou representações diferentes, trazem similaridade de significado. Contudo, é possível que nem todos percebam esses detalhes destacados aqui, e, portanto, não gerem esses mesmos significados. Muitas sutilezas passam despercebidas se o olhar não tiver voltado para isso. Mas, de alguma forma, o espectador identifica esse objeto perto de sua realidade, e muitas vezes não sabe explicar o porquê. Apesar de vários signos possuírem diferentes significados, essa intertextualidade ativa a memória e cria uma ligação (formação de sentido) para o espectador. O mundo lúdico do Irmão do Jorel é como uma viagem no tempo. Muitas dessas referências só são notadas pelo público adulto que viveu uma infância semelhante nas décadas de 1980 e 1990, pois só eles têm o repertório sobre aquela linguagem e aquela cultura, elementos da significação segundo Hall (2013).

A propaganda se apresenta, nesta série, como um signo que tem a finalidade de levar o espectador a esse lugar de acesso ao repertório, e vem para facilitar este entendimento do contexto de épocas. Apesar do espectador que possua esse repertório compreender esses

[62] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f2BaXIKyoYE> acesso em 24/11/2021.

pontos com facilidade, a falta de conhecimento não atrapalha um espectador "comum", de assistir e gargalhar com o humor presente na série.

6 CONCLUSÃO

O problema apontado nesta pesquisa foi: como é feita a representação e produção de sentido de elementos da publicidade e propaganda brasileira produzida pela animação Irmão do Jorel? E conseguimos mostrar que há elementos que a publicidade brasileira utiliza para se aproximar do leitor. Este trabalho mostrou que, teoricamente, a paródia é, diante do significado, o inverso do objeto parodiado (HUTECHON, 1985). E ela possui essa ligação entre dois ou mais textos, que é a definição de intertextualidade, assim como afirma Samoyault, ao analisar Gérard Genette, que define a intertextualidade como “(...) uma relação de copresença entre dois textos ou vários textos.” (2008 p. 30)

A animação analisada é repleta de representações que, de acordo com Pitkin (1967), são definidas como algo que está presente no lugar de outra coisa. Para que estes textos e narrativas produzam sentido para o leitor, este precisa compartilhar da mesma cultura do objeto, como afirma Stuart Hall (2013).

Lúcia Santaella (2010) define a semiótica como o estudo de linguagens, o que nos permite identificar diversos signos dentro da animação, que facilitam a produção de sentido dos elementos para o espectador. Estes estudos foram feitos para chegar na análise dos episódios da série Irmão do Jorel, que utilizam da linguagem dos elementos da propaganda para produzir alguns significados. Acreditamos que a série traz questões muito sérias, sem deixar de lado o humor, apontando de forma leve e sutil elementos tipicamente brasileiros, principalmente utilizados na década de 1990, para retratar e levar o espectador para este lugar. A série utiliza a presença marcante da comunicação televisiva, mudando e reconstruindo a história da série a todo momento, interferindo no dia a dia.

A premissa desta pesquisa parte de um recorte que contém ícones que representam a publicidade. Mas, durante o processo de análise, nossos olhares acabaram sendo

direcionados não apenas para as propagandas, mas para outros elementos que não são exclusivamente publicitários, mas sim da comunicação da época. No nosso modo de ver, esta foi uma grata surpresa, que enriqueceu nossas possibilidades analíticas. Mesmo que fora dos objetivos propostos, os ícones da comunicação, de forma mais ampla, contribuem, na animação, para uma produção de sentido, que se vale de mecanismos muito parecidos com os da publicidade. Essas novas abordagens são um resultado do processo de pesquisa e, portanto, não estavam nos nossos objetivos iniciais. Apesar da extrapolação do recorte, o enriquecimento se encontra no fato de que a publicidade, enquanto ferramentas diversas de comunicação, se "co-fundem" com as intertextualidades encontradas na animação, misturando-se, assim, numa grande paródia da comunicação como um todo.

A propaganda entra, então, como um ícone de representação social da época. Signos como Sprokinho nos atentam para o fato de que a propaganda constrói significados ao sugerir para a sociedade uma determinada linguagem. Ela é capaz de gerar ícones, índices e símbolos, que modelam a linguagem e a cultura brasileira. A evidência disso é a forma com que esses elementos, tanto da publicidade quanto da cultura de forma geral, são usados para construir os sentidos e as representações no objeto aqui estudado.

Acreditamos que esta discussão não se finaliza aqui, e que é necessária uma expansão nos estudos para outras animações brasileiras. É possível, inclusive, analisar de forma mais profunda o uso da paródia e da semiótica com todos seus elementos. Mas aqui falamos de uma expansão para um estudo de recepção, e de como esses códigos são representados na mente de quem os vê.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Márcia Helena Saldanha. **A paródia no pensamento de Mikhail Bakhtin**. Revista Eletrônica (VIDYA). Santa Maria. v. 19. p.60, 61. jan-jun, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/503> acesso 08 set.2021.[63]

BASTOS, Maria Clotilde Pires; FERREIRA, Daniela Vitor. **Metodologia científica.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

CASAROTTO, Camila. **Saiba o que é Publicidade, para que serve e como é a carreira do publicitário.** Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/publicidade/> acesso em 22 nov.2021.

CARTOON NETWORK BRASIL. Playlist Youtube Irmão do Jorel. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Pj6tfRwIiuQ&list=PLDgm57uVLW4as276RdEOlAZQl4r4Hmh2k&index=1 > acesso em: 25/11/2021.

FUNK, Marjana. **Persuasão através da emoção:** o storytelling como recurso para animações publicitárias. 2017. 66 f. Monografia. Graduação em Publicidade e Propaganda. Orientadora Prof. Me. Aline do Carmo. Passo Fundo: Faculdade de Artes e Comunicação. Universidade de Passo Fundo (UPF), 2017.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Apicuri/PUC-Rio, 2013. Capítulo 1.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia, ensinamentos das formas de arte do século XX**. Rio de Janeiro: Edições 70. 1985. Capítulo 2.

IRMÃO do Jorel [Seriado]. Direção: Juliano Henrico Rodrigo Salgado Produção: Zé Brandão Felipe Tavarea. 2014-Atual. Animação.

LAUSBERG, Heinrich. **Elementos de retórica literária.** 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972. Capítulo 1.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do; SOUSA, Flávio Luís Leite. **Metodologia da Pesquisa Científica**: teoria e prática. 1. ed. Brasília: Editora Thesaurus, 2016.

[63] É importante ressaltar que, diante do contexto que foi produzido este trabalho, alguns dos autores, importantes para as discussões aqui estabelecidas, não têm citação direta, por ter uma leitura complexa. Um exemplo desses autores é Mikhail Bakhtin, nome importante na conceituação de paródia. Entretanto, estudamos, com profundidade, autores que analisam sua obra, e descrevem as ideias originais de Bakhtin, trazendo à luz suas teorias. Então, não foi deixada de lado a importância de suas definições. Elas apenas foram elucidadas por meio de outros autores.

PITKIN, Cristiano. **O conceito de representação.** Academia *Accelerating the world's research.*1967. Capítulo 1. Disponível em: <https://www.academia.edu/RegisterToDownload/BulkDownload > acesso 22 nov.2021.

PEIRCE, Charles. **Semiótica.** 3ª Edição São Paulo:.Perspectiva, 2005. Capítulo 3.

RODRIGUES, Auro de Jesus; GONÇALVES, Hortência de Abreu; MENEZES, Maria Balbina de Carvalho; NASCIMENTO, Maria de Fátima. **Metodologia científica**. 4. ed. rev. ampl. Aracaju: Unit, 2011.

SAMOYAULT, Tiphaine. **A intertextualidade.** São Paulo: Hucitec, 2008. Capítulo 1 e 2. Disponivel em: <https://dtllc.fflch.usp.br/sites/dtllc.fflch.usp.br/files/Intertextualidade%20-%20Livro%20completo.pdf > acesso 22 nov.2021.

SANT'ANNA, Affonso. **Paródia Paráfrase & cia.** 7ª edição. São Paulo: Ática, 2003a. Capítulo 1.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica.** Brasiliense, 2010. Capítulo 1 e 2.

SANTAELLA, Lúcia; NOTH, W. **Estratégias semióticas da publicidade.** São Paulo: Cengage Learning, 2010. 292p.

SCOZ, Beatriz. **Produção de sentidos, ensino e aprendizagem.** São Paulo. Edição 74. Revista da associação brasileira de psicopedagogia. 2007a.

A Reencarnação Digital e o Paradigma Social Vivenciado Por tal Possibilidade: Um Estudo da Tecnologia de Chatbot

Digital Reincarnation and the Social Paradigm Experienced by Such Possibility: A Study of Chatbot Technology

Charles Cleyton Gomes Pereira[64]

Izabella Silva de Mendonça[65]

Rediner Alves Vinhal[66]

Profª. Me. Renata Paula de Oliveira[67]

Resumo

A presente pesquisa busca investigar a "reencarnação digital" e o paradigma social vivenciado por tal possibilidade, por meio do estudo da tecnologia *Chatbot*. A partir de abordagem conceitual sobre *Chatbot*, Inteligência Artificial, Tecnologia e Inovação, observa-se a fragilidade do compartilhamento de dados, bem como uma ruptura de paradigmas sociais. Conclui-se que estes princípios inovadores, pertencentes a um mundo de descobertas na sociedade atual, podem acabar ferindo eventuais princípios éticos por meio da reencarnação digital.

Palavras-chave:*Chatbot*,Tecnologia, Inovação, Inteligência Artificial.

[64] Graduando em Sistema de Informação. Charles.pereira@soupromove.com.br

[65] Graduando em Sistema de Informação. Izabella.mendonca@soupromove.com.br

[66]Graduando em Sistema de Informação. Rediner.vinhal@soupromove.com.br

[67]Mestre em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professora de Português da Faculdade Promove de Tecnologia. E-mail: renata.oliveira@somospromove.com.br

Abstract

This research seeks to investigate the "digital reincarnation" and the social paradigm experienced by such a possibility, through the study of Chatbot technology. From a conceptual approach on Chatbot, Artificial Intelligence, Technology and Innovation, it is observed the fragility of data sharing, as well as a rupture of social paradigms. It is concluded that these innovative principles, belonging to a world of discoveries in today's society, may end up hurting possible ethical principles through digital reincarnation.

Keywords: *Chatbot, Technology, Innovation, Artificial Intelligence.*

1. INTRODUÇÃO

Desde o surgimento dos primeiros computadores, a tecnologia tem progredido exponencialmente, tornando-se cada vez mais presente no abastecimento da rotina do ser humano, que, enquanto ser social, depende da comunicação e da interação para garantir sua sobrevivência.

Com o passar dos anos, avanços tecnológicos como tecnologias 3D, casas inteligentes, dinheiro digital, aplicativos funcionais, entre outros, tornaram-se facilitadores de demandas, possibilitando um cotidiano ainda mais prático para o ser humano – tais facilidades podem ser explicitadas por meio de calendários *online*, contatos instantâneos, algoritmos personalizados e eletrônicos que vão de PCs e *smartphones* a dispositivos sensoriais, como câmeras de monitoramento e medidores de velocidade, armazenando milhões de informações e dados.

Segundo Villela (2021), estima-se que, do início da civilização até 2003, a humanidade criou 5 exabytes (um quintilhão de bytes) de informação. O curioso é pensar

que, ainda segundo tal autor, atualmente, são criados o mesmo volume de dados a cada dois dias.

Considerando ainda os apontamentos de Villela (2021) quanto ao consumo de dados, fica bem claro que a tecnologia para muitas pessoas se tornou algo indispensável e até primordial no dia a dia. Dessa forma, em detrimento da demanda crescente de sistemas automatizados como *bots* de autoatendimento, assistentes virtuais e casas inteligentes, a tecnologia nos últimos anos teve um salto considerável, invadindo o mundo real de tal forma que muitos não sabem mais diferenciar o mundo *online* do mundo *offline*, fazendo com que seja desenvolvido um ciberespaço no qual o real se perde e o virtual se torna realidade.

A discussão deste artigo tem como intuito abordar a migração de aspectos do mundo virtual para o mundo físico. Além disso, tem-se ainda como proposta discutir como esta interação pode influenciar a vida do ser humano e seus paradigmas sociais: o mundo virtual se tornou uma realidade paralela na qual o ser humano se recria e vive uma vida normalmente, o que pode afetar negativamente o real. (GUERRA, 2011). Os internautas, por exemplo, agem motivados a questionarem tensão existente entre real e o virtual, ou seja, os navegantes virtuais vivenciam uma experiência confinada ao virtual em função das possibilidades do real social – ao que parece, todo o seu questionamento do mundo real gira em torno de experiências virtuais vivenciadas.

Como o real social é limitado ou restrito, ele (real social) se amplia no virtual; permitindo experiências inéditas–"o real passa a ser vivido diferentemente e novas exigências são desenvolvidas para o indivíduo. Seria o caso de considerar, a construção de identidades virtuais como o alicerce de 'eus' reais vividos negativamente". (GUERRA, 2011, p. 45)

A tecnologia *chatbot*, um dos expoentes que ilustram bem o universo das inovações trazidas pelos avanços tecnológicos e que norteia pontos das discussões que aqui serão realizadas, pode ser encontrada em um *software* chamado Luka[68], criado em 2016, por

[68] Espécie de amigo virtual que imita padrões de linguagens pessoais, criado para manter conversas com pessoas que já morreram. O software se baseia em mensagens reais disponibilizadas em mídias sociais e caixas de e-mail, criando padrões de discursos e replicando a personalidade do autor.

Eugenia Kuyda, uma mulher Russa que desenvolveu um programa que permitia a ela conversar com seu amigo Roman Mazurenko, morto no ano de 2015, em um acidente de carro.

Diante deste contexto, em que o mundo virtual pode influenciar diretamente o real, e no qual parece ser iniciado mais uma vez debate sobre o que seria ou não ético para a humanidade, o presente texto questiona: a ideia de reencarnação digital[69], possibilitada pela construção de *softwares* de realidade avançada e pelo uso da inteligência artificial, pode significar eventual ruptura nos paradigmas já criados pela sociedade?

O presente trabalho, deve-se ressaltar,explora a discussão ética por meio da reencarnação digital e do modelo de inteligência artificial. Para tanto, tem-se como base estudo sobre o *software chatbot*, com o intuito de agregar eventuais contribuições positivas em debates sobre as relações entre ética e reencarnação digital, tema o qual está sendo cada vez mais questionado pela sociedade.

[69] Reencarnação de pessoas mortas por meio de *softwares* virtuais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Inteligência Artificial e seus possíveis benefícios e/ou malefícios

Se a Inteligência Artificial (IA) for vista apenas como a possibilidade de atribuir consciência a objetos ou coisas através de cálculos, então, faz-se possível identificar tal proposta há séculos - Durkheim (1996) acreditava na possibilidade de conferir poderes mágicos ou divinos a objetos, transformando-os em seres com capacidades cognitivas.

O ser humanosempre buscou formas de replicar a capacidade de raciocinar em outros objetos. Para tanto, estudava (e ainda estuda) sobre como a capacidade cerebral humana funciona, a fim de que seja possívelencontrar maneirade torna-la mecanizada.Entretanto, e com o passar dos anos, povos e novas gerações, de maneira geral, perceberam que grandes feitos eram realizados através de cálculos matemáticos ou de misturas químicas, deixando de lado o misticismo de épocas antigas.

> Significa principalmente, portanto, que não há forças misteriosas incalculáveis, mas que podemos, em princípio, dominar todas as coisas pelo cálculo. Isto significa que o mundo foi desencantado. Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar aos espíritos. (...) Os meios técnicos e os cálculos realizam o serviço se trata-se de algo místico. (WEBER, 1979, p.165)

De tal maneira, e como já se imagina, o conceito de Inteligência Artificial (IA) não está relacionado a magia ou poderes divinos A Inteligência Artificial (IA) é uma área da ciência da computação na qual os pesquisadores buscam criar uma espécie de pensamento na computação: máquinas teriam a capacidade de reproduzir tarefas que apenas os homens teriam a capacidade de realizá-las. (MAXWARA, 2020).

Russel (2003) dividia a Inteligência Artificial (IA) em 4 partes: I. Sistemas que pesam como seres humanos; II. Sistemas que atuam como seres humanos; III. Sistemas que pensam racionalmente; IV. Sistemas que atuam racionalmente.

“No geral, as linhas de pensamento I e III referem-se ao processo de pensamento e raciocínio, enquanto as II e IV ao comportamento. Além disso, as linhas de pensamento I e II medem o sucesso em termos de fidelidade ao desempenho humano, enquanto na III e IV mede-se o sucesso comparando-o a um conceito ideal que de inteligência, que se chamará de racionalidade. Um sistema é racional se “faz tudo certo”, com os dados que tem”. (RUSSELL; NORVIG, 2004).

Embora a expressão Inteligência Artificial (IA) não possua uma definição concreta ou mesmo uma definição consensual,

> pode-se dizer que ela faz parte de uma área pertencente à computação e que, através de algoritmos, atribui certas funções inteligentes a objetos, implementando neles habilidades não apenas para realizar funções de maneira imperativa, mas, sim, de responder a comandos e definir o que fazer mediante cada situação. (MAXWARA, 2020, p. 67).

Com a adaptação do mundo,para que seja possível vivenciar a era digital na qual estamos inseridos, identifica-se cada vez mais o desenvolvimento de objetos inteligentes que foram criados em decorrência de estudos realizados na área da IA. Pensando em um contexto positivo para a sociedade, faz-se possível citar avanços que contribuem diariamente na/com a rotina do ser humano, como a velocidade para que sejam solucionados virtualmente muitos problemas e necessidades; a redução de re-trabalhos e falhas humanos, fazendo com que as pessoas reduzam seu tempo de trabalho e se concentrem em pontos mais complexos;a otimização da comunicação; o uso de ferramentas que fazem o reconhecimento por voz ou facialmente, aprimorando aspectos relativos à segurança.

Os avanços tecnológicos permitem, ainda, que rostos disfarçados sejam reconhecidos, mesmo sejam utilizados boné, óculos escuros ou lenços, aumentando a segurança das pessoas nos meios eletrônicos. No que diz respeito a operações financeiras, inúmeros dados são analisados de forma simultânea, auxiliando na detecção de eventuais fraudes, roubos e transações indevidas.

E mesmo com tantos benefícios, há também perspectivas não tão positivas que podem ser vislumbradas, como todos os questionamentos éticos, morais e sociais quanto ao uso de tantos avanços tecnológicos presentes no dia a dia das pessoas. Há ainda possível ameaça a milhares de empregos, bem como a possibilidade de ver aumentado o isolamento social: a Inteligência Artificial (IA), cabe ressaltar, ainda que consiga se basear em cálculos e algoritmos, não chega ao nível de exercer pensamos criativos e críticos como o cérebro humano.

2.2. Tecnologia *ChatBot*e a utilização da Inteligência Artificial

Os computadores, de maneira geral, nos fornecem informações, facilitam o nosso cotidiano, nos divertem e auxiliam em demandas inimagináveis.Umexemplo disso é o uso de *chatbot.*

> Antes de definir o significado de chatbot, é necessário entender que esses assistentes virtuais inteligentes são um resultado de um avanço em várias áreas da ciência no decorrer dos anos, como a inteligência artificial, processamento de linguagem natural, banco de dados e rede de comunicação de dados. (CRUZ; ALENCAR; SCHMITZ, 2018, p.208).

O termo *chatbot*deriva das palavras chatter (falatório) e bot (abreviatura de robot). Seu criador foi o cientista da computação Michael Loren Mauldin, que criou um *chatbot*chamado Julia, em 1994. (PATEL, 2018).

Um *chatbot*é um programaprojetado para simular uma comunicação inteligente em um bate papousando Inteligência Artificial (IA). Ele reconhece a entrada do usuário e

usacorrespondência de padrões e informações de acesso para fornecer um reconhecimento. (CABRAL,2018).

De maneira geral, e como já dito, a Inteligência Artificial é um avanço tecnológico que permite que sistemas simulem uma inteligência similar à humana: ela busca odesenvolvimento de sistemas que simulem a capacidade humana de raciocínio, percepção e tomada de decisão para a resolução de problemas, ou seja, sistemas que tenham capacidade de serem inteligentes – "a inteligência artificial, operada por meio da utilização de algoritmos, tem como importante função produzir previsões". (ZARSKY, 2013, p. 1505).

Desta forma, o*chatbot*pode ser visto e denominado como "agente inteligente", por se tratar de um recurso de programação que representa elementos autônomos, que têm a capacidade de manipular, trocar informações e conhecimentospor meio das codificações inseridas, conseguindo executar as operações que lhes foram designadas.

> Um agente é uma entidade capaz de realizar alguma tarefa,geralmente para auxiliar um usuário humano. Agentes podem ser do tipo biológico (pessoas ou animais, por exemplo), robótico ou computacional. (JONES; BARTLETT, 2004, p.13)

O *chatbot* é projetado para ser um assistente virtual definitivo com finalidade de entretenimento, ajudando a completar tarefas que vão desde responder a perguntas, obter instruções de direção e realizar conversas inteligentes.Por exemplo, se o usuário estiver fornecendo uma frase como "Qual é o seu nome?",o*chatbot* responderá algo como "Meu nome é Chatbot", ou seja, as respostas são dadas baseadas na frase utilizada pelo usuário. De tal maneira, para desenvolver um *chatbot,*faz-se necessário desenvolver em tais programas a capacidade de entender questões dos seres humanos, estabelecer a heurística, encontrar respostas e consultar o banco de dados para compor a resposta de cada pergunta. Deve-se ressaltar ainda que referida tecnologia funciona sem uma interface complexa, criada para que o usuário insira e receba dados específicos–nela, os*chatbots* precisam descobrir os desejos do usuário e como entregá-los utilizando o *machinelearning*[70].

[70]O aprendizado de máquina (em inglês, **machinelearning**) é um método de análise de dados que automatiza a construção de modelos analíticos. (ALECRIM, 2018)

A pessoa que o *ChatBot* irá representar pode corresponder a uma personalidade do passado ou presente (ou uma versão disso), como um parente, um conhecido, um amigo, uma celebridade ou qualquer outra pessoa. A linguagem que será utilizada por tal assistente virtualserá aprendida e armazenada no banco de dados do *software*; além disso, seu sistema pode utilizar "dados sociais" como "imagens, dados de voz, *posts* de mídias sociais, mensagens eletrônicas e cartas", disponibilizados na web, para construir o perfil desejado. E é neste contexto que questões éticas seguem sendo realizadas: com o avanço desta tecnologia, que permite a 'reprodução'de pessoas já falecidas, muitos têm questionado se não haveria em tal possibilidade invasão à privacidade de usuários e/ou familiares. Além disso, questiona-se também se familiares estariam preparados para receber (conviver com) este tipo de projeto.

2.3. A frágil relação entre os avanços tecnológicos e os paradigmas sociais

Adriane Faria (2014) pontua que a ética[71] é a racionalização da moral dentro de uma sociedade. De tal modo, faz-se possível pensar que os dilemas morais sejam um reflexo do que as pessoas fazem, e acabam surgindo quando, diante de uma situação, a ação da pessoa ou de um grupo de indivíduos contraria aquilo quea sociedade estabeleceu como padrão de comportamento para aquela situação.

Quando pensamos em Inteligência Artificial idealizamos mudanças tecnológicas, avanços da/para a humanidade e rotinas sendo facilitadas por meio de adaptações que se assemelham ao humano.

> Como se vê, a aplicação cotidiana da inteligência artificial pode ser usada tanto para previsões de fatos gerais sobre a economia, natureza ou política, como também para prever o comportamento individual. Para o tema ora abordado, interessa-nos essa última função: como as previsões sobre o comportamento de indivíduos determinados pode fundamentar decisões sobre as suas vidas, seja no mercado, seja nas suas relações com o Estado, influenciando diretamente o seu

[71]A palavra ética deriva do termo *ethos*, presente no idioma grego antigo. *Ethos* tem duas variantes: êthos (caráter) e éthos (costume).(PORFíRIO, 2019)

> acesso a bens, serviços e mesmo ao mercado de trabalho. (CESAR;MENDES;AFFONSO; NUNO, 2018, p.4).

Porém, quando investigamos a fundo a ideia da existência de máquinas "pensantes" e que tomem decisões pelos humanos, levanta-se uma série de questões éticas que devem estar presentes no momento do desenvolvimento e da implementação da inteligência artificial nos mais diversos setores da sociedade, e, principalmente, na regulação da IA:pensa-se no surgimento de sistemas de inteligência artificial que não sejam total ou prioritariamente baseados em um modelo de regras pré-fixadas, mas que sejam alimentados com grandes quantidades de dados, para que possam fundamentar suas decisões e formar seus padrões de decisão.

> A primeira sentença do texto "ComputingMachineryandIntelligence", de Alan Turing (1950), é um convite à reflexão. O tema proposto é precisamente delimitado em sua questão primordial: "podem as máquinas pensar?" Com a questão posta, faltava apenas uma definição clara dos termos envolvidos. O que é "máquina"? O que é "pensamento"? Turing logo se deu conta de que esses são termos perigosos, pois há uma gama enorme de significados que os acompanha, o que acabaria por dificultar uma definição precisa. Com esse problema em mãos, o autor encontrou uma resposta no "jogo da imitação" (...) [o jogo começou por ser para distinguir um homem de uma mulher, mas depois Turing alterou as regras do jogo, colocando uma máquina no lugar de um dos participantes]. Nessa nova situação, o objetivo seria descobrir qual, dentre os dois participantes, seria o ser humano e qual seria a máquina. Se conseguisse agir por meio de suas respostas, tal como um ser humano, sem que o participante que faz as perguntas perceba, essa máquina seria considerada inteligente e, por consequência, um ser pensante. (ZILIO, 2009, p. 209).

O que Turing (1950) considera não é se as máquinas podem ou não pensar, mas se as máquinas podem ou não fazer o que pensadores como nós fazemos. Robôs foram criados por pessoas. Sendo assim, tudo o que a máquina faz seria uma mera execução de comandos e de programação prévia. Todavia, quanto mais complexas são as soluções apresentadas, mais avançadas tais estruturas se tornarão, podendo ultrapassar a capacidade humana.

Quando permitimos e induzimos que máquinas consigam se assemelhar a humanos por meio do compartilhamento de dados pessoais, estamos abrindo portas para que este processo avance tanto que consiga realmente substituir uma parcela do mundo real - a IA certamente traz uma possível revolução. No entanto, seu uso inadequado pode ser uma fonte prejudicial para os usuários -o impacto social e ético da IA abrange muitos domínios: os sistemas de classificação de máquinas, por exemplo, levantam questões sobre privacidade e preconceitos; e veículos autônomos levantam questões sobre segurança e responsabilidade. Os preceitos éticos devem, portanto, ser o pilar norteador de qualquer implementação dessa tecnologia.

2.4. A “reencarnação digital” através da tecnologia ChatBot

O *ChatBot,* também chamado de assistente virtual, e como já dito, é um *software* de inteligência artificial que pode imitar o bate-papo do ser humano. Eles podem ser utilizados em diversos campos, como nos negócios, na educação, na saúde e até mesmo em bate-papos *online*com o propósito de entretenimento - como exemplo, temos o sistema patenteado pela Microsoft, que fará com que dados disponibilizados na internet por uma pessoa sejam compilados e entendidos por uma máquina, fazendo com que eventuais conversas com um *ChatBot*sejam baseadas em ações e conversas realizadas por uma pessoa que teve seus dados analisados, estando esta pessoa viva, ou não, o que possibilitará a vivência do que neste trabalho estamos a chamar de “reencarnação digital”.

A pessoa que o *ChatBot* irá representar, a fim de que se dê o processo de “reencarnação digital”, como dito anteriormente, pode corresponder a uma personalidade do passado ou dopresente (ou uma versão disso), como um parente, um conhecido, um amigo, uma celebridade ou qualquer outra pessoa. A linguagem que será utilizada por tal assistente virtual será aprendida e armazenada no banco de dados do *software*; além disso, seu sistema usará“dados sociais” como “imagens, dados de voz, *posts* de mídias sociais, mensagens eletrônicas e cartas” disponibilizados na *web* para construir o perfil desejado (e

tal possibilidade não feriria a privacidade de usuários?Familiares, de maneira geral, estariam preparados para receber e conviver com este tipo de projeto?).

Se os *chatbots* estão se tornando comuns, faz-se preciso elaborar novas leis para melhor controle da situação. Até porque “ressuscitar” digitalmente uma pessoa que partiu, através de dados que foram fornecidos enquanto viva, pode representar uma grande violação de privacidade.

Para ilustrar a situação anteriormente citada, tem-se o exemplo do escritor*freelancer* Joshua, de 33 anos, que utilizou de uma tecnologia de *chatbot* para recriar seu diálogo com suafalecida noiva,Jessica Courtney, que havia morrido há 8 anos. A tecnologia utilizada por Joshua teve seu desenvolvimento possibilitado por um projeto chamado *Decembe*r,desenvolvido por um programador da Bay Area: o *Project December* foi movido por um dos sistemas de inteligência artificial mais capazes do mundo, um *software* conhecido como GPT-3.

O *Project December*sabe como manipular a linguagem humana, gerando texto em inglês fluente em resposta a uma solicitação. Enquanto assistentes digitais como o Siri, da Apple, e a Alexa, da Amazon, também parecem entender e reproduzir o inglês em algum nível, o GPT-3 é muito mais avançado, capaz de imitar praticamente qualquer estilo de escrita com o toque de um botão.(Jason Fagone, 2021). No caso do freelancer que recriou a sua namorada já falecida, o sistema utilizado por ele foi treinado com base em mensagens de texto que os dois trocavam por celular: após alguns cliques e históricos da internet, Joshua conseguiu“reviver” sua noiva através do sistema *Chatbot.*

A experiência vivida por Joshua, o freelancer, entretanto, parece não ter agradado a todos: após o criador do projeto que originou tal recriação digital, Jason Rohrer, receber uma intimação da empresa que trabalhava, aOpenAI,fez-se necessário realizar ajustes para que o uso da IA por ele proposto não deixasse de existir na Internet. Para tanto, em vez de usar GPT-3 para dar continuidade em seus planos, o desenvolvedor passou a utilizar o modelo GPT-2, de código aberto. A solução é menos requintada, cabe ressaltar, mas o site de Rohrer permanece no ar, com algumas limitações em relação às habilidades de conversação.

Com a relativamente recente divulgação de que a Microsoft patenteou tal processo de recriação digital, o assunto da "reencarnação digital" está se tornando cada vez mais comum entre a população, gerando polêmicas, desconfortos e questionamentos sobre até que ponto a tecnologia que vem por aí poderia ferir eticamente uma sociedade - por mais que existam muitas pessoas a favor desse tipo de desenvolvimento tecnológico, ainda existe grande parcela receosa de pessoas que tem visto tal possibilidade como uma agressão.

Em versões fílmicas sobre o tema em comento, temos alguns episódios e filmes que representam esta realidade cada dia mais presente.Neste sentido, podemos citar como exemplo fictício um episódio da segunda temporada da série *Black Mirror,* chamado "*Be rightback*", publicado pela Netflix. O episódio foi escrito por Charlie Brooker, dirigido por Owen Harris, e emitido em 11 de fevereiro de 2013. Em tal episódio, tem-se narrada a história da viúva Marta, que teve a oportunidade de conversar com seu marido (morto por um acidente de carro) através de um *software* chamado *Chatbot*–e, talvez, já possa ser dito, há algum tempo, que a ficção há muito se tornou realidade.

3. METODOLOGIA

Resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho foram obtidos por meio de pesquisas relacionadas à análise do *softwareChatbot*epor meio de pesquisa explicativa. Segundo Gil (2002), pesquisas explicativas são aquelas que explicam a ocorrência de determinados fenômenos que usufruem de certos mecanismos para justificar um fator ou acontecimento.

> Essas pesquisas têm como preocupaçãocentral identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, e o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. (GIL, 2002, p. 2)

Em um primeiro momento, foram estudados autores como Vilela, Russel, Weber e Guerra, utilizados como base para a análise do objeto a ser pesquisado. Coleta de dados foi feita através da análise de notícias e estudos referentes aos avanços tecnológicos voltados para a criação e implementação do *Chatbot*na rotina da sociedade.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, deve-se ressaltar ainda que foram utilizadas fontes primárias e secundárias: fez-se necessário autores que conversassem sobre o assunto eleito para esta discussão assim como notícias/informações divulgadas recentemente.

Para fontes de pesquisas bibliográficas, foram utilizados livros e artigos de autores conceituados. Faz-se relevante também pontuar que a presente pesquisa tem caráter qualitativo, conforme observa Godoy (1995):

> Hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. 'Algumas características básicas identificam os estudos denominados qualitativos'. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada (GODOY, 1995, p. 21).

Assim, e diante do exposto, tem-se, então, que, este estudo teve caráter essencialmente qualitativo - para a análise de dados, o método utilizado foi a análise de conteúdo.Segundo Moraes (1999), a análise de conteúdo pode ser descrita como uma metodologia de pesquisa que serve para analisar e interpretar documentos e textos.

> A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar a mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de

> análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias (MORAES,1999, p. 2).

Por fim, destaca-se terem sido utilizadas técnicas de análise de conteúdo, favorecendo a liberdade na interpretação de ideias e textos e possibilitando o desenvolvimento de posicionamentos diversos durante o andamento desta pesquisa - não atribuindo uma resposta única e universal a respeito do objeto pesquisado.

4. Considerações finais

A discussão aqui desenvolvida teve como intuito pontuar reflexões acerca da "Reencarnação Digital" e do Paradigma Social vivenciado em decorrência de tal possibilidade. Para tanto, foram desenvolvidas pesquisas relacionadas ao uso datecnologia *Chatbot*(tecnologia responsável por tornar possível o processo de conversar com aqueles que não mais se encontram vivos na Terra). A análise realizada foi baseadaem estudos e dados oficiais sobre registros de casos de projetos e protótipos os quais deram"vida" a seres humanos que não mais estão na Terra.

Se considerada perspectiva positiva acerca da discussão apresentada, faz-se louvável e admirável o avanço tecnológico que tem sido vivenciado e proporcionado tanto por seres humanos quanto por suas criações – as máquinas –, que, cada vez mais, parecem dar indícios de que, em pouco tempo, a criatura será capaz de superar o seu criador (será?). Além disso, há que se considerar também todos os benefícios advindos de implantações tecnológicas diversas – certamente, não se faz distante o momento em que um "novo mundo"virtual, mesclado com o real, será a realidade que viveremos. E é exatamente neste

momento que se apresenta possível perspectiva não tão positiva: até que ponto esta evolução constante, intensa e real, pode ser positiva para o ser humano?Quais classes poderão ter acesso a ela e até onde uma pessoa iria pelo próprio sentimento? São perguntas que fogem do nosso atual conhecimento, pois,a partir do momento que se entrega poder a uma pessoa, não se pode medir até onde ela iria.

Nesse contexto, entra-se então em uma discussão ética, citada e explicada neste trabalho por meio de relatos de pessoas que sofreram a perda de alguém que amavam e tiveram a iniciativa de configurar e utilizar uma tecnologia para que pudessem, de certa forma, “ressuscitar” aqueles que tanto lhes falta. Entretanto, urge questionar: tal ressurgimento deu-se com a permissão de quem? Com base em quais premissas? Para qual finalidade? Por quê? Ao se mesclar dois universos que deixam de se separar – o real e o virtual –, ainda que por uma linha muito tênue, não estaríamos a infringir normas sociais previamente estipuladas, gerando incógnitas incansáveis na mente de cada desenvolvedor – e de cada cidadão – que se vê diante de tal cenário, haja vista ser possível “reviver” alguém através de tecnologia? E se isso pode ser feito, o que mais não poderíamos fazer?

Deve-se deixar claro, neste momento, que não estamos a questionar o desenvolvimento tecnológico, mas, sim, até que ponto fronteiras entre o pessoal e o privado podem ser ultrapassadas. E mais: quem poderia permitir que dados pessoais fossem acessados por outrem após a sua morte?

Muitos são os questionamentos que surgem quando da análise da questão aqui comentada: de um lado, há o desenvolvimento tecnológico e a vontade do ser humano de ser eterno, ou de, pelo menos, fazer com que sejam eternos aqueles que lhes são caros. De outro lado, há regras éticas que, quando infringidas, podem trazer grandes danos físicos e psicológicos para cidadãos comuns, de maneira geral.

Em nenhum momento, pretendeu-se esgotar questão aqui debatida. Ao contrário disso, o que se pode perceber, com base no estudo realizado, é que existe grande potencial para que outros desdobramentos do assunto em comento sejam desenvolvidos, permitindo análises mais aprofundadas e direcionadas a outros pontos importantes desse contexto - desejo externado por todo o grupo, que pretende aprofundar os estudos aqui

iniciados e seguir com a difícil, mas prazerosa proposta de debater até que ponto tecnologia e ética seguirão de mãos dadas, ou não.

REFERÊNCIAS

ADELAIDE, Verônica; LUCCA, João. **O uso do chatbot para a excelência em atendimento**. 2021. 14 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ti, Fatec, Taquaritinga, 2020.

AGÊNCIAS, Redação Bem Paraná Com. **Aplicativo permite conversar com amigos mesmo depois de mortos**. 2017. Disponível em: https://www.bemparana.com.br/noticia/aplicativo-permite-conversar-com-amigos-mesmo-depois-de-mortos-#.YJLPq7VKhPb. Acesso em: 17 mar. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BARRETO, Gustavo. **Black Mirror S02E01 – Be Right Back**. 2017. 1 f. Tese (Doutorado) - Curso de., Além do Roteiro, Brasil, 2017. Disponível em: https://alemdoroteiro.com/2017/01/25/black-mirror-s02e01-be-right-back/. Acesso em: 05 abr. 2021.

BE RIGHT Back. Direção de Owen Harris. Roteiro: Charlie Brooker. Inglaterra: Netflix, 2013. Color. Série Black Mirror.

CABRAL, Isabela. **O que é chatbot? Entenda como funciona o robô que conversa com você**. 2018. Disponível em: https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/03/o-que-e-chatbot-entenda-como-funciona-o-robo-que-conversa-com-voce.ghtml. Acesso em: 06 maio 2021.

CANARIM, Patricia Farinha. **A colaboração de informações e a contribuição da ferramenta Wiki para uma inteligência coletiva**. 2011. 44 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

CESAR, Danilo; SCHERTEL, Laura; AFFONSO, Carlos; NUNO, Norberto. **Considerações iniciais sobre inteligência artificial, ética e autonomia pessoal**. 2018. 17 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Uerj, Fortaleza, 2018.

COSSETTI, Melissa Cruz. **O que é inteligência artificial?** 2018. Disponível em: https://tecnoblog.net/263808/o-que-e-inteligencia-artificial/. Acesso em: 06 maio 2021.

CRUZ, Leôncio Teixeira; ALENCAR, Antonio Juarez; SCHMITZ,Eber Assis. **Assistentes Virtuais Inteligentes e Chatbots:** Um guia prático e teórico sobre como criar experiências e recordações encantadoras para os clientes da sua empresa.Rio de Janeiro, Brasil. BRASPORT Livros e Multimídia Ltda, 2018.

DANTON, Gian. **Metodologia Científica**. 2000. 23 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Social, Universidade Metodista de São Paulo, Pará de Minas - Mg, 2002.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FAGONE, Jason. A simulação de Jessica:The Jessica Simulation:

Love andloss in the age of A.I. Amor e perda na era da IA. 2021.Disponível em: https://www.sfchronicle.com/projects/2021/jessica-simulation-artificial-intelligence/. Acesso em: 06 maio 2021.

FARIAS, Adriana. **Legislação e Ética Profissional.** 2014. 41 f. Monografia (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Dc, Desconhecido, 2014.

FRANCISCO PORFÍRIO (Brasil). **O que é ética?** Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/o-que-e-sociologia/o-que-e-etica.htm. Acesso em: 06 maio 2021.

FREIRE, Raquel. **O que é Replika? App usa inteligência artificial para criar um 'clone' seu**. 2017. Disponível em: https://www.techtudo.com.br/noticias/2017/08/o-que-e-replika-app-usa-inteligencia-artificial-para-criar-um-clone-seu.ghtml. Acesso em: 17 mar. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda. **Pesquisa qualitativa:** Tipos fundamentais. São Paulo: RAE Artigos, 1995.

GUERRA SOBRINHO, Francis Oliveira Bezerra; Lemuel Dourado *et al*. **Ciberespaço, Cotidiano E Identidades: Novas Leituras Sobre Interações Mediadas**. 2011. 14 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Social, Universidade Federal de Campina Grande (Brasil), Campina Grande, 2011.

HAUGELAND, John. **Artificial Intelligence:** The Very Idea. Massachusetts: The MIT Press, 1985.

KAMAT, Vinayak. **Sistema híbrido de bot de bate-papo conversacional**. 2017. Disponível em:https://cutt.ly/MbQSOvIAcesso em: 10 mar. 2021.

JONES& BARTLETT, Bem, Cppin. **Inteligência Artificial.** Rio de Janeiro: Grupo Editora Nacional, 2004.

LISBOA, Daniel. **Apps para interagir com quem se foi realçam tabu da morte**. 2020. Disponível em: https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/30/app-eterniza-legado-e-promete-chamada-de-video-com-versao-virtual-do-morto.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

LOUREIRO, Marco Aurélio. **Análise do Episódio Volto Já | Black Mirror T2:E1**. 2018. Disponível em: https://institutoloureiro.com.br/analise-volto-ja-black-mirror-t2e1/. Acesso em: 15 mar. 2021.

MARQUES, Antonio. **Mulher cria aplicativo para falar com amigo morto e o que acontece é assustador**. 2017. Disponível em: https://br.blastingnews.com/mundo/2017/09/mulher-cria-aplicativo-para-falar-com-amigo-morto-e-o-que-acontece-e-assustador-002023711.html. Acesso em: 17 mar. 2021.

MARQUES, Jose. **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: VANTAGENS E DESVANTAGENS QUANTO AO SEU USO.** 2021. Disponível em: https://www.ibccoaching.com.br/portal/artigos/inteligencia-artificial-vantagens-desvantagens-quanto-seu-uso/. Acesso em: 20 de set. 2021.

MAXWARA, Andressa; DEL VECHIO, Gustavo. **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, DEFINIÇÕES E**

APLICAÇÕES: o uso de sistemas inteligentes em benefício da medicina. 2020. Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga (Fatec) – Taquaritinga – São Paulo – Brasil.

MONARD, Maria Carolina; BARANAUKAS, José Augusto. **Aplicações de Inteligência Artificial:** Uma Visão Geral. São Carlos: Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação de São Carlos, 2000.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação,** Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999

PATEL, Neil. **Chatbot: O Que É, Como Funciona e Como Criar O Seu**. 2018. Disponível em: https://neilpatel.com/br/blog/chatbot-o-que-e/. Acesso em: 06 maio 2021.

PATRÍCIO, Nuno. **Microsoft regista patente que visa oferecer "reencarnação digital"**. 2021. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/microsoft-regista-patente-que-visa-oferecer-reencarnacao-digital_n1289114. Acesso em: 17 mar. 2021.

PRADO, Jean. A inteligência artificial é mais antiga do que você imagina. **Tecnoblog**, 2016. Disponível em: https://tecnoblog.net/195106/inteligencia-artificial-historia-dilemas/. Acesso em 19 set. 2021.

PORFÍRIO, Francisco. "O que é ética?".**Brasil Escola.** Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/o-que-e-sociologia/o-que-e-etica.htm. Acesso em 29 de outubro de 2021.

PRO, Savana (comp.). **Conheça Luka, o aplicativo que faz você conversar os mortos. Sim, você leu 'mortos'**. 2017. Disponível em: https://medium.com/savana-pro/conhe%C3%A7a-luka-o-aplicativo-que-faz-voc%C3%AA-conversar-os-mortos-sim-voc%C3%AA-leu-mortos-705fe0ff5795. Acesso em: 17 mar. 2021.

REDAÇÃO. **Programadora "revive" amigo em bot de inteligência artificial**. 2016. Disponível em: https://canaltech.com.br/curiosidades/programadora-revive-amigo-em-bot-de-inteligencia-artificial-82033/. Acesso em: 17 mar. 2021.

RIBEIRO, Artur Rovere Soares e Rafael Viana. **Black Mirror: “Be Right Back” (S02 E01), luto e herança digital**. 2017. 1 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pesquisa em Direito e Tecologia, Internet Lab, Brasil, 2017. Disponível em: https://www.internetlab.org.br/pt/opiniao/black-mirror-be-right-back-s02-e01-luto-e-heranca-digital/. Acesso em: 13 mar. 2021.

ROSA, João L. G. **Fundamentos da Inteligência Artificial.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

RUSSEL, Stuart; NORVIG, Peter. **Inteligência Artificial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2004.

RUSSEL, Stuart; NORVIG, Peter. **Inteligência Artificial.** 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

STEFANINI. **Benefícios da inteligência artificial: quais são os principais?**2018. Disponível em: https://stefanini.com/pt-br/trends/artigos/beneficios-da-inteligencia-artificial-quais-sao-os-principais. Acessoem: 21 de set. 2021.

Souza Filho EM, Fernandes FA, Soares CLA. **Artificial Intelligence in Cardiology**: Concepts, Tools and Challenges - “The Horse is the One Who Runs, You Must Be the Jockey”. ArqBrasCardiol. 2020;114(4):718-25.

TAKE (Brasil). [Guia Completo] **Chatbot:** o que é, como funciona, benefícios e cases. 2019. Disponível em: https://www.take.net/blog/chatbots/chatbot/. Acesso em: 06 maio 2021.

UOL. **Rapaz consegue 'falar' com noiva falecida usando IA, e empresa proíbe uso.**2021. Disponível em: https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/09/22/ela-da-vida-real-homem-conversa-com-a-falecida-noiva-via-chatbot.htm. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

VAL, Marina. **Microsoft registra patente de bot que imita pessoas que já morreram**. 2021. 1 f. Tese (Doutorado) - Curso de., Jovem Nerd, Brasil, 2021. Disponível em: https://jovemnerd.com.br/nerdbunker/microsoft-registra-patente-de-bot-que-imita-pessoas-que-ja-morreram/. Acesso em: 15 mar. 2021.

VANESSA SCHAPPO (Brasil). **Chatbot: o que é, quais são as suas vantagens e como usar na sua empresa**. 2018. Disponível em: https://resultadosdigitais.com.br/blog/o-que-e-chatbot/. Acesso em: 06 maio 2021.

VILLELA, Alexandre. **O fenômeno 'Big Data' e seu impacto nos negócios**. Disponível em: https://canaltech.com.br/big-data/O-fenomeno-Big-Data-e-seu-impacto-nos-negocios/. Acesso em: 09 mar. 2021.

WAJNGARTEN, Mauricio. **MIT elege os 10 maiores avanços tecnológicos recentes**. 2020. Disponível em: https://portugues.medscape.com/verartigo/6504536. Acesso em: 17 mar. 2021.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. Max Weber.**Ensaios de Sociologia.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução de IreneSzmerecsányi e TamásSzmerecsányi. São Paulo: Pioneira/UnB, 1981.

ZARSKY, T. **Transparent predictions.** University of Illinois Law Review, Champaign, v. 2013, n. 4, p. 1503-1570, 2013.

Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): Uma Proposta de Adequação para o Setor de Recursos Humanos

Personal Data Protection Law (LGPD): An Adequacy Proposal for the Human Resources Sector

Filipe Lages dos Reis [72]

Guilherme Alves de Brito Lisboa [73]

Matheus Phillip da Silva Correa [74]

Resumo

Este artigo tem por objetivo discorrer sobre como a LGPD afetará as organizações, principalmente no setor de Recursos Humanos e propor uma adequação. Com o intuito de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade natural, um dos setores em que a LGPD terá maior relevância é o de Recursos Humanos, devido à necessidade de gerenciar todos os dados pessoais de acordo com as novas disposições legais. A ideia metodológica foi desenvolver uma proposta de adequação da LGPD no setor, por meio de uma pesquisa descritiva e exploratória. Para atingir este objetivo, foram destacados os principais pontos dentro do processo de metodologia sugerida pela GARTNER.

Palavras-chave: LGPD, RH, PRIVACIDADE.

Abstract

This article aims to discuss how the LGPD will affect organizations, especially in the Human Resources sector, and propose an adaptation. In order to protect the fundamental rights of freedom and privacy and the free development of the natural personality, one of the sectors in which the LGPD will have greater relevance is the

[72] Graduando em Sistema de Informação. filipe.reis@soupromove.com.br

[73] Graduando em Sistema de Informação. guilherme.lisboa@soupromove.com.br

[74] Graduando em Sistema de Informação. matheus.correa@soupromove.com.br

Human Resources, due to the need to manage all personal data in accordance with the new legal provisions. The methodological idea was to develop a proposal for adapting the LGPD in the sector, through descriptive and exploratory research. To achieve this goal, the main points within the methodology process suggested by GARTNER were highlighted.

Keywords: LGPD, RH, PRIVACY.

1. INTRODUÇÃO

Sancionada em agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, que entrou em vigor em setembro de 2020, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A Lei 13.709, que impõe um padrão de normas e práticas, e que teve como base o *General Data Protection Regulation* (Regulamento Geral de Proteção de Dados)[75], exigirá que as empresas, tanto públicas quanto privadas, estejam preparadas para se adequarem à nova legislação, de forma que os cidadãos residentes no Brasil tenham mais segurança e monitoramento sobre as suas informações. A LGPD, deve-se ressaltar, também se aplica a dados localizados no exterior - caso haja processamento de dados de brasileiros ou estrangeiros que estejam em território nacional.

Faz-se importante enfatizar que o realce dado à proteção de dados ganhou estímulo com o avanço da tecnologia em seu estágio atual: o desenvolvimento de novas tecnologias reforça o aumento da competitividade sobre os dados de informações dos usuários - o direito à privacidade não é algo novo, mas, desde o surgimento da internet, constatou-se um significativo aumento da vulnerabilidade de vazamentos de dados pessoais.

De acordo com o advogado Alexandre Atheniense (**apud** SEBRAE, 2018), especialista em Direito Digital, o desafio é fazer com que o brasileiro, de modo geral, adquira uma nova cultura quanto ao uso de seus dados pessoais, seja o próprio titular, seja as empresas que tratam esses dados pessoais. A lei impõe essa mudança de cultura que um europeu, por exemplo, já tem desde 1995, quando lá foi inserida tal legislação. De tal maneira, urge que nós, brasileiros, nos adaptemos rapidamente - o que também deve-se dizer não acontecerá em apenas dois anos, que é o período determinado para que as empresas se ajustem às novas regras.

Para compreender a importância fundamental de acesso a dados, de forma ampla, é imprescindível ter a transparência sobre como tais dados são utilizados nas rotinas de negócios. Desse modo, a adequação à lei vai impor aos colaboradores de Recursos Humanos (RH) medidas de implementação de estratégias para a conscientização de informações coletadas e processadas em suas ações habituais.

---

[75] Originário e vigente de um modelo na União Europeia, o General Data Protection Regulation (GDPR), ou Regulamento Geral de Proteção de Dados, estabelece padrões sobre os dados pessoais e regras em relação sobre como as informações devem ser analisadas, acondicionadas e prestadas aos cidadãos de maneira concisa e transparente

Diante do fato de que informações com dados pessoais são comercializadas sem a autorização do proprietário desses dados, o que gera consequências impróprias a impactar direta ou indiretamente o cidadão, fazer com que as empresas desenvolvam e aprimorem seus modelos de negócios é conferir maior segurança e transparência ao tratamento de dados pessoais. Por isso, e diante de tal cenário, o presente trabalho de pesquisa questiona: qual é papel do RH dentro do programa de conformidade com a LGDP?

O objetivo geral deste trabalho é analisar o papel dos Recursos Humanos na LGPD, para assegurar o direito à privacidade e à proteção de dados pessoais, por meio de uma proposta para adequação à LGPD. Tem-se como objetivos específicos: definir e conceituar as principais etapas de preparação da LGPD; descrever e analisar o papel do RH dentro do cronograma de preparação; propor uma metodologia para as empresas se adequarem à LGPD.

Estar de acordo com a LGPD rege-se pelo princípio da legalidade, um ensejo para empresas reverem seus modelos de negócios e desenvolverem uma relação de confiança, garantindo privacidade, transparência e controle de segurança no tratamento das informações pessoais.

Além disso, com a alta base de dados e informações, cabe às empresas investirem em medidas de segurança e em ferramentas que alcancem todos os procedimentos de proteção à privacidade de dados, na coleta, em seu armazenamento e em seu tratamento. Ao buscar agirem alinhadas com os limites implementados pela LGPD, as empresas terão a oportunidade de construir um banco de dados mais ágil e menos penoso, reunindo apenas as informações que tenham utilidade, reduzindo inclusive a possibilidade de insegurança, o que possibilitaria melhor relação de transparência com seus clientes.

Por abordar um tema relevante para práticas de gestão para implementar a LGPD, espera-se que a realização deste trabalho de pesquisa possa contribuir com uma proposta de adequação da LGPD à realidade das empresas, agregando transparência à relação entre pessoas e empresas, bem como permitir o setor de RH a se preparar para a LGPD.

Para entendimento do tema, o artigo se dividiu em sete seções. A primeira seção é a introdução que contextualiza o tema que será abordado; a segunda seção é o referencial teórico que possibilita fundamentar e dar consistência ao tema; a terceira seção é a metodologia que descreve as etapas do processo de adequação à LGPD; a quarta seção apresenta a proposta de adequação à LGPD; a quinta seção descreve o papel do RH dentro do cronograma de preparação Gartner; a sexta seção apresenta a análise crítica e na sétima seção a conclusão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os conceitos que circundam o contexto do presente trabalho, a fim de abordar de forma concisa o tema, assim

como a importância da aplicação e adequação à LGPD.

2.1. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

De compras online a redes sociais, para quem trabalha com *e-commerce* (venda online), a LGPD tem como principal objetivo regulamentar o tratamento de dados pessoais, o que pode afetar diferentes setores e serviços, e a todos os clientes e usuários de empresas públicas e/ou privadas.

A LGPD, lei nº 13.709, sancionada em agosto de 2018, e com vigência em setembro de 2020, apresenta diversos aspectos, e, dentre eles, alguns dos pontos que merecem destaques são como a lei pode impactar as empresas e quais são os direitos dos titulares dos dados.

De acordo com Bráulio Lalau de Carvalho (**apud** Callcenter.inf.br, 2018), CEO da Orbitall, a criação da autoridade[76], é fundamental. Sua função vai muito além da fiscalização e repressão. Na verdade, a agência[77] será importante desde já, pois contribuirá para orientar as empresas e os cidadãos sobre obrigações e direitos previstos no novo regulamento.

2.2. General Data Protection Regulation (GDPR)

Com o objetivo de proteger a privacidade dos usuários europeus, a *General Data Protection Regulation* (GDPR), a percursora, teve a sua entrada em vigor em 25 de maio de 2018, revogando a Diretiva Europeia 95/46/CE sobre proteção de dados pessoais.

De acordo com o estudo *The End of the Beginning: Unleashing the Tranformational Power of GDPR* (2018), 60% das organizações está adotando o GDPR como uma oportunidade para melhorar a privacidade, a segurança e o gerenciamento de dados ou como um catalisador de novos modelos de negócios, em vez de simplesmente um problema ou impedimento de conformidade. 96% acreditam que aprova de conformidade como o GDPR será vista como um diferenciador positivo para o público. 76% disseram que o GDPR permitirá relacionamentos mais confiáveis com os titulares de dados, que criarão novas oportunidades de negócios. Mas apenas 36% acreditam que estariam totalmente

[76] A Lei Geral de Proteção de Dados (nº 13.709/2018), conhecida como LGPD, entrou em vigor em setembro de 2020 e em seu art. 55-A foi criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD).

[77] Com o objetivo de cumprir, dar efetividade, fiscalizar e regulamentar a LGPD, foi criada a ANPD, que será vinculada à Presidência da República, mas com autonomia técnica garantida pela lei como Agência Reguladora.

em conformidade com o GDPR até o prazo final de 25 de maio.

2.3. Os Desafios da conformidade à LGPD

Segundo um relatório da consultoria ICTS Protiviti, divulgado em 2019 na Época Negócios[78], 84% das empresas brasileiras não estão preparadas para a LGPD. Além disso, pesquisa do Serasa Experia[79], 2019, apontou que 85% das empresas declararam que ainda não estão prontas para atender às exigências da LGPD.

De acordo com *Bart Willemsen* (2019), *Research Vice President* do *Gartner*, durante o *Gartner IT Symposium/Xpo™*, evento realizado em São Paulo, Brasil, as organizações brasileiras devem perceber essa iniciativa como um programa e não como um projeto. Diferentemente de um projeto, que tem começo, meio e fim, um programa estabelece uma metodologia abrangente que influenciará permanentemente os processos de tomada de decisão com base em riscos e a melhoria contínua da maturidade.

Ainda durante o evento realizado, de acordo com Cláudio Neiva (2019), *Research Director* do *Gartner*, deve-se ter sempre em mente um aspecto essencial da LGPD: as empresas terão que mudar de postura. Ao invés de sair tentando capturar a maior quantidade de informações, elas deverão capturar apenas dados que servem a propósito deliberadamente iniciado. O foco agora passa a ser garantir controle e transparência nas atividades de processamento de dados.

2.4. Boas Práticas de LGPD

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Coorporativa – IBGC (2015), as boas práticas de governança corporativa transformam os princípios básicos em recomendações objetivas, envolvendo interesses com o intuito de preservar e otimizar o valor econômico a longo prazo da organização, facilitando o seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, da longevidade e do bem comum. Os princípios básicos de governança perpassam a transparência, a equidade, a prestação de contas (*accountability*) e a

---

[78] A pesquisa segue por meio do Portal LGPD http://www.protiviti.com/BR-por/protecao-de-dados-pessoais. Os dados da análise atual podem ser acessados pelo link http://bit.ly/34wRfV7.

[79] A pesquisa segue por meio do site Serasa Experian https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/estudos-e-pesquisas/85-das-empresas-declaram-que-ainda-nao-estao-prontas-para-atender-as-exigencias-da-lei-de-protecao-de-dados-pessoais-mostra-pesquisa-da-serasa-experian/

responsabilidade corporativa.

O artigo 50, § 3º, da LGPD dispõe que “as regras de boas práticas e de governança deverão ser publicadas e atualizadas periodicamente e poderão ser reconhecidas e divulgadas pela autoridade nacional”.

Conforme indicado pela Doutoranda em Direito, Manuella Santos de Castro (2019), o *compliance* digital objetiva analisar os riscos e a adoção de medidas preventivas para adequar a organização às regras aplicáveis às tecnologias da informação. A situação indicada se mostra necessária no cenário atual, em que as empresas necessitam zelar pela boa sua imagem e pela sua reputação, devendo princípios éticos norteadores a toda a conduta da organização e de seus colaboradores.

2.5. Impactos da LGPD no RH

Segundo Thiago Magnani (**apud** VAGAS, 2021), especialista em segurança da informação, o RH é uma área que tem relação direta com a utilização de dados pessoais sensíveis para a execução de suas atividades, desde o recrutamento e seleção, passando pela jornada do profissional na empresa, até o desligamento. Portanto, é imprescindível que se entenda quais são as bases legais, princípios e direitos que devem ser seguidos e proporcionados para atender à LGPD.

Além disso, é importante que o RH tenha um inventário que permita entender quais são os tipos de dados utilizados, suas finalidades, agentes de tratamento, bases legais e fluxos. A área de gestão de pessoas, junto com a equipe responsável pelos assuntos da LGPD, deve ainda identificar controles de segurança que possam ser aplicados para proteger os dados e evitar a sua violação.

O RH precisa atuar no sentido de promover programas de conscientização quanto à LGPD e a ética das tecnologias adotadas pela organização. Ademais, priorizar no investimento em treinamento e conscientização dos colaboradores. A elaboração de um programa de gestão de segurança é essencial para alcançar o ponto de equilíbrio entre o uso comercial sem prejudicar direitos fundamentais previstos na Lei.

De acordo com Rodrigo Romão (2020), especialista em TI e membro da Associação Nacional dos Profissionais de Privacidade de Dados (ANPPD), é preciso entender que a palavra proteção abarca não só segurança, mas principalmente a privacidade dos dados: a LGPD vem para devolver a informação ao cidadão. Ela prevê que empresas e órgãos públicos mudem a maneira de coletar, armazenar, vender e compartilhar dados, permitindo que as pessoas passem a ter mais controle sobre as próprias informações.

Ainda segundo o especialista, o que muda na prática é o seguinte: de

agora em diante, as organizações serão obrigadas a ter autorizações explícitas dos consumidores para guardar e manipular dados considerado sensíveis, como e-mail, telefone, Carteira de Identidade (RG), Comprovante de Situação Cadastral (CPF), entre outros. O objetivo da LGPD é proteger o uso indevido e irresponsável de informações pessoais, permitindo que o usuário consulte bancos de dados das companhias e solicite a retirada daquilo que considera crítico. E isso vale para a área de RH, da admissão à demissão, haja vista existir em tal área vários níveis em que a LGPD pode ser aplicada.

Na prática, a gestão digital da informação organizacional torna-se essencial na área de tecnologia da informação, bem como para o setor de recursos humanos, visto que os dados pessoais são fornecidos e as empresas necessariamente tendem a estabelecer finalidade, prazos e permissões exclusivas por parte dos usuários. Em vista disso, garantir a transparência e compreender como as empresas manipulam e armazenam esses dados é o primeiro passo para se adequar às boas práticas de governança na proteção de dados na área de RH.

Para aplicar a LGPD é importante planejar algumas estratégias em conjunto com essas boas práticas de adequação à lei que irão trazer benefícios como a confiança de clientes, operar os dados de maneira conscientemente, representar menor risco, além de cumprir as normas legais e regulamentares com eficiência de governança de dados.

3. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa que iremos abordar neste projeto consiste em desenvolver uma proposta de adequação da LGPD para o setor de RH, conhecimentos obtidos através da análise da norma brasileira que regulamenta o uso de dados de pessoas físicas ou jurídicas pelas empresas, em relação ao setor de Recursos Humanos. Tal norma, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), cria regras claras sobre como as organizações devem coletar, armazenar e compartilhar as informações dos usuários.

A abordagem utilizada na presente pesquisa, consiste na pesquisa exploratória. Segundo Gil (2002, p.41), pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico e entrevistas.

A pesquisa abrange as etapas do processo conforme a metodologia sugerida pela empresa *Gartner*, uma empresa de consultoria acerca do mercado de Tecnologia da Informação (TI) fundada em 1979 por *Gideon Gartner*.

Para Lakatos & Marconi (2004), este tipo de pesquisa visa estabelecer relações de causa-efeito por meio da manipulação direta das variáveis relativas ao objeto de estudo, que busca identificar as causas do fenômeno.

4. PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO

4.1. Apresentação do Cronograma de Preparação

Os procedimentos adotados para esta pesquisa foram descrever as etapas do cronograma de preparação sugerida pela empresa *Gartner* com intuito de propor um processo de adequação do setor de Recursos Humanos a LGPD.

Os processos de adequação podem ser observados no quadro abaixo:

LGPD – CRONOGRAMA DE PREPARAÇÂO	
Descrição	Atividades
1 - Organização e Comunicação	• Nomear o Encarregado (DPO); • Nomear e documentar proprietários de processos de negócios que tratam dados pessoais; • Identificar contatos no Jurídico, RH, TI e outros grupos de interessados; • Identificar as funções da própria organização e dos parceiros: controladores / processadores de dados; • Comunicar a campanha a todos os grupos de partes interessadas relevantes (Workshops, palestras, e-mails informativos).
2 - Processos	• Criar um inventário de todos os processos de negócios que envolvem dados de identificação pessoal;

	• Identificar quais dados pessoais são processados em qual processo de negócios; • Justificar e documentar os processos de dados pessoais ("finalidade de processamento") para cada processo de negócios; • Determinar e documentar os fundamentos legais para o processamento; • Identificar os processadores de dados envolvidos nos processos de negócios; • Identificar como os dados são processados para cada processos; • Alterar os processos de negócios existentes para garantir a minimização de dados; • Remover quaisquer dados pessoais que não atendam aos critérios de finalidade de processamento (incluindo backups); • Registrar aprovações por proprietários de processos de negócios indicando que seu processo é totalmente compatível; • Realizar avaliações de risco e impacto de privacidade para identificar lacunas iniciais;

	• Implementar a repetição periódica e orientada para o gerenciamento de mudanças.
3 - Direitos do Titular	• Criar processo para abordar o direito de acesso do titular dos dados; • Criar processo para tratar do direito de retificação, exclusão ou restrição de processamento; • Criar processo para realizar notificações; • Criar processo para tratar do direito à portabilidade de dados; • Criar processo para abordar o direito de objeção.
4 - Proteção dos dados	• Revisar as formas de armazenamento de dados pessoais; • Realizar avaliação de riscos; • Identificar medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais; • Implementar medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais; • Preparar documentação para registrar os controles de segurança aplicados no tratamento de dados pessoais.
5 - Gestão de Consentimento	• Identificar todos os pontos de contato onde o consentimento do titular dos dados é obtido;

	• Identificar os processos para os quais o consentimento é necessário; • Identificar controladores de dados e processadores envolvidos com dados para os quais é necessário consentimento; • Revisar o gerenciamento de consentimento existente no site ou em formulários e criar uma experiência de privacidade positiva para os titulares; • Desenvolver um processo para obter o consentimento dos pais ou responsáveis no caso de coleta de dados de menores; • Criar um repositório para gerenciamento de consentimento para garantir que o ônus da prova possa ser facilitado.
6 - Retenção de Dados e Backup	• Analisar os requisitos de retenção de dados existentes; • Revisar os processos de backup existentes; • Atualizar políticas de retenção de dados e processos de backup; • Excluir dados retidos desnecessariamente pelas novas políticas de retenção; • Excluir ou anonimizar dados pessoais existentes em backups que não estejam respaldados por base legal por consentimento explícito;

7 - Contratos	• Criar acordos de controlador-processador onde não houver; • Atualizar acordos de controlador-processador (uso intencional e requisitos de segurança); • Atualizar outros acordos existentes, quando aplicável; • Atualizar o processo de aquisição (critérios de seleção para novos serviços); • Atualizar o processo de aquisição (novos requisitos incluídos em novos contratos).
8 - Plano de Respostas a Violação de Dados	• Identificar os detalhes de contato da autoridade nacional de proteção de dados (ANPD); • Elaborar o manual do cenário de violação, executar treinamento preparatório para notificação de violações; • Desenvolver processo de gerenciamento de violação para permitir notificação externa rápida e adequada; • Revisar anualmente o processo de notificação de violação de privacidade.

Fonte: Elaborado pela *Gartner*.

5. O PAPEL DO RH DENTRO DO CRONOGRAMA DE PREPARAÇÃO GARTNER

Pretende-se, com este cronograma de preparação, realizar uma proposta de adequação dentro do programa de conformidade da LGPD, bem como apontar quais destas descrições se aplicam diretamente ao setor de Recursos Humanos.



Fonte: © 2019 Gartner, Inc. and/or its affiliates. All rights reserved.

Fonte: Elaborado pela *Gartner*.

5.1. Organização e comunicação

O processo de adequação à LGPD no RH, tem como objetivo central o cuidado com a segurança, a preservação dos dados, desde o momento da pré-seleção até o desligamento. É recomendável que a empresa providencie a nomeação de um profissional para cuidar da manipulação desses dados, assim como deve ser restrita as pessoas autorizadas. Os profissionais responsáveis pela segurança das informações, dentro de uma organização é chamado de “Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais” (DPO).

O encarregado pelo tratamento de dados pessoais atua como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018, art. 5º, VIII).

São atribuições do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (LGPD, art. 41, §2º):

I - Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - Receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III - Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

IV - Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

A necessidade de adequação está prevista na Lei, a criação de um Programa de Conformidade no setor de RH, para que todos estejam adequados e

que se informe com absoluta ciência para os colaboradores sobre quais dados estão sendo coletados, o motivo e a finalidade dessa coleta, armazenamento e período dos dados com o consentimento do titular.

É importante que se crie um manual de regras e condutas internas, uma descrição das rotinas com o intuito de proteger as informações desse colaborador, uma outra orientação fundamental é que a empresa estabeleça uma Política de dados, uma política de privacidade, que informa como os dados serão tratados.

5.2. Processos

A contar com uma Assessoria Jurídica, é necessário rever todos os documentos e contratos de trabalho, políticas internas e regulamentos de pessoas. O RH deve mapear quais são os dados pessoais sensíveis tratados na empresa e os riscos do tratamento, uma vez que o setor é o responsável por armazenar.

A coleta dos dados pessoais pode ocorrer de diversas maneiras, através de recebimento de currículos, entrevistas a vaga de empregos, documentos necessários para admissão, atestado médico, biometria e outros mais. É essencial que o setor de RH estabeleça os princípios de quais dados pessoais a empresa coleta, onde é como é coletada e qual o período de armazenamento até serem descartados.

5.3. Direitos do Titular

O RH deve assegurar meios a fim de garantir a segurança das informações dos titulares de dados. É o setor responsável por coletar, tratar e armazenar dados desde a fase de pré-seleção até o desligamento. De modo, a lei enfatiza que os dados pertencem ao indivíduo, e não a empresa que controla todos esses dados.

Conforme o art. 17 da LGPD, toda pessoa tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade.

Cabe ao setor de RH garantir o não vazamento das informações por meios uma cultura de proteção.

5.4. Proteção de Dados

A LGPD requere alto nível de segurança em relação as informações dos dados, as políticas de proteção devem ser revisadas para que fiquem mais transparente. De maneira geral, as empresas devem unir o setor de RH com a de Tecnologia da Informação (TI), para que ambos setores possam atuarem em conjunto a se adequar às novas responsabilidades para garantir a segurança dos dados acessados.

Dentro do programa de adequação à LGPD, a primeira parte envolve a conscientização por parte dos Colaboradores, Gestão e Diretoria, para que se possa ter a efetiva participação de toda a equipe em uma cultura de proteção de dados implementada pela empresa. Em um outro momento, a segmentação dos treinamentos é importante, o treinamento do RH não será o mesmo de outro setor, pois cada conjunto de documentações é para um seguimento específico dentro da empresa. O treinamento dos funcionários é essencial para colocar em prática os requisitos previstos na LGPD e criar uma mudança cultural da empresa sobre a importância da privacidade e segurança dos dados, além de garantir que os requisitos exigidos pela lei seguem em vigor e que estão sendo aplicadas.

5.5. Gestão de Consentimento

Possibilitar a criação de uma gestão de consentimento, ajuda garantir a conformidade com os regulamentos de privacidade. A Lei fixa que o verdadeiro proprietário dos dados não é aquele que o utiliza, nem aquele retem em bancos de dados. A criação de uma plataforma de Gestão de Consentimento (CMP) agrega capacidade técnica para atender os requisitos regulamentares, ao informar e solicitar o consentimento sobre os tipos de dados que serão coletados e para quais finalidades.

5.6. Retenção de Dados e Backup

A importância de estar em conformidade com a LGPD, envolve a segurança dos dados coletados, que é de responsabilidade da empresa. Por isso, a cópia de segurança (Backup) está entre os processos de prevenção, adotar medidas prévias para garantir que as informações armazenadas estejam protegidas e monitoradas.

Para a retenção e descarte de dados pessoais, o setor de RH irá estabelecer o período máximo de retenção de dados pessoais pela empresa, por descrição, bem como o formato de descarte.

5.7. Contratos

Conforme art. 42 da LGPD, o controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

O consentimento nos contratos envolve as políticas de confidencialidade, no momento da criação dos contratos, os detalhes de cláusulas contratuais e

disposições que delimita as responsabilidades do contratante ao tratamento de dados pessoais.

5.8. Plano de Respostas à Violações de Dados

Conforme o art. 45 da LGPD, as hipóteses de violação do direito do titular no âmbito das relações de consumo permanecem sujeitas às regras de responsabilidades previstas na legislação pertinente.

A lei aplica um conjunto de direitos para os titulares de dados, informar quais dados estão sendo coletados e para qual finalidade. Nesse sentido, a importância de desenvolver um plano de respostas a violações de dados é uma medida decisiva para que os riscos não causem danos insupríveis para as empresas.

A elaboração de um Plano de resposta a incidentes tem-se como principal objetivo em identificar, gerenciar e atuar em incidentes. Criar e gerenciar corretamente envolve frequentes treinamentos e atualizações com enfoque na prevenção.

6. ANÁLISE CRÍTICA

Muitos serão os impactos da LGPD na nova realidade das empresas, será um desafio, a lei obriga que todos se adequem às condições impostas nas normas, a envolver pessoas, processos e tecnologias. Estar em conformidade com a LGPD tem início, meio, porém não tem fim, por isso é necessário estar em constante estágio de revisão de seus processos para que se tenha uma melhor relação com dados pessoais assim como quanto as políticas de proteção.

Tem-se como principal objetivo regularizar um comportamento adequado em conformidade com as disposições legais acerca do tratamento de dados pessoais, desenvolver uma cultura de proteção de dados com suas devidas regulamentações, trazer para as empresas a oportunidade de aperfeiçoamento das políticas de governança de dados, ao aderir regras de boas práticas, garantir transparência quanto ao uso e oferecer uma proteção efetiva na automatização desses processos.

Toda a prática inclui os seguintes passos:

Primeiro passo é estruturar, é fundamental criar e consolidar uma cultura de privacidade em cada empresa, estruturar um comitê de proteção de dados que funcionará como as outras áreas internas no sentido de auxiliar na implementação do Programa de adequação à LGPD.

Segundo passo é mapear, o mapeamento dos dados pessoais é uma etapa de evitar riscos, a criação de um inventário de dados pessoais, intensificaria

na finalidade de documentar todos os dados pessoais, como são tratados sob a ótica dos princípios da LGPD.

Terceiro passo é planejar, estabelecer um Plano de ação, a fim de atenuar os riscos, o que será preciso para se adequar e como adequar. Nesse sentido o Plano de ação define atividades que serão realizadas mediante orientação técnica e administrativa aos responsáveis das áreas.

Quarto passo é implementar, se adequar para executar as atividades previstas para conter os riscos. A implementação envolve desde a conscientização a treinamentos periódicos com toda a equipe,

Por fim, quinto passo é monitoramento, estar em continuo monitoramento das atividades para que a empresa se condiciona em um nível adequado em conformidade com a LGPD.

Portanto, a adequação passa por cultura, conscientização, governança, ferramentas de segurança da informação, planos de prevenção e muitos outros, investir em soluções na segurança da informação é garantir a segurança da informação dos usuários, a fim de conquistar sua confiança e melhoramento dos resultados.

7. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi realizar uma pesquisa para avaliar o que as empresas devem seguir para se a adequar à LGPD, com ênfase no setor de RH. Este artigo procurou analisar através do cronograma de preparação da *Gartner* uma proposta de adequação para o setor de RH, bem como entender a importância do assunto para estar em conformidade a LGPD.

Neste momento é importante que a empresa tenha evidências claras de que não está negligenciando a LGPD através de documentos, como uma política de privacidade publicada, pessoas preparadas que cuidem dos processos de tratamento de dados, um profissional responsável como o Encarregado de dados (DPO), definições formais ao adotar medidas de segurança para garantir a privacidade, transparência e credibilidade em relação aos dados de seus clientes na busca de construir uma empresa apta em prevenir incidentes com dados pessoais.

O processo de analisar o papel do RH na LGPD nos levou a propor uma adequação da empresa à lei. Ao saber que o setor de RH depende de dados para exercer sua atividade, é visível que a lei afeta os processos deste setor, que é responsável pela gestão de pessoas. Foi preciso entender quais os impactos direto na gestão de pessoas e na segurança de dados de colaboradores, gestores, fornecedores e clientes. Outro ponto importante a se destacar é a metodologia de planejamento adotado pela *Gartner* em que conceituamos o processo de adequação com as principais etapas de preparação, cada uma delas detalhadamente nos tópicos. Com base no conhecimento desse material, obteve clareza com objetividade quanto à preparação deste trabalho.

Conclui-se, com este trabalho, que a construção de uma política de privacidade é um dos instrumentos que corroboram com as ações técnicas e organizacionais apropriadas com a ética e responsabilidade no tratamento de dados pessoais para garantir a segurança e privacidade dos dados pessoais. A maioria das empresas dizem conhecer sobre a lei, mas poucas se mostram prontas para se adequar e muitas ainda não se adequaram. De uma maneira geral, a proposta de adequação para o setor de RH trouxe uma urgência e um novo sentido de tentar identificar as ações necessárias para ter *compliance* com a lei, saber que o desafio tange os aspectos culturais, grandes investimentos por parte da empresa além de apostar em novos processos e tecnologias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

CALLCENTER.INF.BR (org.). **Mudanças na cultura das empresas**. 2018. Disponível em: https://www.callcenter.inf.br/legislacao/67600/mudancas-na-cultura-das-empresas/ler.aspx. Acesso em: 28 abr. 2021.

CRYPTOID (org.). **Gartner prevê que menos de 30% das organizações cumprirão totalmente a nova lei de proteção de dados até agosto de 2020**. 2019. Disponível em: https://cryptoid.com.br/identidade-digital-destaques/gartner-preve-que-menos-de-30-das-organizacoes-irao-cumprir-totalmente-a-nova-lei-de-protecao-de-dados-ate-agosto-de-2020. Acesso em: 28 abr. 2021.

FOTIOS, Ricardo. **Vazamentos de dados aumentaram 493% no Brasil, mostra pesquisa do MIT**: Base construída por pesquisador brasileiro identifica mais de 26 bilhões de informações à disposição de criminosos no mundo em dois anos. 2021. Disponível em: https://Cultura.Uol.Com.Br/Noticias/Colunas/Ricardofotios/35_Vazamentos-De-Dados-Aumentaram-493-No-Brasil-Mostra-Pesquisa-Do-Mit.Html. Acesso em: 20 mar. 2021.

IBGC (org.). **Governança corporativa.** Disponível em: https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa. Acesso em: 05 maio. 2021.

ICTS (org.). **84% das empresas brasileiras não estão preparadas para a LGPD**. 2019. Disponível em: https://icts.com.br/icts-news/84-das-empresas-brasileiras-nao-estao-preparadas-para-a-lgpd. Acesso em: 28 abr. 2021.

MAROSO, Barbara. **LGPD: o papel da Autoridade Nacional de proteção de dados**. 2021. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/noticias/lgpd-o-papel-da-autoridade-nacional-de-protecao-de-dados/. Acesso em: 21 maio 2021

NETTO, Thaís. **Boas Práticas de Governança na Proteção de Dados: O Chamado "Compliance Digital"**. 2020. Disponível em:

https://direitoreal.com.br/artigos/boas-praticas-de-governanca-na-protecao-de-dados-o-chamado-compliance-digital. Acesso em: 05 maio 2021.

NONES, Fernanda. **LGPD: o que diz a nova lei brasileira de proteção de dados e como ela pode impactar a estratégia de marketing de sua empresa**: Entenda como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a “GDPR brasileira”, irá afetar a forma com que as empresas e organizações captam, armazenam e utilizam dados de seus clientes, tanto no meio online quanto offline. 2020. Disponível em:

https://resultadosdigitais.com.br/blog/o-que-e-lgpd/. Acesso em: 20 mar. 2021.

POLI, Mariana. **Especialista explica os impactos da LGPD, a nova lei de proteção de dados, para o RH**. 2020. Disponível em: https://www.ciadeestagios.com.br/lgpd-rh/. Acesso em: 11 maio 2021.

SEBRAE (org.). **LGPD Comentada:** o impacto da LGPD nas empresas – entrevista com Alexandre Atheniense. 2020. Disponível em:

https://inovacaosebraeminas.com.br/lgpd-comentada-o-impacto-da-lgpd-nas-empresas-entrevista-com-alexandre-atheniense/. Acesso em: 15 mar. 2021.

VAGAS (org.). **LGPD no RH: como seguir a nova legislação de proteção de dados**: Desde informações funcionais até dados privados, como o RH deve se proteger para seguir as regras da LGPD. Disponível em: https://forbusiness.vagas.com.br/lgpd-no-rh/. Acesso em: 10 maio 2021.

GUPY (blog.). **Lei Geral de Proteçao de dados: o seu RH está preparado?** Disponível em: https://www.gupy.io/blog/lei-geral-de-protecao-de-dados-parte1. Acesso em 17 set. 2021.

CONVENIA (blog.). **LGPD no RH: Impactos da lei de proteção de dados no setor.** Disponível em: https://blog.convenia.com.br/lgpd-no-rh/. Acesso em 17 set. 2021.

METADADOS (blog.). **Lei de dados e o RH: o que muda?** Disponível em: https://www.metadados.com.br/blog/lei-de-dados-lgpd-e-o-rh. Acesso em 18 set. 2021.

GAETA, Alessandra. **LGPD no RH: o que o seu setor precisa para se adaptar:** A LGPD, para o RH, tem como objetivo o cuidado com a segurança, visando o melhor uso e preservação dos dados, desde o momento da pré-seleção. Disponível em:

https://www.migalhas.com.br/depeso/347590/lgpd-no-rh-o-que-o-seu-setor-precisa-para-se-adequar. Acesso em: 18 set. 2021.

AGOSTINI, Bruna Occhi. **LComo adequar às novas exigências da LGPD para RH?** Disponível em: https://blog.ahgora.com/lgpd-para-rh/. Acesso em: 18 set. 2021.

Convalescimento da Posse Precária sob a Égide dos Princípios da Função Social da Propriedade e da Posse

Convalescence of Precarious Possession under the aegis of the Principles of the Social Function of Property and Possession

Andresa Cristina Pastor[80]
Silvia de Abreu Andrade Portilho[81]

Resumo: A pesquisa consiste em analisar a possibilidade de convalescimento da posse precária, sob o fundamento dos Princípios da Função Social da Propriedade e da Posse. O objetivo da pesquisa é perquirir se os fundamentos jurídicos que impedem o convalescimento da posse precária e a interpretação literal do Código Civil de 2002, são compatíveis com os preceitos constitucionais modernos e as novas teorias sociológicas sobre os institutos da propriedade e da posse, voltados ao desenvolvimento socioeconômico e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Palavras-chave: Convalescimento. Propriedade. Posse. Precária. Função Social.

Abstract: *The research consists of analyzing the possibility of convalescence of precarious possession, based on the Principles of the Function of Property and Possession. The objective of the research is to investigate whether the legal foundations that prevent the convalescence of precarious possession and the literal interpretation of the 2002 Civil Code are compatible with modern constitutional precepts and new sociological theories about the institutes of property and possession, aimed at socioeconomic development and the construction of a free, fair and solidary society.*

Keywords: *Convalescence. Property. Possession. Precarious. Social Function.*

1. INTRODUÇÃO

[80] Discente do Curso de Direito da Faculdade Promove de Minas Gerais. Endereço eletrônico: andresa.pastor@soupromove.com.br.
[81] Professora universitária nas Faculdades Promove e Kennedy de Minas Gerais. Mestre em Direito Civil pela UFMG. Advogada. Email: silvia.portilho@somoskennedy.com.br.

A posse e a propriedade são institutos existentes no ordenamento jurídico desde os tempos antigos, e sofreram ao longo dos séculos significativas transformações.

Em tempos passados a propriedade se justificava como um interesse privado revestido de caráter absoluto. Contudo, face as necessidades que foram surgindo ao longo do desenvolvimento da sociedade e principalmente das novas teorias sociológicas que surgiram no século XX, o direito de propriedade foi relativizado e atualmente, tanto a propriedade quanto o exercício da posse, revestem-se do dever de atendimento à função social, princípio elencado no rol dos princípios e garantias fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988.

Encarregou-se à doutrina classificar as espécies de posse, atribuindo-lhe especificações objetivas (posse justa e injusta) e subjetivas (posse de boa ou má-fé). Ocorre que os conceitos e terminologias que permeiam os institutos da propriedade e da posse, não são convergentes entre os doutrinadores e juristas, o que torna o estudo do tema desafiador e complexo.

Assente aos divergentes entendimentos que permeiam o tema, a pesquisa tem por objetivo abordar a classificação dos vícios possessórios objetivos e analisar o entendimento dos doutrinadores e juristas acerca do convalescimento da posse precária, de modo a levantar a seguinte problemática: os fundamentos jurídicos da clássica teoria sobre a impossibilidade do convalescimento da posse precária, caracterizam vedação compatível com os preceitos constitucionais modernos e o exercício da função social?

Nesse contexto, além da necessária abordagem sobre conceitos, natureza jurídica, classificações, teorias clássicas e sociológicas, faz-se necessário indagar a respeito da interpretação da legislação civil no que tange as relações jurídicas privadas e os direitos e deveres do proprietário ou possuidor, frente as disposições constitucionais relacionadas aos direitos e garantias fundamentais e o atendimento aos anseios sociais consagrados na Lei Maior.

2. A POSSE NO DIREITO BRASILEIRO

2.1 **Conceito e natureza jurídica**

O instituto da posse é permeado de controvérsias, não havendo um entendimento harmônico no que tange ao conceito e sua natureza jurídica, o que torna o estudo do tema complexo, mas não menos importante se comparado aos outros ramos do direito.

O ordenamento jurídico brasileiro[82] conceitua o instituto da posse como um fato, o qual o indivíduo exterioriza algumas das faculdades inerentes à propriedade, independentemente de ser ou não proprietário do bem. Assim, “pela atual codificação privada, pode-se dizer *que todo proprietário é possuidor, mas nem todo possuidor é proprietário.*” (TARTUCE, 2019, n.p.)

Considerando a relação existente entre a pessoa e o bem, o direito brasileiro[83] dispõe sobre o desdobramento da posse no que concerne ao seu exercício, caracterizando a posse como direta e indireta.

Diniz (2021) explica que a posse direita e indireta são paralelas e reais, e que coexistem de forma temporária, decorrentes do uma relação transitória de direito. Assim, o possuidor indireto é aquele que cede o uso do bem ao possuidor direto que o recebe, em virtude de um direito real, pessoal ou de um contrato, como ocorre nos casos de usufruto, locação, comodato etc.

Importante destacar que nem todo o exercício de fato sobre o bem configura a posse, uma vez que em certas ocasiões a utilização do bem configura a detenção.

A legislação brasileira[84] ao conceituar o instituto da detenção, demonstra que embora possua características semelhantes a posse, dela difere quanto a sua natureza jurídica e os seus efeitos.

Segundo Gonçalves (2021), na detenção inexiste a independência do detentor, também conhecido pela doutrina como servidor, gestor ou fâmulo da posse, uma vez que este age em obediência e de acordo com as determinações do possuidor.

---

[82] Art. 1.196. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de alguns dos poderes inerentes à propriedade. (BRASIL. Lei n. 10.406/2002)

[83] Art. 1.197. A posse direta, de pessoa em que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto. (BRASIL. Lei n. 10.406/2002)

[84] Art. 1.198. Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas. (BRASIL. Lei n. 10.406/2002)

A natureza jurídica da posse é a discussão mais controvertida que cerca a matéria. Desde a época do Direito Romano, e ainda que passado muitos séculos, repercute na doutrina se a posse é um fato ou um direito.

> Compreender a sua natureza significa entender se a posse é protegida pelo ordenamento por seu próprio significado, ou como uma extensão da tutela da propriedade, ou mesmo, da necessidade do sistema de evitar qualquer forma de violência e proteger a personalidade do ser humano. (FARIAS; ROSENVALD, 2017, p. 66)

Gonçalves (2021) explica que essa divergência acerca da matéria divide a doutrina em três correntes:

A primeira corrente sustenta a posse como um direito e apoia-se na teoria de Rudolf von Ihering, de que a posse constitui em um interesse juridicamente protegido, em razão da utilização econômica da propriedade.

A segunda corrente sustenta a posse como um fato, em razão de não possuir autonomia e valor jurídico próprio.

Por fim, a terceira corrente, chamada de eclética, sustenta a posse tanto como um direito como um fato, e conforme sustenta Friedrich Calr von Savigny, a posse em sua essência é um fato, e os seus efeitos um direito, caracterizando portanto a sua dupla natureza.

Gonçalves (2021), ainda explica que para Savigny a posse é um direito pessoal ou obrigacional, já para Ihering, a posse sendo um direito só pode pertencer à categoria dos direitos reais. Para outros doutrinadores, a posse é um direito *sui generis*, por não se atrelar ao direito real e nem pessoal de forma perfeita. Assim, para o autor, tais divergências geram reflexos no âmbito do direito processual, no que tange a competência, legitimidades das partes e no litisconsórcio.

Prevalece na doutrina a corrente que sustenta a posse como um direito, persistindo maior divergência no que concerne a definição de sua natureza se real ou pessoal.

2.2 Teorias subjetiva e objetiva da posse

Diversas teorias permeiam o instituto da posse, com fins de atribuir conceitos e classificações a matéria, que apesar de secular, carrega diversas versões.

Destacam-se duas escolas clássicas que buscaram delimitar o conceito de posse e influenciaram a cultura jurídica: a teoria subjetiva de Friedrich Calr von Savigny, e a teoria objetiva de Rudolf von Ihering.

Segundo Farias e Rosenvald (2021, p. 62), “cada qual fornece elementos de identificação dos limites da tutela da posse, individualiza, a seu modo, as figuras do possuidor e do detentor e procura justificar a essência da proteção possessória.”

A teoria subjetiva da posse de Savigny conceitua a posse como um poder direto que o indivíduo possui para dispor fisicamente do bem com a intenção de tê-lo para si e de defendê-lo da intervenção de outrem. (TARTUCE, 2019)

Para essa teoria, a posse possui dois elementos: o *corpus* e o *animus domini*. O *corpus* é o objeto ou o elemento material da posse, e que consiste no poder físico sobre o bem e a possibilidade de disposição. O *animus domini* é o elemento subjetivo e que consiste na vontade do possuidor de ter a coisa como sua. (TARTUCE, 2019)

Gonçalves (2021, n.p.) destaca que “os dois elementos citados são indispensáveis, pois, se faltar o *corpus*, inexiste a posse, e, se faltar o *animus*, não existe posse, mas mera detenção.”

Ensina-nos a doutrina, que de acordo com a teoria de Savigny, não constitui posse a locação, o comodato e outras espécies de poder físico sobre o bem, por faltar-lhes o elemento do *animus domini*, restando-lhes prejudicados a proteção direta contra eventuais intervenções de terceiros, em razão de serem considerados como meros detentores.

Segundo Farias e Rossenvald (2021), Savigny projetou à autonomia da posse em relação a propriedade, uma vez que o uso dos bens passou adquirir relevância e respaldo jurídico, decorrente da necessidade de proteção à pessoa, a manutenção da paz social e a consolidação das relações jurídicas.

Contrapondo-se a teoria subjetiva de Savigny, depreende-se da doutrina que a teoria objetiva de Ihering, sustenta de maneira simplificada que o *corpus* é o único elemento necessário a constituir a posse, ou seja, basta que o indivíduo exerça o poder de fato sobre o bem.

Ihering dispensa a exteriorização do elemento do *animus domini*, uma vez que o *corpus* é o único elemento visível e suscetível de comprovação. O *animu*s é ínsito ao *corpus*, não na intenção de ser proprietário, mas de explorar a coisa com fins econômicos. (TARTUCE, 2019)

> A conduta de dono pode ser analisada objetivamente, sem a necessidade de pesquisar-se a intenção do agente. A posse, então, é exteriorizada da propriedade, a visibilidade do domínio, o uso econômico da coisa. Ela é protegida, em resumo, porque representa a forma como o domínio se manifesta. (GONÇALVES, 2019, n.p.)

Na concepção de Ihering, “o interesse jurídico movimenta a vontade”, e é a destinação econômica do bem que justifica a proteção possessória. (FARIAS; ROSENVALD, 2021)

Ensina-nos a doutrina, que diferente da teoria subjetivista de Savigny, a concepção objetiva de Ihering, ao dispensar o elemento do *animus domini*, possibilita a condição de possuidor àqueles que usam do destino econômico do bem em razão de uma relação jurídica (ex.: locatário, comodatário etc), caracterizando portanto, a coexistência da posse direta e indireta.

> Do ponto de vista econômico e prático, a teoria de Ihering é inegavelmente um avanço em comparação com a de Savigny, eis que ao abdicarmos da exigência do *animus domini*, ampliamos consideravelmente o rol dos possuidores, deferindo àqueles antes considerados meros detentores pela teoria subjetiva proteção possessória direta e imediata, podendo agir por conta própria na tutela de sua situação jurídica. Ademais, qualificando-se a posse como situação fática de poder sobre a coisa, pouco importa a condição jurídica de quem a exerce - proprietário ou não proprietário -, afinal a posse recai sobre o bem e não sobre o direito. (FARIAS; ROSENVALD, 2021, p.66)

Assim, após o estudo e a análise das duas clássicas teorias que permeiam o instituto da posse, identificamos que o fundamento subjetivista de Savigny, não condiz com os preceitos jurídicos modernos, razão pela qual o Código Civil de 2002, ao dispor sobre a posse, adotou a teoria objetiva de Ihering.

2.3 **Novas Teorias Possessórias e a Função Social da Posse**

O constante desenvolvimento da sociedade e a alteração das estruturas sociais e econômicas, trazem a necessidade de estudos possessórios voltados as novas teorias sociológicas.

> Atualmente, a ciência jurídica volta o olhar para a perspectiva da finalidade dos modelos jurídicos. Não há mais um interesse tão evidente em conceituar a estrutura dos institutos, mas em direcionar o seu papel e missão perante a coletividade, na incessante busca pela solidariedade e pelo bem comum. Enfim, a função social se dirige não só à propriedade, aos contratos e à família, mas à reconstrução de qualquer direito subjetivo, incluindo-se aí a posse, como fato social, de enorme repercussão para a edificação da cidadania e das necessidades básicas do ser humano. (FARIAS; ROSENVALD, 2021, p. 73)

Depreende-se da doutrina, que no início do século XX, surgiram novas teorias referentes ao instituto da posse. Teorias dotadas de uma concepção sociológica, atribuindo-se a posse autonomia e afastando o caráter absoluto em relação à propriedade. Desse novo entendimento, destacam-se os juristas Silvio Perozzi da Itália, Raymond Saleilles da França e Antônio Hernandez Gil da Espanha.

> Essas novas teorias, que dão ênfase ao caráter econômico e à função social da posse, aliadas à nova concepção do direito de propriedade, que também deve exercer uma função social, como prescreve a Constituição da República, constituem instrumento jurídico de fortalecimento da posse, permitindo que, em alguns casos e diante de certas circunstâncias, venha a preponderar sobre o direito de propriedade. (GONÇALVES, 2021, n.p.)

Em resumo, na concepção do jurista italiano Perozzi, a posse resulta do “fator social”, dependente do comportamento passivo dos sujeitos da coletividade, de abstenção com relação ao fato, possuindo o indivíduo plena disposição de fato da coisa, sem qualquer resistência. Para o jurista francês Raymon Saleilles, a posse independe do direito de propriedade, uma vez que a posse manifesta-se pelo juízo de valor, conforme a consciência social econômica. Por fim, segundo o jurista espanhol Antônio Hernandez Gil, a função social é o pressuposto e o fim das instituições reguladas pelo direito. (GONÇALVES, 2021)

Na concepção das novas teorias sociológicas, a posse possui autonomia em relação à propriedade, sendo interpretada de acordo com os valores sociais e a utilização socioeconômica sobre o bem.

Para Farias e Rosenvald (2021), a teoria de Antônio Hermandez Gil, é a que mais se aproxima da realidade social, pois proporciona o uso econômico do bem, com fins de atender as necessidades humanas básicas.

No âmbito nacional, a concepção social da posse consta do enunciado n. 492 da V Jornada de Direito Civil[85] de 2011, que atribui a posse o caráter autônomo em relação a propriedade e a prevalência dos interesses socioeconômicos.

Em razão da atual concepção social no instituto possessório, cabe destacar que tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 699/2011, apresentado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá do PTB de São Paulo, que pretende alterar a redação do art. 1.196 do Código Civil[86], com fins de caracterizar a função socioeconômica como elemento principal da posse, em sintonia com a Constituição Federal e as teorias sociológicas da função social da propriedade.

Em síntese, observa-se que para a cultura jurídica moderna, a posse passa a ser contemplada com autonomia em relação a propriedade, bem como pela sua utilidade e o regular exercício da função social, com fins de atender as necessidades fundamentais do ser humano e atingir o bem estar social.

2.4 **Vícios Possessórios Objetivos**

Os vícios possessórios objetivos estão relacionados a aquisição da posse, e nos termos do Código Civil[87], são três as espécies de vícios objetivos: violência, clandestinidade e precariedade.

Inexistente vícios quando da sua aquisição, ou seja, a posse adquirida de forma legítima, é classificada pelo legislador como justa. De outro modo, se maculada por qualquer dos vícios mencionados no Código Civil, a posse é considerada injusta.

Infere-se da doutrina que a posse violenta é a adquirida através de violência física ou moral, ou seja, através da força ou da ameaça, e que causa fundado temor no legítimo proprietário ou possuidor.

---

[85] Enunciado n. 492. A posse constitui direito autônomo em relação à propriedade e deve expressar o aproveitamento dos bens para o alcance de interesses existenciais, econômicos e sociais merecedores de tutela.

[86] Nova redação do art. 1.196. Considera-se possuidor todo aquele que tem poder fático de ingerência sócio-econômica, absoluto ou relativo, direto ou indireto, sobre determinado bem da vida, que se manifesta através do exercício ou possibilidade de exercício inerente à propriedade ou outro direito real suscetível de posse. (BRASIL. PL n. 699/2011)

[87] Art. 1.200. É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária. (BRASIL. Lei n. 10.406/2002)

A posse clandestina é a realizada às escondidas de quem tem interesse em conhecê-la e recuperá-la.

E por fim, a posse precária, ocorre quando o indivíduo, em decorrência do dever de restituir o bem, se nega a fazê-lo, sendo considerado pelos doutrinadores e juristas um abuso de confiança.

Conforme a doutrina, ainda que injusta, a posse gera efeitos jurídicos contra intervenção de terceiros, uma vez que os vícios objetivos são relativos e não produzem efeito *erga omnes.*

Nesse contexto explica Gonçalves (2021), que a posse será injusta apenas em face do legítimo possuidor, podendo o possuidor alegar posse justa em face de terceiros estranhos ao fato e invocar ações possessórias para proteção da posse em casos de conflito.

Os vícios possessórios se distinguem quanto ao momento do seu surgimento. Enquanto a posse violenta e clandestina surgem quando da sua aquisição, a posse precária se origina de atos posteriores, quando o possuidor direto, na obrigação de devolver o bem ao possuidor indireto, deixa de fazê-lo. Enquanto existente a relação jurídica que enseja a posse direita, a posse exercida é justa, contudo, quando caracterizado a recusa no chegado momento de devolver a coisa, a posse torna-se viciada e injusta. (GONÇALVES, 2021)

Segundo Gonçalves (2021, n.p.), o Código Civil não esgota as hipóteses de vícios possessórios, e exemplifica: “aquele que, pacificamente, ingressa em terreno alheio, sem procurar ocultar a invasão, também pratica esbulho, malgrado a sua conduta não se identifique com nenhum dos três vícios apontados.”

Contudo, há autores que não compartilham do mesmo entendimento, como é o caso de Farias e Rosenvald (2021), que entendem que a interpretação *numerus apertus* do art. 1.200 do Código Civil, resultaria na limitação da posse justa, a qual será atribuída somente àquelas decorrentes de relações jurídicas de natureza real ou obrigacional. Ademais, expandiria a qualificação de posse injusta à situações corriqueiras, como o caso de muitas famílias que ocupam imóveis abandonados, acentuando a exclusão social.

Acorde o entendimento dos autores, as consequências como a exclusão social, decorrente da ampliação da qualificação atribuída a posse injusta, vai de encontro as novas concepções sociológicas que permeiam o instituo da posse, haja vista que conforme a ciência jurídica moderna, o uso socioeconômico do bem é o elemento caracterizador da posse.

3. PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA POSSE E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL

Ensina-nos a doutrina que a Constituição de 1934 atenuou o caráter absoluto da propriedade, pois subordinou o exercício do direito de propriedade ao interesse social e coletivo. Contudo, a prevalência dos interesses sociais face aos anseios individuais e as relações privadas, foram dispostos de forma explícita na Constituição Federal de 1988, que dentre os vários princípios estabelecidos, consagrou a função social da propriedade.

O texto constitucional dispõe sobre a garantia do direito à propriedade, contudo, consubstancia-se o seu exercício a condição do atendimento a função social[88]. Também dispõe sobre a função social como um princípio da ordem econômica.[89]

Farias e Rosenvald (2021), explicam:

> A locução *função social* traduz o comportamento regular do proprietário, exigindo que ele atue numa dimensão na qual realize interesses sociais, sem a eliminação do direito privado do bem que lhe assegure as faculdades de uso, gozo e disposição. Vale dizer, a propriedade mantém-se privada e livremente transmissível, porém detendo finalidade que se concilie com as metas do organismo social.

---

[88] Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)
XXII – é garantido o direito de propriedade;
XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;
(...) (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

[89] Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado os seguintes princípios:
(...)
III – função social da propriedade;
(...) (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

Embora não trate especificamente da posse, a tutela do direito possessório deriva dos princípios e regras voltados à concretização do princípio da função social da propriedade. Logo, o exercício do direito individual de propriedade e da posse, deve ser compatível com os valores e anseios sociais elencados na Constituição e à utilidade do bem.

> O direito a posse recebeu especial influxo da ideia de função social da propriedade. A posse, para continuar merecedora da proteção jurídica e ser instrumento mais democrático de acesso das pessoas às coisas, há de realizar sua função social, ao lado da função individual. (LÔBO, 2019, n.p.)

Na visão das novas teorias sociológicas, a proteção possessória está relacionada a efetivação das necessidades sociais básicas do ser humano e direitos fundamentais como a vida, dignidade humana, moradia, trabalho, e inúmeros outros direitos e interesses que transcendem a natureza individual do direito à propriedade.

Segundo Farias e Rosenvald (2021, p. 327), “a função social é um princípio que opera um corte vertical em todo o sistema de direito privado. Ela se insere na própria estrutura de qualquer direito subjetivo para justificar a razão pela qual ele serve e qual papel desempenha.”

Nos termos do art. 1.228 do Código Civil[90], o direito de propriedade deve ser exercido de acordo com as finalidade econômicas e sociais, portanto, incorre em abuso do direito de propriedade aquele que ofende os direitos de outrem e as limitações determinado por lei.

Segundo Lôbo (2019), a propriedade não mais reveste-se de caráter exclusivo, abstrato e ilimitado, pois o Código Civil de 2002 recebeu influências de valores que se consolidaram no século XX, como a solidariedade social e a dignidade humana, mantendo a autonomia da posse em relação a propriedade. E apesar da legislação civil não trazer de forma explícita à função social da propriedade e da posse, deve-se observar as regras que a concretizam e a primazia da Constituição.

---

[90] Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar, e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer injustamente a possua ou detenha.
§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.
§ 2º São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
(...) (BRASIL. Lei n. 10.406/2002)

Contudo, se observarmos as evoluções dos institutos da propriedade e da posse ao longo dos séculos, e as novas concepções sociais e os conceitos jurídicos modernos, concluímos que o Código Civil de 2002 trouxe tímidas alterações relacionadas aos institutos.

Na perspectiva de Lôbo (2019), as relações civis ainda possuem um forte cunho patrimonial, basicamente regidas pela propriedade e pelo contrato. A prevalência dos interesses patrimoniais tutelados pelo Código Civil, por vezes vai de encontro com os valores fundados na dignidade da pessoa humana, concretizados na Constituição.

Assente o conservadorismo que permeia a legislação civil e as relações privadas, faz-se preciso uma interpretação da legislação civil sob o crivo dos princípios constitucionais, com fins de garantir a eficácia dos objetivos fundamentais consagrados no texto constitucional, possibilitando a construção de uma sociedade "livre, justa e solidária"[91].

Para Lôbo (2019) é necessário "repersonalizar" o código civil, com fins de realocar a pessoa humana ao centro das relações e passando o patrimônio a exercer o papel coadjuvante.

> No rumo da repersonalização das relações civis, podem ser destacadas algumas tendências, que interessam ao direito das coisas: a) aplicação crescente pela jurisprudência dos tribunais do princípio da dignidade da pessoa humana, como fundamento para solução dos conflitos; b) condicionamento do exercício da propriedade e de outros direitos reais à sua função social e a garantia do direito de acesso à propriedade mínima existencial, mediante a qualificação da moradia como direito social (art. 6º da Constituição); c) ampla utilização de princípios, cláusulas gerais e conceitos indeterminados, a permitir a humanização efetiva das soluções jurídicas, a partir das situações concretas. (LÔBO, 2019, n.p.)

A literalidade da legislação civil é engessada à princípios e interesses individuais e patrimoniais, que gera obstáculos a efetivação dos princípios constitucionais elencados na Carta Magna, inclusive no tange ao efetivo exercício da função social da propriedade e da posse, daí a necessidade de interpretação da legislação civil e de outras normas infraconstitucionais em conformidade com o texto

---

[91] Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
(...) (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

maior, que estabelece diretrizes voltadas ao desenvolvimento de uma sociedade solidária.

> Cumpre visualizar um Direito Civil constitucional no qual princípios de caráter superior e vinculante criam uma nova mentalidade, erigindo como direitos fundamentais do ser humano a tutela de sua vida e de sua dignidade. Essas normas de grande generalidade e grau de abstração impõe inúmeros deveres extrapatrimoniais nas relações privadas. Os limites da atividade econômica e a função social dos direitos objetivos passam a integrar uma nova ordem pública constitucional e devem ser encarados como meios de ampla tutela aos direitos essenciais do ser humano. (FARIAS; ROSENVALD, 2021, p. 325/326)

Em síntese, a função social condiciona o exercício da propriedade e da posse com fins de evitar que interesses coletivos sejam sacrificados para o atendimento de interesses individuais, como ocorreu por muito tempo ao longo da história. E ainda que o Código Civil esteja elencado a preceitos patrimoniais, que por vezes recai sobre o atendimento de interesses individuais, a interpretação constitucional da legislação civil é consequência inevitável face o desenvolvimento social pautado no Estado democrático e solidário.

4. TEORIAS SOBRE O FENÔMENO DO CONVALESCIMENTO

O Código Civil Brasileiro ao dispor sobre a posse, classifica a posse justa e injusta, e descreve que os atos violentos ou clandestinos não autorizam a posse, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.[92]

No entanto, ao se observar o disposto no art. 1.203[93] do Código Civil, que consagra o Princípio da continuidade da posse, diverge a doutrina sobre a posse injusta e sobre o convalescimento dos vícios possessórios.

Diniz (2021), dispõe que a posse clandestina e violenta passa a ser reconhecida, quando cessada a clandestinidade e violência há mais de ano e dia[94], momento em que convalesce dos vícios que a maculavam.

Contudo, Tartuce (2019) defende que a alteração da posse injusta em posse justa não deve se valer do requisito temporal, mas deve ser analisada caso a caso,

---

[92] Art. 1.208. Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade. (BRASIL. Lei n. 10.406/2002)

[93] Art. 1.203. Salvo prova em contrário, entende-se manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida. (BRASIL. Lei n. 10.406/2002)

[94] O prazo de ano e dia, é o requisito temporal estabelecido para diferenciar as chamadas “posse de força nova” e “posse de força velha”, matéria prevista no art. 558 do Código de Processo Civil, que atribui o direito a imediata reintegração ou manutenção da posse, quando o esbulho ou turbação for de menos de ano e dia.

de acordo com a finalidade social da posse, que pode ocorrer antes do lapso temporal de um ano e um dia.

Assim, na visão sociológica de Tartuce, a destinação socioeconômica conduzida pelo possuidor injusto é requisito capaz de ensejar o convalescimento da posse injusta em posse justa, independente do prazo, em situações que devem ser analisadas caso a caso.

De outro modo, para Gonçalves (2021) a cessação dos vícios da violência e clandestinidade ocasiona a substituição do estado de detenção para o estado de posse. Enquanto não findam, existe apenas a detenção. Cessados estes vícios ocorre a transmudação da detenção em posse, porém injusta, em face do proprietário ou legítimo possuidor.

O autor explica ainda que essa fase transitória não ocorre com o vício da precariedade, pois o possuidor antes de recair no vício, exercia a posse justa de bem. No momento da recusa em devolver a coisa, passará de possuidor justo a injusto em relação ao esbulhado, portanto, não há fase transitória de detenção à posse injusta, quando o vício é maculado pela precariedade.

> Cessadas a violência e a clandestinidade, a mera detenção, que então estava caracterizada, transforma-se em posse injusta em relação ao esbulhado, que permite ao novo possuidor ser mantido provisoriamente, contra os que não tiverem melhor posse. Na posse de mais de ano e dia, o possuidor será mantido provisoriamente, inclusive contra o proprietário, até ser convencido pelos meios ordinários (CC, arts. 1.210 e 1.211; CPC, art. 558, caput e parágrafo único). Cessadas a violência e a clandestinidade, a posse passa a ser “útil”, surtindo todos os efeitos, nomeadamente para a usucapião e para a utilização dos interditos. (GONÇALVES, 2021, n.p.)

Desse mesmo entendimento de transição entre detenção e posse injusta compartilha Farias e Rosenvald (2021, p.157), e acrescentam que o Princípio da continuidade da posse disposto no artigo 1.203 do Código Civil tem previsão *juris tantum*, pois a norma excepcionalmente admite a intervenção da posse, no entanto, “a mudança no comportamento de quem detém a coisa será fundamental para a conversão da detenção em posse injusta, mas não para transformar a posse injusta em posse justa”.

Entende Tartuce (2019) que o reconhecimento de que aqueles que têm posse violenta ou clandestina são meros detentores, nega o conceito de posse injusta disposto no art. 1.200 do Código Civil, razão pela qual o autor reconhece na posse injusta a existência de posse e não da mera detenção.

Na concepção de Pereira (2017, n.p), a posse injusta não se converte em posse justa pela vontade ou ação do possuidor, nem mesmo pelo decurso do tempo. Essa possibilidade é admitida apenas pela inversão do título, “por um fundamento jurídico, quer parta de terceiro, quer advenha da modificação essencial do direito”. O autor exemplifica, citando situações em que o possuidor violento compre do esbulhado, ou aquele que possui clandestinamente herdar do desapossado.

Concisamente, todas as posições acima expostas, embora divergentes em muitos aspectos, são de suma importância para o instituto da posse, as quais geram reflexões sobre as aplicações práticas e teóricas, consubstanciadas à realidade social e à aplicabilidade e efetividade do Princípio da Função Social.

5. EXERCÍCIO DA FUNÇÃO SOCIAL E O CONVALESCIMENTO DA POSSE PRECÁRIA

Da redação literal do art. 1.208 do Código Civil, entende-se a doutrina majoritária que diferente da posse violenta e clandestina, a posse precária jamais convalesce. Contudo, de acordo com as novas teorias sociológicas voltadas ao estudo do instituto possessório, questiona-se: os fundamentos jurídicos que impedem o convalescimento da posse precária, caracterizam vedação compatível com a concepção e o exercício da função social?

Pois bem, para a doutrina e jurisprudência clássicas, a posse precária decorre do abuso de confiança praticado pelo indivíduo que detinha a posse a título justo, porém, deixa de restituir o bem no momento em que é o seu dever fazê-lo, razão pela qual entende-se que a posse precária jamais convalesce.

Dessa perspectiva, entende-se que o dever de restituir o bem ao real proprietário ou possuidor persistirá independente do tempo.

No entanto, de acordo com a visão sociológica das novas teorias que permeiam o instituto da posse, atribuir a posse precária a impossibilidade de convalescimento vai de encontro aos preceitos constitucionais modernos, uma vez que a propriedade não mais reveste-se de caráter absoluto, pois tanto o direito de propriedade como o exercício da posse estão condicionados ao atendimento da função social.

Nesse contexto, mostra-se incompatível com os princípios constitucionais modernos, o entendimento dominante de doutrinadores e juristas de que a inércia do legítimo proprietário ou possuidor, prevaleça sobre o exercício da posse precária em consonância com os objetivos econômicos e sociais.

> se a tendência atual é conceder função social à posse, não podemos privar da usucapião o possuidor que mantém poder de fato sobre a coisa, sem oposição e com autonomia por longos anos, em detrimento do proprietário que abandona o objeto de seu direito subjetivo e esvazia o conteúdo econômico do domínio (FARIAS; ROSENVALD, 2021 p. 159).

No momento em que o possuidor direito deixa de restituir o bem e incorre à posse injusta pela precariedade, cabe ao proprietário ou legítimo possuidor demandar o seu direito subjetivo de reaver o bem, o qual fora destituído.

Contudo, a desídia e o abandono do bem, pelo legítimo proprietário ou possuidor, afastam-no do seu dever de atribuir à propriedade destinação socioeconômica.

> A função social da posse passa a ser exercida pelo precarista, ao conceder destinação econômica ao bem em nome próprio. Prevalecerá o direito fundamental social de moradia sobre a situação patrimonial do proprietário que, mesmo destituído da posse, manteve-se inerte na defesa do bem, sem adotar atitude para reavê-la, conformando-se com a alteração da situação possessória (FARIAS; ROSENVALD, 2021, p. 160).

Assim, não é condizente que frente a conduta omissiva do esbulhado, o direito de reaver o bem e a obrigação do possuidor precário de o devolver se perpetue no tempo, uma vez que conforme regra geral do ordenamento jurídico brasileiro “o direito não socorre aos que dormem” - *dormientibus non sucurrit lus*.

Embora, o entendimento majoritário da doutrina e jurisprudência seja pela impossibilidade do convalescimento da posse precária face ao disposto no art. 1.208 do Código Civil, têm-se recentes julgados de diferentes Tribunais de Justiça do país, sobre o convalescimento da posse precária em razão do princípio da função social.

Vejamos a ementa da decisão da 15ª Câmara Civil do TJMG, que reconhece que em situações excepcionais, é possível a “transmudação da posse precária” face ao abandono pelos proprietários e o exercício da função social pelo possuidor precário:

> EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DE USUCAPIÃO - ALTERAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DA POSSE - POSSE COM ANIMUS DOMINI -

> FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE - COMPROVAÇÃO - INÉRCIA DOS PROPRIETÁRIOS - REQUISITOS LEGAIS. A usucapião é modalidade de aquisição originária da propriedade de bem, pelo exercício da posse com animus domini, observados a forma e empo exigidos em lei. A hipótese de usucapião extraordinária demanda a comprovação, de forma inequívoca, da posse mansa, pacífica, ininterrupta e com ânimo de dono, por quinze anos, sobre o imóvel. É possível a transmudação de posse precária para posse ad usucapionem em situações excepcionalíssimas, desde que comprovados pelos possuidores diretos o cumprimento da função social da propriedade, o exercício da posse de forma autônoma, mansa, pacífica e com animus domini, face o abandono do imóvel pelos proprietários. (TJMG - Apelação Cível 1.0879.08.000841-7/001, Relator(a): Des.(a) Marco Aurélio Ferrara Marcolino (JD Convocado) , 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/06/2021, publicação da súmula em 09/07/2021).

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em vários julgados reconhece a possibilidade de “transmudação” da natureza da posse, face a desídia do proprietário e o exercício da posse precária por um longo período, caracterizando, portanto a existência do *animus domini*, vejamos a ementa de um dos seus julgados:

> **Ementa:** APELAÇÃO CÍVEL. POSSE (BENS IMÓVEIS). AÇÃO DE USUCAPIÃO E AÇÃO REIVINDICATÓRIA. REQUISITOS DA USUCAPIÃO PREENCHIDOS. TRANSMUDAÇÃO DA NATUREZA DA POSSE. A transmudação da natureza da posse, desde que provada nos autos, viabiliza a usucapião. Existindo prova suficiente para demonstrar a posse mansa e pacífica, bem como o transcurso do prazo aquisitivo, viável a declaração da aquisição de domínio pelo usucapiente. No caso concreto, a posse inicial na condição de devedora de contrato de promessa de compra e venda transmudou-se em posse ad usucapionem a partir do término do prazo contratual para adimplemento de suas obrigações. Assim, a omissão dos promitentes-vendedores em opor-se à posse exercida pela promitente-compradora por prazo superior ao da implementação da usucapião enseja o acolhimento da exceção para o fim de julgar procedente o pedido de reconhecimento da usucapião e improcedente o pedido de imissão de posse. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. Ao julgar o recurso, o Tribunal deve majorar os honorários fixados anteriormente ao advogado do vencedor, devendo considerar o trabalho adicional realizado em grau recursal (art. 85, § 11, do CPC). APELAÇÃO DESPROVIDA (Apelação Cível, Nº 70082025875, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antônio Angelo, Julgado em: 14-11-2019, Publicado em: 20/11/2019).

A aquisição do caráter autônomo com *animus domini* pelo possuidor precário, e a possibilidade de convalescimento da posse maculada pelo vício da precariedade, decorre de uma interpretação constitucional que afasta os juristas e a doutrina moderna da perceptível visão patrimonial e individual engessada no texto da legislação civil.

Nesse contexto, faz-se imperioso destacar o Enunciado nº 237 da III Jornada de Direito Civil e que dispõe: “É cabível a modificação do título da posse – intervesio possessionis - na hipótese em que o até então possuidor direto demonstrar ato exterior e inequívoco de oposição ao antigo possuidor direto, tendo por efeito a caracterização do *animus domini.*”

Tartuce (2019, n.p), ao discorrer sobre o assunto, levanta uma interessante reflexão: “se o vício da violência é bem mais grave e a posse violenta pode passar a ser justa, por que o efeito da cessação da injustiça não pode atingir a posse precária, vício de menor gravidade?”

Infere-se da teoria clássica, que a posse precária caracteriza um ato reprovável decorrente da falta de boa-fé, condição inerente às relações jurídicas contratuais.

Ocorre que a posse injusta maculada por qualquer dos vícios (violência, clandestinidade ou precariedade), decorre de uma conduta do indivíduo, a qual o juízo de valor quanto a sua reprobalibilidade, dependerá da análise de cada caso, haja vista que inúmeras situações distintas podem ensejar atos violentos, clandestinos ou precários.

Sob essa perspectiva, tem-se que o efeito do convalescimento deve atingir a qualquer dos vícios objetivos, haja vista que qualquer dos vícios decorrem de condutas consideradas reprováveis e que a gravidade de cada qual dependerá das circunstâncias a qual estão relacionadas.

Para Farias e Rosenvald (2021, p. 160) não há diferença entre qualquer dos vícios objetivos, razão pela qual deve existir um tratamento igualitário. “Não se justifica a quebra do princípio da isonomia constitucional, com vedação discriminatória do acesso do possuidor precário à propriedade, pelo simples fato de um dia já ter mantido relação jurídica com o proprietário”

Assim, partindo dessa mesma reflexão a qual nos dispusemos a discorrer sobre os vícios que maculam a posse injusta, é possível compreender que a desídia e o abandono prolongado do bem pelo legítimo proprietário ou possuidor, também caracterizam condutas reprováveis face ao princípio constitucional do atendimento à função social, bem como tantos outros princípios voltados aos interesses da

coletividade, como a dignidade humana, o acesso à moradia, o desenvolvimento e o exercício do trabalho etc., pois como bem descreve Farias e Rosenvald (2021, p. 160), “os direitos existem para serem exercidos e não para serem conservados.

6. CONCLUSÃO

Discorrer sobre o instituto da posse é uma tarefa árdua, uma vez que permeiam o tema inúmeras controvérsias doutrinárias, que partem desde a definição do conceito e natureza jurídica, até discussões mais complexas, como a que aqui fora proposta: o convalescimento da posse precária.

A possibilidade do convalescimento da posse violenta e clandestina está expressamente prevista no Código Civil. Contudo, no que tange a posse precária, diverge a doutrina e jurisprudência quanto a tal possibilidade, sendo dominante a teoria de que a posse precária jamais convalesce, por incorrer no abuso de confiança.

Assim, com base nesse contexto controvertido, foi possível levantar os fundamentos jurídicos que impedem o convalescimento da posse precária e refletir quanto a sua (im)compatibilidade com os preceitos constitucionais modernos.

Sob a ótica da função social imposta ao direito de propriedade e o exercício da posse, foi possível concluir que o entendimento majoritário de que a posse jamais convalesce, vai de encontro às novas concepções sociológicas relacionadas a posse e a propriedade, bem como os preceitos constitucionais modernos voltados ao atendimento das necessidades e anseios sociais e no objetivo constitucional de construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Nessa mesma perspectiva, foi possível compreender que, em que pese as inovações dispostas no atual Código Civil face ao Código Civil de 1973, a legislação civil ainda permanece enraizada à interesses de natureza patrimonial.

Assim, conclui-se que a inércia do proprietário ou legítimo possuidor destituído da posse é tão reprovável quanto os vícios que maculam a posse injusta, face os princípios constitucionais para os quais a propriedade e a posse estão direta ou indiretamente relacionados.

Por esta razão, deve-se o possuidor precário valer-se da possibilidade do convalescimento do vício, uma vez que a função social exercida por este deve prevalecer face aos interesses patrimoniais que não mais revestem-se de caráter absoluto.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 25/09/2021.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm> Acesso em 11/09/2021.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em 10/10/2021.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n. 699/2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=848554&filename=PL+699/2011> Acesso em 12/09/2021.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. III Jornada de Direito Civil. Enunciado nº 237. Disponível em < https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/461> Acesso em 30/10/2021.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. V Jornada de Direito Civil. Enunciado nº 492. Disponível em < https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/561> Acesso em 12/09/2021.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. 4: Direito das Coisas. 35ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil. Vol. 5: Direitos Reais. 17ª ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

GONÇALVES. Carlos Roberto Gonçalves. Direito Civil Brasileiro. Vol. 5: Direito das Coisas. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Livro digital – Não paginado.

LÔBO, Paulo. Direito Civil. Vol. 4: Coisas. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Livro digital – Não paginado.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol IV: Direitos Reais. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Livro digital – Não Paginado.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Vol. 4: Direito das Coisas. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital – Não paginado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Apelação Cível 1.0879.08.000841-7/001, Relator(a): Des.(a) Marco Aurélio Ferrara Marcolino (JD Convocado), 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/06/2021, publicação

da súmula em 09/07/2021. Disponível em <https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=2&totalLinhas=28&paginaNumero=2&linhasPorPagina=1&palavras=transmuda%E7%E3o%20posse&pesquisarPor=ementa&orderByData=2&referenciaLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20refer%EAncias%20cadastradas...&pesquisaPalavras=Pesquisar&>
Acesso em 30/10/2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Apelação Cível nº 70082025875, Décima Nona Câmara Cível, Relator: Marco Antônio Angelo, Julgado em: 14-11-2019, Publicado em 20/11/2019. Disponível em < https://www.tjrs.jus.br/novo/buscas-solr/?aba=jurisprudencia&q=%C2%BA+5000143-23.2012.8.21.0033%2FRS&conteudo_busca=ementa_completa>
Acesso em 30/10/2021

A Dualidade De Procedimentos Nos Crimes Dolosos Contra A Vida De Civis Cometidos Por Militares Em Serviço

The Duality of Procedures in Crimes Against the Life of Civilians Committed by Military Officers on Duty

Shirlei Barboza Caldeira[95]
Anderson Marques[96]

Resumo:
O presente trabalho discute a dualidade existente diante da instauração de dois procedimentos investigativos quando da ocorrência de crimes dolosos contra a vida de civis cometidos por militares. Questiona-se se o conflito de atribuição entre Polícia Civil e Militar nestes casos ocasiona a violação aos princípios da Segurança Jurídica e *Ne Bis In Idem* entre outros prejuízos à Administração Pública bem como para a sociedade. Trata-se de pesquisa de fonte bibliográfica de método exploratório-descritivo de abordagem qualitativa. Foi possível constatar a necessidade de apenas a Polícia Civil conduzir tais investigações, mormente, em razão de a Constituição da República ter atribuído a função de Polícia Judiciária a esta instituição e por decorrência lógica os meios para melhor materializar a atividade investigativa.

Palavras-chave: Dualidade de Procedimentos. Segurança Jurídica. Bis In Idem. Crimes Dolosos Contra a Vida.

Abstract*: The present paper discusses the existing duality in the establishment of two investigative procedures when intentional crimes against civilian lives are committed by military officers. It questions whether the conflict of attributions between the Civil and Military Police in these cases causes the violation of the principles of Legal Security and Ne Bis In Idem, among other damages to the Public Administration as well as to society. This is a bibliographical research of exploratory-descriptive method of qualitative approach. It was possible to verify the need for only the Civil Police to conduct such investigations, mainly, due to the fact that the Constitution of the Republic has attributed the function of the Judiciary Police to this institution and by logical consequence the means to better materialize the investigative activity.*

Keywords*: Duality of Procedures. Juridical Security. Bis In Idem. Intentional Crimes against life.*

1 INTRODUÇÃO

Conforme previsão constitucional e infraconstitucional**,** quando policiais militares de carreira cometem**,** em serviço**,** crimes dolosos contra a vida de um civil, a competência para processar e julgar será da justiça comum, portanto, do Júri Popular. Muito embora não haja dúvida de que não compete à justiça militar o julgamento de tais crimes, há na fase pré-processual conflito de atribuição quanto à investigação. Isso porque, são instaurados concomitantemente Inquérito Policial Militar e

[95] Graduanda em Direito pelas Faculdades Kennedy. shirlei.caldeira@soukennedy.com.br
[96] Graduado pela Unifenas/BH. Pós-graduado em ciências penais, mestre em direito internacional e estado plurinacional. Doutorando em ciências jurídicas e sociais. Anderson.marques@somoskennedy.com.br

Inquérito Policial na Polícia Civil, constituindo, portanto, dualidade de procedimentos sobre o mesmo fato.

Nesse sentido, questiona-se: a instauração de dois inquéritos para fins da apuração do mesmo delito viola os princípios *Ne Bis in Idem* e Segurança Jurídica?

Muito embora o estudo de tais princípios localize-se em fase judicial da persecução penal, são inegáveis os reflexos que o desrespeito a estes em fase investigatória pode ocasionar na fase processual. Assim, considera-se como hipótese que a dualidade dos referidos procedimentos viola a proibição de *Bis In Idem* uma vez que o acusado responde a dois procedimentos independentes com desdobramentos em muitos casos diversos. Verifica-se ainda ameaça à segurança jurídica em função de possibilitar decisões conflitantes, sobretudo quando há divergência acerca do reconhecimento de causas justificantes entre as autoridades responsáveis pela direção dos procedimentos.

Dessa forma, entende-se que procedimentos investigativos que apurem os mencionados crimes cometidos nas referidas circunstâncias deverão ser conduzidos singularmente pela polícia judiciária. Tal hipótese pode ser embasada, nas disposições contidas na legislação pertinente, entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca do tema, que serão demonstrados ao longo do presente trabalho.

O objetivo da presente pesquisa é discutir a referida dualidade de procedimentos e a necessidade de apenas a Polícia Judiciária conduzir tal investigação. Pretende-se também demonstrar a violação dos princípios *Ne Bis in Idem* e Segurança Jurídica, bem como outros diversos prejuízos para o acusado e para a Administração Pública.

O presente trabalho justifica-se, do ponto de vista prático, uma vez que o conflito de atribuição objeto de estudo acarreta mau aproveitamento dos recursos públicos humanos e materiais, tendo em vista a existência de duas instituições investigando o mesmo fato, além de comprometer a celeridade da conclusão de tais procedimentos.

Sob o prisma social verifica-se a importância de se dirimir tal conflito uma vez que se trata da investigação de crime que atinge o bem jurídico mais importante, qual seja a vida. Podendo-se destacar ainda que a demonstração da ocorrência do *Bis In Idem* possibilita a reflexão sobre a necessidade de se resguardar direito dos acusados. Importante destacar que por meio do debate acerca do tema é possível sugerir qual das instituições em conflito acerca da referida atribuição seria o órgão mais adequado para conduzir a investigação dos já mencionados crimes.

Para tanto, após a exposição da metodologia de pesquisa utilizada, será apresentada uma revisão bibliográfica e posicionamento jurisprudencial sobre o assunto em seções que abordarão o

conflito de atribuição, a violação dos Princípios da Segurança Jurídica e a proibição de *Bis In Idem* bem como os prejuízos ocasionados pelo referido conflito e por fim a apresentação dos resultados.

2 METODOLOGIA[3]

Levando-se em conta o atual cenário jurídico apresentado nas seções anteriores, este trabalho ao explorar o seguinte tema **a dualidade de procedimentos nos crimes dolosos contra a vida de civis cometidos por militares em serviço** terá como principal objetivo discutir a dualidade de procedimentos na investigação de crimes dolosos contra a vida de civis cometidos por militares em serviço e a necessidade de apenas uma instituição conduzir tal investigação a fim de responder à questão: a instauração de dois inquéritos para fins da apuração do mesmo delito configura *Bis in Idem* e a violação do princípio da segurança jurídica?

---

[3]Como forma de melhor entendimento desta pesquisa, optou-se por trazer de forma antecipada os aspectos metodológicos que nortearam o desenvolvimento do trabalho.

Para isso, esta pesquisa assumirá a seguinte vertente metodológica de Gustin e Dias (2014) que, em linhas gerais, pode ser entendida como: uma pressuposição da realidade a ser estudada e o condicionamento dos procedimentos científicos a três elementos, a saber: reflexo dos aspectos econômicos, políticos, éticos e ideológicos à realidade jurídica, a importância de se questionar os institutos já vigentes no ordenamento jurídico e por fim, o entendimento de que a escolha da metodologia demonstra qual a postura política-ideológica assumida perante aquele cenário.

Assim, toda investigação científica pressupõe um conjunto de marcos doutrinários e procedimentos técnicos para o desenvolvimento da ciência. Portanto, a fim de realizar o percurso necessário da pesquisa, realizar-se-á alguns apontamentos metodológicos básicos deste trabalho.

Dessa forma, a pesquisa terá como finalidade a pesquisa aplicada visto se tratar de um aspecto de natureza prática. Cabe, ainda, destacar que o objetivo teórico-metodológico é exploratório-descritivo, isto porque, o assunto evidencia um problema e auxilia na construção de hipóteses descrevendo as características do fenômeno em estudo. Além disso, a abordagem da pesquisa será qualitativa. E, por fim, o principal procedimento de coleta e análise de dados será pesquisa de fontes bibliográficas baseada em material já publicado, como livros, artigos, periódicos e materiais disponibilizados na internet.

Devido à amplitude do tema em apreço e a delimitação do estudo à dualidade dos mencionados procedimentos bem como suas implicações, será apresentada uma breve contextualização teórico-metodológica acerca do assunto.

3 Referencial teórico

3.1 O conflito de atribuição

Os crimes militares deverão ser processados e julgados pela Justiça militar. Contudo, os crimes dolosos contra a vida de civis, tentados ou consumados, praticados por policial militar estadual, em atividade, serão julgados na Justiça comum pelo Tribunal do Júri. É o que determina a Constituição da República de 1988:

> Art. 124. À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.
> Art. 125. § 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

Da mesma forma prelecionam o Código Penal Militar (Lei 1.001/69) e o Código de Processo Penal Militar (Lei 1.002/69) respectivamente:

> Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:
>
> § 1º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri.
>
> Art. 82. O foro militar é especial, e, exceto nos crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, a ele estão sujeitos, em tempo de paz.

A competência para julgar os crimes dolosos contra a vida praticados por militar, em que a vítima for civil, foi deslocada para o Tribunal do Júri pela Lei n°9.299/96 sendo incluída no texto Constitucional posteriormente pela EC45/2004. Tal lei modificou o artigo 9º do Código Penal Militar, que trata da definição de crimes militares, incluindo o §1º que excluiu da competência da Justiça Militar os crimes dolosos contra a vida, e inseriu o artigo 82 no Código de Processo Penal Militar.

No que tange ao conflito de atribuição entre Polícia Civil e Polícia Militar para investigar tais delitos, objeto do presente trabalho, tem-se previsão Constitucional acerca da atribuição das respectivas corporações:

> Artigo 144: § 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
>
> § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...].

Conforme Nucci (2016) a função da Polícia Civil é investigar e a atividade da Polícia Militar é ostensiva, contudo, esta última realiza investigações relacionadas ao controle interno de seus próprios membros. De forma que, se destas investigações surgirem elementos probatórios relativos a civis, a Polícia Militar deve transmitir tais informações a Polícia Civil para que esta assuma as investigações.

Vale destacar o disposto No artigo 2º, §1º da Lei 12.830/2013 que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia:

> Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.

Como bem pontua Silva (2016), a discussão acerca da atribuição para apurar homicídios dolosos praticados por militares contra a vida de civis, perpassa pela natureza de tal delito.

Contribuindo para essa importante discussão, para Távora e Alencar (2016) o crime praticado pelo militar é comum, e deve ser julgado pelo Tribunal do Júri, entretanto, admite-se a dualidade de procedimentos paralelos por não haver vedação. Já para Assis (2012) em que pese a competência para julgar os crimes em estudo ter sido deslocada para a Justiça Comum, a atribuição para investigar tais delitos cometidos nas já referidas circunstâncias seria da Polícia Militar uma vez que o crime permaneceria sendo militar.

A definição acerca da natureza do crime em tela se faz relevante frente à problemática em questão, uma vez que a Constituição Federal em seu artigo 144,

§4º afasta a atribuição investigativa da Polícia Civil quando se tratar de crimes militares.

Nesse sentido, destaca Viana:

> Contudo, a redação defeituosa imposta a tais comandos normativos pela Lei nº. 9.299/1996 redundou em celeuma até hoje acesa nos operadores do direito e Judiciário em geral: os crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares contra civis ainda ostentam a natureza jurídica de crime militar, ou passaram a ser considerados como crimes comuns? A apuração de tais delitos cabe à polícia judiciária ou à polícia judiciária militar? (VIANA, 2016, n.p.).

Por sua vez, Ferreira (2019) pontua que a Lei 9299/1966 não retira de forma clara, a atribuição, ainda que secundária, da Justiça Militar na apuração dos delitos ora em estudo. Isso porque, o artigo 82, §2º do Código de Processo penal ainda é vigente e prevê que nos crimes dolosos contra a vida de civis cometidos por militares a Justiça Militar encaminhará os autos do Inquérito Policial Militar à Justiça Comum.

Abrindo-se assim uma janela interpretativa, de modo que para alguns a Polícia Militar deverá apenas aferir se se trata de crime doloso, uma vez que se culposo a atribuição é da justiça castrense, e caso positivo deve imediatamente remeter os autos à Justiça Comum para que estes sejam encaminhados à Polícia Civil. Ao passo que para outros, isso só deve ser feito ao final da investigação, ou seja, neste caso haveria a investigação pela Polícia Militar.

Percebe-se que o fato de a lei fixar a competência com base em critério subjetivo da conduta, como dispõe o artigo 82 do Código de Processo Penal Militar, pressupõe uma pré-análise, o que pode acarretar insegurança jurídica em função de decisões conflitantes e onerar o poder judiciário com a suscitação de conflitos de competência.

Em sede de controle concentrado de Constitucionalidade constatou-se que o tema em estudo foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (nº 1494-3) ajuizada logo após a sanção da Lei 9299/96 pela ADEPOL (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil) que questionava o § 2° do artigo 82 do Código de Processo Penal Militar uma vez que tal dispositivo possibilitaria a apuração dos crimes dolosos contra a vida por meio de Inquérito Policial Militar ofendendo assim a atribuição da Polícia Civil disposta no artigo 144§§ 1° e 2° da Constituição. Essa ação não teve seu mérito apreciado por ter o Supremo Tribunal Federal entendido que a ADEPOL não era parte legítima para tal propositura sendo apenas declarado que a lei revestia-se de aparente constitucionalidade e indeferida em liminar.

A mesma associação interpôs novamente, em 2008, Ação Direta de Inconstitucionalidade (n°4164) questionando a mesma matéria, entretanto tal ação tramita até a conclusão da presente pesquisa, de forma que o Supremo Tribunal Federal não se pronunciou em definitivo sobre a questão.

Já em controle difuso de constitucionalidade a Corte Superior tem se manifestado, há algum tempo, favorável à corrente que entende que os crimes em questão são comuns:

> **Quanto à controvérsia sobre a configuração de crime militar, o Plenário desta Corte, no julgamento do RE 260.404, decidiu da seguinte forma no sentido de que é crime comum o homicídio praticado por policial militar contra civil.** (STF, RE 462.631/MG, Rel. Min. Joaquim Barbosa, decisão monocrática, DJe 05/10/2009l).

No mesmo sentido caminha o Superior Tribunal de Justiça:

> Neste juízo perfunctório, vislumbro a ocorrência de bis in idem, bem como que a alegação do suscitante vai ao encontro da orientação jurisprudencial desta Corte de que, "em se tratando de crimes dolosos contra a vida, deve ser observado, ainda, o disposto no art. 9º, § 1º, do Código Penal Militar, de modo que tais delitos, quando perpetrados por policial militar contra civil, mesmo que no exercício da função, serão da competência da Justiça comum (Tribunal do Júri)" (CC n. 170.201/PI, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/3/2020, DJe 17/3/2020).

3.1.1 A inobservância do Princípio da Segurança Jurídica e da proibição de Bis In Idem:

Conforme Silva (2020) Segurança Jurídica consiste em um conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das consequências diretas de seus atos e seus fatos à luz da liberdade reconhecida.

O mencionado princípio é implícito na Carta Magna em seu artigo 5º, XXXVI que preleciona que a Lei não prejudicará o direito adquirido, ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Observa-se a cristalina intenção do legislador de proteger a segurança jurídica por meio da tríade supracitada, e, além disso, cabe ressaltar que o texto da lei maior dispõe que a lei não prejudicará. É dizer, a legislação infraconstitucional não pode prejudicar o que o poder constituinte originário estabeleceu. Nesse sentido, vale ressaltar, no que tange ao conflito em questão, que a Constituição estabeleceu precipuamente à Polícia Judiciária a função de apurar as infrações penais.

Vale citar inovação trazida pela Lei 13964/2019 que incluiu, entre outros dispositivos alguns com eficácia suspensa, o artigo 14-A ao Código de Processo Penal. Tal disposição instituiu a obrigatoriedade de servidores vinculados às forças de segurança pública elencados no artigo 144 da Constituição Federal constituir defensor quando figurarem como investigados em inquéritos policiais cujo objeto versar sobre fatos relacionados ao uso da força letal no exercício da profissão. Pelo que se pode perceber especial atenção do legislador no que tange a segurança jurídica do investigado, especificamente nas circunstâncias objeto de estudo deste trabalho.

Por proibição de *Bis In Idem* entende-se a impossibilidade de um indivíduo responder mais de uma vez pelo mesmo fato. Ou seja, não pode haver rediscussão pela mesma conduta. Dada à importância de tal garantia, que, de acordo com *Pacelli* (2021), não pode haver revisão criminal *pro societate* em caso de sentença absolutória, ainda que declarada por juiz absolutamente incompetente.

Neste cenário, cabe ressaltar que ainda que as disposições legais bem como entendimento doutrinário versem sobre a aplicação dos princípios da segurança jurídica e *Ne Bis In Idem* em fase processual da persecução penal, é imprescindível reconhecer os reflexos que a violação a tais preceitos na fase investigativa ocasionam na fase judicial, tanto para a Administração Pública, portanto para a sociedade, quanto para o investigado.

Subsumindo-se os breves apontamentos acerca dos referidos princípios ao conflito de atribuição ora em estudo, pode-se perceber que a mencionada dualidade de procedimentos instaurados fragiliza o conhecimento antecipado das consequências estabelecidas ao cometimento do delito que é corolário da Segurança Jurídica.

Além disso, necessário se faz considerar a repercussão negativa na esfera pessoal do investigado responder a dois procedimentos que versam sobre o mesmo fato em duas instituições distintas. Nesse ponto, vale lembrar que embora possa se considerar que o Inquérito Policial Militar pode ser instaurado para apurar eventual transgressão disciplinar, em verdade não é o que ocorre na prática. Isso porque, primeiramente, não se faz necessário instaurar Inquérito para apurar questões disciplinares uma vez que um procedimento administrativo disciplinar seria suficiente para tanto, e ademais, o que ocorre na prática é verdadeira investigação pela Polícia Militar de um crime não militar.

Ora, ainda que os cadernos investigativos possam resultar em um só processo, sendo caso de denúncia pelo *Parquet,* é inegável o prejuízo para o investigado responder em duplicidade por um só ato, constituindo, portanto, efetiva ocorrência de *Bis In Idem*, ainda que em fase investigativa.

Pode-se verificar nos estudos acerca do tema a constatação de outros prejuízos em função da dualidade de procedimentos quando da ocorrência dos delitos em estudo. Considera-se, portanto, "em especial com apreciação meritória a respeito de causas excludentes por parte da justiça castrense, sob pena de indevida usurpação da competência constitucional do Tribunal do Júri e decisões conflitantes" (SODRÉ, 2015, n.p.).

Nessa mesma toada acerca dos malefícios ocasionados pelo conflito de atribuição em pesquisa, Hoffmann (2016) pontua que na ocorrência de crimes deste jaez a Polícia Militar tem se recusado à apresentação dos Policiais para serem ouvidos perante a Delegacia de Polícia, bem como à apresentação de armamentos relacionados aos fatos em apuração. Situação que tem se tornado recorrente inclusive provocando ao Poder Judiciário para fins de trancamento de investigações simultâneas além de prejudicar a eficaz apuração do delito.

Pode-se constatar que até mesmo entre os autores que pensam ser da atribuição da Polícia Militar a apuração dos delitos em tela, existe o entendimento de que a dualidade de procedimentos viola a proibição de *Bis in Idem* e o Princípio da Segurança Jurídica. Nesse sentido menciona Silva (2016) que ocorre a exposição do policial a duas investigações que podem ter conclusões diferentes para o mesmo fato. Acrescenta o referido autor que tal situação vai de encontro a preceitos constitucionais, cita também inconvenientes como, por exemplo, qual das corporações deverá proceder a apreensão de armas, apresentação dos militares na administração militar e na delegacia para oitiva, e por fim questiona como resolver as contradições existentes entre os dois procedimentos encaminhados à Justiça Comum.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destaca-se em sede inicial de discussão acerca dos resultados da presente pesquisa julgado do Superior Tribunal de Justiça em que foi enfrentado de forma mais específica o conflito de atribuição para as investigações dos crimes objeto deste trabalho. Trata-se de conflito de competência em que se firmou entendimento que seria atribuição da Polícia Civil tais investigações:

> Conclui-se, dessa forma, com base na teoria dos poderes implícitos, bem como por não vigorar no Brasil o sistema processual francês, que o juízo competente da causa também deverá ser o juízo responsável pela administração do inquérito policial. (CC 144.919/SP, Rel. Min. Felix Fischer, Terceira Seção, DJe 01/07/2016l).

Percebe-se que a decisão acima se fundamentou na Teoria dos Poderes Implícitos importada de um famoso caso Norte Americano (McCulloch v. Maryland). Em que a suprema corte dos Estados Unidos decidiu que quando a Constituição confere poderes a um órgão ou instituição, implicitamente lhe confere os meios necessários para materializá-los (CASAGRANDE, 2019). Nesse sentido, pontuou-se acerca da necessidade de se interpretar de forma harmônica a Constituição Federal e o Código Penal Militar, uma vez que se é da competência da Justiça Comum o julgamento de tais crimes não haveria dúvida que é da atribuição do juízo administrativo a condução do Inquérito Policial, ou seja, da Polícia Civil.

Para os ministros, não há como dissociar a fase investigativa da fase processual, de modo a criar um juízo de processo e outro de inquérito, como se o sistema processual brasileiro fosse misto ou francês. De forma que, a regra é que a Justiça Comum conduza o Inquérito Policial e caso perceba de forma clara que não se trata de crime doloso contra a vida, remeterá os autos ao Juízo Militar, e não o contrário. É possível ainda extrair dos votos dos ministros críticas acerca da condução de inquéritos policiais militares que apuram os crimes ora em estudo, sobretudo no que tange a insistência na aplicação de excludentes de ilicitude e pedidos de arquivamento por parte da Justiça Castrense.

Ainda sobre a aplicação da Teoria dos Poderes implícitos, salienta-se entendimento do respeitado Constitucionalista, José Afonso da Silva, acerca da aplicação de tal teoria. O professor e advogado emitiu parecer ao Instituto Brasileiro de Ciências Criminais que se refere, em verdade, ao debate no que tange à investigação realizada pelo Ministério Público, contudo, pode-se inferir de tal interpretação a importância de a investigação ser realizada pela Polícia Judiciária.

Conforme tal parecer, uma questão que merece ser colocada diz respeito à suposta relação de meio e fim existente entre a investigação criminal e a Ação Penal. O meio para o exercício da Ação Penal consiste no aparato institucional com habilitação, competência adequada e condições materiais para fazê-lo. Eventualmente, podem existir regras subentendidas às regras enumeradas (e não poderes implícitos), o que não ocorre no caso em questão, uma vez que as regras de investigação na esfera penal são expressas e conferem atribuições diretamente às Polícias Judiciárias.

Dessa forma, o choque de alçada em debate, investigação de crimes dolosos contra a vida de civis cometidos por policiais militares, exige hermenêutica sistemática, teleológica e histórica. **Corroborando com esse entendimento vale ressaltar que o motivo pelo qual surgiu a Lei 9.299/96** foi justamente o combate ao corporativismo na investigação e julgamento da violência militar. (VIANA, 2016; HOFFMANN, 2016).

Nesse mesmo prisma Viana (2016) entende que seria ilógica a interpretação de que a única consequência da norma instituída pela Lei nº. 9.299/1996 é o deslocamento de competência. Na hermenêutica do autor se esta fosse a intenção do legislador, este teria apenas criado o artigo 82 no Código de Processo Penal Militar e não teria reelaborado o conceito de crimes militares no artigo 9ª do Código Penal Militar.

Consoante pensamento de Hoffmann (2016) o que se pretendera com a determinação do encaminhamento dos autos dos Inquéritos Policiais Militares que apuram crimes dessa natureza foi a imediata remessa de todos os procedimentos em trâmite na Justiça Militar antes da EC45/04 para a Justiça Comum para que fossem remetidos à Polícia Civil. “E não uma persecução penal Frankensteiniana e antidemocrática que se inicia por Inquérito Policial Militar e culmina no Tribunal do Júri” (HOFFMANN, 2016, n.p.).

Em síntese, alguns dos autores citados nesta pesquisa entendem que para dirimir o conflito de atribuição objeto deste trabalho é necessário ir além da interpretação gramatical ou literal da Lei nº. 9.299/1996 no que tange à mudança já referida neste diploma. Sobre essa questão, Lopes Junior (2016, p. 236) destaca que "essa modificação assume a intenção de subtrair tal competência da Justiça Militar Estadual atendendo a um reclame de organismos nacionais e internacionais de defesa de direitos humanos".

A fase pré-processual é o momento no qual a aplicação das normas constitucionais se mostra mais sensível e também por isso a investigação deve se curvar à Constituição, e não vice-versa. Sobre a importância de tal discussão é importante salientar para o devido entendimento que "[...] nenhuma garantia constitucional é pequena demais para ser jogada no lixo. Afinal, na persecução penal, forma significa garantia" (FERRAJOLI, 2002, p.496).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou ampla discussão acerca da dualidade de procedimentos quando da ocorrência de crimes dolosos contra a vida de civis tendo como investigados Policiais Militares, em que se considerou desde a natureza de tais crimes, que constitui ponto inicial do referido conflito de atribuição, até questões práticas pertinentes.

Foi possível constatar que a jurisprudência se mostra favorável ao entendimento de que tais crimes não têm natureza militar, bem como posicionamento doutrinário neste mesmo sentido. Também se demostrou a clara violação aos Princípios da Segurança Jurídica e *Ne Bis In Idem,* ao se constatar que a instauração de dois inquéritos acerca do mesmo delito acarreta conclusões muitas vezes diversas. Como, por exemplo, a justiça castrense entender pela existência de uma excludente de ilicitude e a Polícia Civil, em sentido contrário, não constatar a existência de causa justificante na conduta do investigado e realizar o indiciamento deste. De forma a serem enviados à justiça dois procedimentos, um sugerindo o arquivamento e outro entendendo pela existência das condições para a instauração da Ação Penal.

Ora, ainda que se possa entender que cabe ao *Parquet* analisar os dois procedimentos e tomar a decisão de oferecer ou não a denúncia, levando em consideração um ou outro procedimento, é inegável que constitui desrespeito a princípios da Administração Pública como eficiência, economia e celeridade processual, haver duas instituições investigando o mesmo fato. E ainda pôde-se constatar verdadeiros prejuízos ao investigado ao ser constrangido a responder duas vezes pela mesma conduta, sendo intimado a prestar depoimento nos autos do Inquérito Policial Militar e tendo que comparecer novamente na Polícia Civil com a mesma finalidade.

Não se pode deixar de citar inúmeras questões práticas que permeiam este conflito, que igualmente prejudicam a eficiência das investigações como deixam de observar os princípios já

mencionados. Como o desgaste de outros envolvidos, familiares de vítimas, por exemplo, que assim como os investigados, em alguns casos, precisam comparecer a duas instituições a fim de prestar depoimento acerca dos fatos, muitas vezes já tendo que conviver com a dor da perda de um familiar. Ainda nesse sentido, existem vários inconvenientes como o direcionamento de armas ou outros materiais eventualmente apreendidos para efeitos periciais, a negativa da apresentação dos policiais envolvidos perante a autoridade policial a pretexto de que estes se apresentarão à autoridade militar, enfim, uma verdadeira celeuma ocasionada devido a esta duplicidade de procedimentos que só faz retardar a conclusão das investigações e provocar a má utilização dos recursos públicos.

Assim, confirmou-se a hipótese de que apenas a Polícia Judiciária é que deve conduzir tal investigação. Pois, diante de tantos malefícios demonstrados, necessário se faz obedecer ao comando constitucional que atribui à Polícia Civil a função de investigar e à Polícia Militar a função de policiamento ostensivo. Até porque tratam-se de dois dos bens jurídicos mais caros, quais sejam vida e liberdade.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Jorge Cesar de. **Código de processo penal militar anotado.** Vol. 1, 3 ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CASTRO, Henrique Hoffmann. Atribuição para investigação de homicídio praticado por policial militar contra civil**. Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4572, 7 jan. 2016. Disponível em:< https://jus.com.br/artigos/45635>. Acesso em 02 de abril de 2021.

CASAGRANDE, Cássio Luís; BARREIRA, Jônatas Henriques. **O caso McCulloch v. Maryland e sua utilização na jurisprudência do STF**. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 56, n. 221, p. 247-270, jan. /mar. 2019. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/56/221/ril_v56_n221_p24>. Acesso em 02 de abril de 2021.

CÓDIGO PENAL MILITAR. **Decreto lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969**. Disponível em<https://www.google.com/search?client=firefoxd&q=c%C3%B3digo+penal+militar+planalto>. Acesso em 30 de abril 2021.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR. **Decreto lei n° 1.002, de 21 de outubro de 1969**. Disponível em http: <//www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1002.htm>. Acesso em 30 de abril de 2021.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao>. Acesso em 30 de abril de 2021.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: **Teoria do Garantismo Penal** - São Paulo: RT, 2002, p. 796.

FERREIRA, Poliana da Silva. **A Responsabilização Da Polícia que mata: Um Estudo De Caso Sobre o Tratamento Jurídico Das Abordagens Policiais Com Resultado Morte**. São Paulo: 2019.

GUSTIN, Miracy Barbosa; DIAS, Maria Teresa. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

LOPES Jr., Aury. **Direito Processual Penal** –13ed. –São Paulo: Saraiva, 2016. 1123 p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. 1109 p.

PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal – 25ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SILVA, Francisco Ramalho da Silva. **Conflito de atribuições nos crimes dolosos contra a vida cometidos por militar estadual em serviço**. Boa Vista, 2016.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo – 43ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

SODRÉ, Filipe Knaak. **Crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil — quem tem atribuição para investigar**? *Boletim IBCCRIM*, disponível em <https://ibccrim.org.br/publicacoes/pagina/2> São Paulo, ano 23, n. 268, p. 5-6, mar. 2015. Acesso em 30 de abril de 2021.

SILVA, Márcio Rosa. **O inquérito Policial nos crimes dolosos contra a vida praticados por policial militar em serviço**. Revista de Estudos e Informações Justiça Militar do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais: 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Tribunal Pleno. **Julgamento Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1494-3.** Distrito Federal. 09 de abril de 1997. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347091>. Acesso em 17 de abril de 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Decisão Monocrática. Recurso Extraordinário 462.631/MG, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe 05/10/2009. Disponível em <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5420894/recurso-extraordinario-re-462631-mg-stf>. Acesso em 17 de abril de 2021.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Conflito de Competência – CC: 144.919** SP. Acórdão. Relator: Ministro Félix Fischer. DJe, 01.07.2016. Disponível

em: < https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1522650&num_registro=201503275850&data=20160701&formato=PDF > Acesso em 17 de abril de 2021.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Conflito de Competência – CC: 170.201**/PI Relator Ministro Sebastião Reis Junior, 3ª Seção, julgado em 11/3/2020, (DJe 17/3/2020). Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/857276715/conflito-de-competencia-cc-170201-pi-2019-0385077-0/inteiro-teor-857276751>. Acesso em 17 de abril de 2021.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual**. 11 ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

VIANNA, Felipe Augusto Fonseca. **Crimes Dolosos Contra a Vida Praticados por Policiais Militares Contra Civis: Atribuições para a investigação Conteúdo Jurídico**,BrasíliaDF .Disponível em:<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/47444/crimes-dolosos-contra-a-vida-praticados-por-policiais-militares-contra-civis-atribuicoes-para-a-investigacao>. Acesso em 24 de abril de 2021.

`ESTUDO JURÍDICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR OMISSÃO NOS DESASTRES AMBIENTAIS: Análise das inundações da região oeste de Belo Horizonte

Wanessa Regina da Silva

Adenaide Marques Ribeiro Paiva

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo contribuir para o entendimento relacionado à responsabilidade civil por omissão, decorrente dos impactos causados pelas inundações no munícipio de Belo Horizonte. Busca-se perquirir se é possível aplicar a responsabilidade civil por omissão pelos danos ocorridos nas constantes inundações na região oeste. Por meio de uma metodologia pautada em uma pesquisa com finalidade descritiva, essencialmente bibliográfica, de viés qualitativo, constatou-se como resultados que as canalizações e impermeabilização do solo em áreas hídricas de preservação (rios, leitos e córregos), outorgada pelo poder público através do licenciamento ambiental ao setor privado, são fontes provedoras de desastres ambientais. O Estado quando não previne o dano ambiental, conhecendo os riscos reais e concretos, se torna omisso, devendo, portanto, ser responsabilizado, com fulcro na teoria do risco integral, a fim de garantir um meio ambiente ecologicamente sadio para as futuras gerações, demostrando, assim, uma justiça de risco.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade civil; Danos ambientais; Região Oeste de Belo Horizonte; Inundações.

ABSTRACT: This article aims to contribute to the understanding related to civil liability for omission, resulting from the impacts caused by floods in the municipality of Belo Horizonte. It seeks to inquire whether it is possible to apply civil liability for omission for damages occurred in the constant floods in the western region. Through a methodology based on a descriptive research, essentially bibliographical, with a qualitative bias, it was found as results that the plumbing and waterproofing of the soil in water preservation areas (rivers, beds and streams), granted by the government through from environmental licensing to the private sector, they are sources of environmental disasters. When the State does not prevent environmental damage, knowing the real and concrete risks, it becomes silent, and must

therefore be held responsible, based on the theory of integral risk, in order to guarantee an ecologically sound environment for future generations, demonstrating, thus, a risk justice.

KEYWORDS: Civil liability; Environmental damage; Western Region of Belo Horizonte; Floods.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos dois anos, são inúmeras as ocorrências de desastre ambientais provocados pelas inundações na região oeste de Belo Horizonte. O meio ambiente ecologicamente equilibrado nada mais é que um direito fundamental de terceira geração, ao qual vincula todas as entidades públicas e privadas ao dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações futuras.

O aumento urbanístico e a alteração climática são geradores dos impactos ambientais, tornando-se a legislação defasada no que tange a responsabilidade civil ambiental. A função reparatória do dano, que objetiva a efetiva indenização do ofendido mostra-se frágil perante esses avanços, dando ensejo à dificuldade de comprovar o nexo causal entre a identificação do *modus operandi* do dano causado pela conduta do agente, em especial quanto a omissão do município ilicitamente, dada a deficiência do poder de polícia nas construções urbanísticas antes da outorga de licença ambientais.

Diante dos constantes problemas causados pelas chuvas na região oeste de Belo Horizonte, e dos danos efetivos à toda sociedade, surge a necessidade de pensar mecanismos para responsabilizar o Estado por sua ação, ou sua omissão, de modo a resguardar os direitos fundamentais e efetivar os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Por isso, o tema do presente estudo científico se refere à responsabilidade civil por conduta omissiva do município Belo Horizonte, decorrente dos desastres ambientais provocados pelas inundações na região oeste de Belo Horizonte.

O problema de investigação se estrutura na seguinte questão: São as condutas adotadas pelo município de Belo Horizonte hábeis a possibilitar a exclusão de sua responsabilidade pelos danos ocorridos nas constantes inundações na região oeste, ou resta configurada sua responsabilidade civil por omissão?

Como objetivo geral do trabalho, pretende-se contribuir para o entendimento relacionado à responsabilidade civil por omissão, decorrente dos impactos causados pelas inundações no munícipio de Belo Horizonte.

Tendo em vista a ausência de pacificação da doutrina e jurisprudência sobre o tema da responsabilidade civil por omissão, decorrente dos impactos causados pelas inundações na região oeste de Belo Horizonte, a pesquisa proposta busca investigar sobre a responsabilidade do Poder Público com o cuidado e preservação do meio ambiente, bem como no que tange à reparação dos danos causados.

Do ponto de vista metodológico, optou-se pelo desenvolvimento de uma pesquisa com finalidade descritiva. O propósito é apresentar argumentos que possam sustentar a responsabilidade do Estado, frente aos danos das inundações na região oeste de Belo Horizonte, por meio de uma abordagem que se dará de forma qualitativa, já que o objetivo central da pesquisa é entender a explicação do fenômeno relacionado a responsabilidade do Estado por danos ambientais, que se trata de uma questão não quantificável.

Para orientar o desenvolvimento da ideia, realiza-se uma pesquisa bibliográfica a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, internet, jornais e revistas, (CARVALHO, 2015; ALMEIDA, 2018; BÜHRING, 2018; dentre outros) e pesquisa documental, através de reportagens, do portal da Prefeitura e documentos dos órgãos públicos.

Assim, atendendo aos objetivos propostos e à metodologia escolhida, o trabalho em questão se estrutura da seguinte forma: em um primeiro momento, apresenta-se a contextualização sobre as inundações na região oeste de Belo Horizonte; posteriormente, analisa-se o licenciamento ambiental, suas irregularidades e as consequências para a região oeste de Belo Horizonte; em continuidade, traça-se os pressupostos elementares para a configuração da responsabilidade civil por danos ambientais; por fim, apresentam-se as conclusões do trabalho desenvolvido.

2 AS INUNDAÇÕES NA REGIÃO OESTE DE BELO HORIZONTE

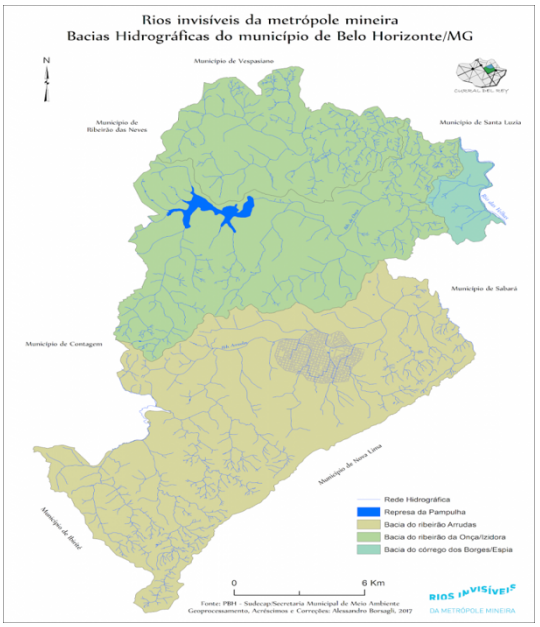
2. 1 Mapeamento: Belo Horizonte e a Região Oeste

A cidade de Belo Horizonte foi fundada em 1897, após a Proclamação da República, o local onde foi erguida foi escolhido justamente pelos recursos

hidrográficos: como cursos d´água notáveis, suficiente para abastecer uma população pequena. A região é cercada por serras e nascentes, que drenam para dentro da cidade (INSTITUTO PRISTINO, 2020).

Antes da cidade se instalar, havia rios correndo em seu leito natural; cabeceiras e encostas protegidas por vegetação, entre outros elementos naturais. As bacias hidrográficas de Belo Horizonte são: Bacia do Ribeirão Arrudas, Bacia do Ribeirão Onça/Izidora e Bacia do Córrego do Borges/Espia (Figura 1):

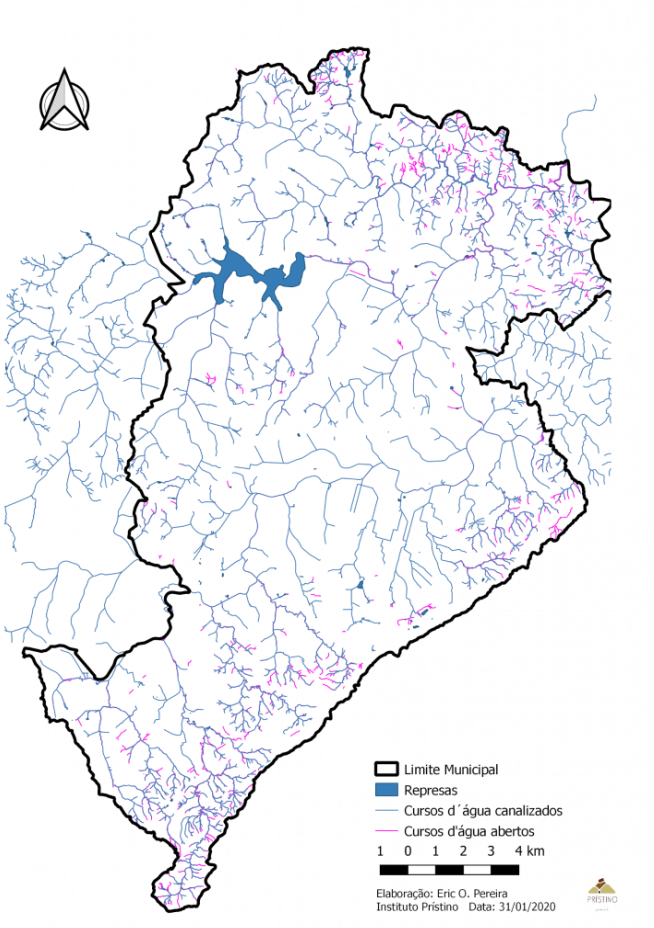
FIGURA 1: Município de Belo Horizonte e sua rede de drenagem.



Fonte: Disponível em: http://curraldelrei.blogspot.com/2017/03/rios-invisiveis-da-metropole-mineira.html. Acesso: 29 de ago. 2021.

As primeiras canalizações feitas em BH ocorreram no final da década 1920, e trouxeram os primeiros transbordamentos a cidade. A partir dos anos 1960, a canalização ocorreu em diversos pontos da cidade de maneira acelerada, com os mesmos moldes (Figura 2).

FIGURA 2: Rios Canalizados e Rios com Leito Aberto. Grande parte dos cursos d'água de Belo Horizonte estão canalizados, como mostra o mapa



Fonte: Disponível em: http://curraldelrei.blogspot.com/2017/03/rios-invisiveis-da-metropole-mineira.html. Acesso 29 ago. 2021.

Segundo o último censo do IBGE, em 2010, a população de Belo Horizonte era de 2.375.151 pessoas e a densidade demográfica é de 7.167 hab./km2.

*Na região o*este, segundo o portal da Prefeitura, precisamente a coordenadoria de atendimento regional, a população é de 308.549 habitantes, 101.260 domicílios, área de 35,93 km² e uma densidade demográfica de 8.587 habitantes por km². Situa-se na bacia do Ribeirão Arrudas, na qual se destacam os córregos Piteiras e Marinho, que foram canalizados e transformados nas avenidas Barão Homem de Melo e Silva Lobo, e o córrego do Cercadinho (BELO HORIZONTE, 2020).

Além de possuir casas que revelam arquitetura ainda do início da construção da capital mineira, bairro Prado e Calafate, também se apresenta como uma área de expansão urbana. Bairros como Buritis e Estoril tornaram-se um prolongamento da

região Centro-Sul, enquanto nas proximidades da avenida Amazonas bairros como Salgado Filho, Jardim América, Gutierrez, Grajaú e Alto Barroca, apresentam um processo de verticalização (BELO HORIZONTE, 2020). A Regional Oeste tem ainda como característica uma disparidade social acentuada, com vilas e aglomerados com alto índice e vulnerabilidade social, como o Aglomerado Morro das Pedras e Cabana Pai Tomás.

2.2 As inundações na região oeste de Belo Horizonte

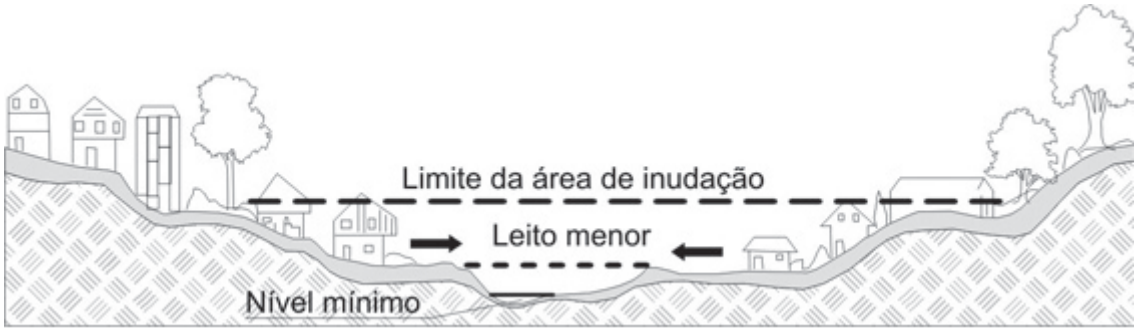
A região oeste, vem sofrendo drasticamente com as enchentes nas últimas décadas. Há recorrentes problemas de inundação gerados pelo processo de ocupação desordenada e falta de eficientes políticas de planejamento urbano.

Os autores Tucci e Bertoni (2003) definem inundações como eventos que ocorrem em áreas ribeirinhas no leito maior do rio. Elas são potencializadas pelo processo de urbanização devido à ocupação do solo e transformação desse em superfícies impermeáveis, aumentando a velocidade de escoamento superficial e alterando o ciclo hidrológico, já que diminui a infiltração, além de favorecer a poluição das águas, comprometer a qualidade e diminuir a recarga dos reservatórios subterrâneos.

As enchentes consistem na elevação do nível de água de um rio, acima de sua capacidade natural de escoamento, em períodos da alta precipitação pluviométrica, que pode ou não causar uma inundação. Este processo consiste no extravasamento das águas do leito de escoamento (leito menor) de um corpo hídrico para a planície de inundação (leito maior).

Alagamento é um processo que pode ou não ter relação de natureza fluvial. Ele é caracterizado como um acúmulo momentâneo de água em uma área, devido a deficiências nas redes de drenagem, que apresentam dificuldades na capacidade de absorção ou vazão da água (MINISTÉRIO DAS CIDADES/IPT, 2007).

FIGURA 3 – Características dos leitos do rio



Nas áreas urbanas, as principais consequências desses processos são danos materiais, problemas sanitários (contágio de doenças transmissíveis pela água) e, em casos extremos, perdas de vida. Em ambiente rural, a planície de inundação é ocupada geralmente por uso antrópico relacionado à pecuária e à agricultura, com presença de poucas moradias, fazendo com que os impactos diretos sejam menores do que em meio urbano (TUCCI; BERTONI, 2003).

A matéria de janeiro do Estado de Minas (2021) relatou que, ao menos 10,8 mil pessoas em **Belo Horizonte** enfrentarão este período **chuvoso** sob risco de perder a vida, o teto ou o patrimônio.

> O grupo habita as mais de 2,7 mil residências situadas em **áreas de perigo geológico** e pontos sujeitos a **alagamento** na capital, mapeados pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap), órgãos ligados à prefeitura. (ESTADO DE MINAS, 2021, grifos do autor).

A Sudecap contabiliza 98 áreas sujeitas a alagamento em Belo Horizonte. A região mais castigada pelas enchentes é a de Venda Nova, com 20 pontos, incluindo a Avenida Vilarinho. Em seguida, vem a Pampulha, com 14 gargalos – em grande parte concentrados em torno dos córregos Mergulhão e Engenho Nogueira. No Barreiro e Norte, há 13 pontos. A lista segue com as regiões Oeste (11), Nordeste (10), Noroeste (7), Leste (7) e Centro-Sul (3) (ESTADO DE MINAS, 2021). Isso se dá uma vez que os rios estão cada vez mais sobrecarregados, dando ensejo ao transbordamentos e as enchentes.

Ao longo de 2020, a Defesa Civil informou ter realizado 5 mil vistorias em áreas de risco, nas quais providenciou a remoção preventiva de 800 famílias em toda a cidade.

A Prefeitura de Belo horizonte mapeou os principais pontos de alagamento da cidade, para manter a população em alerta e minimizar os efeitos das fortes chuvas que atingem a capital. O mapeamento faz parte do seu plano emergencial. Na região oeste os principais pontos são: avenida Tereza Cristina com avenida Palestina (limite BH - Contagem), Cercadinho, avenida Governador Benedito Valadares, rua Ituiutaba, avenida Francisco Sá com rua Erê, rua Coruripe, Córrego Ponte Queimada, avenida Silva Lobo com avenida Barão Homem de Melo (BELO HORIZONTE, 2020).

Um estudo feito por Silveira (2018), destaca que os danos gerados por inundações, alagamentos e enchentes, ocorridos no período de outubro de 2017 a março de 2018, na regional Oeste de Belo Horizonte, são danos tangíveis diretos e indiretos, os prejuízos foram perdas materiais, as pessoas que foram afetadas, desalojadas, desabrigadas, e se a pessoa afetada necessitou de ajuda humanitária.

Silveira (2018) observou-se que das 98 ocorrências registradas, 75 se referem aos imóveis comerciais (77% do total), 19% se referem aos imóveis residenciais, representando 19 ocorrências, sendo o restante, ou seja, 4% relacionado aos imóveis públicos, templo religioso e misto. O prejuízo total dos comerciantes, no período chuvoso estudado, foi de R$ 851.558,00 reais.

A Sudecap, reconhece que as redes de drenagem pluvial na Avenida Francisco Sá são insuficientes para evitar alagamentos e que a bacia do Córrego dos Pintos, que corre sob as avenidas Thereza Cristiana e Francisco Sá, não comporta mais o volume produzido a cada chuva forte que ocorre na regional. (SILVEIRA, 2018)

Em janeiro de 2020, os problemas enfrentados na região segunda informações da defesa civil, grande parte dos chamados são para deslizamento de encostas (132); risco ou ameaça de escorregamentos e deslizamentos (110); alagamentos (67); e enchentes e inundações (64) (BELO HORIZONTE, 2020).

O Decreto nº 47383/18, em seu artigo 1º e parágrafo único é taxativo ao delegar a competência de órgãos públicos que atuarão de forma direta ou indiretamente para proteger, conservar e melhorar o meio ambiente hídrico dos impactos ambientais:

> Art. 1º Compete ao Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-MG -, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad -, à Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -, ao Instituto Estadual de Florestas - IEF - e ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - a aplicação da Lei nº 7.772 , de 8 de setembro de 1980, da Lei nº 13.199 , de 29 de janeiro de 1999, da Lei nº 14.181 , de 17 de janeiro de 2002, da Lei nº 20.922 , de 16 de outubro de 2013, da Lei nº 21.972 , de 21 de janeiro de 2016, da Lei nº 22.231 , de 12 de fevereiro de 2016, da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, deste decreto e das normas deles decorrentes, no âmbito de suas respectivas competências.
>
> Parágrafo único. Na execução do disposto neste decreto, os órgãos e as entidades descritas no caput atuarão em articulação com os órgãos e as entidades federais, estaduais e municipais que, direta ou indiretamente, exerçam atribuições de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e dos recursos hídricos, visando a uma atuação coordenada que resguarde as respectivas competências (MINAS GERAIS, 2018).

As políticas públicas são imprescindíveis para o enfrentamento e a prevenção aos danos causados pelas inundações. Segundo o subsecretário municipal de Proteção e Defesa Civil, Coronel Waldir Figueiredo, os alertas para a população são fundamentais para mitigação dos riscos.

> Nos meses que antecedem ao período das chuvas foram firmadas parcerias que vão aumentar a divulgação dos alertas preventivos de chuvas fortes, granizo, tempestades, vendavais, alagamentos, risco de deslizamentos de terra e outros fenômenos meteorológicos (BELO HORIZONTE, 2019).

O subsecretário Coronel Waldir explicou que foi firmada uma parceria com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para a divulgação das mensagens: “Os usuários vão receber os alertas por meio do sistema de som dos trens e das 19 estações e de campanhas permanentes nos mais de 300 monitores instalados nos trens” (BELO HORIZONTE, 2019).

Muitos buscam entender o problema para encontrar soluções, que possam minimizar os riscos e reparar os danos causados aos envolvidos.

Um evento, realizado virtualmente, reuniu representantes da engenharia, das instituições de defesa civil do poder público e empresários e foi promovido pela Sociedade Mineira de Engenheiros (SME) e Associação Comercial de Minas (ACMinas) (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2021).

Segundo o engenheiro civil Mário Cicarelli, professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), há soluções estruturais e não estruturais. As soluções estruturais são, por exemplo, as bocas de lobo, galerias, canalizações, barragens, diques e desvios de cursos d’água. As não estruturais são as restrições para a ocupação de áreas com risco de inundação.

No mesmo sentido, o engenheiro Sérgio Menin, especialista em hidráulica, apontou que o problema não é causado por um aumento no volume das precipitações; as enchentes são causadas pelo represamento das águas naquele ponto, e que, ao contrário do que se pensa, não ocorreu, nos últimos anos, um aumento do volume de chuvas que cai em Belo Horizonte: “As chuvas em Belo

Horizonte continuam a ocorrer no mesmo padrão de sempre. Porém estão se tornando mais críticas com ocorrer do tempo” (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2021).

A engenheira Virgínia Campos, presidente da SME, lembrou que a drenagem urbana faz parte do saneamento básico, ao lado do fornecimento de água, da coleta de esgotos e do recolhimento de lixo.

> Que a drenagem urbana é um serviço público que, se bem executado e de acordo com as boas técnicas de engenharia, poderia evitar as inundações que causam sérios danos à população e também aos comerciantes, que têm suas lojas destruídas e são obrigados a arcar com despesas não previstas de reposição de estoques (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2021).

Segundo o Diário do Comércio, para o presidente do Conselho de Sustentabilidade da ACMinas, Cleinis de Faria e Silva, é importante que as soluções de engenharia sejam levadas aos que decidem o que será feito (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2021).

Os atos ambientalmente ilícitos, já assim afirmados pela legislação em vigor, causam danos muito mais relevantes do que se imaginava antes da compreensão dos mecanismos de aquecimento do planeta. Assim, o Direito das Mudanças Climáticas é, antes de tudo, uma nova tomada de postura do discurso jurídico frente a uma realidade que as ciências “duras” são agora capazes de demonstrar (BLAK, 2015, p.165).

Tais indicativos requerem que se sistematizem mecanismos políticos e jurídicos capazes de garantir o amparo a sociedade, de modo a prover-lhes os direitos fundamentais e a um desenvolvimento sustentável para as futuras gerações, levando em consideração a omissão do dever de garante do ESTADO.

O estudo ocorre em Belo Horizonte, devido aos inúmeros danos causados de forma reiterada, o descaso tanto das autoridades públicas competentes e jurídicas, solucionado os casos como infortúnio, como evento inevitável, ensejando omissão da responsabilidade. Especificamente a região oeste, por tratar-se de local que transcorre um rio canalizado, ao qual foram desrespeitados os seus limites e as exigências ambientais previstas no direito ambiental.

A urbanização e impermeabilização vista na região sendo autorizada através do licenciamento em áreas de preservação e muitas vezes não fiscalizada pelo órgão público (SMMA), demostrando a clara omissão das autoridades competentes responsável e prevenir e precaver os impactos ambientais.

3 O LICENCIAMENTO AMBIENTAL, SUAS IRREGULARIDADES E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A REGIÃO OESTE DE BELO HORIZONTE

A tutela administrativa para assuntos ambientais é disciplinada conforme o artigo 23, inciso VI, da CR/88, que diz que todos os entes da Federação – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – podem atuar paralelamente e em condições iguais para a efetividade das normas protetivas do meio ambiente.

A Lei nº 6.938/81 criou o sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), com normas voltadas para implementação da Política Ambiental que, no artigo 9º, elenca os instrumentos administrativos a serem utilizados a favor do meio ambiente. Tais instrumentos são, em sua maioria, preventivos, visando evitar ocorrências de ilícitos ambientais ou implementar as políticas do SISNAMA.

Os padrões de qualidade ambiental são de competência do CONAMA, que, segundo Rodrigues (2018), é um órgão formado por um denso corpo técnico, que permite que qualquer empreendedor possa vislumbrar, antecipadamente, a viabilidade da atividade que pretende implementar de acordo com os padrões técnicos estabelecidos pela norma ambiental.

O texto constitucional consolida no artigo 182 que compete ao Poder Público Municipal estabelecer a Política Urbana, mediante ordenamento do seu território, que garante o pleno desenvolvimento e bem-estar aos seus habitantes, e no parágrafo 2º do mesmo determina que “a propriedade urbana cumpre a função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no plano diretor” (BRASIL, 1988).

O zoneamento ambiental não interessa apenas à população humana, mas também ao meio ambiente. Os instrumentos de proteção ambiental foram regulados pelo Decreto n. 4.297/2002, que em seu artigo 2º define o Zoneamento Ecológico-Econômico:

> Art. 2º O ZEE, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privada, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação biodiversidade, garantido o desenvolvimento

> sustentável e a melhoria das condições de vida da população (BRASIL, 2002).

A avaliação de impactos ambientais é um instrumento de gestão administrativa que permite avaliar a qualidade e quantidade de impacto ambiental a ser causado por uma obra ou empreendimento, a partir de uma série de procedimentos, como diagnósticos e análise de risco. Do ponto de vista jurídico, justifica-se a avaliação especialmente pelos princípios da prevenção e da precaução (RODRIGUES, 2018).

O Licenciamento ambiental, segundo Rodrigues (2018), é justificado em razão da necessidade de impedir que o equilíbrio ecológico, bem de uso comum do povo, tenha um uso atípico, privado e egoísta, sem que exista uma autorização, uma licença, uma permissão do poder público.

As avaliações dão respaldo para negar ou permitir a concessão de uma licença a que se refere ao bem ambiental. Através do Decreto nº 88.351/1983, as avaliações de impacto ambiental passaram a ser elemento imprescindível no processo de licenciamento, servindo de base essencial na tomada de decisão do poder público.

As licenças ambientais são um ato resultante de um processo de licenciamento, que depende do estudo ambiental, conforme definidos na Resolução CONAMA nº 237/97, artigo 1º, incisos I, II e III:

> Art. 1º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:
>
> I — Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
>
> II — Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.”
>
> III — Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar,

> diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco (CONAMA, 1997).

A licença ambiental é uma licença administrativa de caráter definitivo, cujo cancelamento pode gerar indenização ao particular. O órgão ambiental deve ponderar o equilíbrio entre o direito ao desenvolvimento e a proteção do meio ambiente. Em conformidade com as licenças ambientais, descritas por Federico Amado (2020) sendo elas:

> a) Licença Prévia (LP), concedida preliminarmente, apenas aprovando 0 projeto, atestando a sua viabilidade ambiental e os respectivos condicionantes e requisitos básicos para as próximas fases de sua implementação; Prazo de 5 anos;
>
> b) Licença de Instalação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento, impondo condicionantes que deverão ser observados; Prazo máximo de 6 anos;
>
> c) Licença de Operação (LO), que permite 0 início das atividades de acordo com 0 projeto aprovado, apontando as medidas ambientais de controle e os condicionantes. Prazo mínimo de 4 e limite de 10 anos (AMADO, p. 122, 2020).

O Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, Lei nº 11.181/2019, em seu artigo 5º, define os objetivos gerais de política urbanas. Nos incisos X, XII e XIII, garante a proteção ao meio ambiente, ao serviço público de saneamento básico e a adequação do parcelamento e da ocupação do solo às condições ambientais (BELO HORIZONTE, 2019).

Além disso, no que se refere ao meio ambiente, a mesma Lei, no artigo 9º, narra que a política ambiental do Município, além do disposto na legislação específica, integra ações de proteção ambiental e saneamento, bem como medidas de prevenção e combate ao risco geológico efetivo e soluções para direcionamento do ordenamento territorial segundo princípios de resiliência e sustentabilidade.

Ademais, o parágrafo 2º divide as áreas de risco em categorias. Entre elas, o inciso III relaciona as áreas de risco para as enchentes e inundações. Já o artigo 11º da mesma lei vincula à proteção ambiental no município em seu inciso V, estabelece a integração do órgão municipal responsável pela política de meio ambiente com as entidades e os órgãos de controle ambiental das esferas estadual e federal, visando ao incremento de ações

conjuntas eficazes de defesa, preservação, fiscalização, recuperação e controle da qualidade de vida e do meio ambiente (BELO HORIZONTE, 2019).

O artigo 19 da Resolução CONAMA n. 237/1997 institui que o órgão ambiental poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação da licença ambiental, suspendê-la, ou cancelá-la, quando ocorrer: “I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença; III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde” (CONAMA, 1997).

Na literatura jurídica, o princípio da precaução orienta a intervenção do Poder Público diante de evidências concretas de ocorrência de um dano, como fruto de uma ação ou omissão. A precaução sugere, então, medidas racionais que incluem a imposição de restrições temporárias e o compromisso da continuação da pesquisa técnica ou científica para comprovação do nexo de causalidade. Em relação ao princípio da prevenção, impõem-se a proibição, mitigação ou compensação da ação ou omissão, como forma de evitar a ocorrência do dano ambiental (ZAPATER, 2020).

Mesmo diante das diversas normas protetivas e dos princípios orientadores, é evidente a existência de irregularidades no licenciamento ambiental, o que pode causar danos irreparáveis, como será discutido a seguir.

3.1 Irregularidades no licenciamento ambiental

As intervenções realizadas pelos seres humanos, no meio físico, para suprirem suas necessidades, perturbam o equilíbrio dos sistemas naturais e, dependendo das características especificas do território, da interação e magnitude dos eventos, agravados pelas mudanças climáticas, resultam em situações de vulnerabilidade que podem provocar desastres (BERTONE; MARINHO, 2013).

De acordo com o artigo de Maria Pinto Larizzane Silveira (2018), o conceito de desastre compreende dois elementos: ameaça e vulnerabilidade. Já o risco de um desastre está relacionado com a possibilidade de ocorrência de um evento adverso, gerando danos ou prejuízos. Por tanto, ações de gestão de riscos devem incidir sobre as condições de vulnerabilidade aos desastres de acordo com as ameaças (FURTADO, 2012). As inundações geram significativos danos e prejuízos à sociedade, conhecer esses danos permite a melhoria das ações dos órgãos públicos (SILVEIRA, 2018).

Além disso, ela cita que o Ministério da Integrações Nacional (2016) classifica as inundações, alagamentos e enchentes que ocorreram na regional oeste de Belo Horizonte como desastres naturais do grupo hidrológicos. Tucci (2005) considera que o escoamento pluvial pode dar origem a inundações devido ao processo de urbanização, pois acontece a drenagem urbana por causa do efeito da impermeabilização do solo, das obstruções ao escoamento ou da canalização do escoamento (SILVEIRA, 2018).

Segundo o Jornal Brasil de Fato (2021), o Ribeirão Arrudas, situado na região oeste de Belo Horizonte, foi o primeiro a sofrer grandes intervenções, sendo retificado, canalizado e tamponados pelo poder público. Ao longo do tempo, **as obras para dar lugar a ruas e avenidas se tornaram uma prioridade para a administração pública de Belo Horizonte,** fazendo ainda mais necessária a existência de vias possíveis para o trânsito. Justificativa essa para os cortes de árvores e a substituição das antigas canalizações abertas e sua arquitetura característica por canais fechados, com maior capacidade de escoamento (BRASIL DE FATO, 2021)

> As causas são sistêmicas e possuem relação com o território de bacia hidrográfica. As enchentes que ocorrem em pontos do Ribeirão Arrudas estão relacionadas com o que ocorre nas suas cabeceiras, nos córregos que são seus afluentes. Com a ocupação desordenada e ausência de solo permeável, que funciona como uma esponja que segura a água, o volume de água que volta para o rio aumenta muito, e o risco de acontecer uma enchente “desastrosa” é muito grande (POLIGNANO, 2009)

O Subcomitê do Onça e Arrudas alertou que o problema das enchentes na região oeste é histórico da capital, devido à impermeabilização do solo desde o início de sua urbanização, entre as décadas de 20 e 30. Para Cecília Rute, conselheira da CTOC e do Subcomitê Ribeirão Arrudas, a canalização não é solução. “Por que não manter o Ribeirão Arrudas em leito natural? Agora, se a gente conseguisse fazer o Parque Linear, aí seguraria a água, pois só onde é canalizado o Arrudas é que acontecem as cheias” (CBH, 2020).

Borsagli, geógrafo e autor do livro “Rios Invisíveis da metrópole mineira”, ressalta a **insistência na canalização dos córregos, mesmo após diversos indícios de problemas**, se tornando um tipo de “técnica única” no que dizia respeito a gestão das águas da capital mineira (BRASIL DE FATO, 2021).

Tramita no Superior Tribunal de Justiça uma ação civil pública ajuizada pelo Instituto Guaicuy (UFMG, 2021), que aponta irregularidades no licenciamento de um

empreendimento na Mata do Havaí e a autorização está temporariamente suspensa para “auditoria”, veja-se o caso:

> Os moradores do bairro Havaí, na região oeste de Belo Horizonte, se depararam com a devastação da Mata da Represa (ou Mata do Havaí), um dos últimos refúgios de área verde na capital mineira. Foi autorizado pela Prefeitura o corte de 927 árvores para a construção de um condomínio residencial de 12 mil m². A edificação de empreendimento desse porte, nesta área, não condiz com o Plano Diretor da capital. Essa e outras irregularidades motivaram protestos dos moradores. O alvará da obra foi suspenso pela prefeitura para auditoria (UFMG, 2021).

Ressalta-se que a ausência ou o descumprimento diretamente do licenciamento ambiental é tipificado criminalmente. A Lei n. 9.605/98 se refere as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, o artigo 60 e taxativo na conduta do agente, veja-se:

> *Art. 60. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente (BRASIL, 1998, grifo nosso).*

O artigo demostra claramente o papel do poder público frente as questões de grande potencial poluidores, e obriga a seguir a normas a fim de evitá-las.

Além disso, o artigo 225, parágrafo 1º da Constituição Federal de 1988 impõe ao poder público a proteção do meio ambiente, e uma das principais formas de configuração de um dever de proteção em casos de desastres naturais, segundo a Délton Winter de Carvalho (2015), consiste na omissão ante ao conhecimento de riscos passíveis de previsibilidade. Tal omissão se configura apenas quando for plausível e racional exigir do ente estatal a adoção de medidas de cautela (fiscalização, execução de obras, adoção de medidas materiais etc.), mesmo em face da existência de incertezas científicas quanto às probabilidades de ocorrência e/ou magnitudes.

Trata-se de casos em que se justifica, pela gravidade das possíveis consequências de um evento, a imposição de deveres ante a existência de “mera possibilidade”, em detrimento de probabilidades quantificáveis. Adverte-se, porém, que esta dimensão de

dever de proteção deve estar, no entanto, sedimentada em uma hipótese cientificamente ponderável (SILVEIRA, 2018).

À luz do princípio da legalidade, segundo a obra de Rafael Carvalho Rezende Oliveira (2018), a atuação do administrador depende de prévia habilitação legal para ser legítima. Na célebre lição de Hely Lopes Meirelles (1997, p.82), apoiado em Guido Zanobini: "Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza". A atuação da Administração Pública deve nortear-se pela efetividade da Constituição e pautar-se pelos parâmetros da legalidade e da legitimidade, intrínsecos ao Estado Democrático de Direito (OLIVEIRA, 2018, p.81).

Contudo, o Poder Público tem a obrigação de cumprir as normas e procedimentos, para evitar o dano ambiental, não podendo ser omisso e nem negligente. Se assim o for, cometerá ato ilícito.

3.2 As consequências na região oeste de Belo Horizonte

De acordo com a SUDECAP (2018), o município de Belo Horizonte apresenta pontos propícios a inundações, sendo uma a regional oeste, notadamente a Avenida Thereza Cristiana com a Avenida Francisco Sá são os locais mais alarmante no que tange às inundações em Belo Horizonte (SILVEIRA, 2018).

Segundo Silveira (2018), a coleta de dados feita no período chuvoso de outubro de 2017 a março de 2018, junto à Defesa Civil, apontou um total de 98 ocorrências de inundações na regional oeste. Tais ocorrências estão distribuídas em apenas 7 bairros, o que representada 11%, dado que a regional possui 63 bairros. No bairro Prado ocorreram 83, sendo que 51 foram na Avenida Francisco Sá. Isso pode ser entendido por meio de análise da hidrografia regional e da história da construção da Avenida Francisco Sá, uma vez que, essa foi construída a partir da canalização do Córrego dos Pintos (CAMPOS, 2018).

Borsagli geógrafo, exemplifica, que **em 2020,** Belo Horizonte registrar o maior número de mortes causadas pela forte chuva, **com 13 vítimas fatais**, as políticas urbanas que sufocam os rios da cidade chamaram a atenção da população com mais veemência. (BRASIL DE FATO, 2021)

É difícil calcular os danos, bem como o prejuízo que o fenômeno traz à cidade, como perdas de vida e impactos ambientais irreparáveis. O Rio Arrudas foi colocado como o grande vilão da população, gerando perdas de vida e/ou econômicas. O que se cogita, aí, é de analisar a água como influência real do vetor de doenças se polarizando. Ressalta-se, ainda, as questões de abastecimento, limpeza e esgotamento sanitário, associadas ao quadro vívido na sociedade (CHAMPS, 1999 *apud* SUDECAP, 2000).

Santana e Mourão (2020) apresentam a análise dos danos das enchentes para os desabrigados:

> O temporal que atingiu Belo Horizonte e região metropolitana na tarde deste domingo (19) resultou no alagamento do Ribeirão Arrudas, na região da avenida Tereza Cristina, na altura do bairro Betânia. Segundo a Defesa Civil de Belo Horizonte, o Ribeirão Arrudas subiu 9,8 metros, deixando mais de 200 pessoas desabrigadas [...] (SANTANA; MOURÃO, 2020).

Especificamente quantos aos imóveis destruídos em 2020, Leocádio e Franco (2021) afirmam que, “Defesa Civil informou ter realizado 5 mil vistorias em áreas de risco, nas quais providenciou a remoção preventiva de 800 famílias em toda a cidade”, nota-se muitas pessoas desabrigadas na região oeste de Belo Horizonte.

Polignano (2009) relata que, ao longo da história de Belo Horizonte, ao invés de inserir os cursos d´água no seu cenário, procurou-se fazer um traçado perpendicular aos mesmos, adotando sistematicamente a prática da canalização.

Ao mesmo tempo, outros processos contribuíram para agravar as consequências das enchentes na cidade. Erosão, ocupação desordenada do solo de
fundo dos vales, manejo inadequado do solo e de micro bacias hidrográficas e desmatamento. E, também, impermeabilização, ocupação inadequada das encostas, baixa capacidade de infiltração das águas pluviais, canais assoreados devido à grande quantidade de sedimentos e de lixo doméstico (POLIGNANO, 2009).

A conscientização do risco ambiental, proveniente, quer da ação pessoal ou estatal, tem o efeito de deslocar para o momento preventivo a validade da ação. No plano da responsabilidade inerente à ação, há a abertura para “a substituição do tradicional critério do dano pelo ‘critério do risco’”. Uma das principais formas de configuração de um dever de proteção em casos de desastres naturais consiste na omissão ante ao conhecimento de riscos passíveis de previsibilidade. Esta tem sido a interpretação preponderante,

exigindo-se riscos quantificáveis que tenham redundado em danos para fins de justificação de responsabilidade civil do Estado por omissão (CARVALHO, 2015).

4 A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS

A responsabilidade civil por danos ao meio ambiente é certamente um dos temas mais controvertidos no âmbito do Direito Ambiental, sendo necessário a contribuição do Superior Tribunal de Justiça na evolução ambiental, pois a interpretação dada à legislação brasileira pela referida corte vem ampliando as possibilidades de reparação dos danos (AMADO, 2020, p. 253).

A responsabilidade civil do Estado é obrigação atribuída ao Poder Público de reparar os danos gerados para os indivíduos por ação ou omissão estatal, o artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição de 1988, determina o seguinte: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa” (BRASIL, 1988).

São três os elementos: a conduta humana, o dano e o nexo de causalidade. O artigo 186 do Código Civil traz os elementos da responsabilidade civil*: “***Art. 186.*** *Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” (BRASIL, 2002). Porém, conforme consagrado na Constituição Federal de 1988, a responsabilidade do Estado é, em regra, objetiva, não sendo necessário a comprovação do elemento culpa.*

Nos casos dos desastres naturais, Demange (2019) ressalta que:

> [....] deve ser demostrado a conduta omissiva do ente estatal a deveres de agir protetivamente, quer i: por imposição normativa expressa de deveres de cuidado ou oriundos da própria competência e função estatal envolvida, quer ii) por conhecimento dos riscos envolvidos e sua capacidade para evitá-los (DEMANGE, 2019).

Nota-se que tal entendimento está em conformidade no que tange à proteção ambiental, prevista no artigo 225 da CR/88.

A Constituição Federal, ao se referir ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impõe deveres fundamentais de proteção, os quais consagram tarefas ao ente estatal. Dentre estas, encontram-se deveres de proteção inter-geracional, com a atribuição de tutela jurídica das futuras gerações por meio de interesses juridicamente tutelados (CARVALHO, 2015).

Ao analisar a responsabilidade civil do Estado por danos ambientais, percebe-se que a mesma está diretamente vinculada a identificação do agir ou deixar de agir do agente público, que, no desempenho de suas funções institucionais, não proceder conforme os interesses ambientais e as disposições de lei (PRADO, 2008, p.1419).

Conforme a doutrina de Rafael Carvalho Rezende Oliveira (2017),

> [...] quando a simples existência da obra pública é a causa do dano, não havendo atuação culposa da empreiteira, a responsabilidade objetiva deve ser atribuída diretamente ao Estado, uma vez que o dano foi causado por ato administrativo que determinou a realização da obra (OLIVEIRA, 2017, p. 834).

Dado que as canalizações na região oeste ocorreram mediante a outorga do licenciamento ambiental, baseado no estudo ambiental já citado, o que demostra claramente a inércia do agente público perante o risco do impacto ambiental para as futuras gerações.

Tendo que o objeto jurídico é o meio ambiente, bem como a regularidade do licenciamento ambiental ou de qualquer outro processo administrativo concessivo em matéria ambiental, ao passo que o sujeito ativo é o consultor responsável pela realização do estudo, laudo ou relatório ambiental (MACIEL, 2009).

A concessão de uma licença ambiental irregular por um órgão ambiental que culmine em degradação ambiental coloca o poder público na condição de poluidor indireto. No caso de entidade ambiental que se omite na fiscalização de atividades poluidoras (AMADO, 2020).

Importante é a lição apontada por Machado (2003):

> A licença ambiental não libera o empreendedor licenciado de seu dever de reparar o dano ambiental. Essa licença, se integralmente regular, retira o caráter de ilicitude administrativa do ato, mas não afasta a responsabilidade civil de reparar. A ausência de ilicitude administrativa irá impedir a própria

> Administração Pública de sancionar o prejuízo ambiental; mas nem por isso haverá irresponsabilidade civil (MACHADO, 2003, p. 343).

O poluidor será responsável pela reparação dos danos ambientais, assim considerado “a pessoa física ou jurídica, de direito púbico ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental” (BRASIL, 1981), na forma do artigo 3º, inciso IV, da Lei n. 6.938/81. Vale ressaltar que não apenas o causador direto pelos danos ambientais será responsabilizado, mas também o indireto, existido dois responsáveis: o poluidor direito e o poluidor indireto (AMADO, 2020).

Ainda segundo Amado (2020), os últimos precedentes do Superior Tribunal de Justiça, inclusive da sua 2ª Turma, declaram a responsabilidade objetiva do Estado por danos ambientais, mesmo em se tratando de omissão na fiscalização ambiental, quando a omissão de cumprimento adequando do seu dever de fiscalizar for determinante para a concretização ou agravamento do dano praticado pelo seu causador direto.

> Qualquer que seja a qualificação jurídica do degradador, público ou privado, no Direito brasileiro a responsabilidade civil pelo dano ambiental é de natureza objetiva, solidária e ilimitada, sendo regida pelos princípios do poluidor-pagador, da reparação in *integrum*, da prioridade da reparação *in natura, e* do favor *debilis,* este último a legitimar uma série de técnicas de facilitação do acesso à Justiça, entre as quais se inclui a inversão do ônus da prova em favor da vítima ambiental. Precedentes do STJ. Ordinariamente, a responsabilidade civil do Estado, por omissão, é subjetiva ou por culpa, regime comum ou geral esse que, assentado no art. 37 da Constituição Federal, enfrenta duas exceções principais. Primeiro, quando a responsabilização objetiva do ente público decorrer de expressa previsão legal, em microssistema especial, como na proteção do meio ambiente (Lei 6.938/1981, art. 30, IV, c/c 0 art. 14, § i.°). Segundo, quando as circunstâncias indicarem a presença de um *standard* ou dever de ação estatal mais rigoroso do que aquele que jorra, consoante a construção doutrinária e jurisprudencial, do texto constitucional (REsp 1.071.741, de 24.03.2009). A jurisprudência predominante no STJ é no sentido de que, em matéria de proteção ambiental, há responsabilidade civil do Estado quando a omissão de cumprimento adequado do seu dever de fiscalizar for determinante para a concretização ou 0 agravamento do dano causado pelo seu causador direto (AgRg no REsp 1001780, de 27/9/2011). SÚMULA N. 618 - A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental (Corte Especial, julgado em 24/10/2018, DJe 30/10/2018) (AMADO, p. 255-256, 2020).

A diferença entre a aplicação da responsabilidade civil do Estado, sob um modelo mais tradicional, se dá pela teoria do risco administrativo, que admite excludentes, enquanto uma interpretação mais específica ao Direito Ambiental, estaria lastreado pela teoria do risco integral, cuja intensidade punitiva não admite excludentes (CARVALHO, 2015, p. 4).

O caso das inundações da região oeste, ao qual os rios, leitos e córregos foram impermeabilização pelo poder público, a Délton Winter de Carvalho (2015) ressalta que:

> A questão será resolvida a partir da constatação de que as informações acerca dos riscos estavam disponíveis à Administração se poderia o poder público ter tomado medidas preventivas efetivas, sabendo da gravidade do risco? Sendo assim, o dever de proteção de interesses, seja de um indivíduo ou de uma coletividade, descumprido pelo Estado, por atos omissivos, justifica a responsabilização civil, estando ligado ao seu conhecimento da situação, a sua capacidade de evitar tais eventos e, na maioria dos casos, da previsibilidade *("forseeability")* do risco concretizado em dano, catastrófico no caso (CARVALHO, 2015).

O dano ambiental normalmente é irreparável *in natura*, uma vez que restar impossibilitada à reparação (ou restauração) em espécie, que é prioritária, dever-se partir para uma compensação ambiental ou, em último caso, a indenização em pecúnia (AMADO, 2020, p. 267).

Para a teoria do risco integral, basta que o dano possa estar vinculado a existência do fator risco, o qual será imputado "causa" do dano, pelo qual qualquer evento condicionante é equiparado à causa do prejuízo, sem exigência de que esta seja uma consequência necessária, direta e imediata do evento. Fundamenta-se na adoção do mero fator risco (STEIGLEDER, 2004, p. 204).

Sendo assim, segundo Oliveira (2017), somente será possível responsabilizar o Estado nos casos de omissão específica, quando demonstradas a previsibilidade e a evitabilidade do dano, notadamente pela aplicação da teoria da causalidade direta e imediata quanto ao nexo de causalidade (art. 403 do CC). Visto que a responsabilidade restará configurada nas hipóteses em que o Estado tem a possibilidade de prever e de evitar o dano, mas permanece omisso (OLIVEIRA, 2017).

Délton Winter de Carvalho(2015), constatou que, "a jurisprudência demonstra grande incidência de responsabilizações civis do Estado por omissão em decorrência de desastres "naturais", cujas consequências poderiam ser evitadas". E exemplificou a violação de tais deveres sendo:

> (a) autorizar indevidamente um projeto de loteamento em áreas de risco (pré-disposição da área para alagamentos) antes que fossem adotadas as medidas preventivas necessárias como causa determinante do fato; (b) ausência de fiscalização estatal da qual decorreu destruição de imóvel por

> deslizamento de terra; (c) deixar de realizar obras de recuperação da área degradada por erosões, as quais estariam causando danos ao meio ambiente e riscos à população; (d) violações ao dever de preservar e fiscalizar a preservação do meio ambiente que redundam em dano ambiental coletivo; (e) omissão do ente estatal a atender aos inúmeros pedidos de providências para a adoção de medidas no sentido de evitar a ocorrência de acidentes provocados por ameaçavam deslizamento sobre residências (CARVALHO, 2015).

O dever de proteção de interesses, seja de um indivíduo ou de uma coletividade, descumprindo pelo Estado, por atos omissivos, justifica a responsabilização civil, estando ligado ao seu conhecimento da situação, a sua capacidade de evitar tais eventos e, na maioria dos casos, da previsibilidade do risco concretizado em dano (DEMANGE, 2019).

O nexo de causalidade é o "liame fático e jurídico que conecta a conduta do agente à ocorrência do dano" (DEMANGE, 2018, p.242). No caso das inundações, o licenciamento ambiental atribuindo a canalizações e as impermeabilizações do solo na região oeste de belo horizonte, levando ao desastres ambientais.

Para definição do nexo de causalidade do dano indenizável, a teoria do escopo da norma jurídica violada defende que o magistrado deve considerar os reais interesses tutelados pela norma infringida, avaliando se o dano se insere dentro do âmbito de proteção legal (LEMOS, 2012, p. 152).

A omissão genérica recai sobre uma obrigação de meio, na qual o Estado deve exercer diligentemente um dever, por exemplo, seu poder de polícia. A omissão específica recai sobre uma obrigação de resultado, na qual o Estado deve impedir que determinada situação se configure (DEMANGE, 2019, p. 244). Ambas pressupõem a possibilidade de o Estado cumprir o dever no caso das enchentes.

Borsagli ressalta a **insistência na canalização dos córregos mesmo após diversos indícios de problemas**, se tornando um tipo de "técnica única" no que dizia respeito a gestão das águas da capital mineira, as políticas urbanas que sufocam os rios da cidade. (BRASIL DE FATO, 2021)

Em função da incerteza e da imprevisibilidade do caos que se vivencia hoje no mundo, e dada a omissão efetiva por parte do poder público Municipal, Estadual e Federal no gerenciamento dos riscos ambientais, liberação de licenciamento sem fiscalização, o Direito deve intervir para corrigir as condutas (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2021).

Segundo Amado (2020), em tratando-se do meio ambiente, é crucial prevenir, pois, em regra, não é possível remediar. Nesse sentido, cresce em importância do manejo da tutela inibitória do dano ambiental, em que se busca impedir a ocorrência dos prejuízos intoleráveis ao meio ambiente, notadamente por meio da ação civil pública ou popular, os mesmo com o uso de medidas administrativas e criminais, a exemplo da interdição e da instituição de crimes de perigo (AMADO, 2020, p. 272).

Assim, Lia Demange, conclui que, “a jurisprudência tem adotado tanto a teoria da falha de serviço para aplicar a responsabilidade subjetiva às omissões estatais quanto a teoria da omissão específica para atribuir ao Estado a responsabilidade objetiva” (DEMANGE, 2019).

A responsabilidade objetiva para omissão específica tem sido bastante adotada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em casos de alagamentos e inundações (DOMANGE, 2019)[97] e também nos precedentes do Superior Tribunal de Justiça – STJ (CARVALHO, 2015)[98].

5 CONCLUSÃO

De modo a contribuir para o entendimento relacionado à responsabilidade civil por omissão, decorrente dos impactos causados pelas inundações no munícipio de Belo Horizonte, foram analisadas o histórico de urbanização e desenvolvimento da cidade, especificamente a região oeste, no que tange os desastre ambientais provocados pelas inundações, frente as normas do licenciamento ambiental, as irregularidades da atuação do poder público que geram consequências de lesões graves ao meio ambiente e os

[97] Vide: AC 2012.011396-4, Primeira Câmara de Direito Público, Relator Des. Gaspar Rubick, julgado em 13/08/2013, v.u.; AC 0006624-19.2010.8.24.0019, Terceira Câmara de Direito Público, Relator Des. Ricardo Roesler, julgado em 24/04/2018, v.u.; Apelação Cível n. 2009.046487-8, rel. Des. Luiz Cézar Medeiros, j. em 15/09/2009; Apelação Cível n. 2011.048611-8, Primeira Câmara de Direito Público, Des. Carlos Adilson Silva, j. em 29/07/2014, v.u.; AC 0031621-43.2009.8.24.0038, Quarta Câmara de Direito Público, Relator Des. Odson Cardoso Filho, j. em 27/03/2018, v.u.

[98] Vide: Administrativo. Processual Civil. Agravo Regimental em Agravo em Recurso Especial. Indenização. Danos Material e Moral. Ato omissivo. Revisão. Súmula 7/STJ. 1. Trata-se, originariamente, de Ação de indenização por danos material e moral em razão de alagamento decorrente de poluição, falta de limpeza e de canalização do rio Gravatá – fato previamente alertado ao agravante, sem contramedida eficaz. A sentença de improcedência foi reformada pelo Tribunal de origem. 2. O Agravo Regimental não se desincumbiu de afastar a decisão monocrática por meio das razões inespecíficas acostadas. 3. Nos casos de ato omissivo estatal, havendo dano, negligência administrativa e nexo causal, existe direito à indenização ou reparação dos prejuízos. Precedente. 4. O acórdão recorrido aponta elementos fáticos que comprovam os pressupostos da condenação. Sua revisão é obstada pela Súmula 7/STJ. 5. Agravo Regimental não provido.

entendimentos doutrinários e jurisprudenciais referente a responsabilidade civil ambiental, quando agente público é omisso de suas obrigações.

O poder público na condição de garante previsto na norma máxima do ordenamento jurídico, artigo 225, parágrafo 1º, da CR/88, ao não cumprir seu dever de proteção e cuidado com o meio ambiente, ecologicamente equilibrado e sadio para as futuras gerações, passa-se a assumir o risco do resultado dos impactos ambientais irreparáveis.

O estudo ambiental nada mais é que o levantamento desses riscos, baseado em entendimentos técnicos e científicos, o agente público ao outorgar um licenciamento ambiental baseado em melhorias de desenvolvimento para a sociedade, que gera risco de degradação catastrófica, torna-se o causador direito, o que justifica a responsabilidade objetiva, o dano é substituído pelo critério-risco quando a conduta se dá por omissão. O Poder Público conhecendo o risco real, concreto e presumido no levantamento do estudo ambiental, ao liberar o licenciamento age de forma contrária às suas atribuições, ferindo os critérios do princípio da prevenção.

Em relação aos danos ambientais decorrentes das inundações, existe uma tendência doutrinária pela teoria do risco administrativo, por atribuir a utilização das hipóteses de excludente de ilicitude, pois tende a justificar a conduta por motivo de força maior. Entretanto, quando o risco desses danos pode ser conhecido antes da outorga do licenciamento, e o agente público não age para evitá-lo e provoca o desastre, o mesmo torna o responsável direto levando a utilizar a teoria do risco integral, ao qual o perigo oferecido é presumido, independentemente de qualquer outro fator.

A região pesquisada sofre pelas canalizações e impermeabilizações do solo, impedido o percurso natural de suas águas gerando impactos ambientais de grande degradação. O poder público conhecendo os riscos, não atua para defender o formato natural dessas bacias hídricas, devendo então ser responsabilizado pela inércia no dever de cuidado, ao liberar que tais atividades e obras continuem a propiciando danos em outros locais.

Contudo, ao punir o poder público pelas práticas de inobservância e inércia no seu dever de cuidado e prevenção na outorga de licenciamento ambiental, vislumbra-se um entendimento pacificado no que tange a responsabilidade civil por omissão em nos desastres ambientais.

Frente ao problema de investigação, a prevenção ao meio ambiente e a omissão do Estado configura a violação das normas jurídicas ambientais, configurando a responsabilidade civil, nascendo o direto de reparar o dano.

O caso das enchentes na região oeste tem demonstra a ocorrência de danos intoleráveis ao meio ambiente, para qual vincula o dever defender os direitos sociais, notadamente ao de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. A omissão do Estado frente ao problema atenta contra os princípios da administração pública, trata-se de uma conduta ilícita.

Depreende-se assim que a responsabilização do Estado pela omissão diante dos danos ambientais causados pelas enchentes na região oeste de Belo Horizonte é evidente. Com ela, poder-se-á caminhar em busca de uma política de responsabilização pela teoria do risco integral, visando o bem comum e o desenvolvimento sustentável, uma vez que a natureza faz parte da vida humana.

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico. **Direito Ambiental.** Salvador: JusPodivm, 2020.

AMARAL, R. DO; RIBEIRO, R. R. Inundações e enchentes. In: TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. DO (Eds.). **Desastres Naturais: conhecer para prevenir**. 2a. ed. São Paulo: Instituto Geológico, 2012. p. 39–52.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

AYOADE, Johnson Olaniyi. **Introdução à Climatologia para os Trópicos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1983.

BALBI, Diego Antônio Fonseca. **Metodologias para a elaboração de planos de ações emergenciais para inundações induzidas por barragens**. Estudo de caso: Barragem de PetiMG. 2008. 336 p. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BANCO MUNDIAL. **Relatório de danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais no Brasil:** 1995 – 2019. 2. ed. Florianópolis: FAPEU, 2020.

BELLO FILHO, Ney de Barros. **Direito Ambiental das Mudanças Climáticas:** novos paradigmas da atuação judicial. 2009. Disponível em: <http://www.planetaverde.org/mudancasclimaticas>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BELO HORIZONTE. **Coordenadoria Oeste.** Disponível em:

https://prefeitura.pbh.gov.br/oeste. Acesso em: 2 set. 2021.

BELO HORIZONTE. **Oeste - Cartas De Inundações.** Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/obras-e-infraestrutura/informacoes/diretoria-de-gestao-de-aguas-urbanas/cartas-de-inundacoes/oeste. Acesso em: 20 set. 2021.

BELO HORIZONTE. **Prefeitura de Belo Horizonte mapeia principais pontos de alagamento da cidade.** Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-de-belo-horizonte-mapeia-principais-pontos-de-alagamento-da-cidade. Acesso em: 2 set. 2021.

BELO HORIZONTE. **Prefeitura atende mais de mil chamados devido às fortes chuvas dos últimos dias.** Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-atende-mais-de-mil-chamados-devido-fortes-chuvas-dos-ultimos-dias. Acesso em: 2 set. 2021.

BELO HORIZONTE. **Prefeitura inova em parcerias e tecnologia para prevenção de enchentes.** Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-inova-em-parcerias-e-vai-usar-tecnologia-na-prevencao-no-periodo-chuvoso. Acesso em: 29 mar. 2021.

BELO HORIZONTE. Superintência De Desenvolvimento Da Capital. **Plano diretor de drenagem de Belo Horizonte**. Análise Integrada do sistema de drenagem de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Magna Engenharia Ltda, 2000, Volume I.

BELO HORIZONTE. Superintência De Desenvolvimento Da Capital. **Plano diretor de drenagem** de Belo Horizonte. Caracterização das Bacias Elementares. Belo Horizonte: Magna Engenharia Ltda, 2000, Volume II.

BELO HORIZONTE. Superintência De Desenvolvimento Da Capital. **Plano diretor de drenagem de Belo Horizonte.** Caracterização preliminar das inundações ocorridas em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Magna Engenharia Ltda, 2000, Volume XI.

BERTONE, Pedro; MARINHO, Clarice. **Gestão de riscos e resposta a**

Desastres naturais: a visão do planejamento. In: CONGRESSO CONSAD

DE GESTÃO PÚBLICA, 6., 2013, Brasília. Anais eletrônicos, Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração, 2013. Disponível em:

http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/966/1/C6_TP_GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA.pdf. Acesso em: 04 nov. 2021.

BLANK, Dionis Mauri Penning. O contexto das mudanças climáticas e as suas vítimas. **MERCATOR,** Fortaleza, a. 14, v. 2, maio/ago. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/SgzwvyFQvzynyM8ZhdtRzjr/?lang=pt. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002.** Regulamenta o art. 9o, inciso II, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4297.htm. Acesso em: 4 nov. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Meteorologia. **Nota técnica n. 04/17.** Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/uploads/notastecnicas/Nota_tecnica_CEDEC_04_17.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL DE FATO. **BH e Meio Ambiente: os rios enterrados vivos.** Disponível em: https://www.brasildefatomg.com.br/2021/01/08/bh-e-meio-ambiente-os-rios-enterrados-vivos . Acesso em: 4 nov. 2021.

BÜHRING, Marcia Andrea (Org.). **Responsabilidade civil ambiental.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2018.

CAMPOS, Rafael. **Conheça a história do bairro Gutierrez, em Belo Horizonte.** Encontro BH, Belo Horizonte, abr. 2018. Disponível em:

https://www.revistaencontro.com.br/canal/revista/2018/04/conheca-a-historia-do-bairrogutierrez-em-belo-horizonte.html>. Acesso em: 4 nov. 2021.

CARVALHO, Délton Winter de. Mudanças climáticas e as implicações jurídico princípio lógicas para a gestão dos danos ambientais futuros numa sociedade de risco global. In: BENJAMIN, A. H. et al. (Eds.). **Congresso Internacional de Direito Ambiental (14.2010:São Paulo, SP) Florestas mudanças climáticas e serviços ecológicos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. p. 107–123.

CARVALHO, Délton Winter de. Responsabilidade Civil do Estado por Desastres Naturais: Critérios para configuração da omissão estatal face ao não cumprimento de deveres de proteção. **Revista de Direito Ambiental** [recurso eletrônico]. São Paulo, n. 77, jan./mar. 2015. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/17169. Acesso em: 4 nov. 2021.

CBH RIO DAS VELHAS. **Subcomitês do Onça e Arrudas elaboram propostas para lidar com enchentes em BH, em conjunto com outras entidades.** Disponível em: https://cbhvelhas.org.br/noticias/subcomites-do-onca-e-arrudas-elaboram-propostas-para-lidar-com-enchentes-em-bh-em-conjunto-com-outras-entidades/#. Acesso em: 3 nov. 2021.

CONAMA. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997.** Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cecav/images/download/CONAMA%20237_191297.pdf. Acesso em: 4 nov. 2021.

CONSTANTINO, Carlos Ernani. **Delitos ecológicos:** a lei ambiental comentada artigo por artigo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 219-221.

DAWALIBI, Marcelo. O poder de polícia em matéria ambiental. In: FINK, Daniel Roberto; ALONSO JÚNIOR, Hamilton; DAWALIBI, Marcelo (Org.). **Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 122-123.

DEMANGE, Lia Helena. Responsabilidade civil em desastres mistos: desconstruindo a classificação da inundação de 2010 de São Luiz do Paraitinga como desastre natural. In: NUSDEO, Ana Maria de Oliveira (Org.). **30 Anos da Constituição Ecológica**: Desafios para a Governança Ambiental. São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde, 2018, p. 229-267.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. **Solução para enchentes passa pela engenharia e não é única, dizem especialistas.** Disponível em: https://diariodocomercio.com.br/especial-sme/engenharia-hoje-solucao-para-enchentes-passa-pela-engenharia-e-nao-e-unica-dizem-especialistas. Acesso em: 28 ago. 2021.

DOELLE, Caroline. **A responsabilidade civil no direito brasileiro.** Disponível em: https://www.aurum.com.br/blog/responsabilidade-civil/. Acesso em: 3 nov. 2021.

EMILIANA, Cecília; MURATORI, Matheus. **Chuva em BH:** deslizamentos e inundações ameaçam ao menos 10,8 mil pessoas. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/01/11/interna_gerais,1227824/chuva-em-bh-deslizamentos-e-inundacoes-ameacam-ao-menos-10-8-mil-pessoas.shtml. Acesso em: 22 set. 2021.

ESTADO DE MINAS. **Chuva em BH:** deslizamentos e inundações ameaçam ao menos 10,8 mil pessoas. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/01/11/interna_gerais,1227824/chuva-em-bh-deslizamentos-e-inundacoes-ameacam-ao-menos-10-8-mil-pessoas.shtml. Acesso em: 28 mar. 2021.

FELIPPE, Miguel Fernandes. **Espacialização e classificação dos topos como zonas preferenciais de recarga de aqüíferos em Belo Horizonte-MG**. 2007. 140 f.. Monografia (Bacharelado Geografia) – Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 2007.

FURTADO, J.; OLIVEIRA, M.; DANTAS, M. C.; SOUZA, P. P.; PANCERI, R. **Capacitação Básica em Defesa Civil.** Florianópolis: Cad Ufsc, 2012. 126 p.

G1. **Chuva forte causa transtornos em BH e na Grande BH.** Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/10/25/chuva-forte-e-rapida-causa-transtornos-em-bh-e-em-contagem.ghtml. Acesso em: 20 set. 2021.

G1. **Chuva destrói parte de BH; MG tem 55 mortos em 6 dias.** Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/01/29/apos-mais-um-temporal-com-enchentes-bh-e-regiao-metropolitana-contabilizam-mais-estragos.ghtml. Acesso em: 20 set. 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 2010:** Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama. Acesso em: 2 set. 2021.

INSTITUTO PRISTINO. Enchentes em Belo Horizonte: Os Rios Invisíveis. Disponível em: https://institutopristino.org.br/enchentes-em-belo-horizonte-os-rios-invisiveis/. Acesso em: 2 set. 2021.

JORNAL DAQUI BH. **Chuva recorde afeta todas as regionais de BH.** Disponível em: https://www.daquibh.com.br/chuva-recorde-afeta-todas-as-regionais-de-bh/. Acesso em: 20 set. 2021.

LEMOS, P. F. I. **Meio ambiente e responsabilidade civil do proprietário**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais,2012.

LEOCÁDIO, Thaís; FRANCO, Lucas. **BH amanhece com marcas de destruição após temporal desta sexta e Defesa Civil emite alerta.** Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/01/16/bh-amanhece-com-marcas-de-destruicao-apos-temporal-desta-sexta-e-defesa-civil-emite-alerta.ghtml. Acesso em: 22 set. 2021.

MACIEL, Silvio. Meio ambiente: Lei 9.605, 12.02.1998. In: GOMES, Luiz Flávio; CUNHA, Rogério Sanchez (Coord.). **Legislação criminal especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 832.

MARIA, Laura. **BH e região metropolitana podem ter chuva nesta semana:** veja previsão por dia. Disponível em: https://www.otempo.com.br/cidades/bh-e-regiao-metropolitana-podem-ter-chuva-nesta-semana-veja-previsao-por-dia-1.2535193. Acesso em: 22 set. 2021.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 47383, de 3 de março de 2018.** Estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=357275. Acesso em: 28 ago. 2021.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Aquecimento global sem precedentes tem clara influência humana.** Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2021/08/1759272. Acesso em: 28 ago. 2021.

REVISTA MINEIRA DE SANEAMENTO BÁSICO. **O Arrudas da SUDECAP.** Revista Mineira de Saneamento Básico, Belo Horizonte, Abril, Ano II, no 6, 1985. p. 6-23.

REVISTA MINEIRA DE SANEAMENTO BÁSICO. **Arrudas, a obra do século.** Revista Mineira de Saneamento Básico, Belo Horizonte, Dezembro, Ano I, no 2, 1984, p.14-1.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SANTANA, Isabela; MOURÃO, Laura. **Enchente causa destruição na Avenida Tereza Cristina, Na Região Oeste.** Disponível em: https://www.daquibh.com.br/enchente-causa-destruicao-na-avenida-tereza-cristina-na-regiao-oeste/. Acesso em: 4 nov. 2021.

SCHMITT, Clara. A**s irregularidades do licenciamento podem ser consideradas crimes ambientais?** Disponível em: https://clarafcos.jusbrasil.com.br/artigos/603322967/as-irregularidades-do-licenciamento-podem-ser-consideradas-crimes-ambientais. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVEIRA, Marina Pinto Lazzarini. **Prejuízos gerados pelas inundações ocorridas na regional oeste de Belo Horizonte, MG.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Engenharia Ambiental). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

TUCCI, C. E. M.; BERTONI, J. C. **Inundações urbanas na América do Sul.** Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003. 150 p. Disponível em: http://www.eclac.cl/samtac/noticias/documentosdetrabajo/5/23335/InBr02803.pdf.

Acesso em: 4 nov. 2021.

TUCCI, C. E. M. **Gestão de Águas Pluviais Urbanas.** Porto Alegre: EDUSP, 2005.

TUCCI, C. E. M. **Inundações Urbanas.** Porto Alegre: EDUSP, 2007.

UFMG. Manuelzão. **Após ação movida pelo Guaicuy, alvará que permitia desmatamento em BH é suspenso.** Disponível em: https://manuelzao.ufmg.br/apos-acao-movida-pelo-guaicuy-alvara-que-permitia-desmatamento-em-bh-e-suspenso. Acesso em: 3 nov. 2021.

UFMG. Manuelzão. **Novas imagens de uma velha história.** Disponível em: https://manuelzao.ufmg.br/novas-imagens-de-uma-velha-historia/. Acesso em: 3 nov. 2021.

ZAPATER, Tiago C. Vaitekunas. **Princípio da prevenção e princípio da precaução.** Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Álvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direitos Difusos e Coletivos. Nelson Nery Jr., Georges Abboud, André Luiz Freire (coord. De tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/356/edicao-1/principio-da-prevencao-e-principio-da-precaucao. Acesso em: 3 nov. 2021.

A Tecnologia *Blockchain* e a sua Convergência aos Princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

The Blockchain Technology and its Convergence to the Principles of the General Law on Personal Data Protection

Eduardo Wallace Martini[99]
Ludmila Moreira da Silva[100]
Warlen Santos[101]
Thiago Santana Rabelo[102]

Resumo: Na atual economia globalizada e digital, os dados pessoais são tratados por diversos agentes públicos e privados, tendo em vista a necessidade de realizar os mais variados negócios jurídicos. Contudo, durante o seu tratamento, esses dados ficam expostos a ataques cibernéticos que acarretam prejuízos para toda a sociedade. Nesse contexto, o presente artigo almeja explorar as convergências e as divergências entre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e a *blockchain*, a partir do levantamento das disposições preliminares da lei e das características dessa tecnologia. Para isso, por meio da abordagem de pesquisa qualitativa e do procedimento de coleta e análise de dados baseado em fontes bibliográficas e documentais, espera-se ainda demonstrar uma compatibilidade entre a lei e a tecnologia.

Palavras-chave: Dados. Tecnologia. *Blockchain*. Lei. Proteção.

***Abstract**: In the current globalized and digital economy, personal data are processed by various public and private agents, considering the need to carry out the most varied legal transactions. However, during its processing, these data are exposed to cyber attacks that cause damage to the entire society. In this context, this article aims to explore the convergences and divergences between the General Law on Personal Data Protection and the blockchain, based on a survey of the preliminary provisions of the law and the characteristics of this technology. For this, through the qualitative research approach and the data collection and analysis procedure based on bibliographic and documental sources, it is also expected to demonstrate a compatibility between the law and technology.*

***Keywords**: Data. Technology. Blockchain. Law. Protection.*

[99] Graduando em Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais. E-mail: eduardo.martini@soukennedy.com.br.
[100] Graduando em Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais. E-mail: ludmila.silva@soukennedy.com.br.
[101] Graduando em Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais. E-mail: warlen.santos@soukennedy.com.br.
[102] Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos, pós-graduado em Direito Público pela Faculdade Newton Paiva, Professor Orientador da Faculdade Kennedy de Minas Gerias. E-mail: thiago.rabelo@somoskennedy.com.br.

1 INTRODUÇÃO

À medida que o tempo passa, a humanidade evolui e o seu modo de vida muda constantemente, inserido num processo dinâmico que demanda novas leis e novas tecnologias, as quais se emaranham e se complementam, produzindo importantes artefatos que contribuem para viabilizar o progresso humano. Nesse processo evolucionista, surgiu a internet e ocorreu a virtualização de diversas atividades humanas, formando uma nova realidade digital e virtual, cuja existência necessita do tratamento de um enorme volume de dados pessoais.

Nesse contexto, apesar de investimentos em segurança, essa imensa massa de dados não está livre de ataques cibernéticos, os quais produzem fraudes, adulterações e vazamentos de informações pessoais, trazendo prejuízos para toda a sociedade. Portanto, fica evidente a necessidade de proteger este valoroso bem jurídico, os dados pessoais das pessoas físicas.

Diante dessa necessidade, no Brasil, foi promulgada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, a qual dispõe de normas protetivas dos direitos das pessoas naturais cujos dados pessoais são tratados por outros agentes. Entre essas normas, destacam-se as disposições preliminares, as quais contêm princípios que devem ser observadas no tratamento de dados pessoais. Por sua vez, nos meios digitais, uma nova forma de manipulação de dados, conhecida como *blockchain,* tem se destacado. Ela é considerada uma tecnologia inovadora e disruptiva, capaz de mudar radicalmente o atual modelo de tratamento de dados, evoluindo de uma forma centralizada para uma forma distribuída.

Assim, Direito e tecnologia estão entrelaçados mais uma vez, na medida que ocorrem interações entre a LGPD e a *blockchain*. Diante disso, emerge a seguinte questão: quais convergências e divergências podem ser observadas entre os princípios da LGPD e as características da *blockchain*?

Desse modo, busca-se demonstrar uma compatibilidade entre os princípios da LGPD e as características da *blockchain*. Assim, caso haja, tal compatibilidade poderia referendar o uso dessa tecnologia pelos agentes de tratamento, resguardando o interesse de todos os titulares de dados pessoais.

2 A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

Segundo Souza (2020), a partir de 1990, devido à globalização, aos avanços tecnológicos e ao desenvolvimento do modelo de negócios da economia digital, o mundo ficou mais dependente dos fluxos internacionais de bases de dados, especialmente, em relação aos dados pessoais. Na economia digital e globalizada, os dados pessoais são considerados ativos de alto valor estratégico e financeiro.

Este autor ainda informa que os dados pessoais são valiosos, mas oferecem riscos. Isso ocorre na medida que eles registram informações importantes: biográficas, como data de nascimento, filiação, nome civil ou social, naturalidade, estado civil e sexo; biométricas, como modo de andar, formato da face e digitais dos dedos; e genéticas, como as características hereditárias da pessoa natural que são

registradas no DNA. Logo, o tratamento dessas informações requer proteção e métodos adequados.

Conforme Pinheiro (2020), diante da necessidade de proteção de dados pessoais, a União Europeia liderou o debate sobre o assunto e promulgou o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais Europeu (GDPR), o qual foi aprovado em 27 de abril de 2016. A partir desde evento, a União Europeia começou a exigir das nações com as quais mantinha relações comerciais uma legislação do mesmo nível da sua, o que gerou um efeito cascata e culminou no surgimento de leis e regulamentos em outros países.

No Brasil, em 14 de agosto de 2018, foi promulgada a Lei n. 13.709, mais conhecida como LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, originária do PLC n. 53/2018. Trata-se de um novo marco legal brasileiro relativo à proteção de dados pessoais, sobre o qual comenta Pinheiro:

> A LGPD surge com o intuito de proteger direitos fundamentais como privacidade, intimidade, honra, direito de imagem e dignidade. Pode-se pontuar também que a necessidade de leis específicas para a proteção dos dados pessoais aumentou com o rápido desenvolvimento e a expansão da tecnologia no mundo, como resultado dos desdobramentos da globalização, que trouxe como uma de suas consequências o aumento da importância da informação. Isso quer dizer que a informação passou a ser um ativo de alta relevância para governantes e empresários: quem tem acesso aos dados, tem acesso ao poder (PINHEIRO, 2020, p. 40).

Apesar de ser uma legislação recente, a LGPD já sofreu atualizações por meio da Medida Provisória n. 869, 27 de dezembro de 2018, que tinha a intenção de criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Tal medida provisória foi transformada na Lei n. 13.853, de 8 de julho de 2019, que alterou diversos dispositivos da LGPD.

2.1 Objeto e objetivo da LGPD

O objeto e objetivo da LGPD estão estabelecidos em seu artigo 1º, nos seguintes termos:

> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
> Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Assim, observa-se que o objeto da lei é o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, realizado por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado. Por sua vez, o objetivo da lei é proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Observa-se ainda que, por meio dessa lei, a proteção de dados pessoais foi alçada a uma espécie de direito da personalidade, como ressalta Bioni:

> O direito à proteção dos dados pessoais deve ser alocado como uma nova espécie do rol aberto dos direitos da personalidade, dando elasticidade à cláusula geral da tutela da pessoa humana.
> [...]
> A sociedade da informação imprime uma nova dinâmica e novos desafios para a proteção da pessoa humana, a começar pela monetização dos seus dados pessoais. Tais dados, além de consolidar uma nova forma de prolongamento da pessoa, passam a interferir em sua própria esfera relacional, reclamando, por isso, uma normatização específica que justifica dogmaticamente a autonomia do direito à proteção dos dados pessoais e os desdobramentos da sua tutela jurídica […] (BIONI, 2019, p. 127).

Nessa citação, confirma-se o direito da personalidade da pessoa natural de ter seus dados pessoais devidamente protegidos, uma vez que eles figuram como uma espécie de prolongamento do indivíduo. Contudo, além das normas jurídicas garantidoras desse direito da personalidade, faz-se necessária a utilização de boas práticas para garantir a sua efetividade. Nesse sentido, esclarece Frazão, Tepedino e Oliva:

> A implementação de boas práticas no tratamento de dados pessoais possui estrondoso potencial para auxiliar no atendimento aos comandos gerais da lei de acordo com as particularidades de determinados agentes econômicos, bem como prevenir a ocorrência de violações aos direitos dos titulares, na medida em que permite orientar os agentes de tratamento, traduzindo para suas atividades cotidianas as premissas principiológicas da LGPD e concretizando vários dos seus *standards* e conceitos abertos. (FRAZÃO, TEPEDINO, OLIVA, 2019, p. 682)

Desse modo, as pessoas físicas e jurídicas que tratam dados pessoais devem implementar práticas que possam concretizar, de fato, as determinações e as recomendações dessa lei.

2.2 Conceitos e aplicabilidade da LGPD

O artigo 3º da LGPD[103] traz a definição da aplicabilidade da lei, delimitando sua atuação no tratamento de dados no que concerne à sua territorialidade. A lei é aplicável a dados pessoais coletados no território nacional ou cujo objeto da transação tenha ocorrido em território nacional. Assim, aplica-se ao tratamento de dados pessoais controlados ou processados dentro do território da União, independentemente de onde se realizou o tratamento destes. Essa regra é válida para tratamentos realizados nas atividades mercadológicas. Sendo os consumidores originários da União, permite-se que seja aplicada a LGPD.

A lei traz também situações em que as suas regras não se aplicarão, como, por exemplo, para os dados pessoais tratados para fins acadêmicos ou jornalísticos e para aqueles que envolvem segurança pública e defesa nacional. Essas regras estão previstas no artigo 4º da LGPD[104]. Ressalta-se que o inciso III desse artigo mantém relação estreita com princípio basilar do direito administrativo, qual seja, da supremacia do interesse público primário (da coletividade) sobre o particular. Contudo, dispõe o §1º desse mesmo artigo 4º que o tratamento de dados pessoais previstos no seu inciso III será regulamentado por legislação específica.

---

[103] Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:
I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;
II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)
III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.
§ 1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.
§ 2º Excetua-se do disposto no inciso I deste artigo o tratamento de dados previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei.

[104] Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:
I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;
II - realizado para fins exclusivamente:
a) jornalístico e artísticos; ou
b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;
III - realizado para fins exclusivos de:
a) segurança pública;
b) defesa nacional;
c) segurança do Estado; ou
d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou
IV - provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei.
§ 1º O tratamento de dados pessoais previsto no inciso III será regido por legislação específica, que deverá prever medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, observados o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular previstos nesta Lei.
§ 2º É vedado o tratamento dos dados a que se refere o inciso III do caput deste artigo por pessoa de direito privado, exceto em procedimentos sob tutela de pessoa jurídica de direito público, que serão objeto de informe específico à autoridade nacional e que deverão observar a limitação imposta no § 4º deste artigo.
§ 3º A autoridade nacional emitirá opiniões técnicas ou recomendações referentes às exceções previstas no inciso III do caput deste artigo e deverá solicitar aos responsáveis relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.
§ 4º Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados de que trata o inciso III do caput deste artigo poderá ser tratada por pessoa de direito privado, salvo por aquela que possua capital integralmente constituído pelo poder público. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)

Por fim, o artigo 5º da LGPD esclarece termos utilizados no contexto dos dados pessoais, o que é de grande relevância para resolver os problemas de conceituação e, até mesmo, para categorizar as informações coletadas. Dentre os conceitos trazidos no artigo, observam-se:

> Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:
> I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
> II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
> III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
> IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
> V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
> VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
> VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
> VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)
> IX - agentes de tratamento: o controlador e o operador;
> X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
> XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;
> XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
> XIII - bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;
> XIV - eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;
> XV - transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;
> XVI - uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;
> XVII - relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

> XVIII - órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico; e (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)
> XIX - autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)

Portanto, percebe-se que os artigos 3º ao 5º da LGPD são dedicados a elencar os casos de aplicabilidade e não aplicabilidade da lei e a apresentar conceitos de determinados termos cujo conhecimento é necessário para o adequado entendimento do texto legal.

2.3 Fundamentos e princípios da LGPD

2.3.1 Fundamentos

Os fundamentos são as bases na estruturação de formação de uma norma jurídica, ou melhor, eles são os elementos que se pretende alcançar com a criação dessa norma, uma vez que é preciso observar qual valor social será aplicado por meio da regra jurídica. Assim, Nader expressa:

> Enquanto a Ciência do Direito se limita a descrever e sistematizar o Direito vigente, a Filosofia do Direito transcende o plano meramente normativo, para questionar o critério de justiça adotado nas normas jurídicas. De um lado, a Ciência do Direito responde à indagação *Quid juris* (o que é de Direito?); de outro, a Filosofia Jurídica atende à pergunta *Quid jus*? (o que é o Direito?). Esta é uma disciplina de reflexão sobre os fundamentos do Direito. (NADER, 2015, p. 11)

Nessa perspectiva, os fundamentos da LGPD encontram-se expressos no seu artigo 2º, nos moldes seguintes:

> Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:
> I - o respeito à privacidade;
> II - a autodeterminação informativa;
> III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
> IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
> V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
> VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
> VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais. (LGPD, artigo 2º)

Vale ressaltar que, assim como as demais leis do ordenamento jurídico brasileiro, a LGPD também tem o seu fundamento de validade na Constituição Federal, como afirmado por KELSEN:

> A norma que regula a produção é a norma superior, a norma produzida segundo as determinações daquela é a norma inferior. A ordem jurídica não é um sistema de normas jurídicas ordenadas no mesmo plano, situadas umas ao lado das outras, mas é uma construção escalonada de diferentes camadas ou níveis de normas jurídicas. A sua unidade é produto da conexão de dependência que resulta do fato de a validade de uma norma, que foi produzida de acordo com outra norma, se apoiar sobre essa outra norma, cuja produção, por sua vez, é determinada por

> outra; e assim por diante, até abicar finalmente na norma fundamental – pressuposta. (KELSEN,1999, p. 155)

2.3.2 Princípios

Os princípios são as maneiras pelas quais é possível alcançar a melhor interpretação da norma, uma vez que o legislador não consegue prever todas as situações em que ela poderá ser aplicada. “Analisando os seus fins, os princípios gerais são regramentos básicos aplicáveis a um determinado instituto ou ramo jurídico, para auxiliar o aplicador do direito na busca da justiça e da pacificação social” (TARTUCE, 2017, p. 34).

Os princípios e as normas estão intimamente ligados, concorrendo para que o operador do direito consiga satisfazer aos anseios da sociedade. Assim, “Nenhuma interpretação será bem-feita se for desprezado um princípio. É que ele, como estrela máxima do universo ético-jurídico, vai sempre influir no conteúdo e alcance de todas as normas” (NUNES, 2017, p. 224).

Quanto à LGPD, os seus princípios estão elencados no artigo 6º, assim expressos:

> Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:
> I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
> II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
> III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
> IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
> V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
> VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
> VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
> VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
> IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
> X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas (LGPD, artigo 6º).

Nesse contexto, o titular de dados pessoais terá maior controle e ciência sobre para qual finalidade os seus dados serão coletados, evitando que informações sejam manipuladas e utilizadas de maneira indevida. Assim, comenta Tepedino:

> Mostra-se de particular importância a restrição da informação transmitida à finalidade específica da coleta, de modo a fazer prevalecer o que se tem chamado

> de princípio da utilização não abusiva. Daqui a recomendação de eliminação das informações desnecessárias ou transformação em dados anônimos dessas informações, desde que não sejam mais necessárias (TEPEDINO, 2020, p. 12)

Desse modo, esses princípios deverão ser observados em todo tratamento de dados pessoais, de modo que a lei atinja seus objetivos de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

3 A TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN*

A história da *blockchain* inicia-se conjuntamente com a do Bitcoin. Entretanto, elas não se confundem, pois o Bitcoin é uma moeda virtual e, "para a Rede Bitcoin, *blockchain* é um banco de dados semelhante a um livro contábil virtual onde as transações são processadas e registradas" (PINTO, ROVER, PEIXOTO, 2020, p. 133).

A tecnologia *blockchain* surgiu em 2008, com o objetivo de evitar o gasto duplo nas negociações de Bitcoin. Essa tecnologia possibilitou que as negociações entre as partes interessadas não necessitassem da interferência de um terceiro, o que diminuiu o custo de realização das transações. É o que afirma Souza (2020, p. 193): "A tecnologia *blockchain* permite transações e interações eletrônicas *peer-to-peer*, sem instituições financeiras para garantir a segurança, sendo que ele virá da prova criptográfica e da rede, sem uma instituição unificada".

Ademais, as transações estariam sendo registradas em um livro-razão, as quais seriam validadas por meio de um sistema descentralizado, uma vez que a "ideia por trás da *blockchain* é a descentralização do controle, registro e gestão. No sistema tradicional, isso fica na mão de um intermediário (o banco, por exemplo); no sistema *blockchain*, fica na mão de todos" (JÚNIOR, OLIVEIRA, 2020, p. 39).

Esta inovação teria sido lançada por um programador cujo pseudônimo é Satoshi Nakamoto, o qual, por meio da publicação *Bitcoin: A Peer-to-Peer Eletronic Cash System*[105], demonstrou os detalhes do funcionamento deste programa. Após a publicação, essa estrutura programável de processamento de moeda virtual recebeu a nomenclatura *blockchain*, a qual "é palavra em língua inglesa que significa *cadeia de blocos*" (JÚNIOR, OLIVEIRA, 2020, p. 37).

Com o passar dos anos, essa tecnologia despertou o interesse mundial para a sua aplicação em diversas funcionalidades, nos mais variados setores, diante da necessidade de inovações práticas e seguras, promovidas pela globalização, como bem esclarece Souza:

> A *blockchain* vai muito além das criptomoedas. Ela permite transações sem que haja intermediários. Nela, é possível trocar informações confidenciais, firmar contratos, transferir dinheiro, rastrear produtos, tudo com veracidade, segurança, privacidade e redução de tempo e custo. Com isso, ela tem atraído tanto a atenção, sendo usada por pessoas físicas e jurídicas em redes públicas e privadas. (SOUZA, 2020, p. 200)

Dessa forma, a tecnologia *blockchain* está cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, como, por exemplo, no comércio (rastreamento de produtos), na indústria (troca de informações confidenciais), nas instituições financeiras (transferência de dinheiro) e nas relações jurídicas (contratos eletrônicos).

---

[105] Disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em 15 de out. 2021.

3.1 Estrutura e funcionamento da *blockchain*

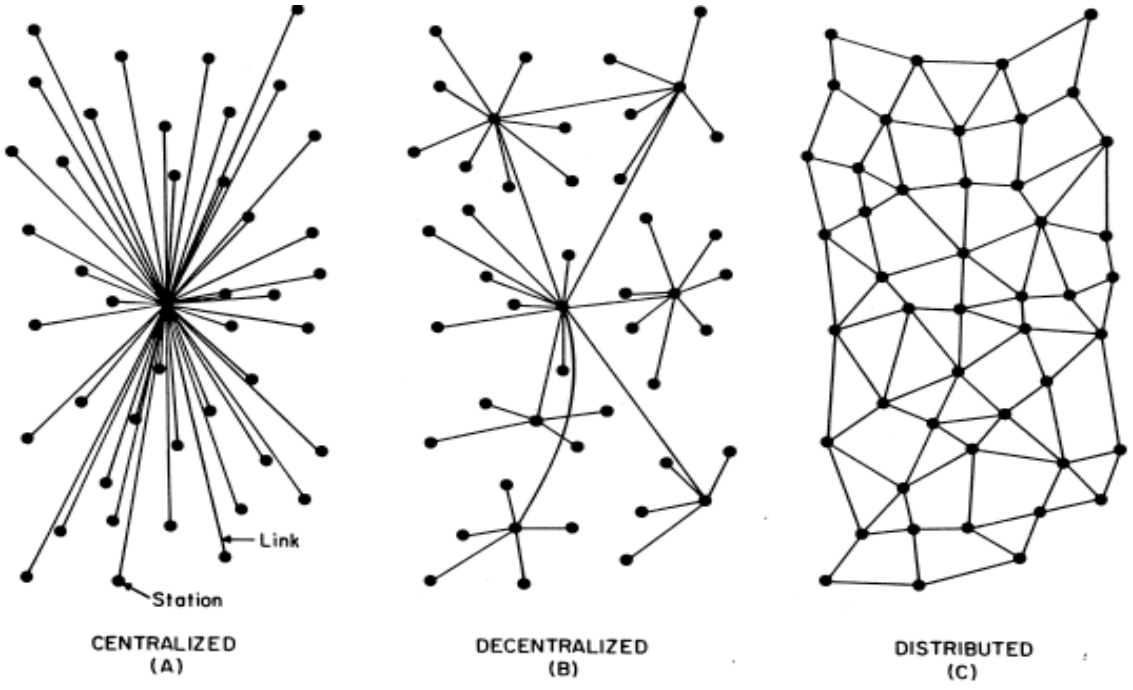
A *blockchain* é uma plataforma digital que processa e armazena a troca de recursos financeiros entre duas ou mais pessoas, sem a necessidade de um terceiro intermediador. Nesse sentido, Campos esclarece:

> As transações realizadas na Rede Bitcoin são processadas e registradas em um banco de dados semelhante a um livro contábil virtual, contínuo, que é o *blockchain*, e que cada componente da rede possui uma cópia em seu computador, formando uma rede distribuída. Assim, no *Blockchain* da Rede Bitcoin é possível verificar todas as transações já realizadas, desde a primeira em 2009, pois os registros são contínuos, públicos e rastreáveis. Nesse sentido, Bitcoin é o token nativo da Rede, enquanto *Blockchain* é o banco de dados onde são realizadas e registradas as transações realizadas. (CAMPOS, 2018, apud SOUZA, 2020, p. 187)

Portanto, a *blockchain* é um livro contábil virtual que processa e armazena todas as transações realizadas entre os agentes de um determinado negócio, estruturada por meio de uma rede distribuída, na qual cada componente de processamento dela mantém uma cópia de todas as transações já registradas nessa rede. Vale relembrar que esta tecnologia pode ser utilizada em diversos negócios, além de criptomoedas, como nos contratos inteligentes e no rastreamento de mercadorias. Para entender melhor a *blockchain*, deve-se conhecer um pouco sobre o seu funcionamento.

De acordo com Souza (2020), na rede distribuída, todos os usuários estão conectados uns aos outros, sem a necessidade de um servidor central para controlar e registrar as transações, como ocorre nas redes centralizada e descentralizada. Sobre esses tipos de rede, o autor fez uma demonstração gráfica na qual utilizou os seguintes diagramas:

Figura 1 – Tipos de rede



Fonte: SOUZA (2020).

Observa-se, nas figuras A e B, respectivamente, rede centralizada (*centralized*) e rede descentralizada (*decentralized*), observam-se centros de controle e poder, de modo que os usuários da rede (*Station*) não estão conectados entre si, mas, por meio desses centros que controlam todo o tráfego de dados. Portanto, não há comunicação direta (ponto a ponto) entre os usuários e não há cópia das informações retidas por esses centros.

De forma contrária, na figura C, rede distribuída (*distributed*), há uma verdadeira descentralização, sem centros de controle e poder. Nesse modelo de rede, como não há um órgão centralizador, todos os computadores podem receber e validar informações vindas de outros computadores, ou seja, a informação trafega ponto a ponto (*peer-to-peer*).

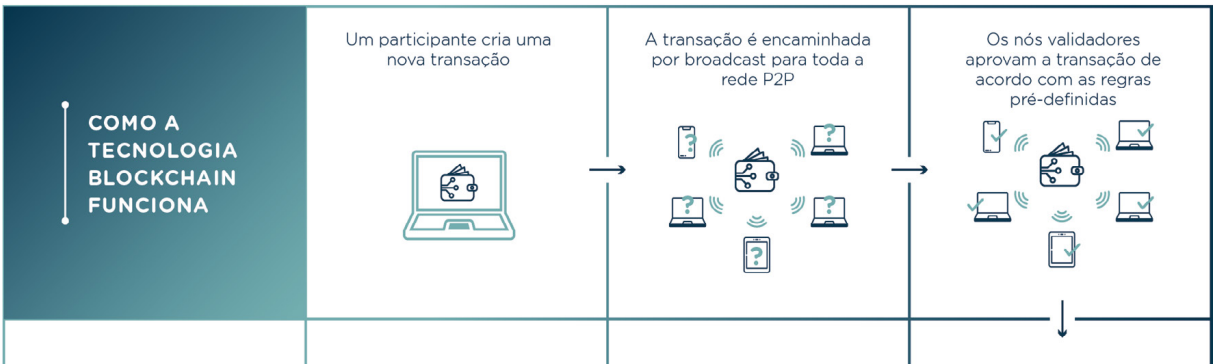
Nesse contexto, conforme Souza (2020), as transações da rede formam uma sequência de registros numa linha do tempo que não pode ser alterada. Tais registros são feitos num livro-razão público, conhecido como *ledger* ou livro contábil imutável. Assim, todos eventos ocorridos na *blockchain* são registrados no *ledger* e são digitalmente assinados para garantir a autenticidade das transações. A cada transação gera-se um bloco de dados que é encaixado no bloco gerado anteriormente, formando uma cadeia de blocos, ou seja, formando a *blockchain*.

De forma reduzida, o autor sintetiza o funcionamento dessa rede:

> O processo de registro, então, dar-se-á na seguinte ordem:
> 1) Solicitação: o comprador demonstra o interesse na compra de algo, solicitando o bem do vendedor;
> 2) Transmissão Rede Distribuída: a solicitação será transmitida para validação aos vários nós da rede, que são os mineradores;
> 3) Mineração de dados: os nós verificam todas as informações, validando ou não a negociação. Essa é a mineração. Porém haverá uma competição, pois as informações são protegidas por chaves criptográficas e receberá um incentivo (criptomoeda) quem decodificar e disponibilizar primeiro. Destaca-se que computadores mais rápidos e eficientes terão vantagem;
> 4) Solução: o primeiro computador que resolver o cálculo disponibilizará o bloco com a solução e os demais nós checarão tudo para validar a solução;
> 5) Validação: com a validação, o bloco será encaixado na cadeia, de modo permanente e imutável. Cada novo bloco contém dois códigos chamados *hash*, um com informações do bloco anterior e outro que será utilizado pelo próximo bloco a ser encaixado. Isso é importante, porque o novo bloco ao ser encaixado sempre confirma também todos os blocos anteriores, então quanto mais antigo o bloco, mais seguro ele é. Logo, para falsificar um bloco tem que alterar toda a cadeia de blocos;
> 6) Conclusão: a transação é concluída e fica registrada no bloco na rede *blockchain*. (SOUZA, 2020, p. 203)

No exemplo acima, o negócio jurídico de compra e venda é registrado pela *blockchain* como uma transação que modifica o estado de seu livro-razão. O funcionamento genérico dessa transação pode ser resumido na figura abaixo:

Figura 2 – Funcionamento genérico de uma *blockchain*

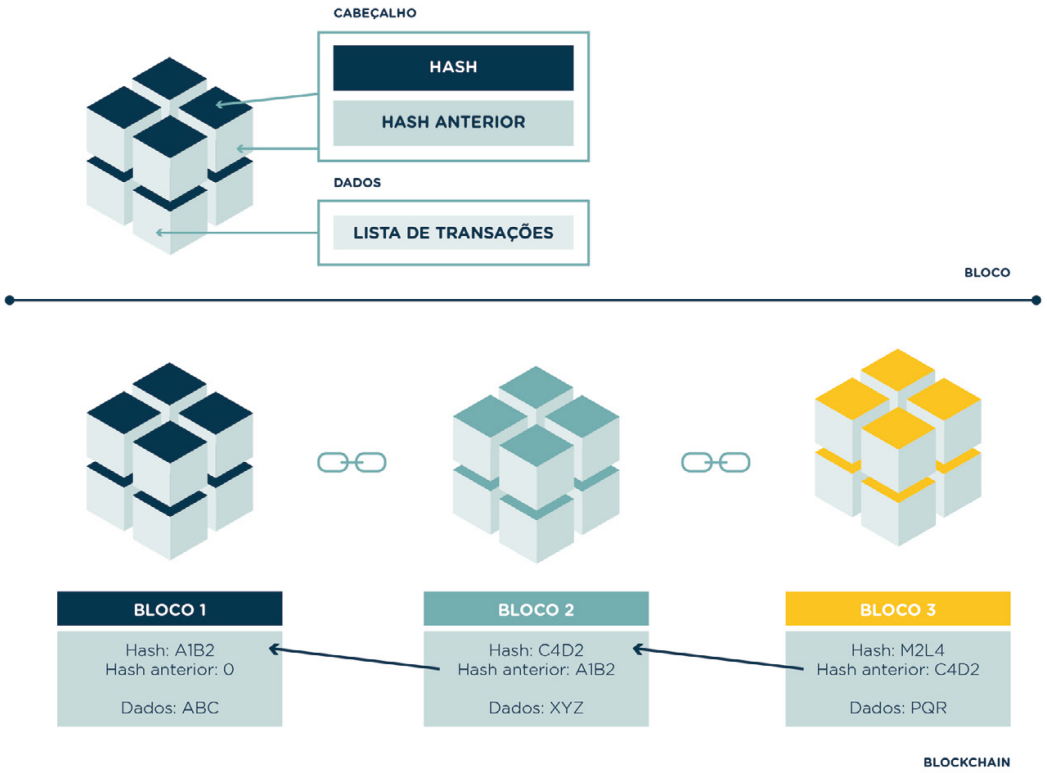


Fonte: Tribunal de Contas da União (2020).

Observa-se ainda que todas as informações desse evento de negócios compõem uma determinada transação que será criptografada e armazenada num bloco. Por sua vez, o conjunto de transações de um bloco, que são os dados armazenados nele, mais o *hash*[106] do bloco anterior serão criptografados e formarão o *hash* do bloco que acaba de ser formado.

Esse novo bloco será então inserido na cadeia de blocos, em sequência cronológica, como mostra a seguinte figura:

Figura 3 – Encadeamento de blocos na *blockchain*



Fonte: Tribunal de Contas da União (2020).

Resumindo, no Sumário Executivo – Levantamento da Tecnologia *Blockchain*, elaborado em 2020, o Tribunal de Contas da União comenta:

> Sob um aspecto mais técnico, uma *blockchain* é uma estrutura de dados que armazena transações organizadas em blocos, os quais são encadeados sequencialmente, servindo como um sistema de registros distribuído. Cada bloco é dividido em duas partes: cabeçalho e dados. O cabeçalho inclui metadados como um número único que referencia o bloco, o horário de criação do bloco e um apontador para o *hash* do bloco anterior, além do *hash* próprio do bloco. Os dados

[106] De acordo com Souza (2020), o *hash* é um código gerado por cálculos matemáticos que criptografam os dados originais, garantindo a segurança e a confidencialidade dos dados originais.

> geralmente incluem uma lista de transações válidas e os endereços das partes, de modo que é possível associar uma transação às partes envolvidas (origem e destino). (TCU, 2020, p. 10)

3.2 Principais características da *blockchain*

Segundo Souza (2020), alguns autores elencam características da *blockchain* que podem ser consideradas como verdadeiros princípios implícitos dessa revolução tecnológica. Elas são inerentes à rede distribuída e, por isso, devem ser compreendidas individualmente para que se possa ter um melhor entendimento do comportamento dessa nova arquitetura de rede.

Júnior e Oliveira (2020) apontam, como características, a imutabilidade, a segurança, a transparência e a privacidade. Segundo eles, a imutabilidade ocorre, pois, para alterar informações já gravadas na *blockchain*, "precisaria não apenas alterar o registro do bloco (página) em que a informação estivesse inserida, como também alterar o registro de todos os blocos subsequentes a ela, já que eles guardam e validam a informação dos blocos precedentes" (JÚNIOR, OLIVEIRA, 2020, p. 41).

Estes autores ainda argumentam que a segurança decorre, além do uso de criptografia, da quase imunidade a fraudes e adulterações, as quais passam a ser tecnicamente impossíveis para os padrões computacionais e tecnológicos atuais. Sobre a transparência e a privacidade, eles afirmam:

> As informações são registradas publicamente, como parte da própria essência dessa tecnologia, que se utiliza do consenso distribuído como mecanismo de registro e de validação de informações. Isso, contudo, não significa que haja perda de privacidade. As pessoas que se vinculam à rede são ali representadas por números (endereços). É possível saber, por exemplo, que o usuário 23xy4ab transferiu uma soma X de moeda para o usuário 45td94zk, mas não é possível, a princípio, saber quem são essas pessoas.
> Há diversas formas de configuração dessa transparência. Por padrão, as informações são públicas e as identidades, privadas. Mas é possível que as informações sejam privadas e as identidades, públicas; ou que sejam ambas privadas, ou ambas públicas. (JÚNIOR, OLIVEIRA, 2020, p. 42)

Souza (2020) complementa ao acrescentar a inclusão, a integridade, o poder distribuído e a desintermediação, como características da *blockchain*. O autor afirma que o criador da *blockchain*, Satoshi Nakamoto, concebeu uma tecnologia na qual qualquer pessoa pudesse participar da economia, desde que tivesse acesso a um dispositivo móvel ou outro equipamento ligado à internet. Essa possibilidade de fácil acesso à tecnologia é a base para firmar a característica da inclusão, pela qual uma determinada pessoa estaria habilitada a transacionar na *blockchain*, sem maiores exigências, como ter uma conta bancária, provar a sua cidadania, apresentar os seus documentos e ter uma certa quantia de moeda virtual.

Este autor ainda esclarece que, aliada à inclusão, aparece a característica da integridade na rede. Essa qualidade diz respeito à confiança que os participantes da rede têm em relação à integridade dos dados registrados na *blockchain*. A confiança decorre do processo de consenso da rede que verifica e valida todos os dados da transação, eliminando as inconsistências. Assim, segundo Souza, pode-se dizer:

> Pelo princípio da integridade na rede, então, verifica-se que o armazenamento de dados é fundamental para garantir a segurança. Na web, como regra, as informações são maleáveis e a data e hora da publicação não são tratadas como algo essencial. Na *blockchain*, por sua vez, os dados são permanentemente

> registrados, desde o momento da sua geração, de modo que seja preservado na sua totalidade. (SOUZA, 2020, p. 209)

Portanto, integridade refere-se à completude de dados tratados na *blockchain*, o que engloba o tratamento de dados e de seus respectivos metadados (por exemplo, a data e a hora de processamento da transação).

Conforme Souza (2020), outra característica dessa rede é o seu poder distribuído, pois, nela, não há um centro de poder e controle, não há uma autoridade central cujos poderes se sobrepõem aos dos usuários da rede. Portanto, qualquer transação é transmitida aos demais participantes da rede para que seja feita a verificação e a validação da nova informação. Assim, o poder distribuído ou a descentralização de poder elimina a necessidade um terceiro agente (ponto de controle) para intermediar as transações, o que configura a característica de desintermediação.

De acordo com o Tribunal de Contas da União, no Sumário Executivo – Levantamento da Tecnologia *Blockchain*, elaborado em 2020, ainda são características dessa tecnologia a auditabilidade, a disponibilidade e a irrefutabilidade.

As transações processadas pela rede vão gerando novos blocos que são encaixados em cadeia, a qual é acessada integralmente, desde o primeiro bloco até o último, por todos os participantes da rede. Essa possibilidade de acesso pleno garante uma auditabilidade sem precedentes no mundo digital. Nesse sentido, o TCU esclarece:

> O livro-razão é um dado acessível e público a todos que façam parte da rede, o que significa que os participantes podem ver todo o histórico das transações em tempo real. Essa propriedade da *blockchain* aumenta a rastreabilidade das operações a um grau em que qualquer usuário pode auditar completamente todas as transações. (TCU, 2020, p. 18)

Nesse sumário, o TCU ainda assevera que, na *blockchain*, não há necessidade de identificação de usuário por meio de dados pessoais, pois é possível efetuar transações com privacidade. Além disso, essa capacidade de alguém realizar assinaturas digitais sobre as transações serve como confirmação de que este alguém é detentor legítimo desse direito de transacionar e, por isso, sua emissão de vontade não pode ser repudiada pela rede. Isso é o que se chama irrefutabilidade, como comenta o TCU:

> Uma das funcionalidades essenciais das tecnologias *blockchain* é o uso da criptografia de chaves públicas (ou assimétrica), que serve como uma base para a autenticação dos usuários da rede. Com o uso de um método que utiliza a chave privada do seu par de chaves e funções de *hash*, um participante é capaz de realizar assinaturas digitais sobre as transações, servindo como uma prova inegável de que é o emissor de determinada mensagem (não repúdio). (TCU, 2020, p. 20)

Por fim, o referido Tribunal explica que a *blockchain* é uma rede resiliente, pois "como todos os participantes têm uma cópia local sincronizada com a rede, se um nó fica indisponível, o livro-razão pode ser acessado através de outros nós" (TCU, 2020, p. 19). Logo, com o tratamento de dados distribuído entre os nós da rede, essa tecnologia apresenta alto grau de disponibilidade, uma vez que, para sair de operação, a grande maioria dos nós deve ficar inoperante.

4 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS PRINCÍPIOS DA LGPD E A TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN*

A LGPD apresenta princípios que devem ser observados durante as atividades de tratamento de dados pessoais. Esses princípios são a finalidade, a adequação, a necessidade, a prevenção, a não discriminação, a responsabilização, a prestação de contas, o livre acesso, a qualidade, a transparência e a segurança.

Por sua vez, as características da tecnologia *blockchain* são a imutabilidade, o poder distribuído, a desintermediação, a auditabilidade, a irrefutabilidade, a privacidade, a inclusão, a integridade, a disponibilidade, a transparência e a segurança.

Analisando as informações, observa-se que as características da *blockchain* apresentam compatibilidade com os princípios da LGPD. Nesse sentido, afirma Mewes:

> De toda forma, e conforme em vários momentos se evidencia, as *blockchains* possuem uma considerável flexibilidade em atender às necessidades originadas das normas de proteção de dados, podendo sofrer modificações que, em sua maioria, não alteram suas principais características, mas permitem que haja uma comunicabilidade com a lei. (MEWES, 2021, p. 94)

Observa-se ainda que algumas características dessa tecnologia (a irrefutabilidade, a privacidade, a inclusão, a integridade, a disponibilidade, a transparência e a segurança) convergem, de forma direta, a determinados princípios da referida lei, a saber: o livre acesso, a qualidade, a transparência e a segurança. Assim, no que diz respeito ao princípio da segurança, comenta Abreu:

> Como a informação que está registrada naquele bloco é criptografada, os participantes não têm acesso ao conteúdo. É como se pudessem validar os requisitos formais de um pacote dos correios sem acesso ao conteúdo que está sendo transmitido. Só abrirá a correspondência o participante que possuir a chave única da criptografia. (ABREU. 2019, pág. 21).

Acrescenta Mewes:

> *Blockchains* são notoriamente reconhecidas pelos avançados mecanismos de segurança que envolvem o tráfego de informações em suas redes. Uma boa parte desse mérito surge graças às múltiplas camadas de criptografia presentes nesses sistemas. (MEWES. 2021, pag. 78).

Em relação aos princípios do livre acesso, da transparência e da segurança, Lima, Hitomi e Oliveira (2021) demonstram que há compatibilidade entre a lei e a tecnologia. Nesse contexto, eles ressaltam:

> Possibilita o fácil acesso as suas informações, sem precisar se preocupar com a burocracia ou com a demora de um órgão específico que mantém sua informação armazenada. Por não ter um servidor único, um controlador universal, o *blockchain* garante que você pode acessar sua informação na hora que você precisar, mantendo assim a transparência sobre suas transações, por ser irreversível, proporciona menos risco de fraudes para as informações da transação. (LIMA, HITOMI, OLIVEIRA, 2021, p. 10)

Segundo Seleiro (2020), a tecnologia *blockchain* pode ser adaptada para, se necessário, ficar em conformidade com as leis de proteção de dados pessoais. Assim, em relação aos princípios do livre acesso, da segurança e da qualidade, este autor traz:

> Como explicado, o *blockchain* é uma espécie de livro-razão distribuído que, através da criptografia, registra informações em uma rede descentralizada, sem necessidade de um intermediário ou uma autoridade central, de modo que todos os envolvidos tenham acesso às informações registradas e possam realizar transações com segurança, com garantia de integridade e autenticidade das informações. (SELEIRO, 2020, p. 50)

Quanto aos demais princípios da LGPD (a finalidade, a adequação, a necessidade, a prevenção, a não discriminação, a responsabilização e a prestação de contas), para os quais as características da *blockchain* não convergem diretamente, ressalta-se que a efetivação e o atingimento deles não dependem propriamente dessa tecnologia, mas, sim, do agente que está implementando e operacionalizando a *blockchain* para o tratamento de dados pessoais. Portanto, a tecnologia pode ser adequada à norma legal, conforme explica Seleiro:

> Pôde-se concluir com este trabalho que há sim aspectos a serem considerados, mas que a tecnologia *blockchain* pode ser adaptada para que haja conformidade com as leis de proteção de dados pessoais. A tecnologia *blockchain* ainda é emergente e pode ser adequada para solucionar os desafios da identidade digital e para conferir ao titular controle e autonomia sobre os seus dados pessoais, sendo instrumento útil para viabilizar a LGPD na prática. (SELEIRO, 2020, p.51)

Por outro lado, as supostas divergências entre a tecnologia *blockchain* e a LGPD seriam marcadas pela descentralização da rede e pelo armazenamento imutável dos dados, o que afetaria diretamente os direitos ao esquecimento e à retificação de dados pessoais. Assim, afirma Queiroz:

> Um dos maiores conflitos ligados na relação *Blockchain* e a LGPD é o direito ao esquecimento, ou seja, a capacidade de apagar os dados e registros pessoais [...] Um outro ponto de conflito é a centralização da informação, que segundo a LGPD deve-se encontrar nas mãos dos agentes de tratamento e do encarregado dos dados. (QUEIROZ, 2020, p. 26)

Todavia, apesar da aparente incompatibilidade, alguns autores comentam que o direito de esquecimento e o direito de retificação de dados, resguardados ao titular de dados pessoais, já podem ser plenamente exercidos. Isso se deve ao fato de que a imutabilidade da *blockchain* pode ser superada por meio de novas técnicas que visam a aprimorar a tecnologia, adequando-a às normas da lei. É o que esclarece Mewes:

> Em razão disso, a Autoridade assentou o entendimento de que o próprio processo de anonimização, transformando-se os dados pessoais em informações ininteligíveis, é suficiente para o cumprimento do dever de exclusão dos dados pessoais, caso em que não se exclui especificamente o dado, mas sim o elo que une ele e seu titular, e que o faz ser um dado pessoal. (MEWES, 2021, p. 91)
> [...]
> No tocante à exclusão dos dados, sem adentrar aos detalhes técnicos, o processo é alcançado por meio da quebra da ligação entre os dados registrados na *blockchain* e os presentes no catálogo individual, bastando que o usuário exclua o dado. (MEWES, 2021, p. 92)

Ainda sobre a possibilidade de apagar e mudar dados pessoais na *blockchain*, Morte *et al* asseveram:

> Portanto, pode-se afirmar que a característica da imutabilidade é algo intrínseco à tecnologia *blockchain*. Embora, reitera-se, já existam iniciativas como as listadas em [Politou *et al*. 2019] que descrevem *blockchains* mutáveis. Assim, a impossibilidade de modificar os dados ingressos em um bloco, leva o controlador a inserir os dados atualizados ou retificados em um novo bloco, considerando-se que uma transação posterior cancelaria uma operação anterior, mesmo que esta siga presente na cadeia [Puccinelli 2019]. (MORTE, MEIRA, COSTA, MARIZ, 2020, p. 8)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, observou-se que a economia digital e globalizada contribuiu para uma maior disseminação e exposição de informações e dados pessoais, o que acarretou a necessidade de proteção dessa imensa massa de dados. Diante disso, houve uma demanda crescente por novas tecnologias e novas leis que pudessem acompanhar a evolução humana. Nesse contexto, surgiu um novo método de tratamento de dados, uma tecnologia disruptiva, denominada *blockchain*. Por sua vez, no Brasil, em 2018, surgiu a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, conhecida como LGPD.

Explanou-se que Direito e tecnologia estão entrelaçados mais uma vez, na medida que ocorrem interações entre a *blockchain* e a LGPD. Assim, na proposição dessa pesquisa, buscou-se demonstrar a existência de compatibilidade entre os princípios da LGPD e as características da *blockchain*. Para isso, foram apresentados o contexto histórico, o objeto, o objetivo, os conceitos, a aplicabilidade, os fundamentos e os princípios da LPGD. Ademais, para fins de confronto, também foram apresentados o contexto histórico, a estrutura, o funcionamento e as características da *blockchain*.

Como visto, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais foi inspirada no Regulamento Europeu de Proteção de Dados (GDPR), promulgado em 2016, na União Europeia. A LGPD surge com o intuito de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoal natural. Observa-se ainda que, para atingir esse objetivo, o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em conformidade com os princípios elencados nessa Lei (a finalidade, a adequação, a necessidade, a prevenção, a não discriminação, a responsabilização, a prestação de contas, o livre acesso, a qualidade, a transparência e a segurança).

Também foi visto que a *blockchain* é um livro contábil virtual que processa e armazena todas as transações realizadas entre os agentes de um determinado negócio, estruturada por meio de uma rede distribuída, na qual cada componente de processamento dela mantém uma cópia de todas as transações já registradas nessa rede, podendo ser utilizada em diversos negócios. Essa tecnologia surgiu para revolucionar a maneira como as informações são registradas e armazenadas e como ocorrem as transações, haja vista suas principais características: a irrefutabilidade, a privacidade, a inclusão, a integridade, a disponibilidade, a transparência e a segurança.

Por fim, buscou-se identificar convergências e divergências entre os princípios da LGPD e as características da *blockchain*. Nesse ponto, verificou-se que há convergência entre princípios legais e características tecnológicas, sendo explícita a convergência da tecnologia em relação a quatro princípios: o livre acesso, a qualidade, a transparência e a segurança. Em relação aos demais princípios, a convergência depende apenas da efetivação deles pelo agente que está tratando e operacionalizando os dados na plataforma tecnológica. Verificou-se ainda que alguns pontos de suposta divergência entre essas áreas do conhecimento não impediriam a utilização da *blockchain*, pois eles poderiam ser contornados, a fim de adequar a tecnologia à lei.

Desse modo, conclui-se que a tecnologia *blockchain* pode ser utilizada para o tratamento de dados pessoais, uma vez que ela é compatível com a LGPD, no que diz respeito à convergência das características da tecnologia aos princípios da lei.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jorge Augusto Baars Miranda de. **A validade jurídica das provas registradas em redes *blockchain* no processo civil**. 2019. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/23547>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 425 p.

BRASIL. **Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, 17 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, 15 ago. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Levantamento da tecnologia *blockchain***. Brasília: TCU, Secretaria das Sessões (Seses), 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/59/02/40/6E/C4854710A7AE4547E18818A8/Blockchain_sumario_executivo.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no Direito Brasileiro. **Thomson Reuters – Revista dos Tribunais**, São Paulo, p. 677-715, set. 2019. Cap. 10.

GUSTIN, Miracy Barbosa; DIAS, Maria Teresa. Opção Metodológica. In: GUSTIN, Miracy Barbosa; DIAS, Maria Teresa. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014. Cap. 4.

JÚNIOR, Fredie Souza Didier; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. O uso da tecnologia *blockchain* para arquivamento de documentos eletrônicos e negócios probatórios segundo a lei de liberdade econômica. **Revista de Estudos Jurídicos do Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, ano 1, n. 1, p. 25-52, ago. 2020. Disponível em: <https://rejuri.stj.jus.br/index.php/revistacientifica/article/view/81/2>. Acesso em: 21 set. 2021.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 6ª ed. São Paulo. Editora Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1999.271 p.

LIMA, Barbara Helen Neto; HITOMI, Felipe Augusto Carvalho; OLIVEIRA, Gabriel Santana de. Aplicação da tecnologia *blockchain* em ambiente corporativos. **FaSCi-Tech**. São Paulo, V. 1, n.17, p. 6-13, out/nov. 2021. Disponível em: <https://www.fatecsaocaetano.edu.br/fascitech/index.php/fascitech/article/view/133>. Acesso em: 04 nov. 2021.

MEWES, Luke Henrique. ***Blockchain* e a exclusão de dados: a compatibilidade entre a tecnologia e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. 2021. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito de Curitiba, Centro Universitário de Curitiba. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/13684>. Acesso em: 02 nov. 2021.

MORTE, Anderson Boa; MEIRA, Anália; COSTA, Rostand; MARIZ, Dênio. **Uma Análise sobre o Uso de DLTs no Tratamento de Dados Pessoais: Aderência aos Princípios e Direitos Elencados na LGPD**. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wblockchain/article/view/12435>. Acesso em: 03 nov. 2021.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015. 457 p.

NUNES, Rizzatto. **Manual de introdução ao estudo do direito**. 14º ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. 493 p.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD)**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 152 p.

PINTO, Danielle Jacon Ayres; ROVER, Aires Jose; PEIXOTO, Fabiano Hartmann. Direito, governança e novas tecnologias II. **I Encontro Virtual do CONPEDI**. Florianópolis: CONPEDI, 2020.

QUEIROZ, Daniel Rodrigues. **Os conflitos entre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e a Tecnologia *Blockchain***. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia de Computação) – Escola de Ciências Exatas e da Computação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/882>. Acesso: 02. nov. 2021.

RODRIGUES, Lucas Gabriel Troyan. O Protagonismo da Tecnologia *Blockchain* para Administração Pública Digital. In: VEIGA, F. S.; LEVATE, L. G.; GOMES, M. K. (dirs.). **Novos métodos disruptivos no direito**. Porto, Portugal e Belo Horizonte, Brasil: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos e Escola de Direito Dom Helder, 2020. Cap. LXVI, p. 682-692.

SELEIRO, Talita Aguiar. **CONTROLE DE DADOS PESSOAIS: a Identidade Bloccckchain como ferramenta de proteção de dados pessoais**. 2020. Monografia (Graduação em Direito) – Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2020. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/2764>. Acesso em: 02 nov. 2021.

SOUZA, Wallace Fabrício Paiva. A tecnologia *Blockchain*. In: SOUZA, Wallace Fabrício Paiva. **BLOCKCHAIN E A CAPTAÇÃO PÚBLICA DE RECURSOS: um comparativo entre IPO e ICO à luz das normas da CVM**. Belo Horizonte: Editora Expert, 2020. Cap. 4, p. 160-256.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Método, 2017. 1107 p.

TEPEDINO, Gustavo. Desafios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). **Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil**, Belo Horizonte, v. 26, p. 11-15, out./dez. 2020.

VEIGA, Fábio da Silva; RICIERI, Mariana Pereira. *Blockchain* e a desburocratização das serventias extrajudiciais no Brasil. In: VEIGA, F. S.; LEVATE, L. G.; GOMES, M. K. (dirs.). **Novos métodos disruptivos no direito**. Porto, Portugal e Belo Horizonte, Brasil: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos e Escola de Direito Dom Helder, 2020. Cap. VI, p. 67-75.

Da Inconstitucionalidade das Delações Premiadas Obtidas de Investigados e Acusados que se Encontram Presos: Uma análise do Instituto à Partir da Teoria dos Jogos

Unconstitutionality of the accusations obtained from investigations and defendants who are imprisoned: an analysis of the institute based on game theory

Emmanuely Rodrigues Moreira[107]

Jânio OliveiraDonato[108]

Resumo: O objetivo do presente artigo é avaliar a aplicação da teoria dos jogos ao instituto da delação premiada, no sistema processual penal brasileiro, valendo-se como aporte a apreciação da doutrina acerca do tema. Primeiro analisa-se o conceito da delação premiada, em seguida, analisa-se o conceito e a origem da teoria dos jogos. Por fim, analisa-se a aplicação da teoria dos jogos ao instituto da delação premiada, tendo como principal instrumento para a compreensão da teoria dos jogos na delação premiada, o dilema do prisioneiro, obrigando-se o jogo sempre observar o fair play. Para alcançar o objetivo do mesmo, utiliza-se o método dedutivo, com base em estudos bibliográficos.

Palavras-chave: Teoria dos jogos. Delação Premiada. Processo Penal.

Abstract: *The objective of this article is to evaluate the application of game theory to the institute of awarded whistleblowing, in the Brazilian criminal procedure system, using as a contribution the appreciation of the doctrine on the subject. First, we analyze the concept of the awarded declaration, then we analyze the concept and origin of game theory. Finally, the application of game theory to the institute of*

[107]Graduanda do Curso de Direito - Faculdades Kennedy – Belo Horizonte/MG – emmanuely.moreira@soukennedy.com.br

[108] Mestre em Direito Processual (2013) e Especialista em Ciências Penais (2007) pela PUC-Minas. Especialista em Gestão de Instituições de Ensino Superior pelo PROMOVE-MG (2016). Professor de Direito Penal, Prática Penal da Graduação e Pós-Graduação das Faculdades Kennedy. Advogado - Faculdades Kennedy – Belo Horizonte/MG – janio.donato@somoskennedy.com.br

winning whistleblowing is analyzed, with the prisoner's dilemma as the main instrument for understanding game theory in winning whistleblowing. To achieve its objective, the deductive method is used, based on the bibliographic study.

***Keywords**: Game theory. Award-Winning Statement. Criminal proceedings.*

1. INTRODUÇÃO

O instituto da delação premiada é previsto no sistema prisional na busca da verdade real. A expressão delação vem do latim delatione, que significa denunciar, informar, revelar. A delação premiada ocorre quando um denunciado/investigado confessa o seu envolvimento na prática do fato criminoso, e além disso, indica outras pessoas que participaram dos fatos criminosos, bem como elementos que corroboram com a solução do crime e ou uma destruição de uma organização criminosa.

A delação premiada está prevista no código penal no artigo 159 que trata do crime de extorsão mediante sequestro; na Lei nº. 8.072/90, precisamente no § único, sobre os crimes Hediondos; Lei nº 8.137/90 no artigo 16 § único, sobre os crimes contra a ordem Tributária, Econômica e contra as relações de Consumo; na Lei nº. 9.034/95 em seu artigo 6º sobre o crime Organizado; na Lei nº. 9.613/98 no artigo 1º § 5º que versa sobre a Lavagem de dinheiro; na Lei nº 9.807/99 no artigo 14 sobre a Proteção a Vítimas e Testemunhas, e por último na Lei 10.409/02 no artigo 32, § 2º sobre a repressão de Tóxicos. Todos ressaltando a redução de pena e ou perdão judicial do réu.

Segundo Rudolf (2005 P.25) “previu a delação premiada como um instrumento importante, eficaz e capaz de dirimir a atuação do crime organizado, e de minimizar a debilidade dos Estados frente a este tipo de criminalidade, ressaltando que os juristas somente dariam o devido destaque e relevância, no momento que as práticas delituosas estivessem num patamar de domínio estatal”. Fato que confirma na atualidade, não na sua totalidade, mas estão estes crimes, no

início de um domínio, pois o alto grau de operacionalização e sofisticação contribui enormemente para a desestruturação das bases estatais.

Vale ressaltar que através desse instituto todos os direitos do réu são assegurados por lei e princípios constitucionais, e a exemplo disso é o que ocorre quando as delações são buscadas a todo custo a partir do abuso das medidas cautelares, principalmente da prisão preventiva, contra réu, criando assim um ambiente de pressão psicológica que pode levá-lo a confessar-se culpado e a colaborar deletando outras pessoas.

Diante do exposto, pergunta-se: as delações premiadas obtidas em tais circunstâncias podem ser consideradas válidas ou atentam contra princípios constitucionais e direitos fundamentais dos cidadãos no processo penal?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE HISTÓRICO DO INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA

No Brasil a delação premiada surgiu ainda na época em que o país era uma colônia de Portugal. Foi no ano de 1789, no caso da inconfidência Mineira (Mota, 1991, p.8), na capitania de Minas Gerais que o Coronel Joaquim Silvério Reis, delatou todos envolvidos em um plano separatista idealizado por Tiradentes, com o objetivo de superar as altas taxas da Coroa Portuguesa ao Brasil.

A história da legislação Penal no Brasil demonstra que houve a previsão da delação premiada ainda na época das ordenações Filipinas, em 11 de Janeiro de 1603, até o início da vigência do Código Penal Imperial no ano de 1830 (BITTAR, 2011.P.89).

Apesar da Inconfidência Mineira e das ordenações Filipinas, o marco inicial da delação premiada em nossa legislação foi no ano de 1990, através da Lei dos Crimes Hediondos, Lei nº 8.072/906, art. 8º, par. Único no qual define possibilidade de redução de pena, ao participante de crime em bando ou quadrilha, porém, é na legislação esparsa que a delação é definida conforme o caso específico, vejamos:

> “Art. 8º, Parágrafo único. O participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terá a pena reduzida de um a dois terços. ”

Posteriormente as Leis 9.034/95, 9.269/96, 9.613/98, 9.807/99 e 11.346/2006, não modificam a essência deste instituto, diferenciando-se apenas alguns requisitos para concessão do prêmio conforme a Natureza do Crime.

Vale ressaltar as peculiaridades no Art. 14 da Lei 9807/997, pois atribui a delação premiada a qualquer crime praticado em concursos de agentes, porém essa legislação carece de medidas concretas de segurança, vejamos:

> "Artigo 14- O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou participes do crime, na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um a dois terços."

Desta forma, há de se observar que a delação premiada sempre foi de suma importância aos principais acontecimentos históricos-políticos-sociais, haja vista que o tempo foi passando e a mesma foi omitida do atual ordenamento jurídico brasileiro, contudo, diante da necessidade dos tempos atuais este instituto vem paulatinamente sendo inserido ao ordenamento, tendo desde já a sua constitucionalidade reconhecida pelos órgãos jurisdicionais superiores.

2.2 NATUREZA JURÍDICA E REQUISITOS

Os requisitos para os benefícios concedidos no acordo de delação premiada, ocorrem desde que dessa delação advenha um ou mais dos resultados acerca da identificação dos demais coautores e participes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas, a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa, a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades criminosas.

A lei não condiciona a presença de todos os requisitos para que haja tratativas e assinatura de acordo de delação premiada, exige-se a observância dos seguintes requisitos: voluntariedade da delação com o processo criminal ou investigação; resultado que atinja a identificação dos demais coautores ou a localização da vítima ou a recuperação total ou parcial do produto do crime.

A diferença entre tais termos é fundamental. No ato espontâneo a iniciativa de praticá-lo emana do próprio colaborador, é um ato que nasce unicamente da vontade do agente sem a interferência de terceiros. Já no ato voluntário não se

exige que a ideia de realizá-lo tenha partido do próprio agente, basta que ele se efetive sem coação, sendo irrelevante a causa que o motivou.

As declarações do colaborador terão que demonstrar importância em relação ao fato objeto da investigação ou do processo, resultando das mesmas a possibilidade de identificar os agentes do crime.

As declarações do delator, se respalda nas informações que possam contribuir com o interesse da justiça, com isso ser vedada a qualquer iniciativa de "acordo" que não vislumbre sinais de relevância em relação ao fato como, por exemplo, quando os dados prestados pelo corréu já foram alcançados através de outros meios de obtenção de prova.

Por fim, se faz necessário acrescentar que a delação premiada é um acordo, o que se percebe é que ela é muitas das vezes obtidas através de uso da força brutal por parte das autoridades para uma confissão que vai elucidar mais rapidamente o caso, com isso acaba comprometendo a confiabilidade e permitindo o questionamento quanto à constitucionalidade da mesma.

Sendo assim isso está sendo estudado minuciosamente pelos teóricos da teoria dos jogos, na situação descrita como "o dilema do prisioneiro" o que será abordado adiante.

2.3. A TEORIA DOS JOGOS E SUA APLICAÇÃO NO PROCESSO PENAL

A teoria dos jogos é uma teoria que advém da matemática e foi originalmente estruturada em 1944, com a publicação do livro The Theory of games and Economic Behavior pelo matemático John Von Neumann, em parceria com o economista Oskar Morgenstem, atribuindo-se a estes a criação da aludida teoria (FIANI, 2009). Entretanto à matemática pode ser usada para que os jogadores tomem as melhores decisões com base nos movimentos uns dos outros, haja vista que a decisão por quaisquer um dos jogadores influenciará a decisão do outro jogador, proporcionando assim uma análise das possibilidades/ probabilidades dentro do jogo.

Almeida (2019, s.p.) define a teoria dos jogos como "a análise matemática de qualquer situação que envolva um conflito de interesses, com o intuito de descobrir

as melhores opções que, dada certas condições, devem conduzir ao objetivo desejado por um jogador racional. ”

Para Raul Marinho (2011, s.p.), a teoria dos jogos significa um método.

> [...] matemático para abordar formalmente os processos de tomada de decisão por agentes que reconhecem sua interação mútua do tipo. ” penso que você pensa o que eu penso sobre você mesmo. ” Ou seja, sempre que minha decisão é baseada no que eu acho que você vai fazer, em função do que você entende que eu mesmo vou decidir, a Teoria dos Jogos entra em ação. A coisa toda funciona de forma análoga a outras vertentes da matemática, como a estatística e o cálculo diferencial e integral, para citar alguns exemplos populares- ou até o mais simples cálculo aritmético.

Diante do exposto acima citado, um dos jogadores deverá escolher a melhor estratégia para vencer seu adversário. Também é de suma importância o conceito de estratégia para fins de compreensão da teoria dos jogos. Brena Paula Magno Fernandez e Dulio de Ávila Bêrni (2014, s.p.) conceituam estratégia como” um instrumento formal para descrever, explicar ou prever os resultados das interações entre indivíduos cujos interesses podem ou não ser conflitantes. ”

Outro grande nome que corroborou para a criação da teoria dos jogos, foi o norte americano John Forbes Nash, aluno de Neumann. Nash foi o responsável por uma verdadeira reformulação na compreensão da teoria dos jogos em 1950, quebrando com aquilo que inicialmente foi proposto por Neumann (a ideia de jogo de soma zero), introduzindo um novo elemento para a compreensão da teoria dos jogos, qual seja, a possibilidade de cooperação entre dois ou mais jogadores adversários, de forma que essa colaboração não traria prejuízos para ambas as partes envolvidos no jogo e com isso, encontrando um ponto de equilíbrio para ambos.

Tal ideia recebeu o nome de “Equilíbrio de Nash”.

Bêrni e Fernandez (2014, s.p.), definem o “Equilíbrio de Nash” como sendo uma “combinação de estratégias”, ou seja, circunstâncias na qual cada jogador escolhe a ação que identifica como a que melhor atende os seus anseios, dadas as

suas crenças, as condições de contorno entre outros, e dado que os demais jogadores também escolheram as melhores ações. ”

Segundo Alexandre Morais da Rosa (2018, p. 182) explica que “ a proposta de Nash é um modelo de compreensão que dependerá dos reais fatores do jogo, especialmente a força, os trunfos e os meios em disputa, dada a assimetria do jogo negocial. ”

Vale ressaltar que os jogadores devem decidir qual a melhor estratégia usar onde ambos obtenham ganhos sem correr o risco de tomarem uma decisão arriscada que os levem ao sucesso no jogo ou a derrota total.

Rosa (2019, p. 77), explica que “O Processo Penal é uma competição entre os jogadores diversos, com recompensas diferentes e a ilusão primária é a de que se cada um perseguir seus interesses individuais, o somatório das ações será um melhor bem-estar. ” Nash comunga com a mesma ideia em sua tese “ Equilíbrio de Nash”, onde as partes do jogo cooperam um com o outro para a obtenção de um resultado que seja favorável aos dois, o que se observa no processo penal, nas palavras de Nash, conforme Rosa (2019, p. 77) “ o bem-estar coletivo será melhor para si e para o grupo”, pois, para o sucesso em um processo criminal não depende de sorte, mas sim da qualificação e ou conhecimento técnico do advogado e o mais importante à estratégia a ser seguida de forma que não haja falhas no caso.

A teoria dos jogos para, fins de aplicação ao processo penal, deve-se dar a partir da noção de jogos dinâmicos e de informação incompleta. Rosa (2017, p.61), em suas lições, explica que jogos dinâmicos e de informação incompleta “é o modelo que e pretende aplicar ao processo penal, pelo qual se precisa entender que tipo de jogador se está enfrentando e qual o julgador a quem se dirige a informação- sempre incompleta- do jogo, bem assim as recompensas, singularizando a partida processual. ”

Rosa (2013, p.22) ressalta que para se entender a:

> [..] proposta[da teoria dos jogos aplicada ao processo penal] é preciso estabelecer os lugares do jogo (participantes/partes do jogo processual): a) julgador (Juiz, desembargadores, ministros: b) jogadores (acusação, assistente de acusação, defensor e acusado):

> c) a estratégia de cada jogador (uso do resultado), d) tática das jogadas (movimentos de cada subjogo) e: e) os payoffs (ganhos e retornos) de cada jogador com a estratégia e tática.

Jogo processual penal, nas palavras de Rosa (2019, p. 73), significa uma atividade em “contraditório em que há complexa interação entre os jogadores, regulada por lei, na busca do melhor resultado, a ser decidido pelo órgão julgador (singular ou colegiado).

Estabelece-se ambiente de interdependência em que as jogadas e atitudes modificam o desenrolar do jogo”.

Vale ressaltar, que a noção do processo penal como um jogo que tem regras a serem seguidas, tem seu efetivo cumprimento por meio do Estado Juiz. Nessa vertente, os jogadores, tanto de acusação como a defesa, devem observar as regras, já institucionalizadas/existentes e não criar, com base na convivência e o interesse de cada parte inserida no processo.

2.4. TEORIA DOS JOGOS E DILEMA DOS PRISIONEIROS

Criada a análise nos tópicos anteriores da delação premiada, passa-se a partir da agora ao estudo da delação premiada pela ótica da teoria dos jogos.

Rosa (2018, p.49), em seus escritos, ressalta que:

> A metáfora da Teoria dos jogos como instrumento (formal) de compreensão do procedimento de delação parte da pressuposição de que o resultado não depende exclusivamente da performance de um dos jogadores, mas decorre da interação humana, das táticas e estratégias dominantes/dominadas utilizadas no limite temporal do procedimento, medidas a capacidade de convencimento cooperativo

Na delação premiada, a teoria dos jogos pode ser aplicada para fundamentar a estratégia de negociação, bem como a tática específica, promovendo a antecipação de comportamento entre a estratégia dominante e dominada na tomada de decisões. Já que o objetivo do instituto da delação premiada é a busca de recompensas por parte dos negociadores, sendo essa a estratégia dominante, as táticas utilizadas pelo jogador delator serão para a sua otimização (ROSA, 2018).

É relevante a distinção entre estratégia e tática. Para Rosa (2018, p. 179), estratégia se relaciona com o “caminho escolhido pelo jogador para alcançar seus objetivos, levando em consideração a avaliação do cenário e as previsões que faz sobre os movimentos dos outros jogadores e do julgador”, estando ligada ao objetivo e/ou a meta do jogador. No que ressalta à tática, Rosa (2018, p. 179), aduz que está se trata “ das ações e lances que cada jogador faz no decorrer da partida visando cumprir a estratégia”, concatenando com os caminhos alternativos de ação. Entretanto, ambas se comunicam o tempo inteiro, no decorrer do jogo.

No sentido de compreensão da delação premiada pela teoria dos jogos, o instrumento primário desta a ser chamado à baila é o “dilema do prisioneiro”, este tendo sido criado por Merril Flood e Melvin Dresher, em 1950, sendo utilizado em várias áreas do saber, inclusive no processo penal, e primordialmente, no instituto da delação premiada, haja vista que as prisões (temporárias/ preventivas), colocam os investigados/acusados em déficit de informação (Rosa, 2018).

Segundo Rosa (2018, pp.79-80), destaca que o “dilema do prisioneiro” consiste

> [...] em se propor a investigados /acusados presos no mesmo contexto processual, em situação simétrica (não podem se comunicar ou não possuem mecanismos de forçar a cooperação entre si), um acordo. É no qual se um prisioneiro confessar e o outro não, o que confessou será posto em liberdade enquanto que ficou calado receberá 12(doze) anos de prisão. Se os dois confessarem a pena será para ambos, de 10(dez) anos. Já se permaneceram, os dois calados, a pena será de 2(dois) anos. Do ponto de vista racional, a estratégia dominante seria confessar (0 ou 10 anos), enquanto ficar calado (cooperar) pode implicar em 2(dois) ou 12 (doze) anos de prisão, sendo, portanto, dominada. Trair ou não trair? O agente racional deve trair, daí o êxito da delação premiada.

Um claro exemplo do “dilema do prisioneiro”, pode ser notado ao assistir a série brasileira “O Mecanismo”, no 6º episódio da 1º temporada, intitulado de “Eles sabiam de tudo”, onde João Pedro Rangel e Roberto Ibrahim, vendo-se presos, em decorrência da Operação Lava Jato, haja vista que forma os primeiros alvos da referida operação, resolvem fazer um acordo de delação premiada com intuito de receber a liberdade e o encerramento das investigações dos mesmos.

A fim de entender a proposta do “dilema do prisioneiro” na delação premiada, se faz necessário angariar o conceito da teoria do que foi relatado acima, a

estratégia dominante e o “Equilíbrio de Nash”. Na estratégia dominante, um jogador W, que entre suas possibilidades de táticas, detém de uma que vença todas as estratégias do jogador X.

No “Equilíbrio de Nash”, os jogadores se valendo de várias estratégias individuais, devem escolher aquela que melhor otimize os benefícios para cada um dos jogadores envolvidos no jogo, de forma que ambos obtenham um ganho parcial (HORA, 2017). Acerca desse tema, José Augusto Moreira de Carvalho (2007, p. 226) ressalta.

> [...] resultado pareça ser, “não confessar” para ambos, o fato é que um dos jogadores poderia confessar e, assim, se livrar da cadeia, ao passo que o outro suportaria uma pena de quatro anos. Vale dizer, é perigoso para um dos indiciados escolher “não confessar” porque, tratando-se de um jogo simultâneo, não tem condições de saber o que o outro decidirá. Dessa forma, **a solução para o dilema dos prisioneiros é se a melhor estratégia possível, levando em consideração, também a melhor estratégia que deverá ser adotada pelo outro. Essa combinação de estratégias, na qual está presente uma posição de equilíbrio para os jogadores, é chamada de “Equilíbrio de Nash”. (Grifo nosso).**

É de suma importância deixar clara a função do jogador/delator e qualquer pessoa que detenha de informações que vai elucidar um caso, o jogo do delatório negocial, seja de forma interna, por meio do delator, do Delegado e ou Ministério Público e do Juiz Homologa dor. Bem como pode acontecer de forma externa, por meio da mídia, dos delatados (ROSA, 2018).

Segundo Rosa os dez mandamentos do jogador/delator (negociador) são eles:

> 1.Ama (e salva) a ti mesmo sobre todas as coisas;
>
> 2. Não torna seu nome em delator em vão, porque deve valer a pena a recompensa;
> 3. Guarda gravações, documentos e prints de pessoas que podem ser delatadas no futuro;
>
> 4. Delata pai e mãe se necessário for;
>
> 5. Não delata muito antes de o comprador precisar da informação;
> 6. Não delata alguém que pode te delatar, salvo de conseguir destruir sua credibilidade antecipadamente;
> 7. Não rouba informação alheia nem reputações, salvo se necessário;
> 8. Não levanta falso testemunho, salvo se puder criar falsos indícios ou provas;
> 9. Não deseja o julgador do próximo só porque ele é mais garantista;

> 10. Não cobiça as delações alheias (somente porque os outros jogaram melhor).

Diante do exposto, o delator/jogador tem sempre que se antecipar ao seu oponente para que o mesmo consiga o benefício de soltura e ou diminuição de sua prisão. O delator tem sempre que antecipar ao seu adversário, se mantendo sempre a frente acompanhado de seu advogado e ou defensor público, quando for se valer do instituto da delação premiada, para que seus defensores garantam seu benefício de soltura e ou a diminuição da pena o que é garantido pela Constituição Brasileira de 1988.

Um contratempo sustentado no campo negocial brasileiro, é a ausência de regras distintas para o jogo de delação premiada, pois, diferentemente do que ocorre no jogo de xadrez, onde o jogador pode ir para qualquer parte do globo e estará apto a jogar, haja vista que no xadrez as regras são universais. Entretanto isso não dá ao direito aos jogadores a recorrer a qualquer meio para o jogo delacional, devendo ser notados os requisitos básicos trazidos pela Lei 12.850/13, a proibição de provas ilícitas, bem como respeitando as disposições contidas na Carta Maior e em acordos internacionais nos quais o Brasil seja signatário (ROSA, 2018).

Sobre os lugares dos players internos, no tabuleiro do jogo da delação premiada, Rosa (2018, p.149) relata que “o vendedor de informação (delator) deve ser agente capaz e, necessariamente, acompanhado e orientado por Advogado e ou Defensor Público”. A ausência do advogado em um acordo de negociação, pode desvirtuar todo o acordo, tornando este nulo.

Além disso, na fase negocial, o ambiente do jogo é desprovido da presença do Estado Juiz (sob a pena de nulidade), participando apenas o Estado Comprador, na presença do Delegado de Polícia e ou Ministério Público, e o delator com a sua defesa (ROSA, 2018).

Entretanto a função do magistrado no jogo negocial, conforme Rosa, (2018, p. 151), acontece “ depois de ultimados os atos relativos ao termo (acordo), com a indicada oitiva do delator, na presença do defensor, **para apurar eventuais coações e, então, promover a homologação- analisados os requisitos formais do negócio jurídico”** (grifo nosso). Nestas condições, verifica-se que a participação da autoridade judicial no jogo da delação dar-se-á somente após as negociações, e para esta verificar a ausência de coação do delator, a presença dos requisitos e ao final, não havendo descrédito na fase de negociação, realizar a homologação do

acordo.

Não se pode esquecer também a presença dos jogadores externos, quais sejam os grupos de pressão, que podem influenciar na tomada de decisões dos jogadores internos. Segundo Rosa (2018, p. 91), “ os agentes negociais responsáveis pelo jogo da delação podem ser seduzidos por recompensas ou constrangimentos advindos de jogadores externos. ”

O Estado (Delegado de Polícia/ Ministério Público) e os delatores utilizam táticas e estratégias disponíveis para otimizarem melhores resultados no jogo delacional. Nesse enfoque, Lopes Jr e Rosa (2018, p. 51), aduzem que:

> O Estado-acusador também lança mão de suas ferramentas legalmente instituídas, ainda que não com esse propósito assumido. E o caso da prisão preventiva, largamente utilizada para criar um ambiente propenso à delação e também pautar o próprio preço da informação. A lógica do “ passarinho preso canta melhor” já foi inclusive assumida, basta recordar seguinte manifestação de um membro do Ministério Público Federal: “a convivência da instrução criminal mostra esse presente não só na cautela de impedir que os investigados destruam provas, o que é bastante provável que o caso do paciente, mas também na possibilidade de segregação influenciá-lo na vontade de colaborar na apuração de responsabilidade o que tem se mostrado bastante fértil nos últimos tempos. ”

Nesse mesmo nível, Lopes Jr e Rosa (2018), asseveram que não se pode deixar passar em brancos casos de aplicação de penas altíssimas, para aqueles que não negociaram durante a fase investigatória ou decorrer da ação penal, para forçá-los a jogar pós sentença, e, ao mesmo tempo, servir de exemplo aos demais investigados/acusados. Nessa percepção, é um notório recado ao mercado negocial, colabore ou receberá uma pena altíssima. É pegar ou largar.

Por fim, um exemplo claro dessa estratégia por parte do Estado, pode ser visto no episódio 05 da 1º temporada, intitulado de “Olhos Vermelhos”, da série “O Mecanismo”, onde o Ministério Público Federal – MPF conseguiu a transferência de João Pedro Rangel da carceragem da Polícia Federal em Curitiba para um presídio estadual como forma de forçar uma delação premiada.

3. METODOLOGIA

Diante do que foi apresentado nos capítulos anteriores, este trabalho ao explorar o tema (Estudo da (in) constitucionalidade das delações premiadas de réus presos) terá como objetivo principal (Analisar a (in) constitucionalidade das delações premiadas e suas seguridades ao réu preso) a fim de responder à questão (haveria aspectos de (in) constitucionalidade das delações premiadas de réus presos?)

Para isso a metodologia aplicada neste estudo visa o levantamento bibliográfico, através de pesquisas em revistas, doutrinas, sites, leis e jurisprudências; a revisão da literatura específica; para dar veracidade ao que foi aplicado no estudo em questão.

Segundo (MARCONI; LAKATOS, 2001).

> É o primeiro passo de quase todas as pesquisas, sendo que algumas pesquisas são desenvolvidas exclusivamente por esse meio. Ela possibilita ao pesquisador e, posteriormente, ao leitor, tomar conhecimento, por meio de fontes primárias e secundárias, das principais concepções e descoberta no tema estudado. (p.45)

Dessa forma, a pesquisa terá como finalidade a pesquisa pura haja vista que a mesma se fundamentará em teorias. Vale ressaltar que o objetivo teórico-metodológico é de cunho exploratório, onde se realiza propostas de pesquisa, o pesquisador faz levantamentos bibliográficos, sondagem e observação, isto porque o assunto em questão representa uma grande relevância para o meio acadêmico jurídico.

Por fim, o principal procedimento de coleta e análise de dados será a pesquisa de fontes bibliográficas citando autores que darão veracidade ao assunto tratado.

4. CONCLUSÃO

Demonstrou-se no presente artigo, a delineação do instituto da delação premiada, acerca da teoria dos jogos e o dilema dos prisioneiros no sistema processual penal brasileiro. Pelo exposto, nota-se que a aplicação da teoria dos jogos no processo penal é satisfatoriamente cabível, bem como é possível a leitura do instituto da delação premiada pela teoria dos jogos, haja vista que nesses, assim

como nos jogos, percebe-se que a estratégias, táticas, conflitos, interações entre os participantes e busca de recompensas.

Vale ressaltar que o artefato da teoria dos jogos, visa oferecer ferramentas para a análise das melhores estratégias disponíveis durante a partida. Faz-se necessário entender a interação humana, saber quem é seu adversário, saber como pensa o juiz do referido caso, o promotor, se a mídia deu ênfase àquele caso em questão, pois um processo com repercussão midiática é diferente de um processo sem a mídia, e utilizar todos esses fatores, para então, poder definir as melhores estratégias e táticas para obter melhores resultados.

Na delação premiada pela teoria dos jogos, observa-se a presença do "Equilíbrio de Nash", pois o Estado Comprador de informações, busca a elucidação do crime e o delator, visando receber uma pena menor ou outro benefício, está disposto a dizer o que sabe sobre o crime, bem como trazer os envolvidos, sendo assim, uma cooperação entre os dois jogadores (Estado e Delator), na busca de um melhor resultado para ambos.

Conclui-se então, que durante o jogo da delação pode-se observar blefes, ameaças, trunfos por parte dos jogadores, assim como ocorre, por exemplo, um jogo de pôquer. Os jogadores no jogo delacional, devem sempre estar pautados na boa-fé, buscar a mais perfeita observância das regras e procedimentos do jogo, visando sempre o fair play.

REFERENCIAS

BITTAR, Eduardo C. B. - **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito** - 12. ed. - São Paulo/SP, 2014

BRASIL, **Lei nº 8.137, de 1990.** Disponível em <www.planalto.gov.br> Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL, **Decreto nº 154 de 1991** - Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0154> Acesso em: 10 nov. 2021.

CARVALHO, José Augusto Moreira de. **Introdução à Teoria dos Jogos no Direito.** Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 226. 2007.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; LOPES JUNIOR, Aury Celso Lima; ROSA Alexandre Morais da. **Delação Premiada no limite: A controvertida justiça negocial made in Brazil.** Florianópolis: EMais, 2018. p.51.

FERNADEZ, Brena Paula Magno; BÊRNI, Dulio de Avila. **Teoria dos jogos.** SãoPaulo:Saraiva,2014.Disponívelemhttps://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:58102. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos Jogos com aplicações em economia, administração e ciências sociais.** 3º ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.

HORA, Lia Raquel da Cruz Batista da. **Colaboração Premiada à luz da teoria dos Jogos: aplicabilidade no processo penal brasileiro.** Disponível em: https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/1766/1/Lia%20Raquel1%20da%20Cruz.pdf .Acesso em: 16 de novembro de 2021.

MARINHO, Raul. **Prática na teoria: Aplicações da Teoria dos Jogos e da Evolução aos negócios.** 2 eds. ampl. E ver. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:582556. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

ROSA, Alexandre Morais da. Delação Premiada e a Teoria dos Jogos [Palestra no YouTube]. Canal da OAB Santa Catarina – ESA. Brasil. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9GVjoRe0tpU. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

ROSA, Alexandre Morais da. Guia Compacto do Processo Penal Conforme a Teoria dos Jogos. 1. ed. Rio de Janeiro. Lúmen Juris, 2013. Disponível em: http://arquimedes.adv.br/livros100/Teoria%20dos%20Jogos%20-compacto-Alexandre_Morais_da_Rosa.pdfhttp://arquimedes.adv.br/livros100/Teoria%20dos%20Jogos%20-compacto-Alexandre_Morais_da_Rosa.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

ROSA, Alexandre Morais da. Guia do Processo Penal conforme a Teoria dos Jogos. ed.5.rev. atual. e ampl. Florianópolis: EMais, 2019.

ROSA, Alexandre Morais da. Para entender a delação premiada pela teoria dos jogos: táticas e estratégias do negócio jurídico. Florianópolis: Emodara, 2018.

ROSA, Alexandre Morais da. SMJ#84 – Teoria dos Jogos. Salvo Melhor Juízo, 2019. Disponível em: https://soundcloud.com/salvo-melhor-ju-zo/smj84-teoria-dos-jogos. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

ROSA, Alexandre Morais da. Teoria dos jogos e processo penal: a short introduction. 2. ed. ampl. e rev. Florianópolis: Empório Modara, 2017.



DEPOIMENTO ESPECIAL: Um Paralelo Entre a Proteção Integral da Criança e do Adolescente e as Falhas no Novo Sistema Adotado.

SPECIAL TESTIMONY: a Parallel Between the Full Protection of Children and Adolescents and the Flaws in the New System Adopted.

Everson de Andrade[109]

Ismael Marinho da Rosa[110]

Kevin Paul Moreira[111]

Jânio Oliveira Donato[112]

Resumo: O propósito deste estudo foi tecer um paralelo entre a Proteção Integral da Criança e os avanços na adoção do modelo atual, em contraponto com as possíveis falhas do novo sistema adotado. Assim, o método usado no presente estudo se deu por meio de análise dos dispositivos contidos no ordenamento jurídico, solidificado pela Lei 13.431, de 04 de abril de 2017, que acolhem e protegem a criança e o adolescente prioritariamente, assumindo-se uma pesquisa de vertente metodológica jurídico-sociológico. Por fim, o trabalho tem como escopo demonstrar que a técnica usada no novo modelo é eficaz e atende ao princípio do melhor interesse da criança; todavia, percebe-se a necessidade de ajustes no novo modelo naqueles entes federativos que ainda apresentam deficiências.

Palavras-chave: Depoimento infantil. Proteção integral. Devido processo legal. Lei 13.431/2017

Abstract: The purpose of this study was to draw a parallel between Comprehensive Child Protection, advances in the adoption of the current model, in contrast with the failures of the new adopted system. The method used in this study was based on the analysis of the provisions contained in the legal system, solidified by Law 13.431,April 4, 2017, which welcome and protect children and adolescents as a matter of priority, assuming a research in the //legal-sociological methodological aspect. This work aims to

---

[1091]Bacharel em Direito pela Faculdade Kennedy de Minas Gerais. E-mail: eversondeandradea8@gmail.com

[1102]Bacharel em Direito pela Faculdade Kennedy de Minas Gerais. E-mail: pr.ismaelmarinho@hotmail.com

[1113]Bacharel em Direito pela Faculdade Kennedy de Minas Gerais. E-mail: kevin.costa226@gmail.com

[112] Orientador - Mestre em Direito Processual e Especialista em Ciências Penais pela PUC - Minas. Professor de Direito Penal, Processo Penal e Filosofia na graduação e pós-graduação. Advogado criminalista. E-mail: janio.donato@somoskennedy.com.br

demonstrate that the technique used in the new model is effective and meets the principle of the best interest of the child, however, there is a need for adjustments in the new model in those federative entities that still have deficiencies.

Keywords: Child testimony. Full protection. Due process of law. Law 13.431/2017

1. INTRODUÇÃO

Um dos meios de prova mais importantes do Processo Penal é a oitiva do ofendido na persecução penal, todavia, quando se trata de menor, fala-se em depoimento infantil, ou depoimento especial, o qual se correlaciona com a proteção integral dos infantes no sentido de resguardá-los em todos os direitos a eles inerentes.

Inicialmente, os depoimentos infantis comumente eram realizados desde a edição do Código de Processo Penal (CPP), de forma direta pelas autoridades em que as crianças e adolescentes, desprovidos de alguma técnica especial, além de ficarem expostos, agravava-se ainda mais a situação deles, levando-os à outras vitimizações.

No entanto, com a edição da Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017, o legislador passou a adotar um novo modelo, normatizando e regulamentando a forma de inquirição dos infantes vítimas de abusos sexuais, assegurando-lhes, assim, seus direitos fundamentais.

Nesse contexto, pretende-se, no presente artigo, responder às seguintes questões, a saber: i) quais seriam as principais falhas ainda presentes no novo modelo de realização dos depoimentos infantis? ii) Considerando a existência dessas distorções, em que medida é possível afirmar que elas importam na violação ao princípio da proteção integral? e iii) Pode-se também afirmar que as eventuais deficiências do novo modelo atentam contra o devido processo legal, em virtude de uma aparente mitigação aos princípios do contraditório e da ampla defesa do acusado?

Acerca dos pontos mencionados, inicialmente, cabe destacar que o depoimento sem dano tem sua característica voltada exclusivamente para as crianças e adolescentes, sendo de suma importância a sua aplicação no processo penal, respeitando os direitos inerentes na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Convenção Internacional do Direito da Criança e do Adolescente. Dessa forma, garantindo-se que a oitiva seja realizada de forma correta, atentando para a vulnerabilidade infanto-juvenil a fim de evitar sua revitimização.

Postula-se que com a implantação de lei específica, que regulamenta a tomada de depoimentos do infanto-juvenil, garantiu-se avanços significativos no que diz respeito ao direito e proteção dos menores, bem como sua aplicação em todos os entes federativos, um método inovador e eficaz, pelo qual abrandou a exposição da criança e do

adolescente aumentando a proteção deles. Contudo, não foram suficientes para suprir todas as falhas na aplicação do novo método na sua totalidade.

Nesse viés, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) existe grande número de casos de crianças e adolescentes vítimas de abusos sexuais e, como resultado de tais atos, acabam gerando marcas terríveis no âmbito psicológico, físico e social dessas vítimas que podem perdurar por toda a sua existência.

Dessa forma, o novo modelo de depoimento adotado no processo de investigação em casos de abuso sexual de menores surgiu para preencher as lacunas existentes, cuja finalidade é de minimizar ou até mesmo de dizimar futuras sequelas oriundas da violência sofrida.

Como dito anteriormente, apesar de ter sido implantado em todos os entes federativos, ainda são percebidas algumas falhas no novo modelo adotado, tanto no que se refere à proteção integral dos infantes quanto no tocante à estrutura física dos locais da oitiva, e, na qualificação dos profissionais que atuarão na tomada dos depoimentos, quanto ao direito de resposta do suposto acusado.

Por fim, exemplificar-se-ão, nas seções seguintes, o processo de vitimização, a técnica do Depoimento sem Dano/Depoimento Especial e as principais vertentes no processo penal, conjuntamente com os princípios norteadores de segurança da criança e do adolescente, e o direito da ampla defesa e contraditório do acusado. Assim, a seguir, apresenta-se uma breve apresentação histórica relacionada aos direitos das crianças à luz do ordenamento jurídico brasileiro.

2. ANÁLISE HISTÓRICA ACERCA DO DEPOIMENTO SEM DANO

Em cada momento histórico, as civilizações tinham uma maneira peculiar no tratamento de suas crianças no âmbito legislativo, cuja compreensão correspondia com o significado de sua época. Dessa forma, praticavam-se, assim, violências das mais variadas formas, “desde os egípcios e mesopotâmios, passando pelos romanos e gregos, até os povos medievais e europeus, não se considerava a infância como merecedora de proteção especial.” (AZAMBUJA, 2000, p. 2*).*

Nota-se que, desde os primórdios, a criança não era vista como pessoa detentora de direitos e muito menos protegida por lei específica, vivendo aquém das perspectivas atuais, desprovida de proteção especial. (ANDRADE, 2000)

No contexto nacional, cabe destacar que a Constituição de 1927 previa, pela primeira vez, a proteção das crianças, consolidando-se com as leis de assistência e proteção dos infantes conforme Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927.

Por conseguinte, o Código de Menores visava estabelecer regras claras para o tratamento de menores excluídos. Um tratamento diferenciado de acordo com a classe social da criança submetida a inquirições inadequadas, conforme aponta Assis:

> Indo adiante, na década de 1980 ocorreu uma considerada transformação no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes pobres, onde as políticas sociais extinguiram os termos depreciativos imputados no infanto-juvenil, reconhecendo-os, finalmente, como dignos de direito". (ASSIS et al., 2009, p. 27).

Esse mesmo autor ao discorrer sobre os modelos adotados e as bases de sua concepção afirma que:

> Esse modelo começa a se cristalizar a partir da metade dos anos 1980. A história da atenção à infância pobre no Brasil registra, nos anos 1970 e 1980, uma mudança conceitual importante que passou a influenciar o olhar de educadores, leigos, técnicos, legisladores, formuladores e gestores de políticas sociais, qual seja: o rompimento com as categorias "menor carente", "menor abandonado" e a constituição do conceito de "criança e adolescente sujeitos de direitos". A construção dessa nova concepção foi atribuída à emergência de novos atores sociais (os programas alternativos) e à organização de um amplo movimento em defesa dos direitos da criança e do adolescente, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, no contexto de redemocratização do país. (ASSIS et al., 2009, p. 28).

Todavia, percebe-se que a proteção ao menor se caracterizava apenas como uma medida de enfrentamento ao ato irregular, mesmo assim, depreende-se que tal transformação não fora suficiente para garantir a proteção integral dos infantes brasileiros.

Posteriormente, com a declaração da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, estabeleceu-se que:

> [...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Com o referido texto constitucional, notou-se um significativo avanço em todos os sentidos quanto aos direitos dos infantes, impondo a todos os entes federativos a obrigação de atuarem na proteção integral deles, solidificando, assim, todas as garantias a eles inerentes.

Para tanto, viu-se também a necessidade em adotar um novo sistema de inquirição no Brasil, para solidificar aquilo que está estabelecido na carta maior. Isto para salvaguardar ainda mais a criança e do adolescente vítimas de todos os tipos de violências, ou seja, padrões norteadores e regulamentadores para a oitiva do infanto-juvenil em consonância com a Recomendação do CNJ, Nº 33/2010, por meio da

qual veio determinar o procedimento e a adequação dos locais na tomada dos depoimentos dos menores com o objetivo de evitar suas revitimizações.

Assim, a seguir, esta pesquisa pretende discorrer sobre as divergências entre a teoria e a prática da proteção integral da criança e adolescente. Ou seja, mesmo diante dos avanços legislativos há de se considerar os desafios de sua efetivação.

3. DIVERGÊNCIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Em síntese, com o surgimento da proteção integral da criança e do adolescente fundamentado com a Constituição Federal em 1988, e solidificado pela Recomendação do CNJ, Nº 33/2010, garantiram-se aos infantes maiores proteções e direitos, atribuindo a responsabilidade à família e à sociedade, bem como ao poder estatal.

Dessa forma, destaca-se um avanço na Constituição Federal, no Código Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e em Convenções Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos assegurando-lhes tais garantias.

Consequentemente na década de 1990, por meio do poder Público, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), priorizou-se ainda mais a proteção da criança e do adolescente, tornando-os sujeitos de direitos com diretrizes mais claras.

Nesse sentido, como aduz Simone Gonçalves de Assis et al.:

> [...] evidenciam-se a construção das novas formas de institucionalidade estabelecidas pelo ECA (a exemplo dos conselhos dos direitos e tutelares) e o resenhar das políticas sociais para crianças e adolescentes no país. O objetivo das intervenções, nesse momento já não era mais alternar as políticas de cunho paternalista e repressivo do Estado, mas transformá-las em políticas públicas de construção da cidadania de crianças e adolescentes. (ASSIS, et al., 2009, p. 62).

Entende-se que o ECA é munido, principalmente, no que tange à constituição dos direitos e conselhos tutelares, ferramentas importantes na defesa dessas pessoas.

Valendo salientar que, o conjunto de movimentos no sentido de acolher os direitos da criança e do adolescente visando solidificar cada vez mais sua proteção e minimizar os crimes cometidos contra elas, recebem importantes aliados com os Conselhos Tutelares.

A fim de abordar as questões propostas neste artigo, foi essencial a realização de estudos acerca do depoimento sem dano, realizando um levantamento das principais evoluções jurídicas e culturais; sobretudo, atualmente regida pela Lei 13.341, de 04 de abril de 2017, com a Recomendação do CNJ, Nº 33/2010: a “criação de serviços

especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência nos processos judiciais".

Em razão disso, vê-se necessário fazer alguns apontamentos quanto aos tipos de violências envolvendo crianças, não só no sentido da proteção integral dos menores, como também uma visão mais ampliada em beneficio deles, observando-se na condução de todo e qualquer processo ou medida de acolhimento, assistência e/ou julgamento de fatos que os envolvam, em face à vulnerabilidade dos mesmos, se os pontos normativos vêm sendo respeitados.

Neste sentido, preceituam Vicente de Paula Faleiros e Eva Silva Faleiros (2007) que:

> A violência, de qualquer tipo, contra a criança e adolescentes é uma relação de poder na qual estão presentes e se confrontam atores/forças com pesos/poderes desiguais, de conhecimento, de força de autoridade, experiência, maturidade, estratégias e recursos. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, n.p.)

Na mesma perspectiva, ao abordar o fenômeno da violência e os contextos que envolvem crianças e adolescentes, Marcia Teresinha de Moreschi argumenta que:

> [...] Trata-se de um fenômeno complexo que envolve causas sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos, aliado a pouca visibilidade, à ilegalidade e à impunidade. [...] Neste contexto estão inseridas as crianças e os adolescentes como vítimas de uma estrutura econômico-social de desigualdades, além de serem consideradas como objeto de dominação dos adultos, contaminados da ideia de fraqueza e inferioridade. (MORESCHI, 2018, p. 494).

Quanto a isto, nota-se uma enorme distância entre os ganhos teóricos alcançados pela ciência do Direito e as práticas que têm sido adotadas, judicial e extrajudicialmente, em prol dos infantes. Ou seja, muito ainda precisa ser feito.

Ressalta-se ainda que, no que diz respeito especificamente ao procedimento de coleta dos depoimentos dos menores, há uma discrepância entre a teoria e a *práxis,* as atuações acabam resultando em distorções do modelo atualmente adotado, devido, em grande parte, à estrutura econômico-social de desigualdades.

Diante do exposto, Rosana Fonseca (2020) destaca que:

> Como trabalhadoras e trabalhadores dos órgãos de proteção nunca deixem de perguntar, a quem e a quais interesses atende determinada lei – ou até mais importante, como os legisladores e operadores das leis têm tratado as demais áreas que visam proteger e garantir o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes? [...] é válido pontuar que ter conhecimento e posicionamento crítico – e até contrário – sobre os recentes marcos legais não deve ser compreendido como desconsideração aos esforços de entidades, sociedade civil e governo para fins de proteção integral à criança e ao adolescente. A questão é que a lei direciona determinadas ações e algumas ficarão de fora porque serão incompatíveis ou demasiadamente contraditórias. (FONSECA, 2020, n.p.)

De igual modo, percebeu-se que, em virtude dessas inconsistências e falhas na realização na obtenção de elementos informativos / provas, não apenas os menores são prejudicados, mas também aqueles que eventualmente são acusados de prática de delitos contra crianças e adolescentes, quando o contraditório é sacrificado pela má condução dos depoimentos.

Assim, entende-se que, entre a teoria e a prática da proteção integral dos menores e o Depoimento Especial, existem conceitos que necessitam ser revistos no intuito de conter as falhas que ainda permeiam o novo método adotado. Isto é, adaptações que supram as necessidades e promovam o aperfeiçoamento cada vez maior do procedimento ("Depoimento Especial".), até que se alcance o mínimo de erros e o máximo de acertos na tomada dos depoimentos dos menores, em prol do bem das crianças e adolescentes.

Nessa direção, a seguir, este trabalho discutirá pontos importantes do processo de "vitimização" dos menores.

4. DA VITIMIZAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dando continuidade ao trabalho, as contribuições dos autores a seguir se tornam de fundamental importância, pois trazem luz para entender questões, consequências e possíveis melhorias no desenvolvimento do novo método.

Além disso, contrapõem as vitimizações primárias e secundárias na busca da "Verdade real", a Criminologia, a Vitimologia, e a Inversão de Valores entre as vítimas ao submetê-las às várias inquirições.

Quanto às vitimizações primária e secundária, define Cesar Roberto Bitencourt que:

> [...] o processo de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes pode ser entendido por *vitimização primária* e no âmbito procedimental, podemos verificar outro tipo de *vitimização*, onde a violência é causada pelo *sistema de justiça* que viola outros direitos, vitimizando novamente a criança ou adolescente, denominada *vitimização secundária* que outra coisa não é senão a violência institucional do sistema processual penal, fazendo das vítimas novas vítimas, agora do estima processual- investigatório; podendo dificultar (senão até inviabilizar) o processo de superação ou elaboração do fato, podendo ainda provocar uma sensação de impotência, desamparo e frustração com o sistema de controle social, provocando descrédito e desconfiança nas instituições de justiça criminal. (BITENCOURT, 2011, n. p.)

Nesse viés, constata-se a dupla exposição infanto-juvenil nas interfaces do processo a que elas são submetidas, ou seja, no procedimento buscando a verdade real das vítimas, em detrimento à violação dos direitos delas.

Todavia, em síntese, entende-se que a vitimização primária é considerada como intrafamiliar a qual vai desencadear numa segunda, está oriunda do processo penal imposto pelo sistema estatal que se correlaciona com a persecução penal, quanto

aquela, a criança e o adolescente sofrem o primeiro trauma, e quanto a esta, agrava a situação anterior.

Sobre o procedimento e suas particularidades em função desse grupo, relata José Antônio Daltoé Cezar que:

> [...] enquanto juiz criminal se deparou com dificuldades tamanhas por ocasião das "inquirições em juízo" de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, especialmente em razão de que muitas das "informações prestadas na fase policial não se confirmavam em juízo", sendo que tal fato criava "situações de constrangimento e desconforto para todos", mas especialmente a criança e aos adolescentes, sendo que ao final as "ações terminavam, na sua maior parte, sendo julgadas improcedentes, com base na insuficiência de provas". (CESAR, 2000, p. 60)

Portanto, além das várias exposições das crianças, acaba desencadeando em uma, senão, em duas situações piores do que a anterior; a necessidade de punição do agressor e o resultado do procedimento, dos quais, apesar da “vitimização secundária”, entende-se que os únicos punidos são as próprias vítimas por falta de provas, as quais remetem à Vitimologia.

Acerca do conceito de *vitimologia*, na visão de Victor Minarini Gonçalves (2015, n.p.), “é uma ciência que estuda o papel da vítima no crime, trazendo uma posição de equilíbrio, colocando a vítima no local central do crime e não o réu, obviamente respeitando todos os seus direitos e garantias”.

Na visão desse autor, é de fundamental importância respaldar os valores referentes ao sopesamento entre vítima e réu, para que não haja uma inversão de valores das partes no processo criminal, para que se faça valer os direitos das partes fundamentados na Constituição Federal de 1988, no que diz respeito à audição delas.

Nesta perspectiva, leciona o Doutrinador José Antônio Daltoé Cezar que:

> [...] é um direito da criança ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, e não mera prerrogativa da autoridade judiciária (...), se propõe atualizar o ordenamento jurídico nacional, que em momento algum, até esta data, cuidou de contextualizar as determinações contidas no artigo 227 da Constituição Federal. (CEZAR, 2010, p. 71)

Na visão do autor, entendeu-se que, até a data de seu relato, a oitiva da criança durante o processo era tão somente no sentido de cumprir alguns requisitos judiciais e que os direitos inerentes ao infante eram ignorados, sobretudo, descontextualizados em relação à CR/88, mais precisamente no que preceitua o artigo 227, em razão da criminologia.

Quanto à *criminologia,* no entendimento de Newton Fernandes e Valter Fernandes (1995, p. 24), ela caracteriza-se como: “o estudo experimental do fenômeno crime, para pesquisar lhe a etiologia e tentar a sua debelação por meios preventivos ou curativos”.

Nesse sentido, os autores afirmam tratar-se de uma ciência que faz a análise de todas as causas e origens de um crime, buscando meios para a reinserção do indivíduo na sociedade, evitando assim, a sua continuidade nas práticas delitivas; no caso em tela, contra crianças e adolescentes, atentando ainda, à ampla defesa e o contraditório do acusado.

Sobre a natureza do processo que envolvem esses indivíduos, a seguir, propõe-se discutir garantias constitucionais como contraditório e ampla defesa e sua relação com o assunto aqui estudado.

5. DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

Quanto ao contraditório e à ampla defesa, salienta-se que todos são iguais e dignos de direitos, conforme preceitua o artigo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988, garantindo a todos o direito de resposta mediante qualquer acusação.

Nessa toada, Benigno Nunes Novo afirma que:

> Assim, o princípio do contraditório é um corolário do princípio do devido processo legal, e significa que todo acusado terá o direito de resposta contra a acusação que lhe foi feita, utilizando, para tanto, todos os meios de defesa admitidos em direito. [...] A ampla defesa encontra correlação com o princípio do contraditório e é o dever que assiste ao Estado de facultar ao acusado a possibilidade de efetuar a mais completa defesa quanto à imputação que lhe foi realizada. (NOVO, 2019, n.p.)

Em linhas geais, o contraditório é a base do processo legal, uma vez que o acusado terá a oportunidade de se defender da acusação que lhe foi imposta no processo; já o princípio da ampla defesa possibilitará a utilização de todas as formas de defesa admitidas no ordenamento jurídico.

Portanto, ao acusado é assegurado o direito da ampla defesa e do contraditório estatuído no artigo 5º, Inciso LV da CF/88, a saber: “Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados os meios e recursos a ela inerentes”.

Luigi Ferrajouli (2002) ressalta que o modelo ideal é baseado não apenas na liberdade e proteção, mas em todos os direitos elencados na CF\88, em seu artigo 5º, valendo salientar que: “nenhum direito é soberano a outrem, ou seja; todos devem formar um sincronismo para se obter o modelo ideal constitucional”.

O autor ao problematizar a questão salienta que:

> [...] são consequências direta da teoria liberal das relações entre indivíduo e Estado, conforme a qual, primeiro vem o indivíduo e depois o Estado. E o Estado já não é um fim em si mesmo, porque é, ou deve ser, somente um meio

> que tem como fim a tutela da pessoa humana, de seus direitos fundamentais de liberdade e segurança coletiva. (FERRAJOULI, 2002, p. 11)

Nesse viés, considerando alguns direitos elencados na Constituição Federal, no que tange ao contraditório conjuntamente com os princípios constitucionais, é evidente que sua finalidade é garantir que ambas as partes sejam respeitadas garantindo-lhes o direito de resposta, respeitando a ampla defesa para se ter um procedimento válido constitucionalmente. (MACHADO, 2005).

Quanto ao direito constitucional das vítimas, o qual é assegurado a elas em todos os tipos de violência, elas se tornam reféns do sistema estatal para que sejam cumpridos alguns requisitos judiciários, deixando de fazer valer aquilo que é de fundamental importância, o respeito a elas; contudo, sem desprezar o direito da ampla defesa e o contraditório do investigado.

Dessa maneira, entende-se que deve haver um equilíbrio entre a proteção dos infanto-juvenis vítimas de abuso sexual, e também ao princípio do direito ao contraditório e ampla defesa do réu, de maneira a não permitir que, estando os acusados sob a tutela do Estado, seja aplicada a lei de forma arbitrária e abusiva, punindo com excesso o investigado, e/ou deixando de puni-lo.

Acerca disso, no entendimento de Wendel Melgueiro Nonato (2012, n.p.) quanto à punição excessiva do suposto agressor, ele afirma que “este irá se comportar de acordo com sua condenação, o indivíduo será estimulado por questões negativas devido ao fato de ter sido privado de sua liberdade de forma injusta”.

Por fim, nessa linha de pensamento, percebeu-se um maior rigor na aplicação da norma que recai sobre o investigado, demonstrando divergências no tratamento entre as partes, ocorrendo falhas na prática do novo sistema de depoimento adotado submetendo o réu a comportamentos adversos quando condenado injustamente e consequentemente tolhida a sua absolvição.

A seguir, é imperativo apontar a incompatibilidade das falhas com a natureza do devido processo legal e de proteção das crianças e adolescentes.

6. DAS FALHAS NO SISTEMA ADOTADO

Quanto às falhas no novo método adotado, os autores Junges e Castro (2008, n.p. - grifo nosso) dizem que: “em um novo modelo justo e acolhedor, **embora não sendo perfeito**, visto que a oitiva é um dos elementos responsáveis para a formulação de uma possível condenação ou absolvição, para que esta não seja falha, é fundamental que todas as informações sejam analisadas para proteção das partes”. Ou seja, é importante que se esteja atento ao processo e seu aperfeiçoamento constante a fim de evitar falhas prejudicando as partes.

Quanto a isso, Naiane Félix Pressler elenca alguns pontos que devem ser observados:

> - O processo é intrusivo e a criança pode ficar inibida para revelar informações;
>
> - As complicações e logística para se obter uma equipe técnica em sala especial;
>
> - A utilização exime a realização de mais de uma entrevista, pela ideia de que, com uma só entrevista “tudo já foi visto”;
>
> - A técnica do entrevistador pode transformar-se no centro do caso muito do que o abuso sexual;
>
> - O vídeo pode cair em mão improprias (algum tipo de meio sensacionalista).
>
> Portanto, no âmbito forense, é cediço que o magistrado, ao utilizar-se do método convencional, normalmente dá início à inquirição da vítima questionando-a diretamente acerca da violência sofrida, muitas vezes deixando de criar um ambiente propício para a livre manifestação do menor, atitude que poderia evitar sua “revitimização”.
>
> No entanto, a importância dos operadores do direito, adapte-se as novas técnicas jurídicas, trazendo inovações, efetivando e garantindo, ainda mais, o direito da criança e do adolescente. (PRESSLER, 2019, n.p.)

Nos casos elencados pela autora, nota-se que há lacunas no novo modelo que apesar de proporcionar grandes avanços, ainda, apresenta falhas que deverão ser coadunadas com o objetivo proposto da lei.

Na mesma direção, João Victor Esteves Meirelles afirma que:

> Além da problemática existente entre a completa incompatibilidade do instituto com o sistema acusatório, o que gera a necessidade de sua imediata descontinuação, sob pena de subversão da ordem processual penal e das garantias processuais e constitucionais, também outro problema ronda o tema. [...] Face às questões psicológicas já levantadas, percebe-se que o testemunho infantil, ainda quando cercado de cuidados em sua tomada oficial, pode ser contaminado e até mesmo manipulado, sendo de especial relevo para os casos penais os incidentes de falsas memórias ou de ressignificação de um evento sob uma ótica perversa. (MEIRELLES, 2016, n.p.)

Entre os pontos destacados pelo autor, salienta-se que, diante da incompatibilidade apresentada no sistema acusatório, acurou-se que se torna necessário um maior envolvimento dos poderes públicos para refinar a eficácia do novo método usado pelos entes federativos no depoimento sem dano, mitigando todas as falhas e adequações ainda existentes no Depoimento Especial.

Ademais, o autor reitera ainda que:

> [...] dessa forma, nos parece de rigor que apoiar a convicção condenatória tão somente no depoimento especial abre espaço para condenações dúbias e mesmo completamente equivocadas. Não se trata de menosprezar a palavra da potencial vítima, mas tão somente de não se dar total credibilidade ao relato sem que os fatos circundantes sejam investigados, sem que incongruências

> sejam sopesadas. [...] assim sendo, entende-se que, caso o depoimento da criança seja a única prova disponível, não podendo ser embasada por qualquer outro elemento, este deve ser tomado e valorado com extrema cautela, inclusive para que se evite a cristalização de falsas memórias na mente infantil, vitimando psicologicamente e de forma evitável a criança. (MEIRELLES, 2016, n.p.)

Diante da ênfase do autor em advertir aspectos negativos que precisam ser sanados, compreende-se a necessidade de sopesar o depoimento das partes envolvidas, para que não ocorra condenações dúbias lastreadas em pseudo-lembranças, a qual poderá vitimar uma das partes de forma equivocada causando-lhe danos irreparáveis.

Desta forma, essas ideias servem para uma reestruturação do modelo de investigação preliminar acerca do depoimento da vítima, tendo como principal referência o Rio Grande do Sul, estado no qual se utiliza o novo método dentro dos padrões estabelecidos, e, com o mínimo de falhas.

Apesar de ter sido implantado em todos os Estados da Federação, infelizmente, encontra-se em muitos deles que ainda não possuem estruturas físicas adequadas ou tanto quanto despreparo na qualificação dos profissionais que atuam na oitiva das vítimas, conforme demonstrado no método adotado nas pesquisas do presente artigo.

Seguindo o cronograma de pesquisa, observou-se que o nível de proteção e tutela do estado é passível de resultados positivos, adotando estratégias tendentes ao novo método do Depoimento Especial e suas aplicações em devidas circunstâncias na hora do depoimento das vítimas de abusos, evitando a vitimização secundária, e garantindo os direitos do acusado.

Por isso, compreende-se que a qualificação dos profissionais envolvidos é de fundamental importância; cabe registrar que nem sempre é respeitada e nem o espaço físico se encontra adequado; no entanto, entende-se absolutamente necessário a adequação para conseguir a diminuição ou até mesmo a exclusão de tais problemas.

Para incrementar a aplicação do procedimento constitucional na fase investigativa, no que diz respeito à análise e apreciação de elementos, é de extrema importância averiguar todos os indícios apresentados, garantindo sua autenticidade; ou seja, não se debruçando em argumentos inverídicos ou contaminados, evitando uma condenação dúbia ou uma absolvição equivocada.

Assim, considerando os problemas apontados, vê-se necessário aplicar a técnica na sua totalidade para que não ocorra a violação da integridade física, psicológica e emocional, tanto das vítimas quanto do suposto agressor.

Neste diapasão, leciona Leonardo Machado (2019, n.p.) que: “o que se percebe, mais uma vez, com esse procedimento (legal) do depoimento especial é o foco no castigo, e não na proteção”. Fica claro, novamente, que o centro de tutela não é a criança ou o adolescente (testemunha/vítima), e sim o método (ou instrumento) para a responsabilização criminal de terceiro. Enfim, o objetivo continua sendo a punição, ainda que muitos sejam os discursos “de bem” coletivo.

Dessarte, seja legítimo o procedimento do Depoimento Especial, evidenciou-se a inversão de sua finalidade quanto ao procedimento adotado, o qual teria a função de proteger a criança e o adolescente, priorizando a técnica.

Quanto a isto, verificou-se que numa vertente punitivista, só pelo fato de o sujeito ser acusado por um suposto crime já se tornou culpado, até que se prove o contrário, ignorando, até mesmo, o seu direito de resposta. O que se mostra incompatível com um Estado democrático de direito e suas bases legais.

Assim, diante da complexidade e amplitude do tema aqui abordado, há que se atentar para um cuidado maior, não só com viés punitivista, como por uma busca de aplicação adequada do Depoimento Especial, para que haja um julgamento justo de forma que não prejudique os infantes em detrimento à impunidade do agressor, e, muito menos, punir o réu injustamente, ignorando os direitos fundamentais das partes envolvidas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou, em suma, o paralelo entre a proteção integral da criança e do adolescente e as falhas do novo sistema adotado em razão do contraditório e da ampla defesa, com o intuito de identificar as lacunas que, embora, o novo modelo de depoimento sem dano tenha produzido grandes avanços, ainda existem na sua aplicabilidade.

Neste sentido, buscou-se conceituar o depoimento sem dano, bem como trazer à baila uma análise histórica em cada evolução trazida nas épocas em questão, destacando-se as principais evoluções jurídico-culturais e as alterações introduzidas pelo marco de origem legal da Constituição Federal de 1988, precisamente, o artigo 227, bem como também a Lei 8069/90 | Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Apesar da grande evolução e melhoria, como ficou constatado, ainda existem falhas que necessitam ser corrigidas para alcançar a plenitude no novo método, limitando ainda mais os efeitos negativos oriundos das inquirições, fato este, que ficou demonstrado durante o estudo. Verificou-se que a maioria dos entes federativos apresenta alguma deficiência, seja na estrutura das salas, tais como: móveis inadequados, falta de brinquedos apropriados, revistas e um ambiente em que as crianças possam se sentir à vontade para serem ouvidas; seja na qualificação dos profissionais ao implementar o novo modelo.

Além disso, constatou-se ainda que existem prédios em que as crianças e o agressor têm contato direto, ocorrendo na maioria das vezes, nos corredores desses estabelecimentos influenciando o comportamento delas.

Quanto à preparação dos profissionais evidenciou-se a precariedade na especialização, tendo em vista que, a duração do curso é muito curta, e, que muitas vezes, o próprio profissional tem que custeá-la devido à falta de verba do poder estatal.

Ademais, deparou-se com as debilidades do sistema referente à situação do suposto agressor, o qual muitas vezes tem seus direitos tolhidos pela inobservância dos critérios a serem adotados, a garantia da ampla defesa e do contraditório, não fazendo prevalecer o Devido Processo Legal sedimentado pela CF/88.

Nessa direção, percebeu-se que a oitiva da criança deve ser tomada com muita cautela, haja vista que devido a inobservância de tais critérios, o suposto criminoso sofrerá prejuízos irreparáveis, visto que, se o testemunho for eivado de vícios e empregados sob uma óptica negativa e má, acarretará prejuízos irreparáveis em face do réu.

Enfim, entendeu-se que existem várias pessoas que ainda são condenadas de forma equivocada em detrimento às falhas ainda existentes na aplicação do novo modelo de Depoimento, cujos reparos, serão de fundamental importância, tanto em relação aos direitos fundamentais do acusado, como também na proteção integral da criança. Portanto, os direitos e as garantias expressos na Constituição não se excluem daí a importância e necessidade de trabalhos dessa natureza a fim de discutir avanços na consagração de direitos e do devido processo legal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Anderson Pereira de. A Convenção sobre os Direitos da criança

em seu décimo aniversário: avanços, efetividade e desafios. **Revista Igualdade,** Curitiba: Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público do Paraná, v. 8, n. jul./set. 2000.

ASSIS, Simone Gonçalves de. et al. **Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. Violência Sexual Intrafamiliar: É possível Proteger a Criança. **Revista Brasileira de Direito de Família.** Porto Alegre: SÍNTESE, v.8, n. 36, jun/jul 2006.

BITENCOURT, Cezar Roberto **Tratado de direito penal,** parte geral, 1 / Cezar Roberto Bitencourt. – 17. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com a Lei n. 12.550, de 2011. – São Paulo. Saraiva, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988,** artigos 5º, inciso LV, 227.

BRASIL. **Constituição da República,** Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**, artigo 5º, Inciso LV.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

BRASIL. **Lei 13.431,** artigo 10 – Depoimento Especial

CEZAR, J. A. D. **Depoimento Sem Dano**: uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

CEZAR, J. A. D. A escuta de crianças e adolescentes em juízo**:** uma questão legal ou um exercício de direitos. In: BITENCOURT, L. P. (Org.). **Depoimento Sem Dano: uma política criminal de redução de danos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CNJ, **Recomendação nº33/2010**.

EVA Silveira Faleiros; VICENTE de Paula Faleiros. **Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.** Brasília, 2007. Edição Eletrônica.

FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia Integrada**. São Paulo: revista dos Tribunais, 1995.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão, teoria do garantismo penal**, ano 2002, p. 11. Editora revista dos tribunais LTDA.- São Paulo-Brasil.

GONÇALVES, Victor Minarini. Vitimologia: conceituação e aplicabilidade. **Jus.com.br** - Publicado em 02/2015. DISPONIVEL**:** https://jus.com.br/artigos/36073/vitimologia-conceituacao-e-aplicabilidade. Acesso em 10\11\2021

JUNGES, Lisiane; CASTRO, Matheus Felipe. 2008. **DISPONÍVEL**: home/chronos/ua706a44ffe4c3205eba4dfd41b0a3562c5b76957/MyFiles/Downloads/3273-49-7303-1-10-20210831%20(1)%20(1).pdf – Acesso: 28/10/2021 – 20h53min

MACHADO, Leonardo. Inquirição de Crianças e Adolescentes no sistema de justiça criminal. Site **Conjur**. 2019. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019nov19/ainda-inquiricao-criancas-adolescentes-sistema-justicacriminal. Acesso:12\11\2021- 15h30min.

MACHADO, H. de B. **Curso de direito penal**. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MEIRELLES, João Victor Esteves. Depoimento especial eficácia e compatibilidade como meio de produção de prova. Site **Migalhas**. 2016. DISPONÍVEL em**:** https://www.migalhas.com.br/depeso/243730/depoimento-especial--eficacia-e-compatibilidade-como-meio-de-producao-de-prova Acesso: 03/11/2021. 17h35min min.

MORESCHI, MarciaTeresinha de. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas** elaboração Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

NONATO, Wendel Melgueiro. O estupro e os riscos da condenação do inocente baseada unicamente na palavra da vítima. Site **Conteúdo Jurídico,** Brasilia- DF: 25 nov 2021. Disponivel em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/55933/o-estupro-e-os-riscos-da-condenao-do-inocente-baseada-unicamente-na-palavra-da-vtima Acesso em: 25 nov 2021

NOVO, Benigno Nunes. O princípio do contraditório e da ampla defesa. Site **Jusbrasil**. 2019. Disponível em: https://benignonovonovo.jusbrasil.com.br/artigos/729222020/oprincipiodocontraditorioedaampladefesa#:~:text=Assim%2C%20o%20princ%C3%ADpio%20do%20contradit%C3%B3rio,de%20defesa%20admitidos%20em%20direito. Acesso: 12/11/2021. 17h24min.

PRESSLER, Naiane Félix. Direito da infância e adolescente – depoimento sem dano: vantagens e desvantagens do procedimento previsto na lei 13.431: Site **Boletim Jurídico.** 2019. Disponível em: https://www.boletimjuridico.com.br/artigo/direito-da-infancia-e-juventude/4575/depoimento-sem-dano-vantagensedesvantagens-do procedimento-previsto-na-lei-n-13431-2017 - Acesso: 28/10/2021. 21h20min

ROSANA, Fonseca. Escuta especializada na assistência social: críticas e alguns apontamentos. 2020 Disponível em: https://psicologianosuas.com/2020/11/02/escuta-especializada-na-assistencia-social-criticas-e-alguns-apontamentos/ - Acesso: 10/11/2021 – 17h56min

Viabilidade Da Ampliação Da Competência Do Tribunal Do Júri Brasileiro Para Julgar Crimes Praticados Contra a Administração Pública.

Feasibility of expanding the jurisdiction of the Brazilian Jury Court to judge crimes committed against the Public Administration.

José Cândido Neto
Anderson Marques

Resumo: O presente artigo propõe a analisar a viabilidade da ampliação da competência do tribunal do júri a julgar os crimes praticados contra a administração pública. Prezando pela democracia, princípio basilar do estado de Direito, não é foco desse estudo aprofundar a todas as infrações que integram a competência do tribunal do Júri, mas, sim aquelas que no momento atual, mais tem repercutido no mundo jurídico, qual seja, os crimes praticados contra a administração pública.

Palavras-chave: Tribunal do júri. Competência. Ampliação. Administração Pública.

Abstract: *This article proposes to analyze the feasibility of expanding the jurisdiction of the jury court to judge crimes committed against the public administration. Valuing democracy, the basic principle of the rule of law, the focus of this study is not to go deeper into all the infractions that are part of the jurisdiction of the Jury, but rather those that currently have more repercussions in the legal world, that is, the crimes committed against the public administration.*

Keywords*: Jury court. Competence. Enlargement. Public administration.*

[1] Graduando em Direito pela faculdade Kennedy de Belo Horizonte. Discente do 10° ano. Endereço eletrônico institucional: josecandido.neto@soukennedy.com.br

[2] Orientador, Mestre e professor em Direito Penal. Docente 10° ano. Endereço eletrônico institucional: anderson.marques@somoskennedy/com/br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe analisar a viabilidade da ampliação da competência do tribunal do júri a julgar os crimes praticados contra a administração pública. Assim, a temática envolve uma série de polêmicas, as quais atraem o interesse do operador do Direito e do público em geral, pois é o Júri a instituição símbolo da democracia dentro do Judiciário.

Dessa forma, prezando pela democracia, que é princípio basilar do estado de Direito, não é foco desse estudo aprofundar a todas as infrações penais que poderão vir a integrar a competência do tribunal do Júri, mas, sim aquelas que no momento atual, mais tem repercutido no mundo jurídico, qual seja, os crimes praticados contra a administração pública.

Insta salientar que, nas situações contemporâneas, os crimes contra a administração pública vêm aumentando gerando um efeito negativo ao cenário brasileiro, tornando-se um obstáculo a democracia. Dessa forma, os legítimos objetivos do tribunal do júri serão colocados em prática ao flexibilizar as técnicas ampliando sua competência, pois haverá justiça social, ao permitir a inclusão dos valores da sociedade no juízo de tais crimes, o que repercutirá positivamente na democracia.

Destarte, esse artigo propõe analisar a viabilidade da ampliação da atual competência do tribunal do júri brasileiro, a julgar os crimes praticados contra a administração pública, a partir da reflexão descritiva de trabalhos pesquisados. Assim preconiza estudar o instituto do tribunal do júri, sua evolução, princípios, e eficiência nos julgamentos dos crimes dolosos contra a vida. Também os efeitos dos crimes praticados contra a administração pública, bem como, discutir a partir de parâmetros legislativos e doutrinários a viabilidade da ampliação da competência do tribunal do júri, a julgar os crimes contra a administração pública.

Logo, levando em consideração o cenário político existente, o crescimento dos crimes contra a administração pública, e a desmoralização do sistema judiciário, o tema em estudo é de grande relevância no âmbito jurídico, motivo pelo qual existem diferentes iniciativas legislativas, admitindo tal ampliação, pois, a viabilidade da ampliação da competência do tribunal do júri

brasileiro a julgar tais crime, traz a participação dos juízes cidadãos no judiciário, meio necessário para que a sociedade resgate a moralidade do sistema e consequentemente a confiança na justiça. Assim, o assunto abordado, trata-se de uma problemática nova, que sofre questionamento tanto no Legislativo quanto na doutrina, vindo a ser, de grande relevância acadêmica aos alunos de Direito, visto ser o júri a instituição símbolo da democracia dentro do Judiciário brasileiro, o que o faz alvo de polêmicas impulsionadoras da ciência jurídica, ao se aperfeiçoa nos julgamentos dos crimes cometidos contra a administração pública, esses julgados por um júri cidadão, assunto amplamente debatido também em outros países.

Portanto, esta pesquisa científica assumirá a vertente metodológica entendida como citação direta e indireta, cuja finalidade aplicada, trata de um aspecto de natureza pratica, e seu objetivo teórico-metodológico é exploratório, isto porque, o assunto representa grande relevância social, assim debatido mundialmente, visto que, com o crescimento dos crimes contra a administração pública, aumenta-se a sensação de impunidade, desmoralização do judiciário e consequentemente obstáculo a democracia. Além, disso a abordagem da pesquisa será qualitativa. E, por fim, o principal procedimento de coleta e análise de dados será pesquisa de fonte bibliografia, a partir de consultas a doutrina, leis, projetos de lei e materiais disponibilizado na internet, relativas ao tema em estudo escolhido, destinado ao questionamento de uma norma, de um conceito ou de uma instituição jurídica, cujo objetivo de propor mudanças ou reformas legislativas concretas.

2 TRIBUNAL DO JÚRI

Questionádo mundialmente quanto a sua evolução histórica, o tribunal do júri é uma das instituições mais antigas do mundo, assim, resultante da criação das leis e institutos juridicos, que amparado na ascensão do pensamento de uma sociedade representam os seus valores.

Portanto, o tribunal do Júri é um instituição secular, que engloba as garantias e os direitos fundamentais do individuo, atestando a participação popular nos publicos julgamentos do Judiciario, em especial aos crimes dolosos contra a vida.

2.1 A origem do tribunal do Júri.

Caracterizado por ser uma ferramenta legitima da manifestação da justiça, o qual a população exerce o poder jurisdicional quando há violação de uma determinada norma, o tribunal do juri popular tem uma origem incerta.

Essa incerteza se da pelo fato que, há divergências na doutrina quanto a real origem do tribunal popular, cujas caracteristicas ja existiam na Grecia e Roma antiga, essas, anteriores a Inglaterra, berço do formato moderno do JURI. (RANGEL,2018).

Destarte, o tribunal popular, não nasceu na Inglaterra, mas o Júri propriamente dito, que hoje se conhece e tem no Brasil, recebeu do sistema inglês o grande Juri, isto é, o primeiro conselho de jurados, ou seja, o juri de acusaçao (RANGEL,2018).

Nota-se então que, diferentemente do que é apontado pela maioria da doutrina como origem do Tribunal do Júri, esse nao surgiu na Inglaterra, no entanto, o Júri Brasileiro sofre forte influência Inglesa, visto que o Brasil foi colonizado por Portugal, nação ligada a Inglaterra.

Dessa forma, esses posicionamentos divergentes da doutrinaria, quanto ao surgimento, origem do Júri, quanto a sua existência na antiguidade, fez dessa instituição uma das mais antigas e debatidas mundialmente, quanto ao seu contexto historico de maneira á influenciar outras nações..

Destarte, o Brasil Colonial não foi o unico a sofrer influências Inglêsas. Com a promulgação da Carta Magna pelo rei João sem terra, no ano de 1215, o Júri

tornou-se conhecido em paises europeus e também nos Estados Unidos (CAMPOS, 2018)

2.1.1 O Júri na Grécia

Conforme citado anteriormente, há divergências doutrinarias quanto ao surgimento do Juri, popular, visto, esse ja existir na antiguidade com a sua caracteristica democrática, cuja participação popular é imprescindível.

Dessa forma, é conferido aos atenienses a invenção do Júri popular, visto que, para Wolkmer (2014), o direito a um julgamento por um juri formado de cidadãos comuns é normalmente visto nos estados como elementar a democrácia.

Assim, na cidade grega predominou a consciência de que era o povo, detentor do direito sobre a vida e patrimonio, a fonte soberana da justiça, essa explícita no perfeito equilibrio entre o poder do Estado e a liberdade do individuo (GLOTZ,1980).

Dessarte, na cidade grega, os cidadãos gregos iniciavam o processo através de ações públicas ou privadas, sendo as provas conduzidas pelos magistrados, e após julgadas pelos heliastas, esses jurados, cujo voto era sigiloso (GLOTZ,1980).

Portanto, é nítida a semelhança dessa instituição com o vigente e moderno tribunal popular o qual conhecemos, paridade essa, mesmo quanto a estruturação do tribunal Heliastas, esses cidadãos comuns do povo ateniense, cujo voto secreto, era expressão da vontade popular, assim irrevogavél e soberano.

2.1.2 O Júri em Roma

Superada a realeza em Roma, os magistrados eram escolhidos por sorteios, pois considerava ser uma escolha divina, visto que, para os romanos toda autoridade deveria ser escolhida pelos deuses e nao cabia ao povo fazer tal escolha (COULANGES, 2006).

Assim, os tribunos da plebe, chamados de magistrados plebeus, eleitos pela Assembleia da plebe e não por todos os cidadãos romanos, também não ofereciam sacrificios, assim não eram considerados legítimo magistrados (COULANGES, 2006).

Ao povo Romano não era dado o direito de escolher suas autoridades, e sim á ordem divina. Percebe-se menor participativa popular, porém, instituido lhe era cabível representar aquela naçao, sendo esse juri presidido por um pretor. (ROCHA, 1919).

2.1.2 O Júri na Inglaterra

Como preconiza Rangel (2018), o tribunal popular, não nasceu na Inglaterra, porém é do sistema inglês, que o tribunal do juri ganhou as caracteristica que se conhece e tem no Brasil.

No entanto, desde a extinção do *Grand Jury*, em 1933, com a convivência do commom law, e sua elevada quantidade de leis em sentido estrito, o tribunal do juri é responsável por apenas um a dois por cento dos casos criminais (RANGEL, 2018).

Quanto a extinção do Grand Juri, Rangel (2018) preconiza que:

> O crescimento dos juízes de paz reduziu pouco a pouco a importância do *Grand Jury*, que julgava apenas aqueles a quem os juízes de paz acusavam previamente, perdendo, assim, aos poucos a iniciativa. Depois, a criação de uma polícia profissional no século XIX significou a restrição da atuação dos referidos juízes de paz que exerciam a função de examinar as provas colhidas pela polícia, por isso o *Grand Jury* passou a ter uma função residual até a sua abolição. Era formado por 24 pessoas e tinha a faculdade de proceder contra um acusado, mas foi abolido pela

> *Administration of Justice Act*(*miscellaneous provisions*), e suas funções foram assumidas pelos *Magistrates' Court (RANGEL,2018, P. 57)*

Da mesma forma, Nucci (2016), entende que o tribunal do Júri no modelo atual, tem sua origem na Inglaterra, por certo, da Carta Magna de 1215, promulgada pelo rei João sem terra, contudo, percebe-se que o juri já existia antes disso.

Portanto, o juri inglês é composto por 12 pessoas de 18 a 70 anos, cujo *vere dictum* pra ser condenatória, terá a maioria qualificada de 10 contra 2 votos, sendo a comunicação plena entre os jurados democratizando o sistema (RANGEL, 2018).

2.1.3 O Júri nos Estados Unidos

Destaca-se que os Estados Unidos foram colonizados pelos Inglêses, dai o Júri que nasceu na Inglaterra, foi logo transportado para a colônia americana, que teve sua independência em 1776.

Dessa forma, enfatiza Muniz (2017), que em 1629, a Carta-Régia conferida ao primeiro grupo encarregados de colonizar as terra americanas, ja previa a instituição do Tribunal do Juri, esse estabelecido nas provincias da mesma forma que na Inglaterra.

Destarte, é caracteristica desse sistema americano, independente e influênciado pelo modelo Inglês, a instituição do tribunal do Júri, legitimado para julgar os processos civeis e criminais, assim, presididos pelos juizes tocados (RANGEL, 2018).

Portanto, os jurados nos EUA, tem a missão de educar a sociedade, legitimando as decisões do povo, em um viés democrático, o qual, todo acusado tem no júri, um direito Constitucional que limita a normativa oridinária estravagante (RANGEL, 2018)

Destarte, existe dificuldade de estudar o Júri americano, visto que Rangel (2018, p.58) ensina:

> A dificuldade de estudar o júri americano é que cada Estado tem um sistema de jurado próprio, pois somente sete Estados exigem um júri de 12 membros submetido ao critério de decisão por unanimidade, tanto em casos cíveis como criminais. O tamanho do corpo de jurados varia entre seis e 12 membros, e quanto à decisão esta pode ser por unanimidade até a maioria de dois terços de votos, dependendo do Estado.
>
> Contudo, no júri federal, a composição é de 12 pessoas, e o veredicto tem de ser unânime para todos os casos criminais. No júri estadual, a Constituição não impõe um número determinado de jurados, razão pela qual a matéria é disciplinada pelo Tribunal Supremo Federal. Em se tratando de delitos graves, a composição de 12 membros no júri, bem como decisão unânime são exigidos em quase todos os Estados, com exceção dos Estados de *Arizona* e *Utah*, que permitem um corpo de jurados formado por oito membros, e os Estados de *Connecticut, Florida, Massachusetts* e *Nebraska*, onde é possível um corpo de jurados integrado por seis membros, desde que a decisão seja por unanimidade (RANGEL, 2018, p.58).

Portanto, é caracteristica do sistema americano, o processamento de causas civeis e penais perante o Tribunal do Júri, cuja decisão dos jurados, em regra, não só é unânime, mas como tambem deve ser discutida entre seus membros, estando o plano processual submetida ao estabelecido na Constituição, esta limite á norma ordinaria, que se ultrapassasda, será inconstitucional.

2.1.4 O Júri na França

O júri francês, foi instituido após a Revolução Francesa, em 1789, em reação a magistratura das monarquias absolutistas, pois, antes os juizes nao eram dotados de independência, e no aspecto politico era dependente do executivo (RANGEL, 2018).

Assim, objetivando substituir o judiciário autoritário, inquisitor e político, o Júri, instituído pelo do povo, com seus ideiais republicanos, propagou-se por toda a Europa, com convicções que o povo é a única fonte de justiça e de democracia.

Dessa forma, visto como instrumento de proteção do individuo ante o Estado, o Júri após a revolução, o veredicto de culpabilidade seria de 10 entre os 12 votos, assim mitigado em 1793, cuja maioria seria de 7 entre 12 votos (RANGEL, 2018).

Destarte, quanto a atualidade do tribunal do Júri Frances, Rangel (2018, p.59) dispõe que:

> Na atualidade, o tribunal do júri é disciplinado no Livro II, Título I, dos artigos 231 a 380 do Código de Processo Penal francês, sendo que a delimitação da competência da *Cours d'Assises* com a formação de escabinato é feita no artigo 231.
> O escabinato, formado por três magistrados, sendo um juiz presidente e dois acessores, e nove jurados, que decidem em sessão secreta e individual, por meio de quesitos distintos e sucessivos que se dirigem ao fato principal da imputação penal, as circunstâncias agravantes, causa legal de diminuição da pena, sendo a culpa do acusado reconhecida se houver pelo menos oito votos, dentre os 12 integrantes do júri, ou seja, dois terços dos votos. Assim a pena máxima, se esta tiver que ser aplicada, deve ser posta pelo voto de oito jurados, sendo decisão por maioria absoluta, ou seja, pelo menos cinco jurados, dentre os nove que integram o júri. (RANGEL, 2018)

2.1.5 O Júri na Itália

Em um periodo revolucionário, a classe detentora do poder capitalista, em uma contrarrevolução apoiou o movimento fascista, praticamente erradicando a caracteristica democrática do juri que permiti a participação da sociedade no judicial, pois, segundo Rangel (2018), o decreto de 23 de março de 1931 estabeleceu o escabinato, ou assessorado, cuja finalidade, era que algumas pessoas com *status* social e filiadas ao partido fascista participassem da aplicação da justiça.

Dessa forma, o júri italiano, nao guarda as mesmas caracteristicas de antes, pois, mantém o acessorado, cujas caracteristicas são diferentes quanto a incomunicabilidade dos jurados, visto que, o Júri é composto, conforme Rangel (2018), por dois magistrados togados, e mais seis juizes leigos, esses cidadãos com escolaridade, de boa conduta entre 30 a 65 anos, participantes do processo nas questões de fato e de direito.

Portando, é nitido que esse sistema recebe elógios, quanto ao tribunal do juri que se conhece, visto que, os jurados cidadãos leigos em Direito, e os magistrados togados formam um colégiado único a decidir sobre o fato e o direito, assim favoravél a suprir lacunas que venham a existir.

2.1.6 O Júri na Espanha

Na Constituição espanhol, o cidadão tem direito a participar da justiça caso sejam eleitores, assim, os jurados serão sorteados para compor a lista de candidatos de cada provincia nos 15 ultimos dias do mês de setembro dos anos pares (RANGEL, 2018).

Podendo as partes entrevisar os candidatos a jurados, sobre a deliberação dispõe Rangel (2018), que essa será:

> Secreta, com votação nominal, em ordem alfabética, em grupo e em voz alta, votando por ultimo o porta voz, primeiro jurado a ser sorteado, assim, será o réu condenado se houver sete entre os nove votos.
>
> Sendo o Tribunal do Júri espanhol composto por um magistrado presidente que aplicará a pena e responsabilizara civilmente o acusado, e nove jurados, eleitores sorteados, que emitirão veredicto.
>
> Assim, caso não haja concordância quanto a condenação do réu, as partes podem acordar quanto á dissoluçao do júri. Da mesma forma, o conselho é dissolvido, se o Ministério público postular pela absolvição do acusado (RANGEL, 2018).

Portanto, no juri Espanhol, para que o cidadão participe da justiça, é necessario que esse seja eleitor, o que retira em parte a legitimidade democrática desse instituto, que permite a toda sociedade integrar o poder judicial.

2.1.6 O Júri em Portugal

Antes de mais nada, salienta-se que, o tribunal do Júri Português é facultativo, sendo necessário que as partes assim requeirão, no entato, uma vez requerida, será irretratável (RANGEL, 2018).

Assim, o tribunal do Júri Portugês é composto por três juizes e quatro jurados, quatro suplentes, caso os efetivos se impossibilitar. Sendo que, a decisão,

dos juizes e jurados, esse eleitores remunerados devem ser fundamentadas (RANGEL, 2018).

Portanto, a necessidade de fundamentação, tanto dos juizes togados, quanto dos jurados, cidadãos leigos, demonstra que o voto da maioria, tem que ter sintonia com a liberdade alheia, validando a democrácia.

2.1.7 O Júri no Brasil

2.1.7.1 O Júri no período colonial brasileiro

Precipuamente, insta salientar que, o tribunal do Júri se fez ausente no Brasil colonia, visto estar o Brasil sob o controle político e econômico de Portugal. Assim, conforme Pierangelli e Borba (2002), somente após a instituição do rei, esse legislador elevou muitas condutas á serem consideradas crime, com penas crueis, submetendo ao tribunal do Juri,a competência para julgar os crimes contra a imprensa.

2.1.7.2 O júri no período imperial brasileiro

Destarte, após popularização do julgamento popular na Europa, o Brasil em 1822, por intermédio do Decreto do Principe Regente, instituiu o Juri, com competência para julgar os crimes de impresa. Todavia, após a instituição do rei com poder moderador, ao Brasil no seu primeiro império, foi outorgado a Constituição de 1824, que, conforme Rangel (2018), imposta pelo imperador D. Pedro I, integrou o Júri ao judiciario, o Tribunal do Júri, com competência, para julgar as causas civeis e criminais, porém, com decisões controladas pelo monarca.

Nesse sentido, conforme Rangel (2012, p. 41), “o Júri em matéria criminal só se consolidou muito depois do Júri civil, pois, inicialmente, os jurados julgavam apenas as causas cíveis, surgindo depois a necessidade de submetê-los também as matérias criminais”.

Portanto, percebe-se que, nesse primeiro momento, a instituição do tribunal

do Júri muito se assemelha aos dias atuais, com excessão que, por estar o poder concentrado nas maos do monarca, esse poderia alterar os veredictos dos jurados, o que afronta o atual e consagrado princípio da soberania dos veredictos.

Dessa forma, no primeiro império, e na vigência da Constituição de 1824, conforme preconiza Rangel (2018), em 1832, dois anos depois de promulgado Código Criminal, houve a institição do Código de Processo Criminal do Império, que seguindo o modelo americano e inglês, consagrou o grande, e o pequeno Júri.

Destarte, o Júri composto apenas por cidadãos eleitores, julgava a grande maioria dos crimes, cabendo ao Grande Júri, após debater o fato decidir se o réu ia ou não a julgamento, e ao pequeno juri, cabia julga-lo (RANGEL,2018).

Percebe-se, que o Tribunal do Júri do Império, por ter sua origem baseada no modelo de países considerados fonte da democrácia e das garantias individuais, é bem democrática, exceto, pelo fato que permitia-se integrar o Júri, apenas a classe social eleitora, logo os jurados seriam apenas os que tivesse uma situação econômica considerada, pois só esses votavam, o que trazia ilegitimidade ao conselho de sentença.

No entanto, houve inumeras modificações ao Júri no primeiro império, que o tornou distinto ao Júri no segundo império, conforme preconiza Rangel (2018).

> Destarte, o ato adicional de 1834, ao fazer alterações na Constituição de 1824, trouxe modificações ao Júri do império, e posteriormente a Lei 261 de 1841, o qual, legava matéria autoritária ao Código de Processo Criminal do Império, aboliu-se a existência do grande júri, para atender aos interesses da Monárquia, que visava retirar das mãos do povo o poder de decidir se um cidadão deveria ou nao ser julgado pelo pequeno Júri. Logo, criou-se as autoridades policiais com atribuições judiciária, com competência para formar a culpa e pronunciar todos os crimes comuns, devendo ser confirmada pelos juizes municipais nos casos de pronuncia, cabendo contra ela o recurso. (RANGEL,2018)

Assim, já extinto o Grande Júri, devido ao conflito externo, o Império se manteve forte no plano interno, favorecendo a reforma de 1871 a por fim as atribuições das autoridades policiais para a formação da culpa e pronuncia (RANGEL,2018).

Portanto, tal reforma teve como objetivo separar as funções da policia das do Poder judiciário, assim, apenas os juizes de direito das comarcas são competentes para a formação da culpa, ou para pronunciar o acusado, sendo da competência da polícia Judiciária, o inquérito policial, o qual, com cunho inquisitório e condenador foi inserido no direito por intermédio da Igreja Católica, que ao vê relação entre o crime

e o pecado, em uma forma de saber-poder, acreditava que a verdade apareceria atraves do inquérito, motivo pelo qual, o Estado por muito tempo legalizou a tortura, acreditando alcançar a verdade.

2.1.7.3 O júri no período republicano brasileiro

Apriori, no atual sistema, o Júri é consolidado pela primeira Constituição Republicana do Brasil e segunda nacional, ou seja, á Constituição de 1891.

Dessa forma, dispõe Rangel (2018), que degredada a família real para Portugal, no Brasil adotou-se a Républica como forma de governo, e Estado Federativo, sendo instituido o Júri Federal, escolhido12 jurados, entre os 36 jurados estaduais.

Destarte, durante a república, o Júri era tido como direitos assegurados aos cidadão, cujas premissas garantidoras da liberdade, somente condenava o acusado, com veredicto de 7 ou mais votos condenatórios, dentre os 12 jurados (RANGEL, 2018).

No entanto, o Júri deixa de ser um direito, pois, a república velha entra em colapso, depois de atravessar a primeira guerra mundial, caminhava para a ditadura, e com o Estado Novo, nova ordem juridica fora elaborada (RANGEL, 2018).

Dessa forma, durante a ditadura, o Júri teve uma omissão Constitucional, assim Nucci (2015) instrui:

> Com a outorga da Constiuição de 1934, no capitulo IV, referente ao Poder Judiciário, o Júri não era mais tratado como direito do cidadão, porém, atraves do decreto 167 de 1938, recepcionado pelo artigo 180, da Constituição de 1937, o Júri ressurgi sem soberania e limitado a competência dos crime tentados ou consumados, vedado a comunicabilidade dos jurados no decorrer do julgamento (NUCCI, 2015).

Percebe-se que, a Constituição de 1934, reinseriu o Júri ao capítulo que trata do poder judiciário, porém, como uma instituição do Estado, não como direito do cidadão. No entanto, na Constituição de 1937, o Júri ressurgiu, porém sem

soberania, vedado a comunicabilidade dos jurados, no que diz respeito ao mérito do julgamento, cujo objetivo é evitar que o jurado venha influênciar de forma favorável ou desfavorável ao réu.

Todavia, em 1946 restaura-se a democrácia no Brasil, pois, promulgada a nova Constituição da República, essa inseriu novamente o Júri ao capitulo dos direitos e garantias individuais , com competência para julgar os crimes dolosos contra a vida (BRASIL, 1946).

Dessa forma, dispõe Rangel (2009), que ao Júri foi retituido a soberania dos veredictios, tendo sua competência ampliada pela Lei1.521 de 1951, passando a julgar tambem crimes e contravenções contra a economia popular.

Por conseguinte, a Constituição Federal de 1967 conservou o Júri no rol das garantias e direitos individuais, com competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, porém, se omitiu quanto aos seus princípios. (BRASIL, 1967)

Quer logo, em 1988, com o retorno da democrácia no brasil, a atual Constituição, no cápitulo dos direitos e garantias fundamentais, disciplinou os principios e manteve o Júri como órgão do poder Judiciário, competênte para julgar os crime dolosos contra a vida (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, o promotor de Justiça Walfredo Campos, descreve o Júri:

> Como órgao especial do poder Júdiciario , o Júri é temporário, e tem competência minima para julgar os crimes dolosos contra a vida. Portanto, é formando por um juiz togado, esse presidente do tribunal e 25 cidadãos leigos, que julgam sem fundamentação, inspirados pela íntima convicção, assim, dotado de soverania quanto as suas decisões.
>
> Portanto, o Júri é um ogao de primeira instancia da justiça comum Estadual ou Federal, colegiado e heterogêneo. (CAMPOS, 2018)

2.1.8 O Júri no Direito comparado – Estados Unidos

Após a analise historica do Júri, percebe-se que, como mencionado no capítulo que trata do Tribunal do Júri nos Estados Unidos, os jurados tem uma função educativa, de repassa a sociedade os valores morais, legais e democrático.

Assim, está embutido na consciência do Americano, que integrar o corpo de jurados, assim como também escolher seus representantes político, é exercer o

direito á cidadania, visto que, conforme Baliardo (2010), 90% dos julgamentos realizados pelo tribunal popular sao realizados neste país, o qual tipificou o Júri como garantia Constitucional, com competência ampla para julgar os litígios cíveis e penais.

Nesse sentido, na Constituição Americana, conforme preleciona Nucci (2013), o Júri tem competência para julgar todos os crimes, exceto em caso de crimes de responsabilidade, sendo que, o julgamento será realizado no Estado que o crime tiver sido cometido, ou no local que o congresso designar, quando nao cometido em nenhum Estado.

Destarte, no sistema americano, o Grande Júri, cujo procedimento é sigiloso, não podendo as partes ter acesso as informações, tem a função de investigar e remeter o caso a julgameto, ficando para o pequeno Júri a função de julgar, com a possibilidade comunicação entre os jurados, visto que a decisão proferida por eles devem ser unanimes.

Dessa forma, o pequeno Júri, diferencia do Júri brasileiro, pois nesse predomina o sigilo das votações e a incomunicabilidade entre os jurados, com votação em sala secreta, decidindo-se por maioria absoluta.

Destarte, o Júri americano, assim como o brasileiro, tem base consitucional, sendo direito fundamental de todo acusado ser submetido ao julgamento pelos seus pares, assim como também, todo cidadão compor o tribunal popular. No entanto, diferenciam-se apenas pelas competências, visto que, o Júri brasileiro, foi estabelecido com um patamar minimo de competência para julgar os crimes dolosos contra a vida e conexos, de outra forma, o Júri americano, em um rol ampliativo, tem competência para julgar as causas cíveis e criminais, sendo um direito do acusado ser julgado pelos seus pares.

Dessa forma, é relevantae destacar, que na Constituição do Império, de 1824, o ordenamento jurídico brasileiro, já adotou competência ampla para os julgamentos no Tribunal do Júri, pois os jurados tinham competência para julgar os litígios cíveis e criminal.

Portanto, extraisse nestes termo, que a competência do Tribunal do Júri no ordenamento júridico brasileiro careça de ampliação, devendo-se utilizar por

analogia o sistema jurídico americano, no qual prevalece o julgamento popular , reflexo do exercício da cidadania, que repassa a importância dos valores morais, legais e democráticos, garantindo a justiça social e a soberania popular.

2.2 Da Competência do tribunal do Júri.

Precipuamente, insta salientar que o Tribunal do Juri esta prevista na Constituiçao Federal de 1988, no Titulo II dos direitos e garantias fundamentais, cuja competência para julgar os crime dolosos contra a vida é cláusula Pétrea (BRASIL, 1988).

Dessa forma, o Júri por estar inserido no capítulo dos Direitos e deveres individuais e coletivos da Constituição Federal, dispõe Campos (2018) que:

> O Júri brasileiro não pode ser abolido , visto que, esse nucleo da carta Magna é considerado, como intangível , não suscetível de modificação, o que impossibilita o Poder Constituinte derivado de propor emendas constitucionais a abolir o Tribunal popular. Dessa forma, por ser, tal elenco de crimes o minimo que a Cosntituiçao Federal exige que o tribunal do Júri julgue, não é possível que se retire alguns deles da competência do tribunal do povo.
>
> No entanto, nada impede que, mediante lei ordinária, a competência do tribunal popular possa ser ampliada, de forma a poder julgar outros delitos, alem dos tratados (CAMPOS, 2018)

Porquanto por ser a Constituição um patamar mínimo de direitos e obrigações, não poderá o legislador infraconstitucional restringir a competência mínima fixada na Carta Magna, todavia, demonstra-se plenamente possível a ampliação da competência do Júri, uma vez que, nao iria ferir a intenção do legislador, qual seja, garantir a aplicação do Tribunal popular, não permitindo que o mesmo caísse em desuso.

Consequentemente, a ampliação da competência do Júri, tem sido pauta de discussão acolhida pelos juristas, porque conforme menciona Nucci (2013), a missão do legislador é impedir o esvaziamento da competência do Júri, considerada Cláusula Pétrea, não suscetível de redução pelo Constituinte, logo, não há de se falar em esvaziamento, quando á ampliação da competência do juri.

Diante disso, o Tribunal do Júri é um dispositivo de suma importancia á garantir a democrácia e a participação popular. Decerto, o magistrado ao representa o povo, por nao ser escolhido por ele é uma manifestação indireta da democracia, assim dará a sentença, não pela real necessidade da sociedade mas pela Lei. Contudo, o conselho de sentença, juizes leigos, formados por membros da sociedade aplicará em uma democracia direta, o efetivo cumprimento da Lei.

Portanto, é evidente a viabilidade da ampliação da competência do Tribunal do Júri para julgar delitos, como antes aconteceu na historia da instituição. Sobre a matéria instrui Streck (2005, p.169):

> Sendo o Tribunal do Júri a instituição máxima da democracia, o bom senso exige que sua competência seja a mais abrangente possível. O texto constitucional de 1988 fixou uma competência mínima para a apreciação dos crimes dolosos contra a vida, nada obstando, porém, que a legislação infraconstitucional amplie a mesma com outras hipóteses, apontadas pelo estado de avanço democrático da sociedade.
>
> Nos atuais tempos, em que a democratização do Poder Judiciário torna-se uma das tônicas essenciais do Estado brasileiro, não restam dúvidas de que o campo de atuação do Tribunal do Júri deve ser expandido, permitindo uma atuação mais efetiva da população na distribuição de justiça. (STRECK, 2005, p. 169)

Certifica-se que além da competência fixada pela Carta Magna, haverá ampliação da competência do Tribunal do Júri nos casos de crimes praticados por conexão e continência, essa, conforme dispõe o Código de Processo Penal, no seu artigo 77, configurada quando, duas ou mais pessoas estiverem sido acusadas pelo mesmo crime, e aquela, segundo o art.76, quando se tem a pratica de varios delitos por varias pessoas (BRASIL, 1941)

Nesse sentido, o Juiz de Direito e doutrinado, Mameluque (2008), meniona que, consoante ao art.76 do CPP, a conexão será determinada quando duas ou mais infrações, for praticadas ao mesmo tempo, por varias pessoas reunidas, ou em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou umas contra as outras.

Por conseguinte, conforme artigo 77 do mesmo diploma legal, Pacelli (2017) dispõe que, configura-se casos de continência, o concurso formal de crimes, quando o agente com uma ação ou omissão, comete 2 ou mais criems, também o erro na execução, e o resultado diverso do pretendido.

Destarte, visto que a o Tribunal do Júri tem sua competência de patamar mínimo fixada na Constituição Federal, há nos termos do Código de Processo

Penal uma ampliação da sua competência á julgar os crimes praticados em conexão e continência, o que visa-se evitar julgamentos que contradizem a analise probante.

Dito isto, é de suma importancia destacar a prevalência da competência do Tribunal do Júri sobre o foro pro prerrogativa de função estabelecido exclusivamente na Constituição Estadual. Dessa forma, para melhor aplicação do julgamento popular deve-se estender a prevalência sobre o foro privilegiado tambem na orbita da Constituição federal.

Neste sentido, conforme posicionamento do STF, destaca-se a súmula 721 e a vinculante de n° 45 que dispõe:

> Sumula 721 – STF
> A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.
> Súmula Vinculante 45 – STF
> A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual. (BRASIL, STF,Súm. 721, 2003; STF,Súm.Vin.45, 2015)

Dessa maneira, reforça-se a compreensão que a competência fixada na Magna Carta, é de estrutura minima, cujo rol não taxativo ou exclusivo, permiti urdido uma Lei ser ampliada. Assim, deve a instituição do Tribunal do Juri adequar a evolução contemporânea, dando maior eficácia na reprobabilidade e prevenção de crimes contra a administração pública que vem gerando uma sensação de impunidade na população brasileira.

Portanto, a ampliação da competência do Júri para julgamento desses crimes trará um amparo ao princípio do Estado Democrático de Direito e ao Principio da igualdade, transferindo a competência do juiz singular para o tribunal popular, pois estes são os maiores prejudicados com os delitos contra a administraçao pública a serem analisados a seguir.

3 CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A priori, os crimes contra a administração Pública afeta todas as classes sociais, pois seu efeito destroi o carater democrático instuido na federação brasileira, afeta o desenvolvimento da nação, gera insegurança jurídica,

instabilidade da economia, ineficácia do poder judiciário, ineficiência do serviço público e atrai a formaçao de organização criminosa para o país.

Dessa forma, é uma lista de crime graves que assolam o mundo contemporâneo, extrapolando nos seus efeitos a tipificação legislativa, visto que, os crimes contra a Administração Pública estão disciplinados no Titulo XI, capitulo I e II do Código Penal brasileiro (BRASIL, 1941).

Isto posto, é relevante conceituar á administração Pública e seu principios regentes. Assim, Pietro (2018), conceitua adminitração pública como a atividade que o Estado desempenha, sob o regime jurídico total ou parcial público, para a realização dos interesses públicos, assim, é uma atuação concreta e imediata Estatal.

Destarte, os principios da Adminitração Pública estão elencados no artigo 37 da Constituição Federal da República e sao eles: a supremacia do interesse público, a moralidade, legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência (BRASIL, 1988)

Dessa forma, os referidos princípios tem como finalidade a busca pela segurança jurídica, o qual reflete na confiança na confiança qua a sociedade tem nos atos praticados pela administração Pública.

É nítido a quebra de confiança que o cidadão brasileiro vem enfrentando nos atos praticados pelos agentes publicos, assim, quebrando o caráter democrático instituido na Constituição Federal como também violando de todas as formas os objetivos fixados.

Nestes termos, conforme os objetivos da Carta Magna, a tipificação dos crimes contra a administração pública fixado no Código Penal, tem como bem jurídico a atividade pública, os serviços que os entes públicos prestam a sociedade, devendo prevalecer a supremacia do interesse público sobre o privado.

Nesta perspectiva, Prado (2014) afirma que, os crimes praticados contra a administração pública têm como proteção, observado as leis que norteiam a atividade pública, o bem público e sua adequada gestão administrativa.

Na atualidade, frente aos delitos praticados contra a administração pública no Brasil, faz-se necessário á cautela da sociedade quanto a gravidade desses crimes, e consequentemente perceba-se a importância de reestabelecer a democrácia, visando a efetiva repreensão e prevenção desse atos infracionais.

A medida que vivenciamos os escândalos, pode-se citar, o escândalo da

Petrobrás, conhecido como o “Petrolão”, o esquema do lava-jato, e a operação Zelotes, que conforme Agencia Brasil (2021), tal montadora supostamente negociou a edição de três medidas provisórias que a proporcionava beneficios fiscais, manipulando o julgamento do Carf, órgao do Ministério da Economia, que julga recursos de cobrança de impostos.

Nestes termos, extraí-sse a necessidade do ordenamento jurídico se adequar a atualidade e reprimir com maior eficiência os crimes que vem abalando a sociedade, assim, deve-se restabelecer o caráter democrático instituído no texto Constitucional.

Indubitavelmente, os crimes contra a administração pública podem ser praticados por funcionários público ou por particulares, sendo que, o conceito de funcionario público para fins penais esta disciplinado no CP, que estabelece:

> Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, **embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública**.
>
> § 1º - Equipara-se a funcionário público **quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço** contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da **Administração Pública**. (BRASIL, 1940, Art.327, Grifo Nosso).

Nesse ínterim, é necessário estabecer o conceito de cargo, emprego e função publica, disciplinado no artigo supracitado. Dessa forma, cargo é atividade criada por lei, regido pelo estatuto da categoria, ja o emprego é toda atividade prestada em caráter temporário ou transitório, regido pela CLT. De outra forma, qualquer outra atividade prestada a administração não abrangida pelas duas categorias citadas, será função pública.

Entretanto, é do entendimento da maioria doutrinária que o termo funcionário público adotado pelo Código Penal, encontra-se ultrapassado, merecendo ser empregado o termo agente público, assim dispõe Marinela.

> A mais ampla para designar de forma genérica e indistinta os sujeitos que exercem funções públicas, que servem ao Poder Público como instrumentos de sua vontade ou ação, independentemente do vínculo jurídico, podendo ser por nomeação, contratação, designação ou convocação. Independe, ainda, de ser essa função temporária ou permanente e com ou sem remuneração. Assim, quem quer que desempenhe funções estatais, enquanto as exercita, é um agente público.
>
> Dessa forma, encontram-se no conceito de agentes públicos, os trabalhadores que integram o aparelho estatal, compondo a Administração

> Pública Direta e Indireta, inclusive as empresas públicas e sociedades de economia mista. (MARINELA, 2016, p. 754)

No mesmo sentido Pietro (2018), conceitua a agente público como toda pessoa fisica que executa labor ao Estado, e as pessoas jurídicas da administração indireta.

Dessa forma, conhecido o conceito de agente público, torna-se necessário a divisão dos crime funcionais, a saber, os crimes funcionais próprios, e os improprios. Sendo aquele praticados apenas por funcionário público, ou terceiros que não enquadra no conceito de agente público, porém atua como participe ou coautor da infração funcional. Assim, demais infrações que nao utiliza desta qualidade de funcionário público, são consideradas crimes funcionais impróprios.

Neste sentido, Gonçalves (2002) preleciona que, os crimes funcionais são aqueles que excluindo a qualidade de funcionário público, torna o fato atipico, considerados crimes funcionais impróprios, desclassificando-o para crime de outra natureza.

Destarte, os crimes praticados pelos agentes públicos poderão sofrer sanções administrativa, cível e penal. No entanto, devido a indepenência dessas instâncias, conforme dispõe o CPP, poderá haver decisões diferentes, salvo no caso de absolvição do réu no processo penal por estar provado inexistência de fato ou a negativa de autoria, quando deverá haver vinculação nos demais polos jurídicos. (BRASIL, 1941, Art.386).

Portanto, considerando a dimensão da impuniabilidade, deve-se repensar a mudança do rito processual dos crimes praticados contra a administração pública, passando a inseri-los no rito especial do tribunal do Júri e ampliando a competência fixada na Constituição da República.

3.1 Processo Penal e sua efetividade para julgar os crimes contra a administração Pública.

Em primeiro lugar, diante do desenvolvimento da sociedade e a prática agravada de crimes envolvendo agentes públicos, com a consecutiva quebra das normas e princípios da Administração Pública, perdura o clamor da sociedade e a necessidade do Direito Processual Penal se adequar a atual situação, criando mecanismo capaz de reestabelecer a democrácia social e punir com efetividade os delitos praticados.

Contudo, adequar o sistema penal ao avanço da criminalização é alvo de resistência, visto ser a maior parte dos agentes dester crimes detentores do poder econômico, assim, aquele que luta para defender os direitos da sociedade, suporta a ineficiência do sitema.

Desta forma, verifica-se que o sistema penal brasileiro só pune com efetividade a camada social com menor poder aquisitivo, o que evidência a desigualdade social. Assim, conforme dados do site da Conectas (2021), o Brasil esta na 3° posição dos países com maior número de pessoas presas do mundo, reflexo de um política criminal populista e ineficaz, que carece de revisão legislativa.

Destarte, deve-se analisar que o alto indice carcerário, se da pelo fato que os governantes, membros da administração pública, a maioria em prol dos seus próprios interesses, ao enricar dos cofres públicos, não implanta as politicas públicas de combate a prevenção á criminalidade.

A medida que, o sentimento de impunidade domina o sistema penal, os detentores do poder econômico reiteram a prática deleituosa, assim, percebe-se que os grandes crimes, descobertos nos últimos anos no Brasil, não começaram com grandes atos, foram evoluindo no decorrer do animus delitivo por se sentirem confiante em sua impunibilidade e influência para evitar a penalização, oque gerou reflexos grandiosos, com crise na econômia.

Destarte, o que irá frear os crimes contra a administração pública será a certeza da punição, e não a o vago temor de um pena alta aplicada, assim, conforme dispõe Beccaria (2006), que a compreensão de uma punição comedida, porém necessária, terá mais resultado que o vago temor de um violento castigo.

Certamente, ve-se a importancia de ressaltar a morosidade dos processos penais no rito comum, o que reflete ainda mais a sensação de impunidade, visto que, os processos levam anos para serem julgados, além dos recursos que visam evitar o encarceramento até a prescrição do crime.

Dessa forma, com a modificação da competência para o julgamento pelo Tribunal do Júri, não aconteceria os fatos citados acima, pois conforme mencionado as decisões dos jurados são soberanas, não passiveis de recurso, podendo apenas ser cassada, se manifestadamente contrária a prova dos autos.

Portanto, dito isto, é necessário uma política criminal efetiva, focada nas classes sociais detentoras de poder econômico, pois, cometem crimes que afetam a economia do país, a democrácia, e a segurança juridica, ilicitos estes que trazem um reflexo negativo maior para o país, do que um homicídio praticado por um agente, o qual, um sistema penal desigual, classifica como perigoso.

3.2 Legitimidade dos Jurados no julgamento dos crimes contra a administração pública

Indubitavelmente, o cenário brasileiro atual requer mudança efetiva no sistema penal, visando uma repressão e punição satisfároria para os crimes contra a administração Pública. Assim, alguns doutrinadores mencionam que é necessário a ampliação da competência do Tribunal do Júri, para que esse instrumento de soberania popular, se adeque as necessidades contemporâneas, e os jurados ao representar a sociedade expressem os reflexos dos crimes e os danos causado a sociedade. Sobre esse assunto Lênio Streck dispõe:

> Por isso, também para que o Júri se transforme nesse instrumento de soberania popular, deve, à evidência, sofrer alterações, tanto no que tange a ritualística, como no que diz respeito a sua competência, que deve ser alargada. De nada adianta ser o júri soberano, se ficar adstrito ao julgamento de conflitos de cunho interindividuais. (STRECK, 2005, p. 135)

No mesmo sentido, por ser o Tribunal do Júri um dos mecanismos mais importante de participação popular no Júdiciario, sendo a expressão da democrácia de forma direta, Guilherme de Souza Nucci, menciona:

> O art. 5º, XXXVIII, d, da CF, assegura a competência do júri para o julgamento dos delitos dolosos contra a vida. (...) Note-se que o texto constitucional menciona assegurada a competência para os delitos dolosos contra a vida e não somente para eles. O intuito do constituinte foi bastante claro, visto que, sem a fixação da competência mínima e deixando-se à lei ordinária a tarefa de estabelecê-la, seria bem provável que a instituição, na prática, desaparecesse do Brasil

Portanto, nos termos expostos, a ampliação da competência do Júri para

julgar os crimes contra a Administração Pública, é medida necessária, viavél e adequada á reprimir e combater a criminalidade nos dias atuais, assim, restabelecendo a democrácia no país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Outrora mencionado no desdobramento desse trabalho a competência do Tribunal do Júri se encontra prevista na alinea “d”, do inciso XXXVIII, da Constituição Federal de 1988, assim, não obstante tenha previsão expressa para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, entende-se ser essa uma competência minima, pois a Magna Carta é um patamar mínimo de direitos e obrigações, logo, para se adequar as necessidades da sociedade a conter a evolução da criminalidade, ampliar-se a competência do Tribunal popular mediante Lei ordinária, é cumprir os objetivos do Legislador, qual seja, garantir que o mesmo não sofra restrições ou caia em desuso.

Dessa forma, o tribunal do Júri é um órgão do Judiciário, com caracteristica peculiar de assegurar o exercício direto da democrácia, através dos julgamentos, o qual o réu julgado pelo seu semelhante, terá decisões imparciais e justas, manifestando de forma legitima os reflexos da prática delituosa na sociedade.

Observa-se que os crimes conta a Administração Pública é a fatalidade da atualidade, pois acarreta ao progresso da nação brasileira imenso prejuizo, afetando diretamente a sociedade, que suplica por um método punitivo justo, eficaz e democrático.

Dessa forma, valendo-se da semelhança do sistema norte americano, originário do sistema inglês, e grande influente na fixação do Júri no ordenamento júridico brasileiro, extraísse a eficiência na ampliação do rol dos crimes julgados pelo tribunal popular, visto que, o EUA adota uma competência ampla, podendo haver o julgamento tanto na esfera criminal com na cível.

Assentado nessa competência ampla, revela-se a compreensão da sociedade americana quanto a relevância da soberania popular e da cidadania,

cuja transição de valores morais, legais e democráticos são os principais objetivos a ser resgatados pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Além disso, verifica-se que, na Constituição do Império, de 1824, o ordenamento jurídico brasileiro, adotou uma competência ampla para os julgamentos pelo Tribunal do Júri, pois os jurados tinham competência para apreciar os litigios na esfera criminal e cível.

Neste contexto, visando dar maior eficácia, agilidade e garantia de restabelecimento da democrácia e da segurança jurídica, devido a viabilidade, propõe-se a ampliação da competência do Tribunal do Júri para julgar os crimes contra a Administração Pública. Destarte essa mudança de paradigma é medida necessario, visto a ineficácia do sistema punitivo estatal, demonstrado pelo alto indice de reincidência na conduta delitiva dos detentores de poder econômico.

A saber, tais reincidências se dão, devido a certeza da impunidade de seus crimes, por parte da classe com poder aquisito, pois, vigora o entendimento que só as classes hipossuficientes pagam pelos seus atos deleituosos.

Dessa forma, havendo a ampliação da competência do Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes contra a Administração Pública, os agente públicos se sentiram inseguros a praticar tais crimes, visto a certeza da repressão e a garantia da efetividade do poder punitivo do Estado.

Isto posto, o que se propõe é a restauração normativa com uma política criminal eficaz, a salvaguarda do cumprimento do objetivo constitucional estabelecido ao Tribunal do Júri, a justa punição dos agentes públicos, frente aos reflexos que a conduta delituosa propiciara a coletividade.

Paralelamento a isso, demanda-se leis abertas e eficientes para combater a evolução da criminalidade, que conscientizaram a sociedade, que uma vez violado qualquer norma jurídica, aplicar-se-ão sanções eficazes, prevalecendo o principio da igualdade, da segurança jurídica, da eficiência e da justiça social.

Portando, o Tribunal do Júri, visto como a instituição mais democrática do ordenamento jurídico brasileiro, devido a necessidade de se adequar a evolução da criminalidade, carece de modificação da sua competência. Assim, deve-se tomar como incentivo a competência ampla fixada no tribunal do júri americano, passando a julgar os crimes conta a Administração Pública, objetivando a

legítima justiça. Contudo, torna-se ainda necessário a sobreposição da competência do Tribuna do Júri nos casos de foro por prerrogativa de função no âmbito Federal, como já contece no Estadual.

5 REFERÊNCIAS

BALIARDO, R. Consultor Juridico. **Consultor Juridico**, 2010. Disponivel em: <https://www.conjur.com.br/2010-out-28/estima-90-tribunais-juri-acontecem-estados-unidos>. Acesso em: 20 out. 2021

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.** Atualizada até a Emenda Constitucional nº 27/1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 16 novembro 2021

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1967.** Atualizada até a Emenda Constitucional nº 1/1969. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 16 novembro 2021

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.** Atualizada até a Emenda Constitucional nº 107/2020. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 maio 2021

BRASIL. **Código Penal Brasileiro.** 43 ed. Atual. e ampli. São Paulo: Saraiva, 2018

BRASIL. **Código de Processo Penal Brasileiro.** 43 ed. Atual. e ampli. São Paulo:
Saraiva, 2018

BORBA, Lise Anne de. Aspectos relevantes do histórico do tribunal do júri. **Jus Navigandi**,Teresina, v. 7, n. 54, fev. 2002.

CAMPOS, W. C. **Tribunal do Júri:** Teoria e Prática. 6º. ed. [S.l.]: Atlas, 06/2018. [Minha biblioteca].

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Ed. das Américas, 2006. Título original: *La cité antique*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Fustel%20de%20Coulanges-1.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella **Direito Administrativo**. 31ª. ed. [S.l.]: Forense, 03/2018. [Minha Biblioteca].

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 32ª Ed. Rio de Janeiro: Forense.2019

GLOTZ, Gustave. A **cidade grega**. Tradução de: Henrique de Araújo Mesquita e Roberto Cortes de Lacerda. São Paulo: Difel, 1980.

GONÇALVES, V. E. R. **Dos crimes contra os costumes aos crimes contra a administração**. 5º. ed. São Paulo: Saraiva, v. 10, 2002. 114-160 p. Sinopses Jurídicas.

HUMANOS, Direitos. **Conectas.** Brasil o 3° país com maior população carcerária**.** Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/brasil-se-mantem-como-3o-pais-com-a-maior-populacao-carceraria-do-mundo/>. Publicado em 18/02/2020. Acesso em: 17 nov. 2021.

MAMELUQUE, Leopoldo. **Manual do Júri**. Imprensa. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008

MARINELA, F. **Direito Administrativo**. 10ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 754 p.

MUNIZ, Alexandre Carrinho. **O tribunal do júri como pilar da democracia e da cidadania**. 2017. 137p. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2017.

NUCCI, G. D. S. **Tribunal do Júri**. 4. ed. rev., atual. e ampl. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 31-42 p

NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do Júri**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de. Manual de processo penal e execução penal**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PACELLI, E. **Curso de Processo Penal**. 22ª. ed. [S.l.]: Atlas, 12/2017. [Minha biblioteca].

PIERANGELLI, José Henrique. **Processo penal**: evolução histórica e fontes legislativas. Bauru: Jalovi, 1983

PRADO, L. R. **Tratado de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 7, 2014. 60-261 p

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2009.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual/Paulo Rangel**. - 20. ed. - São Paulo: Atlas, 2012

RANGEL, Paulo. **Direito Processual/Paulo Rangel**. - 23. ed. - São Paulo: Atlas, 2015

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 26ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.

RANGEL, Paulo. **Tribunal do Júri: visão linguística, histórica, social e jurídica**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.

RICTEX, André. **Agência Brasil.** STF tranca processo contra investigação na Operação Zelotes**.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-06/stf-tranca-processo-contra-investigada-na-operacao-zelotes>. Publicado em 15/06/2021. Acesso em: 17 nov. 2021.

ROCHA, Pinto da. **O jury e a sua evolução**. Rio de Janeiro: Leite e Ribeiro & Maurillo Editora, 1919

STRECK, Lênio Luiz. **Tribunal do júri: símbolos e rituais**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005

Supremo Tribunal Federal. Súmula 721. Publicada em 09 de outubro de 2003. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=1486

Supremo Tribunal Federal. Súmula 45. Publicada em 17 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=2362>. Acesso em: 31 ago. 2021.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos da história do direito**. 8. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

Percepções de portadores da doença de Crohn quanto ao diagnóstico, morbidade e qualidade de vida

Perceptions of Crohn´s disease regarding the diagnosis, of morbidity and quality of life

Ana Paula Batista Gomes[113]

Nayara Ingrid de Medeiros[114]

Resumo: A doença de Crohn apresenta-se como uma inflamação que afeta qualquer parte do trato gastrointestinal, que em sua forma grave, pode haver formações de fistulas e abcessos. Os principais sintomas da doença envolvem diarréia, dores abdominais sem causas aparentes, sangramento retal, alternados com períodos assintomáticos, que podem durar meses ou anos, acompanhados da perda de peso. Este estudo teve como objetivo avaliar as percepções de portadores da doença de Crohn quanto ao diagnóstico, morbidade e qualidade de vida. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de um estudo de campo com pacientes portadores da doença de Crohn. Como instrumento de coleta dados foi adotado um questionário *online* via *Google Forms*, objetivando com este alcançar uma maior compreensão sobre vivências e sentimentos de pessoas diagnosticadas com Crohn. Nossos dados evidenciaram que a doença de Crohn acarretou em inúmeras mudanças no estilo de vida de seus portadores e familiares, sejam elas, físicas, psicológicas e sociais, que exigem estratégias de enfrentamento para adaptar-se a essa nova condição. Conclui-se que os profissionais de enfermagem necessitam compreender a necessidade de especializar-se no assunto, com o intuito de melhorar a assistência aos portadores de Crohn, incentivando o autocuidado, a autoestima, e reinserção social que impactam diretamente na qualidade de vida.

Palavras-chave: Doença de Crohn. Qualidade de vida. Enfermagem. Diagnóstico.

Abstract: Crohn's disease presents as an inflammation that affects any part of the gastrointestinal tract, which in its severe form, can form fistulas and abscesses. The main symptoms of the disease involve diarrhea, abdominal pain without apparent cause, rectal bleeding, alternating with asymptomatic periods, which can last for months or years, accompanied by weight loss. This study

[113] Aluna do curso de Enfermagem da Faculdade Kennedy.
[114] Professora orientadora do curso de Enfermagem da Faculdades Kennedy.

aimed to assess the perceptions of Crohn's disease patients regarding diagnosis, morbidity and quality of life. Therefore, an exploratory research with a qualitative approach was carried out through a field study with patients with Crohn's disease. As a data collection instrument, an online questionnaire via Google Forms was adopted, with the aim of achieving a greater understanding of the experiences and feelings of people diagnosed with Crohn. Our data showed that Crohn's disease resulted in countless changes in the lifestyle of its patients and their families, whether physical, psychological and social, which require coping strategies to adapt to this new condition. It is concluded that nursing professionals need to understand the need to specialize in the subject, in order to improve care for Crohn's patients, encouraging self-care, self-esteem, and social reintegration that directly impact quality of life.

Keywords: Crohn's disease. Quality of life. Nursing. Diagnosis.

1 INTRODUÇÃO

As doenças inflamatórias intestinais são representadas por duas grandes patologias, a retocolite ulcerativa e a doença de Crohn. A etiologia da palavra doença de Crohn é instituída após a publicação de um trabalho do médico especialista. Dr. Burrill Bernard Crohn, e seus colaboradores em 1932, sobre doenças intestinais (PAPACOSTA *et al.,* 2017).

A patologia é descrita como uma doença inflamatória intestinal e é caracterizada como uma inflamação crônica da mucosa do trato gastrointestinal, que comumente afeta a região do intestino delgado e grosso, que pode ser limitada à zona intestinal ou abranger outros órgãos subjacentes (PAPACOSTA *et al.,* 2017).

A enterite de Crohn evolui progressivamente um processo inflamatório com hipertrofia da parede intestinal e do mesentério, fibrose e estenose, que podem causar obstrução intestinal. O tratamento consiste basicamente em reduzir ou controlar a inflamação e a fibrose, a fim de reduzir os sintomas. A remissão e cura é pouco provável, o que afeta diretamente a qualidade de vida de seus portadores (SOUTO, 2020).

Vasconcelos, *et al.* (2018) realizaramum levantamento bibliográfico de estudos que utilizaram questionários sobre doença inflamatória intestinal. O estudoobservou uma importante repercussão negativa na qualidade de vida dos pacientes, com consequências nos relacionamentos interpessoais e uma sensação de insucesso na vida. Dessa forma, a ajuda profissional especializada é muito importante para lidar coma ansiedade e depressão, comumente observadas em decorrência das manifestações intestinais da doença de Crohn.

Outros aspectos da qualidade de vida do paciente vão além da saúde mental. É importante que o paciente receba cuidado e orientações específicas e que podem impactar diretamente sua vivencia com a doença. Para isso, uma assistência em enfermagem capacitada e humanizada pode ser um diferencial, haja visto a proximidade do enfermeiro com os pacientes, sobretudo na assistência primária.

Poucos trabalhos buscam associar o cuidado em enfermagem e a qualidade de vida dos pacientes com a doença de Crohn. Este estudo busca compreender as percepções dos portadores da doença de Crohn para subsidiar a capacitação da assistência em enfermagem à promoção da saúde e qualidade de vida do paciente com Crohn.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Doença de Crohn

O Crohn é uma patologia crônica e progressiva que pode acometer qualquer parte do trato gastrintestinal (desde a boca até o ânus), porém afeta mais comumente o intestino grosso e delgado. A inflamaçãonão se manifesta de forma linear, ocorre a alternância de segmento inflamado de segmento saudável e seus sintomas irão depender do segmento intestinal acometido e de seu fenótipo (inflamatório, estenosante ou penetrante), porém os sintomas mais comuns incluem diarreia com ou sem presença de sangue dor abdominal e febre (HOSSNE; RODRIGUES, 2019).

O Crohn apresenta etiologia inconclusiva, porém tem-se a hipótese que a inflamação transmural[115] ocorre devido à combinação de fatores advindos do ambiente, imunológicos e genéticos. Diarreia intermitente, dor abdominal e febre são alguns dos sintomas da doença (PAPACOSTA *et al.*, 2017).

São observados dois períodos bem distintos em relação aos sinais e sintomas do Crohn, período em que a doença se encontra adormecida, ou seja, em remissão, com sintomas sob controle, e período ativo, onde os sintomas se encontram exacerbados (MENDES *et al.*, 2019).

Conforme aponta Errante e Romano Júnior (2016, p. 46) “a doença de Crohn é uma doença inflamatória crônica progressiva, cujo diagnóstico é feito através de exame clínico, de imagem e histopatológico”. Além disso, cabe apontar algumas alternativas para serem utilizadas para conter os sintomas da doença: aminossalicilatos, corticosteróides, imunossupressores, fármacos biológicos e antimicrobianos são eficazes na remissão, manutenção e exacerbação dos sintomas. Contudo, estudos ressaltam que“muitos destes fármacos são mais eficazes se utilizados em associação” (ROMANO, 2018, p. 48).

Existe uma grande diversidade para a realização do diagnóstico da doença de Crohn, entre eles se destaca a colonoscopia, exame invasivo que permite visualização direta do intestino e coleta de tecido para exame histopatológico, entretanto fica contraindicado em casos de obstrução. São utilizados exames de imagem não invasivos, a tomografia e ressonância magnética, a radiografia com uso de contraste e a Entero-TC e Entero-RM, sempre utilizados de forma a se complementarem para um diagnóstico mais preciso (GODOY; CAVASIN, 2018).

O tratamento é direcionado de acordo com a severidade da doença e com a extensão acometida pela inflamação, respondendo significativamente bem à terapia farmacológica. Mas quando o paciente não responde bem ao uso de medicamentos e quando não ocorre o controle da doença, é necessário em alguns casos, recorrer ao processo cirúrgico, principalmente quando ocorrem obstruções (parcial ou total),

[115] Transmural, que envolve toda a espessura da parede intestinal.

ou frente a uma desordem de origem infecciosa que possa comprometer a vida do paciente (CONASS, 2017).

Recentemente, uma nova alternativa de tratamento tem mostrado-se efetiva parao Crohn, o transplante de fezes.Nesse procedimentoas fezes transplantadas no paciente favorecem a multiplicação de uma nova e saudável microbiota intestinal, promovendo assim uma diminuição do processo inflamatório (COSTA *et al*., 2018).

Conforme destacam os autores Trindade, Morcerf e Espasadin (2019) a indicação da terapia biológica (transplante de fezes) se dá nos casos de moderado a grave da doença, quando o paciente apresenta resistência a terapias anteriores ou quando há um descontrole do processo inflamatório. Dessa formaa inflamaçãose mantém constante, o que acaba por ocasionar fibroses e em consequência evolução para estenoses, podendo chegar à oclusão da luz intestinal. Nesses casos constatou-se que a terapia com biológicos tem sido, além de segura, eficaz.

2.2 Qualidade de vida e doença de Crohn

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) (1995), a qualidade de vida pode ser compreendida como o conhecimento que o indivíduo tem de si, sobre sua inserção na vida, seu contexto cultural, além de suas expectativas, anseios e preocupações.

Neste contexto, Souto (2020) destaca que o termo qualidade de vida encontra-se associado a inúmeros significados, e que consiste na maneira como o indivíduo lida com suas expectativas e preocupações, no seu cotidiano e na sua relação com sociedade.

Segundo o estudo de Martinelli (2018), onde foi avaliada a qualidade de vida de um indivíduo acometido com doença de Crohn, através do questionário (IBDQ) [116]avaliando os seguintes domínios, aspectos emocionais, sociais, sintomas intestinais e sistêmicos, verificou-se alterações em todos os domínios,

[116] IBDQ Questionário usado para avaliação da qualidade de vida.

demonstrando assim que a doença altera consideravelmente a qualidade de vida do indivíduo. Além do paciente sofrer alterações físicas decorrentes das manifestações clínicas, também sofre com oscilações emocionais, na sua rotina e estilo de vida, o que acaba por repercutir em seus planos de vida a longo prazo.

A doença de Crohn é uma patologia que traz consigo certo grau de limitação e incapacidade, alterando significativamente a qualidade de vida do indivíduo. Para a grande maioria dos pacientes “estar doente” está fortemente ligado à fase ativa da doença, quando seus sintomas clássicos encontram se intensificados.Contudo, mesmo estando em remissão,os acometidos convivem diariamente com sentimento de apreensão, pois tem receio de que a doença volte à atividade, pois associam bem estar e saúde ao período em que a doença se encontra adormecida, ou seja, em remissão, e isso gera impacto no seu dia a dia e principalmente no estado emocional, pois convivem diariamente com a ansiedade e o medo (COLMENAREZ; ARMANIE, 2018).

Gil e Fernandes (2019, p. 96) ressaltam que “os sintomas da doença acarretam mudanças nas atitudes e condutas, assim como nos aspectos físicos, sociais e emocionais, com maior evidência durante os períodos de exacerbação”.

O paciente com Crohn também apresenta alterações físicas decorrentes dos sintomas clássicos da patologia, um quadro bastante comum é a deficiência de nutrientes, principalmente frente às complicações da doença, quadros anêmicos aparecem com bastante frequência.Também é muito comum aparecer deficiência de cálcio o que favorece o desenvolvimento de osteoporose e osteopenia precoce, podem estar em falta vitaminas D, B12 e ácido fólico. Diante do exposto, faz-se necessário principalmente durante a fase ativa da doença a suplementação com multivitamínicos, e quando já em remissão já se pode introduzir com certa cautela e progressivamente os alimentos lácteos (RIPARDO; ESTEVÃO; PEREIRA, 2016).

A vida profissional é bastante afetada devido à sintomatologia da doença, principalmente quando os sintomas estão muito intensificados ou quando ocorre a necessidade de recorrentes internações, afetando assim sua atividade laboral,

aumentando o número de faltas e até mesmo acaba evoluindo para a necessidade de se abandonar a atividade profissional (GIL; FERNANDES, 2019).

3 METODOLOGIA

3.1 Abordagens

A abordagem utilizada é a hipotética dedutiva, o qual perpassa pela delimitação de um problema, onde é levantado uma possível hipótese para o problema proposto e mediante teste chegará à conclusão se tal hipótese é ou não plausível (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.2 Métodos de pesquisa

A pesquisa quanto aos objetivos caracteriza-se como exploratória, que Segundo Gil (2002) tem por finalidade a obtenção de conhecimento mais abrangente e uma maior proximidade com o problema proposto. Em relação à abrangência, multidisciplinar, pois possui uma relação com as demais áreas da saúde, pois ocorrem mudanças físicas, psicológicas e interpessoais nos pacientes com Crohn.

Foi utilizada a abordagem qualitativa, que segundo Vieira e Hossne (2015) visa um maior entendimento sobre vivências e sentimentos, e um maior aprofundamento na compreensão de como os indivíduos atribuem significado às suas experiências.
De natureza básica, que tem por objetivo o aumento do conhecimento de determinado assunto (FREITAS; PRODANOV, 2013).

E quanto aos procedimentos, foi realizada uma pesquisa de campo, desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas

com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo (GIL, 2002, p.53).

3.3 Aspectos éticos

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos das Faculdades Kennedy e registrado no certificado de apresentação ética (CAAE) número 48961221.7.0000.5141 (ANEXO A). Todos os entrevistados validaram seu consenso em participar da pesquisa através do termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE A).

3.4 Coleta de dados e instrumento de pesquisa

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário*online* via *Google Forms*, objetivando com este alcançar uma maior compreensão sobre vivências e sentimentos de pessoas diagnosticadas com Crohn.

O questionário (APÊNDICE B) foi enviado para pessoas diagnosticadas com Crohn, seguidores do perfil "*Crohnsciente*", no Instagram, onde o administrador do perfil autorizou a realização da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada no mês de agosto de 2021, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

O anonimato dos participantes foi garantido, respeitando os critérios éticos do tratado de Helsinque (1964) para estudos com seres humanos em todas as etapas da pesquisa. Dessa forma, todos foram identificados com a letra P seguida de numeral.

O questionário continha um campo destinado aos dados sociodemográficos, além de questões que abordaram os domínios sobre as percepções em relação ao futuro, sintomas físicos, desconfortos vivenciados no dia a dia e autoestima.

Não houve recurso financeiro na realização desta pesquisa, uma vez que a pesquisadora já dispõe de todas as soluções necessárias para realização da mesma.

3.5 Delimitação do universo e amostra

O universo da pesquisa compreende oito (n=8) seguidores do perfil "*Crohnsciente*", que tiveram o diagnóstico de Crohn a mais de dois anos e que estão no período de remissão da doença, com idade entre 18 e 45 anos, de ambos os sexos, e que estejam de acordo em participar e responder o questionário.

Foi utilizada amostra não probabilística por conveniência, uma vez que se tem o acesso aos seguidores do perfil "*Crohnsciente*" no Instagram, e autorização do administrador para realização da pesquisa.

3.6 Análise de dados

A pesquisa foi organizada por domínios temáticos, como: o que mudou na sua perspectiva de vida em relação ao futuro após o diagnóstico de Crohn, quais os principais desconfortos físicos causados pelo Crohn e como o Crohn afeta a autoestima.

Para a análise de dados será utilizada a técnica de análise de discurso, que segundo Bardin, (1977) é orientada em pré-análise do material, que tem por finalidade sistematizar as informações, uma segunda etapa onde será realizada a exploração deste e por fim o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação.

Na fase de pré-analítica foi realizada a separação e leitura do material, selecionados os questionários que estiverem devidamente preenchidos. Já na segunda etapa, realizou-se a exploração desse material e separação por categorias temáticas e por fim, a interpretação e confecção do artigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário tinha como objetivo avaliar as principais alterações na qualidade de vida do paciente com doença de Crohn. Dessa forma, inicialmente foram avaliados os dados sociodemográficos, idade, sexo, escolaridade, profissão, estado civil e tempo de diagnóstico de Crohn.

Assim, no final do período de aplicação do questionário, obtivemos a participação de 8 pessoas, das quais 25% eram do sexo feminino, e 75% do sexo masculino.

A idade média das mulheresfoi 33,5 anos e de 31,8 anos para os homens. No que se refere ao tempo de diagnóstico da doença, no sexo feminino era de 12,5 anos, e sexo masculino em 8,1 anos, conforme dados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Caracterização da população do estudo

		masculino	feminino
	n	2	6
	%	25	75
idade, média ± desvio padrão		33,5 ± 0,71	31,8 ± 5,6

tempo de diagnóstico, média ± desvio padrão	12,5 ± 10,6	8,1 ± 6,9

No quesito profissão, 37,5% dos entrevistados eram estudantes, 12,5% designers, 12,5% gerente administrativo, 12,5% publicitários e 12,5% técnicos de enfermagem. Quanto ao estado civil 62,5% eram casados e 37,5% divorciados.

Após o levantamento dos dados sociodemográficos, buscamos compreender a reação do entrevistado ao receber o diagnóstico da doença. De acordo com os relatos foi possível perceber a falta de conhecimento a respeito do diagnóstico dos entrevistados nos trechos transcritos: (P2) “Fiquei meio perdida, nunca tinha escutado falar sobre nada da doença, não sabia de fato o que era.” (P6) “Medo, pois não tinha nenhum conhecimento sobre a doença.” (P7) “Não tive nenhuma reação, pois não conhecia a doença e estava internada tratando uma outra doença”. Vale ressaltar o relato de P8, que aborda o desconhecimento do próprio médico. (P8) “Na verdade o médico que me deu o diagnóstico, não me falou o que de fato era a doença de Crohn, então pensei comigo mesmo que eu iria tratar e estaria livre da doença como se fosse uma pneumonia”.

Para identificar a primeira percepção dos pacientes ao saber que a doença de Crohn não possui cura e qual o principal medo em relação a este fato, os relatos foram: (P1) “No início, muito medo de não ter qualidade de vida, achava melhor morrer do que viver desse jeito. Hoje já me acostumei e vivo bem dentro da minha normalidade” (P3) “São vários, uma vez que ninguém pensa em ouvir isso. Mas em especial no meu caso, foi bem chocante, pois eu tinha apenas 15 anos e na época muita gente nem tinha ouvido falar da doença” (P8). Dentro deste contexto, cabe ressaltar a fala do participante (P2), que expressa um sentimento de insegurança em relação ao seu futuro como portador da doença:

> “Que eu terei que cuidar para o resto da vida, mesmo em períodos de remissão, ela sempre estará aqui comigo. Um pouco triste! Não tenho medo, só um sentimento de tristeza, insegurança por ter que conviver com isso, para sempre, sem saber o que pode acontecer futuramente.” (P2).

Quando perguntados se havia mudado alguma coisa na vida dos entrevistados em relação aos planos futuros após o diagnóstico da doença, foi possível verificar que os entrevistados procuraram um

estilo de vida mais saudável: “Viver de forma mais saudável” (P4), e em relação aos planos para o futuro. “Nunca fui de planejar meu futuro, mas hoje enxergo com um certo medo o meu envelhecer, pois tenho medo dos desdobramentos da doença com o passar dos anos” (P8), e (P5): “Meus planos são pautados pela doença, nunca tenho muita certeza se vou estar bem para fazer algo, evito assumir compromissos. A medicação a cada 14 dias também me limita bastante, principalmente em termos de viagens”.

Em relação aos desconfortos físicos diários causados pela doença de Crohn, foi relatado: “FADIGA é para mim o sintoma mais debilitante, seguido das dores abdominais e urgência para ir ao banheiro. Já evacuei na roupa, na rua, 3x” (P5); “Diarréia, mal-estar, desconforto na alimentação, dores insuportáveis e etc.”; e (P2): “Já passei por cinco cirurgias de fistulectomia e vou para a sexta. Então, sinto bastante desconforto ao sentar, correr, pular. Fora estar sempre cansada, um pouco desanimada... E no início, as frequentes idas ao banheiro!!”

Quanto aos desconfortos levantados e se eles são fatores limitantes, quase todos os entrevistados relataram limitações ocasionadas pela doença: “Sim. Quando intensas tenho que respeitar a doença e tentar ficar o mais quieto possível, fazer repouso e cuidar do emocional que é tão importante” (P1); “Às vezes, pois se estou com diarréia não posso sair, alimentação é restrita” (P7) e (P8):

> Sim. Não vou em lugares que sei que não terei acesso ao banheiro rapidamente (shows, eventos). Fico muito ansiosa parada no trânsito pelo mesmo motivo. A fadiga pauta o que serei capaz de fazer naquele dia. Em alguns consigo realizar todas minhas tarefas. Em outros, não levanto da cama. (P8).

Perguntamos, também, se a doença havia alterado a forma com que os entrevistados se enxergavam fisicamente. A maioria dos entrevistados afirmam que sim, principalmente no aspecto físico em relação a perda de peso. A autoestima dos participantes foi afetada pelo diagnóstico para todos os entrevistados, porém P1, P2 e P5 fizeram os relatos mais impactantes em relação a seus sentimentos:

> Sim. Às vezes dá a sensação de impotência por não termos controle naquilo que a doença nos mostra. A família é parte importante nesse processo já que eles vivem muitas vezes a nossa dor. Mas uma coisa é certa, tudo é passageiro! (P1).

> Sim. Os altos e baixos da doença, que vem e voltam, em meio a cirurgia e medicamentos, só vai desanimando a gente. Não posso sequer colocar um biquíni por conta das cirurgias. Afeta relacionamento! Enfim...várias coisas. Sentimentos como: tristeza, desânimo, desesperança... (P2).

> Sim, quando não me sinto capaz de fazer tudo que uma pessoa saudável faz. Quando preciso de ajuda da família/marido em momentos de crise. Sinto que "dou trabalho" para os outros e me sinto mal por isso. Em alguns momentos, me vejo ressentindo as pessoas saudáveis. (P5).

Todos os entrevistados também relataram algum constrangimento ou vergonha devido a doença, dentre os principais envolvem o sistema digestivo, como gases, inchaço e idas frequentes ao banheiro. Quando desafiados a definirem suas vivencias com a doença de Crohn em uma única palavra definiram: "paciência", "força", "dores", "desafio", "força", "inconstância", "anormal", e "um fardo".

Ao serem incentivados a relatarem pontos positivos e negativos acerca da doença a maioria dos entrevistados apresentou uma perspectiva positiva: "Aprendi a respeitar as dores dos outros porque somente quem sente sabe o que realmente é" (P3); "Vi que sou capaz de me adaptar a qualquer adversidade e ser feliz assim. Mas preferia ter aprendido isso de outra forma que não fosse com uma doença crônica kkkkkk" (P5) e (P1):

> Sim! Muitos pontos por sinal... A doença me ensina a ser mais forte e muito mais maduro relação a saúde! Sei que com isso posso também ajudar quem convive comigo e isso sempre me fez muito bem! Para tudo nessa vida não existe só um lado da coisa, temos que saber observar que tudo acontece com um propósito e procurar nos alimentar de informações boas que vão nos fazer melhores como ser humano.

Sarlo e Barreto (2008) ressaltaram os principais fatores relacionados a doença que alteram projeto de vida dos acometidos. Entre eles a cronicidade, alimentação, medo, falta de liberdade, prevenção de complicações e esperança. Para enfrentar essas modificações, os pacientes utilizaram estratégias voltadas para superar as dificuldades e desenvolver habilidades próprias para seguir em frente (SARLO E BARRETO, 2008). Os autores destacaram que é necessário que os cursos da área de saúde ofereçam experiências aos alunos voltadas para tentar compreender a natureza humana e conhecer

o ser e sentir da pessoa, como uma construção que necessita ser melhorada, para que os profissionais de enfermagem possam dar o suporte necessário aos pacientes e oferecer uma assistência adequada.

Nesta perspectiva, Schuster e Rampelotto (2016) realizaram um estudo sobre o papel do enfermeiro na reabilitação do estilo de vida alterado de pacientes portadores de Crohn, por meio de uma revisão bibliográfica. Os resultados evidenciaram que os cuidados à pessoa com doença de Crohn são pouco divulgadas e o conhecimento/cuidados dos profissionais de enfermagem se expressam como dificuldades que desafiam o controle da doença e suas complicações. Dentre as estratégias, é importante ressaltar as orientações ao paciente, suporte nutricional, avaliação clínica, fisioterapia e promoção do cuidado domiciliar.

Assim, o profissional de enfermagem pode ter uma inserção relevante na vida do paciente, pois é ele que inicialmente irá realizar os primeiros cuidados com este individuo, até que o mesmo possa adquirir autonomia sobre seus cuidados. Além disso, a equipe de enfermagem é capaz de promover a autoestima do paciente mostrando-lhe que existem possibilidades significativas de conviver em sociedade (SCHUSTER; RAMPELOTTO, 2016).

Outro ponto abordado é que a doença de Crohn acarreta em mudanças no modo de vida dos pacientes, como físicas, psicológicas e sociais, e que exigem diferentes estratégias de enfrentamento para adaptação da nova condição de vida. O hábito de vida dos pacientes é alterado, o que gera um abalo psicológico e sentimentos como repugnância de si mesmo, medo, insegurança, e desprestigio diante da sociedade (SCHUSTER; RAMPELOTTO, 2016).

Schuster e Rampelotto (2016), ainda complementam que a família do paciente também passa por situações de enfrentamento e adaptação nesse processo, onde é necessário que os enfermeiros compreendam a necessidade de se especializarem no assunto, com o objetivo de qualificar a assistência prestada e poder se tornar um instrumento facilitador de ensino do autocuidado e incentivar os pacientes a participar de atividades sociais, que consequentemente irá impactar na sua autoestima e qualidade de vida.

Dentro deste contexto, Menezes e Faro (2018) descreveram a sintomatologia depressiva e regulação emocional em paciente com doença de Crohn.Eles observaram que o diagnóstico positivo para sintomatologia depressiva foi de 52,4% na população entrevistada. O estudo observou a ocorrência de sintomas depressivos em pacientes com doenças inflamatórias do intestino em uma proporção acima da metade da amostra, além de que foram constatadas relações significativas entre o perfil sociodemográfico, o clínico e a regulação emocional com a depressão (MENEZES; FARO, 2018).

Todos os trabalhos citados reforçam os resultado obtidos nesta pesquisa, corroborando que os portadores de Crohn tiveram percepções negativas ao receber o diagnóstico, mas ao aderirem ao tratamento adequado foi possível garantir a diminuição das crises, remissão da doença e consequentemente uma melhor qualidade de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos relatos supracitados, fica evidente como a doença de Crohn impacta na qualidade de vida dos participantes, tanto em fatores físicos como dor, mal estar, inchaço abdominal, diarréia, mudanças no estilo de vida, restrições alimentares, mudanças nos planos em relação ao futuro, além de fazer aflorar sentimentos como medo, insegurança e apreensão. Cabe ressaltar pontos positivos abordados pelos participantes como paciência, força e superação, além de mudanças para um estilo de vida e alimentação mais saudáveis.

Os portadores da doença de Crohn podem ter uma vida ativa e produtiva, desde que aliem o tratamento com uma boa dieta, pois tudo que é ingerido impacta diretamente no sistema digestivo, aumentando ou não a inflamação do intestino. Dessa forma, é necessário manter uma alimentação diferenciada, com foco em alimentos que ajudem a amenizar os sintomas da doença.

Cabe ainda considerar, que ao receber o diagnóstico grande parte dos portadores de Crohn não sabe o que fazer, onde não é incomum surgirem sentimentos de desorientação, medo e desespero, sendo de suma importância que os profissionais de saúde, tanto médicos, quando enfermeiros estejam

preparados para acolher esses pacientes e seus familiares da melhor forma possível. Pois, tanto os pacientes quanto a sua família passam por situações de enfrentamento e adaptação nesse processo.

Dessa forma, o papel da enfermagem inicia-se na abordagem dos pacientes, ao facilitar o acesso aos serviços especializados, participando de forma ativa no processo de cuidado, objetivando a manutenção da saúde e sua recuperação, favorecendo a qualidade de vida e autoestima em todos os níveis de assistência. Com orientações sobre alimentação mais saudável aliada a prática de atividade física, adesão ao regime medicamentoso, ingesta hídrica adequada evitando assim uma possível desidratação decorrente das diarréias contantes, além de um atendimento humanizado e escuta qualificada. Um profissional de enfermagem capacitado, com empatia e conhecendo os impactos da doença de Cronh na vida dos portadores e seus familiares, poderá contribuir de forma positiva na promoção à saúde e manutenção da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edição: 70,1977. 229 p.

COLMENAREZ; Germania, ARMANIE, Emma. **Calidad de vida en pacientes con enfermedad inflamatoria intestinal**. Hospital Central Universitario Dr. Antônio María Pineda. **Boletín Médico de Postgrado**, v. 34, n. 2, p. 17-23, 2018. Disponível em: https://revistas.uclave.org/index.php/bmp/article/view/2526. Acesso em: 13 jul. 2021.

CONASS. **Saúde incorpora medicamento para tratamento da doença de Crohn.** 2017. Disponível em: www.conass.org.br Acesso em: 17 abr. 2021.

COSTA, Luana Augusto dos Santos, SANTOS, Thaís Braga da Mata, PADOVANI, Milenna, MISKULIN, Aline Petermann Choueiri, BARBOSA, Lívia de Brito. Transplante Fecal: Terapia para Doença de Crohn?. **International Journal of Nutrology**, v. 11, n. S 01, p. Trab763, 2018. Disponível em: https://www.thieme-connect.com/products/ejournals/html/10.1055/s-0038-1675060. Acesso em: 20 abr. 2021.

ERRANTE, Paolo Ruggero; ROMANO JÚNIOR, Sérgio Carmo Romano. Doença de crohn, diagnóstico e tratamento. **Atas de Ciências da Saúde (ISSN 2448-3753)**, v. 4, n. 4, p. 31-50, 2016. Disponível em: http://35.199.90.105/index.php/ACIS/article/download/1179/1059. Acesso em: 11 abr. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º edição. São Paulo: Atlas, 2002, 176 p.

GIL, Lúcia Maria Torres dos Santos; FERNANDES, Isabel Maria Ribeiro. Qualidade de vida da pessoa com doença inflamatória intestinal. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 4, n. 23, p. 89-98, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/jatsRepo/3882/388262389010/388262389010.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

GODOY, Gabriel Sena; CAVASIN Iohane Liz Spoladore. **Revisão dos métodos de diagnóstico por imagem na avaliação da doença de Crohn.** 27 f.2018**.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biomedicina) – Unicesumar, Centro

Universitário de Maringá,Maringá, 2018. Disponível em: http://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/625/1/Trabalho%20de%20Conclus%c3%a3o%20de%20Curso%20TCC%20finalizado.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

HOSSNE, Rogério Saad, RODRIGUES, Claudio Sady. **Atualização em doenças inflamatórias intestinais: conectando ciência à prática diária:** curso de atualização do GEDIIB na SBAD 2019. São PauloFortaleza: GEDIIB Office, 2019. "GEDIIB-Grupo de Estudos da Doença Inflamatória Intestinal do Brasil".

MARTINELLI, Charlene Lins. **Análise da Qualidade de Vida de um Indivíduo Portador da Doença de Crohn Após Prescrição de Enfermagem**. 70 f. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Católica de Vitória Centro Universitário, Vitória, 2018. Disponível em: https://www.ucv.edu.br/fotos/files/2018-1_Enf_Charlene.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

MENDES, George Carneiro Manga; CARVALHO, Felipe Pereira; SILVA, Larissa Ferreira; MARINS, Fernando Ribeiro; FERNANDES, Flaviana Ribeiro. Aspectos e Tratamento da doença de Crohn**.Revista Saúde em Foco**, n.11, p. 921-933, 2019.

MENEZES, Mariana Siqueira; FARO, André. Sintomatologia depressiva e regulação emocional em pacientes com doença de crohn e retocolite ulcerativa. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 19, n. 3, p. 743-754, 2018. Disponível em: https://scholar.archive.org/work/a3gkwfw5ozb57dtp4zy52vxrli/access/wayback/https://www.sp-ps.pt/uploads/jornal/607.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.

OMS. THE WHOQOL Group. **The World Health Organization quality of life assessment** (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social science & medicine**, v. 41, n. 10, p. 1403-1409, 1995. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/027795369500112K. Acesso em: 26 mar. 2021.

PAPACOSTA, Nicolas Garcia; NUNES, Gabriel Martins; PACHECO, Renato Jácomo; CARDOSO, Macaulay Viturino; GUEDES, Virgílio Ribeiro. Doença de Crohn: um artigo de revisão. **Revista de Patologia do Tocantins**, v. 4, n. 2, p. 25-35, 2017. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/patologia/article/view/3614/9740. Acesso em: 18 out. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2º edição - Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013, 227 p.

RIPARDO, Antônio Fernando de Sousa; ESTEVÃO, Mayara Lopes; PEREIRA, Camila Pinheiro.Efeitos da Terapia Nutricional no Tratamento da Doença de Crohn: um estudo de revisão. In: **Anais da VII Mostra de Pesquisa em Ciência e Tecnologia Devry Brasil**, 2016. Disponível em: https:// www.even3.com.br/anais/vii mostra. Acesso em: 23 abr. 2021.

ROMANO, Thalyta Karem Ferreira. **Tratamento Farmacológico e não Farmacológico da Doença de Crohn:** uma revisão. Cuité: CES, 2018, 48 p.

SANTOS, Sandra Margarida Rodrigues Santos. **Doença de Crohn:** etiopatogenia, aspectos clínicos, diagnóstico e tratamento. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2013. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4100/1/TESE%20MESTRADO%20SANDRA%20SANTOS.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.

SARLO, Roberta Soares; BARRETO, Carolina Ribeiro; DOMINGUES, Tânia Arena Moreira. Compreendendo a vivência do paciente portador de doença de Crohn. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 21, p. 629-635, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/XcVJLJsPzfXzt6z3hbtSdzr/abstract/?lang=pt&format=html. Acesso em: 12 out. 2021.

SCHUSTER, Chimene Mendel; RAMPELOTTO, Geórgia Figueira. Doença de Crohn e o papel do enfermeiro na reabilitação do estilo de vida alterado. **Revista das Semanas Acadêmicas**, Cachoeira do Sul, v. 3, n. 3, p. 18-27, 2016. Disponível em: https://www.ulbracds.com.br/index.php/rsa/article/view/665. Acesso em: 15 out. 2021.

SOUTO, Clara Nardini. Qualidade de Vida e Doenças Crônicas: possíveis relações. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 4, p. 8169-8196, 2020. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/13167. Acesso em: 05 abr. 2021.

TRINDADE, Marcel; MORCERF, Cely Carolyne Pontes; ESPASANDIN, Viviane Lozano. Terapia biológica na doença de Crohn: quando iniciar? **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, v. 17, n. 1, p. 41-46, 2019. Disponível em: http://www.sbcm.org.br/ojs3/index.php/rsbcm/article/view/448. Acesso em: 15 abr. 2021.

VASCONCELOS, Rayssa Santos; ROCHA, Roseanne Montargil; SOUZA, Evelyn Barbosa; AMARAL, Verônica Rabelo Santana. Qualidade de vida de pacientes com doença inflamatória intestinal: revisão integrativa. **ESTIMA, Brazilian Journal of Enterostomal Therapy**, v. 16, p. e2118, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rayzza-Vasconcelos-2/publication/327236367_Qualidade_de_vida_de_pacientes_com_doenca_inflamatoria_intestinal_revisao_integrativa/links/5f0345d545851550508dd030/Qualidade-de-vida-de-pacientes-com-doenca-inflamatoria-intestinal-revisao-integrativa.pdf. Acesso em: 06 mar. 2021.

VIEIRA, Sônia, HOSSNE, William Saad. **Metodologia Científica para Área da Saúde**. 2º edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, 135 p.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Título da pesquisa: Doença de Crohn: A influência do Crohn na qualidade de vida.
Instituição promotora: Kennedy
Pesquisador responsável: Natalia de Carvalho Teixeira.
Endereço e Telefone: Sarzedo, n 31, Prado, (31) 2138-0950.

Caro Participante:

Gostaríamos de convidá-lo a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada**: "**Doença de Crohn: A influência do Crohn na qualidade de vida, que se refere a um Trabalho de Conclusão do Curso 1, do acadêmicoAna Paula Batista Gomes, orientado pelo pesquisador responsável Natalia de Carvalho Teixeira, do curso de Graduação em Enfermagem, da faculdade Kennedy.

O objetivo desse estudo é avaliar as principais alterações na qualidade de vida do paciente com doença de Crohn. Os resultados contribuirão significativamente já que o Crohn é uma doença que pode se manifestar em qualquer fase da vida, podendo acometer desde crianças até pessoas idosas, possui caráter crônico, ou seja, não possui cura, é uma doença de difícil diagnóstico por suas manifestações clínicas serem bem semelhantes a outras doenças inflamatórias intestinais, o Crohn é uma doença pouco conhecida pela sociedade e até mesmo entre estudantes e profissionais da área da saúde, é importante e faz-se essencial um conhecimento mais aprofundado sobre como essa doença repercute na qualidade de vida dos pacientes, promovendo assim uma maior familiaridade com o tema proposto. Para a enfermagem o conhecimento mais aprofundado sobre as mudanças na qualidade de vida de pacientes com Crohn, irá promover uma maior empatia por parte dos profissionais e à promoção de um cuidado mais holístico, contemplando o indivíduo em todas as suas dimensões biopsicossocial-espiritual, para a área acadêmica irá gerar maior conhecimento e aprofundamento do tema e para a sociedade uma visão mais humanizada sobre a doença.

Sua participação consiste em responder a um questionário online com 10 perguntas abertas que abordam como a doença de Crohn pode influenciar na qualidade de vida, o tempo previsto para o preenchimento é de 15 minutos.

A qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá direito a indenização e caso tenha algum gasto relacionado à pesquisa, terá seu ressarcimento. No entanto, inicialmente, não está previsto gasto algum para na execução desta pesquisa, não estando previstos ressarcimentos ou indenizações.

Considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de risco, nesta pesquisa o risco pode ser avaliado como: quebra de sigilo e desconforto ao responder no questionário temas pessoais. Sendo assim, é importante salientar que os riscos serão minimizados da seguinte forma: a coleta de dados ocorrerá de forma remota, através da plataforma Google forms, por envio de um link aos participantes, não será citado o nome dos participantes, preservando sua imagem. Todas as informações coletadas serão arquivadas por um período de 5 anos em um banco de dados virtual, criado pela pesquisadora e acessado somente por ela, sendo ressaltadas que todas as informações coletadas serão consideradas sigilosas.São esperados os seguintes benefícios da sua participação, a compreensão acerca da influência do Crohn na qualidade de vida, sendo possível trabalhar em cima do mesmo posteriormente, esclarecer dúvidas e incentivar a elaboração de novas pesquisas na área.

Gostaríamos de deixar claro que sua participação é voluntária e que poderá recusar-se a participar ou retirar o seu consentimento, ou ainda descontinuar sua participação se assim o preferir, sem penalização alguma ou sem prejuízo ao seu cuidado. Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante seu anonimato e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes. Este termo foi elaborado conforme legislação vigente, o qual deverá ser assinado ao seu término por você e pelo pesquisador responsável, ficando uma via retida com o pesquisador responsável/ pessoa por ele delegada.

É importante que você faça uma cópia deste documento e guarde-o consigo, antes de dar prosseguimento na sua participação (responder ao questionário), seja por meio de print da tela e ou outra forma que lhe convir, para que tenha informações e

possa entrar em contato, caso deseje mais informações sobre a pesquisa. Os pesquisadores garantem que, ao você responder este questionário, caso seja do seu interesse, será enviado para seu e-mail ou telefone, uma via desse termo assinada pelos pesquisadores para que você possa guardá-lo e entrar em contato, caso deseje mais informações sobre a pesquisa.

Em caso de dúvida (s) e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa, bem como seus resultados, você poderá entrar em contato com o pesquisador principal, Natalia de Carvalho Teixeira, Sarzedo, n 31, Prado, telefone: (31) 2138-0950. Se houver dúvidas sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da FUNORTE, na Av. Osmane Barbosa, 11.111 Bairro JK, Montes Claros - MG, telefone: (38) 2101-9280 ou e-mail: comitedeetica@funorte.edu.br. O comitê de ética é um órgão criado para proceder a análise ética de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil. Este processo é baseado em uma série de normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão vinculado ao Ministério da Saúde. Desde já, agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Assinale a opção que indica ou não seu consentimento / concordância em participar da pesquisa

Eu confirmo que membros da equipe de pesquisa do(a) Prof. (a) Natália de Carvalho Teixeira, citados neste documento deixaram claros os objetivos desta pesquisa, bem como a forma da minha participação. As alternativas para minha participação também estão apresentadas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento e, portanto:

( ) Concordo em participar voluntariamente da pesquisa (acesso para responder ao questionário).

( ) Concordo em participar voluntariamente da pesquisa (acesso para responder ao questionário).).

APÊNDICE B

Dados Sociodemográficos

Nome: _____, Idade _____
Sexo:_____ Escolaridade:_____
Profissão:_____, Estado civil _____
Tempo de diagnóstico da doença de Crohn _____

Aos participantes, fiquem à vontade para responder expressando sua opinião, percepções e sentimentos.

1- Qual foi sua reação após receber o diagnóstico de doença de Crohn?
2- O que vem a sua mente quando você escuta: É uma doença sem cura, qual seu principal medo em relação a isso?
3- Após o diagnóstico da doença, o que mudou em relação aos seus planos quanto ao futuro?
4- Quais os principais desconfortos físicos causados pela doença que você tem que conviver no seu dia a dia, descreva-os.
5- Esses desconfortos te limitam em alguma coisa? Descreva.
6- O Crohn alterou a forma como você se enxerga fisicamente?
7- O Crohn afeta sua autoestima? de que forma? Quais sentimentos envolvidos?
8- Você sente que o Crohn gera algum tipo de constrangimento ou vergonha? se sim, qual?
9- Descreva usando somente uma palavra, O que é ter que conviver com a doença de Crohn.
10- Você enxerga algum ponto ou lado positivo da doença, se sim, qual ou quais?

ANEXO A

ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DO BRASIL - SOEBRAS / FACULDADES UNIDAS DO NORTE DE MINAS - FUNORTE

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Doença de Crohn: A influência do Crohn na qualidade de vida
Pesquisador: Natália de Carvalho Teixeira
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 48961221.7.0000.5141
Instituição Proponente: SOEBRAS - SOCIEDADE EDUCATIVA DO BRASIL LTDA
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.907.813

Apresentação do Projeto:
Os textos apresentados neste parecer, nos tópicos: "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios", foram retirados, na íntegra, do protocolo de pesquisa submetido à plataforma Brasil pelo pesquisador responsável.

A pesquisa visa identificar as principais alterações na qualidade de vida de pacientes com doença de Crohn, suas perspectivas em relação ao futuro, os principais desconfortos vivenciados no dia a dia e como a doença afeta sua autoestima. Tem-se a hipótese que toda pessoa diagnosticada com Crohn sofra com alterações significativas na sua qualidade de vida, pelo fato de se tratar de uma doença que não tem cura. Mediante um questionário que será enviado de forma online via google formes para seguidores do perfil Crohnsciente, que tenham diagnóstico de Crohn a mais de dois anos e que estejam no período de remissão da doença, com idade entre 18 e 45 anos, de ambos os sexos, e que estejam de acordo em participar e responder o questionário.

Objetivo da Pesquisa:
Objetivo Primário:

Avaliar quais as principais alterações na qualidade de vida do paciente com doença de Crohn.

Endereço: Av. Osmane Barbosa, 11.111
Bairro: JK **CEP:** 39.404-006
UF: MG **Município:** MONTES CLAROS
Telefone: (38)2101-9280 **Fax:** (38)2101-9275 **E-mail:** comitedeetica@funorte.edu.br

Objetivo Secundário:

Identificar perspectivas do paciente com Crohn em relação ao futuro. Descrever principais desconfortos físicos causados pelo Crohn. Observar como a doença de Crohn afeta a autoestima do paciente.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
Os riscos e benefícios apresentados pelo pesquisador, descritos a seguir, estão de acordo com a resolução 466/12.

Riscos:

quebra de sigilo e desconforto ao responder no questionário temas pessoais.

Benefícios:

A compreensão acerca da influência do Crohn na qualidade de vida, sendo possível trabalhar em cima do mesmo posteriormente, esclarecer dúvidas e incentivar a elaboração de novas pesquisas na área.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
Em decorrência do cenário epidêmico atual associado à Pandemia de Covid-19, os pesquisadores devem considerar nos procedimentos da pesquisa a adoção de medidas de prevenção sanitária em todas as atividades de pesquisa, principalmente na coleta de dados, de forma a minimizar prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Os termos são apresentados, estando de acordo com a resolução 466/12.

De acordo com o Comunicado n° 05/06/2020 SEI/MS, vimos orientar sobre a importância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) como instrumento de pactuação entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa. Quando da previsão, no desenho metodológico, de coleta de

dados em ambiente virtual (Google Forms, Redcap, Survey Monkey, Zoom, Skype, entre outros), a modalidade de Registro de Consentimento deve apresentar, de maneira destacada, a importância de que o participante de pesquisa guarde em seus arquivos uma cópia do documento e/ou garantindo o envio da via assinada pelos pesquisadores ao participante de pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O comitê de ética da FUNORTE /SOEBRAS analisou o presente projeto e entendeu que o mesmo está dentro das normas do comitê e das normas da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da saúde estando o mesmo APROVADO, lembrando ao pesquisador principal da obrigatoriedade de cumprir o cronograma e o envio do relatório final na data prevista. Caso a pesquisa não seja concluída no prazo estipulado, o pesquisador deve enviar o relatório parcial.

Considerações Finais a critério do CEP:

Enviar ao CEP/SOEBRAS o relatório final deste projeto de pesquisa em até 60 dias após o término da pesquisa com base no cronograma de atividades.É de total responsabilidade do pesquisador responsável que a autorização para o início das atividades da pesquisa seja feita somente após o recebimento do parecer de aprovação do CEP, visto que, em situações em que seja constatado que a pesquisa tenha se iniciado sem a aprovação do CEP, os projetos serão reprovados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1776690.pdf	03/07/2021 15:33:34		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	outro.pdf	03/07/2021 15:32:23	ANA PAULA BATISTA GOMES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	tcc.docx	03/07/2021 15:29:20	ANA PAULA BATISTA GOMES	Aceito
Folha de Rosto	fr.pdf	03/07/2021 15:28:37	ANA PAULA BATISTA GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	26/06/2021 10:10:20	ANA PAULA BATISTA GOMES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

MONTES CLAROS, 16 de Agosto de 2021

Assinado por:
Claudiojanes dos Reis
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Osmane Barbosa, 11.111
Bairro: JK **CEP:** 39.404-006
UF: MG **Município:** MONTES CLAROS
Telefone: (38)2101-9280 **Fax:** (38)2101-9275 **E-mail:** comitedeetica@funorte.edu.br

FACULDADES KENNEDY DE BELO HORIZONTE

JORGIANA APARECIDA DOS SANTOS

AÇÕES EXECUTADAS PELO ENFERMEIRO CAPAZES DE PREVENIR A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Belo Horizonte - MG

2021

JORGIANA APARECIDA DOS SANTOS

AÇÕES EXECUTADAS PELO ENFERMEIRO CAPAZES DE PREVENIR A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Trabalho de Conclusão de Curso à Faculdade Kennedy de Belo Horizonte como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Profª. Orientadora: MsC. Aichele Teixeira Lis

Belo Horizonte - MG

2021

AÇÕES EXECUTADAS PELO ENFERMEIRO CAPAZES DE PREVENIR A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Jorgiana Aparecida dos Santos[117]

Aichele Teixeira Lis[118]

RESUMO

O estudo sobre as ações executadas pelo enfermeiro capazes de prevenir a violência obstétrica apresenta como objetivo analisar as ações executadas pelos enfermeiros para a prevenção à violência obstétrica. O método utilizado para a presente pesquisa foi revisão bibliográfica. Em relação aos fatores dificultadores para a atuação do enfermeiro apontou-se a questão da valorização do trabalho realizado pelo enfermeiro no acompanhamento e monitoramento das parturientes, evidenciando que a capacitação é essencial para que eles desenvolvam as suas atividades embasadas nas boas práticas para um atendimento de qualidade, individualizado e humanizado. O trabalho realizado pelos enfermeiros durante o processo de gestação, parto e pós-parto precisa ser reconhecido. A sua participação no reconhecimento dos direitos das mulheres que são garantidos por lei precisa ser reforçado, evidenciando que o atendimento humanizado individualizado se apresenta ainda como uma dificuldade, frente à questão da intervenção desnecessária que ainda é praticada no país, retirando do parto a sua condição de normalidade, em decorrência das inúmeras intervenções que são realizadas. Sendo assim, evidenciou-se o fato de que as intervenções realizadas de maneira desnecessária configuram-se como sendo a violência contra a mulher, em razão do não atendimento de suas necessidades, bem como um desrespeito as leis que garante o atendimento humanizado e individualizado visando à qualidade do acolhimento que deveria ser realizado de forma mais satisfatória às gestantes.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Violência contra a mulher. Humanização do parto. Assistência de Enfermagem.

ABSTRACT

The study on actions performed by nurses capable of preventing obstetric violence aims to analyze the actions performed by nurses to prevent obstetric violence. The method used for this research was a literature review. Regarding the complicating factors for the performance of nurses, the issue of valuing the work performed by nurses in the follow-up and monitoring of parturients was pointed out, showing that training is essential for them to develop their activities based on good practices for providing care. quality, individualized and humanized. The work performed by nurses during the pregnancy, childbirth and postpartum process needs to be recognized. Their participation in the recognition of women's rights that are guaranteed by law needs to be reinforced, showing that individualized humanized care is still a difficulty, given the issue of unnecessary intervention that is still practiced in the country, removing their condition from childbirth. of normality, as a result of the numerous interventions that are carried out. Thus, it was highlighted the fact that interventions performed unnecessarily are configured as violence against women, due to the failure to meet their needs, as well as a disregard for the laws that guarantee humanized and individualized care aimed at the quality of care that should be performed more satisfactorily to pregnant women.

Keywords: Obstetric violence. Violence against women. Humanization of childbirth. Nursing Care.

---

[117] Aluna do Curso de Graduação de Enfermagem da Faculdade Kennedy de Belo Horizonte. E-mail: jorgiana.santos@soukennedy.com.br

[118] Profª. MsC. Aichele Teixeira Lis – Orientadora. E-mail: aichele@somoskennedy.com.br

1 INTRODUÇAO

Segundo Fernandes; Lima (2016), um dos principais mecanismos sociais que impede a liberdade, a igualdade e a concretização da dignidade da pessoa humana no âmbito feminino é a violência contra a mulher. Em nossa sociedade, pode-se configurar de diversas formas e em inúmeras situações, constituindo-se como temática da presente pesquisa as ações executadas pelo enfermeiro que vislumbram a prevenção da violência obstétrica às mulheres em trabalho de parto no sistema de saúde.

Para Cavalcanti (2017), no Brasil, apesar das leis, princípios e diretrizes que protegem a gravidez, o parto e o pós-parto, ressalta-se que existem pesquisas realizadas pela Fundação Perseu Abramo (2010) que revelam o fato de que as mulheres ainda sofrem, com frequência, tratamentos inadequados como intervenções e procedimentos desnecessários, frases grosseiras, e, muitas vezes, a coibição da presença de um acompanhante o qual essa mulher tem o direito previsto em pela Lei n° 11.108, 07 de abril, de 2005.

Em 2014, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014) interessada em estudar o assunto, publicou um documento marcante sobre a “prevenção e eliminação de abusos, desrespeitos, e maus tratos durante o trabalho de parto em instituições de saúde”. Tal documento destacou que estes procedimentos desnecessários acontecem em todas as instituições de saúde do universo.

A OMS (2014), ainda evidenciou que o tratamento inadequado, bem como a violência constada por meio de denúncias viola não somente os direitos das mulheres em relação ao respeito, mas apresenta agravante ameaça ao direito à vida, à saúde, à integridade física e a não discriminação.

Vale ressaltar ainda que, todas as mulheres possuem o direito ao mais elevado padrão de saúde, com assistência digna e respeitosa durante o período da gravidez e no parto. Por isso, Macedo (2015) pondera que se faz necessária à ampliação dos estudos referentes ao tema proposto, com o intuito de informar as mulheres de seus direitos e sua defesa frente aos diferentes tipos de abusos que são cometidos.

No Brasil, a garantia dos direitos das mulheres em relação à saúde apresenta-se no art. 196, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que a saúde seja um direito de todas as pessoas e dever do Estado, com a garantia de políticas públicas, sociais e econômicas que visam à redução do risco de doenças e de outros agravos, com acesso universal e igualitário para a promoção, assistência e recuperação da saúde de todos os cidadãos.

Por isso, Santos *et al.,* (2018), embasando-se na constituição Federal de 1988, em seu art. 196, relata que as políticas em saúde devem estar voltadas para a redução do risco da violência obstétrica e suas consequências.

Para Barbosa *et al.,* (2018), o enfermeiro precisa ter segurança na prática, considerando os padrões de qualidade e princípios éticos, como a responsabilidade de uma atenção maior ao atendimento e a uma ausculta de qualidade voltados para consultas do pré-natal, além de estar direcionado ao parto humanizado.

Santos *et al.,* (2018), corroborando com Barbosa *et al*., (2018), comentam, ainda, que o enfermeiro precisa estar capacitado e atualizado em seus conhecimentos, destacando a relevância de sua competência e habilidade para avaliar, prevenir e decidir sobre as condutas de atendimento que precisam ser efetivadas para a garantia de uma assistência de qualidade e humanizada.

Para Holanda, *et al.,* (2018), os enfermeiros obstétricos desempenham um papel importante na assistência no trabalho de parto como tática de redução das intervenções, na busca de respeito e segurança em todo o processo.

Carvalho (2019) comenta que, as parteiras que cuidavam das mulheres durante o trabalho de parto em seus próprios lares realizavam as suas atividades com o objetivo de contribuir para que os bebês viessem ao mundo; com a formação profissional, os médicos e enfermeiros passaram a realizar esta função, utilizando de seus conhecimentos científicos para o atendimento das necessidades das parturientes.

A profissionalização dos enfermeiros frente aos cuidados com as mulheres gestantes inicia-se desde o pré-natal, durante o parto, bem como no pós-parto, permitindo com que se estabeleça a relação de confiança frente a este momento tão importante na vida das mulheres, passando a serem assistidas em hospitais com a supervisão dos profissionais da saúde (ZANARDO *et al*., 2017).

Os profissionais da saúde responsáveis pela assistência às mulheres gestantes nas unidades hospitalares são identificados como sendo os residentes em obstetrícia, anestesiologista, generalista, enfermeira obstétrica, enfermeiros assistenciais e técnico em enfermagem (MACEDO, 2015).

Com a formação das equipes de profissionais de saúde para o atendimento das parturientes, faz-se relevante comentar sobre a evolução das atividades das parteiras, que por muito tempo, realizaram suas atividades embasadas em seus conhecimentos práticos e culturais. No entanto, com a assistência médica baseada na ciência e na tecnologia intervencionista e hospitalar, propiciou o aperfeiçoamento das técnicas de atendimento às mulheres, propiciando-lhes o atendimento mais especializado para a sua qualidade de vida (ZANARDO *et al*., 2017).

Para Melo (2020), a relevância das intervenções é indiscutível em relação ao parto, como a realização da cesárea em casos de alto risco, vislumbrando a garantia da saúde do bebê e da mulher. No entanto, vale ressaltar que, a necessidade de análise das intervenções dos profissionais, uma vez que nem todas as intervenções são consideradas necessárias ou que apresentem resultados positivos, podendo comprometer os cuidados levando a violência que é analisada neste estudo.

Zirr (2019) comenta que na sociedade moderna, o processo de nascimento apresenta-se conceituado bem diferente. No passado, o parto era realizado em casa, tendo como monitoramento, o comportamento das mulheres, o que era considerado normal, para as condições da época.

Com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, de acordo com Zirr (2019, p. 02), “o parto passou a ser hospitalar e a institucionalização afastou a mulher do apoio da família, tornando-se, muitas vezes, apenas um sujeito passivo e não protagonista da ação”. Ainda de acordo com o autor, com a modificação desse cenário tornou-a vulnerável, sendo sujeitada a situações que infantilizava, fragilizava, descaracterizava e violentava as mulheres, sem o devido respeito à mulher e os seus direitos.

Matos *et al.,* (2019), a obstetrícia envolve uma variedade de comportamentos que violam os direitos das mulheres, como abusos verbais na forma de xingamentos e mudança de voz durante o tratamento das pacientes, além de realização de exames inconvenientes e desagradáveis. Outras formas de violência são

evidenciadas durante os procedimentos, sem anestesias, bem como agressões físicas e psicológicas.

Dessa maneira, Sehnem *et al.,* (2020), corroborando com Matos *et al*., (2019), comenta que há necessidade de garantir a assistência humanizada no decorrer do trabalho de parto e nascimento, faz-se relevante que os profissionais de saúde efetivem as boas práticas para o atendimento humanizado e acolhedor.

As boas práticas durante o trabalho de parto tem por finalidade o atendimento incisivo, com a garantia dos direitos a informação, o consentimento esclarecido e o direito de recusa para prosseguir as ações que estão sendo realizadas (ZANARDO *et al*., 2017).

Shenem *et al*., (2020, p. 04), relata que, “o direito do acompanhante durante toda a internação obstétrica e o respeito ao sigilo e a privacidade da parturiente”, é de suma relevância, para que o tratamento efetivado seja realizado de maneira transparente e de maneira humanizada.

A conexão entre os profissionais e a paciente precisa ser estabelecida e fortalecida através da esculta e do compartilhamento de informações, de maneira a permitir que os profissionais da saúde e, principalmente, os enfermeiros tenham conhecimentos frente às pacientes para que as suas ações fossem impetradas de forma a garantir a melhor intervenção em relação aos procedimentos obstétricos (MELO *et al.,* 2018).

Matos *et al.,* (2019), comenta que, o Ministério da Saúde determina que toda mulher seja atendida em seu direito de ter uma gestação segura e humanizada, respeitando a sua vontade sobre os procedimentos realizados durante a gestação e o parto.

As gestantes possuem o direito de decidir sobre os procedimentos durante a sua gestação e durante o parto tendo como embasamento as orientações dos enfermeiros durante as consultas de pré-natal, bem como durante a realização do parto, por meio das orientações dos profissionais da saúde (SEHNEM *et al.*, 2020).

Dessa maneira, faz-se relevante comentar sobre as intervenções obstétricas desnecessárias que comprometem o atendimento eficiente e humanizado junto às mulheres durante o seu período de gestação e durante o nascimento.

1.1 Intervenções Obstétricas Desnecessárias

Segundo, Zanardo, *et al.* (2017), no decorrer da história, as mulheres foram vítima de diversas formas de violência. A Organização Mundial (OMS, 2014), a violência é definida como sendo a imposição de uma quantidade significativa de dor e sofrimento inevitáveis. Em relação à violência obstétrica, apresenta-se como sendo um tipo de violência contra as mulheres, desencadeando a reflexão sobre as ações que precisam ser efetivadas para combater as atividades intervencionistas que foram caracterizadas como violência. Sendo assim, Zorzan; Cavalcante (2017), em relação aos direitos das mulheres no parto, relata que:

> No Brasil, o descumprimento dos direitos humanos das mulheres no parto tem sido um tema polêmico na saúde pública. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Abramo, uma em cada quatro brasileiras sofre algum tipo de violência durante o parto, dentre as quais: violência verbal (como xingamentos, frases de conotação sexual) e violência física (procedimentos dolorosos e desnecessários sem). O mesmo foi visto em pesquisa recente, realizada pela internet, que alcançou quase 2 mil mulheres. (ZORZAN; CAVALCANTE, 2017, p. 13).

Para Barros; Pereira (2021) existe uma ligação entre a violência e a posição social das mulheres. Faz-se relevante comentar, ainda, que o nível social das mulheres também é considerado um fator que influencia nos índices referentes à violência às mulheres, ressaltando que elas consumam sofrer assédio e desrespeito durante o parto.

Barros; Pereira (2021) comenta ainda que, os níveis de educação também se encontram associados à violência, ressaltando que o conhecimento frente às leis e direitos dos cidadãos precisa ser de conhecimento de todos, o que não ocorre de forma igualitária, uma vez que, nem todas as mulheres possuem o nível de educação para o entendimento sobre as leis que regem os direitos das mulheres e de todos os cidadãos.

1.2 Políticas Públicas que asseguram e protegem as mulheres e os recém-nascidos

As políticas públicas que asseguram e protegem as mulheres e os recém-nascidos são fundamentais para que os procedimentos realizados pelos enfermeiros e demais profissionais da saúde exerçam as suas atividades de maneira a promover o cumprimento das normas e legislações que regem o trabalho desenvolvido, bem como os direitos dos pacientes (ZANARDO *et al.*, 2017).

Mamede; Prudêncio (2015) comentam que as ações do governo brasileiro em relação às questões do direito reprodutivo demonstram que os esforços para intervir e agir na saúde da mulher se encontram relacionados com as questões de redução da desigualdade dos indicadores epidemiológicos relacionados à saúde da mulher, bem como a ampliação dos direitos reprodutivos.

De acordo com Santos; Araújo (2016), o feminismo que ocorreu no Brasil a partir dos anos de 1970, impulsionou a reação das mulheres, em relação à luta por políticas públicas referentes à humanização e o direito de serem assistidas com dignidade.

O reconhecimento do direito da mulher promoveu políticas públicas como a rede cegonha, o programa de assistência integral à saúde da mulher e a criação da Lei do Acompanhante, Lei n. 11.108, de 07 de abril de 2005, que, alterou a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990 para garantir as parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do sistema Único de Saúde (SUS) (ROCHA; FERREIRA, 2020).

Salienta-se, ainda, que a Política de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN) que garante o atendimento humanizado e de qualidade às mulheres apresenta-se estruturada em princípios que possibilitam o desenvolvimento das estratégias de garantias de seus direitos, sendo estes princípios preconizam que toda gestante tem o direito ao atendimento qualificado durante a gestação, parto e pós-parto; a segurança de que terá acesso à maternidade; ter o direito de atendimento no momento do parto, assistência ao parto e pós-parto; e, a garantia da humanização, estabelecendo o direito ao neonato de qualidade (SANTOS *et al.,* 2020).

Neste sentido, ainda há de salientar sobre a questão referente à transformação do cenário obstétrico, o qual se apresenta como um dos focos apresentados neste estudo.

1.3 A transformação do cenário obstétrico

A transformação do cenário obstétrico configura-se como um fator relevante para o entendimento da evolução do cenário de atendimento humanizado referente

ao acolhimento e atendimento às gestantes em suas necessidades (ROCHA; FERREIRA, 2020)..

Leal *et al.,* (2014), em seus estudos aponta que nos últimos dez anos não foram realizados estudos para a avaliação do atendimento pré-natal disponibilizado às mulheres, sendo este período de análise correspondente ao início das consultas e os procedimentos realizados.

Dias (2014), complementa os estudos de Leal *et al*., (2014), relatando que não existem, ainda, estudos que descrevam os processos e procedimentos utilizados em obstetrícia no Brasil, ou seja, não há clareza frente ao monitoramento das medidas e intervenções obstétricas que são utilizadas, não havendo, ainda, informações também relacionadas sobre a distribuição por área geográfica, status social, paridade e tipo de atendimento de saúde (público ou privado).

Filha (2014) comenta que as ações do Ministério da Saúde voltadas para o desenvolvimento de diretrizes e técnicas contínuas precisam ser evidenciadas, salientando que a necessidade de materiais de capacitação para os obstetras ginecologistas que atuam na assistência ao parto precisam ser reconhecidas como significativas.

No entanto, os profissionais da saúde, salientando a atividade exercida pelos enfermeiros e médicos não se encontram satisfatórias para que ocorram mudanças reais no cenário obstétrico brasileiro, ressaltando que, a cesárea no Brasil alcança níveis elevados em comparação com os demais países do mundo (HOLANDA *et al.,* 2018)..

A situação em relação à cesárea no Brasil configura-se como um fator preocupante, uma vez que é apontada como sendo uma desvantagem materna e perinatal no Brasil, o que desencadeia o entendimento da qualidade insatisfatória da assistência obstétrica brasileira em razão da ampla cobertura de serviços prestados pelo sistema de saúde (BARBOSA *et al.,* 2018).

Carvalho; Silva (2019) comentam que o atual modelo de assistência obstétrica e neonatal que se apresenta o Brasil propicia o conhecimento de que a situação das parturientes brasileiras é ainda mais grave, uma vez que, neste modelo assistência, o processo de parto é considerado um problema médico, e a gravidez é considerada o corpo feminino potencialmente patológico e imperfeito com necessidades de intervenções e reparações.

Para tanto, faz-se relevante à observação de que, as ponderações apresentadas por Carvalho; Silva (2019) é contestada pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), uma vez que contrariam as diretrizes que defendem que o parto é um fenômeno natural que deve ser tratado com cautela, garantindo a saúde, a qualidade, o bem estar e o atendimento satisfatório às mulheres.

Neste sentido, Souza (2019) relata que a reorganização do modelo de atenção médica obstétrica se encontra relacionado ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS), que é responsável por promover a informação a todos os pacientes e profissionais de maneira clara por meio da educação permanente, de forma que ocorra a mobilização e a consolidação dos conhecimentos dos agentes e usuários de saúde para que ocorra a visibilidade das políticas públicas que são essenciais para a garantia do atendimento de todos os cidadãos.

Dessa maneira, embasando-se nas informações da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014), faz-se possível compreender que para se evitar e eliminar o desrespeito e os abusos contra a mulher durante a assistência institucional ao parto, no mundo inteiro, devem-se ser adotadas medidas referentes ao maior apoio dos governos e parceiros, efetivação de ações que apoiam as mudanças na conduta dos profissionais de saúde, salientando a melhoria das condições de trabalho e do ambiente, evidenciando a orientação técnica necessária para o aprimoramento das ações e estratégias efetivadas para o atendimento das gestantes durante todo o processo de acompanhamento.

Dessa maneira, justifica a abertura da discussão sobre as ações de transformação no cenário obstétrico no sistema público de saúde, com o intuito de promover o entendimento e o aprofundamento dos conhecimentos frente ao cenário obstétrico, em que a intervenção dos enfermeiros se apresenta como essencial para que as práticas inadequadas e os procedimentos desnecessários sejam coibidos visando à qualidade de vida das parturientes e a garantia de seus direitos frente à dignidade e ao tratamento de qualidade e humanizado.

As práticas desenvolvidas pelos enfermeiros são fundamentais para que o sucesso do trabalho desenvolvido na área obstétrica assegure a dignidade e a autonomia das parturientes durante o parto, por meio do cuidado e das intervenções realizadas.

O objetivo do estudo visa analisar as ações executadas pelos enfermeiros para a prevenção à violência obstétrica.

2. MATERIAL E MÉTODO

O método utilizado para a presente pesquisa foi revisão bibliográfica, por meio da busca de artigos científicos e materiais de revistas já publicadas e disponibilizadas, de acordo com o tema da pesquisa. Utilizou-se como base de coleta de dados para a pesquisa: Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*), BDENF (Base de Dados de Enfermagem – *Bireme*), Google Acadêmico, *Lilacs* (Literatura Latina Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), entre outros que abordam o tema e forneceram suporte para o alcance dos objetivos do estudo.

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão para os artigos e revistas pesquisados: temas relacionados ações executadas pelo enfermeiro capazes de prevenir a violência obstétrica durante o trabalho de parto e parto no sistema de saúde, publicadas no período de 2014 a 2021 (intervalo de 7 anos). Foi selecionado este período por incluir estudos mais recentes sobre o tema proposto.

Para a busca foram utilizados os seguintes descritores: “violência obstétrica”, “violência contra a mulher”, “humanização do parto” e assistência de enfermagem, retirados dos descritores em ciências da saúde DECs.

Após o levantamento dos dados, realizou-se a leitura do material; para obter as informações necessárias, organizar e analisar, a fim de conseguir melhor interpretação deles.

A busca se deu em três etapas:

Etapa 1: Realização da leitura dos títulos e resumos dos estudos identificados nas bases de dados a partir dos descritores citados acima.

Etapa 2: Realização da leitura do material em sua íntegra tendo como embasamento estudos de interesse dessa pesquisa com o objetivo de selecionar os mais relevantes.

Etapa 3: Através da análise realizada do material selecionado foram excluídos os estudos que se apresentaram duplicados, bem como àqueles que não atenderam os critérios de inclusão relacionados para este estudo.

Por não envolver seres humanos na pesquisa, não foi necessária a submissão e aprovação do comitê de ética em pesquisa envolvendo seres humanos.

Os estudos selecionados foram organizados e apresentado no quadro explicativo, sendo composto por 13 artigos, como é demonstrado no Quadro 1.

2. DISCURSÃO

A partir das informações obtidas dos estudos selecionados foram construídas duas categorias de análise e discussão, que foram explanadas a seguir:

Quadro 1: Resumo dos artigos utilizados na discussão

AUTORES	TÍTULO	OBJETIVOS	MÉTODO	CONCLUSÃO
VARGENS; SILVA; PROGIANTI (2017)	Contribuição de enfermeiras obstétricas para consolidação do parto humanizado em maternidades no Rio de Janeiro – Brasil	Identificar as práticas empregadas por enfermeiras obstétricas na assistência ao parto em maternidades públicas e sua contribuição na consolidação da humanização do parto e nascimento.	Estudo descritivo, quantitativo, transversal, conduzido em maternidades da rede pública municipal do Rio de Janeiro, onde foram avaliados registros de 4.787 partos, dos quais 2.914 (59,73%) foram acompanhados por enfermeiras obstétricas.	As práticas mais utilizadas foram aquelas que não interferem na fisiologia, contribuindo para a humanização. A presença de práticas intervencionistas reflete um processo ainda em transformação.
MOURA *et al.,* (2018)	Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica.	Identificar, na literatura científica nacional, a assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica.	Revisão integrativa da literatura, realizada entre os meses de maio a junho de 2017, nas bases de dados online *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).	Para prevenir a violência obstétrica faz-se necessário uma assistência de enfermagem e um ambiente que proporcionem a autonomia da mulher gestante.
MELO *et al.,* (2018)	Atuação do enfermeiro no parto humanizado.	Investigar na literatura nacional qual o papel do enfermeiro na humanização do parto.	Trata-se de uma revisão de literatura com artigos em português, na base de dados Scielo, utilizando os descritores: “parto humanizado” e “enfermeiro”.	Necessária à aquisição de profissionais qualificados e comprometidos e que recebem a mulher com respeito, ética, dignidade e empatia, além de incentivar a mulher a exercer sua autonomia no resgate ao papel ativo no parto, como também a serem protagonista de suas vidas para fazer qualquer escolha. E repudiarem qualquer tipo de discriminação e violência, que possa comprometer os direitos da mulher e cidadã.
ALVES *et al.,* (2019)	Contribuições da enfermagem obstétrica para as boas práticas no	Analisar as contribuições da enfermagem obstétrica para as boas práticas no trabalho de parto vaginal.	Estudo transversal, quantitativo, retrospectivo, envolvendo 475 prontuários de mulheres com gestação de risco habitual, do estado de Goiás, no período de janeiro a dezembro de	Enfatiza-se a importância da atuação da Enfermagem Obstétrica no parto para garantir assistência humanizada e boas práticas.

	trabalho de parto e parto vaginal		2016. Análise com testes qui-quadrado de Yates e Exato de Fischer.	
BIONDI *et al.,* (2019)	Relações interpessoais durante o parto: percepções de adolescentes.	Conhecer a percepção das adolescentes acerca das relações interpessoais estabelecidas com os profissionais de um Centro Obstétrico.	Estudo qualitativo exploratório descritivo. Foram entrevistadas 62 adolescentes que tiveram filho em um Hospital Universitário do sul do Brasil. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, buscou-se visualizar os diferentes papéis profissionais descritos por Peplau.	O relacionamento interpessoal não é compreendido como parte fundamental da assistência ao parto, deixando de ser explorado em sua plenitude enquanto parte do cuidado, permanecendo em segundo plano e compartimentalizando a assistência ao parto.
PILER *et al.,* (2019)	Protocolo de Boas Práticas obstétricas para os cuidados de enfermagem no processo de parturição	Construir com os profissionais de Enfermagem protocolo assistenciais para nortear os cuidados de Enfermagem no processo de parturição, embasando-se nas boas práticas de atenção ao parto e ao nascimento.	Estudo com abordagem qualitativa baseado na pesquisa convergente assistencial envolvendo 36 profissionais de Enfermagem de um Centro Cirúrgico Obstétrico e Ginecológico, no período de junho a agosto de 2017.	A construção compartilhada do protocolo assistencial para a mulher em processo de parturição possibilitou identificar e compreender as barreiras e fragilidades no processo assistencial, refletir e discutir possibilidades para nortear as ações de cada profissional envolvido.
SILVA *et al.,* (2019)	Violência obstétrica: uma revisão integrativa.	Revisar pesquisas brasileiras, identificando os tipos de violência obstétrica, possíveis causas observadas e o papel do enfermeiro nesse cenário.	Revisão integrativa realizada em 2018, com artigos brasileiros selecionados na Biblioteca Virtual em Saúde.	A enfermeira obstétrica pode contribuir para a redução dessa violência. São necessários mais investimentos na formação dessas profissionais e proporcionar assistência de qualidade no pré-natal e parto.
KATZ *et al.,* (2020)	Quem tem medo da violência obstétrica?	Analisar o cenário de violência obstétrica.	Revisão bibliografia.	O resultado da violência obstétrica agride brutalmente as mulheres, toda a nossa empatia e solidariedade estão com elas.

ROCHA; FERREIRA (2020)	A escolha da via de parto e a autonomia das mulheres no Brasil: uma revisão integrativa.	Apresentar e discutir quais os determinantes e como ocorre a escolha da via de parto, levando em conta o direito de autonomia das mulheres.	Revisão integrativa sobre os determinantes que envolvem a escolha da via de parto no Brasil.	Os achados revelaram que aspectos como acesso aos serviços, violência obstétrica e informação às mulheres sobre as vias de parto são preponderantes. Quanto à autonomia das mulheres, elas não se sentem participativas ou respeitadas na decisão. Ademais, espera-se contribuir para a discussão sobre a elaboração de medidas que garantam o direito da mulher quanto à sua participação na escolha da via de parto, possibilitando a escolha informada e resgatando a autonomia das mulheres em seu processo gravídico-puerperal.
SANTOS *et al*., (2020)	Violência Obstétrica na Perspectiva e raça/cor: uma revisão integrativa.	Identificar a maneira pela qual se aborda cientificamente a violência obstétrica na perspectiva de raça/cor.	Revisão integrativa de literatura em 129 trabalhos publicados entre 2009 e 2019, extraídos das bases eletrônicas de dados LILACS, MEDLINE e SCIELO, nove dos quais foram selecionados para análise.	Aborda-se a violência obstétrica de forma naturalizada, correlacionando a perspectiva de raça/cor com a caracterização das participantes dos estudos, e em que se focaliza a discriminação como uma prática violenta com intersecção de raça, gênero e classe, explicitando as iniquidades em saúde e a violação de direitos. A Enfermagem pode promover mudanças nesse cenário, empoderando as mulheres no processo assistencial.

VELOSO *et al.,* (2020)	Atuação dos profissionais de saúde e o processo de humanização no centro obstétrico	Identificar a maneira pela qual se aborda cientificamente a violência obstétrica na perspectiva de raça/cor	Trata-se de um estudo bibliográfico, tipo revisão sistemática. Realizou-se a busca por artigos; publicados nos últimos cinco anos (2014 a 2019); nos idiomas português, inglês e espanhol; disponíveis na íntegra. Foram consultadas as seguintes plataformas de dados BDENF, MEDLINE, LILACS e SciELO.	Observou-se a imprescindibilidade de reformar as práticas diárias, consolidar a adoção de práticas firmadas em fundamentos científicos impulsionando os profissionais e a sociedade civil a assegurar as gestantes um atendimento de saúde com igualdade e remediabilidade; e livre de violência obstétrica.
LEAL *et al.,* (2021)	Práticas de humanização no transcurso parturitivo na ótica de puérperas e enfermeiras obstétricas.	Compreender as práticas de humanização no transcurso parturitivo na ótica de puérperas e enfermeiras obstétricas.	Pesquisa exploratória, descritiva, qualitativa, desenvolvida em uma maternidade no estado da Bahia. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas, com um roteiro estruturado aplicado a 11 puérperas e 5 enfermeiras obstétricas no período de março a junho de 2019. A análise seguiu a estrutura de conteúdo de Bardin.	A enfermeira obstétrica é uma profissional qualificada para a assistência à mulher em trabalho de parto e nascimento, porque pode favorecer a implantação e implementação do cuidado com práticas de humanização, respeito às escolhas da mulher e incentivo à via de parto normal com o olhar ampliado às necessidades individuais e multiprofissionais.
SOUZA *et al.,* (2021)	O papel do enfermeiro no ciclo gravídico-puerperal frente à violência obstétrica: uma revisão integrativa	Buscar na literatura o que as evidências científicas abordam sobre os tipos de violências obstétricas e o papel do enfermeiro.	Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de caráter exploratório e cunho qualitativo Foram utilizados os descritores: "assistência de enfermagem", "prática de enfermagem" combinados às palavras: "violência obstétrica", selecionando artigos publicados no período de 2015 a 2021 na base de dados Medline, LILACS e Acervo+.	Visto que é de suma importância mudanças no modelo de assistência obstétrica no Brasil, há uma grande necessidade de expor para as parturientes a importância de se manterem informadas sobre a violência obstétrica, sendo orientadas e tratadas como donas do próprio corpo.

Fonte: Dados elaborados pelo autor (2021).

3.1 A importância das ações do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica

Segundo Katz *et al.* (2020), amparar a gestante e o processo de parto e parto deve ser pautado por uma assistência de qualidade e humanizada, sendo a missão do enfermeiro e do serviço de saúde acolher mulheres e recém-nascidos com dignidade, levando-os adiante como sujeitos de direito. Ainda que esta afirmação parecesse lógica e simples, há evidências fortes e progressivas da coocorrências de atos de violência e desrespeito vividos por mulheres em ambientes de cuidados obstétricos, principalmente durante o trabalho de parto e parto.

Para Melo *et al.,* (2018), as violações desse direito têm sido chamadas de desrespeito, abuso ou violência obstétrica. Moura *et al.,* (2018) comentam que o parto para muitas mulheres é considerado um momento doloroso e angustiante, uma vez que, ao entrarem nas instituições hospitalares, passam a não possuir o controle da situação, resultando em consequências imprevisíveis e fora do contexto familiar.

Sendo assim, Piler *et al.,* (2019) comentam que, neste momento da internação, o enfermeiro passa a ser considerado o profissional de saúde que se encontra mais próximo à mulher, o que remete ao entendimento de que o envolvimento do enfermeiro obstetra em partos de baixo risco ou normal se faz fundamental para a redução das intervenções desnecessárias por garantir a atenção integral para a parturiente e sua família.

Por isso, ao salientar a importância do enfermeiro obstetra, a Organização Mundial de Saúde afirma ser este profissional o mais bem preparado para a mudança das práticas de violência e a consolidação de uma assistência segura ao processo de parto e nascimento, uma vez que, por meio de seus conhecimentos, oportuniza a paciente a relação de confiança e de informações que são necessárias para a garantia do atendimento humanizado com ações que resultem no atendimento de suas necessidades (BIONDI *et al.,* 2019)

Corroborando com Biondi *et al.,* (2019), Alves *et al.,* (2019), em seus estudos demonstraram que as ações do enfermeiro obstetra durante o parto promove um equilíbrio entre o processo fisiológico e as intervenções necessárias, realizando o

trabalho de identificação, reparo e condução das ações mediante a observação das necessidades das gestantes evidenciando o atendimento especializado.

Por isso, Moura *et al.,* (2018) complementam que o enfermeiro obstetra presta um atendimento mais individualizado e personalizado para cada parturiente e seus acompanhantes. Sendo salientado por Rocha; Ferreira (2020), o programa Rede Cegonha, o qual incentiva a formação e atuação de enfermeiros obstetras para o atendimento mais humanizado pautado nas boas práticas.

Para Vargens *et al.,* (2017), o enfermeiro obstetra trata-se de um profissional que precisa compreender o parto em uma perspectiva com a aplicação de Tecnologias não Invasivas de Cuidado de Enfermagem Obstétrica (TNICE).

Silva *et al.,* (2019) corroborando com Vargens *et al.,* (2017) comentam, ainda, que o diálogo entre enfermeiros e gestantes precisa ser efetivado durante o trabalho de parto, fortalecendo a parturiente e possibilitando-a ao enfrentamento das dores fisiológicas, oferecendo os cuidados necessários com alta qualidade.

O diálogo precisa ser estabelecido baseado na relação de confiança entre o enfermeiro e a gestante, propiciando o respeito e o reconhecimento das dimensões sociais e culturais que são fundamentais para que as mulheres desejem o parto natural, sem a ocorrência de intervenções como a realização de cesárea, mesmo havendo o atendimento hospitalar (VELOSO *et al.,* 2020).

Melo *et al.*, (2018), em sua pesquisa, ressaltam que o enfermeiro procura atuar oferecendo à parturiente maior segurança, conforto e diminuição da ansiedade, sempre com escuta ativa e atenta, estabelecendo um vínculo com a gestante, pois é importante para tomar consciência de suas necessidades e, portanto, saber quais ações devem ser executadas. Dessa forma, o enfermeiro tem ganhado cada vez mais experiências, competências, habilidades e autoconfiança, pois o profissional enfermeiro reconhece que deve prestar cuidados adequados e de qualidade, por isso busca sempre ser acolhedor para as paciente (SOUZA *et al.,* 2021)

Silva *et al,.* (2019), em suas ponderações, destaca que o parto é visto como uma experiência significativa com base na singularidade e cultura de cada mulher. Por isso, a assistência prestada pelo enfermeiro obstetra precisa ser humanizada e objetiva promovendo o respeito aos direitos da mulher e da criança. Para Veloso *et*

al., (2020) as ações do enfermeiro direcionadas a humanização do trabalho de parto e parto trazem reflexos sobre os cuidados obstétricos aplicados no passado, em que as intervenções eram menos frequentes.

Santos *et al.*, (2020), em seus estudos, esclarece que o domínio do enfermeiro na assistência obstétrica e a adesão às melhores práticas permite a compreensão de sua contribuição para a prática da assistência. O autor destaca, ainda, que os comportamentos pautados na humanização do cuidado, como o direito ao acompanhante, a liberdade de posição e movimentação, a utilização de métodos não farmacológicos para alívio da dor, a realização de sucessivos toques vaginais e a baixa prevalência de incisões perineais (episiotomia), evitam as internações hospitalares prematuras. Por isso, Leal *et al., (*2021) corroboram com Santos *et al.,* (2020), ao considerarem que o enfermeiro obstetra apresenta as melhores práticas para uma mudança de paradigma com um parto humanizado e seguro, que resgata o papel da mulher no parto.

Veloso *et al.,* (2020), afirma que humanizando o parto, a superação do medo e do isolamento da mulher em um modelo hegemônico, medicalizado e intervencionista de atenção obstétrica se faz possível em razão das boas práticas desenvolvidas pelo enfermeiro mediante as suas ações.

Souza *et al.,* (2021), consideraram que enfermeiro obstetra seja capaz de promover ações que promovam mudanças de atitudes e comportamentos violentos da assistência obstétrica, que corroborando com a Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde evidencia o programa de humanização da Rede Cegonha, como o profissional mais apropriado para a transformação da história brasileira e fortalecimento da assistência segura no processo de trabalho de parto e parto.

3.2 Fatores dificultadores enfrentados pelo enfermeiro na prevenção da violência obstétrica

Segundo Rocha; Ferreira (2020), em sua pesquisa comentam que, no padrão hospitalar brasileiro, são os enfermeiros e a sua categoria que passa a maior parte do tempo cuidando da parturiente, e se apresenta com ela em todos os momentos da sua internação, acompanhando-a a todo o tempo, antes, durante e depois de qualquer procedimento médico, monitorando a melhora ou deterioração do estado

de saúde, observando as complicações e oferecendo os tratamentos que se encontram além de sua técnica.

Biondi *et al.,* (2019), em suas pesquisas relataram que, vários elementos criam um ambiente em que a autonomia do enfermeiro é prejudicada. As relações interpessoais contraditórias com os demais membros da equipe multiprofissional refletem no equilíbrio do poder entre os diferentes profissionais, o que ressalta uma limitação das ações do enfermeiro nas atividades assistenciais, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de práticas humanizadoras no parto.

O enfermeiro, nesse sentido, fica impedido de atuar de acordo com os princípios da humanização e com seus conhecimentos e valores morais, de não propiciar a parturiente ações que entendam como apropriadas, o que o leva a vivenciar sofrimento moral (KATZ *et al.,* 2020).

Santos *et al.*, (2018), pondera que embora os avanços nas políticas e em portarias ministeriais garanta o exercício profissional, que ampara o trabalho dos enfermeiros obstetras, sua participação na obstetrícia ainda não é considerada tão importante nas rotinas dos serviços de saúde. Para Alves *et al.,* (2019) a superação realidade continua sendo um fator desafiador, uma vez que o atendimento a parturiente apresenta ainda como foco o modelo biomédico, em que o intervencionismo é prática habitual nos adaptadores que atendem essas parturientes, com crescimento em todas as regiões do Brasil.

Para Leal *et al,* (2021), a dificuldade de rompimento com a tradição da assistência médica é internalizada como uma condição superior e única, na qual o enfermeiro, muitas vezes, tem apenas uma função auxiliar. Nesse caso, Santos *et al.,* (2020) comentam que a falta de informação obscurece a competência do enfermeiro, que maneja com habilidade e competência os cuidados durante todo o trabalho de parto e parto normal.

Rocha; Ferreira (2020), comenta ainda, em concordância com Leal *et al.,* (2021), que o médico só precisa se mobilizar em caso de cesárea ou gravidez de alto risco. Veloso *et al.,* (2020), menciona ainda que, a informação incorreta sobre a competência do enfermeiro na assistência ao trabalho de parto e parto, também representa um fator causador de incerteza para algumas gestantes, sendo assim elas devem ser avisadas que o enfermeiro é capaz de auxiliar no parto, porque elas podem se sentirem inseguras sem a presença de um médico.

Neste sentido, salienta-se que, após a análise frente à literatura que disserta sobre a prevenção contra a violência obstétrica, foi possível o entendimento de que o enfermeiro promove a prevenção por meio de sua capacitação e atualização de seus conhecimentos, evidenciando as boas práticas de forma a promover a construção da relação entre o profissional e a parturiente (VARGENS; SILVA PROGIANTI, 2017).

Para Melo *et al.,* (2018), a necessidade da comunicação efetiva entre o enfermeiro obstetra e a parturiente foi apresentada como sendo de suma relevância em decorrência, da necessidade de redução das intervenções que nem sempre resultam em condições de melhoria e satisfação frente à violência que muitas mulheres são expostas em relação às intervenções realizadas.

Em relação aos fatores dificultadores para a atuação do enfermeiro apontou-se a questão da valorização do trabalho realizado pelo enfermeiro no acompanhamento e monitoramento das parturientes, evidenciando que a capacitação é essencial para que eles desenvolvam as suas atividades embasadas nas boas práticas para um atendimento de qualidade, individualizado e humanizado (MOURA *et al.,* 2018).

O trabalho realizado pelos enfermeiros durante o processo de gestação, parto e pós-parto precisa ser reconhecido. A sua participação no reconhecimento dos direitos das mulheres que são garantidos por lei precisa ser reforçado, evidenciando que o atendimento humanizado individualizado se apresenta ainda como uma dificuldade, frente à questão da intervenção desnecessária que ainda é praticada no país, retirando do parto a sua condição de normalidade, em decorrência das inúmeras intervenções que são realizadas (SILVA *et al*., 2019).

O tratamento destinado às parturientes precisa ser revisto em prol do combate a violência, não havendo discriminação por cultura, condição social, que pode ser amenizado por meio da atuação do enfermeiro no esclarecimento de seus direitos desde a primeira consulta, contribuindo para que, os direitos das mulheres sejam garantidos e, propiciando o entendimento de que o parto é uma condição normal e deve ser efetivado vislumbrando a qualidade do estado da mulher e da criança (PILER *et al.,* 2019).

Sendo assim, evidenciou-se o fato de que as intervenções realizadas de maneira desnecessária configuram-se como sendo a violência contra a mulher, em

razão do não atendimento de suas necessidades, bem como um desrespeito as leis que garante o atendimento humanizado e individualizado visando à qualidade do acolhimento que deveria ser realizado de forma mais satisfatória às gestantes (ROCHA; FERREIRA, 2020).

4. CONCLUSÃO

Após o estudo referente às ações executadas pelo enfermeiro capazes de prevenir a violência obstétrica, foi possível concluir que estas ações se relacionam à atualização e capacitação dos conhecimentos efetivados pelos enfermeiros no atendimento humanizado e individualizado às mulheres durante a gestação, no parto e pós-parto, evidenciando que o acolhimento, a comunicação, a construção da confiança e a orientação frente aos seus direitos e atendimento às suas necessidades se fazem fundamental para a prevenção da violência que, infelizmente, ainda se constata na área obstétrica brasileira.

As políticas públicas que asseguram e protegem as mulheres e os recém-nascidos são fundamentais para que os procedimentos realizados pelos enfermeiros e demais profissionais da saúde exerçam as suas atividades de maneira a promover o cumprimento das normas e legislações que regem o trabalho desenvolvido, bem como os direitos dos pacientes.

A transformação do cenário obstétrico configura-se como um fator relevante para o entendimento da evolução do cenário de atendimento humanizado referente ao acolhimento e atendimento às gestantes em suas necessidades.

Em relação aos fatores dificultadores para a atuação do enfermeiro, apontou-se a questão da valorização do trabalho realizado pelo enfermeiro no acompanhamento e monitoramento das parturientes, evidenciando que a capacitação é essencial para que eles desenvolvam as suas atividades embasadas nas boas práticas para um atendimento de qualidade, individualizado e humanizado.

O trabalho realizado pelos enfermeiros durante o processo de gestação, parto e pós-parto precisa ser reconhecido. A sua participação no reconhecimento dos direitos das mulheres que são garantidos por lei precisa ser reforçado, evidenciando que o atendimento humanizado individualizado se apresenta ainda como uma dificuldade, frente à questão da intervenção desnecessária que ainda é praticada no

país, retirando do parto a sua condição de normalidade, em decorrência das inúmeras intervenções que são realizadas.

Sendo assim, evidenciou-se o fato de que as intervenções realizadas de maneira desnecessária configuram-se como sendo a violência contra a mulher, em razão do não atendimento de suas necessidades, bem como um desrespeito as leis que garante o atendimento humanizado e individualizado visando à qualidade do acolhimento que deveria ser realizado de forma mais satisfatória às gestantes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Núcleo de Opinião Pública. Gravidez, filhos e violência institucional no parto. In: Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: pesquisa de opinião pública. São Paulo: fundação Perseu Abramo, SP, 2010.

ALVES, T. C. M. COELHO, A. S. F. SOUSA, M. C. CESAR, N. F. SILVA, P. S. PACHECO, L. R. Contribuições da enfermagem obstétrica para as boas práticas no trabalho de parto e parto vaginal. **Revista de Enfermagem**, vol. 10, n.4, 2019. Disponível em: http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2210 Acesso em: 10 out. 2021.

BARBOSA, I. KASPER, K. GREGOLIM, B; PAULA, L.G. **Trabalho de parto prematuro**: diagnóstico e manejo. Artigo Original. 2018. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/04/883055/30-trabalho-de-parto-pre-termo.pdf Acesso em: 10 ago. 2021.

BIONDI, H. S. KERBER, N. P. C. TAVARES, D. H. PINHO, E. C. GONÇALVES-GRIESPACH, B. G. MARQUES, L. A. Relações interpessoais durante o parto: percepções de adolescentes. Artigo de Revisão. **Revista de Enfermagem UFSM**, vol.9, n.14, Santa Maria, RS, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/31202/html Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL, PLANALTO DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 out. 2021.

CAVALCANTI, E. C. OLIVEIRA, R. C. Políticas públicas de combate à violência de gênero: a rede de enfrentamento à violência contra mulheres. Artigo original. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, vol.2, n.2, 2017. Disponível em: https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/194 Acesso em: 15 out. 2021.

FERNANDES, N. K. R. LIMA, C. B. Humanização na assistência de enfermagem no parto natural. Artigo de Revisão. **Revista Temas de Saúde**, vol. 16, n.3, João

Pessoa, 2016. Disponível em: https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2016/09/16307.pdf Acesso em: 10 set. 2021.

HOLANDA, S. M. CASTRO, R. C. M. B. AQUIN, P. S. PINHEIRO, A. K. B. LOPES, L. G. MARTINS, E. S. Influência da participação do companheiro no pré-natal: satisfação de primíparas quanto ao apoio no parto. Artigo Original de Revisão. **Revista Texto Contexto – Enfermagem**, vol.27, n.2, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/bw8qwZ8cJNR8WNqPx8QBF6c/abstract/?lang=pt Acesso em: 10 set. 2021.

KATZ, L. AMORIM, M. M. GIORDANO, J. C. BASTOS, M. H. BRILANTE, A. V. M. Quem tem medo da violência obstétrica? Artigo de Revisão. **Revista Brasileira Saúde Mater**. **Infant**. Vol.20, n.2, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/RDwVm7ZV3DksbRBsKLBwXjw/?lang=pt Acesso em: 20 ago. 2021.

LEAL, M. S. MOREIRA, R. C. R. BARROS, K. C. C. SERVO, M. L. S. BISPO, T. C. F. Práticas de humanização no transcurso parturitivo na ótica de puérperas e enfermeiras obstétricas. Artigo original. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 74, suppl. 4, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/rLrckvzCp8sh8GtLqGx6xSH/?lang=pt Acesso em: 20 out. 2021.

MACEDO, T. S. B. **Na sala e parto: a necessidade de uma reportagem sobre violência obstétrica**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2015. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43475/TCC-I-Na-sala-de-parto.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 15 out. 2021.

MATTOS, J. D. P.; SOUZA, V.M.. BRASIL EM TRABALHO DE PARTO. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste**, v. 4, p. e21144-e21144, 2019.

MAMEDE, F.V.; PRUDÊNCIO, P.S. Contribuições de programas e políticas públicas para a melhora da saúde materna. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n. SPE, p. 262-266, 2015.

MOURA, R. C. PEREIRA, T. F. REBOUÇAS, F. J. COSTA, C. M. LEMADES, A. M. SILVA, L. K. A. ROCHA, K. M. M. Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. **Revista de Enfermagem**, vol. 9, n. 4, 2018. Disponível em: http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1333 Acesso em: 15 set. 2021.

MELO, A. A. P. SILVA, A. M. PEIXOTO, M. R. SILVA, MANSANO, N. S. BARBOSA, .P. Atuação do enfermeiro no parto humanizado. **Revista Científica Eletrônica de Enfermagem da FAEF**, Ano 1. Vol. 1, n.1, 2018. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/ClaOegJjJw8lyxQ_2018-7-26-10-46-43.pdf Acesso em: 10 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. 2014.

PEREIRA, S. B. *et al.* Boas práticas de atenção ao parto e ao nascimento na perspectiva de profissionais de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 1313-1319, 2018.

PILER, A. A. WALL, M. L. ALDRIGHI, J. D. BENEDET, D. C. F. SILVA, L. R. SZPIN, C.C. Protocolo de Boas Práticas obstétricas para os cuidados de enfermagem no processo de parturição. **Revista Min. Enferm**. **REME**, 2019. Disponível em: https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/e1254.pdf Acesso em: 20 out. 2021.

ROCHA, N. F. F. FERREIRA, J. A escolha da via de parto e a autonomia das mulheres no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Saúde Debate**, vol.44, n.125. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/gv6DSVLwCqFZvxVDLCKTxhL/?lang=pt Acesso em: 15 out. 2021.

SANTOS, S. C. BARROS, P. A. DELGADO, R. F. A. SILVA, L. V. L. CARVALHO, V. P.S . ALEXANDRE, A. C. S. Violência contra a mulher: como os profissionais na atenção primária á saúde estão enfrentando esta realidade? Artigo de Revisão. **Revista Saúde e Pesquisa**, vol.11, n. 2, 2018. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/6665 Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, V. C. MORAIS, A. C. SOUZA, Z. C. S. N. SILVA, I. A. R. RAMOS, R. S. S. SANTOS, J. S. SANTOS, J. S. NOGUEIRA, A. D. A. Violência Obstétrica na Perspectiva e raça/cor: uma revisão integrativa. **Revista Paulista de Enfermagem – REPEN**, 2020. Disponível em: https://repen.com.br/revista/wp-content/uploads/2021/08/REPEn_2020_v31_Violencia-Obstetrica-na-Perspectiva-de-Raca-Cor.pdf Acesso em: 15 out. 2021.

SEHNEM, G. D.*et al.* Intervenções obstétricas durante o processo parturitivo: percepções de puérperas. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 6, p. e131963515-e131963515, 2020.

SILVA, A. C. A. T. LUCAS, P. H. C. S. LANA, T. C. LINDNER, S.R. AMORIM, T. MENDES, M. S. F. Violência obstétrica: uma revisão integrativa. Artigo de Revisão. **Revista Enfermagem UERJ**. Vol. 27, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/45746 Acesso em: 20 set. 2021.

SOUZA, J. P. S. SANTOS, L. S. D. FREITAS, M. C. VIRGINIO, L. B. A. C. SOUZA, F. R. ARAÚJO, E. S. G. ARAÚJO, H. V. S. O papel do enfermeiro no ciclo gravídico-puerperal frente à violência obstétrica: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**. Vol. 13. 2021. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/download/8188/5175 Acesso em: 10 out. 2021.

VARGENS, O. M. C. SILVA, A. C. V. PROGIANTI, J. M. Contribuição de enfermeiras obstétricas para consolidação do parto humanizado em maternidades no Rio de Janeiro – Brasil. **Revista Pesquisa Escola Anna Nery**, vol.21, n.1, 2017.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/dfNt7rwTQn7p63DYNMTC99q/?lang=pt Acesso em: 20 out. 2021.

VELOSO, A. C. F. SILVA, L. S. R. BARROS, P. G. GOMES, R. R.T; SANTOS, A. S.; OLIVEIRA, H. M. S. Atuação dos profissionais de saúde e o processo de humanização no centro obstétrico. **Rev. Nursing,** vol 23, nº. 268, São Paulo, 2020. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1145303 Acesso em: 10 set. 2021.

ZANARDO, G. L.P.*et al*. *Violencia obstétrica en Brasil: una revisión narrativa*. **Psicologia & sociedade**, v. 29, 2017.

ZIRR, O. et al. Autonomia da mulher no trabalho de parto: contribuições de um grupo de gestantes. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 23, p. 1-7, 2019.

ZORZAM, B.; CAVALCANTI, P. Direitos das mulheres no parto: Conversando com profissionais da saúde e do direito. **Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde** v. 1, 2017.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E SEUS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

PREGNANCY IN ADOLESCENCE AND ITS PSYCHOSOCIAL IMPACTS: A LITERATURE REVIEW

CIBELE ANDRADE **ROCHA** [1] AICHELE TEIXEIRA **LIS** [2]

1. Acadêmica do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Kennedy-BH;

2. Professora do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Kennedy-BH;

RESUMO

Objetivo: Este projeto teve como objetivo identificar quais são os impactos psicossociais da gravidez vivenciada no período da adolescência. Materiais e métodos: Pesquisa de revisão bibliográfica, realizada em Scielo (Scientific Eletronic Library Online), Portal de Periódicos (CAPES/MEC) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), utilizou-se os descritores “Gravidez”, “Adolescência” AND “Impactos Psicossociais”, que resultou na seleção de dez publicações para compor o trabalho. RESULTADOS: A partir das informações obtidas pelos estudos selecionados, foram construídos os seguintes critérios de análise e discussão, “principais sentimentos vivenciados pela adolescente durante a gravidez”, “percepção dos familiares e da sociedade mediante a gravidez na adolescência” e “principais dificuldades e mudanças positivas enfrentadas pela adolescente”. CONCLUSÃO: Observou-se que a gravidez experienciada no período da adolescência traz diferentes impactos diretamente influenciados pela cultura, portanto esse fenômeno pode trazer diferentes significados e interpretações. A associação da puberdade e gravidez pode tornar as jovens mães muito mais sensíveis e propensas a alterações mentais, como depressão pré e pós parto, no contexto familiar a reação primária costuma ser de repreensão e julgamento que é substituída pela empatia com o desenvolvimento da gestação. A evasão escolar e a privação econômica são os principais impactos negativos, enquanto que o reconhecimento do papel social, aumento da autoestima e do sentimento de esperança são os principais impactos positivos.

PALAVRAS-CHAVE: Gravidez. adolescência. Impacto psicossocial.

ABSTRACT

Objective: This project aimed to identify the psychosocial impacts of pregnancy experienced during adolescence. Materials and methods: Bibliographic review research, carried out in Scielo (Scientific Electronic Library Online), Journal Portal (CAPES/MEC) and VHL (Virtual Health Library), using the descriptors "Pregnancy", "Adolescence" AND " Psychosocial Impacts", which resulted in the selection of ten publications to compose the work. RESULTS: Based on the information obtained from the selected studies, the following criteria for analysis and discussion were constructed, "main feelings experienced by the adolescent during pregnancy", "perception of family members and society regarding teenage pregnancy" and "main difficulties and positive changes faced by the teenager". CONCLUSION: It was observed that pregnancy experienced during adolescence brings different impacts directly influenced by culture, so this phenomenon can bring different meanings and interpretations. The association of puberty and pregnancy can make young mothers much more sensitive and prone to mental changes, such as pre- and postpartum depression. In the family context, the primary reaction is usually reprimand and judgment, which is replaced by empathy with the development of the pregnancy. Dropping out of school and economic deprivation are the main negative impacts, while recognition of the social role, increased self-esteem and a sense of hope are the main positive impacts.

KEYWORDS: *Pregnancy. adolescence. Psychosocial impact.*

1. INTRODUÇÃO

A adolescência é a fase da vida compreendida entre a infância e a idade adulta, um processo de crescimento e desenvolvimento definido por diversas modificações físicas e psicológicas. Compreende-se adolescência como a segunda década da vida, que vai dos 10 aos 19 anos, sendo adolescentes jovens os que têm a idade entre 15 e 19 anos [7].

Ao chegar na adolescência, o corpo passa por diversas modificações estruturais, tais modificações tornam o corpo apto a gerar uma vida, através da capacidade reprodutiva. Por isso é extremamente importante compreender a sexualidade e suas consequências [7,9].

A prevenção através da orientação sexual possui a importância de minimizar tais consequências como, maternidade sem planejamento, casos de infecções sexualmente transmissíveis e de aborto. O papel da escola e da família se destacam com grande importância neste processo, porém o que ocorre muitas vezes é a carência deste papel, o que por sua vez leva a uma grande vulnerabilidade desses adolescentes à reprodução não planejada, uma consequência da prática sexual desprotegida [7,9].

Muitas vezes, a influência cultural repercute em um início da vida sexual cada vez mais cedo, nas quais, condições sociais desfavoráveis associadas a essa sexualidade precoce, tornam a possibilidade do desenvolvimento de uma gravidez não planejada muito mais favorável [3].

Aproximadamente 7,3 milhões de adolescentes se tornam mães a cada ano, cerca de 2 milhões são menores de 15 anos. A falta de conhecimento sobre a saúde e direitos sexuais reprodutivos são exemplos de contextos determinantes para o desenvolvimento de uma gravidez na adolescência na América Latina, assim como educação e renda limitada [8].

Dentre as consequências psicossociais provenientes da gestação neste período, destaca-se evasão escolar, menor qualificação profissional, privação da vivência de situações comuns na adolescência, isolamento social devido ao afastamento de amigos e familiares, preocupações excessivas, mudanças no estilo de vida que levam ao adiamento de metas individuais da adolescente [2].

Dentre os fatores precursores da gravidez na adolescência, importante salientar influência da mídia e da família, vida sexual ativa precocemente, desinformação em escolas e equipe de saúde, não uso de contraceptivos, violência sexual, fatores socioeconômicos, pensamentos fantasiosos da adolescente associados à necessidade de aceitação [1].

Contudo, um maior grau de resiliência pode proporcionar à gestante a capacidade de lidar com as transformações inerentes a gravidez, podendo contribuir o acesso aos recursos necessários para enfrentar as mudanças emocionais, as ansiedades, as oscilações hormonais e o novo papel social, bem como auxiliar na promoção da independência, auto suficiência e responsabilidade, gerando maior satisfação em ser mãe [13].

2. MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo com o problema, a presente pesquisa se classifica como abordagem qualitativa, que se caracteriza como a percepção do fenômeno dentro do seu contexto, considerando sua origem e essência, deduzindo consequências. Partindo do conceito de uma abrangência interdisciplinar, que irá proporcionar construções de conhecimentos holísticos, através da relação dos conteúdos apresentados, foi feita uma revisão narrativa de literatura, para melhor compreensão do fenômeno social apontado [11].

Consentindo com os objetivos da pesquisa, trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada através de uma revisão bibliográfica. A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as particularidades de um determinado fenômeno ou núcleo populacional, com o objetivo de observar o acontecimento, retratando, dispondo e traduzindo, através da coleta e interpretação de informações descritas [5].

A coleta de dados foi realizada em fontes secundárias de artigos científicos e materiais de revistas já publicadas e disponibilizadas, de acordo com o tema da pesquisa. Utilizou-se como base de coleta de dados para a pesquisa: Scielo (Scientific Eletronic Library Online), Portal de Periódicos (CAPES/MEC) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde).

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão para os artigos e revistas pesquisados: temas relacionados a gravidez na adolescência e os impactos psicossociais causados na vida da adolescente e da sociedade, publicados no período de 2016 a 2021. Foi selecionado este período por incluir estudos mais recentes sobre o tema proposto. Para a busca foram utilizados os seguintes descritores: “Gravidez”, “Adolescência” e “Impactos Psicossociais”.

Após o levantamento dos dados, realizou-se a leitura do material para obter as informações necessárias, organização e análise do material a fim de conseguir melhor interpretação deles [5].

A análise de dados foi realizada através de uma revisão literária, adotando um conjunto de informações provenientes de diferentes artigos. A exposição dos dados foi realizada através de análise de conteúdo, ressignificando as falas dos autores e especificando informações e conceitos, salientando principais resultados e considerações.

Realizou-se uma revisão temática dos instrumentos selecionados, a fim de extrair o máximo de informações para melhor compreensão e categorização dos assuntos propostos [11].

3. DESENVOLVIMENTO

A partir das referências bibliográficas escolhidas, construiu-se o quadro a seguir que expõe os dados dos artigos selecionados para análise e reflexão do tema proposto, citando ano de publicação, título da obra e principais ações e dados.

Quadro 1. Aspectos das referências bibliográficas da pesquisa, de acordo com o ano de publicação, título de pesquisa e principais ações identificadas.

ANO	TÍTULO	AÇÕES E DADOS
2016 [17]	Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil: uma análise sobre a educação sexual e suas implicações.	Descrever o tratamento recebido por adolescentes grávidas em instituições de ensino, analisar a exclusão social e o processo de evasão escolar como impacto da gravidez na adolescência.
2017 [4]	Repercussões da gravidez	Desvelar as repercussõe

	na adolescência na vida da mulher adulta.	s da gravidez ocorrida na adolescência para a vida da mulher adulta.
2017 [16]	Gravidez na adolescência sob a percepção dos familiares.	Relatar como a família percebe o processo de gravidez na adolescência e conhecer o significado atribuído a gravidez nesse período pelos familiares.
2018 [6]	Atitudes e reações familiares e sociais diante da gravidez na adolescência.	Analisar as principais reações familiares e sociais diante da gravidez no período da adolescência.
2018 [15]	Maternidade adolescente no contexto das ruas.	A gravidez na adolescência vivenciada dentro do contexto de pobreza urbana.
2018 [12]	Resiliência e gravidez na adolescência: Uma revisão integrativa.	Tem por objetivo obter um panorama da produção científica acerca da

		resiliência da gravidez na adolescência.
2018 [19]	Depressão pré parto em adolescentes entre 12 e 18 anos.	Analisar a depressão pré parto em adolescentes de 12 a 18 anos e identificar os principais motivos que levam a adolescente a um quadro de depressão na gravidez.
2019 [14]	Gravidez na Adolescência: Suas implicações na adolescência, na família e na escola.	Analisar os fatores determinantes da evasão escolar decorrentes da gravidez precoce e identificar os desafios enfrentados pela escola e pela família.
2019 [10]	Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil.	Fatores associados à gravidez no período da adolescência em jovens residentes em um município no nordeste do Brasil.

2020 [18]	Experiências emocionais da gravidez na adolescência: entre expectativas e conflitos.	Compreender a vivência, expectativas e angústias das jovens mães durante seu período gestacional.

Fonte: Da Autora

3.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das informações obtidas nos artigos selecionados, foram construídas as características de análise e discussão a seguir.

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA GRAVIDEZ NO PERÍODO DA ADOLESCÊNCIA

Adolescência, um período marcado por vivências associadas à aceitação da própria imagem corporal, questionamentos quanto ao papel social, relações familiares, tabus sociais e um mundo de experiências novas pela frente [14].

Ainda que a sexualidade seja um segmento da humanidade, o tema ainda está rodeado de contradições. Vários questionamentos estão por trás da sexualidade e sua vivência, gerando mitos e preconceitos atrelados a sua prática, portanto, a

abordagem muitas vezes punitiva em relação aos riscos das práticas sexuais, dificulta ainda mais o diálogo e a informação [17].

A sexualidade dispõe uma dimensão necessária ao ciclo da vida, envolve práticas associadas a afetividade, prazer e satisfação. É justamente na adolescência que a busca pela identidade se torna mais excepcional, a formação da personalidade e a necessidade de inserção a um grupo social, têm como consequências atitudes, dentre elas a vivência da prática sexual, onde muitas vezes pode-se obter como resultado, o desenvolvimento de uma gravidez precoce [10].

A gravidez quando experimentada no período da adolescência pode gerar várias consequências. São várias mudanças que ocorrem em um curto período, culturais, familiares, sociais e da própria personalidade. Este processo de mudanças psicossociais se constitui como um agravante no processo de formação da jovem com consequências para a vida adulta [4].

A transformação do estado não reprodutivo, ao reprodutivo, gera várias repercussões a curto, médio e longo prazo na vida da adolescente e do grupo social inerente a ela, principalmente quando essa gestação se desenvolve antes da independência social, emocional e financeira da jovem [19].

Sintomas físicos como: seios doloridos, náuseas, sonolência ou perda do sono, mal-estar, alterações de apetite e perda de energia. A vivência de tantas informações ao mesmo tempo em um período já conturbado como a puberdade podem gerar perturbações emocionais e períodos de grande estresse [19].

A gravidez vivenciada neste período, sendo planejada ou não, provoca impasses a nível familiar, social e pessoal. Tais mudanças irão afetar diretamente a juventude e os projetos de vida. A chegada de um novo membro pode implicar na situação econômica e psicológica também da família [6].

A gestação é um período de grandes oscilações hormonais e emocionais, portanto mais propenso às instabilidades mentais, vivenciar tais inconsistências na adolescência pode ser bastante complicado por ser um período já considerado delicado e marcado por transformações, o que resulta em diversas consequências à saúde mental da jovem [18].

As reações sociais são ambivalentes, influenciadas pela cultura local, vivências individuais e nível de vínculo emocional. As pessoas mais próximas da jovem, como amigos e familiares, tendem, após a surpresa da notícia, a apresentarem empatia e acolhimento, enquanto que os indivíduos que convivem menos com a jovem, manifestam julgamentos e falas preconceituosas [6].

A situação econômica também é afetada pela desistência dos estudos, principalmente a longo prazo. Deixar de construir um futuro com segurança traz repercussões como insatisfação e sensação de estar atrasada na vida profissional, sobretudo quando comparada a outras adolescentes que não foram mães jovens. Porém essa sensação também pode ser ambígua e em algumas situações trazer maior motivação para correr atrás dos sonhos profissionais [15].

A nível familiar as reações são as mais diversas possíveis, existem famílias que rejeitam de todas as formas, outras se acostumam rapidamente com a ideia e prestam todo apoio necessário. Como resultado, as dinâmicas familiares se transformam com a chegada do novo membro, trazendo novas responsabilidades e flexibilidade por parte de todos [16].

PRINCIPAIS SENTIMENTOS VIVENCIADOS PELA ADOLESCENTE DURANTE A GRAVIDEZ

Por ser um período de grande ansiedade, a gravidez pode trazer muitas emoções exacerbadas durante seu desenvolvimento. Mas ainda que a gestação no período da adolescência traga muitas variações negativas, os sentimentos gerados dependem do contexto sociocultural em que a jovem está inserida, portanto, os significados atribuídos a gravidez vão se diferenciar de acordo com esse contexto [18].

A vulnerabilidade social traz uma grande necessidade de perspectivas futuras, com a carência de oportunidades e a necessidade de se amparar em um sentimento de esperança e conforto, a gestação se torna a renovação dessas perspectivas Vivências adversas como privação socioeconômica e emocional, são fatores que podem corroborar para uma gestação precoce alimentando um sentimento de “fuga” da realidade, como forma de enfrentamento da mesma [15].

A vontade de atingir objetivos aumenta os níveis de resiliência, possibilitando amadurecimento, maior nível de responsabilidade e consciência do papel social, o que por sua vez traz satisfação e felicidade, apesar das dificuldades enfrentadas [12].

As mais variadas mudanças enfrentadas pela adolescente que vivencia a gravidez no período traz diferentes efeitos, dentre eles o psicológico. As mudanças corporais excessivas que ocorrem nesta fase, principalmente as hormonais, deixam as gestantes profundamente sensíveis, portanto mais propensas às alterações mentais [19].

Vivenciar tantas mudanças em um período já considerado vulnerável e complicado como a puberdade, pode não ser nada fácil e todas essas circunstâncias corroboram para a instabilidade mental da adolescente [19,18].

Portanto, sinais e sintomas depressivos, como diminuição do prazer pela vida, fuga da sociabilidade, alterações da fome e do sono, prostração, procrastinação, e irritabilidade frequente podem ser vivenciados [15,19].

PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES E DA SOCIEDADE MEDIANTE A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A percepção a nível familiar quanto a gravidez na adolescência é diretamente influenciada pela cultura. As reações podem ser bastante contraditórias, mas influenciadas pelos costumes da família da jovem e do pai da criança, porém, são menos comuns os casos em que a família age de forma totalmente estável e tolerante [16,14].

Algumas famílias podem apresentar comportamentos de não aceitação, como abandono, reações de revolta, violência psicológica e física, principalmente em um primeiro momento durante o choque da notícia [16].

Porém, na maior parte das vezes a reação primária é motivada pelo impulso do momento, com a calma e a diminuição do choque, essa dinâmica pode mudar e o apoio familiar motivado pela empatia se torna mais evidente. Portanto, o envolvimento familiar retorna após o nascimento do bebê, a objeção vai sendo deixada pra traz e a família se torna o principal suporte da adolescente nesse processo [6,16].

Os impasses sociais são comuns mediante a notícia de uma gestação no período da adolescência. A complexidade do tema pode trazer pluralidades distintas de significados, os quais também são influenciados pela percepção e carga cultural de cada pessoa [17].

O pai da criança pode apresentar sentimentos contraditórios como medo e preocupação, alegria e tristeza, ou em alguns casos pode fazer imposição ao aborto, rejeitando a gestação de todas as formas, porém esse sentimento de rejeição pode mudar após o nascimento da criança [4].

Contudo, as reações podem ser contraditórias, não só no âmbito familiar, mas também no grupo social inerente a jovem. A busca por apoio nas amizades pode gerar descriminação, isolamento social e preconceito que se traduzem por meio da raiva, vergonha e sentimento de menos valia [6].

Todas essas circunstâncias vivenciadas de uma só vez possuem um efeito direto no meio social inerente à adolescente, não só momentâneo, mas também a longo prazo. A evasão escolar, por exemplo, pode gerar vários impactos restritivos em relação ao futuro da jovem, não apenas no âmbito profissional, mas também no social, pois as relações sofreram privações devido às novas responsabilidades maternas [17,10].

PRINCIPAIS DIFICULDADES E MUDANÇAS POSITIVAS ENFRENTADAS PELA ADOLESCENTE

A associação das atividades maternais com a vida escolar se torna um desafio muitas vezes complexo para a gestante, com isso, a evasão escolar se torna a principal consequência da gestação nesse período [12].

As oportunidades do futuro são afetadas, a carência dos estudos e a falta de experiência profissional, induz a exclusão dessa jovem do mercado de trabalho, repercutindo negativamente em sua vida financeira [4,10].

Todos esses fatores tornam mais complexa a entrada no mercado de trabalho, o que consequentemente contribui para a instabilidade financeira e o insucesso profissional, podendo ocasionar frustração e baixa autoestima [18].

Ainda que tenha tantos impactos negativos, a forma como a adolescente maneja essa nova realidade econômica vai depender do seu ponto de vista em relação às adversidades. Em alguns casos as dificuldades podem se tornar motivação para definir e alcançar metas profissionais e educacionais, quebrando pré conceitos vivenciados pela jovem mãe [18,4].

Mesmo com tantas variações negativas em um período tão delicado, o significado emocional atribuído a gravidez pode ser surpreendente. Jovens que enfrentaram grandes adversidades na infância, por exemplo, costumam vivenciar a gravidez como uma renovação das esperanças e da confiança em si mesmas, possibilitando a transformação de comportamentos de riscos, como ideações suicidas e uso de drogas [12,10].

As responsabilidades inerentes á gravidez impelem diretamente nos comportamentos da gestante como um todo. Situações e manias que trazem riscos inerentes à saúde começam a ser repensadas, como uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas como, tabaco, álcool e drogas, juntamente com uma maior vontade de ter hábitos mais saudáveis para não prejudicar a criança que está sendo gerada [4,12].

A reorganização da vida e do papel social também são características presentes, um maior interesse em prosseguir com a educação, o que por sua vez aumenta os níveis de autoestima da mãe. Tais fatores, implicam de forma positiva na vida da jovem, a vontade elevada de se atingir um objetivo, amplia o prazer pela gestação e pelo processo de maternidade [4,10].

4. CONCLUSÃO

No presente estudo, observou-se que a gravidez experienciada no período da adolescência traz diferentes impactos para a adolescente e seu grupo social. Os impactos são diretamente influenciados pela cultura em que a jovem e seu grupo social estão inseridos, portanto esse fenômeno pode trazer diferentes significados e interpretações.

Os principais sentimentos vivenciados pela jovem também dependem do significado atribuído a gestação, portanto, algumas consideram um período de grande ansiedade e estresse e outras um período de muita alegria e satisfação. A associação da puberdade e gravidez pode tornar as jovens mães mais sensíveis, portanto, propensas a alterações mentais, como depressão pré e pós parto. Vale ressaltar que o auxílio da família ou de uma rede de apoio faz toda a diferença, tornando o processo mais leve e positivo.

No grupo familiar a reação primária costuma ser de repreensão e julgamento. Em alguns casos a violência psicológica é comum de ser vivenciada, porém com o desenvolvimento da gestação a empatia vai se manifestando e se intensifica com a chegada do bebê, então a família se torna o principal pilar da jovem mãe. A nível social o preconceito é frequente de ser manifestado, porém essa realidade também é modificada pela percepção individual de cada indivíduo. Devido às novas responsabilidades maternas a privação social é comum de ser vivenciada.

O suporte emocional possui grande importância para o desenvolvimento saudável da gravidez, o acolhimento por meio de palavras motivacionais, a não prática do isolamento e rejeição podem diminuir o sentimento de desamparo e consequentemente aumentar o vínculo entre a jovem e seu grupo social e família, atitudes que impactam positivamente o psicológico da mãe, e consequentemente o desenvolvimento do bebê.

A evasão escolar, privação econômica, a carência de atribuições para o mercado de trabalho e exclusão do mesmo são as principais dificuldades enfrentadas. Situações que irão afetar a jovem a curto, médio e longo prazo. Porém, em outras áreas da vida, os impactos também podem ser positivos. Reconhecimento do papel social, aumento da autoestima, sentimento de esperança, diminuição da vontade de se colocar em situações de risco e maior interesse pela vida e pelas responsabilidades são os impactos positivos deste fenômeno.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa observou-se a dificuldade de encontrar publicações que relatam o fenômeno “gravidez na adolescência” pelo ponto de vista da sociedade, faz-se necessário, portanto, o desenvolvimento de pesquisas voltadas para os impactos sociais da gravidez no período da puberdade.

5. REFERÊNCIAS

[1] CARVALHO, Clara Coelho de. **Gravidez na adolescência: principais causas e consequências**. 2013. 27 f. TCC (Especialização) - Curso de Medicina, Universidade Federal de MG, Governador Valadares-MG, 2013. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/5573>. Acesso em: 22 mar. 2021.

[2] COSTA, Gleiciane Fontenele *et al*. Fatores psicossociais enfrentados por grávidas na fase final da adolescência. **Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 1-8, jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6661/pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

[3] CREMONESE, Luiza *et al*. Apoio Social na Perspectiva da Puérpera Adolescente. **Revista de Enfermagem Ufpe**, Recife, v. 9, n. 11, p. 3676-3680, set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/234500/27708>. Acesso em: 22 mar. 2021.

[4] DIAS, Patrícia Mattos Monteiro *et al*. Repercussões da gravidez na adolescência na vida da mulher adulta. **Revista Rene**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 106-113, fev. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/19221/29938>. Acesso em: 04 set. 2021.

[5] GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002. 176 p.

[6] MARANHÃO, Thatiana Araújo *et al*. Atitudes e reações familiares e sociais diante da gravidez na adolescência. **Revista de Enfermagem Ufpe**, Recife, v. 12, n. 4, p. 34-71, fev. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-970388>. Acesso em: 04 set. 2021.

[7] MINISTÉRIO DA SAÚDE. ISBN **978-85-334-1680-2**: Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. 1 ed. Brasília-Df: MS, 2010. 132 p. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3442.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

[8] ONU. ISBN **978-0-89714-014-0**: Maternidade Precoce: Enfrentando o desafio da gravidez na adolescência. 1 ed. Nova York: Richard Kollodge, 2013. 132 p. Disponível em: <http://unfpa.org.br/Arquivos/swop2013pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

[9] PEREIRA, Sara Caroline. **Impactos da gravidez na adolescência - Abordagem integral**. 2019. 17 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Uniceub Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Brasília-DF, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13595/1/21502291.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

[10] PINHEIRO, Yago Tavares; PEREIRA, Natália Herculano; FREITAS, Giane Dantas de Macêdo. Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 363-367, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/gW3nyKfVxBbKHLmF5mwmZ9f/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2021.

[11] PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. 277 p.

[12] RÊGO, Maria Helena de Medeiros; CAVALCANTI, Alessandra; MAIA, Eulália. Resiliência e gravidez na adolescência: uma revisão integrativa. psicologia, saúde e doenças. **Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde - Spps**, Natal, v. 19, n. 3, p. 710-723, nov. 2018. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=http://dx.doi.org/10.15309/18psd190319&sa=D&source=editors&ust=1621734050710000&usg=AOvVaw0sZKUp_JuC3W9XK-oGpS1D>. Acesso em: 04 set. 2021.

[13] RÊGO, Maria Helena de Medeiros. **Resiliência e Apego Materno-Fetal em Gestantes Adolescentes**. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ciências

Humanas, Letras e Artes, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26968>. Acesso em: 22 mar. 2021.

[14] RODRIGUES, Lívia Santos; SILVA, Maria Vanuzia Oliveira da; GOMES, Maria Amábia Viana. Gravidez na Adolescência: suas implicações na adolescência, na família e na escola. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, n. 2, p. 228-252, jun. 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/11489>. Acesso em: 04 set. 2021.

[15] RIZZINI, Irene; COUTO, Renata Mena Brasil do. Maternidade adolescente no contexto das ruas. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 201-274, jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822018000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#I>. Acesso em: 24 out. 2021.

[16] SANTOS, Cibelly Moraes Menezes Magalhães *et al*. Gravidez na adolescência sob a percepção dos familiares. **Revista Uningá**, Piauí, v. 53, n. 1, p. 85-89, set. 2017. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uninga/article/view/1408/1023>. Acesso em: 04 set. 2021.

[17] SILVA, Denise Regina Quaresma da. Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil: uma análise sobre a educação sexual e suas implicações. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, Colômbia, v. 57, p. 78-88, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-885X2016000300007&script=sci_abstract&tlng=ptt>. Acesso em: 10 nov. 2021.

[18] SILVA, Graziela Vasconcelos da; ABRÃO, Jorge Luiz Ferreira. Experiências emocionais da gravidez na adolescência: entre expectativas e conflitos. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 40, n. 98, p. 63-72, jun. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2020000100007>. Acesso em: 10 nov. 2021.

[19] SILVA, Janaina Mendonça; PAULA, Isaias Deolindo de; ALMEIDA, Me.Alexsandro Barreto. Depressão pré-parto em adolescentes entre 12 e 18 anos. **Revista Jrg de Estudos Acadêmicos**, Goiás, v. 1, n. 3, p. 66-73, 2018. Disponível em: <http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/184>. Acesso em: 04 set. 2021.

Avaliação do Consumo de Sódio por Pacientes Diagnosticados com a Doença Renal Crônica

Assessment of Sodium Consumption by Patients Diagnosed with Chronic Kidney Disease

Luana Rúbia Ferreira Rocha Silveira[119]
Ana Carolina Barbosa[120]

Resumo: A Doença Renal Crônica (DRC) é um problema de saúde pública mundial. Atualmente é classificada de acordo com a Taxa de Filtração Glomerular (TFG) e a albuminúria, apresentada como indicador de dano renal. A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e a Diabetes Mellitus (DM) são consideradas Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), sendo conhecidas como doenças de bases para o desenvolvimento da DRC. A HAS pode ser controlada através de medicamentos bloqueadores do eixo renina-angiotensina aldosterona nos pacientes que apresentarem proteinúria, também o controle do consumo de sódio, que tem como ingestão máxima a quantidade de 2.000 mg de sódio por dia. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo geral verificar o consumo de sódio dos pacientes com DRC. Já os objetivos específicos visaram investigar o consumo de alimentos fonte de sódio, potássio e fósforo pelos pacientes com DRC e verificar se o consumo observado está de acordo com as recomendações da diretriz Terapia Nutricional para Pacientes na Fase Não-Dialítica da DRC. Neste presente trabalho foi realizada uma pesquisa qualitativa e de natureza observacional. Foram realizadas leituras e análise crítica dos artigos, com a função de elaborar tabelas com a síntese das publicações selecionadas. Em todos os artigos analisados percebesse o consumo alimentar de sódio maior que o recomendado e em alguns estudos um alto consumo também de proteínas, potássio, fósforo e calorias, indicando a baixa adesão às recomendações dietéticas destinadas a pacientes com DRC.

Palavras-chave: Doença Crônica Renal. Consumo de sódio.

Abstract: Chronic Kidney Disease (CKD) is a worldwide public health problem. It is currently classified according to Glomerular Filtration Rate (GFR) and albuminuria, presented as an indicator of kidney damage. Systemic Arterial Hypertension (SAH) and Diabetes Mellitus (DM) are considered Chronic Non-Communicable Diseases (NCDs), being known as underlying diseases for the development of CKD. SAH can be controlled through blocking drugs of the renin-angiotensin aldosterone axis in patients who present proteinuria, as well as the control of sodium consumption, which has a maximum intake of 2,000 mg of sodium per day. In this sense, this study aimed to verify the sodium consumption of patients with CKD. The specific objectives aimed to investigate the consumption of foods source of sodium, potassium and phosphorus by patients with CKD and to verify whether the observed consumption is in accordance with the recommendations of the Nutrition Therapy guideline for Patients in the Non-Dialytic Phase of CKD. In this present work a qualitative and observational research was carried out. Readings and critical analysis of the articles were carried out, with the purpose of preparing tables with the synthesis of selected publications. In all articles analyzed, the dietary intake of sodium was higher than recommended and, in some studies, a high

[119] Graduanda do Curso de Bacharelado em Nutrição da Faculdade Kennedy de Belo Horizonte. E-mail: luana.silveira@soukennedy.com.br.
[120] Nutricionista, mestre em Ciências dos Alimentos e especialista em Nutrição Clínica. Professora do curso de nutrição da Faculdade Kennedy. E-mail: ana.duarte@somoskennedy.com.br.

consumption of proteins, potassium, phosphorus and calories was also observed, indicating low adherence to dietary recommendations for patients with CKD.

***Keywords**:* Chronic Kidney Disease. Sodium consumption

INTRODUÇÃO

A Doença Renal crônica (DRC) é um problema de saúde pública mundial (MEDEIROS, 2018). Atualmente é classificada de acordo com a taxa de filtração glomerular (TFG) e a Albuminuria apresentada como indicador de dano renal (BASTOS, 2020).

Uma das medidas utilizadas visando retardar a progressão da DRC é o controle das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), em destaque o controle da Hipertensão arterial (HAS) e a Diabetes Mellitus (DM) como também o uso de medicamentos para controle da acidose metabólica (MEDEIROS, 2018).

A HAS e a DM, são consideradas DCNT reconhecidas como doenças de bases para o desenvolvimento da DRC (MEDEIROS, 2018). Pode ser controlada através de medicamentos bloqueadores do eixo renina-angiotensina- aldosterona nos pacientes que apresentarem proteinúria[121], também o controle do consumo de sódio, que tem como ingestão máxima a quantidade de 2.000mg de sódio por dia (BASTOS, 2020).

Ao observar a população brasileira adulta percebe-se há prevalência de 24% de indivíduos com HAS, aparecendo como uma das primeiras causas de mortalidade e de hospitalização, cometendo assim, mais da metade dos portadores de DRC (BRASIL, 2018).

Causa essa justificada atualmente pelo alto consumo diário de sal presente em mais de 95% em adultos no Brasil. Os valores chegam a 9,34 g por dia sendo que o recomendado diariamente é até 5g de sal ou o equivalente em 2g de sódio por dia para toda a população (MILL *et al.*, 2019).

Diante de um padrão alimentar mundial, que tem características de alto consumo de processados ricos em sódio, com um baixo consumo de alimentos *in natura*, gera-se um comportamento alimentar favorável para o surgimento de DCNT e o agravamento das DRC e também das Doenças Cardiovasculares (DCV) (DE OLIVEIRA *et a*l., 2020).

No Brasil a prevalência de DRC é de 8,9% da população adulta, com taxa de crescimento anual de 3,6%, sendo que 85% dos pacientes são assistidos pelo SUS (BRASIL; 2018). Isso ocasiona custos ao governo a cerca de 13 sessões/mês de diálise para cada portador de DRC, em cada área como na Hemodiálise pediátrica e adulta, para pacientes com sorologia positiva, hepatite, kit's para atendimento especializado, treinamento para pacientes e familiares, contratação de funcionários, acompanhamento domiciliar e assim por diante, ocasionando um grande ônus ao país, que pode ser evitado com a prevenção e implementação de estratégias para que ocorra a prevenção (BRASIL;2018).

Surge, então, a questão problema norteadora do estudo que se trata de "Qual é a quantidade de sódio consumida pelas pessoas diagnosticadas com DRC"?

Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo geral analisar o consumo de sódio dos pacientes com DRC. Como objetivos específicos pretendeu-se dialogar com 3 linhas condutoras do estudo. Primeiramente investigar o consumo de alimentos fonte de sódio, potássio e fósforo pelos pacientes com DRC. Segundo buscou-se avaliar a adesão de pacientes com DRC ao plano alimentar prescrito pelos profissionais de saúde. E um terceiro ponto verificar se o consumo observado está de

[121] Proteinúria: presença de proteína na urina (LIMA JUNIOR, 2017).

acordo com as recomendações da diretriz Terapia Nutricional para Pacientes na Fase Não-Dialítica da DRC.

As DCNT são consideradas importantes fatores agravantes na DRC, e principalmente a HAS e a DM tendo em vista que o controle dessas doenças de bases pode retardar o progresso da DRC, destacando a relevância do controle alimentar e medicamentoso dessas doenças, evitando com isso o crescimento anual dessas doenças e também DCV.

Ao se analisar a ingestão de sódio vislumbra-se obter informações que auxiliem no tratamento nutricional, podendo gerar posteriormente atividades de educação nutricional voltado para o tratamento do paciente com DRC e o seu consumo de sódio.

E por fim, ao levantar os fatores interligados ao tratamento da DRC e HAS observa-se a possibilidade de queda tanto da mortalidade anual, devido a essas doenças, e paralelamente percebe-se uma queda dos custos orçamentários do governo com o gasto de tratamento das mesmas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Doença Renal Crônica

Segundo Marçal (2019) a DRC constitui-se em lesão renal e perda progressiva e irreversível das funções renais (glomerular, tubular e endócrina) em concordância Bastos (2020) que classifica como doente renal crônico o indivíduo que apresente:

> (1) um componente anatômico ou estrutural (marcadores de dano renal); (2) um componente funcional (baseado na TFG) e (3) um componente temporal, assim se considera portador de DRC os pacientes que apresentasse, TFG < 60 mL/min/1,73m2 ou a TFG > 60 mL/min/1,73m2 associada a pelo menos um marcador de dano renal parenquimatoso (por exemplo, proteinúria) presente há pelo menos 3 meses (KDOQI; 2002 *apud* BASTOS; 2020 p. 94).

Para fins organizacionais de atendimento aos pacientes com DRC, Tavares *et al* (2021) classifica dos estágios 1 a 3, o tratamento como conservador, nos estágios 4 e 5-ND (não dialítico) e terapia renal substitutiva (TRS) quando 5-D (dialítico).

Tavares *et al* (2021) explicam que a TRS age na substituição da função renal entrando com os tratamentos como hemodiálise, diálise peritoneal e transplante renal. Já o tratamento conservador visa administrar os fatores de riscos para o desenvolvimento da DRC, procurando conservar a TFG, evitando uma evolução acelerada.

A TFG é conhecida por ser a medida geral mais eficiente da função renal através de medidas de substâncias filtradas em um determinado período de tempo, de acordo com (SOARES; BRUNE, 2017).

O cálculo da TFG é realizado através de junções de algumas formulas como *Cockroft e Gault, Modificationof Diet in Renal Disease, Chronic Kidney Disease - Epidemiology Collaboration, Berlin Initiative Study*, assim se faz uma média do resultado dessas formulas o que leva a estimativa da TFG (ARAÚJO, 2018).

Araújo (2017) menciona que a TFG, além de indicativo da função renal, também representa um informativo da quantidade de néfrons funcionais, observando sempre creatina sérica e fórmulas padrões matemáticas de estimativas.

Outro fator de indicativo da função renal, segundo Aguiar (2019), são as DCNT´s que contribuem para uma maior probabilidade de desenvolvimento da DRC, constitui-se por pessoas com fatores de risco para a DRC (hipertensos, diabéticos, obesos, tabagistas, pessoas que fazem uso de nefrotóxicos e pessoas com fatores genéticos para hipertensos e fatores genéticos para diabetes).

As DCNT´s representam uma grande porcentagem das doenças que geram morte prematuras no mundo, atualmente são responsáveis por cerca de 70% das mortes e no Brasil aparecem com cerca de 75% das mortes no país segundo (MEDEIROS., 2018).

O Ministério da Saúde classifica como as principais DCNT´s as doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas, DM, HAS e neoplasias que possuem fatores de risco em comum como o tabagismo, uso abusivo de álcool, alimentação inadequada e sedentarismo, podendo esses fatores ser modificados (BRASIL., 2018).

De acordo com o documento "Uma análise da situação de saúde e das doenças e agravos crônicos: desafios e perspectivas" (BRASIL., 2019) as DCNT´s são responsáveis por cerca de 71% das causas de mortes no mundo, entre elas está a DCV, a doença com maior impacto epidemiológico no mundo, responsável essa por cerca de 44% de todas as mortes do planeta, a DRC se destaca como um causador de risco de eventos cardiovasculares.

A DRC apresentasse com evolução em sua maioria assintomática apesar de se tratar de uma doença de longa persistência, fazendo assim importante o diagnóstico precoce, visando evitar maior progressão e perda de função renal, principalmente nos pacientes que apresentam os fatores de risco (MARCOS, 2018).

A falta de acompanhamento clínico e dietético favorece o surgimento da desnutrição em fase avançada da DRC, devido a redução da ingesta alimentar levando a inibição da síntese e favorecimento do catabolismo proteico muscular (MONTEIRO et al., 2020)

Essa redução na ingestão alimentar pode levar a acúmulo de metabólitos tóxicos, disfunção hidroeletrolítico, ácido-básico e hormonal, aparecendo principalmente nos estágios 4 e 5 (MONTEIRO et al.,2020).

Apesar disso, Magalhães; Goulart; Prearo (2018) enfatiza que os pacientes com DRC estão propensos a apresentarem a desnutrição, apesar de poucos estudos evidenciarem a prevalência na fase não dialítica, tornando mais importante destacar o diagnóstico da desnutrição no qual se evita o agravamento do quadro clínico geral do paciente, evitando o risco de infecções, hospitalização e agravamentos que levam a uma menor qualidade de vida.

Também se destaca a constatação do aumento do índice de sobrepeso e obesidade entre os pacientes com DRC, geralmente em fase não dialítica, já ocupando cerca de 50 a 60% dos pacientes, destacando assim a necessidade do acompanhamento do paciente tanto com desnutrição quanto com sobrepeso ou obesidade comorbidades essas que geram fatores de riscos que acentuam a lesão renal (MAGALHÃES; GOULART; PREARO, 2018).

E por fim, lê-se em Silva *et.al.* (2020) que a prevenção aos fatores de risco da DRC, é a principal ação que deve ser reforçada para que aconteça o controle e a prevenção da DRC e seus agravantes.

2.3 Terapia Nutricional na DRC - fase não dialítica

A qualidade de vida do paciente com DRC está diretamente ligada ao seu estado nutricional. Presti (2020) enfatiza que a terapia nutricional individualizada e bem implementada possibilita a manutenção ou restabelecimento da qualidade de vida. A restrição proteica surte efeito sobre a progressão da DRC, diminuindo a pressão intraglomerular inferior (PRESTI, 2020).

Essa medida tem a capacidade de postergar a necessidade de terapia nutricional substitutiva, contribuindo no controle da hipertensão e hiperpotassemia, diminuindo o acúmulo de metabólitos tóxicos e no distúrbio do metabolismo mineral ósseo (PRESTI, 2020).

Os objetivos da terapia nutricional na DRC se voltam para uma alimentação que se adeque às necessidades individuais do paciente de acordo com o estado nutricional e comprometimento renal, buscando o controle adequado da hipertensão arterial, funções metabólicas entre outras complicações (SILVA *et al,* 2018).

As recomendações alimentares para os pacientes com DRC em fase não dialítica consistem em: manter ou restabelecer o estado nutricional, retardar a progressão da doença renal, minimizar o acúmulo de compostos nitrogenados tóxicos, prevenir ou minimizar os distúrbios hidroeletrolíticos, mineral, ácido básico e hormonal (SILVA *et al*., 2021).

Pacientes com DRC em fase ND que se submetem a uma dieta hipoproteica, ativam mecanismos adaptativos ocasionando manutenção das reservas proteicas corporais, mantendo-se com o consumo de 0,6 g/Kg/dia de proteína diária e com pelo menos 50% dessa fonte proteica de fontes com alto valor biológico, como as fontes animais (FONTES *et al.*, 2018).

Embora ainda embasada em poucos estudos, a dieta restrita em proteínas com 0,3 g/Kg/dia em conjunto com a suplementação de aminoácidos essenciais e cetoácidos, pode ser segura nutricionalmente e trazer benefícios com os sintomas urêmicos, refletindo no controle da pressão arterial entre outros benefícios, sendo essa indicada a quem tem a TFG <25 ml/min (FONTES *et al*., 2018).

A recomendação energética é de 30-35 Kcal/Kg/dia é a indicação energética, desde que o paciente não seja idoso e sedentário, devem ser feitos em pacientes com risco nutricional ou desnutrição. Nesses casos o foco principal é o aumento de oferta de energia (FONTES *et al*., 2018).

Ao citar o potássio esse não é restringido até que haja perda significativa da função renal e com o volume urinário médio de 1.000mL/dia (se houver restrição, de 1.000 a 3.000 mg), o mesmo ocorre com a ingestão hídrica, já em relação ao cálcio (1.000- 1.200 mg) pode haver a necessidade de suplementação tal como da vitamina D, adaptando as quantidades as necessidades individuais de cada um, assim como o ferro, já o fósforo em torno de 10 a 12 mg/Kg e o sódio de 1.000 a 2.300 mg, trazendo a necessidade de se fazer o controle da ingestão desse mineral na dieta (FONTES *et al* 2018).

2.4 Hipertensão Arterial Sistêmica

A Hipertensão Arterial Sistêmica reconhecida como HAS é popularmente identificada como “pressão alta” e foi descrita por Coelho *et al*. (2019) como resultante dos níveis pressóricos elevados e prolongados.

Pode ser causada por múltiplos fatores que levam os pacientes a complicações com dislipidemia, obesidade, sensibilidade à glicose, acidente vascular encefálico, isquemias, infartos cardíacos, insuficiências cardíacas e a doença renal crônica (COELHO *et al*., 2019).

Destacada como um grande problema de saúde pública, a HAS é caracterizada por sua natureza multifatorial e associada por levar a mudanças funcionais e metabólicas aos órgãos alvos (DOS SANTOS LIMA *et al*., 2020).

Padronizada pela Sociedade Brasileira de Cardiologia e reforçada por Précoma *et al*. (2019) , a pressão arterial considerada normal é determinada com os valores máximos na aferição da pressão sistólica de 140 mmHg e na pressão diastólica 90 mmHg. Concluindo que valores acima desses estabelecidos por períodos prolongados podem levar a complicações da HAS (KOROBKA, 2019).

Uma revisão sistemática da literatura científica levantada por Coelho *et al*. (2019), sobre a relação entre a DRC e a HAS, aponta uma ligação na maioria dos estudos a presença associada do DM nos pacientes em sua maioria, o que destaca ainda mais a necessidade de acompanhamento clínico mais severo dos pacientes que apresentam essas doenças de base tal como as DCNT´s , evitando assim a evolução dos danos dessas doenças.

Nos brasileiros, a HAS se mostra presente em 28% dos adultos, sendo o fator de risco mais relevante em relação à morbimortalidade cardiovascular (MILL *et al*., 2019). Soares *et al*. (2018) afirma que a HAS em sua pesquisa foi o fator mais relacionado ao desenvolvimento da doença renal, associados ao diabetes mellitus ou em pacientes que não apresentavam a doença em uma amostra em que 96% dos portadores de HAS progrediram para a injúria renal.

A HAS é um fator de risco para que aconteça a progressão da DRC faz com que seja necessário o controle da ingestão de sódio e de outros minerais. Retoma-se a lembrança da quantidade de ingestão de sódio diário que é (menor que 2g/dia) correspondente a 5g de cloreto de sódio ou uma colher de chá de sal de cozinha, em todos os estágios da doença renal crônica, segundo (MEZONE-HOLGUIN *et al.*,2019) . O controle da ingestão de sódio se dá também para que não aconteçam distúrbios eletrolíticos (MEZONE-HOLGUIN et al., 2019).

Segundo Bernoche *et al.* (2019), na preservação da função renal e elevação da pressão arterial (PA), o rim aumenta a excreção de sódio e água, reduzindo o volume sanguíneo do retorno venoso, mantendo assim, a pressão sanguínea nos valores adequados.

Já na HAS, acontece uma rigidez nas artérias e um aumento da pressão nas arteríolas aferentes, causando hiperfusão e hiperfiltração glomerular, progredindo para uma perda de regulação renal e desenvolvendo assim a proteinúria, a glomeruloesclerose isquêmica (BERNOCHE *et al*., 2019).

Com a perda progressiva renal de excreção do sódio devida à diminuição da TFG, a hipertensão arterial aumenta, ocasionando então o um acréscimo do fluido extracelular devido ao balanço positivo de sódio e o aumento do débito cardíaco, de acordo com a deterioração da função renal aumenta a prevalência de hipertensão (BERNOCHE *et al.,* 2019).

Os eventos hipertensos correspondem a 0,45%, 0,50% dos atendimentos em emergência hospitalar e representam 25% dos casos de crise hipertensivas como Acidente Vascular Encefálico Isquêmico e Edema agudo do Pulmão, segundo a (BERNOCHE *et al*., 2019).

E ao findar, citam-se perspectivas da Sociedade Brasileira de Cardiologia que determina o estilo de vida modificado através de uma alimentação adequada juntamente a atividades físicas regulares que contém o potencial de promover e prevenir a HAS, em todos os indivíduos, até mesmo nos que estão com PA limítrofe (PRÉCOMA *et al*.2019). Esse estilo de vida deve respeitar as características regionais, culturais e socioeconômicas de cada indivíduo sendo implantados desde a infância (PRÉCOMA *et al*., 2019).

2.5 O consumo de sódio

Cloreto de sódio (NaCl), ou simplesmente o sal de cozinha, é utilizado há séculos pelo homem como fonte mineral e conservante alimentar. É encontrado no mar, em minas de sal e em alimentos *in natura,* encontra-se o sódio em algumas frutas, leguminosas entre outros (LIMA *et al*, 2019).

O NaCl é composto de 40% de sódio e 60% de cloreto, sendo esse responsável pela principal fonte de sódio da alimentação (GALIOTTO *et a*l, 2020). É necessário para a manutenção e funcionamento do corpo humano devido ao sódio ser necessário diante do equilíbrio eletrolítico,

transmissões de impulsos nervosos, manutenção da pressão arterial e contração muscular (MIGUEL *et al*., 2018).

Estima-se que o consumo de sódio da população brasileira seja de 3,5 a 5,5g/dia (9 a 12g de sal por dia), quando o recomendado é a ingestão de 2,0g/ dia, o que correspondente a 5,0g de sal/dia (PRÉCOMA *et al.*, 2019). O consumo excessivo de sódio, de acordo com as recomendações de ingestão diária, mostra-se relacionado com o aumento da pressão arterial sistólica com o avançar da idade (PRÉCOMA *et al*., 2019).

Devido à alta do consumo de sódio nos últimos anos, houve também o aumento das DCV e das DCNT, mas observa-se que a redução desse consumo pode resultar em um grande potencial para salvar milhões de vidas (MILL *et al.*, 2019).

Conforme Dos Santos *et al.* (2021) atribui-se esse consumo de sódio exagerado ao estilo da vida moderna, refletindo as mudanças de hábitos alimentares após a modernização e industrialização, levando a uma baixa no consumo de produtos *in natura* ou minimamente processados e um alto consumo de produtos processados e ultraprocessados, entre os produtos com alto teor de sódio conseguimos citar: os embutidos em geral, como salsichas, hambúrgueres, salames, os enlatados, os refrigerantes, macarrão instantâneos, entre outros.

O consumo desses alimentos associados a esse estilo de vida e sedentarismo geram aumentos dos casos de DCNT em todo país e em várias faixas etárias segundo (SILVA; SILVA; ALMEIDA, 2020).

3 METODOLOGIA

Neste trabalho, realizou-se uma pesquisa qualitativa. Foi utilizado como método de abordagem o método dedutivo. Este método parte de uma premissa geral que se encaixa nas recomendações de ingestão diárias de sódio sendo essa (menor que 2g/dia) correspondente a 5g de cloreto de sódio ou uma colher de chá de sal de cozinha segundo Brasil (2018), chegando até um público particular (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Partindo dessa premissa geral que é aplicada aos portadores de DRC chegando aos pacientes com DRC em fase não dialítica. Este estudo apresenta a sua natureza básica, sendo que esta natureza refere-se a um estudo que não gerará aplicações, porém gerará conhecimentos sobre o tema (MARKONI; LAKATOS, 2017).

A escolha das publicações foi concebida até 5 de Novembro de 2021, incluindo artigos entre 2017 a 2021. Consideraram-se elegíveis os artigos publicados em português e inglês, disponíveis eletronicamente nas bases de dados: PubMed e Scielo.

As publicações foram selecionadas com base na presença dos termos “Doença Renal Crônica” e “consumo de sódio”, nas palavras-chave, títulos ou resumos. Foram encontradas 59 publicações, na PubMed e 3 no Scielo sendo excluídas 58 artigos, após a análise do resumo e metodologia, que não se enquadraram nos critérios de inclusão da pesquisa.

Após leitura e análise crítica dos artigos, foram elaboradas tabelas com a síntese das publicações selecionadas, contendo autor/ano, metodologia e tipo de estudo, país onde o estudo foi conduzido, tamanho da amostra, métodos de avaliação do consumo alimentar e síntese das conclusões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1: Caracterização da metodologia de estudo e da população estudada.

Publicação	Método de pesquisa	Tamanho da Amostra	Localidade
NERBASS; SILVA V; FILHO, 2018.	Revisão bibliográfica.	-	Curitiba
KAMMOUN K *et al*, 2017.	Avaliação antropométrica e questionário de frequência alimentar.	100	Tunisia/ Sfax
CHEN et al, 2017	Aplicação de questionário de frequência alimentar.	658	EUA
KAESLER N et al,2021	Avaliação antropométrica e socioeconômica aplicação de questionário de frequência alimentar.	3193	Alemanha

Fonte: própria autora

Apresenta-se a tabela 1, que aponta pesquisas relacionadas ao consumo alimentar dos pacientes com doença renal crônica. Para esta representação foram selecionados artigos que são originados em diferentes partes do mundo, e atingiram diferentes resultados em suas amostras.

O primeiro artigo é do Brasil e foi desenvolvido na cidade de Curitiba, com o título de "Ingestão de sódio e pressão arterial em pacientes com doença renal crônica: uma relação salgada". Teve como método de pesquisa a revisão bibliografica de 7 artigos selecionados. O segundo artigo foi elaborado no continente Africano no país Tunísia, na cidade de Sfax e que recebeu o título de "Dieta na doença renal crônica em um país africano mediterrâneo". Utilizou em sua metodologia a avaliação antopométrica e o questionário de frequencia alimentar o qual foi aplicado a uma amostra de 100 pessoas. O terceiro artigo selecionado para essa revisão foi "Avaliação da ingestão alimentar de crianças com doença renal crônica", aplicado nos Estados Unidos da América, utilizando como metodologia a aplicação do questionário de frequência alimentar e a avaliação antropométrica em uma amostra que atingiu 658 pessoas. Por último, foi selecionado um artigo de origem Alemã que utilizou a avaliação antropométrica, o questionário de frequência alimentar e avaliação socioeconômica da amostra que foi de 3193 pessoas. Está pesquisa recebeu o título de: "A baixa adesão às recomendações dietéticas específicas para DRC está associada ao comprometimento da função renal, dislipidemia e inflamação".

Tabela 2: Caracterização do consumo alimentar e síntese das conclusões.

Publicação	Caracterização do consumo alimentar		Síntese das conclusões

NERBASS; SILVA V; FILHO, 2018	.Elevado consumo de sódio e baixa adesão às recomendações dietéticas.		As evidencias sustentam que há efeitos positivos na redução da ingestão de sódio, porém existe uma baixa sustentabilidade em longo prazo de uma dieta com baixo teor de sódio.
KAMMOUN K *et al*, 2017.	Elevado consumo de proteínas, potássio, fósforo e sódio.		A restrição de proteínas deve ser feita tal como a redução no nível de ingestão de sódio e potássio. Foi demonstrado que a ingestão de laticínios aumentou significativamente a concentração de fósforo sérico. Alguns outros alimentos têm alto teor de fósforo e sódio (como queijo fundido e processado, charcutaria e alimentos com aditivos de fósforo) também devem ser evitados.
CHEN et al, 2017	Elevado consumo de sódio, proteínas e calorias e menos potássio que o recomendado.		O consumo de sódio e alimentos calóricos foram superiores ao recomendado em todas as faixas etárias. A ingestão de proteína e sódio é fortemente impulsionada pelo consumo de leite e fast food. O estudo enfatiza o problema comum de ingestão calórica dietética excessiva e obesidade em crianças com DRC, e como os fatores de risco da obesidade aumentam o risco de progressão acelerada da DRC. Todas as recomendações de restrições são extrapoladas.
KAESLER N et al,2021	Elevado consumo de sódio e baixa adesão as recomendações		Os resultados mostram que a menor adesão às recomendações dietéticas

	dietéticas, em relação ao sódio, potássio, fibra, proteína, açúcar e colesterol.		específicas para DRC está associada a menor função renal, perfil lipídico “ruim” devido a umamaior inflamação e maiores valores de ácido úrico. Uma maior ingestão dietética de potássio e fibra foi associada a uma melhor função renal com base na TFG. Há evidências crescentes sobre os efeitos benéficos da fibra alimentar e do potássio para a função renal, reduzindo a secreção de pró-inflamatórios e pró-aterogênicos citocinas. Dietas ricas em fibras e potássio estão associadas a um risco reduzido de incidência, progressão e insuficiência renal de DRC. A restrição da ingestão dietética de sódio e proteína total, não foram associadas à biomarcadores relevantes, exceto para o colesterol LDL, que diminuiu com maior ingestão de sódio.

Fonte: própria autora

Já na Tabela 2 traz um resumo das conclusões de cada autor selecionado sobre a caracterização do consumo alimentar. O primeiro a ser citado foi Nerbass; Silva V; Filho (2018), que identificou um elevado consumo de sódio juntamente com a baixa adesão nas recomendações dietéticas em suas amostras, concluindo que apesar das evidencias positivas na redução do consumo de sódio, essa alimentação hipossódica traz consigo o desafio da sustentabilidade dessa dieta a longo prazo.

Para o profissional de nutrição essa informação é relevante uma vez que se identificam as dificuldades dos pacientes em seguir as recomendações passadas, a fim de que ajude ao profissional da nutrição fazer um plano alimentar individualizado e coerente com a rotina e possibilidades dos pacientes.

É necessário para que as orientações dietéticas sejam seguidas e se atinja o objetivo de diminuir os riscos de agravamento da DRC, tal como a piora ou surgimento de DCNT’s nesses pacientes. Santin (2018) enfatiza a importância de uma alimentação saudável e adequada na prevenção da progressão da DRC, evitando complicações na doença e maior taxa de sobrevida levando ao adiamento da terapia renal substitutiva.

Já na pesquisa de Kammoun (2017) percebe-se um elevado consumo de sódio, quando , encontra-se presente um elevado consumo de proteína, potássio e fósforo, constatando assim, que o consumo exagerado de laticínios e alimentos com aditivos de fósforo contribuam para esse aumento significativo de fósforo sérico, sódio, potássio e proteína em sua amostra.

Na tratativa de reforçar o que já se apresentou continua-se em Chen *et al* (2017), relatar em torno de pesquisa que encontram um alto consumo de sódio, e proteínas, porém agora relata-se um maior consumo de calorias e um menor uso que o recomendado de potássio. Isso leva o autor a concluir que a alta ingestão de sódio, proteínas e calorias, estão diretamente relacionadas ao consumo de leite e *fast food*, enfatizando um problema recorrente em seu estudo relacionado as crianças obesas com DRC, o que pode acelerar o risco de progressão da DRC devido aos desequilíbrios e exageros dietéticos.

E por último percebeu-se que no artigo de Kaesler *et al* (2021), o alto consumo de sódio, potássio, fibra, proteína. Nesta pesquisa também percebe-se o grande uso de açúcar e colesterol em sua amostra, o que demonstrou baixa adesão as recomendações dietéticas, concluindo que, os resultados relacionados com as menores adesões das recomendações dietéticas estão associados a menor função renal e um perfil lipídico “ruim”.

Isso gera maiores inflamações e aumentos nos níveis de ácido úrico. Apontou também um a maior ingestão dietética de potássio e fibra que foi associada a uma melhor função renal com base na TFG.

Há evidências crescentes sobre os efeitos benéficos da fibra alimentar e do potássio para a função renal, reduzindo a secreção de pró-inflamatórios e pró-aterogênicos citocinas. Essas evidências mostram que dietas ricas em fibras e potássio estão associadas a um risco reduzido de incidência, progressão e insuficiência renal de DRC. A restrição da ingestão dietética de sódio e proteína total, não foi associada à biomarcadores relevantes, exceto para o colesterol LDL, que diminuiu com maior ingestão de sódio.

Assim, percebeu-se que, em todos os artigos analisados observou-se um consumo alimentar de sódio maior que o recomendado. E, entre essas pesquisas, foram apresentados dados que demostraram um alto consumo de proteínas, potássio, fósforo e calorias. Isso indica à baixa adesão as recomendações dietéticas destinadas a pacientes com DRC, o que deve acender um alerta aos especialistas que trabalham com esses pacientes, em especial os nutricionistas.

Estudos realizados por Kammoun K *et al(*2017) os pacientes com DRC possuem um excesso de ingestão de laticínios, aditivos de fósforo, *fast food*. Isso apontou para uma crescente em casos de obesidade infantil nos pacientes, o que é preocupante devido ao aumento do risco de progressão na insuficiência renal e no DRC, juntamente com o risco de desenvolvimento ou piora de outras DCNT’s.

Contudo, o estudo realizado na Alemanha Kaesler N *et al* (2021) evidenciou sobre o maior uso de fibras alimentares e seus benefícios em conjunto com o aumento da utilização de potássio para a função renal, reduzindo a secreção de pró-inflamatórios e pró-aterogênicos citocinas. Nisso conclui-se que dietas ricas em fibras e potássio estão associadas a um risco reduzido de

incidência, progressão e insuficiência renal de DRC. O que vai a contraponto ao que as diretrizes aconselham.

Aponta-se então que o elevado consumo de sódio é um problema generalizado no país, principalmente na população adulta, segundo Mill *et al* (2021). O autor cita que apesar de reconhecer os efeitos nocivos a saúde e principalmente em relação à pressão arterial, a maioria da população brasileira tem uma auto percepção sobre esse consumo distorcida, não identificando esse consumo como elevado. O autor identifica que o consumo de sal de 75% da população adulta no Brasil está maior que 10,56 g/dia, uma vez que apenas 3,4% desta apresentou consumo recomendado pela OMS (<5 g por dia), o que converge com resultados de outros estudos no Brasil e em outros países.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o apresentado nos artigos, se evidencia a importância dos estudos dirigidos à nutrição do paciente com DRC, apontando quais são as modificações nos planos alimentares para que haja uma maior adesão dietética, assim como mais pesquisas destinadas ao consumo dos nutrientes tradicionalmente reduzidos na dieta do paciente com DRC e sua eficácia.

É preciso que ocorram ações educativas dirigidas a população brasileira, referentes à reeducação alimentar e redução do consumo de sódio. Deve-se criar e divulgar, amplamente, programas dirigidos ao consumo alimentar saudável. Da mesma forma deve-se elucidar, de forma clara e incisiva, as complicações em relação ao uso excessivo de sódio, que ao serem consumidos em exagero, podem trazer complicações com DCNT'S ,

Uma das grandes contribuições para uma menor ingestão de sódio encontra-se nas leis de rotulagens, que podem apontar produtos que possuam excesso de sódio em sua composição além de informar a população os riscos que estão se expondo ao consumir tais produtos no seu dia a dia. Da mesma forma deveria estudar a possibilidade de incluir em alguns rótulos de produtos alimentícios a quantidade de potássio e fosforo, isso como um alerta as pessoas com DRC ao ingerir esses produtos.

Umas dessas contribuições estão contidas no "Guia Alimentar para a População Brasileira", onde se encontra informações e orientações sobre à escolha, preparo e consumo de alimentos (incluindo o uso de pequenas quantidades de ingredientes culinários, como sal, açúcar, óleos e gorduras). Ao mesmo tempo, reforça-se a narrativa de valorização do consumo de alimentos *in natura*, alertando para os riscos associados ao consumo de alimentos ultraprocessados, decorrentes dos elevados teores de sódio, gorduras e açúcares.

Seguir as orientações do guia alimentar deve ser uma busca continua. Deve-se divulgar e incentivar o seu uso entre a população brasileira como preventivo de DCNT'S e complicações com a saúde, devida a ingestão inadequada de alimentos e produtos alimentícios.

Este elevado consumo de sal e sódio em geral em todos os subgrupos da população, demanda ações coordenadas para seu enfrentamento, como a melhoria do acesso a alimentos saudáveis, a implementação de ações educativas para a saúde, além da regulação e do monitoramento de acordos celebrados com a indústria de alimentícia, em favor da saúde da população brasileira.

É de fundamental importância o incentivo a novas pesquisas destinadas ao consumo de sódio na população a fim de diminuir a prevalência e o aumento de casos de DRC entre outras complicações derivadas a esse consumo exagerado.

Avaliar o consumo alimentar em geral da população, com incentivos a pesquisas direcionadas a esse consumo alimentar, pode fornecer informações relevantes para o tratamento nutricional e para dirigir campanhas educativas especificas para o tratamento e prevenção de DCNT'S e outras doenças.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lilian Kelen de. **Avaliação da atenção primária à saúde de pessoas com doença renal crônica**. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32332. Acesso: 28/04/2021.

ARAÚJO, Ivo Mendes de. **Deficiência de vitamina D e mortalidade cardíaca na doença renal crônica: revisão integrativa.** 2017. Disponível em: https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/2056. Acesso em: 17/04/2021.

ARAÚJO, Adrielle Cavalcanti de Pontes. **Taxa de filtração glomerular e desnutrição em pacientes idosos: existe associação?**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: https://attena.ufpe.br/handle/123456789/32149. Acesso em: 15/04/2021.

BASTOS, Marcus Gomes *et al*. Medidas preventivas na doença renal crônica. **Revista Científica Fagoc-Saúde**: UNIFAGOC, Juiz de Fora, UFJF., v. 1, n. 2525-5045, p. 49-58, 2020. Disponível em: https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/saude/article/view/595. Acesso em: 10/04/2021.

BRASIL ,.Ministério da Saúde. **Relatório do III Fórum de Monitoramento do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil**. Brasília, 2018. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_iii_forum_monitoramento_plano.pdf. Acesso em: 10/04/2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Uma análise da situação de saúde e das doenças e agravos crônicos: desafios e perspectivas**. Brasília DF: Ministério da Saúde, 2019. 428 p Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2018_analise_situacao_saude_doencas_agravos_cronicos_desafios_perspectivas.pdf. Acesso 04/04/2021.

BERNOCHE, Claudia et al . **Atualização da Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia** - 2019. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo , v. 113, n. 3, p. 449-663, Sept. 2019 . <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066- Epub Oct 10, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5935/abc.20190203. Acesso em: 11/05/2021.

CHEN, Wen; SMITH, Kristie Ducharme-; DAVIS, Laura; HUI, Alvin Wun Fung; WARADY, Bradley; FURTH, Susan L; ABRAHAM, Alison L; BETOKO, Aisha. Fontes dietéticas de energia e ingestão de nutrientes entre crianças e adolescentes com DRC. **Pediatr Nephrol. Julho de 2017; 32 (7): 1233–1241**. Disponível em: https://www-ncbi-nlm-nih-gov.translate.goog/pmc/articles/PMC5633852/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=nui,sc. Acesso em: 05/11/2021.

COELHO, Sabrina Rosa et al. A INFLUÊNCIA DA HAS NA FISIOPATOGENIA DA DRC. **Revista de Patologia do Tocantins**, v. 6, n. 2, p. 57-60, 2019. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/patologia/article/view/6950. Acesso em: 11/05/2021.

DE OLIVEIRA, Michelle Adler et al. Educação alimentar e nutricional na promoção do consumo adequado de sódio na doença renal crônica. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 81519-81526, 2020. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/18789. Acesso em: 11/05/2021.

DE OLIVEIRA SOARES, Liziane; BRUNE, Maria Fernanda Spegiorin Salla. Avaliação da função renal em adultos por meio da taxa de filtração glomerular e microalbuminúria. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research**, v. 19, n. 3, p. 62-68, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/19566. Acesso em: 11/05/2021.

DOS SANTOS, Rachel Allana Nobre et al. HIPERTENSÃO ARTERIAL: O PAPEL DA ALIMENTAÇÃO NA PREVENÇÃO E NO CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL. **ANAIS DO VII UNIVERSO ATENEU**, p. 179. 2020 Disponível em: http://www.uniateneu.edu.br/documentos/universo-ateneu/vii-anais-do-universo-ateneu-2018-volume1-messejana-e-lagoa.pdf#page=180. Acesso: 01/04/2021.

DOS SANTOS, Thuany Jesus Frederico et al. Instrumento para análise de consumo de alimentos com alto teor de sódio. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 19908-19920, 2021. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/25286. Acesso em: 11/05/2021.

FONTES, Bruna Carvalho et al . Efeitos da dieta hipoproteica sobre os perfis lipídico e antropométrico de pacientes com doença renal crônica em tratamento conservador. **J. Bras. Nefrol.**, São Paulo , v. 40, n. 3, p. 225-232, Sept. 2018 Available from. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-28002018000300225&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 22/04/2021.

GALIOTTO, Giovana *et al*. Composição mineral de diferentes tipos de sais de cozinha. **Demetra: alimentação, nutrição e saúde**, Caxias do Sul, n. 51430, p. 1-11, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/51430. Acesso em: 01/04/2021.

HOME, Fernando Saldanha *et al* . Inquérito Brasileiro de Diálise Crônica 2017. **J. Bras. Nefrol.**, São Paulo , v. 41, n. 2, p. 208-214,June 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-28002019000200208&lng=en&nrm=iso>. Epub Mar 28, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-8239-jbn-2018-0178. Acesso em: 11/05/2021. .

KAESLER, Nadine; AGRAWAL, Seema Baid-; GRAMS, Sabine; NADAL, Jennifer; SCHMID, Matthias; SCHNEIDER, Markus P; ECKARDT, Kai- Uwe; FLOEGE, Jürgen; BERGMANN, Manuela M; SCHLIEPER, Georg; SARITAS, Turgay. A baixa adesão ás recomendações dietéticas específicas para DRC está associada ao comprometimento da função renal, dislipidemia e inflamação. Eur J Clin Nutr 2021 Sep;75(9):1389-1397. doi: 10.1038/s41430-020-00849-3. Epub 2021 Feb 2. Disponível em : https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33531632/. Acesso em: 05/10/2021.

KAMMOUN, Khawla; CHAKER, Hanen; MAHFOUDH, Nouha; JARRAYA, Faical; HACHICHA, Jamil. Dieta na doença renal crônica em um país africano mediterrâneo.2017. **BMC Neprhology**. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28114891/. Acesso em: 05/10/2021.

Kidney Disease Improving Global Outcomes (KDIGO) **clinical practice guidelines for the treatment of hypertension in chronic kidney disease 2002**. Disponível em: https://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/2130322. Acesso em: 15/04/2021.

KOROBKA, Olga. **Perfil dos Doentes com Hipertensão Arterial no Serviço de Urgência**. 2019. Tese de Doutorado. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/8635/1/6944_14754.pdf. Acesso em: 11/05/2021.

LIMA JÚNIOR, Francisco de Assis de et al. **Importância clínica da Proteinúria: uma revisão de literatura**. 2017. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/7105. Acesso em: 24/05/2021.

LIMA, Andrezza Fabianni Pedrosa dos Santos et al. **Consumo Elevado de Sódio Através de Produtos Industrializados de Semi-Prontos**. Disponível em: https://univisa.edu.br/wp-content/uploads/2020/10/Artigo-3.-Consumo-Elevado-de-S%C3%B3dio-Atrav%C3%A9s-de-Produtos-Industrializados-de-Semi-Prontos.pdf. Acesso em: 11/05/2021.

MAGALHÃES, Fernanda Guilhermino; GOULART, Rita Maria Monteiro; PREARO, Leandro Campi. Impacto de um programa de intervenção nutricional com idosos portadores de doença renal crônica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2555-2564, 2018. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2018.v23n8/2555-2564/pt/. Acesso em: 04/04/2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. 8 edição. **São Paulo: Atlas**, 2017. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 03/05/2021.

MARCOS, Ricardo Vitorino. **Doença renal crônica em São Bernardo do Campo-SP: análise espacial preliminar.** 2018. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1008036. Acesso em: 04/04/2021.

MARÇAL, Gabriela Roscosz et al. Quality of life of patients bearing chronic kidney disease undergoing hemodialysis/Qualidade de vida de pessoas com doença renal crônica em hemodiálise. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, v. 11, n. 4, p. 908-913, 2019. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/6716/pdf_1. Acesso em: 11/05/2021.

MEDEIROS, Sabrina Tayane Bezerra. **Estilo de vida de adolescentes escolares e a prevenção da doença renal crônica (DRC)**: um estudo de revisão. 2018. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/38470. Acesso em: 26/04/2021.

MEZONES-HOLGUIN, Edward et al . Possível associação entre distúrbios do sódio e mortalidade hospitalar em pacientes submetidos a hemodiálise aguda: análise de uma coorte retrospectiva peruana. **J. Bras. Nefrol.** São Paulo , v. 41, n. 4, p. 501-508, Dec. 2019 . Epub Sep 12, 2019. https://doi.org/10.1590/2175-8239-jbn-2018-0243 Disponivel em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-28002019000400501&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11/05/201.

MIGUEL, Marcelo Calderari *et al*. REDUÇÃO E CONSUMO DE SÓDIO: TRAMA ENTRE CIDADE, ALIMENTAÇÃO E CIDADANIA. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia,, v. 28, n. , p. 124-138, jun. 2018. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/56831249/6031-20585-1-PB.pdf?1529497801=&response-co

ntent-disposition=inline%3B+filename%3DREDUCAO_E_CONSUMO_DE_SODIO_TRAMA_ENTRE_C.pdf&Expires=1620761241&Signature=W8ih8ZdFy1~r7miAJ0vov82mNLWsPk3HpEcUuosK~wjhpUN~leWejJnRczg~50-6qIt5IHqvw17MTL-UoeYFR9LNxQBOwwAIGV6i-gArSX8FkPgSFCLQB0NLkkue329D0ApaLQX1prDHOlkji62WnvvS3aD4iVFxY7QubBJ66-2fIFBa0ZOnpa6T0ugdY5xEYMYsIclxD2xI4mjedbP9nr5f70kdRg8hKxYNOjyHOgmQvUswflT3--9GJCkYjdeedxWvMTWQvzpkAbAZHkbteyoDrvHfaM-WJvcFPZ92Cv7dadyEjSWqY2tTDUj9DHHMQWGnWRaa0NDsUFoFFiiieA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA Acesso em: 10/04/2021.

MILL, José Geraldo et al. Estimativa do consumo de sal pela população brasileira: resultado da Pesquisa Nacional de Saúde 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, p. E190009. SUPL. 2, 2019. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/rbepid/2019.v22suppl2/E190009.SUPL.2/pt/ Acesso em: 12/04/2021.

MONTEIRO, Melina Gabriela et al. Fatores associados à desnutrição em idosos portadores de doença renal crônica em tratamento conservador. **HU Revista**, v. 46, p.1-8, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/31466 Acesso em: 11/04/2021.

NASCIMENTO, Alanna Letícia Sena do. **Teor de sódio em alimentos submetidos à cocção com adição de sal**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36535. Acesso em: 11/05/2021.

NERBASS, Fabiana B; SILVA, Viviane Calice-; FILHO, Roberto Pecoits-. Ingestão de sódio e pressão arterial em pacientes com doença renal cônica: uma relação salgada. 2018. **Blood Purification**. . Disponível em: https://www.karger.com/Article/FullText/485154#. Acesso em: 05/10/2021.

PRÉCOMA, Dalton Bertolim et al. Atualização da diretriz de prevenção cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia-2019. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 113, n. 4, p. 787-891, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0066-782X2019001000787&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: 02/04/2021.

PRESTI, Paula Torres. **Avaliação dos benefícios do aconselhamento nutricional em pacientes portadores de doença renal crônica**. 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192566 Acesso em: 07/03/2021.

SANTIM, Fernanda Galvão de Oliveira. **Consumo alimentar de indivíduos com doença renal crônica: Estudo populacional com dados da Pesquisa Nacional de Saúde**. Rio de Janeiro 2018. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/7203. Acesso em: 15/08/2021

SILVA, Aline Maria Toledo da; SILVA, Anelise Cássia dos Santos; ALMEIDA, Kamilla Renata Feijó de. **Estado nutricional e fatores de risco associados ao desenvolvimento de diabetes em colaboradores de um resort em Maceió-AL.** 2020.Disponível em: https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/3319 Acesso em: 05/04/2021.

SILVA, Maria Inês Barreto et al. **Avaliação do conhecimento e da ingestão de proteína, fósforo e sódio em pacientes com doença renal crônica na fase não dialítica: associação com o distúrbio do metabolismo mineral ósseo.** 2018. Disponível em: http://152.92.4.120:8080/bitstream/1/8652/1/DISSERTACAO_FINAL_PUBLICADA_Erida_Santos_Cardoso.pdf Acesso em: 09/03/2021.

SILVA, Patrícia Aparecida Barbosa et al. Política pública brasileira na prevenção da doença renal crônica: desafios e perspectivas. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 86, 2020. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/rsp/2020.v54/86/pt/ Acesso em: 14/04/2021.

SOARES, Felipe Campos et al. Prevalência de hipertensão arterial e diabetes mellitus em portadores de doença renal crônica em tratamento conservador do serviço ubaense de nefrologia. **Revista Científica FAGOC-Saúde**, v. 2, n. 2, p. 21-26, 2018. Disponível em: https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/saude/article/view/232 Acesso em: 20/04/2021.

TAVARES, Alze Pereira dos Santos et al . Cuidados de suporte renal: uma atualização da situação atual dos cuidados paliativos em pacientes com DRC. **Braz. J. Nephrol.**, São Paulo , v. 43, n. 1, p. 74-87, Mar. 2021 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-28002021000100074&lng=en&nrm=iso>.. Epub Sep 04, 2020. Disponivel em: https://doi.org/10.1590/2175-8239-jbn-2020-0017. Acesso em: 11/05/2021.